SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

CLASSES MÉDIAS E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA:
Um estudo a partir do debate marxista

CAMPINAS
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Sávio Machado Cavalcante

CLASSES MÉDIAS E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: um estudo a partir do debate marxista

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Sávio Machado Cavalcante, e orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

assinatura do orientador

Campinas, SP
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

C314c

Cavalcante, Sávio, 1982-
Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista / Sávio Machado Cavalcante. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Classes sociais. 2. Classe média. 3. Capitalismo. 4. Marxismo. I. Antunes, Ricardo, 1953- II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Middle classes and the capitalist mode of production
Palavras-chave em inglês:
Social classes
Middle classes
Capitalism
Marxism
Área de concentração: Sociologia
Titulação: Doutor em Sociologia
Banca examinadora:
Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]
Armando Boito Jr.
Henrique José Domiciano Amorim
Jesus José Ranieri
João Machado Borges Neto
Data da defesa: 28-09-2012
Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Sávio Machado Cavalcante

CLASSES MÉDIAS E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: um estudo a partir do debate marxista

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/09/2012

BANCA EXAMINADORA:

TITULARES:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (orientador)

Prof. Dr. Armando Boito Jr. (titular interno)

Prof. Dr. Jesus José Ranieri (titular interno)

Prof. Dr. Henrique José Domiciano Amorim (titular externo à Unicamp)

Prof. Dr. João Machado Borges Neto (titular externo à Unicamp)

SUPLENTES:

Prof. Dr. Andréia Galvão (suplente interno)

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (suplente interno)

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado (suplente externo à Unicamp)

Setembro/2012

Resumo

Esta tese é uma incursão crítica no debate marxista acerca das classes sociais, em geral, e das classes médias, em particular. O objetivo foi o de indicar, contextualizar e problematizar as questões teóricas subjacentes ao relativo incômodo de trabalhos marxistas com o tema das classes médias. Nossa tese é a de que a forma pouco consensual do marxismo em trabalhar com o conceito (geralmente, recusando-o) não se deve apenas ao fato de o termo ter sido mais desenvolvido pela ótica da estratificação social. As inúmeras controvérsias a esse respeito devem-se principalmente a formas distintas de análise da própria obra de Marx, no tocante a temas como trabalho produtivo/improdutivo, trabalho manual/intelectual e a divisão capitalista do trabalho. Ao contrário de inúmeros trabalhos críticos produzidos a partir da metade do século XX, que alegavam ser o crescimento das classes médias uma prova do equívoco de Marx, seguimos a hipótese segundo a qual o problema das classes médias é compatível com a teoria marxista, que apresenta teses importantes para sua explicação na sociedade contemporânea. Usamos, para tanto, um conjunto variado de argumentos e propostas, em especial a partir das contribuições de G. Carchedi, N. Poulantzas e D. Saes. A intenção foi evidenciar a possibilidade e importância da análise marxista não apenas em relação à classe média tradicional – referente à pequena propriedade e vista como resquício de modos de produção anteriores e "em transição" – mas também no tocante à classe média assalariada (não proprietária) que surge como resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Abstract

This thesis is a critical study of Marxist debate on social classes, with especial focus on the concept of middle classes. The aim is to indicate, contextualize and discuss theoretical issues underlying the discomfort that exists in Marxist works in relation to the subject of middle classes. Our argument is that the lack of consensus in Marxism about this concept (generally, it is refused) not only is due to the fact that concept has been further developed from the perspective of social stratification. From our point of view, several controversies are mainly explained by different accounts of Marx's work itself, especially with regard to issues such as productive and unproductive labour, manual and intellectual labour and the capitalist division of work. Unlike many critical studies made since the mid-twentieth century, which have claimed that the growth of the middle class was an evidence of misunderstanding of Marx, we follow the assumption that the problem of the middle classes is compatible with Marxist theory, which can offer important theses for its explanation in contemporary society. In order to discuss middles classes in Marxist theory, we follow a number of arguments especially from the contributions of G. Carchedi, N. Poulantzas and D. Saes. The aim is to demonstrate the feasibility and importance of Marxist analysis not only with regard to the traditional middle class – that is, the small property which is viewed as residue of earlier modes of production and then as "in transition" - but also to wage-earners middle class (nonproprietary) that arises as a result of the development of capitalism itself.

Agradecimentos

Desde 2001, tive o prazer e a honra de participar do grupo de pesquisa e estudos sobre as metamorfoses do trabalho coordenado pelo Prof. Ricardo Antunes na Unicamp. A todos integrantes, mais antigos e mais recentes, minha gratidão pelo constante aprendizado, pelo rico debate e pela ajuda na reta final deste trabalho. Ao Prof. Ricardo, um agradecimento em especial pela orientação e por incentivar este trabalho no rumo que ele tomou, concedendo uma autonomia ímpar.

Outros grupos de pesquisa foram fundamentais nas várias etapas deste estudo. Agradeço ao Prof. Armando Boito Jr. e à Prof.ª Andréia Galvão pelo convite para participar do grupo de pesquisa Neoliberalismo e Relações de Classe, também da Unicamp. Lá pude desenvolver outras pesquisas e participar de discussões importantes também a este trabalho. Em Londrina, durante o período como professor colaborador na UEL, foi muito rico e incentivador participar do GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina – coordenado pelo Prof. Eliel Machado e do GENTT – Grupo de Estudos de Novas Tecnologias e Trabalho – coordenado pela Prof.ª Simone Wolff. Mais recentemente, na Unifesp (Guarulhos), a participação no grupo coordenado pelo Prof. Henrique Amorim – Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo – possibilitou uma importante discussão de partes desta tese. A todos, minha gratidão.

Durante o período de estágio no exterior, proporcionado pela bolsa sanduíche da CAPES, agradeço pela ajuda e supervisão do Prof. Alfredo Saad Filho (SOAS – University of London), assim como de amigos e pesquisadores com que lá tive contato, em especial, ao constante diálogo com Carolina Alves e Alan Oattes.

Aos professores Jesus Ranieri, João Machado Borges Neto, Armando Boito Jr. e Henrique Amorim, agradeço pela participação na banca de defesa e pelas críticas que me fizeram colocar várias questões futuras para pesquisa.

Gostaria também de lembrar e agradecer a amigos e colegas pesquisadores que contribuíram de diferentes formas na minha formação e neste trabalho: Josué Silva, Martha Ramirez-Gálvez, Carolina Branco, Pedro Roberto Ferreira, Elsio Lenardão, Ariovaldo Santos, Renata Gonçalves, Lúcio Flávio de Almeida, Mário Augusto Medeiros, Christina Faccioni, Davisson Cangussu de Souza, Andriei Gutierrez, Patrícia Trópia, Paula Marcelino, Geraldo Augusto Pinto, Lívia Moraes, Patrícia V. Alves, Leandro Galastri, Filipe Raslan, Micheli Silva, Vitor Filgueiras, Niels K. Nielsen, Natália F. Barros, Catarina Piva. A vocês, e a outros tantos que aqui não pude citar, meu carinho e minha gratidão.

Um agradecimento em especial a grandes amigos e interlocutores: Danilo Martuscelli, Eliel Machado e Daniel Antiquera.

Em momentos cruciais deste doutorado, precisei contar com colaborações familiares sempre gentis de Aline, minha irmã, e Stella e Ayrton, meus pais. Agradeço muito por toda a força em momentos decisivos deste trabalho.

Para Priscila,

por tudo, por 'something...

Sumário

Introdução.....15

Capítulo 1. O uso do conceito de classes médias no bojo das refutações da teoria de Marx.23

1.1. Origens e teses principais 26

1.2. A separação da propriedade e da gestão nas empresas de sociedade anônima 40

1.3. Uma proposta de complementaridade: a tipologia de classes de Eric Olin Wright na esteira do marxismo analítico. 49

1.4. Marx com Weber? 63

1.5. O recuo da classe em meio à crítica do trabalho: da classe média à não-classe.....70

Capítulo 2. Classes sociais, classes médias e trabalho produtivo.....81

2.1. Construindo o problema: classe média e trabalho produtivo/improdutivo.....84

2.2. Trabalho produtivo em Marx: sobre o método de exposição. 93

2.3. Trabalho produtivo: forma capitalista e conteúdo material.....100

2.4. Desafios teóricos: valorização e acumulação 124

2.5. Adequação e inadequação da forma ao conteúdo.....134

2.6. Superando o Marx "simplificado".....156

Capítulo 3. Funções e classes sociais no processo de produção capitalista: a classe média como produto do modo de produção capitalista 191

3.1. O modo de produção capitalista (MPC) e as funções do trabalho e do capital 199

3.2. A sociedade por ações e a cooperativa: superação/conservação do capital 233

3.3. Função do capital e função do trabalho: quais são as polêmicas subjacentes à noção de "nova classe média"?.....248

Capítulo 4. Classes médias, consciência de classe e a divisão capitalista do trabalho 277

4.1. Classe e consciência 279

4.2. Classes médias e trabalho intelectual: base material, política e ideologia. 305

4.3. Trabalho intelectual, classes médias e a reorganização capitalista da produção.....336

Conclusão.....359

Referências Bibliográficas.....367

Introdução

O conceito de classe média nunca teve uma posição cômoda na teoria marxista. Esta tese tem por objetivo principal identificar, analisar e problematizar de forma crítica as razões pelas quais essa relação é controversa, pouco consensual.

Para tanto, fazemos uma apresentação pormenorizada da forma pela qual críticos e comentadores de Marx interpretaram sua obra no que tange às classes sociais no capitalismo. A partir dessa abordagem e acompanhando a própria exposição das questões mais importantes discutidas por Marx, principalmente em *O capital*, defendemos que a teoria marxista não só é compatível como, numa dimensão importante de análise social, exige que seja desenvolvida uma teoria das classes médias relacionada ao modo de produção capitalista.

Utilizamos o conceito no plural e é preciso entender a razão dessa escolha. No marxismo, a noção de classes (ou camadas e frações) intermediárias foi usada em dois sentidos principais, ambos fundamentados em direções apontadas por Marx: indicar a permanência de agentes sociais não vinculados (ou somente vinculados *pelo mercado*) ao modo de produção capitalista – ou seja, a pequena propriedade no caso de camponeses, artesãos, pequeno comércio ou profissões exercidas por conta própria – ou a existência "parasitária" de empregados e funcionários de burocracias privadas e estatais. Tratava-se, portanto, da pequena-burguesia tradicional, foco de atenção de Marx e dos mais importantes trabalhos marxistas das primeiras décadas do século XX[1].

Contudo, o século passado presenciou o crescimento de grupos assalariados com características distintas do proletariado tradicional que não se resumiam a resquícios de outros modos de produção ou a "trabalho improdutivo" nos termos de Marx. A *forma* capitalista se espalhou a *conteúdos* distintos, explorando até mesmo "serviços" e a produção imaterial, casos nos quais Marx previa a existência de certos obstáculos ao "modo especificamente capitalista de

[1] Uma observação importante: enquanto a primeira situação (agentes não vinculados ao modo especificamente capitalista de produção) foi explicitamente apontada por Marx como "classes médias", a segunda situação é mais complicada, em razão de fatores que iremos expor ao longo do texto, pois o trabalho improdutivo assalariado foi também incluído, por Marx, na categoria mais ampla da classe dos trabalhadores assalariados. Ou seja, se a primeira situação foi associada pelo próprio Marx a condição de classe média, a segunda refere-se mais a interpretações marxistas posteriores, como a de Martin Nicolaus (1996).

produção". Também chamou a atenção das pesquisas a crescente relevância de tarefas "intelectuais" do trabalho coletivo vinculado à produção material.

Assim, em razão da generalização da forma capitalista, passou-se a discutir se o proletariado (ou a "classe trabalhadora" em sentido restrito) estava aumentando em termos objetivos ou se esse assalariamento, que se efetivava em condições e situações distintas daquelas da figura tradicional do trabalhador manual, fazia com que surgisse uma "nova classe". Uma tendência majoritária, por parte dos críticos de Marx, foi a de apontar o crescimento de uma nova classe média que era, em muitos casos, relacionada a uma sociedade também nova –"pós-industrial", por exemplo. Classe que também representaria o equívoco das previsões de Marx.

A reação da produção marxista, em pesquisa e ensaios teóricos, foi diversificada. Uma linha de argumentação enfatizou as semelhanças desses novos assalariados ao proletariado tradicional. Nessas abordagens, cujo caso mais emblemático foi o estudo de Harry Braverman, era comum a denúncia de que o conceito de classe média servia a uma posição política liberal-burguesa cujo intuito era o de negar a contradição entre capital e trabalho existente em qualquer trabalho assalariado, portanto, de negar as lutas de classe. Outra linha de argumentação mostrou-se igualmente crítica ao uso do termo classe média, mas considerava equivocada a ideia de ampliação do proletariado. Nicos Poulantzas, por exemplo, chamou de nova pequena-burguesia o conjunto de assalariados improdutivos e a parte "intelectual" do trabalho produtivo.

Neste trabalho, pretendemos identificar, analisar e problematizar criticamente essas interpretações, o que fazemos relacionando-as a leituras e usos particulares da obra de Marx. O objetivo, portanto, é mostrar que certas tensões na obra de Marx repercutem em cada uma dessas propostas. E todas se tornam particularmente interessantes na medida em que é possível recolocar a discussão, que foi forte entre fins dos anos de 1960 e começo dos de 1980, à luz das transformações do capitalismo contemporâneo, isto é, dos traços atuais decorrentes do movimento de reestruturação capitalista da produção no contexto de hegemonia neoliberal.

Em meio ao diálogo crítico com essas abordagens, levantamos algumas teses sobre o "problema" das classes médias no marxismo. Não foi nossa intenção apontar para soluções e defender esta ou aquela resposta em particular. Interessou-nos mais expor o que informa tais

debates, quais conceitos e noções são mobilizadas e, por fim, até que ponto servem de base para a análise contemporânea.

Nossa tese principal é a de que a posição incômoda das classes médias na produção marxista se explica pelo fato de existirem certas lacunas na obra de Marx em relação ao que Jacques Bidet (2010) designou de "polo organização" da dominação de classe, isto é, e já colocando em termos de nossa leitura, o âmbito que se refere à estrutura organizativa necessária para a execução de processos de trabalho que exigem uma combinação complexa de atividades de "cérebros e mãos". Ao dizer "lacunas", pensamos não necessariamente em "falhas", mas em ausência de desenvolvimento de alguns problemas teóricos, que permanecem, em certos casos, apenas como tais, ou seja, apresentam-se somente como problemas de investigação, não obstante a originalidade e radicalidade da crítica. E, de forma geral, exigiam mesmo essa condição de incompletude, já que o objeto teórico de Marx, em *O capital*, é o modo de produção capitalista (seu funcionamento, suas tendências e suas contradições) e não uma teoria geral e acabada de sociedades capitalistas. Ao não concederem a devida importância a esse fato, vários trabalhos passaram a apontar os equívocos de "prognóstico" de Marx.

Como pano de fundo desse trabalho está a avaliação de que o conceito de classes sociais não perdeu validade analítica em razão das transformações do capitalismo contemporâneo. Na verdade, quando se usa o termo "classe social", não necessariamente comentadores e críticos estão se referindo ao mesmo conceito. Temos como objetivo desenvolver uma proposta, *possibilitada* pela obra de Marx e sugerida por outros trabalhos[2], segundo a qual é preciso identificar as *funções sociais* específicas do modo de produção capitalista antes de proceder a uma análise das classes sociais. A consequência principal desse procedimento é reconhecer que a contradição entre *função do trabalho e função do capital* (esquema bipolar) não gera, necessariamente, duas classes "puras", uma somente com exploradores e outra com explorados. Em outras palavras, é possível compatibilizar a tendência de polarização entre capital e trabalho apresentada por Marx sem necessariamente supor que duas classes homogêneas e completamente opostas sejam o único resultado possível dessa contradição.

[2] Em especial G. Carchedi (1996), ainda que façamos algumas críticas às teses do autor.

Desse modo, pensamos ser possível e interessante usar o conceito de classes médias como forma de lidar com distintas situações de classe, isto é, para compreender como agentes sociais específicos se relacionam de forma particular com o modo de produção capitalista. Quando nos referimos a classes médias - portanto, no plural – assim o fazemos para pensar tanto a pequena-burguesia tradicional quanto a nova classe média assalariada[3]. Isso significa que usamos o conceito de classes médias com uma finalidade de certo modo distinta se comparada ao uso do conceito de classe social para se referir à burguesia ou ao proletariado, pois o termo "classes médias" não faz referência a apenas uma classe, mas a um conjunto de situações cuja inserção ao modo de produção capitalista é particular. Assim, por um lado, seguimos a indicação de Marx a respeito da classe média tradicional, mas, por outro, ampliamos seu sentido para fazer referência a uma situação não desenvolvida por Marx, mas que pode ser associada à sua teoria, isto é, a nova classe média.

Se não seguimos completamente uma posição como a de Poulantzas, que reúne os dois subconjuntos numa classe "pequeno-burguesa" mais ampla, não é porque discordamos com o argumento de fundo de sua caracterização (que enfatiza a função capitalista da nova pequena-burguesia), mas porque nos parece importante acentuar a ausência de propriedade da nova classe média, o que, talvez, se perca com o termo "burguês". Estamos cientes, porém, de que ao usar o termo "média", resvalamos, de certo modo, numa abordagem distinta a que aqui pretendemos fazer, que se fundamenta na noção de estratificação social. Para a estratificação de corte liberal, há ricos, pobres (a rigor, "não-ricos") e, entre eles, estratos médios. Reconhecemos, assim, que um dos esforços que precisamos enfrentar é usar o termo sem que, com ele, venha automaticamente o problema teórico que informa a estratificação, especialmente aquele de corte liberal.

Ao longo do texto, exploramos em mais detalhes os motivos dessa escolha, recorrendo também a Marx no sentido de compreender em que situações o autor também fez uso da noção de lugar médio. Veremos que há tanto a intenção de expressar, com o termo "médio", o movimento de *transição* em que agentes sociais se deslocam de um modo de produção a outro, como também

[3] Milios e Economakis (2011), como veremos, vão além, e reúnem sob o termo classes médias, três "classes" distintas, para os autores: a pequena-burguesia tradicional, a nova pequena-burguesia e a média burguesia. Décio Saes (1977, 1985) reserva o termo classe média (no singular) apenas para a parte "intelectual" dos trabalhadores assalariados, sendo a pequena propriedade tradicional chamada apenas de pequena-burguesia.

a necessidade de entender a justaposição de *funções* em um mesmo agente. Nesse sentido, foi necessário discutir diversos fatores: o papel da divisão técnica do trabalho, a adequação e inadequação de atividades materiais e imateriais à forma capitalista e, especialmente, de como o trabalho valorizado socialmente como "intelectual" cria condições potenciais de classe média.

O fato é que, independentemente da escolha terminológica – que é, sem dúvida, importante e parte da explicação – é preciso proceder a uma análise que permita entender a existência de classes médias na atualidade não apenas como resquícios marginais de formas sociais anteriores que estariam, assim, fadados à extinção, mas como uma configuração social que se articula, preserva e é funcional ao modo de produção capitalista, isto é, *como produto da acumulação do capital para um período determinado*, que se explica, então, por esse desenvolvimento, e não por sua pouca intensidade ou fraqueza.

Esse caminho de análise, como queremos sugerir, não leva a uma visão negativa das possibilidades de luta contra o capital por "reduzir" o proletariado. O inverso parece-nos mais importante, pois é o reconhecimento das diversas relações possíveis com o capital que fornecem elementos de análise mais consistentes para justamente visualizar a potencialidade dessas lutas.

Dividimos o trabalho em quatro capítulos cujos objetivos, em linhas gerais, são os seguintes:

- analisamos, no primeiro capítulo, um conjunto de obras que utilizam o conceito de classe média com o intuito de refutar as premissas e prognósticos da teoria de Marx;

- a partir dos argumentos de fundo de seus críticos, fazemos um caminho de volta à obra de Marx guiado por leituras distintas dentro do marxismo. O objetivo foi mostrar que as críticas jogavam luz em pontos nos quais Marx realmente apresentou tensões e lacunas, mas que eram fundamentalmente informadas por uma versão simplificada de suas obras, que supunham uma dialética logicista e um materialismo mecânico. Assim, no segundo e no terceiro capítulos, buscamos problematizar os principais pontos do debate no interior do objeto teórico de Marx, especialmente a partir da discussão de noções como trabalho produtivo, funções sociais e trabalhador coletivo. O que nos permitiu, no terceiro capítulo, apresentar e discutir as questões subjacentes ao debate das classes médias em diversas propostas de estudos marxistas.

- No quarto e último capítulo, foi nosso objetivo fazer uma conexão entre as teses apresentadas e os diversos usos do próprio conceito de classe social. Abordamos, assim, alguns aspectos sobre classe, consciência e posições político-ideológicas. A despeito de suas diferenças, nossa proposta foi a de usar as teses de Guglielmo Carchedi, Nicos Poulantzas e Décio Saes para proceder a essa conexão, o que nos lançou, seguindo especialmente as hipóteses de Saes, de que a classe média assalariada é potencialmente marcada pela defesas do meritocratismo.

A intenção foi propiciar elementos que subsidiassem uma teoria das classes médias que não ficasse restrita a um problema da produção, mas que permitisse construí-la na difícil e complexa relação entre as determinações econômicas, políticas e ideológicas. O que também se mostrou ser o limite deste estudo, já que essas determinações só poderiam ser efetivamente compreendidas em casos concretos de lutas sociais.

Esperamos, desse modo, que esse estudo nos auxilie em passos futuros, especialmente em relação ao caso brasileiro. Evidentemente, não porque ele pode nos mostrar *a* "teoria" para entender a realidade de casos particulares – o que seria, aliás, uma forma muito pobre de encarar o processo de pesquisa e a produção de conhecimento – mas porque procuramos aqui reunir um conjunto de estudos que, baseado em diversas pesquisas, aponta para caminhos muito profícuos para a análise da sociedade contemporânea[4].

***

Por fim, uma observação quanto ao uso dos escritos de Marx. É imprescindível observar os limites de todo trabalho que se refere à "obra" de Marx, em geral, e a *O capital*, em especial. Como atestam os diversos esforços das últimas duas décadas para a organização do material completo da obra de Marx e Engels (*Marx-Engels Gesamtausgabe, MEGA-2*), há certamente escolhas controversas, insuficiências e até equívocos editoriais em muito do que conhecemos como a "obra de Marx". Um dos diretores da nova empreitada da MEGA-2[5], G. Hubmann

[4] Caminhos seguidos nas pesquisas sobre a ação coletiva de classes médias no contexto neoliberal por Ribeiro (2011) e Corrêa (2012), que analisaram, respectivamente, o movimento altermundialista europeu (por meio da ATTAC) e o Fórum Social Mundial.

[5] Nova empreitada porque o projeto da MEGA-2 começou em 1975, a partir de um convênio soviético-alemão. No começo da década de 1990, com o fim do bloco soviético, pesquisadores de diversos países criaram a Fundação Internacional Marx e Engels, sediada em Amsterdã, e decidiram reorganizar a MEGA-2, com o intuito de resolver problemas ainda existentes do projeto com influência soviética (Hubmann, 2012).

(2012), explica que várias opções editorias (o que inclui a *não publicação* de certos textos e cartas) tiveram origem em restrições políticas criadas em meio à influência soviética. Também foram evidenciados textos jornalísticos erroneamente atribuídos a Marx e Engels.

Orientados por um viés filológico-crítico, os novos organizadores da MEGA-2 fazem alertas sobre as dificuldades em alçar manuscritos e anotações de estudo à condição de livros sistematizados e pensados enquanto tais. Isso, por exemplo, repercute em *A ideologia alemã* que, na MEGA-1, surge como um trabalho unitário, pensado em seu conjunto, enquanto, na verdade, tratava-se de uma reunião de fragmentos isolados em que inexistia intenção explícita dos autores em torná-la uma obra acabada[6]. A MEGA-2 coloca os excertos na ordem cronológica em que foram escritos, indica o que era somente sugestão de trechos a comporem o texto e fornece uma visão mais clara do sentido da obra.

Essas precisões são certamente válidas para *O Capital*. Marx publicou em vida somente o primeiro livro, em 1867, sendo que é usualmente considerada como versão final a quarta edição alemã, de 1890, editada por Engels, que segue a reorganização de itens e modificações feitas por Marx a partir de edições e traduções anteriores. Os Livros II e III, publicados postumamente por Engels, reúnem textos de épocas distintas, mas cujos manuscritos principais foram produzidos entre 1864-1865[7]. Há ainda um grande volume de notas e comentários que estão previstos de serem publicados na MEGA-2, em um processo mais geral de evidenciar as opções de Engels e disponibilizar material do próprio Marx que permita problematizar a tendência de seu pensamento.

Hubmann (2012), a partir dessas inovações, defende que a publicação da MEGA-2 completa não autoriza mais que se veja *O capital*, como "uma obra acabada em três livros" (p.45). Cartas e rotinas de estudo de Marx apontam para a possibilidade de que a estrutura e mesmo os conceitos dos seus escritos poderiam ser repensados.

[6] Como observa R. Enderle, na nota à tradução da edição de 2007 da ed. Boitempo, esse aspecto já havia sido alertado pelo primeiro editor da MEGA, D. Riazanov – que foi posteriormente preso e morto durante o governo stalinista, após ser acusado de traição, em 1938 (Hubamnn, 2012).

[7] Dussel (1999) mostra as datas de redação de todas as partes que compõem os três livros de *O capital*. Segundo o autor, embora não fosse essa sua intenção inicial, Marx trabalhou relativamente pouco nos manuscritos dos Livros II e III depois da publicação do Livro I.

Fazemos essas observações para ressaltar que todos esses aspectos colocam um limite a certos pontos aqui tratados, mesmo que nosso interesse esteja distante de um trabalho filológico de Marx[8] e também não tenha como preocupação comprovar qual seria *a* posição "final" do autor sobre os temas em foco. Como muitas teses e teorias gerais são construídas a partir de uma avaliação sobre "a obra" de Marx, o cuidado é, assim, saber até que ponto há mais tensão do que unidade. Avaliações peremptórias muitas vezes deixam de captar o lado mais interessante dos problemas e, na ânsia de descobrir "a leitura" verdadeira, mais obscurecem do que jogam luz nas questões fundamentais, o que vale tanto para os críticos de Marx quanto para seus seguidores.

Desse modo, para tratar do debate das classes, em especial das classes médias, no debate marxista e não marxista do século XX, parece-nos mais apropriado e interessante identificar, diferenciar e discutir quais são problemas teóricos e concretos que chamam a atenção de Marx e como ele se propôs a resolver esses desafios. A forma de resolver tais desafios pode ser mais reveladora do que aquilo que o autor oferece como resposta final em si, pois a mistificação das perguntas é bem mais limitadora do que possíveis equívocos das respostas.

Por fim, vale observar que outra edição brasileira de *O capital* está em fase de tradução, esta pela editora Boitempo, que vem publicando o conjunto da obra de Marx e Engels a partir do original alemão da MEGA-2. Ela se somará às traduções de Reginaldo Sant'Anna, da Civilização Brasileira, e de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, da Nova Cultural. Certamente, muitos termos e conceitos serão reavaliados nessa nova tradução, o que sempre gera um debate nos meios especializados. Um deles já se iniciou, em razão da primeira tradução em português dos *Grundrisse,* feita pela Boitempo, que optou pelo vocábulo "mais-valor" ao invés do já consagrado "mais-valia". Pela incapacidade que tivemos em avaliar até que ponto os bons argumentos de M. Duayer, supervisor e um dos tradutores, compensam a possível confusão que essa escolha irá resultar nos textos em português em geral, simplesmente optamos por manter o termo tradicional.

[8] O que exigiria, certamente, se as pretensões fossem voltadas a esse tipo de leitura especializada, um conhecimento profundo da língua alemã. No que interessa nosso objeto de pesquisa, nos pareceu ser suficiente resolver problemas de tradução com a consulta das edições em inglês, espanhol e francês. Para certos casos mais difíceis e com repercussões em aspectos centrais do texto, consultamos tradutores e falantes de alemão. Aproveito o momento para, nesse sentido, agradecer ao Prof. Jesus Ranieri e à amiga de longa data, Catarina Piva.

Capítulo 1. O uso do conceito de classes médias no bojo das refutações da teoria de Marx

O conceito de classes médias esteve longe de ser utilizado de forma consensual nas análises marxistas. Ainda que presente em trabalhos já no início do século XX, o tratamento teórico das classes médias prosperou em tradições distintas e se consolidou, principalmente, como forma de polemizar com certas avaliações que eram consideradas características do marxismo. A razão de ser usado em franca oposição à Marx é a de que o crescimento do grupo social ao qual o conceito se remete expressaria o equívoco da tese que advogava a intensificação da polarização social. Isto é, ao invés de as sociedades capitalistas apresentarem uma clara polarização (social, política e demográfica) entre burguesia e proletariado – tese que foi considerada por muitos "o" prognóstico de Marx – essas sociedades teriam presenciado, na verdade, o surgimento de um terceiro elemento que, embora interaja com os demais, é distinto das outras duas classes. Esse terceiro elemento não seria, assim, um simples resquício de relações de produção pretéritas, como a pequena burguesia tradicional, "fadada a cair nas fileiras do proletariado", como Marx se refere no *Manifesto Comunista*, mas uma classe surgida do próprio desenvolvimento da relação de produção capitalista – assalariados sem propriedade e não pequenos proprietários.

Mas boa parte dessas teorias não ficou restrita a apontar um equívoco ou erro das análises de Marx. Ao fazerem tal questionamento, o que elas acabavam por reivindicar era uma alteração na essência mesma do capitalismo. Assim, não se tratava somente de criticar o que Marx pensava ocorrer com o desenvolvimento do capitalismo, mas também a avaliação de que forma social iria sucedê-lo. Foi ao longo desses debates que certos fenômenos presenciados com maior clareza a partir da segunda metade do século passado – como o aumento proporcional e absoluto de "trabalhadores de escritório" ou assalariados não-manuais e a crescente automatização industrial com consequente redução de operários fabris - foram vistos como anunciadores de uma nova sociedade, intitulada de diversas maneiras: pós-capitalista, pós-industrial, sociedade do conhecimento, sociedade dos gerentes, etc. Nesse sentido, formou-se certa percepção de que a simples menção ou uso analítico do termo classes médias exigisse a aceitação desse conjunto de teses que tinha como escopo negar a teoria de Marx.

Porém, não se tratava de uma simples controvérsia acadêmica. Uma tradição comunista atrelada ao "marxismo soviético" também não via com bons olhos a separação, em classes sociais distintas, do salariado em geral. Como veremos posteriormente, a recusa de uma classe de assalariados distinta do proletariado não deriva de preocupações políticas relativas ao enfraquecimento ou fortalecimento das organizações representativas dos trabalhadores, como sindicatos e partidos. Tratava-se, principalmente, de uma consequência lógica do princípio comungado por tal modelo soviético, de que existiria uma "divisão de trabalho" natural, ou seja, de que as diferenças de funções e atividade entre os assalariados se resumem a um dado técnico[9].

Assim, é possível afirmar que o debate sobre as classes médias se transformou num campo de discussão bastante complexo, pois ele está intimamente fundamentado na leitura que os autores fazem da obra de Marx, isto é, ainda que apresentem respostas distintas sobre o uso ou não do conceito, há similitudes de fundo em relação à leitura de Marx que informa tais teses.

Neste capítulo, nosso objetivo se restringe à discussão das teses que buscavam inserir o conceito de classes médias na teoria social como forma de refutar, completa ou parcialmente, as análises de Marx. Nessa exposição, nosso argumento é o de que todas essas propostas críticas gravitam em torno de um mesmo problema e baseiam-se, em maior ou menor grau, de forma implícita ou explícita, numa leitura particular (simplificada, por assim dizer) da obra de Marx. Ao longo do texto, o intuito é evidenciar qual é essa leitura particular. De forma introdutória, já antecipamos de que se trata de uma visão centrada nas seguintes assertivas de fundo: o marxismo seria uma teoria em que a) o capitalismo é caracterizado, na sua essência, pela produção industrial e pela propriedade privada dos meios de produção que, por sua vez, está vinculada a um conjunto delimitado de indivíduos relativamente bem discernível; b) o desenvolvimento das forças produtivas aumentaria e fortaleceria a "classe operária" ou a "classe trabalhadora"[10] a ponto de ela só encontrar a satisfação de seus interesses com a eliminação do capitalismo[11] e c) a sociedade só pode ser vista de forma dualista, dividida entre proprietários e vendedores de força de trabalho.

[9] Argumento levantado também por Boito Jr. (2004, p. 7).
[10] Discutiremos no próximo capítulo os usos desses termos.
[11] Essa questão será desenvolvida ao longo desta tese. Com ela queremos indicar o tipo de argumento que oculta o fato de Marx também apresentar e discutir as forças que integram os trabalhadores ao capitalismo, ou seja, que seus conceitos e análises também pretendem abarcar lutas não revolucionárias.

O capítulo está estruturado em itens que compõem três blocos. No primeiro bloco (itens 1 e 2), apresentamos e problematizamos um conjunto variado de teorias e argumentos que construíram críticas a Marx, motivadas, principalmente, pelo crescimento do número e da influência sócio-política de grupos assalariados não manuais. São autores de perspectivas teóricas distintas, mas especialmente influenciados por modelos de estratificação social – e da própria análise do capitalismo e de suas instituições – baseados na obra de Max Weber. De forma preponderante, centravam suas críticas ao fato de a teoria tradicional alçar como critério exclusivo do pertencimento a uma classe a posse ou não de propriedade. Como praticamente identificavam essa definição a Marx, ao propor alternativas, partiam para os critérios de situação de mercado e de status propostos por Weber[12]. Assim, ainda que divergentes de Marx, alguns mantiveram o conceito mais genérico de classe social e, não raramente, faziam análises e previsões político-sociais considerando as relações possíveis entre interesses de classe e ação política, ainda que as críticas ao conceito mesmo de classe estavam sempre muito próximas.

No segundo bloco (itens 3 e 4), discutimos alguns aspectos dos trabalhos de Eric Olin Wright e sua relação com o "marxismo analítico" ou "neomarxismo". Assim o fazemos com o intuito de evidenciar que o conjunto de questões exposto acima teve um impacto particular e importante nessa corrente, marcada pela renúncia de alguns conceitos fundamentais de Marx e pela mescla de temas como a exploração do trabalho a análises da estratificação social de matriz weberiana. O modelo de análise de classes proposto por Wright, que manteve noções caras ao marxismo (como o tema da exploração) conquanto no interior de uma proposta eclética e original, pode ser considerado como uma das respostas mais desenvolvidas ao "problema das classes médias".

No terceiro bloco (item 5), indicamos outro grupo de teses que, contrastando com a saída oferecida pela análise de classe "neomarxista", passaram a colocar ainda mais em dúvida o próprio conceito de classe e a ideia de ação política baseada em interesses de classe. Um dos argumentos recorrentes, que mostra ainda força nos debates atuais, é o de que a noção de classe se esvaiu na medida em que a base objetiva de sua fundamentação – a teoria do valor – não mais

[12] Não pretendemos "simplificar" Weber (tal como alguns críticos fazem com a obra de Marx). Contudo, não é nossa intenção avançar sobre como a análise de classes é feita nas obras de Weber. Apenas indicaremos como suas feições essenciais, centradas na ação social com base no indivíduo, influenciaram o debate.

explicava e orientava a produção contemporânea, baseada nos serviços e em mercadorias "imateriais" [13].

Por certo, trata-se de uma divisão um tanto quanto fortuita, até porque não é possível indicar esses blocos enquanto posturas e correntes homogêneas. Os problemas empíricos a que essas formulações se referem e as motivações subjacentes nem sempre são os mesmos. Por isso, o objetivo aqui é unicamente chamar a atenção para, como já dissemos, mostrar que elas compartilham uma visão a respeito do entendimento de Marx e de que o desenvolvimento de parte dessas teorias suscitou uma espécie de interdição do debate sobre as classes na perspectiva marxista. Esse "recuo da classe", como chamou E. Wood (1998), efetivou-se num contexto político-social específico, em que um determinado arranjo de políticas sociais, caracterizado pelo *Welfare State*, parecia ter resolvido contradições estruturais do capitalismo. A reviravolta dos padrões de renda e poder advinda com as reformas neoliberais recolou diversas questões e trouxe à tona, segundo queremos defender, a necessidade de uma retomada da teoria das classes sociais.

1.1. Origens e teses principais

Sociológica e politicamente, o "problema" das classes médias é tão antigo quanto o "problema" do proletariado ou da classe trabalhadora[14]. Em termos do debate marxista e de seus críticos, é ainda possível afirmar que a tese do aburguesamento do proletariado é praticamente tão antiga quanto a tese da proletarização maciça da sociedade.

Uma orientação mais precisa e particular ao tema da "nova classe média" pode ser creditada, conforme Ralf Dahrendorf (1982), ao trabalho de E. Lederer e J. Marschak, de 1926, que foi publicado na Alemanha com o título *Der neue Mittelstand*. D. Bell (1977[1973], p. 85) afirma, entretanto, que a análise de Lederer é ainda anterior. Data de um ensaio publicado pelo autor em 1912, na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitk*, da qual faziam parte, na condição de editores, Max Weber e o próprio Lederer.

[13] Em aspectos semelhantes, essa hipótese sobre a mudança de ênfase dos debates pode ser vista em Carter (1995) e Neilson (2007).
[14] Ao longo deste capitulo, usaremos "classe trabalhadora" como tradução de "*working class*" dos textos comentados em inglês. No capítulo seguinte, avançamos na questão relativa às opções pelos termos classe trabalhadora, classe operária e proletariado.

Num plano historicamente mais amplo, a tese de que a sociedade capitalista não seguiria o rumo do enfrentamento de classes e da polarização social, mas abriria grandes oportunidades de ascensão social aos indivíduos e os integraria a suas instituições políticas é expressão do liberalismo do século XIX[15]. O avanço da classe média sempre foi uma saída prevista (e desejada) por diferentes correntes não marxistas, pois expressaria a emergência do "sujeito" de uma transformação não revolucionária do capitalismo, um ponto de equilíbrio no qual os valores liberais se concretizariam. É certo que, no início, estamos nos referindo basicamente a uma ideologia de pequeno proprietário, referente a uma etapa primeira do capitalismo, mas o uso da ideia de classe média é transferido para outro contexto e sujeito. Esse panorama histórico é traçado por Stanislaw Ossowski (1964 [1957], p. 214):

> De acordo com Marx e Engels, o desenvolvimento do capitalismo foi seguido por um processo rápido de polarização econômica e pelo desaparecimento da classe média. A polarização antevista não ocorreu, mas não é fácil de modo algum dizer se o processo de desaparecimento da classe média predito por Marx está realmente ocorrendo no mais adiantado país capitalista do mundo. A antiga classe média norte-americana que formava tão grande parte da população no período de Tocqueville e que, em sua opinião, formava a garantia da democracia norte-americana, era a de proprietários que trabalhavam em seus próprios estabelecimentos. Essa classe, na verdade, encolheu rapidamente, de acordo com a predição de Marx, embora não tanto quanto se poderia esperar em vista da taxa violenta de acumulação de capital. Simultaneamente, entretanto, uma nova classe média tem surgido, classe de servidores civis, funcionários de escritório e chefes nos grandes estabelecimentos industriais.

Desse modo, segundo Ossowski (p. 215-216), não somente a estrutura social dos EUA, mas também a da então URSS alterava profundamente as teorias do século XIX, liberais ou marxistas, que passaram a identificar a importância social e política desse novo contingente. Na URSS, o grupo correspondente a essa nova classe seria o composto por trabalhadores não manuais "no governo estadual e municipal e nos escritórios partidários", que têm "atitudes sociais e subcultura" próprias. Haveria uma nova estratificação em que a maioria das pessoas encontra-se numa "hierarquia burocrática" e as "autoridades políticas" acabam por dispor, nesse contexto, de um poder de interferência na estrutura social bastante efetivo (como políticas de bem-estar). Tão efetivo que "o conceito de classe do século XIX se torna mais ou menos um anacronismo, e os conflitos de classe dão lugar a outras formas de antagonismo social".

[15] Num conhecido trecho, destacado por Dahrendorf, Tocqueville observa que a igualdade é uma força tão dinâmica que, se os homens são iguais em determinada esfera, "devem, afinal, ser iguais em todas elas" (apud Dahrendorf, 1982).

Nesse período, foi o trabalho de R. Nisbet (1959) que, segundo Chauvel (2002, p. 59), destacou-se como a primeira tentativa de rejeição da noção de classe fundamentada numa argumentação empírica pautada em mudanças macrossociológicas[16]. Nisbet elenca diversos pontos que comprovariam o "declínio e queda da classe social", como a queda das desigualdades econômicas e educacionais, a elevação da mobilidade; a separação da propriedade e do controle das empresas (que colocaria outros elementos na produção além de capital e trabalho) e a menor estruturação das classes em grupos distintos, discerníveis, identificáveis e opostos. Uma consequência importante é que, segundo Nisbet, as classes deixam de ser funcionais para a análise da política, já que o avanço da democracia apaga as diferenças anteriores.

Mas o que se destaca é a noção de que em uma "sociedade de classes", para assim ser chamada sociologicamente, não pode conter uma mobilidade efetiva, ou seja, uma sociedade em que a mobilidade é visível não pode ser chamada de sociedade de classes. Para Nisbet, as ideias socialistas, com as de Marx, surgem de uma sociedade pré-capitalista em que as classes são estratos fixos, como a Inglaterra pré-industrial das classes proprietárias de terra. Essas ideias teriam projetado, para a "sociedade industrial", a mesma tendência de polarização e desigualdade, o que teria sido negado pelos fatos do século XX.

O que essas formulações realmente visavam era chamar a atenção para o fato de que se processava, segundo esses autores, uma integração efetiva das classes de não proprietários, por meio da extensão jurídica da cidadania, à sociedade em geral. A abordagem mais emblemática, ainda na década de 1950, foi a de T. H. Marshall (1967 [1950]) [17]. Na sua conferência sobre cidadania e classe social, Marshall descreveu como os direitos – civis, políticos e sociais – foram construídos em paralelo à consolidação do capitalismo, o que o levou ao seguinte problema: qual

[16] A introdução do artigo de Nisbet (1959) já revela a origem de suas preocupações. Segundo o autor, uma "sociedade sem classes", no sentido de sociedade totalmente igualitária, não pode ser considerada uma "boa sociedade", pois o igualitarismo teria se transformado na "corrosão do individualismo" e somente em sociedades com classes há incentivo para desenvolvimento da criatividade, invenções, etc. Assim como a teoria de Ptolomeu precisou se modificar demais para explicar novas descobertas até ser abandonada, o mesmo estaria acontecendo com a teoria das classes, que precisa mudar tanto em relação aos originais que chega, agora, a um esgotamento. Algo próximo ao paradigma kuhniano.

[17] Uma crítica histórica e teórica à perspectiva de Marshall é feita por Saes (2003). Nesse artigo, Saes demonstra, entre outros problemas, que a principal insuficiência do modelo explicativo de Marshall é ignorar que as classes dominantes posicionam-se em relação à cidadania de forma substancialmente diferente em comparação às classes dominadas. Enquanto essas tendem a se colocar de forma "dinâmica e progressiva" em relação aos direitos, as classes dominantes caracterizam-se por uma postura tendencialmente "estagnacionista e regressiva", o que afeta fortemente uma visão necessariamente "evolutiva" dos direitos, como se encontra em Marshall.

seria a consequência da introdução de um mecanismo que supõe a igualdade dos indivíduos numa sociedade desigual economicamente? Para o autor, os direitos civis simplesmente permitiam a reprodução da relação econômica, ao tornarem possível o estabelecimento de contratos de trabalhos. Já os direitos políticos abriam novas perspectivas, pois criavam outras formas de organização social. Um dos seus principais feitos, para Marshall, foi propiciar a organização dos trabalhadores em sindicatos, o que os fazia "se valarem de seus direitos civis coletivamente" (p. 103). Contudo, os direitos civis e políticos, numa sociedade desigual, só aumentariam o "nível do piso no porão do edifício social e, talvez, o tornou mais higiênico do que antes. Mas continuou sendo um porão, e os andares mais elevados do prédio não foram afetados" (p. 78-79).

Com isso, Marshall queria indicar que somente a consolidação, no século XX, dos direitos sociais – educação universal, assistência social, programas de renda básica, etc. – transformou o "edifício social". Com tal "status de cidadania", as desigualdades econômicas recuam a ponto de não mais engendrar conflitos de classe. Como o objetivo não é a "igualdade absoluta", já que existem "limitações inerentes" nesse sentido, as desigualdades que restarem serão socialmente aceitáveis, ou seja, não mais serão vistas como contradição à igualdade em termos de cidadania, tal como fora no século XIX.

O debate teórico apresentava, desse modo, dois aspectos. Além de enfatizar a mudança da estrutura social ocupacional, estava também ligado a uma discussão mais ampla sobre a integração dos trabalhadores (sejam eles quais forem) às instituições políticas, cuja consequência, do ponto de vista social, seria uma redução do teor conflitivo das relações sociais, já que os ganhos materiais de grupos não proprietários eram crescentes. É importante, pois, considerar que o contexto do pós-guerra condicionava boa parte das motivações subjacentes. Para tomarmos os EUA como exemplo, percebe-se que, a partir da Depressão dos anos de 1930, há uma redução significativa da desigualdade social. Por meio da sistematização de dados referentes a quase todo o século XX, Duménil e Lévy (2006) mostram que o grupo correspondente ao 1% mais rico do país perde renda ao longo de todo esse período, tendência que irá somente mudar nos anos de 1980 com a virada neoliberal. Ainda que a relação dos estratos de renda com as classes seja complexa, como afirmam os autores, a linha histórica da renda evidencia um comprometimento dos ganhos das frações superiores, o que nos permite conceber uma diminuição da sensação de

desigualdade. No plano europeu, o fortalecimento do compromisso keynesiano foi visto como expressão clara da institucionalização (com consequente "pacificação") das relações de classe[18].

Num quadro que parecia contradizer o acirramento da luta de classes, mas que nem por isso eliminava diferenças sociais significativas, propostas que usavam os conceitos weberianos para completar ou substituir as noções marxistas ganharam força. No tocante aos estudos das classes médias, dois estudos foram emblemáticos nos anos de 1950: a tese sobre os trabalhadores de colarinho-branco (*white collar*), de Charles Wright Mills (1976 [1951]), e o trabalhador de paletó[19] (*blackcoated worker*), de David Lockwood (1962 [1958]), termos diferentes para se referir ao mais conhecido em português "trabalhador de escritório".

O livro de Mills foi um dos marcos na popularização do termo colarinho-branco, ainda que de forma notadamente mais crítica do que em outras abordagens. Há um explícito viés pessimista em suas análises, diferente, por exemplo, da postura de Bell que veremos à frente.

O ponto de partida de Mills foi também mostrar que a estrutura social do século XX inviabilizava noções formuladas a partir da sociedade do século XIX. Assim, o advento da nova classe média não só é visto como forma de constatar os erros das teses e previsões de marxistas, mas declara, do mesmo modo, o fracasso das previsões liberais sobre a sociedade livre de pequenos-proprietários. Tanto o marxismo quanto o liberalismo teriam, desse modo, se tornado anacrônicos: a pequena-propriedade é engolida pelo grande capital, o trabalho continua "alienado" e as perspectivas políticas de ação dessa nova classe média são desanimadoras. Ao contrário dessas previsões, o que teria se efetivado é a perspectiva pessimista weberiana de que a racionalidade burocrática prendeu os homens em uma jaula de ferro. Por conseguinte, a forma de tratar dessas questões no século XX deveria ser alterada rumo a uma abordagem psicológica, ou seja, uma nova base analítica que captasse o sofrimento psíquico do trabalhador moderno.

Mills antecipa, de fato, um conjunto de análises posteriores que irá perceber, na prática cotidiana dos colarinhos-brancos, tendências de proletarização de seus agentes. O escritório concentraria, em termos revigorados, a organização do trabalho das fábricas. Ocorre que, para

[18] Ver Alain Bihr (1999). Pensando o caso francês, para Bouffartigue (2005), a expressão "compromisso quadrista" (das *cadres*) seria uma melhor definição para o processo.
[19] Assim com a tradução espanhola sugere, não nos parece que a tradução do adjetivo "negra" faça alguma diferença em português.

Mills, não poderia se esperar daí nenhuma ação transformadora. É emblemático o trecho em que recorre a um personagem de G. Orwell: "naturalmente, o problema de pessoas como nós [da classe média] é que sempre imaginamos ter alguma coisa a perder" (1976, p. 13).

Há vários elementos que compõe a definição de colarinhos-brancos na obra de Mills. Basicamente, o autor quer traçar a emergência de empregados, distintos dos operários (ou proletários, que são aqui sinônimos), cujas capacidades características referem-se "à manipulação de papéis, de dinheiro e de pessoas" (1976, p. 86). Os indivíduos que manipulam "pessoas e símbolos" – e que podem usar no seu dia-a-dia "roupas de passeio" – perfazem cada vez mais uma parte maior da população economicamente ativa, enquanto o número dos que manipulam objetos decresce consideravelmente. Numa tentativa de associar esses assalariados a momentos do processo de produção, Mills afirma:

> Os *colarinhos-brancos* ajudam a transformar o produto do trabalho de alguém em lucros para outro; alguns deles estão mais próximos dos meios de produção, supervisionam o trabalho real de fabricação e fazem o registro do que é produzido. São as pessoas que *tomam nota*, manejam a papelada necessária à distribuição da produção. Fornecem serviços técnicos e pessoais e ensinam aos outros as qualificações que eles próprios exercem, assim com as outras capacidades transmitidas pelo ensino.

Assim como os operários, os colarinhos-brancos não são proprietários. Dessa forma, não se pode falar aqui em classe média do ponto de vista da propriedade, pois, em relação aos meios de produção, eles estariam em posição idêntica aos demais trabalhadores. Não há um grau médio de propriedade dos meios de produção, pelo menos nesses termos. É nesse momento que Mills se vale daquilo que se mostrou com a principal explicação alternativa no seu tempo e até os dias de hoje e que denotou a proeminência da explicação de corte weberiano nas análises sobre classe média: se o colarinho-branco não se diferencia pela propriedade, os marcadores sociais, em última instância, podem ser resumidos ao bloco *renda, status e poder*, que se vincula à posição que os indivíduos ocupam.

A partir das motivações e posições dos indivíduos, é possível estabelecer uma estratificação social para essa nova ordem, bem como fazer análise de tendências de transformação. A base "material" da mudança, por assim dizer, que é formulada no trabalho de Mills, diz respeito aos "processos diretamente técnicos do trabalho [que] vêm perdendo seu

significado para a massa dos empregados" (p. 247), isto é, a transformação técnica de fábricas e escritórios fez com que desaparecesse qualquer satisfação individual vinculada ao trabalho em si e, ao contrário de uma luta contra a "alienação", os trabalhadores optam justamente pelo contrário. Aceitam essa alienação como um dado da vida e passam a fazer a "ideologia pura do trabalho alienado: mais dinheiro para menos trabalho" (p.248). Assim, do ponto de vista da significação individual, renda, status e poder "sobem ao primeiro plano".

Mas o curioso, do ponto de vista da distinção entre essa nova classe média e os proletários, é de que a renda também não serve, por si só, como bom traço de distinção. Ainda que as posições vinculadas "ao escritório" tenham tradicionalmente remunerações superiores, não seria possível, para Mills, esperar uma renda média tão distante entre as duas classes. Na verdade, a renda conduz a outro elemento, nesse cenário, ainda mais expressivo: o status. A ideia é de que a satisfação no emprego é colocada fortemente no status decorrente da sua posição e na forma como ele se insere nas relações sociais no emprego. A renda, nesse sentido, é parte do status, não causa, pois o status conferido "pelo exercício de determinadas qualificações e por determinados níveis de renda é frequentemente a principal fonte de satisfação ou de humilhação" (p. 249). É preciso também constatar, no que tange ao status vindo da qualificação, que boa parte das atividades que envolvem os colarinhos-brancos exige um diploma universitário, situação bastante diferente da estrutura de empresa tradicional ou de um capitalismo inicial.

O outro lado da moeda do status é o poder que o acompanha. Se os empregados no geral perderam poder para os meios técnicos, para o mercado e para a burocratização das funções, eles tendem a aperfeiçoar, segundo Mills, "o poder sobre as pessoas", ao longo de uma "hierarquia de poder" que caracteriza as organizações modernas.

Por fim, também Mills se fundamenta no que seria a não confirmação das "previsões" políticas de Marx a partir de um questionamento das tendências de polarização e pauperização. Seu argumento é o de que, ao contrário da tese marxista, a falta de propriedade não suscita propensões de luta ao socialismo, nem entre os proletários, nem entre a nova classe média desprovida de propriedade. As vontades e consciências políticas não se movimentam por essa ausência, segundo o autor. A explicação de Mills se dá no plano de uma lenta integração histórica promovida pelo capitalismo:

> A concentração da propriedade nos últimos cem anos foi um processo lento, e não uma ruptura brusca no espaço de uma geração; até mesmo os filhos de agricultores – entre os quais a "expropriação" foi mais evidente – viram na cidade mais o seu fascínio do que a ausência de propriedade. Além disso, como trabalhadores, os colarinhos-brancos, e todo o resto da população, tiveram a experiência de uma elevação dos padrões de vida: a falta de prosperidade não coincidiu necessariamente com a pauperização. Assim, a concentração da propriedade, e a expropriação que ela acarretou, não foi sentido em geral como uma "agonia", ou provocou a proletarização, em qualquer sentido psicológico que se atribua a esse termo (p. 314)[20].

Todas essas preocupações estão igualmente presentes no trabalho de Lockwood (1962). Algumas nuanças, no entanto, são importantes. Para Lockwood, a definição de proletário de Marx se refere ao trabalhador desprovido de propriedade e que é somente energia de trabalho contratável. Por esse critério, o trabalhador de escritório não difere do trabalhador manual. Mas, segundo autor, mesmo Marx havia reconhecido que essa condição diz pouco a respeito da "consciência de classe" que pode surgir nos grupos. Se a intenção é analisar como esses trabalhadores de escritório se organizam e agem socialmente, o conceito de proletário, definido nesses termos, acaba sendo inútil. Para entender a relação entre trabalhadores de escritório e trabalhadores manuais, o termo proletário mais ocultaria do que auxiliaria ao entendimento.

A saída, tal como Mills, está em Weber. Seria preciso diferenciar a "situação de classe" – isto é, a situação de mercado (renda, estabilidade, possibilidade de ascensão) e a situação de trabalho (posição na divisão de trabalho) dos indivíduos – da "situação de status", que é a "posição na hierarquia de prestígio dentro da sociedade em geral", tal como desenvolvido na teoria de estratificação social weberiana (p. 6).

Recolocada a questão, a situação de classe iria evidenciar o equívoco, segundo o autor, de igualar trabalhadores de escritório a manuais. E um dos fatores mais importantes que explicam essa relação desigual, mais presente nos escritórios tradicionais do século XIX, é o fato de a venda da força de trabalho não ser algo tão indiferenciado como supunha a teoria do valor de Marx[21]. Lockwood chama a atenção para o fato de que as condições de trabalho do assalariado de

[20] O problema geracional exposto por Mills será retomado nos próximos capítulos, quando discutimos as controvérsias do conceito de classe social em Marx.

[21] Uma das epígrafes do primeiro capítulo de seu livro, junto a uma passagem de Marx, é uma crítica de C. Booth, de 1890: "a energia humana de trabalho, comum e indiferenciada, sobre a qual K. Marx baseia sua gigantesca falácia, não existe em nenhum lugar deste planeta; mas, em minha opinião, se poderia encontrar menos ainda entre os trabalhadores de escritório" (apud Lockwood, 1962, p. 8). Percebe-se, desse modo, que o argumento de teóricos da

escritório fazem com que a relação deste com os grupos superiores seja marcada pela pessoalidade, diferentemente de um operário.

O escritório do século XX evidentemente passou por mudanças, como na forma de contratação e nas tecnologias, que afetaram esses traços tradicionais. Contudo, e essa é a tese mais presente em Lockwood, ainda que essas mudanças tenham alterado o padrão de vida desses trabalhadores, eles não vivenciam a mesma situação de classe dos trabalhadores manuais, o que explica a não existência de uma "consciência de classe" comum. O autor apresenta os seguintes fatores para justificar essa avaliação.

Em primeiro lugar, a mecanização afeta num grau muito menor o trabalho de escritório. Mesmo que possa aproximá-lo do trabalho manual – e para Lockwood, decididamente, o trabalho de escritório está bem distante do "trabalho intelectual" – a mecanização não elimina as relações pessoais e individualistas no ambiente de trabalho de escritório. A diferenciação de prestígio, que os próprios interiorizavam em relação a um trabalho manual "não respeitável", manteve-se ao longo do século XX para o trabalhador de escritório. Sua situação econômica "o fazia ser precavido, batalhador e individualista" (p. 95).

Desse modo, as condições em que se inseriam no mercado também eram distintas. Em relação ao trabalhador manual, o trabalhador de escritório tem, em média, maiores salários, maior estabilidade, maior chance de aceder a cargos de gerência e certas vantagens não pecuniárias (controle do tempo, férias, segurança de trabalho) de difícil obtenção dos trabalhadores manuais. A questão da estabilidade é bastante enfatizada pelo autor, pois ela pode ser "uma alternativa parcial à propriedade" (p. 210-11).

Como argumenta Boito Jr. (2004), assim como Mills, Lockwood apontava para uma dificuldade fundamental no tocante à luta sindical desses trabalhadores. Sendo um grupo de status no interior do contingente geral de assalariados, o trabalhador de classe média irá apresentar mais resistência à participação em lutas coletivas, pois está condicionado a lutar individualmente pela sua ascensão na escala de prestígio social.

---

economia de serviços ou do "imaterial", como Offe (1989), Hardt e Negri (2000) e Gorz (2007), apenas potencializam um argumento existente desde o século XIX. Voltaremos a esse ponto.

A tese central, então, defendida por Lockwood é de que o trabalhador de escritório, no século XX, distancia-se da classe média – classe que seu "paletó" simbolizava tradicionalmente – mas não se integra à classe operária. Essa seria, então, a tendência histórica, distinta das previsões de Marx, que caracteriza a ação social das sociedades modernas, uma espécie de nova classe intermediária entre a classe média tradicional[22] e os trabalhadores manuais.

A conclusão de Lockwood era a de que o debate marxista tradicional equivocava-se ao conceber um "proletário de colarinho-branco" que só não estaria em união aos operários em razão de uma "falsa consciência". A estrutura social e a ação do Estado, profundamente alteradas no século XX, inviabilizariam tal diagnóstico. Na verdade, para o autor, havia um equívoco duplo: não somente os trabalhadores de escritório não se igualam aos operários, como os próprios operários também foram atingidos pela "diversificação da estrutura laboral" e não apresentam a mesma "homogeneidade" – argumentos que serão utilizados de maneira semelhante, décadas depois, por outros autores, como C. Offe (1989)[23].

Nessa mesma linha de argumentação, é igualmente expressiva a obra de John Goldthorpe. Dialogando com Mills e Lockwood, Goldthorpe também aborda a questão do status diferenciado de trabalhadores não manuais como fato limitador das análises marxistas. Indo além, afirma que os fenômenos históricos presenciados até então desautorizam a vinculação direta entre a forma como agem os trabalhadores e seu suposto papel histórico revolucionário.

Esses temas são apresentados em um artigo publicado em 1972, cujo ponto de partida refere-se aos debates em torno da ação dos trabalhadores e as relações com o sistema político britânico. Neste trabalho, Goldthorpe argumenta que, para explicar a ação não revolucionária dos trabalhadores ingleses e oferecer um contraponto às teses liberais, os marxistas são obrigados a retorcer de tal forma suas bases teóricas que acabam por chegar num beco sem saída: não

[22] Essa classe média parece se reduzir, para Lockwood, aos gerentes superiores, profissionais liberais e pequenos proprietários, embora tal caracterização não nos pareça clara nesse estudo.

[23] Essa é a visão de Lockwood (1962, p. 209-210) da teoria marxista: "segundo esta teoria, o aumento da pauperização, da instabilidade e do caráter de casta da classe despossuída apagaria as diferenças internas, cujo resultado é a principal força dinâmica do sistema classista da última fase do capitalismo. Os trabalhadores de paletó seriam arrastados de forma incontrolável a esse turbilhão da proletarização, adquirindo assim consciência de sua latente comunidade de interesses com a classe operária". A seguir, cita como trabalhos representativos F. D. Kligender, autor de estudo sobre trabalho de escritório na Grã-Bretanha, em 1935, e a obra de R. Hilferding, de 1910, discutida no próximo capítulo.

conseguiriam mais, no bojo dessas rearticulações, unir aquilo que faz do marxismo um tipo de conhecimento particular, isto é, a relação entre teoria e prática.

Em síntese, Goldthorpe lança mão do seguinte raciocínio: para explicar e compreender as relações de classe em uma sociedade contemporânea, os marxistas são obrigados a conceber um movimento histórico que não exige, pelo menos num médio prazo, qualquer saída revolucionária. Mas, ao trabalharem com essa hipótese, estão ao mesmo tempo, em sua visão, se distanciando do marxismo, que precisaria, assim, sempre apontar o caminho revolucionário. Como se a análise da estrutura de classes, fundamentada nos critérios marxistas, começasse a contrastar com sua teoria da história[24]. No cerne desse debate estaria, ainda para o autor, o problema da consciência de classe e desse *gap* teriam surgidos os mais variados estudos para analisar o problema nas categorias assalariadas manuais e não manuais.

Nesses estudos, o que parece claro a Goldthorpe é o fato de que o conceito de consciência de classe mostrou-se bastante ineficaz. Isso explicaria a tendência, como em Lockwood, de abandoná-lo e partir para a análise das diferenciações ocupacionais ou como grupos se constituem nas estruturas de relação de mercado, de trabalho e comunitárias. Estudos como os de Lockwood e Mills teriam deixado claro que o trabalhador "white-collar" não pode ser simplesmente integrado ao proletariado. Como essa alegação não podia ser simplesmente negada pelos marxistas[25], eles faziam uma concessão e a aceitavam até certo ponto, mas sempre advertindo que o desenvolvimento da economia capitalista iria progressivamente reduzir as diferenças entre o salariado em geral.

Muitos marxistas, segundo Goldthorpe, passaram a usar dados de análises empíricas diversas, que expressavam a complexidade da relação de classes, mas não admitiam que tais dados fossem também coerentes com outras visões sócio-políticas futuras. Essa postura, para o autor, não resolvia três grandes problemas. O primeiro problema era de que os dados sugeriam, pelo menos no que se referia à Grã-Bretanha, que "a tese da proletarização dos *white collar* é

[24] Segundo Goldthorpe (1996 [1972] p. 106): "Assim, independentemente da força das críticas marxistas às teorias liberais convencionais, uma crítica inversa pode sempre começar com a questão: se a estrutura capitalista permanece fundamentalmente inalterada, por que não é evidente, nas sociedades avançadas do Ocidente, um apoio da classe trabalhadora em larga escala a movimentos socialistas radicais?"

[25] Goldthorpe dirige-se, principalmente, a marxistas ingleses identificados como a Nova Esquerda, como T. Cliff e R. Blackburn.

possivelmente tão empiricamente questionável quanto aquela do aburguesamento da classe trabalhadora" (p. 107). Em segundo lugar, é também questionável simplesmente se admitir que as características das novas empresas, aquelas que apontam as tendências do futuro, seriam as mesmas das indústrias tradicionais. Em terceiro lugar, e talvez o aspecto mais fundamental, não haveria razão consistente para estipular que a diferenciação em grupos de interesse e a estratificação baseada no status iriam ceder no longo prazo, isto é, que deixariam de ser estruturais na sociedade moderna para dar lugar a uma formação de classe cada vez mais definida.

Esse último problema deve-se a uma razão teórica de fundo, segundo Goldthorpe, porque o marxismo teria como argumento central a alegação de que, no interior da hierarquia de desigualdade existente, outros modos de relação social diferentes dos baseados em classe estão, de certa forma, fora do lugar ou são inconstantes, apenas sobrevivências de um período histórico anterior. Há algo salutar, segundo o autor, na reação marxista a um uso vulgar de Weber, mas o uso analítico das hierarquias de status é fundamental para entender, entre outras coisas, associações de empregados não manuais.

Retoma-se, aqui, a tese de Lockwood: mesmo que trabalhadores não manuais também sofram pressão constante que pode minar seu padrão de vida e condições de emprego, isso não leva a uma automática simpatia e unidade com o proletariado. A prova concreta estaria nos exemplos de organizações de trabalhadores de escritório que, ao agirem coletivamente, almejam restabelecer o que consideram como referenciais legítimos de pagamento, condições de trabalho e estilos de vida: "em outras palavras, a ação coletiva é vista como uma arma não de conflito de classe, mas sim de competição de grupos de status, nos quais a preservação do *status quo ante* é uma preocupação básica" (p. 109).

Um exemplo desse raciocínio é dado por Roberts *et al.* (1977), com o caso de pilotos de companhias aéreas. Segundo os autores, que se remetem a um estudo de A. Blain, de 1972, sobre empresas britânicas, esses profissionais estavam longe de serem afetados por qualquer forma de proletarização, mas apresentavam formas de organização sindical bastante coesas e ativas, em meio a sérias deteriorações das relações de trabalho naquele contexto. A explicação, para os autores, não está no fato de os pilotos passarem a se ver como "trabalhadores", mas sim em razão

da perda de influência que sentiam fora de suas aeronaves, dado o tamanho cada vez maior das empresas que os distanciava dos "*top managers*". Assim, não lutavam em prol de uma classe, mas pela perda de status no interior da hierarquia das empresas em relação ao corpo gerencial. Na verdade, o que eles justamente queriam evitar era o rebaixamento de seu grupo à condição de "mero trabalhador", por isso usavam o sindicalismo como uma forma de reconquistar o reconhecimento profissional e o status com os quais se viam imbuídos. Roberts et al (1977 p. 127) apontam que "os pilotos estavam adotando meios da classe trabalhadora na busca de um objetivo manifesto de classe média".

Esses aspectos foram levantados em um trabalho anterior de Goldthorpe em parceria com Lockwood e outros dois pesquisadores, F. Bechhofer e J. Platt, publicado anos antes, em 1969, decorrente do projeto de pesquisa chamado *The affluent worker in the class structure*. Nesse trabalho, os autores apresentavam os resultados de um *survey*, aplicado na cidade de Luton em trabalhadores manuais relativamente bem pagos, que tinha como objetivo dimensionar a validade da tese do aburguesamento classe trabalhadora.

Segundo essa tese, as mudanças da estrutura ocupacional em sociedades avançadas, principalmente após o crescimento econômico no pós-II Guerra Mundial, faziam com que contingentes cada vez maiores de trabalhadores passassem a se identificar com a classe média (vista como parte da burguesia), processo que se efetivava como prova contrária da tese de proletarização marxista. Ao invés de ser verificada uma pauperização generalizada, o enriquecimento desses trabalhadores, a conquista de maior estabilidade, o acesso a uma gama variada de mercadorias, entre outros fatores, teriam conduzido a classe trabalhadora para posições, estilo de vida, valores e ideologias próprias da classe média.

Os questionários aplicados pelo grupo de Goldthorpe e Lockwood teriam levado, porém, a uma explicação distinta. Por um lado, essas pesquisas não corroboravam a tese do aburguesamento, pois várias características tradicionais da classe trabalhadora eram mantidas mesmo nesse contexto de "aumento da riqueza". Mas, por outro lado, a verificação desses traços não denotava, segundo os autores, a validade da tese contrária, sobre a tendência de proletarização. Os dados mostravam que os empregados de escritório e aqueles setores não

manuais considerados "proletários" também preservavam posturas de classe média, a despeito do crescimento de organizações sindicais nessas categorias.

No artigo de 1972, Goldthorpe esboçava aquilo que posteriormente construiu como modelo explicativo da nova estrutura de classes no tocante aos trabalhadores. Segundo o autor, a tendência era de que a classe fosse dividida em dois grupos. Por um lado, um estrato enriquecido e estável, abarcando os grupos ocupacionais mais bem organizados. Por outro, uma *underclass*, composta não somente por desempregados, "inempregáveis" e infames, mas também pela massa de trabalhadores desqualificados e desorganizados, além do trabalho imigrante que se torna exposto à depreciação e discriminação em bases racistas ou étnicas.

Desse modo, a ideia mais forte de Goldthorpe e Lockwood, que surge como eixo da recusa das duas teses opostas (aburguesamento ou proletarização), é aquela que preconiza uma classe trabalhadora cada vez mais heterogênea e que, gradualmente, abandona uma postura "tradicional". Isso significa, nos termos dos autores, que trabalhadores manuais seriam orientados, cada vez mais, por uma atitude instrumental em relação a suas atividades no trabalho e na organização política, bem como se deixam guiar por uma visão mais "privatizada" da vida social. N. Abercrombie *et al.* (1988, p. 146) resumem o panorama traçado pela pesquisa sobre o *affluent worker:*

> O novo trabalhador trabalhava unicamente por dinheiro e se importava com os sindicatos somente porque a ação coletiva era essencial para um acréscimo de renda. Essa renda, por sua vez, era cada vez mais dedicada para melhorar as condições materiais da família mais próxima do trabalhador. Novos trabalhadores eram mais centrados na família e não estavam envolvidos na vida comunitária ou da vizinhança. Então, Goldthorpe conclui, uma fronteira permaneceu entre a classe trabalhadora e a classe média, mas a classe trabalhadora em si se alterou em relação à sua forma tradicional.

É importante destacar que essas análises sociológicas estavam intimamente ligadas com o contexto econômico e o debate político ingleses. Era um dado inegável que no período do pós-guerra as desigualdades econômicas diminuíram e foi elevado o poder de barganha dos trabalhadores, além de ser dado início a uma transformação da estrutura ocupacional em que os postos vinculados a atividades consideradas manuais reduziam ante o aumento das funções gerais "de escritório". Do ponto de vista político, havia um grande impasse na esquerda, dentro e fora da academia, em razão de sucessivas conquistas do Partido Conservador, que contava sempre com

os votos de parte significativa da classe trabalhadora. A antiga pergunta ao marxismo parecia ser ainda mais inconteste: por que o desenvolvimento do capitalismo não radicaliza as posições políticas dos trabalhadores, ou seja, não leva a uma "consciência de classe" revolucionária?

Para Goldthorpe (1972), a análise marxista era assim forçada a aceitar tais tendências. Os projetos de transformação e o surgimento de uma luta comum entre os trabalhadores assalariados passavam a ser enfatizados, pelos marxistas, como somente "em potencial", como se, em algum momento, a "verdade fosse revelada". Isso levaria várias análises a enxergar em qualquer exemplo de militância de trabalhadores sinais da explosão de consciência que prefiguram os levantes vindouros. A crítica de Goldthorpe é de que esse processo, para o marxismo, só podia ser um beco sem saída. Se aceitasse os fatos e as análises da outras tradições, perderia necessariamente seu ímpeto enquanto sistema que reúne teoria e prática. Novamente, se o lado "positivo" (no sentido de empírico) da análise é contraditório com a sua teoria da história, sua consistência enquanto sistema coerente e coeso desmoronaria. Algo que parte do "marxismo analítico" não irá deixar de concordar, como veremos.

1.2. A separação da propriedade e da gestão nas empresas de sociedade anônima

O outro fenômeno que repercutiu de forma avassaladora nas teorias sociais do século XX foi a tendência de separação, nas grandes empresas capitalistas, entre a propriedade econômica e a gestão dos processos produtivos. O processo não era estranho ao formato empresarial do século XIX – chegou, como veremos, a demandar a um esforço de compreensão de Marx – mas seus traços eram ainda muito incipientes. A razão de ser amplamente utilizado como mais uma forma de refutação da teoria de Marx, em geral, e da sua teoria de classes, em particular, explica-se por acrescentar um questionamento adicional às relações de propriedade: a separação da gestão da propriedade jurídica atingia não somente os assalariados, ao alargar ainda mais o conjunto de agentes não proprietários, mas igualmente modificava a própria classe capitalista, que parecia fadada a um lugar cada vez mais insignificante na estrutura social.

Um trabalho de síntese, nesse sentido, foi o de R. Dahrendorf. Publicado em 1957, *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* tinha como intenção principal, ao evidenciar as mudanças econômicas e sociais dos países capitalistas avançados, indicar as vias de refutação das premissas de Marx e apontar para um novo modelo de interpretação dos conflitos sociais. Para

tanto, Dahrendorf sintetizou uma extensa produção teórica, dos anos de 1920 a 1950, que abordava esses novos problemas. O tratamento teórico das empresas de sociedade anônima já havia se notabilizado nas décadas anteriores, em estudos como os de K. Renner, T. Geiger, A. Berle e G. Means, P. Sering, J. Burnham[26], entre outros. Ao fazer a exposição dessa gama variada de formulações, Dahrendorf também apresentava a sua leitura da obra de Marx.

O conjunto de suas análises fundamentava-se, essencialmente, na mudança provocada pelas novas formas de propriedade privada das empresas, com a emergência das sociedades anônimas. Com bases nos estudos acima, apontava que mais de dois terços das companhias em "sociedades industriais avançadas" eram de sociedade anônimas e que o patrimônio dessas empresas superava quatro quintos do valor total de todas as empresas. Tratava-se, assim, de uma mudança estrutural e a reação a ela gerou posições "radicais" e "conservadoras". As radicais[27] viam no processo uma ruptura total com o capitalismo tradicional, enquanto a conservadora buscava provar que as consequências eram superestimadas. Ainda que danificasse seu esquema, Marx, para Dahrendorf, era o fundador da ala radical, pois a explicação de Marx levava a entender que:

> Separando a propriedade e o controle, a sociedade anônima reduz a distância entre o gerente e o operário, ao mesmo tempo em que remove completamente os proprietários da esfera da produção e isola, em consequência, sua função como exploradores dos demais. Não há mais do que um passo a separar este tipo de análise [*de Marx*] de que, nas palavras de Renner, os 'capitalistas sem função' cedem o lugar a 'funcionários sem capital' e de que este novo grupo dirigente da indústria assemelha-se muito pouco aos antigos 'capitalistas completos' (p.48-49).

[26] Segundo T. Bottomore (1974 [1964]), Burnham apresentava de forma mais elaborada uma hipótese já levantada por T. Veblen, em *The Engineers and the price system*, publicado em 1921. Nesse livro, Veblen buscava encontrar uma razão diferente daquela erigida por Marx para o ocaso do sistema de produção dirigido por proprietários privados. Ao invés de ser a classe trabalhadora a responsável por uma possível mudança (que seria, segundo Marx, a transição para uma sociedade sem classes), Veblen imputava a especialistas tecnológicos, os "engenheiros", o papel central de um novo sistema produtivo, pois seriam eles que já propiciavam as rendas usufruídas pela classe proprietária. Os engenheiros ganhariam, aos poucos, consciência de classe e seriam a base principal da nova sociedade. Burnham, por sua vez, argumentava que, na verdade, essa nova forma social que suplanta a sociedade capitalista é aquela trazida pela "revolução gerencial". Esses gerentes não são exatamente os técnicos e cientistas retratados por Veblen, mas sim aqueles coordenadores e dirigentes gerais do processo produtivo, embora boa parte tenha, evidentemente, qualificações técnicas.

[27] Poderíamos também incluir nessa visão "radical" o trabalho de Galbraith (1985[1967]) que vai ao encontro da leitura de Dahrendorf sobre Marx. Também para Galbraith, o marxismo só explicaria uma sociedade em que a propriedade ainda está unida à gestão da "organização". Os economistas, mesmo liberais, que ficam presos a uma imagem do passado em que o poder está inteiramente na mão de proprietários, seriam tão marxistas quanto Marx (p. 49).

A argumentação de Dahrendorf era a de que o acerto de Marx em relação à radicalidade do processo, ao invés de confirmar suas expectativas, minava sua teoria social. Isso ocorria porque, na interpretação do autor, Marx via as sociedades anônimas (incluídas as cooperativas) como um "meio caminho" para o comunismo, sustentadas pelo próprio capitalismo[28]. Como, para o autor, elas não laveram, nem iriam levar, a essa transição, o que ocorre, por fim, é uma modificação da estrutura social que anula toda a teoria de classes de Marx, pois a classe capitalista homogênea – assim como um proletariado uniforme – não se desenvolveu.

Mas é preciso entender que esse abalo mortal foi dado à forma pela qual Dahrendorf entende a teoria das classes de Marx, a saber, uma teoria baseada "essencialmente no conceito estreito e jurídico de propriedade" (p. 31). O raciocínio segue de forma simples: se o conceito de classe de Marx é jurídico, quando o formato legal de proprietário se esvai frente às sociedades anônimas, somem com ele as classes[29].

Assim, Dahrendorf chega à conclusão de que as classes sociais, tal como pensadas tradicionalmente, perdem relevância na explicação dos conflitos modernos porque foi modificada a unidade das classes em oposição – capitalistas e o proletariado – o que permitia entender o mundo a partir das ações de classe. Não haveria mais uma diferenciação crescente entre as classes na medida em que elas se reproduzem de forma menos homogênea e se "institucionaliza" a mobilidade social. Com essa afirmação, Dahrendorf buscava fazer um contraponto às diversas teorias sobre a nova classe média. Segundo o autor, dificilmente trabalhadores de escritório e burocratas iriam compor uma classe social de fato. A tendência era de que esses grupos se aproximassem das classes já existentes, ou seja, a burocracia iria se dirigir à burguesia e os trabalhadores de escritório ao proletariado.

Porém, essa extensão das classes antigas não implica a renovação da teoria de classes. Pelo contrário, é a causa de seu esfacelamento e, tal como em Lockwood, a ideia de heterogeneidade da classe, no sentido de inviabilizar sua unidade, se faz presente:

[28] Veremos, no terceiro capítulo, que a fonte dessa afirmação se baseia numa leitura particular do Livro III de *O capital*, tal como também será feito por D. Bell.
[29] "Para Marx, as classes estavam ligadas à existência da propriedade privada efetiva. Sua formação, existência e luta só podem ocorrer em uma sociedade em que alguns possuem a propriedade e o controle privado dos meios de produção enquanto outros são excluídos dessa condição" (Dahrendorf, 1982, p. 32).

> Ambas as classes tornaram-se, com esses desenvolvimentos, ainda mais complexas e heterogêneas do que já eram, de todo modo, por seu processo de decomposição. Ao ganhar esses novos elementos, sua unidade tornou-se altamente duvidosa e precária. (...) Mais ainda que a decomposição do capital e do trabalho, esses fatos tornam altamente duvidosa a aplicabilidade atual do conceito de classe aos grupos de conflito das sociedades pós-capitalistas. De todo modo, os participantes, as questões e os modelos dos conflitos mudaram e a simplicidade confortável da visão marxista da sociedade tornou-se uma construção sem sentido. Se alguma vez existiram duas classes sociais grandes, homogêneas, polarizadas e identicamente situadas, hoje, certamente, elas deixaram de existir, de tal modo que uma teoria marxista sem modificações está destinada a fracassar na explicação da estrutura e dos conflitos das sociedades industriais avançadas. (p. 60-61).

Para Dahrendorf, além do surgimento dos trabalhadores de escritório, das burocracias e da "institucionalização da mobilidade social", o fator que atingiu mais fortemente as previsões de Marx[30] foi a negação empírica da tese da pauperização absoluta do proletariado. Tratou-se de uma "refutação espetacular" da previsão de que "burguesia e proletariado tenderiam aos extremos de riqueza e da pobreza, da posse e do despojamento". As consequências do equívoco dessa previsão não são desprezíveis. Ainda que o autor concorde que possa haver alguma verdade na tese do "caráter extremo da situação de classe e a intensidade dos conflitos", a "notável expansão da igualdade social no último século tornou as lutas de classe e as mudanças revolucionárias francamente impossíveis" (p.64).

Apoiando-se em T. Geiger, Dahrendorf faz uso da noção de "institucionalização do conflito de classes", que se transformou numa referência para grande parte do pensamento liberal no século XX. Nessa linha de análise, como a tensão natural entre capital e trabalho passa a ser reconhecida por instituições legais, as partes aceitariam as "regras do jogo" e jamais lutariam além dos limites estabelecidos por essas regras, ainda que essa luta se refira a níveis salariais, horas de trabalho e outras questões correlatas. Para Geiger, "a luta de classes perdeu sua contundência principal e converteu-se em uma tensão legítima entre fatores de poder que se equilibram mutuamente" (1949 apud Dahrendorf, 1982, p. 67). Aqui, novamente Marshall é evocado, no intuito de evidenciar que a sociedade moderna pode resolver seus problemas por meio de instituições. Não estranha, dessa maneira, que no prosseguimento de sua análise Dahrendorf afirme que "é muito provável que a maioria das sociedades contemporâneas tenha deixado de ser capitalista" (p. 69). Embora existam racionalidades e disputas próprias do

[30] Previsões de Marx que Dahrendorf julgava ser somente "esperanças" (p. 64).

capitalismo, as "sociedades industriais" de hoje seriam caracterizadas por um "pós-capitalismo" que redefiniu estruturalmente os problemas do século XIX. Nesse sentido, a segunda parte do seu trabalho é dedicada a construir um modelo de análise para captar os traços das disputas contemporâneas, na medida em que as lutas de classe teriam sido transformadas em conflitos surgidos por relações de autoridade. O argumento de fundo é o de que o capitalismo é um dos tipos possíveis de uma "sociedade industrial". Marx, ao igualar os dois termos, errou em suas previsões, pois o "industrialismo" pode sobreviver a uma mudança drástica que não possibilite mais nomear uma sociedade de capitalista.

Esse tipo de formulação, que se utiliza teoricamente do conceito de "industrialismo", precisa ser problematizado desde já, pois é recorrente e reaparecerá ao longo de todas as décadas seguintes, como no debate sobre a centralidade do trabalho. No geral, o conceito "industrialismo" é informado por duas bases teóricas: uma desconsideração ou negação do capital como uma "relação social de produção" e uma aceitação, por um viés weberiano, da racionalidade instrumental que seria inerente à produção industrial complexa. Por essa razão, a utilização do conceito engendra formulações diferentes, dependendo do contexto em que é utilizada[31].

Uma dessas formas se encontra na obra de Dahrendorf (1982, p. 46), na qual o industrialismo é entendido como a sociedade que se utiliza da produção mecanizada de mercadorias em fábricas. Como não há volta aos padrões anteriores à produção industrial, que "permanecerá conosco para sempre", esse conceito torna-se "extremamente amplo", nas palavras do autor. Já o capitalismo, como forma social, seria caracterizado pelo fato de que o capitalista "típico" dessa sociedade é o proprietário legal das empresas, gerente real da produção e comandante de seus operários[32]. Tal como vimos em sua obra, com a emergência das gerências científicas e das burocracias, some a figura "jurídica" do capitalista original e, com ela, a do próprio capitalismo. Viveríamos, então, numa sociedade industrial "pós-capitalista".

[31] Sobre o tema, E. P. Thompson (1998, p. 288-289) faz considerações no mesmo sentido. Para o autor, "industrialização" e "industrialismo" são quase sempre usados como forma de reduzir um processo histórico complexo a um modelo simples, "supostamente neutro e tecnologicamente determinado". Os países e seus povos não viveram, simplesmente, uma transição de uma sociedade pré-industrial para "o industrialismo *tout court*, mas para o capitalismo industrial ou (no século XX) para sistemas alternativos cujas características ainda são indistintas".
[32] Definição que resgata de P. Sering.

Contudo, na década de 1970 e com o aparecimento das tecnologias de informação e comunicação, os conceitos de sociedade industrial ou o industrialismo passam a ser operados para designar o lócus principal da sociedade, não necessariamente da produção em si, mas o da concentração de indivíduos. Em termos bem genéricos, uma sociedade industrial, nessa concepção, seria aquela em que a maioria das pessoas exerce suas atividades em fábricas, o que traz consigo todo um conjunto de determinações sociais, políticas e culturais específicas. O industrialismo torna-se, assim, a superação de um modelo social agrário, mas que pode ser, por sua vez, superado pelo aumento dos "serviços", na clássica distinção da estrutura social em três "setores" [33]. Do ponto de vista da teoria social, a origem do industrialismo é coetânea dos primórdios da sociologia e do socialismo "utópico". A obra de Saint-Simon, no intuito de consagrar as "classes industriais" em contraposição aos parasitas sociais (todos aqueles externos à fábrica, de padres a proprietário 'feudais' de terras), expressa a origem dessa sociedade.

É este o outro momento das teorias que se apoiam no "industrialismo". Se o número de trabalhadores ocupados na produção material propriamente dita decresce e o contingente de empregados nos escritórios, burocracias e na prestação de serviços aumenta, existiria não somente uma superação da sociedade industrial, mas também das suas variações, quais sejam, o capitalismo e o "comunismo"[34]. A superação de Marx evidencia-se pelo simples fato de que não mais existiria, ou tende a se extinguir, aquele modelo de sociedade amparado na fábrica, que gira em torno da produção material de mercadorias produzidas por operários, sujeitos da transformação. Sem o agente de mudança, não há porque se falar em socialismo ou sociedade sem classes. Esses contornos aparecerão de forma muita emblemática no polêmico *Adeus ao proletariado* de André Gorz, em 1980.

Independentemente do caminho traçado e do contexto em que são lançados, o uso do "industrialismo" ou da sociedade industrial convergem num mesmo fundamento político: as teorias revolucionárias "do século XIX" não seriam capazes de responder aos problemas do século XX, seja porque o próprio capitalismo se reinventou em bases novas, alterando-se de forma, seja porque a base objetiva na qual esse pensamento foi criado não mais existe.

[33] A criação do modelo dos "três setores" – primário, agricultura; secundário, manufatura e indústria; terciário, serviços – é de C. Clark, no livro *Conditions of Economic Progress*, da década e 1940, citado por D. Bell (1973, p. 28).
[34] Evidentemente que esses autores se referem ao "socialismo" do modelo soviético.

Como argumentaremos em outros momentos, essa chave de análise não concebe o capital, antes de qualquer outra dimensão, como uma relação social de produção. Assim como houve e há capitalismo "agrário"[35], há capitalismo "industrial" ou nos "serviços", se é que essa divisão, como veremos, faz sentido para a análise marxista. A análise mais fundamental de Marx, sobre como o processo de valorização subsume os processos de trabalho, é ignorada ante uma naturalização do formato "indústria".

Nesse sentido, a obra de D. Bell (1977 [1973]) destaca-se por tentar provar o fim do modelo "industrial" pelo advento da "sociedade pós-industrial"[36]. As cinco dimensões em que essa transformação seria efetivada são as seguintes: há uma mudança de uma economia de produção de bens para uma de serviços; uma classe profissional e técnica torna-se proeminente; o conhecimento teórico é alçado à posição de fonte da inovação e de formulação política para a sociedade; há uma orientação para o controle da tecnologia e, por fim, a criação de uma nova "tecnologia intelectual". Esses cinco aspectos, em seu conjunto, modificam as bases da "sociedade industrial" tradicional, seja ela "capitalista" ou "comunista".

Para Bell, a sociedade industrial é marcada pelo predomínio da máquina e de toda sorte de fatores que caracterizam um "universo técnico e racionalizado": tempo cronometrado e controlado, empresas e instituições organizadas burocrática e hierarquicamente, homens tratados como coisas, um modelo social em que o critério técnico é a eficiência, etc. (p. 147). Todos esses fatores se alteram na sociedade pós-industrial, que tem como base os "serviços". Nela, o que conta é a "informação", e não a "força muscular ou energia". A figura central dessa sociedade são os "profissionais", treinados e educados para cumprir habilidades específicas. Uma sociedade industrial tem como padrão a quantidade de bens produzidos. Na "pós-industrial", "é a qualidade da existência" que predomina, o que pode ser avaliado pelo conforto trazido pelos serviços de

[35] A tese de E. Wood (2001), na esteira dos trabalhos de R. Brenner, é de que a origem do capitalismo efetivou-se no contexto agrário. Outra forma de ver o problema seria a distinção, tal como opera Mészáros, entre capital e capitalismo. Voltaremos a esse tema posteriormente.

[36] Reteremos, neste momento, somente as premissas básicas do seu famoso estudo "*O advento da sociedade pós-industrial*", onde encontramos os conceitos fundamentais de suas propostas e sua crítica a Marx. Em outros trabalhos, Bell desenvolve as características da nova "sociedade da informação", que podem ser vistas por meio do estudo de síntese feito por Kumar (1997). Igualmente, pelos objetivos da discussão que apresentamos, em Dahrendorf só extraímos o cerne da sua crítica a Marx e deixamos de lado os modelos alternativos aventados, cujas repercussões podem vistas no próprio Bell (1977) ou em Giddens (1975) e Dias Júnior (2007), entre outros.

educação, saúde, lazer e artes que, segundo Bell, "agora [são] considerados desejáveis e possíveis para todos" (1977, p. 148).

Sobre o marxismo, Bell argumenta que essa mudança, e nova classe que ela gera, até poderia ter sido descoberta por Marx se ele não tivesse se atrapalhado no que Bell chama de seus "dois esquemas". O primeiro esquema[37] de Marx seria uma variação da tese da polarização absoluta entre burguesia e proletariado. Nesse "esquema", Marx pressupõe o modo capitalista "puro", ou seja, ignoradas as reminiscências de modos de produção pretéritos, os processos de concentração e centralização do capital fariam com que as classes sociais se resumissem a burguesia e proletariado. Somem quaisquer "terceiras pessoas" nessa relação.

Seguindo a exposição de A. Harris, essas terceiras pessoas ("*dritte personen*", na expressão de Marx) poderiam ser de dois grupos, os que estão fora das relações "puras" capitalistas (pequeno produtor, artesão, camponês) e os que estão dentro, mas de forma diferenciada do trabalhador assalariado clássico. Nesse segundo grupo, estão os "improdutivos", divididos, por um lado, por médicos, advogados, padres, soldados, artistas e, por outro, por aqueles que se situam na esfera da circulação, como comerciantes, especuladores e outros funcionários que "comandam em nome do capital".

Se o "esquema n° 1" de Marx não aceita a reprodução, pelo capitalismo puro em longo prazo, dessas terceiras pessoas, o seu "esquema n° 2" comportaria esse contingente. Segundo Bell, a perspicácia de Marx foi ter captado e indicado, no Livro III, alterações estruturais que contrastavam com o primeiro esquema. Essas alterações são de três ordens: o surgimento de um novo sistema bancário; a separação da propriedade econômica e da gestão nas corporações e, em consequência, a expansão do funcionalismo e trabalho em escritórios.

Bell concordaria com a conclusão exposta anos antes por Martin Nicolaus (1996 [1967]), como veremos no próximo capítulo, de que a nova classe média confirma a análise de Marx. Porém, o ponto que mina a previsão marxista, segundo Bell, é o fato de o impacto causado pelos três fatores ter sido minorado por uma "tendência sociológica fundamental" de Marx em supor o aprofundamento de crises econômicas e do conflito que surgiria pelo caráter socializado da

[37] Bell apoia-se aqui fortemente no artigo de A. Harris, de 1939, intitulado *Pure capitalism and the disappearance of the middle class*.

produção. Em outras palavras, se, de acordo com Bell, Marx acerta em uma de suas análises, erra ao prever qual delas seria a dominante. O "esquema n° 2" subordina-se, assim, ao "esquema n° 1", tendência que não teria sido comprovada por nenhum dado teórico ou empírico no século XX. Para Bell, diferentemente do pensava Marx, o sistema bancário e de crédito, ao contrário de apressar crises, "é fonte de estabilização para o sistema".

Junto a essa "tendência sociológica fundamental" de supervalorizar a iminência de crises finais, haveria dois outros fatores importantes para explicar o erro de Marx, segundo Bell. O primeiro deles é a tendência de que empregados em escritório se proletarizam, pois a divisão do trabalho, quando se generaliza, deprecia qualquer força de trabalho. O segundo era o de que as funções administrativas e técnicas teriam sido vistas, por Marx, como naturais de qualquer processo de trabalho, de modo que elas não seriam entraves para uma revolução, mas sim um gérmen da produção socializada dentro do próprio capitalismo, já que a figura do capitalista vai perdendo sentido dia-a-dia. Veremos, nos próximos capítulos, como esta ideia, exposta por Bell e por vários outros pensadores, toca num ponto relativamente subestimado na tradição marxista, qual seja, o de saber que funções Marx considera ser inerente a qualquer produção socializada e que funções são exclusivas de modos de produção baseados na exploração do trabalho alheio.

Em todo caso, para Bell, o esquema que supunha uma crise aguda do "sistema" não apresentou validade nas sociedades do século XX, o que se explica porque, para o autor: não há algo como uma tendência intrínseca à queda da taxa de lucro, o Estado pode suavizar ou evitar crises econômicas e as novas tecnologias abrem continuamente campos de investimento ao capital. Em suma, tal como em Dahrendorf, voltamos aqui à ideia de que o capitalismo encontrou suas soluções internas sem a revolução proletária prevista por Marx. Mesmo que julguem se tratar de outra sociedade, "pós-capitalista" ou "pós-industrial", o cerne da questão é o mesmo: a contradição insolúvel que explodiria o sistema foi incorporada e estabilizada pelo seu autodesenvolvimento. O tema da exploração é minimizado, ou mesmo ignorado, nos termos dessa nova sociedade. E é justamente este aspecto, sobre a exploração, que será ainda mais afastado da teoria social pelas teses críticas à "sociedade do trabalho".

1.3. Uma proposta de complementaridade: a tipologia de classes de Eric Olin Wright na esteira do marxismo analítico.

Antes de discutir uma fase posterior desse debate, que consideramos ser referente aos autores críticos à "sociedade do trabalho", é oportuno indicar alguns aspectos da longa produção de Eric Olin Wright, feita em boa parte sob o impacto das formulações do "marxismo analítico". Seus trabalhos iniciam-se na década de 1970 e passam por uma contínua atualização e transformação até recentemente. Ao longo desta tese, sua obra será outras vezes retomada, pois, embora não tenhamos concordância com todas suas escolhas, compartilhamos a preocupação expressa nos problemas que o autor levanta. No momento, nos interessa somente explorar uma dimensão bastante próxima ao que temos apresentado como sendo o impacto da teoria weberiana e o descrédito da teoria do valor de Marx para a análise das classes. Certas características do "marxismo analítico" podem nos auxiliar nesse intento, assim como a extensa discussão de Wright sobre as semelhanças e diferenças das abordagens marxistas e weberianas na análise sobre as classes.

O livro *A teoria da história de Karl Marx: uma defesa* de G. Cohen (1978) pode ser considerado o trabalho fundador da via seguida por outros autores associados ao "marxismo analítico", como J. Roemer, J. Elster, A. Przeworski e o próprio Wright. Sinteticamente, o objetivo central dessa corrente – heterogênea, por sinal – era o de propiciar uma fundamentação "científica" das teses e perspectivas de transformação de Marx. Algo como uma sustentação rigorosa que colocasse em termos objetivos e lógicos a obra de Marx e a análise das sociedades contemporâneas. Para tanto, uma característica comum a todos esses autores era o postulado de que, para que essa sustentação lógica e científica fosse efetiva, deveriam ser incluídas, no rol de explicações marxistas, metodologias que o "marxismo clássico" considerava incompatíveis, ou mesmo chamadas de "ciências burguesas". Assim, seus temas de pesquisa foram perquiridos a partir de modelos metodológicos advindos de técnicas quantitativas variadas, da teoria dos jogos, da "escolha racional", do individualismo metodológico ou mesmo de fundamentos atinentes à economia neoclássica. É possível dizer com certa segurança que algo que uniu propostas diversas no interior do marxismo analítico foi a afirmação de que o marxismo não pode ser entendido como um "paradigma" independente, cuja metodologia usada na justificação de seus conceitos e

análises fosse fundamentalmente diferente daquele encontrada em outras correntes teóricas, como os trabalhos weberianos, por exemplo [38].

Foi essa ligação necessária com outros métodos e teorias o traço mais destacado por Wright para sua aproximação com o marxismo analítico. Um resumo explicativo de suas motivações e propostas nesse sentido pode ser visto em *Reconstruindo o marxismo*, que reúne ensaios produzidos pelo autor em parceria com A. Levine e E. Sober (Wright, Levine e Sober, 1993). Para os autores, o marxismo clássico esteve preso demais às ortodoxias de partidos comunistas que limitavam o poder analítico dos estudos na medida em que esses podiam corromper os programas políticos vistos como corretos. Mesmo que tirando disso consequências distintas, a acusação feita não é muito diferente daquela esboçada por Goldthorpe, sobre o "beco sem saída" do marxismo: ao tentar entender as formas contemporâneas das relações sociais, o marxismo se vê obrigado a abdicar da relação orgânica entre teoria e prática[39]. Não é por acaso que uma preocupação recorrente entre esses autores – à margem dos textos ou mesmo como elemento central – dizia respeito ao estatuto da relação entre a análise que produziam e os aspectos normativos então sugeridos, o que os levava a levantar questões éticas e morais das "escolhas" individuais em relação ao socialismo[40]. O projeto, parafraseando o comentário de Marx em relação a Hegel, era resgatar o "núcleo racional" do marxismo, numa "agenda reconstruída" (p. 302).

Class counts (2000), a título de exemplo, foi o resultado de uma extensa pesquisa cuja intenção principal era levar as "hipóteses marxistas" a testes empíricos, isto é, avaliar se a

[38] Como afirmamos, cada autor trabalhou a seu modo como e quais os métodos de outras correntes teóricas deveriam ser incorporados. G. Cohen, por exemplo, não via ganho teórico algum com o uso da teoria dos jogos, e propôs o que chamou de "explicação funcional". Mas é possível afirmar que o modelo da "escolha racional" cumpria um papel central na sua teoria da história, em que era suposta uma racionalidade comum a qualquer situação de escassez (o que também significa dizer que a noção de escassez podia ser encarada da mesma forma em contextos históricos diferentes). No Brasil, a coletânea organizada por Lazagna (*Crítica Marxista,* n. 31, 2010) aborda características e controvérsias importantes da obra de Cohen. Uma crítica a esse modelo teórico é feito por E. Wood (1989), que aborda o "marxismo da escolha racional". Nesse artigo, Wood critica a incorporação de vários postulados e modelos contraditórios ao marxismo por esses autores, que, além dos citados, incorporaria até mesmo um neocontratualismo filosófico. Ver também as críticas de Carchedi (1989) a esse grupo.

[39] "O marxismo clássico era um empreendimento extraordinariamente ambicioso. Aspirava, em primeiro lugar, à unidade entre teoria e prática. A teoria deveria guiar a prática; a prática deveria transformar a teoria. (...) Essa visão de marxismo não pode mais ser mantida. (...) Para melhor ou para pior, a teoria marxista, hoje, raramente é guiada por exigências políticas imediatas, e os laços institucionais entre partidos políticos ou movimentos decaíram junto com os próprios partidos e movimentos" (Wright, Levine e Sober, 1993, p. 319-320).

[40] Ver, por exemplo, J. Roemer (1989b), para quem a teoria da exploração (considerada a seu modo) não engendra uma base suficientemente forte em termos éticos-morais para as pretensões marxistas.

metodologia quantitativa pode dar confiabilidade aos argumentos e programas políticos marxistas. A tese de que a metodologia marxista é diferente das demais ciências (por ser dialética, materialista, histórica e anti-positivista) deveria dar lugar a uma concepção na qual o marxismo só se diferencia das demais teorias "pelos conceitos que implementa, pelas questões que formula e pelas respostas que propõe" (Wright, 2000, p. 275).

Outra questão importante a ser destacada nesse trabalho em conjunto de Wright é a avaliação sobre as causas do "socialismo de Estado autoritário", que tanto geraram defesas do "fim do marxismo". A posição dos autores, ainda que em uma nota, é bastante elucidativa, pois indica a sua concepção de fundo sobre a teoria da história em Marx. Afirmam se tratar de uma ironia que a queda do bloco soviético seja visto como estímulo a tais ataques, quando, na verdade, Marx já havia declarado que o socialismo não é possível "até que as forças de produção se tivessem desenvolvido massivamente no capitalismo". Assim, "a tentativa de construir um socialismo revolucionário através de um ato de vontade, em violação a essa 'lei da história', estava portanto condenada desde o começo" (p. 321).

Mais recentemente, Wright voltou a defender que outros modelos teóricos podem e devem ser usados para explicar mecanismos que fogem ao alcance do marxismo, mesmo no campo das classes. Considerou que sua posição preza por um "realismo pragmatista", em que o marxismo deveria ficar restrito aos problemas aos quais que ele é capaz de oferecer explicações plausíveis. Desse modo, a produção teórica e os modelos de análise empírica criados por Wright revelam aspectos interessantes da relação entre as propostas marxistas e os referenciais weberianos, no bojo de um projeto cujo intuito foi o de promover uma solução metodológica para o problema das classes médias.

De fato, mais do que se filiar a uma corrente de pensamento, Wright buscava um caminho em que questões essenciais do marxismo fossem empiricamente demonstráveis e o debate não ficasse restrito somente à discussão conceitual-abstrata, o que muito se explica, evidentemente, pelo meio acadêmico estadunidense, hostil a pesquisas metodologicamente orientadas pelo marxismo tradicional. A concordância de Wright em relação ao projeto "analítico" de outros representantes não era completa. Há, em verdade, uma incorporação seletiva de conceitos e explicações. Ao "individualismo metodológico" de J. Elster são feitas, por exemplo, críticas

contundentes (Wright, Levine e Sober, 1993). Quem mais exerceu influência a Wright nos aspectos relacionados à estrutura de classes foi J. Roemer, caracterizado por suas críticas à teoria do valor de Marx.

Propriamente em relação às classes, o primeiro trabalho de fôlego de Wright foi *Classe, crise e Estado* (1981 [1978]), no qual polemizava, principalmente, com Nicos Poulantzas. Wright discordava da definição de proletariado de Poulantzas (1978), segundo a qual deveriam ser considerados enquanto pertencentes à "classe operária" somente os trabalhadores assalariados manuais produtivos. Essa definição restringia demasiadamente a população referenciada como proletária e não condizia com as características das atividades de trabalho vividas por um grande contingente de trabalhadores não manuais. Wright propunha que os critérios de definição fossem alterados e a "localização" de classes dever-se-ia basear em três dimensões: a) quem controla os investimentos e recursos; b) quem tem o controle sobre os meios físicos de produção e c) quem exerce controle sobre a força de trabalho dos outros.

Nesse modelo, o antagonismo fundamental seria entre capitalistas (controlam processo de acumulação, decidem como devem ser utilizados os meios físicos de produção e controlam a estrutura de autoridade dentro do processo de trabalho) e trabalhadores/classe operária (excluídos do controle sobre relações de autoridade, dos meios físicos de produção e dos processos de investimento) (p.68). Evidentemente, esse modelo puro era transformado pelos vários casos em que as combinações entre os critérios acima não se resumiam ao antagonismo fundamental (ter ou não ter o tipo de controle). Nesse livro, Wright considerava que os casos localizados fora do modelo puro eram "imprecisamente rotulados como 'classe média'". Em seu lugar, sugere o autor que o termo que define tal situação seria o de "posições (situações) objetivamente contraditórias das relações de classe".

Essas situações contraditórias podem ser relacionadas, segundo Wright, a três condições: aquela de gerentes e chefes, que ocupariam uma situação contraditória entre burguesia e proletariado; a de pequenos empregadores, localizados entre burguesia e pequena burguesia; e a de empregados semiautônomos, situados de forma contraditória entre pequena burguesia e proletariado.

Esses critérios denotam que a ideia de autonomia é essencial para a caracterização de Wright acerca da proletarização. Ter ou não ter autonomia sobre sua atividade de trabalho, ou ter algum grau médio de autonomia, reverbera fortemente na "situação de classe", ou seja, conforma os interesses de agentes no plano imediato ou no de longo prazo. Um trabalho "completamente proletarizado" seria, para o autor, aquele em que a autonomia (e a consequente decisão sobre as demais atividades do trabalho) é inteiramente perdida.

É no âmbito dessa tentativa de mensuração do grau de autonomia que Wright aborda, criticamente, a controvérsia sobre o trabalhador *white collar*. Para Wright de *Classe, crise e Estado*, o problema explica-se de forma notadamente diferenciada dos autores apresentados acima, isto é, está atrelado ao processo de incorporação gradual de atividades econômicas variadas pelo capital, o que promove o assalariamento e a perda da figura legal do "autônomo". Seriam, nas palavras do autor, "arquipélagos residuais de relações pequeno-burguesas de produção" dentro do capitalismo. Com isso, queria o autor afirmar que a condição de "artesão", em certa medida, é preservada em várias situações de trabalho a despeito do assalariamento de seus agentes: "controlam *a maneira* de fazer o seu trabalho, e têm pelo menos algum controle sobre *o que* produzem" (p. 76, itálicos do autor). Exemplos dessa situação seriam os professores universitários e pesquisadores de laboratórios, que, entre outros, expressam "um controle mínimo sobre os meios físicos de produção por empregados fora da hierarquia de autoridade", o que "constitui a situação contraditória básica entre a pequena burguesia e o proletariado" (p. 76). Essa "nova pequena burguesia", termo também utilizado por Poulantzas, não poderia ser superestimada e deveria ser vista nos termos de uma tendência constante à proletarização, tal como "apresentado com vigor" , segundo Wright, por Harry Braverman (1987).

Assim, ao organizar os dados de censos com esses critérios (baseados nos EUA de fins dos anos de 1960), o autor chegava à conclusão de que o proletariado é bem maior, numericamente, do que a classe que seria auferida se os critérios de Poulantzas fossem utilizados. Algo em torno de 50% da população. Wright ia além: ao supor que outra parte significativa da população encontrava-se num limiar às portas do proletariado, "a base de classe potencial total para um movimento socialista" seria provavelmente em torno de 60% a 70%.

Enfim, nessa primeira fase de seus trabalhos, Wright apresentava uma discussão característica do debate marxista "tradicional" da década de 1970, tal como veremos nos próximos capítulos[41], que abordava criticamente a noção de classe média e enfatizava a tendência de proletarização das diferentes camadas assalariadas. Porém, a partir de fins de meados da década de 1980, Wright passa a seguir uma linha de pesquisa fundamentada em bases teóricas distintas e começa um longo caminho de novas pesquisas centradas numa "autocrítica" a essa fase anterior. Um trabalho essencial que expressa essa virada é o livro *Classes*, publicado em 1985. Em um capítulo presente no livro coletivo organizado por J. Roemer para unir as formulações do "marxismo analítico", os principais eixos dessa nova fase são resumidos.

Nesse texto, chamado "O que tem de média a classe média" (1989b), Wright elenca o que considerou ser, em linhas gerais, as quatro grandes estratégias que os marxistas seguiam para explicar o fenômeno da classe média. A primeira se tratava de uma simples recusa e associava o conceito a uma mera ilusão ideológica. A segunda pretendia afirmar que tal classe era na verdade um segmento ou fração de outras classes. Uma "nova pequena-burguesia" para Poulantzas ou a "nova classe trabalhadora" de S. Mallet. A terceira estratégia, ao contrário da segunda, concebia uma classe média totalmente distinta das demais classes, com estatuto próprio na realidade. Posições nesse sentido seriam as de Gouldner ("a nova classe") e Ehrenreich e Enrenreich ("classe dos administradores profissionais"). A quarta forma seria aquela representada pelo próprio Wright até então, ou seja, uma postura que entende a classe média como a situações específicas que se localizam, de modo simultâneo, em mais de uma classe, o que ficou caracterizado na sua ideia de "situações contraditórias das relações de classe".

Mas Wright afirma que não mais considerava a quarta estratégia uma solução adequada. E isto se devia a dois problemas. Em primeiro lugar, sua produção pretérita não permitia uma análise da estrutura de classes efetivamente baseada na "exploração", somente referendava-se na "dominação". E, em segundo lugar, o socialismo (entendido como sociedade em que a classe trabalhadora é dominante) não seria a única opção possível ao capitalismo. A partir de então, todos os demais trabalhos de Wright fundamentaram-se no desenvolvimento e aprimoramento desses postulados, que foram bases para um amplo projeto de pesquisa que, em parceria com

[41] Veremos que muitas das preocupações e das propostas de análise de Wright, nesse momento, iam ao encontro, em linhas gerais, do trabalho do economista marxista Guglielmo Carchedi.

diversos colaboradores, promoveu estudos sobre estrutura e consciência de classe em vários países[42].

Para compreender o rumo dessa mudança e o seu significado nas discussões teóricas sobre classe, é preciso traçar a lógica dos argumentos da teoria de exploração do marxismo "analítico" de J. Roemer (1989), o que faremos elucidando apenas suas características mais centrais. Sua motivação principal era mostrar que a teoria da exploração de Marx, por estar baseada na teoria do valor e na existência de propriedade privada, era incapaz de possibilitar uma análise cientificamente demonstrável do que se pode entender, objetivamente, por exploração em qualquer forma de sociedade.

O primeiro ponto a se destacar é que Roemer considerava a teoria da exploração de Marx unicamente baseada na desigualdade de acesso à propriedade privada dos meios de produção, o que colocaria em relação oposta uma massa de trabalhadores contra uma classe minoritária. Avaliação essa que, tal como nos autores citados anteriormente, identificam toda a teoria marxista à existência da propriedade privada: "Em consequência, se os meios de produção se socializaram para ser controlados pela classe trabalhadora, com isso terminaria a exploração capitalista" (p. 98). Esta assertiva seria comum a vários socialistas, mas Marx e Engels teriam dado um passo à frente ao proclamar que tal desenvolvimento "era possível e seguramente inevitável", ao explicar o mecanismo por meio do qual tal transformação iria ocorrer.

Ora, definida nesses termos, Roemer é levado a indagar o que então acontecia em "sociedades socialistas" nas quais, embora tenha sido eliminada a "instituição causadora da exploração (a propriedade privada dos meios de produção)", tipos "sistemáticos de desigualdade e certo comportamento político que são menos que ideias" ainda são observados. Portanto, o desafio era conceber abstratamente uma teoria da exploração forte o bastante que não necessitasse da instituição da propriedade privada dos meios de produção, o que significa, *nessa visão*, que não explicasse a exploração somente no capitalismo.

[42] Um exemplo bem completo da aplicação do modelo de Wright pode ser visto na pesquisa Estanque e Mendes (1997) sobre a sociedade portuguesa. No Brasil, Figueiredo Santos (2005) propõe uma classificação socioeconômica para o país incorporando a tipologia das localizações de classe de Wright, mas adicionando certas categorias em razão das especificidades nacionais. Em seu livro (2002), Figueiredo Santos usa o modelo para analisar os efeitos da desigualdade de classe na desigualdade racial brasileira.

Nessa nova teoria geral da exploração, a teoria do valor de Marx precisava ser abandonada. Mais precisamente, era preciso abandonar a versão marxista tradicional do que o autor chamou de o "princípio de correspondência entre exploração e classe (PCEC)", cuja lógica era conceber que a venda da força de trabalho está associada ao fato de o trabalhador ser explorado e o comprador ser o explorador. Roemer argumenta em dois sentidos para justificar os problemas relativos à teoria do valor. Em primeiro lugar, acompanhando outros economistas, afirma que a teoria do valor não pode ser considerada, do ponto de vista lógico, como anterior ao sistema de preços, o que invalida certas teorias centradas nas relações entre preços de equilíbrio e a exploração. O segundo, mais contundente, diz respeito ao que seria o grande equívoco de Marx: a força de trabalho não teria exclusividade na condição de produzir mais valor de que incorpora. Qualquer bem, segundo Roemer, teria essa "propriedade mágica" numa sociedade capaz de produzir excedentes. Seria possível, se escolhido a mercadoria "grãos" como valor numérico, por exemplo, avaliar o quanto de grãos se incorporam em cada mercadoria e afirmar que só "grãos" são explorados[43]. A escolha da força de trabalho faria sentido somente por ser uma mercadoria distribuída de maneira uniforme entre as pessoas, mas não haveria nada objetivamente correto numa teoria da exploração do trabalho se esta for entendida como sendo deduzível da "informação econômica" (p. 119).

A solução proposta por Roemer será um modelo geral de relações de exploração fundamentados em cálculos matemáticos, como a teoria do equilíbrio geral e a teoria dos jogos com cooperação[44]. Daí ter sido taxado, nas discussões sobre a teoria da história, como representante do marxismo da "escolha racional"[45]. Sem entrarmos nos detalhes de sua explicação, Roemer oferece um modelo em que a exploração se mede independentemente da

[43] A origem desse argumento, compartilhado por vários economistas, remonta à leitura de Pietro Sraffa sobre a teoria do valor. Saad Filho (2002) apresenta os aspectos gerais da tese de que "qualquer mercadoria pode ser explorada" bem como indica suas insuficiências.

[44] Trata-se de modelos que supõem atores que escolhem como e quando entrar (e mesmo quando é melhor deixar) nos "jogos" de tipo feudal, capitalista e socialista, por exemplo.

[45] Uma crítica a essa vertente é feita por E. Wood (1989). A crítica central de Wood a Roemer e aos demais defensores de uma teoria da história baseada nas escolhas racionais de indivíduos em situações de "jogo" é o forte determinismo tecnológico de suas explicações históricas. Igualmente, tal corrente não supera a tantas vezes utilizada petição de princípio para explicar processos de transição, como o do feudalismo para o capitalismo. Segundo Wood, tal como outras correntes do marxismo ou mesmo como Weber, Roemer precisa supor, no seu modelo, que o capitalismo "sempre existiu" de alguma forma, bastou que as condições de determinado momento tenham liberado as amarras que mantinham o capitalismo latente.

troca de trabalho, basta que produtores tenham diferentes tipos de propriedade (ativos alienáveis e inalienáveis) e haja um mercado competitivo.

A ideia era mostrar, matematicamente, que em uma situação (ou um "jogo") em que haja desigualdade de acesso a certos ativos, a exploração se efetivará de qualquer maneira, entre os "ricos" e os "pobres" em relação a esses ativos, na medida em que essas partes troquem bens produzidos de forma desigual[46]. A existência de um excedente (de mais-valia, por exemplo) e um mercado de trabalho coercitivo somente adicionam novos elementos a esse modelo, não modificam a relação de exploração pura, tomada abstratamente. Assim, "nesse nível de abstração", a exploração é medida somente por meio da troca de bens produzidos. Já as classes, existem unicamente com respeito a um "mercado de crédito" (dos ativos) e não a um mercado de trabalho.

Roemer não desconsidera que, na existência das condições do capitalismo, é necessário existir um nível de coerção para produzir as classes no sentido pensado por Marx. Mas é aí que surge sua crítica ao PCEC do marxismo tradicional: a coerção só existe para manter certas relações de propriedade, mas não para que se extraia o excedente produzido pelo trabalhador:

> Ainda que exista coerção no local de trabalho, também no capitalismo esta coerção é de importância secundária para entender o problema da exploração e das classes. É um erro elevar a luta entre os trabalhadores e os capitalistas no processo de produção a uma posição mais privilegiada teoricamente do que a diferença em propriedade dos ativos de produção (Roemer, 1989, p. 110).

Nesse entendimento, toda a ênfase que parte significativa da tradição marxista confere ao processo de trabalho, isto é, a atenção a pressões, sofrimento e lutas existentes nessa esfera, confundiria exploração com alienação. Os trabalhadores se sentiriam "alienados" ao se sujeitarem a uma divisão de trabalho ou ao comando forçado exercido por um só homem, mas isto não se relaciona com o fato de serem "explorados". E vai além: fazer tal supervalorização do processo de trabalho seria prejudicial à análise materialista.

[46] Nesse modelo, segundo Roemer, "é importante notar que os produtores escolhem sua própria posição de classe. Seu problema é otimizar, neste caso, um programa de minimização de trabalho de opções de produção sujeito a uma restrição de capital. Tudo o que se especifica a priori é o comportamento de otimização dos agentes e suas diferentes dotações iniciais de capital" (p. 107).

Roemer coloca as questões dessa maneira pois, como indicamos, a exploração especificamente capitalista residiria unicamente na desigualdade em relação à propriedade dos meios de produção, o que não põe em questão saber como esses meios de produção são geridos. Por isso, não causa estranheza sua afirmação de que se deve construir uma teoria geral da exploração, já que o processo de trabalho é o mesmo "tanto no socialismo real quanto no capitalismo" (p. 111). Em outras palavras, a teoria abstrata da exploração surge na medida em que precisa explicar que a exploração no "socialismo real" não é capitalista. Para conceber a relação da exploração com as classes, a teoria de Roemer estabelece o que seriam as explorações de tipo feudal, capitalista e socialista, no sentido puro da relação.

É este modelo que irá, então, influenciar Wright[47]. Segundo o próprio autor, se antes ele havia criticado o modelo de Roemer, suas análises passariam agora a dar razão à diferenciação feita por Roemer entre dominação (que ocorre no processo de trabalho) e a exploração referente aos ativos da produção[48]. Nesses termos, haveria dois tipos de ativos ou recursos: os ativos físicos (alienáveis, na terminologia de Roemer) e os ativos de qualificação (não alienáveis), como capacidades e habilidades distintas. Wright, contudo, adiciona duas novas modalidades: os ativos relacionados a pessoas e os ativos "organizacionais" (que, em trabalhos posteriores, irá direcionar a recursos "de autoridade").

Segundo esse esquema, no feudalismo há uma distribuição desigual de ativos de pessoas, no caso, a força de trabalho, o que se efetivava por meio do vínculo feudal dos servos aos senhores feudais. No capitalismo, esse vínculo foi quebrado com a criação do mercado "livre" de trabalho, e a exploração se baseia na distribuição desigual de propriedade dos meios de produção. A exploração ocorre quando os capitalistas recebem sua renda na venda de mercadorias produzidas por trabalhadores[49]. Já a exploração socialista, na ausência de propriedade privada, explicar-se-ia pelas desigualdades na distribuição dos ativos não alienáveis. Para resolver certos

[47] Para Wright, o projeto do "marxismo analítico" não pode ser automaticamente associado a um "marxismo da escolha racional" (1989a, p. 54), já que vários autores prezam pelo primeiro sem necessariamente adotar o segundo.
[48] Segundo Wright, é certo que o fato de os capitalistas manipularem os trabalhadores dentre da produção é uma característica "importante e inquestionável das principais formas históricas da produção capitalista e pode desemprenhar um papel central na explicação das formas de organização de classe e c conflitos de classe dentro da produção", mas as relações capital-trabalho "deveria ser identificada com as relações de controle efetivo (isto é, com a propriedade econômica real) sobre os ativos produtivos enquanto tais" (1989b, p. 138).
[49] Wright também se apoia em G. A. Cohen para igualmente sustentar a ideia de que a exploração capitalista ocorre independentemente, do ponto de vista lógico, da teoria do valor-trabalho.

dilemas em Roemer, Wright diferencia o que seria a exploração no "socialismo burocrático de Estado" daquela que existiria no "socialismo". Nessa versão burocrática de Estado, o socialismo criaria uma exploração centrada na desigualdade de distribuição dos ativos organizacionais, ou seja, preserva-se a hierarquia de comando na qual uma classe de administradores e burocratas se contrapõe aos que nada administram. Se fosse conquistada uma democratização do controle de comando, restaria ainda uma forma de exploração, a unicamente "socialista", que se mantém em razão da distribuição desigual de "qualificações", as habilidades e capacidades que diferem entre cada pessoa. A tarefa histórica a se desenvolver, nesse último tipo de sociedade, com vistas ao fim da exploração, seria uma luta pela igualdade substantiva em relação às "qualificações".

A partir desse referencial teórico sobre o conceito de exploração, Wright irá propor um novo modelo para se definir a classe média nas sociedades contemporâneas, diferente daquele encontrado no "marxismo clássico". E essa proposta se desenvolve na medida em que o autor estabelece que, nas sociedades concretas, não há somente a exploração de "tipo capitalista", centrada no acesso à propriedade, mas sim uma junção das demais[50].

Após uma sequência de aperfeiçoamentos da relação entre dominação e exploração, o esquema aparece, em *Class counts* (2000 [1997][51]), na forma de *localização* de classes, pois o interesse de Wright é estabelecer posições formadas pelos três eixos: a) desigualdade de controle dos meios de produção, b) desigualdade em relação à "autoridade" e c) desigualdade em relação às qualificações escassas. O resultado do cruzamento desses três eixos, apresentados nos quadros a seguir, formam dois "mapas de classe", um mais sintético, em que são elaboradas seis localizações; e outro mais elaborado, de doze localizações, porque são inseridos graus maiores, médios e mínimos dos ativos. O termo "localização", para Wright, é importante, pois não se trata de estipular seis ou doze "classes", mas somente posições que condicionam e impõe limites a interesses e ações dos que estão situados em seus domínios.

Por meio desses mapas, Wright constrói uma estrutura de posições de classe que irá orientar pesquisas em vários países. Esse esquema também condiciona toda uma discussão

[50] Nesse sentido, é importante notar que, do ponto de vista lógico-abstrato, o capital, para Wright, se reduz à desigualdade de acesso à propriedade privada dos meios de produção. A sociedade capitalista é aquela em que "os meios de produção não podem ser vendidos no mercado e os indivíduos não podem acumular capital" (1989, p. 200).
[51] Usamos como referência a "edição de estudante", de 2000, do livro originalmente publicado em 1997.

teórica e de pesquisa empírica sobre as características das relações de classe, dos interesses imediatos e mediatos correspondentes a cada localização, ao debate da consciência de classe e das alianças políticas possíveis. Deixaremos para os próximos capítulos a discussão mais pormenorizada dessas questões, até em razão dos constantes aperfeiçoamentos e alterações realizados pelo autor em seus trabalhos mais recentes. No momento, nos parece importante frisar os seguintes pontos.

Se em seu primeiro trabalho havia certa resistência em relação ao uso do conceito de classe média, ele agora é incorporado na medida em que o cruzamento do eixo de tipos de exploração gera situações em que há lugares explorados na forma capitalista, mas exploradores nas demais formas. A "nova" classe média passa a ser, então, localizações contraditórias em termos de exploração e/ou porque se situa em localizações privilegiadas de apropriação entre assalariados. A antiga classe média é vinculada às situações em que não há exploradores e explorados, ou seja, a pequena burguesia que não contrata força de trabalho. Deixando o conceito de classe média somente para a "nova" classe, a estrutura de classes, para Wright, é assim composta: capitalistas, pequena-burguesia, classe média e trabalhadores.

Os eixos "qualificações" e "autoridade" buscam diferenciar o conjunto do salariado. Desigualdade em autoridade significa a diferenciação entre aqueles que estão no topo das decisões organizacionais, como os gerentes, daqueles que têm algum poder mas são subordinados, como os supervisores, ou daqueles que não têm poder de controle algum sobre a organização. No eixo das qualificações, se faz um contraste entre posições que exigem credenciais de qualificação e especialização. Há uma localização de classe diferenciada na medida em que empregados e "profissionais"[52] usam suas credenciais como forma de reserva de mercado[53] (qualificações escassas) e maior controle sobre a atividade de trabalho (ou seja, diminui a possibilidade de capitalistas interferirem em suas atividades). Esses dois fatores os deixam numa situação privilegiada para aumentar consideravelmente, em relação a trabalhadores não especializados, sua renda.

[52] No sentido de "*professional*", profissões que exigem alta qualificação e que possibilitam graus mais elevados de autonomia, muitas delas prestadas como "serviços".

[53] Segundo Wright, as credenciais, em si, não seriam uma forma de restrição sobre a oferta de uma qualificação específica se não houvesse obstáculos que impedissem os indivíduos a adquirir tais credenciais. Ou seja, no capitalismo, ter uma qualificação é uma forma de exploração, pois significa necessariamente a exclusão dessa possibilidade por outras pessoas.

Note-se que a noção de "posição privilegiada de apropriação" é uma espécie de aperfeiçoamento das relações de exploração em sociedade capitalistas. Em trabalhos como Wright (1989 [1986]), gerentes e especialistas apareciam como exploradores (dos ativos de organização e qualificação) e explorados (sem propriedade). Em *Class counts*, as posições contraditórias passam a se referir mais por "situações privilegiadas" no interior de relações de exploração, pois Wright considera que muitos gerentes e profissionais seriam mais bem descritos como "menos explorados" do que exploradores.

Colocado dessa forma, o mapa das localizações de classe condiciona as ações e interesses dos agentes. E, nesse ponto, reside uma das críticas de Wright ao "marxismo tradicional". Segundo o autor, a posição contraditória da classe média também a faz potencial portadora de um projeto de transformação do capitalismo que é diferente, contudo, do projeto socialista da classe trabalhadora[54]. Ou seja, gerentes e burocratas teriam um interesse em mudanças do capitalismo, mas rumo a um socialismo burocratizado. Nasce daí o debate, que retomaremos posteriormente, sobre as condições de aliança entre classe média e trabalhadores.

Outra consequência do mapa de classes de Wright são suas interpretações dos resultados das pesquisas empíricas guiadas por esse modelo. No caso dos EUA, os dados indicaram um movimento contrário ao processo de proletarização, tal como seria a aposta de Marx. Isso porque, entre décadas de 1960 a 1990, o número de trabalhadores (não gerentes e com o grau mínimo de qualificações) tem diminuído, de 44% para 41%. Mesmo se incluídos trabalhadores sem poder de controle, mas com níveis maiores de qualificação (*skilled workers*), a tendência também é de queda. Wright concorda com o argumento em contrário segundo o qual uma avaliação marxista do processo de proletarização não pode se restringir ao que ocorre em uma nação, já que a internacionalização da produção transfere posições notadamente proletárias para outros países. Contudo, o autor defende que é preciso levar em conta o aumento de posições com qualificação

[54] Há aqui uma ideia que reaparecerá em outros momentos dessa tese. Acompanhando a argumentação de A. Gouldner, Wright (1989[1986]) põe em questão o fato de que, em termos históricos, aqueles que se beneficiam de revoluções sociais não são as classes oprimidas pelo modo de produção anterior, mas as "terceiras classes". Camponeses não se tornaram dominantes com o fim do feudalismo, subjugados que foram pela burguesia, assim como os trabalhadores podem ser subjugados pela "terceira classe" dos gerentes e especialistas, enfim, pela classe média, num socialismo burocrático. No quarto capítulo, fazemos uma relação desse aspecto com outras abordagens marxistas da classe média.

mesmo no setor de transformação e que o declínio da classe trabalhadora restrita vem em ritmo acelerado a partir dos anos de 1980, além do aumento do auto-emprego.

O aumento das posições vinculadas a maiores graus de qualificação e especialização nesse período leva Wright a flertar com as teses da "especialização flexível" nos moldes de Piore e Sobel (1984), cuja tese era de que a "segunda divisão industrial" exige níveis maiores de treinamento técnico da força de trabalho e de autonomia no trabalho, em contraste com a rigidez fordista. Segundo Wright, o fato de o número de trabalhadores qualificados ter crescido na indústria dos EUA é "consistente" com a tese de Piore e Sobel.

Isso não significa simplesmente dizer que se trata de uma sociedade menos capitalista ou que a classe trabalhadora está em vias de desaparecimento. Pelo contrário, a classe trabalhadora restrita mantém-se por volta de 40%, enquanto a classe trabalhadora "ampliada" ainda era mais da metade da população. Na verdade, a classe trabalhadora ampliada é a maioria (55% a 60%) em todos os países pesquisados (além dos EUA; Suécia, Noruega, Canadá, Reino Unido e Japão) e a proporção do segmento mais privilegiado da classe média no conjunto dos assalariados não passa de um para nove.

Mas, para Wright, se o foco estiver nas tendências (principalmente a diminuição cada vez mais rápida da classe trabalhadora restrita), "a tese marxista tradicional do aprofundamento da proletarização em economias capitalistas desenvolvidas é, assim, colocada em questão": ou a saída será uma reformulação de pesquisa para algo ainda não experimentado, que não mais tenha como referência os países, e sim cadeias produtivas espalhadas pelo mundo – e, desse modo, há a possibilidade de se pensar um mundo em que a proletarização é generalizada – ou se deve dar razão às teses que indicavam uma mudança do perfil da força de trabalho em razão das novas tecnologias, isto é, a ideia de que a produção capitalista necessita cada vez menos de pessoas e aquelas que permanecem estão lotadas em posição de maior autonomia, especialização e responsabilidade. Wright deixa a questão em aberto e declara que tal situação pode tanto se tratar de uma fase que será substituída por uma nova onde de proletarização quanto uma verdadeira nova estrutura de classe gerada por forças produtivas distintas das anteriores tecnologias industriais.

1.4. Marx com Weber?

Desde o momento em que Wright passou a incorporar, no seu esquema "neomarxista", os critérios de relação com autoridade (ou organização) e com as qualificações escassas, foram várias as críticas que indicavam nesse processo uma aproximação íntima com as noções de "oportunidades de vida" em "situações de mercado" tal como aparecem na tradição weberiana. Esse viés foi ironizado anteriormente por F. Parkin, ao afirmar que "dentro de cada neomarxista parece haver um weberiano em luta para sair" (1979 apud Wright, 2000, p. 32).

Wright nunca evitou o debate, pelo contrário, foram inúmeros e extensos os trabalhos em que discutiu a relação entre Marx e Weber no tocante à análise das classes (1996, 2002). Mesmo nos estudos empíricos, como *Class Counts*, apontou diversos aspectos comuns da sua abordagem daquela de J. Goldthorpe, exemplo de um modelo "neoweberiano". Para Wright, os dados coletados por sua pesquisa poderiam ser "lidos" e utilizados por essas análises de cunho weberiano, já que as categorias operacionais de pesquisas não são "dramaticamente distintas". Segundo Figueiredo Santos, tanto o esquema de Goldthorpe quanto o de Wright "contemplam a importância da propriedade, do poder gerencial e da perícia" (2005, p. 32).

O modelo de estratificação social de Goldthorpe teve grande influência em pesquisas europeias e foi introduzido em pesquisas oficiais inglesas de classificação socioeconômica. É caracterizado por diferenciar as posições existentes de acordo com o mercado de trabalho e as unidades de produção. As posições básicas são as atinentes a empregadores, auto-empregados e empregados. Como os empregados são a maioria, o principal eixo de diferenciação será dado, para Goldthorpe, pelo formato da regulação de emprego. Divide, então, as situações em que o emprego é caracterizado por uma relação de serviço, por contratos de trabalho e por situações mistas. Uma relação baseada no contrato de trabalho é aquela própria de trabalhadores manuais e do estrato inferior dos não manuais, em que se troca certo tempo ou peça produzida, sob a vigilância do empregador, por uma quantia de dinheiro. As relações de serviço (que vinculou em outros trabalhos a uma "classe de serviço") estão presentes em atividades administrativas, de especialistas e gerenciais das burocracias pública e privada, com maior grau de autonomia, e são caracterizadas pelo fato de que a compensação pela atividade exercida do empregado se dá de maneira mais longa e diversa do que simplesmente um salário, ou seja, se reveste também em bônus, seguros, aumentos salariais em escala, aposentadoria e, principalmente, oportunidades

bem definidas de carreira (Goldthorpe, 2000, p. 208)[55]. As classes intermediárias seriam aquelas em que se combinam essas relações, o que gera um formato misto, como supervisores de trabalho manual e trabalhadores de escritório com atividades de rotina.

O pano de fundo do modelo de Goldthorpe era justamente discernir qual a "racionalidade" envolvida em cada forma de relação de emprego, bem como as mudanças verificadas nos contratos de trabalho e serviço ao longo do tempo, como forma de estabelecer padrões de harmonia ou conflito ou mesmo mensurar a mobilidade social e a desigualdade de acesso a bens e serviços. Esse esquema era informado pela "escolha racional" ou, como o autor preferiu designar, pela teoria da ação racional, na tentativa de guardar uma proximidade com as abordagens da teoria da ação próprias da tradição sociológica, no caso, evidentemente, mais da tradição weberiana.

Nesse sentido, a definição das "racionalidades" próprias da regulação de emprego deveria estar, para Goldthorpe, numa posição intermediária entre as orientações extremas de "exploração" e "eficiência", que padeceriam de "fraquezas ideologicamente induzidas". A visão que encara a relação de emprego a partir da exploração seria a marxista, no sentido de que o empregador tentará sempre maximizar seus ganhos por meio da exploração do empregado. A abordagem oposta, introduzida por certas áreas da economia, foi aquela que pretendeu invalidar as teses marxistas, teórica e empiricamente, por meio do argumento de que tais relações aumentam a eficiência geral das empresas, elevam o valor total dos contratos e, ao fim, geram benefícios a todas as partes envolvidas (p. 210).

Para Goldthorpe, as duas abordagens eram insuficientes, pois os empregadores agiriam na forma mais racional possível com vistas a manter seu negócio viável, mesmo num contexto repleto de restrições. A relação contratual não poderia ser encarada como sendo fundamentalmente harmônica ou conflituosa, já que, nessas circunstâncias, há a possibilidade de jogos de soma-zero ou soma-positiva (p.211)[56].

[55] Todo esse modelo é discutido com mais detalhes em Erikson e Goldthorpe (1992).
[56] Segundo Goldthorpe (2000, p. 210), "pessoalmente, eu procuro evitar, por um lado, a autoindulgência daqueles marxistas que supõem que, em algum mundo futuro, a abolição das instituições capitalistas possibilitará a produção de homens e mulheres "novos" com preferências, orientações para trabalhar. etc, tais que os problemas de eficiência do mundo atual serão inteiramente transcendidos; e, por outro lado, [evito] as tendências panglossianas daqueles

Nessa abordagem, as diferenças entre os graus de qualificação, especialização e autonomia no trabalho aparecem muito mais como estratos do que como classes, tendo em vista que há níveis de qualificação, por exemplo, bastante variados. Ora, é exatamente nesse aspecto que Wright irá admitir a semelhança de seu modelo com o do Goldthorpe, já que "níveis de qualificação sugerem estratos no interior de uma estrutura de desigualdade mais do que localizações em uma estrutura de relações de classe" (2000, p. 19). A forma de diferenciar a "classe de serviço" de Goldthorpe é análoga à separação, entre os assalariados, de gerentes e especialistas no modelo de Wright. Modelo esse que, segundo o autor, propõe a combinação de duas abordagens: uma avaliação das relações sociais que constituem a estrutura de classes com uma avaliação dos processos que geram estratos no interior das localizações de classe[57]. A ideia é que em um determinado plano – no caso, em uma microanálise – não há diferenças significativas entre propostas marxistas e weberianas, como, por exemplo, na explicação de como as localizações de classe afetam os padrões de vida das pessoas.

Se essas são as semelhanças, Wright não deixa de enfatizar as diferenças, que estão basicamente centradas na dificuldade das análises weberianas em trabalhar com a noção de exploração, tão cara ao marxismo. O modelo de Goldthorpe, por exemplo, não associa a "classe de serviços" com os problemas da relação de exploração e de interesses antagônicos, trata a questão da autoridade de gerentes apenas em termos de aumento de responsabilidade e, por fim, une em uma só classe os capitalistas e os níveis mais altos de especialistas e gerentes, mesmo havendo diferença de propriedade. Como o referencial weberiano não ignora as relações de poder e dominação, Wright até se arrisca a formular uma resposta à ironia de Parkin: "haveria também dentro de cada weberiano de esquerda um marxista lutando para permanecer escondido" (2000, p. 32).

---

economistas que supõem que 'não importa o que seja, é eficiente' e falham em conceder o devido reconhecimento aos aspectos conflitivos ou 'contestatórios' das relações de emprego".

[57] Em "Fundamentos de uma análise de classe neomarxista" (2004, p. 12), Wright coloca da seguinte forma a questão: "Entre as pessoas em localizações de classe trabalhadora, trabalhadores diferenciam-se em relação a qualificações e a suas "capacidades de trabalho" associadas, suas habilidades em controlar salários no mercado de trabalho. Se as suas qualificações são suficientemente escassas, eles podem até ser capazes de controlar um *rent component* nos seus salários. Tanto trabalhadores qualificados quanto sem qualificação ocupam localizações de classe trabalhadora na medida em que não possuem ou controlam meios de produção e precisam vender sua força de trabalho para obter seu sustento, mas eles se diferenciam em relação a um recurso específico, a qualificação. Esses tipos de variações quantitativas entre pessoas que ocupam localização relacional similar podem ser referidas como estratos no interior de localizações de classe".

Essa postura conciliatória fica nitidamente expressa em um artigo publicado em 2009. Nesse texto, Wright volta a enfatizar as reivindicações centrais do "neomarxismo", como a defesa de que o método da teoria marxista não é contraditório com o de outras teorias, sendo que as diferenças explicam-se somente por dimensões distintas de problemas enfatizados por cada corrente. Nessa visão, o que cada teoria faz é oferecer uma explicação particular para um problema que é determinado por processos causais distintos. Subjacente a essa afirmação está, assim, a ideia de que o conceito de classe social é multifacetado e não redutível a somente um fator causal. Assim, a "enorme batalha de paradigmas" deveria ser substituída por um "realismo pragmatista".

Numa espécie de programa geral para a análise das classes, Wright afirma que esse realismo deve trabalhar com três abordagens distintas, que não são mutuamente exclusivas, para dar conta dos processos sociais em níveis macro e micro. São elas: a) abordagem da estratificação baseada nos atributos individuais, b) a formulação weberiana sobre "reserva de oportunidades" (*opportunity hoarding*) e c) a abordagem marxista da exploração e dominação. O ponto a se destacar dessa "análise combinada de classes" é que o marxismo é relegado à identificação da divisão de classe "fundamental" da sociedade capitalista, entre "capitalistas e trabalhadores", enquanto as duas outras abordagens teriam mais a contribuir sobre os mecanismos explicativos referentes à classe média. Para Wright, a abordagem da estratificação descreve quais são os atributos individuais que as pessoas precisam ter para aceder a empregos de classe média. Já a abordagem weberiana, embora não especifique quem (individualmente) é preterido, identifica os mecanismos de exclusão que "sustentam o privilégio daqueles em posições de classe média", ou seja, apontam quais obstáculos são construídos entre os empregos de classe trabalhadora em geral e de classe média (2009, p. 109-110).

Em suma, embora não desconsidere a questão da exploração para a análise das classes, Wright enfatiza que são tradições teóricas distintas as capazes de identificar o funcionamento específico das posições de classe média, já que possuiriam conceitos mais aplicáveis às diferenças de qualificação e status que, em último caso, seriam os determinantes da formação dessa classe.

***

Procuramos, então, apontar as linhas básicas da trajetória de Wright, ainda que seus trabalhos remetam a outras questões não menos importantes, como sugestões de modelos de pesquisa empírica. Resta ainda reafirmar que suas propostas neomarxistas de "testar" ou comprovar as teses de Marx a partir de métodos quantitativos compartilhados com outras teorias não levaram à perda de validade das análises de classe em si, nem mesmo de proposta de transformação social (2010). Pelo contrário, "as classes importam", como defende o autor. Mas é preciso reconhecer que, na proposta aberta pelo marxismo analítico, foi grande a tendência em se questionar se os interesses de classe poderiam ser realmente corroborados pela análise científica e pelo individualismo metodológico[58].

Nesse aspecto, é interessante citar o trabalho de Adam Przeworski (1985) que, também influenciado por Roemer[59], partiu para a linha da defesa desse individualismo metodológico e, por meio dele, lançou críticas ao que seria o "calcanhar de Aquiles do marxismo" (p. 92): a dificuldade em fazer uma relação entre relações sociais e o comportamento individual.

Para Przeworski, a deficiência da teoria marxista em lidar com esse problema refere-se à limitação das escolhas individuais à esfera da produção. Ao restringir a gama de escolhas dos indivíduos à condição de serem trabalhadores, gerentes ou capitalistas, o marxismo não seria capaz de oferecer soluções a escolhas mais fundamentais, como, por exemplo, a razão de a pessoa escolher "ser trabalhadora". O autor reconhece a particularidade do seu exemplo ("o caso da Sra. Jones"), mas afirma que a objeção de que tal escolha seria compulsória em razão de a alternativa ser a falta absoluta de condições de sustento não pode ser sempre válida, já que o trabalhador pode sim ter um pedaço de terra, ser de uma família com recursos, enfim, tratar-se de um indivíduo, como a Sra. Jones, imerso numa cadeia de escolhas cujo objetivo é maximizar sua renda atual. Ao longo do livro, vários outros questionamentos são feitos no sentido de mostrar a

[58] Para Sallum Jr. (2005, p. 25), tanto a abordagem neoweberiana quanto a neomarxista "tenderam a dissociar completamente as classes sociais da ação coletiva e, mais ainda, de qualquer atividade simbólica".

[59] Novamente, cabe indicar que o texto de Wood (1989) fornece uma análise detalhada sobre o "marxismo da escolha racional". A autora defende que o modelo de Roemer tem dois estágios, primeiro a questão relacionada aos ativos e, então, a escolha racional. Neste caso, o que Przeworski faz é revelar questões "ocultas" em Roemer, como supor que pertencer a uma classe faz parte de um processo de escolha. Wood não discute a obra de Wright (por considerá-lo, à época, em um momento de "transição" um tanto quanto indefinido), mas nos parece possível indicar que Wright é mais influenciado pelo primeiro "estágio" do que pelo segundo, o que não exclui a questão de saber se esses "estágios" de explicação possíveis funcionariam isoladamente. V. Burris (1989, p. 165), por exemplo, considera que os modelos herdados de Roemer caem numa típica "robinsonada", por apostarem numa teoria da exploração que igualiza, no plano abstrato, qualquer forma de exploração.

precariedade das relações entre ações de classe e projetos socialistas do ponto de vista das escolhas individuais. Conforme Wood (1989, p. 51), Przeworski não se limita a argumentar que não há conexão necessária entre posições de classe e preferências políticas. O que faz primordialmente é reivindicar um tratamento das classes como um objeto de "escolha", análogo a outras escolhas "otimizadoras"[60].

Essa solução metodológica calcada nas escolhas individuais cumpriu um papel importante no conjunto geral de teses críticas ao marxismo. Embora pesquisas de estratificação tenham sido desenvolvidas desde os anos de 1970, a marca geral desse período histórico (até quase praticamente o fim do século XX) foi a perda de relevância das análises macrossociais de classe.

Certamente, esse diagnóstico da perda de relevância das análises de classe varia de acordo com contexto acadêmico e político de cada país. Mas a tendência geral europeia, na qual parte significativa da produção brasileira se orientou[61], caracterizou-se pela dissociação entre o conceito de classe e os processos político-sociais mais amplos. Essa é a avaliação de P. Bouffartigue (2005), por exemplo, em relação ao caso francês, para quem o tema das classes sociais, nesse país, "se apagou como paradigma de leitura política e científica entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos de 1990".

Nesse sentido, a publicação de *A distinção* em 1979, por P. Bourdieu (2008), foi um grande marco de um período que ainda debatia uma teoria geral sobre as classes sociais[62]. A

[60] Note-se que não é tão difícil encontrar tal tendência em certas discussões marxistas contemporâneas que, flertando (ainda que implicitamente) com o individualismo metodológico, tendem a formular perguntas do tipo: "como o trabalhador X se vê na empresa Y?", o que fazem não para entenderem o processo de trabalho e as reações dos trabalhadores – o que seria não só correto como necessário – mas para atestar se esta ou aquela definição de classe é falsa ou correta.

[61] Amorim (s/d) indica que a influência das teses europeias no cenário acadêmico brasileiro não se efetivou sem problemas, muito em razão da aceitação acrítica de problemas históricos e teóricos distintos do brasileiro. É importante também lembrar que a contestação do "trabalho" enquanto categoria sociologicamente relevante e a ênfase em "novos movimentos sociais" davam-se num cenário nada condizente a esta avaliação, isto é, o Brasil das lutas operárias (e de trabalhadores em geral) de fins da década de 1980.

[62] Um dos trabalhos que buscou retomar a importância da análise de classes foi o de K. Eder (2002), bastante influenciado pela obra de Bourdieu. Publicado no início da década de 1990, o intuito de Eder era se contrapor à ideia majoritária pós-70 de que haveria uma desconexão inevitável entre classe e ação coletiva. A renovação viria, segundo Eder, não da retomada da classe no sentido marxista, mas somente se resgatado o elo perdido entre classe e ação coletiva, que seria o conceito de cultura, o que explica a influência de Bourdieu e seu conceito de *habitus* nessa abordagem. Proposta, por sinal, que deixa claro que o conceito de classe só pode ser útil se deslocado de uma visão "hierárquica": "em vez de desistir da noção de classe, desistimos apenas da noção de relações hierárquicas entre as classes. O resultado é uma 'modernização' do conceito. A ideia de classe tem que ser despida de suas conotações tradicionalistas, de suas formas contingentes de manifestação histórica, inclusive de sua ligação com a ideia de classe

relevância sociológica do estudo de Bourdieu é vastamente reconhecida. Assim como Durkheim buscou retirar o tema do suicídio do âmbito da psicologia para construí-lo enquanto um objeto sociológico, Bourdieu propôs-se a tratar o gosto individual não como um dom natural, mas intimamente vinculado ao espaço social dos agentes. Nesse processo, mostrou como o gosto funciona como um "marcador privilegiado da classe".

É também notoriamente conhecido que sua orientação teórica em relação às classes tendeu, nos trabalhos seguintes, a ser construída numa crítica de fundo à teoria do conhecimento mobilizada pelo marxismo[63]. Voltaremos a essas questões nos capítulos seguintes, mas, tal como fizemos com outros autores, vale a pena indicar, ainda que muito resumidamente, a que Marx Bourdieu se referia[64]. Em linhas gerais, a crítica de Bourdieu era de que o marxismo não tinha condições de captar a constituição do espaço social na qualidade de um "espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos", porque a teoria marxista das classes reduziria "o mundo social unicamente ao campo econômico" (1989, p. 152-153). Essa análise supõe:

> uma ruptura bem distinta com a representação unidimensional e unilinear do mundo social que subentende a visão dualista segundo a qual o universo das oposições constitutivas da estrutura social se reduziria à oposição entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho (Bourdieu, 1989, p. 152).

A tese era de que as posições ocupadas pelos agentes são irredutíveis à oposição entre "proprietários e não proprietários dos meios de produção econômica", que seria a única dimensão tratada pelo marxismo, o que se revela pelas questões "eternamente debatidas" sobre os limites entre esses dois blocos. Para Bourdieu (1987), a estrutura do espaço social é baseada em várias

---

capitalista e classe proletária". A presença de Weber também é forte: "classe é uma estrutura que traduz desigualdade e poder em diferentes oportunidades de vida para categorias de indivíduos". Tal como um conjunto extenso de autores já citados, também para Eder a estrutura de classes foi modificada em razão da "sociedade pós-industrial" que gerou "novas formas de desvantagens e perigos para as pessoas" (Eder, 2002 33-34). No Brasil, uma tentativa de junção das problemáticas de Marx e Bourdieu foi proposta por Sallum Jr. (2005).

[63] O que é visível em sua produção a partir da metade da década de 1980.

[64] Veremos que a crítica de Bourdieu (1987 e 1989) ao conceito marxista de classe social está associada à sua problematização anterior da questão do conhecimento em si. No caso das classes, a relação entre abordagens objetivistas e subjetivistas seria uma "falsa oposição", pois os agentes são tanto classificados quanto vetores de classificações.

formas de capital – econômico, cultural e social/simbólico – e, em cada campo, constituem-se lutas distintas entre os agentes com vistas à apropriação dos bens escassos relativos a cada tipo de capital. Tais agentes são divididos, então, pelo volume de capital que possuem, pela composição desse capital e pela trajetória que percorrem no espaço social.

Nessa perspectiva, as "zonas intermediárias" também eram alçadas como um grande desafio de explicação. Se a indeterminação já é característica da relação entre as posições e práticas dos agentes, nessas posições em especial tal situação se mostra ainda mais presente. Daí a luta política, segundo Bourdieu, para que os grupos intermediários agissem de acordo com a visão defendida por aquele que os analisam[65].

1.5. O recuo da classe em meio à crítica do trabalho: da classe média à não-classe

Foi justamente o grau de indeterminação, acima aludido, o fator que passou a alimentar um conjunto de teorias que, diferentemente de Bourdieu, distanciou-se cada vez mais de um programa geral de teoria sobre as classes. Mesmo para autores originalmente vinculados ao marxismo, observou-se uma tendência de trabalhos críticos ao que seria o economicismo de Marx, que foi, então, visto com apenas mais um representante do "produtivismo" característico do projeto do esclarecimento, ou seja, uma teoria otimista e complacente com o desenvolvimento técnico, a despeito do teor destrutivo e opressivo da "sociedade industrial".

Com certas ressalvas, acompanhamos a tese de E. Wood (1998) sobre essa tendência[66]. De forma pertinente, a autora evoca o "socialismo verdadeiro" descrito por Marx e Engels em *A ideologia alemã* e no *Manifesto comunista*. Com essa expressão, Marx e Engels atacavam a postura típica de certa filosofia alemã em fazer a crítica do mundo antigo a partir da "necessidade da verdade" e dos "interesses humanos" e não por meio da luta de classes. Perdidos na visão da humanidade genérica, não defendiam o interesse do proletariado, "mas do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem à realidade alguma e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica" (Marx e Engels, 1998 [1848], p. 63).

[65] Um exemplo, para Bourdieu (1987, p. 12), era a discussão sobre as *cadres* francesas, vistas tanto como "inimigos de classe" e "servos do capital", quanto "classe dominada" e "vítima de exploração". O acirramento da luta política explica-se, segundo o autor, na medida em que a "classe real" só existe, de fato, quando há alguém autorizado e legitimado a falar por ela.

[66] Um dos pontos de desacordo com a leitura de Wood é sua hipótese de que Poulantzas, mesmo na sua "primeira fase", tenha sido um precursor de teorias que negam a luta de classes.

Segundo Wood, os anos de 1980 viviam o surgimento do "novo socialismo verdadeiro", que, na sua rejeição ao que seriam o economicismo e o reducionismo classista de Marx, praticamente extirparam o conceito de classe e a luta de classes do projeto socialista.

> A característica mais evidente dessa corrente é a autonomização da ideologia e da política de qualquer base social e, mais especificamente, de qualquer fundamento de classe. Contra a suposição, que é atribuída a Marx, de que as condições econômicas automaticamente originam forças políticas e de que o proletariado irá inevitavelmente ser compelido pela sua situação de classe a se comprometer com a luta pelo socialismo, o novo socialismo verdadeiro propõe que, em razão de não haver uma correspondência necessária entre economia e política, a classe trabalhadora não tem uma posição privilegiada na luta pelo socialismo. (...) Estes esquemas teóricos expulsaram efetivamente a classe trabalhadora do centro do projeto socialista e substituíram os antagonismos de classe por clivagens de ideologia ou "discursos" (Wood, 1998, p. 2).

A atenção de Wood estava dirigida para as obras taxadas de "esquerda revisionista" como E. Laclau, C. Mouffe, B. Hindess, P. Hirst e G. S. Jones. No prefácio feito dez anos após a publicação do livro, a autora reconhece que essa linha (não necessariamente esses autores) perdeu praticamente todos os elos com o marxismo e não caberia sequer falar em projeto socialista em muitas dessas abordagens, cada vez mais identificadas com o "pós-modernismo". Importante também notar que esse debate vicejou em um período (1984-1985) que já experimentava a feição mais dura das contrarreformas neoliberais inglesas do governo Thatcher, em especial com a greve dos mineiros.

Mas o que nos interessa aqui é o fato de que a rota utilizada para se chegar à perda de relevância da classe teve como fundamento principal a chamada crítica *da sociedade do trabalho*. Não é à toa que Wood aponta *Adeus ao proletariado*, de A. Gorz, como o grande suporte para os argumentos dessa abordagem. Entramos, então, em outra dimensão dos problemas das "sociedades avançadas" que teria posto em questão ou mesmo invalidado a teoria de Marx, qual seja, de que o sentido tomado pelo desenvolvimento das forças produtivas não se efetivou em prol da libertação técnica e dos interesses dos trabalhadores e sim por uma forma acentuada da racionalização instrumental, tal como indicada por Weber.

Diferentemente dos autores comentados nos itens precedentes, essa avaliação não suscitou um reordenamento ou refutação das teorias de classe tal como exposta por Marx, mas uma

negação mais incisiva do próprio conceito na medida em que o desenvolvimento técnico teria solapado as bases objetivas da teoria do valor e de qualquer forma de exploração, já que o trabalho humano seria cada vez mais supérfluo. Por conseguinte, nessa linha de raciocínio, a ação social seria cada vez menos guiada por questões vinculadas ao trabalho, o que se comprovaria pelos temas, atores e objetivos dos "novos movimentos sociais". Essa foi a linha seguida por Touraine (1989), Melucci (1980) e Habermas (1987b), vistos como os teóricos dos novos movimentos sociais. Segundo Alonso (2009, p. 59),

> embora cada qual tenha sua própria teoria da modernidade, compartilham mais ou menos o mesmo argumento central. Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas.

Nossa tese até aqui foi a de que o conceito de classe média usado e desenvolvido pelos críticos de Marx (ou mesmo por aqueles que pretenderam dar uma nova roupagem "científica" à sua teoria) sustentou-se num conjunto de teorias que apresentava interpretações bastante semelhantes sobre o autor. Argumentamos, nesse momento, que o debate sobre a "categoria trabalho" a partir de fins de 1970 não alterou a leitura de fundo (simplificada) que era feita de Marx, ao contrário, acentuou-a em vários sentidos, questão explorada nos trabalhos de Antunes (2000 e 2002) e Amorim (2009).

A importância de tocar nesse debate se dá pelo efeito que ele causou nas discussões sobre classe: ao questionar a base fundamental da sociedade contemporânea, com a alegação do caráter prescindível do trabalho humano, o resultado foi uma espécie de interdição do debate sobre as classes. Se, nos termos do marxismo analítico, a perda de relevância de temas como a exploração baseada na teoria do valor trabalho engendrou uma teoria de classes cada vez mais próxima do modelo weberiano, no caso dos críticos da "sociedade do trabalho", a solução apresentada foi diversa, ainda que devedora da noção de racionalidade técnica de Weber.

Com a disseminação das teses contrárias ao "paradigma produtivista", as respostas e críticas vindas de autores marxistas precisaram reconquistar algo anterior ainda à identificação da

classe operária ou trabalhadora e da classe média, ou seja, precisou problematizar o próprio papel do trabalho assalariado, seja ele qual for, na sociedade contemporânea. O que nos parece importante registrar é que os temas levantados por certos trabalhos, como de A. Gorz (1982 e 2007), J. Habermas (1987a) e C. Offe (1989), entre outros, ao acentuarem as problematizações características dos temas apresentados acima, naturalizaram ainda mais a visão de um Marx anacrônico para a sociedade contemporânea e, assim, interditaram, num grau significativo, o debate sobre as classes médias por comprometer a noção mesma de classe social. Processo que se efetivou concomitantemente ao movimento defensivo a que se entregaram os trabalhadores em razão das contrarreformas neoliberais e da crise do modelo soviético.

Sem dúvida, o elo entre todas essas teorias encontra-se no questionamento do significado da atividade (ou da categoria) "trabalho". Nesse sentido, as formulações de Hannah Arendt (2001 [1958]) podem ser encaradas como o grande expoente da crítica à visão "produtivista" de Marx.

O principal fundamento da explicação de Arendt sobre o trabalho no sentido moderno assenta-se sobre sua distinção entre *labor* (trabalho) e *work* (obra). De forma geral e sem entrar nas polêmicas da distinção[67], "trabalho" corresponderia aos processos vitais básicos necessários à reprodução biológica da vida humana e que tem um caráter de futilidade, pois seu resultado praticamente se extingue junto ao esforço de produzi-lo. "Obra" seria a dimensão da atividade especificamente humana, principalmente solitária, que não se resume ao processo vital e que combina traços de permanência e possibilidade de criação livre.

Como o trabalho moderno, diferentemente do mundo antigo, é uma atividade assalariada e exercida e reconhecida na esfera pública, o argumento de Arendt é de que *work* e *labor* são fundidos numa relação particular. Relação que, contudo, oculta as especificidades dessas duas dimensões e provoca uma consequência nefasta para a autora: o trabalho moderno (notadamente enquanto *labor*) passa a ser glorificado pela economia política, incluso Marx, o que seria expresso pelas teorias acerca do trabalho produtivo e improdutivo[68]. A "súbita e espetacular

[67] Frateschi (s/d), por exemplo, embora não explore a questão, considera a distinção de obra e trabalho "por vezes rigorista e nem sempre muito convincente".

[68] "A era moderna em geral e Karl Marx em particular, fascinados, por assim dizer, pela produtividade real e sem precedentes da humanidade ocidental, tendiam quase irresistivelmente a encarar todo o trabalho como obra e a falar do *animal laborans* em termos muito mais adequados ao *homo faber*, como a esperar que restasse apenas um passo para eliminar totalmente o trabalho e a necessidade" (Arendt, 2001, p. 98). [observação: trata-se da décima edição

promoção do trabalho, da mais humilde e desprezível posição à mais (...) estimada categoria humana" teria começado com John Locke (que o atrelou à propriedade privada), passado por Adam Smith (por ser fonte de riqueza), e chegado a um clímax com Marx "no qual o trabalho passou a ser a origem de toda a produtividade e a expressão da própria humanidade do homem".

O problema dessa glorificação seria ignorar a "condição humana" necessariamente limitadora e não humana do trabalho (*labor*) (no sentido de que se trataria de uma atividade sem grandes diferenças aos outros seres). Não seria à toa que a sociedade antiga grega não identificava naquele que trabalha um componente humano. Relegava-o à esfera privada e retirava a condição de homem daqueles dedicados ao trabalho.

Não é de se estranhar que Arendt, em fins da década de 1950, revele sua esperança embutida em um prognóstico que, em termos de erros de previsão, tal como costumam se referir os críticos de Marx, ocupa certamente um dos maiores graus numa hipotética escala de conflito com a realidade atual: "o advento da automação, que dentro de algumas décadas provavelmente esvaziará as fábricas e libertará a humanidade de seu fardo mais antigo e natural, o fardo do trabalho e da sujeição à necessidade [69]" (2001, p. 12).

A expressão empobrecedora do marxismo produtivista, para Arendt, estaria na sua luta por uma "sociedade de operários", o que seria, de qualquer forma, um equívoco também histórico, já que "hoje em dia, os operários já não estão à margem da sociedade; fazem parte dela e são assalariados – detentores de empregos – como todo mundo" (p. 231).

Foi imerso nessa problemática que a obra de A. Gorz assumiu um teor crítico à "sociedade do trabalho" e, assim, em sua visão, ao marxismo como um todo, o que obteve seus contornos mais controversos a partir, principalmente, de *Adeus ao proletariado* (1982)[70]. Sua

---

brasileira, mas corrigimos as traduções de *labor* e *work*, tal como sugerido por vários autores e incorporado em outras edições]. Ver, no capítulo seguinte, como essa alegação de Arendt, assim como outras em relação aos conceitos de Marx é, no mínimo, equivocada.

[69] A passagem é um ótimo exemplo do traço ideológico do humanismo teórico: se a própria autora indica que somente escravos "trabalhavam" na antiguidade e, como se sabe, proprietários no capitalismo não precisam "trabalhar" (*labor*), que "humanidade" é essa que precisa se libertar "do trabalho"? É claro o uso da "humanidade" para ocultar a existência antagônica de classes, afinal, *uma parte da "humanidade", já liberta do trabalho, não tem interesse nenhum que a "humanidade" se liberte.*

[70] A mudança, contudo, já se esboçava em meados da década de 1970 com seus escritos sobre ecologia. Ver o estudo de Josué Silva (2002) sobre a obra completa de Gorz.

posição não era diferente da constatação de Arendt, isto é, de que o impacto da automação (a "revolução microeletrônica", segundo Gorz) teria causado uma transformação profunda na esfera de produção, cuja consequência mais importante foi a formação de um sistema automatizado que, no limite, prescinde de trabalho humano.

Gorz passou a seguir uma linha muita próxima da tese weberiana que preconizava a burocratização inerente das instituições modernas e concluiu que o poder gerado nas empresas não pode ser associado a um grupo de pessoas. Tratar-se-ia de um "poder funcional" inevitável para a produção mecanizada. Uma revolução só colocaria no lugar do capitalista e seus gerentes outras pessoas executando as mesmas funções de dominação. Em muitos casos, essas tentativas de transformação só se consolidam por meios fascistas, em que o poder funcional é substituído pela capacidade pessoal de líderes e dos mais "fortes". Em suma, a "apropriação coletiva" é impossível[71].

Como é este o movimento inevitável da produção capitalista, a tendência seria a explosão da classe trabalhadora no sentido que foi pensado pelo marxismo "produtivista". Uma minoria "privilegiada" restaria em certos nichos, enquanto um oceano de pessoas em situações precárias seria criado, como empregos precários de ajudantes, tarefeiros, operários de ocasião, substitutos, empregados de meio expediente, atividades essas que "num futuro não muito distante serão abolid[a]s pela automação". É o "neoproletariado pós-industrial" que, todavia, não se trata de uma classe, pois não tem estatuto enquanto tal: são uma "não-classe de não-trabalhadores" com uma "subjetividade liberada". Ao falar das características desse neoproletariado, Gorz adianta alguns dos argumentos utilizados por C. Offe (1989) para decretar a perda de validade do trabalho como "categoria sociológica central". Seriam pessoas que, muito em razão de uma superqualificação ante o emprego, estão sempre em situações provisórias, senão desempregadas, marcadas por um traço contingente, superficial. Não irão, de nenhuma maneira, construir qualquer identidade coletiva que seja referente a seu trabalho, muito menos apoiar projetos de transformação no trabalho. Só lutariam por uma libertação *do* trabalho. Seriam um novo sujeito

[71] Num ponto de vista lukacsiano, aqui estaria o hegelianismo de Gorz e Arendt, ainda que não explicitado pelos autores, o que se evidencia pela identificação de qualquer forma de objetificação a alienação, aquilo que Lukács, no posfácio de 1967 à *História e consciência de classe*, apontou como o seu equívoco na década de 1920. Ao tomar a "alienação" unicamente como objetificação, faz-se coro à tentação da "crítica filosófica burguesa" que tentava "sublimar a crítica social numa crítica puramente filosófica, fazer da alienação, social por essência, uma alienação eterna ligada à *condition humaine*" (1989, p. 364).

revolucionário, pois somente a não-classe encarnaria, ao mesmo tempo, "a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes" (Gorz, 1982, p. 93).

A continuação das obras de Gorz ganha um tom claramente prescritivo, como vista em boa parte do livro *Metamorfoses do trabalho*, pois se coloca a propor soluções para o dilema levantado por Arendt anos antes. Diante do fato de que há um tempo liberado em razão das mudanças técnicas, a questão se torna o que fazer com ele. O problema é que a "razão econômica" não pode oferecer nenhuma resposta, pois uma sociedade que não oferece trabalho a todos não poderia continuar a valorizá-lo e a atrelar a ele os direitos sociais[72]. Segue-se, então, uma série de propostas de Gorz (como a renda básica universal) para desmercantilizar a retribuição social de ações e atividades (dos cuidados com idosos e enfermos à prostituição, por exemplo) passíveis de serem libertas da submissão à racionalidade econômica.

É importante frisar esse aspecto da obra de Gorz, pois, nas suas reivindicações em relação aos caminhos que a sociedade atual deveria seguir, ele se distingue das análises otimistas com a sociedade tecnológica que naturalizam o modelo mercantil. O objetivo, segundo Gorz, não é esperar uma liberdade do trabalho com a automação (embora em *O imaterial* isso tenha se modificado em certa medida), mas reduzir ao máximo o tempo de trabalho dos indivíduos. É preciso também compreender o sentido de suas afirmações, em *Adeus...*, que "constatam" o fim da necessidade de trabalho humano. A referência de Gorz, para sustentar essa avaliação, não é sempre a sociedade capitalista tal como a conhecemos, mas outra sociedade "viável, que disponha de tudo que é necessário e útil à vida". Nesta outra sociedade é que o problema do trabalho já estaria resolvido, por assim dizer.

Porém, está nessa mesma argumentação o limite de sua abordagem, pois, ainda que levante um "programa" – trocar a racionalidade econômica por outra forma de racionalidade –, permanece sem resposta efetiva saber qual será o sujeito dessa transformação, até porque nunca ficou claro como o neoproletariado pós-industrial, no seu estatuto de "não-classe", poderia agir. Se existe uma plataforma a ser seguida para que se rompa a razão econômica, a instauração dessa

[72] Não deixa de ser uma tentativa de resposta à constatação de Arendt (2001, p. 13), décadas antes: "O que se nos depara, portanto, é a possibilidade de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, sem a única atividade que lhes resta. Certamente, nada poderia ser pior".

nova sociedade carece de base de sustentação efetiva, o que concede a seu projeto político um caráter bastante inócuo[73].

Esse espaço de indeterminação parece ser preenchido, em *O Imaterial*, com a esperança de que aqueles que estão ligados às novas tecnologias executem esse papel transformador, como a "cultura hacker"[74]. Mas o interessante é perceber que, com essa saída, Gorz retoma, de certa forma, aquilo que tinha identificado como problema do marxismo: a relação necessária entre as forças produtivas e o sujeito revolucionário, o que nos permite afirmar que o autor não abandonou a problematização teórica que ele mesmo elegeu como equivocada, como argumenta Amorim (2009)[75].

Em relação às classes, a questão torna-se ainda mais difícil na medida em que a carência de empregos empurra quantidades cada vez maiores de pessoas a ocupações de "serviçais". Nessa situação, não se trata, para Gorz, nem mesmo de uma nova estratificação, pois a relação que se constrói é mais de dependência pessoal do que de uma profissão.

De fato, definir o sentido e dimensionar o impacto dessa "economia de serviços" tornou-se o objeto de atenção mais comum dos trabalhos imersos nessa problemática. Para J. Berger e C. Offe (1991, [1984], p. 43), as características do setor de serviços que o distingue da produção industrial são, à primeira vista, estas: tarefas pouco padronizadas que são frequentemente definidas *ad hoc*, a inconstância da carga de trabalho, a necessidade de haver reservas de força de trabalho qualificada e a existência de formas específicas e diferenciadas de remuneração do trabalho. Para os autores, seria um tipo de emprego não ocupado propriamente por "trabalhadores (no sentido jurídico-contratual), e sim predominantemente por funcionários privados e públicos ou no âmbito do domicílio". A consequência é uma situação marcada pela heterogeneidade do

[73] Como veremos, esse não é somente um desafio para Gorz. Todos os autores, mesmo os que se mantém na tradição marxista, que identificam o proletariado como "réplica" do capital tendem a cair nesse impasse. A obra de Moishe Postone (1993) é um exemplo peculiar.

[74] Segundo Gorz (2005, p. 66), na década de 1980, considerava-se o neoproletariado pós-industrial "o principal ator futuro de uma mutação cultural antiprodutivista e antiestatista. A novidade que apareceu desde então é que, como o desenvolvimento da Web e do movimento dos programas de computador livre, esse neoproletariado se tornou o lugar geométrico para o qual convergem, e de onde se propagam mundialmente, todas as contestações radicais do capitalismo globalizado e financeirizado". Mas "um outro mundo" só será possível se reunir a insatisfação de "universitários, economistas, escritores, artistas, cientistas ligados a e radicalizados por sindicalistas de oposição, neoproletários pós-industriais, minorias culturais, camponeses sem terra, desempregados e subempregados" (p. 71).

[75] Iremos desenvolver, posteriormente, alguns aspectos desse problema a partir da adequação ou inadequação da forma capitalista ao novo conteúdo do trabalho, chamado de imaterial.

status econômico e social desses funcionários, que podem se encontrar em posições extremamente elevadas e muito baixas numa mesma cadeia de serviços.

Contudo, o intuito de Offe (1991 [1984]) é produzir um conceito de serviços que não seja somente estipulado a partir da negação do que é o trabalho industrial. O movimento seria explicado pela "crescente demanda funcional de funções de prestação de serviços". As atividades produtivas precisam de funções especializadas cujo trabalho as "garante". Trata-se, basicamente, de funções de "intermediação" que são simultâneas à produção capitalista industrial – o que, para Offe, é um argumento para se evitar comprar a ideia de sociedade "pós-industrial" de forma acrítica.

De qualquer forma, existiria uma clivagem fundamental entre o *trabalho* da produção e o *emprego* em serviços. Essas hipóteses ficam mais claramente respondidas no conhecido texto cuja pergunta do título – *Trabalho como categoria sociológica fundamental?* – é respondida negativamente. Embora estejam em relação, o trabalho em serviços é notadamente distinto do trabalho na produção por ser "reflexivo", com uma racionalidade própria. A reflexividade consiste no fato de que "ele mesmo (o trabalho reflexivo) elabora e mantém o próprio trabalho". Os exemplos de serviços são as atividades de ensino, cura, planejamento, organização, negociação, controle, administração e consultoria que, mesmo sendo formalizadas como trabalho assalariado, são distintas deste por dois motivos. Em primeiro lugar, pela dificuldade inerente de se normatizar e padronizar esse trabalho e, assim, poder controlá-lo, já que é marcado por traços de descontinuidade, heterogeneidade e incerteza. Em segundo lugar, eles não apresentam um critério claro de economicidade, ou seja, não é possível, ao certo, dimensionar volume, tipo e oferta dos serviços.

Ainda que reconheça que muitas perguntas precisam ser feitas sobre o significado próprio do trabalho em serviços, o processo implica, para Offe, na impossibilidade de se considerar o trabalho assalariado de forma unívoca. Não haveria mais uma racionalidade fundamental e profunda que regesse todo o trabalho.

De fato, embora não fosse ignorado que a produção mundial se internacionaliza – o que evidentemente coloca em questão o "pós-industrialismo" da produção contemporânea – o crescimento dos postos de trabalho em atividades consideradas de serviço fez com que a tônica

geral dos modelos analíticos sobre classe girasse em torno de propostas explicativas sobre o que consistiria, afinal, essa outra racionalidade dos serviços.

Daí a proeminência dos trabalhos de J. Goldthorpe, comentados anteriormente, que diferenciam estratos sociais a partir do tipo de contratos que são estabelecidos – contratos de trabalho ou relações de serviço. Outra abordagem, digna de nota, é a de G. Esping-Andersen (1993), que tem como objetivo explicar as características particulares das novas classes criadas com os serviços.

O ponto de partida de Esping-Andersen é separar as classes que ainda estão vinculadas ao modelo fordista e daquelas que surgem como novos grupos do pós-fordismo. Esse pós-fordismo é identificado como uma nova economia que observa mudanças explosivas na hierarquia industrial na medida em que o gerenciamento taylorista estaria em declínio. Resultado: avanços tecnológicos fazem com que o trabalhador sem qualificação seja redundante, aumenta a demanda por trabalhadores multi-qualificados e mais autônomos e faz erodir as fronteiras entre trabalhador, técnicos e gerentes.

Acompanhando o estudo de Erikson e Goldthorpe (1992), o autor defende que a tese marxista da proletarização de trabalhadores de serviços não se sustenta. Haveria, de certa forma, um proletariado pós-industrial, mas, tal como Offe, marcado por dois traços diferentes em relação ao proletariado fordista ou industrial: a presença feminina é muito maior, além de ser "extremamente heterogêneo" e próprio de um "ambiente de trabalho altamente individualizado": engloba desde centros de assistência a restaurantes, hospitais e táxis.

Se as diferenças sociais dessa nova economia de serviços baseiam-se em credenciais e nas qualificações, o corolário é que a maior ou menor abertura ao sistema educacional é alçada como a raiz de todos os problemas e diferenças entre os países, mesmo que os lugares do "topo" sejam um tanto quanto restritos. De qualquer forma, a constituição de um proletariado de serviços não encontraria respaldo nas situações concretas, e isto porque *ele não se constitui propriamente enquanto classe*, para voltarmos a Gorz e outras variações de uma *classless society*. Para Esping-Andersen, esse grupo não seria propriamente uma classe porque não está, como no passado, destinada a fazer a mesma atividade a vida inteira. O trabalhador de serviços desqualificado "não é uma classe, mas pessoas temporariamente dispostas (ou forçadas) a trabalhos desagradáveis",

com vistas a usar esse momento como trampolim para uma carreira mais sólida ou para o definitivo afastamento do trabalho (p. 239).

Enfim, parte significativa da teoria social desembocou em um caminho cuja característica principal é o enfraquecimento, ou mesmo negação, do conceito de classe.

***

Buscamos aqui apontar traços comuns e definidores de análises originadas no período de crescimento econômico do pós-guerra e, no caso europeu, da atuação do *welfare state*. Mesmo após a emergência das primeiras contrarreformas neoliberais, tais propostas distanciam-se das análises de classe tradicionais em razão das "novas" características do capitalismo informatizado ou da sociedade "pós-industrial".

Evidentemente, toda essa discussão, mais centrada na dimensão teórica-conceitual, exige um exame mais detalhado das condições econômicas e políticas subjacentes aos contextos mencionados. Requer também, é claro, uma referência às mutações diversas e abrangentes ocorridas nos processos de trabalho que decididamente não podem ficar restritas ao viés eurocêntrico predominante em muitas correntes. São aspectos que iremos abordar ao longo desta tese.

O que nos parece importante, por ora, é questionar se a imagem do marxismo feita por essas leituras não oculta ou subvaloriza conceitos e questões presentes em Marx que têm ainda muito a dizer sobre a sociedade atual. É o que nos perguntamos no capítulo seguinte.

Capítulo 2. Classes sociais, classes médias e trabalho produtivo

As teses e correntes teóricas apresentadas em linhas gerais no capítulo anterior, a despeito de importantes diferenças, propõem modelos de explicação social que se fundamentam numa constatação semelhante: a obra de Marx não fornece condições suficientes e conceitos condizentes com a sociedade contemporânea, seja porque já em sua origem esses conceitos eram reducionistas, seja porque o capitalismo se alterou de tal forma que atualmente inviabiliza o uso de sua teoria.

No segundo caso, esse Marx a quem os autores se contrapunham ou criticavam era caracterizado, em sua maior parte, como o responsável por um modelo de explicação das relações sociais que estaria essencialmente vinculado à sociedade do século XIX, ou seja, uma teoria que somente faria sentido numa sociedade desprovida de instituições "pacificadoras" de conflitos e em que a propriedade privada não estivesse separada da gestão das empresas. Nesse contexto, afirmavam alguns autores, as teses da polarização absoluta e do processo de proletarização e pauperização faziam certo sentido. Transformadas as bases dessa sociedade nas décadas subsequentes, os prognósticos dissipavam-se um a um. Marx foi então visto como um ardoroso defensor das forças produtivas e, por isso, incapaz de perceber que essas forças não geram necessariamente uma classe explorada cujo interesse estaria, exclusivamente, na destruição do capitalismo. No bojo dessa crítica, o conceito de classe média teve um papel de fundamental importância.

O desafio que nos propomos, e que irá guiar nossas atenções neste e no próximo capítulo, é evidenciar e problematizar essa leitura e suas implicações sem cair no caminho relativamente fácil de, em oposição aos "erros" dos interlocutores, oferecer a leitura "pura" ou "correta" de Marx[76]. Não será esse o caminho que trilharemos e nos parece importante explicar a razão dessa

[76] A recomendação de Losurdo (1998, p. 4-42) em relação à Hegel nos parece também adequada ao estudo do marxismo: "o intérprete hodierno agiria bem evitando assumir uma postura de profeta, como se a verdade, o significado autêntico da filosofia de Hegel tivesse permanecido escondido e inacessível a todos por mais de um século e meio para se revelar repentinamente e de modo fulgurante a um estudioso felizardo e genial, que naturalmente é, por sua vez, o último na ordem do tempo". Ainda porque, como também argumenta Losurdo, há uma diferença importante entre leituras que se fazem de estudiosos isolados daquelas relativas a autores ligados a movimentos político-sociais concretos, como é o caso de Marx e Engels. Nesse último caso, "a categoria de

escolha. Em primeiro lugar, essa opção não significa ignorar que há equívocos significativos de interpretação, alguns deles bastante evidentes. Tampouco significa aceitar um relativismo ingênuo segundo o qual "toda leitura é possível" no processo de constituição do conhecimento. O que nos interessa é perceber como a obra de Marx, num dado limite, abre espaço para compreensões diferentes ao atacar, de acordo com o texto e o contexto, problemas variados em dimensões distintas. Mais do que isso, por não "fechar" completamente todos os problemas que constrói – além de oscilar no sentido de respostas e deixar alternativas variadas para resolução de questões em manuscritos e estudos diversos – Marx pode ter mais a oferecer em termos de perguntas e formulação de tendências do que em explicações e previsões taxativas. É nesse embate de concepções e problemas distintos que o resultado mais importante pode surgir, qual seja, uma forma de análise que, coerente com as bases fundamentais de Marx, forneça uma compreensão importante e analiticamente eficaz da sociedade contemporânea dominada pelo modo de produção capitalista.

Dito de outro modo, não é o objetivo mostrar que as leituras e teses críticas não condizem em nada com a obra de Marx. Em muitos casos, elas são bastante procedentes. É correto afirmar, por exemplo, que não há uma teoria explícita das classes médias em Marx, assim como há uma tensão importante do ponto de vista da neutralidade da técnica e do futuro da divisão do trabalho. E quando Marx se referiu a classes médias, não pensava diretamente nos problemas a que iremos identificar. Contudo, ao nos centrarmos no sentido da exposição da lógica do capital, conceitos e previsões ganham um potencial muito mais complexo e com validade explicativa. Com esses conceitos básicos entendidos de uma forma mais profunda e abrangente, é possível propor uma solução marxista ao problema das classes médias. Assim, não se trata de contrapor uma leitura correta a uma falsa, mas apresentar o que é ocultado pela versão, poderíamos dizer, "simplificada" de Marx[77].

---

equívoco se mostra particularmente inadequada, pois acaba por sacrificar como 'espúria' a história real no altar da 'autenticidade' de uma solitária interpretação". Enfim, não há muito interesse e se mostra pouco produtivo "seguir os 'equívocos', verdadeiros ou supostos, sem levar em conta a história político-social que está por detrás deles".

[77] Com a ressalva, novamente, de que o conjunto dos autores associados ao marxismo analítico apresenta posições que consideramos mais interessantes e que propiciaram perguntas importantes ao debate, discutidas até hoje, em especial, a vasta obra de E. Olin Wright, que será retomada em vários aspectos ao longo deste trabalho.

Outras observações introdutórias são necessárias. Em primeiro lugar, não se almeja aqui, evidentemente, nenhuma construção alternativa propriamente original[78]. A confrontação detalhada entre Marx e algumas tradições marxistas nos parece suficiente para explorar esses caminhos e, segundo nosso objetivo inicial, discutir a possibilidade de retomar o conceito de classes médias e orientá-lo de acordo com essa análise de Marx.

Em segundo lugar, nossa atenção recairá, no que se refere à relação entre classes e teoria do valor, aos livros de *O Capital*. Embora sejam incontestáveis a importância e a riqueza da formação do pensamento de Marx, expressa em manuscritos e nas diferentes redações de *O Capital*[79], isso não tira a necessidade de se concentrar na versão escolhida pelo autor após várias tentativas de sistematização. Por certo, isso se aplica mais ao Livro I do que aos demais, por ser o único publicado e revisado por Marx. Porém, pontos centrais de nossa análise serão tratados nos demais livros, que se mostram, nos propósitos da nossa discussão, fortemente condizentes com o Livro I.

Em terceiro lugar, se as "constatações" presentes nas produções vistas no primeiro capítulo, baseada em maior parte nesse Marx "simplificado", levaram-nas a defender a substituição (mais do que a complementariedade) da teoria marxista pela abordagem weberiana, não nos parece pertinente, como forma de contraposição, tão somente negar a possibilidade ou mesmo o caráter profícuo de fazer uso de questões trazidas pela literatura weberiana ou outras não marxistas. Muitas dessas questões podem, ao serem reproblematizadas, se for o caso, fornecer pistas interessantes de pesquisa. Em outras palavras, não é possível buscar um Marx mais complexo, simplificando seus interlocutores.

Enfim, ao longo das últimas décadas, foram vários os trabalhos orientados pelo marxismo que se contrapuseram à avaliação simplificadora de Marx, versão que o reduz a um materialismo mecânico e sem mediações. Nosso intuito nos dois próximos capítulos é explorar algumas dimensões desse problema, sem pretender, contudo, abarcar todas as intervenções.

---

[78] Em toda a tese, tivemos uma atenção especial em tentar indicar o máximo possível as variadas fontes ligadas a temas, conceitos e propostas relacionados às discussões seguintes, o que foi feito a partir de diversas bases de dados. Evidentemente, num tema amplo como esse, certamente muitos trabalhos com preocupações semelhantes acabam por não ser citados.

[79] Trabalhos importantes, nesse sentido, são o de Dussel (1999) e Bidet (2010).

Neste capítulo em particular, fazemos uma introdução ao problema das classes médias na tradição marxista. De início, identificamos algumas teses fundamentais sobre o tema. A seguir, como uma parte central da discussão assenta-se na noção de produtividade do trabalho, desenvolvemos de forma mais detalhada as definições e impasses em relação ao conceito de trabalho produtivo. Por fim, problematizamos o termo "classe trabalhadora" como forma de subsidiar o debate posterior sobre as classes médias.

2.1. Construindo o problema: classe média e trabalho produtivo/improdutivo

Uma boa forma de introduzirmos o problema nos textos de Marx é expor algumas das características predominantes do debate sobre as classes médias até o período de maior efervescência do tema na década de 1970.

Mesmo que não muito recorrente, como indicamos no início do primeiro capítulo, já na primeira década do século XX há importantes intervenções de autores marxistas a respeito das "novas classes médias". O trabalho de Hilferding (1909) é, sem dúvida, um dos mais expressivos, pois, ao descrever o predomínio do capital financeiro – "a unificação dos capitais sobre a direção das altas finanças" – faz um exercício de análise em relação aos impactos nas relações de classe e antecipa boa parte das principais questões debatidas pela teoria social ao longo de todo o século[80].

Muito antes de sociólogos e economistas liberais elegeram a sociedade de ações como uma superação do capitalismo de Marx (que, por sinal, já havia tocado no problema), Hilferding apontava as consequências dessa mudança na forma de gestão das empresas e na tendência monopolística do desenvolvimento capitalista[81]. Essa preocupação dirigiu sua atenção à "nova classe média", conceito que julgou ser equivocado ("mal comumente denominado"), mas que retratava a questão concreta dos:

[80] Destaca-se, no mesmo período, o artigo de Anton Pannekoek (1909) que toca diretamente na questão da "nova classe média" que, ao contrário da antiga, não "olha para trás, mas para frente". Contudo, seria significativa a distância que mantêm de organizações sindicais e do socialismo, muito em razão de seu trabalho "intelectual".

[81] Como lembra L. O. Silva (2003), Hilferding concebia uma imbricação mais direta entre os capitais financeiros e industriais, trabalhando com a hipótese de que, mesmo havendo capital retido na mão de especuladores, a maior parte seria investida produtivamente: "não podia adivinhar as transformações ocorridas a partir dos anos de 1970 nem as características do novo ciclo do capitalismo, no qual o volume de capitais aplicado no setor financeiro (redefinido pela chamada revolução financeira global) é muito superior ao volume de capital investido na produção" (p. 353).

> empregados do comércio e da indústria que experimentaram um aumento extraordinário com o desenvolvimento da grande empresa e com a forma social desta, e que em graduação hierárquica se convertem nos verdadeiros dirigentes da produção. É um setor cujo crescimento supera até mesmo o do proletariado. O progresso rumo a uma composição orgânica mais elevada significa uma diminuição relativa dos operários, e mesmo absoluta, em alguns casos e alguns setores da indústria (p. 393).

Para Hilferding o desenvolvimento da indústria mecanizada, com o seu necessário corpo técnico, e o sistema de ações impactavam fortemente na composição social e nos interesses dos grupos assalariados. Embora tenda a eliminar o trabalho vivo, a indústria capitalista não eliminaria a necessidade de supervisão técnica. Consequentemente, a expansão da empresa mecanizada torna-se "interesse vital" dos corpos técnicos, que se convertem em "partidários apaixonados do desenvolvimento capitalista" (p. 393).

As implicações da forma empresarial regida pela sociedade de ações vão ao encontro dessa identificação de certos assalariados com o capital na medida em que, por separar a direção da propriedade econômica, cria-se a impressão de que os postos de direção "estão abertos a todos"[82]. Desta forma, se desperta nos empregados um sentimento contraposto à solidariedade entre os assalariados, qual seja, o interessa pela ascensão e a subida de posições que surge nas hierarquias. A luta centrada em torno do seu contrato de trabalho (como qualquer assalariado) é minimizada em favor da luta junto ao capital para aumentar seus setores de influência.

Mas, segundo Hilferding, a identificação de grupos assalariados com o capital assenta-se num movimento essencialmente contraditório. São dignos de nota os aspectos indicados pelo autor, já que muitos deles ocuparam um lugar central nos debates mais recentes. De forma resumida, Hilferding considera que, consoante ao processo descrito, a nova classe média, naquele contexto, está distante do proletariado. As razões materiais ligadas ao êxito da grande indústria são, de certa forma, sedimentadas pelo histórico burguês ou pequeno-burguês desses assalariados, ou seja, o fato de procederem dos círculos burgueses favorece, ao ocuparem as posições

[82] Essa característica foi também indicada por Weber em relação à burocracia "racional-legal" e utilizada criticamente por N. Poulantzas (1977) para apontar o efeito ideológico da estrutura Estado capitalista. Ao permitir, em tese, a entrada de qualquer indivíduo ao corpo burocrático (por concurso, voto, indicação), o Estado capitalista, diferentemente de seus predecessores, recruta integrantes das classes dominadas para o funcionamento do aparelho político de dominação. Voltaremos a esse ponto.

intermediárias nas empresas, a manutenção da ideologia burguesa[83]. Diferentemente da classe média antiga, estes possuem níveis melhores de formação técnica e interiorizam as justificativas em prol da concorrência capitalista, o que os levam a certa repulsa em serem considerados operários[84]. Aproximam-se, assim, das ofensivas imperialistas e de teorias racistas – fato, por sinal, bastante pesquisado posteriormente em razão do apoio pequeno-burguês ao fascismo[85].

Porém, essa identificação com o capital seria minada gradualmente pelo desenvolvimento mesmo da grande indústria, o que se explica em dois sentidos. Em primeiro lugar, as famílias de classe média tradicional não podem mais oferecer a seus filhos posições independentes de trabalho, ou seja, aumenta o número dos que encontrarão no assalariamento a única forma de sobrevivência. O resultado natural é um aumento da oferta de força de trabalho nesses segmentos e, consequentemente, uma tendência à queda da remuneração. Em segundo lugar, o próprio processo de trabalho técnico também irá ser adequado à divisão do trabalho é à especialização das tarefas. Assim, as atividades tendem a ganhar um caráter "automático", o que, evidentemente, permite empregar força de trabalho menos especializada e cria uma constante ameaça de desemprego. Em muitos casos, há em bancos e companhias "modernas" uma quantidade considerável de empregados "que não são mais do que operários parciais especializados, cuja formação superior, no caso de tê-la, é mais ou menos indiferente para o empresário" (p. 394).

Mesmo a configuração monopolística dos capitais é um fator contraditório. Se, por um lado, abrem-se mais áreas de influência e são criadas mais vagas, por outro, os trustes têm um poder muito maior de piorar a situação dos empregados e, dada a centralização organizacional, muitos cargos tornam-se redundantes e são extintos e fecham-se cada vez mais as oportunidades de aceder aos postos superiores de direção, o que influi negativamente na perspectiva de ascensão.

Esse movimento contraditório significa, para Hilferding, que a aproximação desses empregados à classe burguesa não é definitiva. E ressalta-se que, para o autor, alguns desses

[83] "Seus representantes mais hábeis ou os menos escrupulosos chegam a subir às fileiras capitalistas" (Hilferding, 1971, p. 393).
[84] É muito interessante a comparação feita por Hilferding (1971) entre esses empregados e os chefes superiores das indústrias. Enquanto estes por vezes querem ser chamados de trabalhadores motivados por uma "valorização ética do trabalho", aqueles querem se afastar do rótulo por temer uma menor "valorização social" (p. 395).
[85] Um exemplo é o trabalho de W. Reich (2001), mas que associa ao fascismo a "classe média baixa", basicamente a classe média tradicional: comerciantes, pequeno proprietários, funcionários públicos.

empregados são "imprescindíveis para a produção"[86] (p. 393), o que, talvez, explique sua crítica ao conceito de "nova classe média" tal como era usado. A intensificação da formação de cartéis e trustes potencializa as contradições e rebaixa a situação desses trabalhadores que, condicionados pela correlação de forças e o aumento de pressão do movimento proletário, iriam acompanhar o proletariado na luta contra a exploração.

Após Hilferding, vários foram os caminhos seguidos por marxistas no sentido de compreender a configuração específica do capitalismo no século XX e como a concentração e centralização de capitais reguladas pelas finanças impactavam das relações de produção e, assim, nas classes sociais. Não temos condições de analisar como o tema das classes intermediárias foi explorado pela produção marxista das décadas seguintes, mas é possível argumentar que a classe média assalariada (principalmente aquela potencialmente "produtiva") chamou pouco a atenção dos trabalhos até o fim da segunda guerra. Alguns dos motivos que podem explicar essa ausência é o seu próprio peso social e político na sociedade, ainda relativamente reduzido, e o fato de a preocupação maior estar voltada para a relação da pequena burguesia tradicional com o fascismo, isto é, discernir até que ponto há afastamento ou aproximação de camponeses, artesãos e funcionários públicos com o proletariado[87].

A partir da década de 1950, com a repercussão de trabalhos como os de Mills, Lockwood, Dahrendorf, abre-se um período em que os termos do debate passam a ser colocados em novas dimensões, levando em consideração um acúmulo maior de pesquisas que tinham como foco a moderna empresa capitalista. Um período também marcado pela incorporação do marxismo ao "cânone" acadêmico[88].

Um texto fortemente indicativo de que uma grande discussão iria ser iniciada no interior do marxismo foi o de Martin Nicolaus, com *Proletariado e classe média em Marx*: *coreografia hegeliana e dialética capitalista* (1996 [1967]). Nicolaus foi o tradutor dos *Grundrisse* para o

[86] É preciso enfatizar esse ponto, que aparecerá constantemente nos debates seguintes: os assalariados vistos como "nova classe média", para Hilferding, são responsáveis "tanto pelas funções dirigentes mais importantes da produção, como pelas mais inúteis" (p. 396). Essa ambivalência está no cerne do problema tratado por Marx sobre o conteúdo duplo da função de direção.

[87] Para citar apenas um texto representativo do problema, ver a análise de Trotsky (1934) sobre a ameaça fascista na França da década de 1930. A rica análise da burocracia, por Lênin e Trotsky, por exemplo, também tangenciavam o problema, mas não o atacam diretamente na medida em que era o emprego "improdutivo", de trabalho de dominação para o capital, que o explicava.

[88] Ver, nesse sentido, Anderson (1999) e Braga (2011).

inglês e esse artigo é importante porque sustenta de forma direta três teses para esclarecer os termos do debate, ainda que bastante polêmicas: a influência (deletéria, para Nicolaus) de Hegel em Marx, a defesa de que Marx tem uma teoria das classes médias em potencial e a proposta de análise da classe média por meio da "lei da classe excedente". Ainda que discordemos com certas teses de Nicolaus, essas três questões servem como bons eixos para pautar nossa discussão posterior. Vejamos por quê.

A influência de Hegel em Marx é indicada principalmente com o intuito de problematizar a tese da pauperização do proletariado. A posição de Nicolaus é a de que, se Marx equivocou-se ao prever uma tendência absoluta de pauperização, isso se deve à rendição de seu projeto de maturidade à dialética hegeliana. Não seria o caso de negar o peso de Hegel por toda a obra de Marx (reivindicado pelo próprio autor no prefácio de *O Capital*), mas de avaliar que essa influência teria minado análises mais concretas do desenvolvimento das classes no capitalismo.

O primeiro choque entre o "filósofo idealista" e a economia política teria resultado nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844. O embate, para Nicolaus, é uma derrota da economia política, o que irá refletir em outros trabalhos da década de 1840. São basicamente dois os argumentos apresentados para sustentar essa avaliação.

O primeiro argumento é o de que toda a construção dos manuscritos é informada pelo conceito de trabalho alienado. Assim, a divisão da sociedade em classes e a divisão do trabalho são igualmente problematizadas como expressões alienantes de trabalho. O equívoco, segundo o autor, é de que a economia política não pode confundir esses dois problemas, já que a divisão do trabalho é um todo complexo não redutível à divisão em classes[89]. Essa questão teria permanecido não resolvida em *A ideologia alemã*, na conhecida passagem sobre a contraposição da divisão do trabalho entre a sociedade burguesa alienada e a sociedade comunista, sendo que, no comunismo, a divisão seria abolida[90] e o indivíduo poderia caçar, pescar, pastorear e criticar

[89] Ver as discussões do capítulo seguinte.

[90] É claro que por detrás desse tema há um problema muito maior sobre o grau de ruptura de Marx com Hegel, aspecto que iremos apenas tangenciar de acordo com as necessidades da discussão sobre as classes. Nesse caso, é necessário observar que "abolir" (superar/suspender) é somente um dos sentidos do verbo *aufheben*, termo de inspiração hegeliana que apresenta outros dois sentidos: levantar/erguer e conservar/guardar. Traduções recentes têm usado o neologismo "supra-sumir" para indicar quando *aufheben* é tanto abolir/superar quanto conservar (ver as notas dos tradutores M. Backes, J. Ranieri, R. Enderle em, respectivamente, Marx e Engels, 2003; Marx, 2004 e Marx e Engels, 2007).

sem ser exclusivamente caçador, pescador, pastor ou crítico. Para Nicolaus, essa assertiva "é uma brilhante visão filosófica, mas um espírito menos poético não iria se aventurar a tanto sem antes se perguntar onde o caçador obterá sua arma, o pescador sua vara e molinete e o crítico seus livros" (p. 194). Ao ter que oferecer a resposta a essas perguntas, Marx, segundo Nicolaus, teria que sair do reino da alienação e da filosofia e entrar na economia, o que faria decididamente somente a partir de fins da década de 1850.

Independentemente da pertinência ou não do argumento de Nicolaus, é preciso notar que há um hábito, em trabalhos marxistas, em citar essa passagem como justificativa para uma transformação social, *ignorando,* contudo, que as quatro atividades mencionadas por Marx *são tipicamente pré-industriais.* Isso não implica dizer, necessariamente, que o processo industrial inviabiliza mudanças na divisão do trabalho (técnica ou social), mas sim que há um problema muito mais complexo *que permanece oculto nessa passagem*. Problema esse, e nesse ponto concordamos com Nicolaus, que só o Marx da década de 1860 – amparado na teoria do valor, da exploração da força de trabalho e dos conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital[91] – terá condições teóricas de enfrentar.

O segundo argumento de Nicolaus para atestar a derrota da economia política para a filosofia hegeliana diz respeito à forma de conceber a relação de antagonismo entre trabalho e capital. O raciocínio é o seguinte: se, na lógica hegeliana, a dialética significa uma "coreografia" das ideias que levam inevitavelmente a um resultado conhecido pelo filósofo, a proposta de Marx teria sido imputar à relação entre capital e trabalho a mesma condição dialética, nesse caso, necessariamente teleológica. Só poderia haver, assim, um único resultado para o desenrolar dessa relação, que seria a superação da contradição numa sociedade sem classes e divisão do trabalho.

A consequência dessa aceitação do "padrão dialético" hegeliano, segundo Nicolaus, foi a previsão, por Marx, de uma sociedade totalmente bipolarizada e funcionou, ao longo de suas outras obras, como um obstáculo para uma análise mais complexificada sobre os caminhos distintos que a sociedade capitalista poderia seguir. O cenário, presente ainda no *Manifesto*, em que uma parte da sociedade tem toda a riqueza, enquanto outra está absolutamente empobrecida,

[91] Importante também observar que, nessa nova dimensão, não é mais a "propriedade privada" o fator central da dominação de classe, mas sempre o "capital". Sem essa distinção, é impossível analisar os comentários sobre a sociedade anônima por Marx no Livro III de *O capital*.

faz com que "não seja necessário ser hegeliano para prever que uma revolução irá ocorrer nessas circunstâncias" (p. 196).

E, ao apontar quais os caminhos que a sociedade não bipolarizada seguiu, Nicolaus descreve o seguinte quadro (por certo, não muito distante daquele retratado por vários autores vistos no primeiro capítulo): o avanço da sociedade capitalista não levou ao acirramento da contradição entre capital e trabalho, o que se vê, por exemplo, pelo proletariado relativamente tranquilo e não revolucionários de nações desenvolvidas, como os EUA. Ademais, o surgimento de uma "ampla nova classe média" contrariou a previsão de Marx e limitou a ação política nele baseada.

A alternativa, para Nicolaus, seria voltar ao próprio Marx, o economista que, ao se lançar ao estudo da "anatomia da sociedade civil", construiu a efetiva "dialética capitalista", de acordo com a qual a acumulação de capital e a análise do processo de valorização, com suas tendências e contra-tendências, forneceria um quadro bastante diferente das previsões fatalistas de uma contradição absoluta entre as classes.

Segundo Nicolaus, a chave para entender o processo está no fato de que a tendência decrescente da taxa de lucro das empresas não implica, necessariamente, que a massa de lucro decresça, isto é, uma taxa de lucro de 5% pode ser, no capitalismo de então, maior em termos absolutos do que uma taxa de 50% no século XIX. O que significa dizer que a pauperização é relativa e que as empresas capitalistas podem aumentar salários mesmo aumentando sua exploração sobre os trabalhadores. E, mais significativo ainda, esse incremento da exploração via aumento da produtividade do trabalho gera o que Marx chamou de exército industrial de reserva.

Surge, então, a principal consequência sociológica do argumento de Nicolaus, qual seja, uma "lei da classe excedente" que é gerada pela acumulação de capital. Quanto menor for o número de pessoas produzindo mais, maior será o número de pessoas que não produzem ou que se empregam em atividades improdutivas de controle[92]. Esse grande contingente de trabalhadores improdutivos teria uma importância dupla ao capitalismo. Primeiro, por coordenar o aumento da

[92] Segundo Marx (1980, p. 272) em *Teorias...*, "a outra causa de ser grande o número dos sustentados por renda é a circunstância de ser grande a produtividade dos trabalhadores produtivos, isto é, seu produto excedente que os serviçais consomem".

produtividade, o que engloba contabilistas, trabalhadores em escritório, todo sistema bancário, de seguros, etc. E, segundo, é preciso que haja uma massa de pessoas capazes de consumir o grande volume do produto excedente.

De forma que, para Nicolaus, embora em estado embrionário, existiria uma teoria das classes médias em Marx, fundamentada pela percepção de que o "aumento da produtividade requer uma classe de trabalhadores improdutivos para preencher as funções de distribuição, marketing, pesquisa, financiamento, administração, de manter a linha e glorificação do produto excedente em aumento" (p. 209). Essa teoria encontrar-se-ia presente em vários textos de Marx, destacados por Nicolaus. Duas passagens sobressaem-se, ambas de *Teorias da Mais-valia*. A primeira revela o escárnio de Marx ante a constatação dos resultados de uma produção capitalista avançada que gera uma classe de novos serviçais[93]. A segunda é o excerto em que Nicolaus considera estar a teoria das classes médias anunciada da forma mais explícita:

> O que ele [D. Ricardo] esquece de enfatizar é o aumento constante das classes médias, que se situam no meio, entre os trabalhadores, por um lado, e os capitalistas e proprietários de terras, por outro, e que são em sua maior parte sustentadas diretamente pela renda, que repousam como um fardo sobre a base trabalhadora e que elevam a seguridade social e o poder dos dez mil de cima (Marx, 1861-63 apud Nicolaus, 1996)[94].

O texto abertamente polêmico de Nicolaus tem o mérito de levantar importantes desafios a serem enfrentados para o entendimento da teoria de Marx sobre as classes. Mais do que isso, indicou com clareza que "o Marx" desenhado pelos críticos era muitas vezes um arremedo teórico, incapaz de perceber que o conjunto de sua obra indicava conceitos decididamente relevantes para análise da estrutura de classes contemporânea. A função das parcelas improdutivas da sociedade capitalista devia ser levada em conta para a explicação ampla da reprodução do sistema.

O resultado, contudo, é insuficiente em, pelo menos, dois pontos importantes. Em primeiro lugar, a recusa em aceitar uma contradição inevitável (que sustenta a ideia de sociedade absolutamente polarizada) o leva a praticamente abandonar *toda* a ideia de contradição e o crescimento da classe média é visto sem maiores tensões no interior das relações de classe.

[93] A passagem é reproduzida a seguir, neste capítulo.
[94] Na edição brasileira traduzida por Reginaldo Sant'anna, o trecho está na p. 1007 (Vol. II de *Teorias...*, 1983), mas "*middle classes"* aparece como "classes de permeio". No original *Mittelklassen.*

Questionar a influência de Hegel em Marx não implica, necessariamente, nessa quase ausência de contradição – o que levaria também a uma leitura parcial do próprio Hegel. Pelo contrário, como veremos, trata-se de redescobrir as contradições reais e, para isso, temos que precisar o problema em dois sentidos. Um deles é de que a tese da pauperização não pode ser simplesmente ignorada em razão da afluência relativa do proletariado dos países centrais[95]. O outro, como veremos posteriormente, trata-se de a tese da polarização social não poder ser reduzida a uma "teoria geral do empobrecimento"[96].

O segundo ponto insuficiente do sentido geral da tese de Nicolaus é restringir a teoria "embrionária" das classes médias em Marx a trabalhadores improdutivos. De fato, em todas as passagens destacadas por Nicolaus, são trabalhadores improdutivos (supervisores e vigilantes da produção, independentes e "serviçais" que trocam sua força de trabalho por renda) que formam a classe média. O nosso objetivo, diferentemente, é dar um passo além. Neste trabalho, iremos propor um conceito de classe média que engloba também partes produtivas do contingente assalariado, isto é, uma forma de construir o conceito que não fique restrito à divisão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Até porque surge como desafio adicional analisar um conjunto cada vez mais extenso de atividades que, dentro do circuito produtivo, está ligado às novas tecnologias informacionais, cujo valor de uso gerado, por vezes intangível, gera dificuldades para a realização do valor.

De qualquer forma, Nicolaus já entra num debate difícil ao tocar no tema da improdutividade de uma classe. Na verdade, é sintomático o aumento expressivo do número de publicações que, a partir de fins de 1960, começam a sistematizar, "revisitar" ou expor problemas das definições de trabalho produtivo e improdutivo em Marx. Se a nova classe média era associada à improdutividade do trabalho, a chave de todos os problemas parecia residir numa "correta" definição de trabalho produtivo.

[95] Isso significa que quando o capitalismo contempla algo do "bem-estar" dos trabalhadores, essa situação é somente uma das feições de seu processo de acumulação, isto é, está condicionada a fatores históricos e políticos bem precisos, como se viu no pós II Guerra Mundial. Ademais, seria necessário precisar qual a dimensão da análise da "divisão de riqueza", se nacional ou internacional. Se tomados os parâmetros internacionais a partir de uma medida que coloque em contraste as massas trabalhadoras nos países periféricos e as burguesias europeias e estadunidenses, não é tão distante assim um quadro de pauperização absoluta ou desigualdade gritante, tal como descrito no *Manifesto*. O problema é que teríamos que colocar na equação a forma como os trabalhadores dos países centrais se posicionam frente aos ganhos imperialistas. Voltaremos a essa questão ao fim deste capítulo.

[96] Esse aspecto é desenvolvido por Rosdolsky (2001).

Daí a necessidade de se repensar o que Marx, então, chama de produtividade e quem (ou quais funções) são incluídas nesse conceito. A seguir, vejamos como essa possível solução ao problema das classes médias estava repleta de outros tantos problemas e desafios para os intérpretes de Marx.

2.2. Trabalho produtivo em Marx: sobre o método de exposição.

É preciso concordar com D. Houston (1997) quando diz que é com "receio e apreensão" que se entra no debate sobre o trabalho produtivo e improdutivo nas análises marxistas, já que foram tantas as tentativas de esclarecer, de forma definitiva, qual seria *a* definição de Marx ou aquela que, mesmo contra a letra dos textos, seria a mais adequada[97]. É com certo constrangimento que se entra num tema de polêmicas amiúde tão pouco "produtivas".

Já adiantamos, assim, que nossa intenção não é defender exaustivamente esta ou aquela definição. Não teríamos condições de acrescentar algo significativo ao que já foi produzido[98]. Nosso objetivo é outro: entender e problematizar *as razões teóricas subjacentes às controvérsias*. E assim fazemos porque somente esse entendimento nos fornece maiores condições de discutir a teoria das classes em Marx. Também por essa razão, várias questões mais recentes trazidas com o debate do "trabalho imaterial" (se ele é ou não uma invalidação da teoria do valor de Marx, por exemplo) são aqui somente pressupostos[99]. As perguntas, nesse momento, nos interessam mais do que as respostas.

De forma pertinente e coerente com o método marxista, muitos estudos explicam as diferentes acepções do conceito de trabalho produtivo a partir dos níveis de tratamento e abstração de Marx em cada trabalho, o que leva esses estudos a localizar como é mobilizado na produção, circulação e na produção global. Aqui, porém, faremos um exercício que pensamos ser complementar e, assim, usaremos a seguinte hipótese de leitura: a razão para o volume de

[97] Ver, por exemplo, que na primeira década dos anos de 1900, já há um intenso debate sobre a materialidade ou não do trabalho produtivo (Rubin, 1990). Houston (1997), contudo, em razão das indefinições propiciadas pelo conceito, sugere abandoná-lo; uma postura questionável, pois impede que o conceito seja utilizado de uma forma mais interessante para compreender a produção capitalista.

[98] Exemplos de trabalhos recentes que fazem uma ampla e detalhada sistematização do conceito são os de Dias (2006) e Cotrim (2009).

[99] Posteriormente, retomamos parte desse debate. Quando usamos o termo imaterial, estamos nos referindo à produção de valores de uso imateriais, no sentido de intangíveis, principalmente os conteúdos informacional, cultural, artístico que podem ou não ser veiculados em suportes materiais.

controvérsias sobre o conceito de trabalho produtivo – que, igualmente, é a razão para boa parte das polêmicas sobre as classes em Marx – também está na difícil relação entre duas dimensões de análise, a saber, uma lógica essencial (ordem lógica-científica) e outra focada no processo histórico (no sentido de ordem cronológica)[100]. Uma dimensão é aquela que descreve a lógica do capital enquanto relação social pressupondo seu funcionamento "puro", com seus agentes devidamente constituídos e seus próprios meios técnicos. A outra – complementar, mas não idêntica – é analisar o desenvolvimento histórico dos agentes e das classes que portam essa relação social e a complexa configuração das origens, fortalecimento e retrações temporárias dessa lógica. O objetivo último de Marx, consoante ao projeto materialista, é justamente construir uma abordagem que possibilite contemplar essas duas dimensões, o que não significa, contudo, *que elas sempre apresentem o mesmo estatuto na exposição do conhecimento.* Mais precisamente, há no método de exposição em Marx uma forma particular de abarcar sincrônica e diacronicamente o modo de produção capitalista. É preciso, pois, fazer breves considerações sobre as visões acerca do método em Marx.

Vejamos um trecho em que Marx toca nesse aspecto de forma explícita, de acordo com os preceitos metodológicos resumidos em *O método da economia política* (1859). Trata-se da relação entre os capitais industrial e mercantil e, ponto importante à nossa discussão, da localização da produção do valor.

> *No curso da análise científica*, a formação da taxa geral de lucro parece provir dos capitais industriais e da concorrência entre eles, e só mais tarde é ajustada, completada e modificada pela interferência do capital mercantil. *No curso do desenvolvimento histórico*, sucede o oposto. É o capital mercantil que primeiro determina os preços das mercadorias mais ou menos pelos valores, e é na esfera da circulação, mediadora do processo de reprodução, que inicialmente se forma uma taxa geral de lucro. Primitivamente, o lucro comercial determina o lucro industrial. Só quando se implanta o modelo capitalista de produção e o próprio produtor se torna comerciante, o lucro mercantil se reduz à parte alíquota – da mais-valia global – que cabe ao capital mercantil, por sua vez em parte alíquota do capital global ocupado no processo social de produção (Marx, III, 1974, p. 331, itálicos nossos)

A abordagem eminentemente histórica de Marx não implica, contudo, que haja uma identificação entre o "curso da análise científica" e o "curso do desenvolvimento histórico". O investigador que pretende explicar o capital não pode confundir as formas que foram necessárias

[100] Para Bidet (2007), seriam a "estrutura e tendência".

à sua gênese com suas determinações essenciais. As formas históricas de transição de um modo de produção a outro são muito mais complexas do que uma linha evolutiva na qual o fim já está no começo, pré-determinado. O ponto controverso, alvo de inúmeras contribuições de todas correntes marxistas, é o fato de se a dialética utilizada na forma de exposição – articulação dialética de forma/matéria; aparência/essência, posição/pressuposição) – exige ou não a teleologia da história de Hegel (voltaremos a esse ponto).

Não nos compete adentrar nesse debate, mas, para nossa discussão, importa observar que essa questão está intimamente ligada à diferenciação, enfatizada por Marx, entre os métodos de investigação e exposição, pois, diferentemente do curso histórico, na exposição, o capital, como potência econômica que domina toda a sociedade burguesa, "tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada" (2011, p. 60). Não se trata somente de distinguir, após o percurso das abstrações, os dados e categorias do "empírico" das determinações e conceitos mais profundos, mas afirmar que a reprodução de determinada relação só pode ser tomada, "cientificamente", na sua lógica própria de reprodução, o que não é feito no vazio, mas a partir de certo ponto do desenvolvimento histórico; no caso do capitalismo, no momento em que os setores mais importantes da produção já se encontram subsumidos ao capital e a resistência dos trabalhadores fornece a base material para os movimentos de contestação[101].

É certamente delicada a relação entre o conhecimento e o tempo histórico no qual é produzido. Para Althusser (1980), que tomou essa relação principalmente como a separação do objeto do conhecimento e objeto real, o perigo é cair na posição que estabelece que o objeto do conhecimento é, além de objeto que se tornou resultado, também determinado pelo presente do dado, o que nada mais seria do que a abordagem historicista, que pressupõe uma "noção ideológica de história". A consequência é a redução do conhecimento à projeção do presente no passado do objeto. Para Althusser, Marx teria caído, em diversos momentos, mesmo em *O capital,* nessa posição, o que teria levado a leituras que igualizam Marx a Hegel e passam a ler *O*

[101] Marcos Müller (1982), sobre esse aspecto, assinala que "se para Hegel a dialética especulativa da *Ciência da Lógica* só é possível quando a consumação histórica do espírito permite que a consciência, através do percurso integral de todas as formas opositivas na *Fenomenologia*, se alce ao patamar do pensamento puro, no qual o ser-si-mesmo do objeto não se diferencia mais do si-mesmo do pensar (...), para Marx a dialética materialista d'*O capital* torna-se historicamente possível quando o capital tornou-se 'potência da sociedade burguesa, que domina a tudo', seu 'ponto de partida e seu ponto de chegada' e quando a apropriação crítica da economia política a tiver conduzido ao ponto em que suas categorias possam ser desenvolvidas sistematicamente a partir de sua lei essencial" (p. 37-38).

capital como uma dedução lógico-histórica de todas as categorias econômicas que, sempre tendo existido, só agora são conhecidas. Tal como na lógica do saber absoluto, a ciência se torna idêntica à consciência em razão de o presente realizar a essência da história.

Ignora-se, assim, segundo Althusser, a especificidade do objeto teórico de Marx, cuja revolução propiciada não pode ser resumida a uma "correta historicização" dos mesmos conceitos da economia política. Não se trata, então, de simplesmente jogar história na teoria, mas construir um objeto teórico novo.

Um caso emblemático desse dilema teórico-metodológico é expresso no famoso aforismo de que a "anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco". Althusser vê aí um exemplo da dedução lógico-historicista: há categorias eternas que podem ser descobertas quando são criticadas a partir da forma superior. Sem negar a possibilidade da interpretação de Althusser, é preciso, contudo, aludir ao problema real das relações entre os modos de produção: se *o "fim" está de algum modo no começo (do ponto de vista materialista, deve haver algo no início que objetivamente permita a formação de um fim), ele de forma alguma é o único fim possível*[102].

Parece-nos, então, que a melhor interpretação da frase de Marx é aquela que sugere justamente a negação da teleologia. A frase sobre a anatomia humana supõe que é por saber o funcionamento da forma contemporânea (a "economia burguesa") que se demarca sua *especificidade* em relação às anteriores ("economia antiga"). Nas formas anteriores não há nenhuma chave que leve, *necessariamente*, ao capitalismo, por isso, é a falsidade da recíproca que aponta a afirmação mais importante: a anatomia do "macaco" não pode, por si só, explicar a anatomia do "homem"[103]. Assim, "a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc.

[102] Martins (2012) aborda o mesmo problema do historicismo e, colocando a ênfase em outros pontos, faz uma tentativa de analisar a concepção de história em Marx sem cair na análise genético-teleológica. Martins acompanha a crítica de Althusser ao historicismo teleológico, mas afirma que há um limite, pois não concorda com a forma de distinção entre objeto do conhecimento e objeto real operada por Althusser. Para Martins, o desafio é entender o método histórico de Marx "na sua melhor vertente (desmistificadora e não teleológica) [que] nos permite desvendar a gênese de um processo histórico-social já consumado, gênese que se tornou oculta pela forma acabada finalmente assumida pelos fenômenos" (p.75, grifos do autor).

[103] Aqui cabe uma observação importante. A referência às anatomias de homem e macaco, entre outros temas, rendeu associações posteriores com a teoria evolucionista, em especial, com a obra de C. Darwin. Seria necessário dizer que, assim como em Marx, a leitura menos apropriada é aquela que reduz o darwinismo a uma teleologia das formas superiores, quando sua revolução científica foi justamente destruir a ideia de homem como projeto especial já dado no início das formas de vida. Estendendo o sentido: nem tudo é acaso (há seleção natural e relações objetivas entre forças produtivas e relações de produção), mas não há necessidade (biológica e histórica) que leve ao homem e ao

Mas de modo algum à moda dos economistas, que apagam todas as diferenças históricas e veem a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade" (p. 58). A preocupação de Marx em escapar da teleologia da história é explícita quando afirma que "se as categorias da economia burguesa têm uma verdade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*" (p. 59). Há uma diferença "essencial" entre a existência dessas categorias no capitalismo e em formações anteriores[104]. De modo que:

> Seria impensável e falso, portanto, deixar as categorias econômicas sucederem-se umas às outras na sequência em que foram determinadas historicamente. A sua ordem é determinada, ao contrário, pela relação que têm entre si na moderna sociedade burguesa, e que é exatamente o inverso do que aparecer com sua ordem natural ou da ordem que corresponde ao desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão de diferentes formas de sociedade (...). Trata-se, ao contrário, de sua estruturação no interior da moderna sociedade burguesa (Marx, 2011, p. 60).

Qual a razão dessa crítica metodológica por Marx? Ora, por ter as condições de teorizar com o capital constituído e por precisar justificar sua existência, foi justamente a economia política burguesa que tentou achar "a sua" economia burguesa em todas as formas de sociedade, portanto, naturalizando-a. Não deixa de ser um historicismo, pois se limita a jogar o presente no passado do objeto. Como afirma Marx, uma das características do desenvolvimento histórico é a

---

capitalismo. O mais interessante é notar que Marx identificou (embora, para alguns pesquisadores, apenas parcialmente) esse lado revolucionário do darwinismo. Em carta a Lassalle, em 1861, Marx afirma que Darwin – cujo livro *Origem das espécies* é de 1859, sendo que Marx o deve ter lido apenas um ano depois – "não somente desfere um golpe mortal à 'teleologia' nas ciências da natureza", como também "seu sentido racional é exposto empiricamente". E. P. Thompson (1995, p. 86) usa esse comentário para sugerir que Marx teria reavaliado a teleologia de seus escritos anteriores (como nos *Grundrisse*) e passado a desenvolver mais a prática histórica em seus trabalhos. V. Morfino (2006), diferentemente, admite que Marx condenou uma teleologia, mas que teria ficado preso ainda a certa parte dela, aquilo que Marx chamou de "sentido racional" da teleologia. O debate, de qualquer maneira, é pleno de ressonâncias sobre o sentido do método em Marx. [Um detalhe: a tradução da carta de Marx usada por Thompson é ligeiramente diferente da edição da *Selected Correspondence*, de 1955 (p. 123), e também da tradução de Morfino, que foi utilizada acima. A diferença pode "fazer a diferença": o "pronome possessivo" é distinto (*their* no lugar de *its*), o que, talvez, possa ter levado Thompson a desconsiderar que Marx se referia ao lado "racional" da teleologia, e não ao lado racional das ciências naturais.]

[104] O mesmo raciocínio pode ser feito ao "trabalho": identificar que o simples dispêndio de energia de braços e cérebros orientados a um fim é "atividade eterna" diz pouco sobre a organização social. Trabalho humano é trabalho realizado dentro de uma relação social. Da mesma forma que não há sociedade humana sem trabalho, não há também trabalho sem sociedade.

"última forma" de sociedade ver "as formas precedentes como etapas para si mesma, e as conceber sempre unilateralmente, uma vez que raramente critica a si mesma (...)" (p. 59)[105].

Assim, quando Marx explora as determinações da riqueza, da mercadoria e do valor, na primeira seção de *O Capital*, já está pressuposta uma investigação sobre o capital e, por conseguinte, estes conceitos (riqueza, mercadoria e valor), na exposição, não são mais aqueles encontrados "à primeira vista", ou seja, já são postos como determinações necessárias para a existência do capital, não relacionadas a categorias trans-históricas[106]. Como assinala Hélio Oliveira (2007), a dificuldade está justamente no movimento de retorno que, ao indicar a passagem da mercadoria para o capital e às classes sem estabelecer uma exterioridade ao objeto, não pode antecipar a consciência dos agentes, mas precisa, simultaneamente, revelar o que é o aparente da verdade do mundo social.

Porém, como nos referimos, a relação entre o método de exposição da lógica essencial e processo histórico de origem não é feita sem a existência de tensões e problemas de passagem de

[105] Distante do viés teleológico, essa preocupação de Marx já tinha sido anunciada em *A ideologia alemã*, em que encontramos a seguinte passagem: "A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; (...) o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidade à parte e torna-se uma 'pessoa ao lado de outras pessoas' (...)" (Marx e Engels, 2007, p. 40). No trabalho de Martins (2012), vemos que o autor destaca esta mesma passagem e cita outras que indicam a tentativa de Marx de pensar a gênese fora de padrões teleológicos.

[106] É conhecida e extensa a controvérsia sobre o objeto de fato da seção (ou parte) I de *O capital*, pois Marx trata da circulação mercantil ainda sem a presença explícita/completa do capital. Muitos buscaram contradições e insuficiências na passagem, mesmo na ordem lógica, da mercadoria (e do dinheiro) ao capital. Há várias posições nesse debate, mas podemos destacar dois grupos mais visivelmente contrapostos. O primeiro são as leituras que identificam a circulação simples como aparência, superfície e/ou momento histórico já da produção capitalista. São posições até muito distintas, mas o importante é que *já se trata de capitalismo* para todas elas. Para Fausto (1987, 2002), representante da vertente lógico-dialética (na qual poderiam ser incluídos outros como H. Reichelt e C. Arthur), o capital realmente não está posto, mas está pressuposto. Tratar-se-ia de uma solução dialética para apresentar uma aparência, que é momento negado pelo sistema, como se estivesse posta e não negada. A aparência (aquilo que o sistema "nega") será posto no início, como algo positivo. Só depois, a negação (o capital) é *posta*. Para Fausto, se tudo isso parece contraditório, é porque a realidade assim o é, daí que a explicação racional só existiria quando a resposta ao objeto contraditório é contraditória. A outra posição é aquela dos que dissociam esses dois momentos, alegando que o primeiro não se trata ainda do capitalismo. Esta é a tese de Bidet (2007 e 2010), que chama a posição anterior de Fausto de "dialetista". A versão dialetista deixaria de notar que o problema principal é o de que, embora relações mercantis sejam a superfície do capitalismo, a seção I trata de outra coisa, i.e., da "produção mercantil" em si, que têm lógica própria. Lida assim, a seção I rompe definitivamente com o os *Grundrisse*, pois *deixaria de tentar desvendar "a" passagem dialética.* Ter-se-ia contentado em contrapor duas lógicas de produção, a mercantil e a capitalista.

um tema a outro[107]. Suscitou, na verdade, uma gama muito variada e extensa de interpretações sobre como ler *O capital*. Um indício da complexidade da questão é o fato, ressaltado por vários pesquisadores, de que Marx parecer nunca ter ficado plenamente satisfeito com a forma de iniciar o texto, o que se demonstra pelas várias redações de *O Capital* (Bidet, 2010).

Sem a pretensão de entrar em detalhes no debate referente à distinção entre a dialética hegeliana e a dialética marxista[108], é importante ressaltar que a especificidade da *exposição* de *O capital* expressa a originalidade e o distanciamento de Marx em relação a Hegel, algo muito mais forte do que a simples "inversão da dialética hegeliana", o que é reconhecido por tradições distintas do marxismo.

Só para tocarmos em um ponto, a relação entre a exposição do conceito e a realidade a que ele se refere exige uma redefinição do sentido da dialética. No texto de P. Macherey sobre *O capital*, acompanhando a proposta de Althusser, isso transparece na afirmação de que a forma de exposição não se confunde nem com o processo real, nem com o processo de investigação de que é resultado. A filosofia hegeliana teria induzido a uma leitura em que os conceitos são interpretados imediatamente em termos de realidade, como se "as palavras fossem furos na página, pelos quais aflora a realidade", atitude que estaria relacionada a uma postura "científica espontânea, para a qual o conceito só tem atrativo enquanto sucedâneo da própria coisa" (p. 180).

Em uma abordagem distinta[109], M. Müller (1982, p. 39) explora essa questão ao assinalar que o caráter crítico do método de exposição por Marx está justamente na identificação lógica da impossibilidade da relação capitalista concreta corresponder ao conceito. Se, na exposição de Marx, as relações são expressas como correspondentes aos conceitos, o viés crítico está

[107] Numa posição mais extrema, E. P. Thompson (1995) considera impossível passar do modo de produção capitalista para o capitalismo.

[108] Vale observar que a dificuldade desse tema não está somente na obra de Marx, mas, afinal, a que como esses autores leem Hegel. Para citar somente algumas das direções nas quais o debate se desdobra: sobre a relação entre Hegel e Marx a partir da categoria trabalho (Lukács, 1980; Ranieri, 2011); sobre investigações dialéticas em *O capital* (Fausto, 1983, 1987, 2002; Arthur, 1986; Reichelt, 2011); sobre a dialética e o método de exposição (Benoit, 1996; Müller, 1982); sobre a ruptura radical da dialética marxista, como processo sem sujeito, em relação à hegeliana (Althusser, 1980 e 1979); sobre as insuficiências da dialética na passagem da dinheiro ao capital (Bidet, 2010); sobre a impossibilidade da junção entre dialética e materialismo não-teleológico (Tambosi, 2003); sobre uma tentativa de visão distinta a Lukács e Althusser da dialética (Postone, 1993).

[109] Essa outra abordagem faz parte de uma tendência caracterizada por promover a leitura de *O capital* a partir dos *Grundrisse*, em que o peso de Hegel é muito mais forte e explícito. A crítica de Bidet (2010) a essa leitura é importante, pois mostra que subvalorizam as tentativas explícitas de Marx de superar os dilemas dos *Grundrisse*, como, por exemplo, a passagem da produção mercantil à produção capitalista.

justamente na demonstração lógica da inviabilidade de as formações sociais capitalistas corresponderem de maneira plena "ao conceito do capital, porque ele mesmo contém uma pretensão de dominação totalmente irrealizável". Formalmente, o capital, no papel de "sujeito automático"[110], subjuga o trabalho assalariado e se coloca como a totalidade da relação – a ponto de o trabalho ser posto como "capital variável". Porém, materialmente, ele precisa do trabalho vivo, já que "enquanto trabalho objetivado, morto, o capital não tem outro conteúdo social que não o trabalho". O prolongamento desse raciocínio é assim exposto por Müller (1982):

> Por isso, se a pretensão de dominação total do capital sobre a estrutura econômica da sociedade é condição histórica e lógica da dialética como *exposição* adequada de uma realidade, na medida em que ela corresponde a esse conceito, a frustração essencial e recorrente dessa pretensão é, simultaneamente, condição da dialética como *crítica*, que expõe, através da reconstrução sistemática da economia política, o movimento autodestrutivo da contradição presente nesse poder de dominação.

Em suma, independentemente da avaliação sobre qual é o grau de distanciamento da dialética marxista em relação a Hegel, é necessário considerar a particularidade da exposição do capital e da construção de seu objeto teórico. Seguimos aqui a observação de Bidet (2010, p. 49): diferentemente da *Lógica* de Hegel na qual há uma tentativa de um início de exposição "absoluto", sem pressupostos, em Marx trata-se "do início de uma teoria particular, a teoria de um objeto particular: o modo de produção capitalista".

O capital é uma potência que se quer completa, realizado totalmente. A inovação de Marx é ter demonstrado a impossibilidade desse processo. A "forma", assim, nunca coincidirá completamente com o "conteúdo material". Não há matéria que suporte uma efetiva "realização" do capital enquanto "saber absoluto".

2.3. Trabalho produtivo: forma capitalista e conteúdo material

Mas qual a razão de levantarmos essas considerações? Porque nos parece bastante plausível supor que a maior parte das dificuldades encontradas em conceitos como o de trabalho produtivo em Marx refere-se ao delicado tratamento de como sua lógica imanente é exposta de

[110] Para Ranieri (2011, p. 161), por ser uma espécie de "sujeito cego", dependente do trabalho, o capital não pode ser o "sujeito hegeliano que se harmoniza no final do processo como ideia absoluta", de modo que a "relação entre realidade e conceito não tem o mesmo sentido quando analisados, interior e separadamente, os sistemas de Hegel e Marx".

modo a estabelecer a especificidade da relação de produção capitalista, *mesmo tendo consciência de que a subsunção das formas de existência ao capital é bastante desigual e nunca "completa"*. E uma análise dos três livros de *O Capital* nos permite perceber que há vários pontos em aberto que a definição de Marx não tem, a rigor, a pretensão de fechar. Nesse corte é que se pode problematizar a questão do "material" e "imaterial" em relação ao conceito de trabalho produtivo.

Façamos uma breve indicação da sequência dos trabalhos mais utilizados de Marx. O período mais intenso de sua produção começa em 1857 com um caderno de anotação que, depois de um ano, termina com o que hoje se conhece como os *Grundrisse.* Em 1859, publica *Contribuição à crítica da economia política.* Já o trabalho conhecido por *Teorias da mais-valia* faz parte dos 23 cadernos de anotação de Marx escritos entre 1861 e 1863. Foi publicado pela primeira vez por Kautsky, mas passou por diversas correções e mudanças até ser apresentada uma nova edição para corrigir defeitos e problemas. Em razão de certas indicações de Marx, ficou conhecido como o "Livro IV" de *O capital*. Dussel (1999), contudo, discorda, pois não considera que se trata de uma "história" do pensamento econômico, mas de um exercício de Marx para que, em posse de categorias e conceitos "definitivos", pudesse enfrentar o que outros economistas postulavam para perceber até que ponto seu marco categorial resistiria à crítica.

Já o C*apítulo sexto inédito*, elaborado provavelmente entre 1863 e 1964[111], diz respeito à redação de um capítulo feita no momento de preparação do Livro I, mas que não chegou a entrar na edição final feita por Marx, sendo somente conhecido em 1933. Nesse mesmo período, também foram redigidos os manuscritos entregues a Engels como as partes relativas aos Livros II e III de *O Capital* [112]. O Livro I, então o único publicado por Marx, teve sua primeira edição em 1867 com edições revistas pelo autor até chegar à sua organização definitiva com a quarta edição alemã, de 1890[113].

Antes das definições propriamente ditas, a introdução ao conceito de trabalho produtivo precisa ser feita a partir do entendimento claro de seu objetivo e de sua importância. Em outras

[111] Segundo a introdução de A. Blunden (em marxists.org), o texto é escrito entre o verão de 1863 e o verão de 1864. Segundo a edição italiana, por B. Maffi, a data de escrita seria entre 1863 e 1866.
[112] Segundo Dussel (1998), em dezembro de 1865, Marx tem pela primeira vez diante dos olhos os três livros de sua obra "como um todo orgânico" (p. 148).
[113] A edição francesa, traduzida por J. Roy e revista por Marx, teria um "valor científico independente", nas palavras do próprio Marx.

palavras, é preciso entender a razão pela qual Marx julgou ser o conceito peça fundamental de seu universo categorial, notadamente, da teoria do valor. Nesse sentido, duas noções precisam ser criticadas.

A primeira é a posição de A. Negri (1991), segundo a qual se pode rejeitar a definição de trabalho produtivo (a "sacrossanta insistência de Marx do trabalho produtivo como trabalho imediatamente ligado ao capital") porque sua forma literal seria "fortemente reducionista", o que levaria a uma interpretação da teoria do valor objetivista, atomizada e fetichista: "é a consideração que se poderia atribuir a Marx no intuito de fazê-lo um antigo materialista do século XVIII" (1991, p. 64). Deve-se reconhecer, contudo, que Negri faz essa avaliação tendo em vista o limite que ela pode gerar do ponto de vista de sua "função diretamente política" (ou seja, no que ela condiciona a ação de classe). Porém, mesmo nesse campo, não é possível fazer qualquer afirmação sobre o conceito de produtividade desenvolvido por Marx, tal como faz Negri, *sem considerar a profunda descontinuidade da solução que apresenta*, ainda que veja em Smith um pensador que tenha tocado, num momento de sua obra, no cerne do problema. Diferentemente de toda a economia política predecessora, o que Marx enfatizou inúmeras vez foi a "mistificação de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa" (Marx, 1980, p. 151). Essa postura o coloca numa problemática distinta do materialismo fetichista ou objetivista[114].

A segunda posição é, na verdade, um prolongamento da primeira e pode ser encontrada em H. Arendt (2001). Para a autora, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo é a raiz da glorificação do trabalho (*labor*, tal como vimos no primeiro capítulo) na era moderna, e os grandes responsáveis pela confusão deletéria desse trabalho com "obra" (*work*) são Smith e Marx:

> Além do mais, tanto Smith quanto Marx estavam de acordo com a moderna opinião pública quando menosprezavam o trabalho improdutivo, que para eles era parasítico, uma espécie de perversão do trabalho, como se fosse indigno deste nome toda atividade que não enriquecesse o mundo. Marx certamente compartilhava do desprezo de Smith pelos "criados servis" [quando este dizia] que, como "convivas ociosos (...) nada deixam atrás de si em troca do que consomem" (Arendt, 2001, p. 97).

[114] Nos *Grundrisse* (2011, p. 199), Marx destaca que é justamente a redução objetivista que eterniza o capital: "Se a forma determinada do capital é assim abstraída e é enfatizado só o conteúdo, que, enquanto tal, é um momento necessário de todo trabalho, naturalmente nada é mais fácil do que demonstrar que o capital é uma condição necessária de toda produção humana".

Em primeiro lugar, é difícil entender como a acusação de "glorificação do trabalho", nos termos colocados por Arendt, pode ser dirigida ao autor que, tão logo expôs sua definição de trabalho produtivo, tenha declarado que "ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar" (Marx, Livro I, 2001, p. 578)[115]. Trata-se do erro que, ampliado pelos críticos da "sociedade do trabalho", como mostrou Antunes (2000), não diferencia o trabalho concreto do trabalho abstrato. A proposta de separar o que seria "trabalho" de "obra" conduz a uma visão de tal forma enviesada que coloca como se fosse do próprio Marx *aquilo que o autor expõe criticamente como o uso capitalista (explorador) da força de trabalho*. A tese de Arendt, como notou Calvet de Magalhães (1985), padece dos mesmos problemas em relação à noção de materialidade que Marx identifica em Smith.

Em segundo lugar, a assertiva de Arendt que coloca em questão o menosprezo às classes parasitárias – aspecto que retomaremos a seguir – é feita na base da mesma confusão anterior[116]. Aquilo que Marx aponta como a consequência do controle capitalista do processo de trabalho é visto como a sua posição moral em relação ao trabalho executado por cada indivíduo[117]. Afirmar simplesmente que Marx menosprezava os criados servis porque eles não produziam (capital) seria o mesmo que menosprezar o desempregado por ele não estar "apto ao trabalho". A posição de Marx é clara: não se trata de menosprezar o trabalhador servil, mas a relação social capitalista que, justamente em razão da alta produtividade e da apropriação da riqueza por uma fração da

[115] Em *Teorias...*, ao indicar que a introdução da maquinaria causa desemprego ou aumento da exploração, Marx ainda afirma: "Daí o trabalhador considerar hostil a si mesmo, e com razão, o desenvolvimento da produtividade de seu próprio trabalho; em contraposição, o capitalista o trata sempre como um elemento a afastar da produção" (1983, p. 1007)

[116] Como igualmente afirma Calvet de Magalhães (1985, p. 19), "fica difícil entender em que se fundamenta essa certeza da autora [sobre a avaliação de Marx]". O mesmo problema surge nessa passagem de Arendt: "pelo menos no caso de Marx (...) a produtividade do trabalho é medida e aferida em relação às necessidades do processo vital para fins da própria reprodução; reside no excedente potencial inerente à força de trabalho humana e não na qualidade ou caráter das coisas que produz" (p. 105). Ora, o problema é *a forma* pela qual Marx entende o processo ou *o que o capital efetivamente implica*? Marx é culpado pelo capital reduzir o trabalho concreto ao abstrato? Acompanhamos aqui o problema de fundo identificado por Calvet de Magalhães (p. 20): "O trabalho sob uma forma que pertence exclusivamente ao homem é o ponto de partida de Marx. Todo o problema aqui, é que me parece completamente inútil querer encontrar em Marx (na sua concepção de trabalho) – o equivalente do *animal laborans* uma das espécies animais, poder-se-ia dizer a mais alta das que vivem na terra –, ou o equivalente do trabalho tal como Hannah Arendt o define; todo o seu esforço nesse sentido consegue apenas criar uma série de distorções nos textos de Marx".

[117] Vale indicar a discussão de Postone (1993, p. 53 e seg.) que também chama a atenção para a redução moral da crítica de Marx quando seu conceito de força de trabalho é reduzido equivocadamente ao conceito de trabalho da economia política predecessora.

sociedade, só pode oferecer aos "não aptos" ao trabalho produtivo uma condição servil, o que perfaz, na verdade, uma forma de escravidão moderna.

Trata-se do aspecto assinalado anteriormente por Nicolaus. Marx argumenta que com "a produtividade crescente do capital, isto é, dos trabalhadores, [a burguesia] passa a imitar o sistema feudal de dependentes". Usando dados do relatório sobre as fábricas de 1861, constata que o número de pessoas empregadas em fábricas era de 775 mil, contra um milhão de empregados domésticos só na Inglaterra. E complementa: "que belo arranjo este que faz uma operária suar 12 horas na fábrica para que o patrão ponha a seu serviço pessoal, como parte do que não lhe pagou do trabalho, a irmã dela, como criada, e o irmão, como criado de quarto, e o primo, como soldado ou guarda" (Marx, 1980, p. 180). No Livro I de *O capital,* Marx cita o mesmo relatório para concluir "que resultado edificante nos dá a exploração capitalista da maquinaria!" Exploração que permite empregar, improdutivamente, uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e assim, "reproduzir em quantidade cada vez maior, os antigos escravos domésticos, transformados em classe de serviçais, compreendendo criados, criadas, lacaios, etc." (Marx, 2001, p. 508-509).

Assim, tanto Arendt quanto Negri fazem um ataque à noção de trabalho produtivo sem, contudo, levar em consideração que a definição de Marx do conceito só faz sentido na esteira de uma crítica profunda e estrutural às mistificações da economia política burguesa, o que significa dizer que faz parte da lógica de sua teoria do valor.

Por conseguinte, é forçoso admitir que a teoria de Marx exige o conceito de trabalho produtivo, mesmo que, quando colocados problemas relativos à luta de classes, ele não seja suficiente para determinar a dimensão política dessas relações. A questão é que, na própria forma de encarar a produtividade do trabalho no capitalismo, a exploração de classe pode ser desvelada[118]. Segundo Marx (TMV, 1980, p. 275):

[118] "Trabalho produtivo é uma abreviação para designar o conjunto do relacionamento e dos modos em que a força de trabalho figura no processo capitalista de produção. É da maior importância, porém, distingui-lo de outras espécies de trabalho, pois essa distinção exprime a especificidade da forma de trabalho sobre que repousam o modo capitalista de produção por inteiro e o próprio capital" (Marx, 1980, 390-391). Há um debate longo nas discussões econômicas se o conceito de trabalho produtivo merece ter destaque em análises empíricas que utilizam as contas nacionais. Mohun (1996, 2002), numa polêmica com Houston (1997) e Laibman (1999), demonstra que o conceito de produtividade precisa ser levado em consideração no tratamento dos dados econômicos dos países como forma de

> Uma vez que toda a produção capitalista repousa na compra direta de trabalho, para apropriar-se de parte dele *sem compra*, no processo de produção, parte essa que se *vende* no produto – pois isso constitui a razão de existir o capital, sua própria essência – não é a distinção entre trabalho que produz capital e o que não o produz, a base para se compreender o processo de produção capitalista?

Por conseguinte, nada mais cômodo, no intuito de ocultar a exploração de uma classe sobre outra, do que reivindicar, apologeticamente, a produtividade de qualquer atividade social numa sociedade capitalista.

> É significativo que todos os economistas "improdutivos", que nada produzem na própria especialidade, sejam contra a distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo. Mas expressam a subserviência ao burguês, ao apresentar todas as funções a serviço da produção da riqueza para ele e, além disso, afirmam que o mundo burguês é o melhor de todos os mundos, tudo nele é útil, e o próprio burguês é bastante culto para o perceber (1980, p.272).

O que também significa dizer que, se o conceito pretende alcançar um estatuto de "cientificidade", precisa traçar linhas divisórias entre o conjunto a que se aplica e ao que não se aplica, por mais que a objetividade de tais linhas seja um problema de resolução para além de ciência "positiva" em termos quantitativos. Em outras palavras, de que serve o conceito de trabalho produtivo se todos os que têm alguma relação com o trabalhador produtivo são, em alguma medida, produtivos também? Como argumenta Marx (1980, p. 276), nessa lógica de indefinição, "ter-se-ia de dizer que o camponês é produtor indireto de justiça e assim por diante, pois sem ele o magistrado não poderia absolutamente viver".

Feitas essas observações iniciais, podemos discutir o conceito propriamente dito. Para tentar sintetizar o problema, indicamos a definição que consta em *O Capital* e, então, buscaremos entender seu sentido a partir das colocações de outros textos. Adiantemos também: é a questão da "materialidade" do trabalho produtivo que precisa ser problematizada.

No Livro I de *O Capital*, o conceito é assim construído: a princípio (no cap. 5), Marx assinala que, se observado somente o processo de trabalho e o seu resultado, isto é, a produção de um valor de uso, é produtivo todo o trabalho que, na relação com os meios e objeto de trabalho, cria esse valor de uso. Essa definição supõe um "trabalho em geral", independentemente da

---

estabelecer análises sobre acumulação de capital, tendências de crescimento econômico e ciclos de crise. Incursões nesse debate são feitas por Moseley (1999), Shaik e Tonak (1994).

forma histórica[119]. Por isso, ela não "não basta, de modo algum"[120] em relação ao processo de produção capitalista. No cap. 14, Marx define qual é, então, o conceito de trabalho produtivo correto para a produção capitalista:

> Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho *amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo* e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente. *Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita.* A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. *Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital* (Marx, 1996b, p. 137-138, grifos nossos).

A passagem nos mostra que o trabalho produtivo do modo especificamente capitalista de produção é aquele que produz valor (trabalho socialmente necessário para a reprodução da sua força de trabalho e conservação do valor existente) e mais-valia, e que se converte em capital. Para obter esse excedente daquilo que é necessário para reproduzir a força de trabalho e conservar o existente, o capitalista pode prolongar a jornada (mais-valia absoluta) ou, com a mudança do meio técnico, reduzir o tempo necessário (mais-valia relativa). Ambas estarão sempre presentes na produção capitalista, mas só com a existência da última é que entramos no terreno da definição essencial do modo de produção capitalista, ou seja, em que a subsunção real do processo de trabalho ao processo de valorização é posta.

Temos, então, uma definição clara e direta. Qual seria, então, a razão de tanta polêmica sobre o conceito? Um bom sinal está no próprio exemplo usado por Marx logo após expor sua

[119] Há uma questão mais séria aqui na medida em que Marx afirma: "a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura determinada". Problema: não existe, contudo, "trabalho enquanto tal", pois ele estará sempre mediado pelas relações sociais de produção vigente. Seria o caso de interpretar como um processo de trabalho ainda não subsumido realmente ao capital?

[120] A tradução da Nova Cultural (1996b) é mais acertada, pois "não basta" ou "não é suficiente" é mais preciso do que "não é adequada", como é usado na tradução da Civilização Brasileira. A expressão usada no original em alemão é *reicht keineswegs*. Como veremos, nessa pequena precisão há uma questão fundamental: dizer que o conceito anterior não é suficiente, não significa que ele não seja *necessário*.

definição. Ao invés de escolher um caso em que a subsunção real está mais bem concretizada, Marx escolhe um exemplo "fora da esfera da produção material", o mestre-escola, que é visto como trabalhador produtivo não apenas por trabalhar "as cabeças das crianças, mas [por extenuar] a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação".

Isso nos força ao seguinte questionamento: afinal, qual é o motivo dessa escolha? O mais esperado, a princípio, seria Marx fornecer um caso *em que a subsunção do trabalho ao capital fosse real*, já que ela daria mais ênfase ao "modo especificamente capitalista de produção". E isso o levaria a um exemplo, certamente, da "esfera material"[121]. Mas Marx opta por uma atividade apenas (talvez, naquele contexto, sequer) formalmente subsumida ao capital: o professor. Fica claro que, distante do "materialismo objetivista", é este um sinal de como Marx enfatiza a *forma, isto é, a relação social, antes mesmo da "coisa", do conteúdo material.* É certo que essa escolha conduz a outros tantos desafios, que apontaremos posteriormente. Por ora, é na discussão presente em *Teorias da Mais-valia* que se entende mais propriamente as razões de Marx[122].

Em boa parte do manuscrito, Marx aborda as concepções de trabalho produtivo de Adam Smith e considera que o economista oscila entre uma definição correta e outra equivocada do conceito. A correta seria justamente aquela que considera produtivo o trabalho assalariado que produz mais-valia, que é, assim, expresso em capital variável. Reproduz o equivalente do valor de sua força de trabalho ao mesmo tempo em que gera um valor excedente ao capitalista. Definição esta que não entra no mérito sobre a "qualificação material do trabalho" e faz dos improdutivos aqueles que trocam trabalho não por capital, mas por renda, isto é, um "serviço" que, nesse caso, é improdutivo. Por isso que o cantor ou palhaço, se estiverem contratados por um capitalista, tornam-se trabalhadores produtivos, não obstante o caráter intangível da mercadoria que produzem.

[121] É significativo, por exemplo, que em todo o primeiro capítulo ("a mercadoria") não exista um só exemplo de atividade "imaterial". Vemos fios, mesas, linho, ferro, relógios como valores de uso, não aulas, peças de teatro, etc.
[122] Há certa dificuldade na leitura de Teorias, pois Marx expõe as teses de outros autores contrastando com as de si próprio. Para Dussel (1999), Marx interpelava a economia política já expondo com firmeza seus próprios conceitos. Porém, nem sempre desse contraste resulta uma posição clara, isto é, há um pouco de "exercício de estudo" nesse embate, que o faz também lapidar a construção de suas formulações. O artigo de síntese de I. Gough (1976) é importante para acompanhar os diferentes movimentos do conceito.

A concepção equivocada de Smith, para Marx, é aquela que define a produtividade do trabalho de acordo com o fato de este se realizar ou não em mercadorias, ou seja, se o trabalho se fixa em mercadoria vendável ou objeto particular. Ora, ao oscilar para esta concepção, Smith "sai da definição pela forma social", não condiz com a produção capitalista e retrocede a concepções anteriores (Marx, 1980, p. 141-142).

Nesse momento, já é fundamental notar que a noção de *serviços* também suscita grande controvérsia, pois, assim como no caso do conceito de trabalho produtivo, há também *significações distintas* para essa noção[123]. Marx igualmente privilegia a determinação formal na sua definição "essencial" de serviços, ao considerar, em *O Capital*, que este é "nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho", contraposto, assim, à força de trabalho que é usado produtivamente pelo capital com fins de valorização (1996a, p. 310)[124]. O problema, análogo à questão da produtividade, é que Marx também considerou a "forma serviço", isto é, a condição dos produtos de trabalho em que há simultaneidade da produção e do consumo, em que o produto não é separável do ato da produção. Esse sentido aparece em momentos em que afirma que certas atividades, por sua natureza, "só se desfrutam como serviços". Ora, pode ser o mestre-escola produtivo mesmo que ele "preste um serviço" (produção e consumo simultâneos)? Antes das respostas, precisamos entender melhor o problema.

Ao longo de *Teorias...*, Marx explora detalhadamente como essas definições vêm e vão, tanto em Smith, como em outros expoentes da economia política, mais ou menos "vulgarizadores". Nos *Aditamentos*, há uma espécie de balanço do tema, que deveria vir, segundo um dos planos de Marx para *O capital*, após um capítulo especialmente dedicado aos conceitos de subsunção formal e real. Nesse item ("Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo"), Marx reafirma a definição de que é produtivo, no capitalismo, o trabalho que gera mais-valia, "que transforma as condições de trabalho em capital e o dono delas em capitalista" (p.391).

[123] Mesmo no uso de A. Smtih por Marx, Savran e Tonak (1999) indicam uma confusão entre dois sentidos de serviço em algumas passagens: serviço referenciado à relação entre mestre e servo (tudo que o servo faz é serviço) e serviço referenciado a um tipo de trabalho não materializado em um objeto.

[124] "O que constitui o *valor de uso específico* do trabalho produtivo para o capital não é o seu caráter útil determinado, nem tampouco as qualidades úteis particulares do produto em que se objetiva, mas o seu caráter de elemento criador de valor de troca (mais-valia)" (Marx, 1985a, p. 114-115).

Contudo, ao fim do item, Marx retoma aquela segunda definição de Smith, até então criticada, para afirmar que "ao observar as relações essenciais da produção capitalista podemos portanto supor que o mundo inteiro das mercadorias, todos os ramos da produção material – da produção da riqueza material – estão sujeitos (formal ou realmente) ao modo de produção capitalista". Duas questões surgem desse caso limite. Primeiro, essa *é a tendência* do capitalismo, pois o desenvolvimento das forças produtivas, necessidade do capital, só se realiza com o prolongamento da subsunção para todas as esferas de atividade. Segundo, o trabalho produtivo, nessa situação, é igualado ao trabalho que se "realiza em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material". É uma segunda definição, "acessória", de trabalho produtivo, condizente a essa situação "limite".

Desse modo, o que poderia parecer uma contradição em relação a tudo o que vinha sendo afirmado é, na verdade, a simples hipótese, reforçada a seu limite, de a subsunção real do trabalho ao capital abranger toda a produção material. Se tal fato acontecesse, isso significaria que a definição de Smith, segundo a qual produtivo é o trabalho que se realiza em mercadorias, seria correta. Duas questões surgem dessa precisão do "equívoco" de Smith.

Em primeiro lugar, percebemos que a segunda concepção de Smith é errônea porque privilegia o conteúdo material, mas pode ser verdadeira na medida em que a *forma* capitalista tende a abarcar a totalidade da produção material. Isso não precisa ser historicamente viável, é possível considerar essa possibilidade tendo em vista a lei essencial do modo de produção capitalista.

Em segundo lugar, existe ainda um ponto em aberto que é a concepção de materialidade de Smith. Como assinala I. Gough (1976, p. 53), o leitor de Marx pode ainda ficar com a impressão de que o autor identifica trabalho produtivo a bens materiais em razão de usar o termo "mercadoria" e não "qualquer valor de uso produzido pelo trabalho humano para troca"[125].

Lembremos que, em *O capital*, a mercadoria é a "forma elementar" da riqueza capitalista e é definida como

[125] Ou, como aparece no Livro III: "produz-se mais-valia quando se materializa em mercadorias a quantidade de trabalho excedente que se pode extorquir" (1974, p. 381).

> antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção (Livro I, 1996a, p. 165)

Para que determinado trabalho seja produtivo (mesma na definição pura de Marx), o capital precisa ter incorporado o processo de trabalho em questão e feito com que o valor de uso da mercadoria, que é o "*conteúdo material da riqueza*", seja somente o suporte do valor[126]. Ora, mas daí surge um problema: *se a mercadoria é "coisa", "objeto externo" ao produtor,* que incorpora um "suporte material da riqueza", seria *possível falar em trabalho produtivo que gera produtos "não materiais", isto é, que não gera "**coisas** externas" propriamente ditas? Haveria alguma contradição entre a ideia de "serviços produtivos" – em que produção e consumo são simultâneos – e a forma mercadoria?* Percebe-se que esse problema é, em grande parte, o pano de fundo das discussões contemporâneas sobre o "trabalho imaterial": é possível definir mercadoria somente pela *forma* e não pela junção da forma com o *conteúdo material*?[127]

Foi com base nesse dilema que N. Poulantzas (1978), por exemplo, levantou a tese de que, mesmo tendo em vista a desconsideração, por Marx, da "dimensão material" na quase totalidade das vezes em que se dispôs a falar sobre trabalho produtivo (e o exemplo do mestre escola é mais do que significativo), não haveria como sustentar a produtividade fora dos marcos "materiais"[128]. Um dos argumentos de Poulantzas é o de que os comentadores não localizam que a preocupação maior de Marx seria distinguir trabalho produtivo de trabalho útil, isto é, enfatizar que há trabalho produtivo mesmo que a mercadoria produzida tenha ou não uma "utilidade" para o aumento da produção (máquinas em contraposição a artigos de luxo, por exemplo).

Nessa proposta, afirma Poulantzas que seria preciso levar ao pé da letra a expressão do Livro I de *O capital*, segundo a qual a definição geral de produtividade "não é suficiente" para o

[126] "Valor, excetuando-se sua representação simbólica, só existe num valor de uso, numa coisa. (O próprio homem, visto como personificação da força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva e consciente, e o próprio trabalho é a manifestação externa, objetiva, dessa força). A perda do valor de uso implica a perda do valor" (Marx, 2001, p. 238)

[127] Os termos da pergunta aparecem nas colocações de Fausto (1987, p. 256).

[128] Segundo Bidet, essa proposta já aparece no trabalho de Bettelheim (*Cálculo econômico e formas de propriedade*). Aqui também poderíamos resgatar a importante contribuição de E. Mandel (1985), que por sinal, apresenta problemas e questões muito próximas a que iremos discutir. Contudo, ficaremos restrito a Poulantzas no que se refere à defesa da materialidade do trabalho produtivo.

capitalismo, ou seja, precisa ser adequada, mas não *significaria que ela deixa de existir.* Assim, chega à conclusão de que o trabalho produtivo no modo de produção capitalista é aquele "que produz mais-valia ao reproduzir diretamente os elementos materiais que servem de substrato à relação de exploração: aquele, pois, que intervém diretamente na produção material produzindo valores de uso que aumentam as riquezas materiais" (1978, p. 234). Para o autor, Marx não teria colocado a definição nesses termos porque o conceito de mercadoria já cumpria o papel de indicar que é sempre preciso existir um valor de uso como substrato ou "suporte material" do valor de troca[129].

Savran e Tonak (1999) ressaltam o mesmo problema, mas discordam da posição de Poulantzas. Para os autores, está mais do que correto o argumento de que o trabalho produtivo capitalista *não anula* o trabalho produtivo em geral. Produzir "em geral" não é *suficiente* para ser produtivo no capitalismo, *mas é necessário*. O que não é "trabalho produtivo em geral" não pode ser trabalho produtivo no capitalismo. A discordância dos autores está no fato de que "produzir em geral" pode ser tanto associado a bens ou serviços.

O interessante a notar é que Marx estava consciente desse aspecto. Tanto o é que, na sua apresentação crítica de Smith, precisou enfrentar o problema. Voltemos à parte em que Marx dialoga com a "segunda concepção, errônea" de Smith, em que produtivo é trabalho que se realiza em mercadoria e improdutivo o que não produz "mercadoria alguma". Nesse momento, Marx afirma que "o conceito de mercadoria implica que o trabalho se corporifica, materializa, realiza no respectivo produto", mas como trabalho é, na verdade, venda de força de trabalho, "o mundo das mercadorias se divide então em duas grandes categorias: de um lado, a força de trabalho, de outro, as próprias mercadorias". E aí surge uma posição importante de Marx para esse problema:

> A materialização etc. do trabalho, porém, não é algo para se considerar de um prisma tão escocês como o faz A. Smith em sua concepção. Quando falamos da mercadoria como materialização do trabalho – no sentido de seu

[129] Além da interpretação mencionada de *O capital*, Poulantzas se vale de duas passagens de textos de Marx para corroborar sua visão. A primeira, no *Capítulo sexto inédito*, ainda que o manuscrito contenha passagens diretamente opostas, recorda que Marx também considera que "só é produtivo o trabalho que se exterioriza em mercadorias", mesmo trecho em que Marx chama a atenção ao fato de o "processo de trabalho capitalista não [anular] as determinações gerais do processo de trabalho". Em outras palavras, como o processo de produção é processo de trabalho mais processo de valorização, a valorização se realiza sobre o processo de trabalho; completa-o, não o anula.

> valor de troca –, trata-se apenas de uma maneira imaginária [*eingebildete*], isto é, um modo puramente social de existência da mercadoria, e nada tem a ver com sua realidade corpórea; concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro. É possível que o trabalho concreto de que resulta, nela não deixe vestígio (1980, p. 151).[130]

Na sequência, Marx comenta sobre as diferentes formas de existência da mercadoria. Na mercadoria manufaturada é visível o "vestígio" da força de trabalho em sua forma externa. Na agricultura, mesmo sendo resultado do trabalho humano, esse fato não deixa marcas tão visíveis no produto (pelo menos, no tempo de Marx). E, no tocante a "outros trabalhos industriais", não há vestígio, mas há trabalho, como em tarefas de deslocamento de mercadorias. Daí Marx considerar produtivo o trabalho de transporte e estocagem, que se constituem como uma continuação do processo de produção na circulação de mercadorias, como destaca em outros textos. A mistificação, diz Marx, "*aí decorre de se apresentar uma relação social na forma de uma coisa*" (p. 151, grifos nossos).

> Continua, entretanto, certo que a mercadoria se patenteia trabalho pretérito, objetivado e que, por isso, se não aparece na forma de uma coisa, só pode aparecer na forma da própria força de trabalho, mas nunca na do próprio trabalho vivo diretamente (e sim por via indireta que na prática parece não ter significação, mas importa para a determinação das diversas taxas de salário). Trabalho produtivo seria então o que produz mercadorias ou o que diretamente produz, forma, desenvolve, mantém, reproduz a própria força de trabalho. A. Smith exclui o segundo de sua rubrica de trabalho produtivo; arbitrariamente, mas pressentindo com acerto que, se o incluísse, abriria todas as comportas às falsas qualificações de trabalho produtivo (1980, p.151)

Este ponto em especial não é de fácil análise, até em razão do caráter do manuscrito. Mas, parece certo que a preocupação de Marx é evitar que o conteúdo material mistifique a forma social a tal ponto que, na complexidade das atividades concretas, o conceito de trabalho produtivo se perca. O autor explicita que a tendência da produção capitalista (inerente à sua essência) é subsumir crescentemente os processos de trabalho com vistas a fazer com que toda mercadoria seja mercadoria vendável em termos de valorização. Mas se a materialização do trabalho significar somente formas "corpóreas", oculta-se o trabalho objetivado em uma série produtos. Mais ainda, há um dispêndio de trabalho na reprodução da própria força de trabalho que, em determinadas condições, pode ser trabalho produtivo. É possível mesmo argumentar que essas precisões do conceito estão em sintonia com os esforços contemporâneos de teses que

[130] Tradução alterada com base na versão inglesa.

objetivam demonstrar que os conceitos de mercadoria e trabalho produtivos precisam ser dissociados de sua tangibilidade ou "corporalidade" para que se tenha uma visão mais profunda da produção atual, o que significa, certamente, investigar as complexas relações entre conhecimentos e manifestações artísticas produzidas com seus lastros materiais de suporte[131].

E o mais significativo é o fato de Marx ter levantado esse problema junto à constatação de que Smith não pôde considerar em sua definição os valores de uso relativos à produção da força de trabalho: se assim o fizesse "abriria todas as comportas às falsas qualificações de trabalho produtivo", ou seja, como não tem o controle do conceito essencial de capital, não saberia diferir, nesse complexo de atividades em que a materialização não pode ser vista de maneira "escocesa", o que entra e o que não entra no circuito de valorização. Mais ainda, é notória a existência de produção de mercadorias, fora da forma capitalista, dentro do capitalismo (exemplo simples: alfaiate).

Enfim, *a preocupação teórica de Marx está na forma mercadoria, e esse é o aspecto decisivo, porque será ela que irá conduzi-lo, de acordo com seu método de exposição científico, ao conceito de capital*[132]. A chave para entender o problema é a mesma usada em *O capital,* isto é, expor a "forma elementar da riqueza" da economia burguesa – a mercadoria – para que seja possível preenchê-la de determinações e atingir sua lógica essencial: o capital. Nesse mesmo momento do texto, é a isso que Marx faz alusão: "*mercadoria é a mais elementar forma de riqueza da burguesia. Por isso, a definição de "trabalho produtivo" como trabalho que produz mercadoria corresponde também a um ponto de vista mais elementar que a definição do trabalho produtivo como trabalho que produz capital"* (p. 152, grifos nossos).

Por essa razão que, em outra parte do texto, Marx dirá que a concepção de Smith correta assim pode ser chamada por ser "mais profunda" e a segunda (não sendo necessariamente errônea) é a "mais superficial" (p.278). Vale repetir: a segunda afirmação – trabalho objetivado

[131] A seguir, veremos que há outra questão subjacente aqui: como seria possível "criar riqueza material" com bens não materiais? Há riqueza (do ponto de vista da acumulação capitalista) que possa ser entendida fora dos parâmetros da tangibilidade? Uma das saídas é enfatizar o sentido "coletivo" da produção.

[132] Como Marx afirma nos seus comentários às críticas de A. Wagner a *O capital*: "*De prime abord*, como eu não parto de conceitos, portanto também não do 'conceito de valor', e não tenho, por isso, de modo algum 'dividi-lo'. Eu parto do que é a forma social a mais simples em que se apresenta [*sich darstellt*] o produto do trabalho na sociedade atual, e esta é a mercadoria" (Tradução A. Lopes, 2012)

em mercadoria vendável – está correta se a atenção é dada à subsunção real, como assim coloca em sua definição "acessória".

Todo esse questionamento mostra que a chave de entendimento do capital reside na forma específica por meio da qual sua lógica subsume o mundo "material". Esse ponto é expresso claramente na sua crítica a P. Rossi, autor de *Curso de economia política* (1842), que coloca em dúvida a diferenciação entre trabalho produtivo e improdutivo concebida de acordo com "as formas de troca". Para Marx (1980, p. 278, grifos nossos):

> Rossi, ao achar sem importância as 'formas de troca', procede como o fisiólogo que dissesse não ver diferença significativa entre as determinadas formas de vida, por serem todas elas formas de matéria orgânica. *Precisamente essas formas são os únicos elementos decisivos quando se trata de apreender o caráter específico de um modo de produção*.

Marx, desse modo, busca deixar claro que dois produtos materialmente idênticos ("forma material") podem ser completamente distintos no tocante à "forma social" baseada na qual foram produzidos. "Roupa é roupa", mas se são empregados assalariados para fabricá-la (e, por conseguinte, passa-se a adequar os meios de produção para essa relação de valorização), está se falando da "moderna produção capitalista e [da] sociedade burguesa moderna". Em contraposição, se compro a roupa feita por um alfaiate, "tem-se uma forma de artesanato compatível até com relações asiáticas ou medievais, etc.". O que o leva então a concluir que "essas *formas* são determinantes da própria riqueza material" (p. 278, grifo do autor).

***

Esse aspecto nos força a uma breve digressão, pois a dialética forma/matéria ou forma/conteúdo em Marx é comumente vista na sua relação com a dialética hegeliana (além de suas ressonâncias aristotélicas). Para desenvolver a questão naquilo que nos interessa, podemos problematizar alguns aspectos centrais a partir dos estudos de Rubin (1980, 1990) e Fausto (1987).

Os estudos sobre a teoria do valor de Rubin foram fundamentais para um entendimento mais profundo do significado do valor como *forma*[133]. Um dos objetivos de Rubin foi tratar da importância da forma, porém sem proceder a uma separação kantiana, que suporia uma exterioridade, entre forma e conteúdo. Sua abordagem está essencialmente centrada no caráter mercantil da economia capitalista. Resumidamente, vejamos o aspecto positivo que essa abordagem propicia e como as críticas a ela contribuem à nossa discussão.

Para Rubin, quando Marx explica o que entende por valor, coloca a discussão em níveis separados: forma, substância e magnitude do valor. A substância do valor é o trabalho humano, enquanto a magnitude é auferida pelo tempo de trabalho. Até esse ponto (conteúdo e magnitude), Marx nada mais faz do que percorrer o caminho da economia política aberto por outros, principalmente D. Ricardo. A originalidade estaria em identificar o significado preciso da forma do valor[134]. Segundo Rubin (p. 113), Ricardo ficou restrito a reduzir a forma (valor) ao seu conteúdo (trabalho). O desafio de Marx estaria para além desse movimento: mostrar porque o conteúdo, dentro do modo de produção capitalista, *necessariamente* precisa ser expresso por aquela forma. O movimento não deveria ser somente da forma ao conteúdo, mas também do conteúdo à forma. A chave de explicação seria aquela mesma indicada por Marx no primeiro parágrafo de *O capital*: a mercadoria.

A leitura de Rubin, desse modo, é a de que a economia política clássica, como Marx reconheceu, fornece as bases para a descoberta da lei do valor ao identificar seu conteúdo, mas deixa de se perguntar por que esse conteúdo precisa necessariamente existir na forma do valor. Em uma nota no item sobre o fetichismo da mercadoria, Marx coloca essa questão e afirma que a razão do não questionamento da forma enquanto tal pelos outros economistas deve-se ao fato de que, por ser a forma mais geral da produção capitalista e aquilo que a torna específica e diferente

[133] Na década de 1960, houve um interesse grande em renovar a leitura de Rubin, da década de 1920. Essa postura era explicada pelo descontentamento de teóricos marxistas com a chamada abordagem do trabalho incorporado da teoria do valor (ver Saad Filho, 1997 e 2002). Nessa última abordagem, havia uma preocupação forte com o aspecto quantitativo do valor, o que a colocava em terreno não muito distinto das propostas não-marxistas da teoria do valor. A interpretação de Rubin, que privilegia o aspecto qualitativo, concedia uma ênfase maior à forma valor (e ao papel do trabalho abstrato) do que à sua magnitude. De certa forma, muito das controvérsias sobre o conceito de trabalho produtivo estão relacionadas a essas diferentes leituras: a "escola do trabalho abstrato" e a "escola do trabalho incorporado" (ver Borges Neto, 2002).

[134] Não confundir, segundo Rubin, o fato de que o valor pode ser expresso em várias formas (mercadoria, dinheiro, capital) com a questão da *forma do valor* em si.

de todas as demais sociedades, ela evidencia a historicidade dessa relação; desnuda, assim, seu pretenso caráter natural[135].

Isso significa, seguindo os termos da explicação de Rubin, que é o caráter essencialmente mercantil dessa sociedade que precisa ser enfatizado. Toda a produção capitalista é produção feita especialmente para a venda e não para consumo próprio. As unidades produtivas são autônomas e isoladas, e qualquer forma de vínculo entre os produtores passará necessariamente por meio da troca de mercadorias, isto é, pelo mercado. Numa sociedade como essa, o trabalho social não é expresso em unidades de trabalho, mas indiretamente, pela forma do valor. É este movimento que faz o trabalho social se tornar "trabalho reificado" – entende-se, assim, a razão precisa pela qual o fetichismo da mercadoria é uma ilusão necessária que produz efeitos reais, pois as relações entre as pessoas *só podem ser* expressas como relação entre coisas.

Compreendida a necessidade dessa *forma*, é preciso retomar a questão do conteúdo. Para tanto, Rubin propõe uma complexificação da noção de "trabalho igual", que precisa ser exposto em três dimensões: trabalho igual do ponto de vista fisiológico (dispêndio de energia de mãos e cérebro), trabalho socialmente igualado e o trabalho abstrato. A lógica dessa diferenciação é que o primeiro é simplesmente tomado na sua dimensão natural, o segundo já é considerado como resultado de um processo social (pode viger no socialismo) e o terceiro é a segunda dimensão adequada à forma especificamente mercantil[136]. Em outras palavras, o trabalho abstrato (que é o conteúdo do valor no capitalismo[137]) não se resume a "dispêndio de energia humana", ou seja, não é um conceito fisiológico. Em primeiro lugar, porque o trabalho que cria valor não é

[135] Esta é a passagem em que Marx aborda a questão: "É uma das falhas básicas da Economia Política clássica não ter jamais conseguido descobrir, a partir da análise da mercadoria e, mais especialmente, do valor das mercadorias, a forma valor, que justamente o torna valor de troca. Precisamente, seus melhores representantes, como A. Smith e Ricardo, tratam a forma valor como algo totalmente indiferente ou como algo externo à própria natureza da mercadoria. A razão não é apenas que a análise da grandeza de valor absorve totalmente sua atenção. É mais profunda. A forma valor do produto de trabalho é a forma mais abstrata, contudo também a forma mais geral do modo burguês de produção que por meio disso se caracteriza como uma espécie particular de produção social e, com isso, ao mesmo tempo historicamente. *Se no entanto for vista de maneira errônea como a forma natural eterna de produção social, deixa-se também necessariamente de ver o específico da forma valor, portanto, da forma mercadoria, de modo mais desenvolvido da forma dinheiro, da forma capital etc.* Encontram-se por isso entre economistas, que concordam inteiramente com a medida da grandeza de valor por meio do tempo de trabalho, os mais contraditórios e confusos conceitos de dinheiro, isto é, da figura terminada do equivalente geral. (Marx, 1996a, p. 205-206, grifos nossos).

[136] Ver Borges Neto (2002, p. 124 segs.).

[137] O próprio Rubin mostra que em Marx há tensões sobre esse ponto, mas que esta seria a definição mais coerente com a teoria do valor.

substância natural, mas "substância social", que é socialmente igualada. E, em segundo lugar, além de ser socialmente igualado, esse processo é feito na sociedade "mercantil capitalista", o que leva Rubin a defini-lo enquanto o "abstrato-universal, ou seja, trabalho socialmente igualado na forma específica que adquire numa economia mercantil" (p. 139). O trabalho abstrato seria a igualação do trabalho social que se dá por meio da igualação de produtos no mercado.

Por um lado, a leitura de Rubin permite uma precisão importante da teoria do valor de Marx, ao indicar que trabalho abstrato não é (somente) dispêndio de energia de braços e pernas. A abstração exige um momento para além da naturalidade fisiológica da atividade e supõe, portanto, uma dimensão social que faz a mediação entre os diversos esforços individuais, o que permite compreender que o trabalho criador de valor é o trabalho socialmente necessário – embora com algumas diferenças, esse é caminho também seguido por Fausto[138]. Por outro, suas teses levam a discussão a outros questionamentos, presentes no longo e rico debate da teoria do valor, que são vistos como limites. Um deles, levantado por correntes críticas a Rubin, é de que sua definição de trabalho abstrato acaba por considerar que o valor surge na troca e não na produção. Ao responder a esse problema, Rubin toca num ponto que para nós é importante. A troca não pode ser entendida somente como uma fase posterior e separada da produção. Quando se trocam as mercadorias, se troca algo que foi produzido já com vistas a essa troca, isto é, a necessidade dessa troca repercute em todo processo de reprodução. De modo que "somente na medida em que o processo de produção adquire a forma de produção de mercadorias, isto é, produção baseada na troca, o trabalho adquire a forma de trabalho abstrato e os produtos do trabalho adquirem a forma do valor" (Rubin, 1990, p. 149). A implicação mais importante é que essa *forma deixa sua marca no processo de produção.* Ninguém produzirá mercadoria a partir de "gostos" individuais e métodos aleatórios e, então, esperará a reação de possíveis compradores. O fato de haver a igualação pelo mercado pressiona a produção a se homogeneizar.

A relação entre forma e conteúdo, nos termos da abordagem proposta por Rubin, o leva a defender que o problema exposto por Marx é distinto da filosofia kantiana. Se Kant teria tratado a

[138] Fausto (1983), no seus estudos da dialética em Marx, coloca a questão nos seguintes termos: o sentido fisiológico inerente ao trabalho abstrato é apenas a realidade natural *pressuposta* a ele. Ele só é *posto* por uma generalidade não mais biológica, ou seja, por uma realidade social *que faz valer* o que antes era apenas naturalidade. O aspecto fisiológico permite tomá-lo como universalidade, mas trabalhado abstrato é *abstração real* que necessita também do momento da singularidade, dado pelas condições sociais concretas.

forma como algo externo ao conteúdo, que pode, por conseguinte, aderir a esse conteúdo "vindo de fora", Marx teria seguido Hegel e expresso o movimento sem esse nexo de exterioridade e mostrado que a forma, como algo que já existe de maneira latente no conteúdo, passa a determiná-lo (p. 117).

Levantadas essas características mais gerais da leitura de Rubin sobre a teoria do valor, vê-se que sua compreensão do significado da forma valor para a economia capitalista permite que uma gama importante de questões seja desenvolvida para além da interpretação um tanto quanto naturalista do "trabalho incorporado", que, focado no conteúdo material, não capta a complexidade da forma social capitalista[139]. Mas ao enfatizar, quase unilateralmente, o fato de a sociedade capitalista ser uma sociedade mercantil, não desenvolve a também necessária análise de como o capital marca todas as partes constitutivas da produção material e, *como a valorização só existe por meio da exploração do trabalho na produção*, essa forma molda a maneira pela qual os trabalhadores irão ser integrados à produção. Isto é, a forma valor é forma de existência (forma fenomenal) do capital. As marcas que essa forma social deixa na produção são muito mais fortes e estruturais do que dá a entender Rubin e não se resumem, portanto, ao aspecto mercantil[140].

Essa limitação da abordagem de Rubin foi objeto de atenção de Saad Filho e Borges Neto, autores que, ao fazerem comentários distintos, contribuem para elucidar o conceito de capital. Para Borges Neto (2002), a despeito de Rubin ter ciência do problema e oferecer uma solução, o conceito de trabalho abstrato, tal como construído pelo autor, apresenta ambiguidades, pois tende a confundir a produção com a realização do valor. O autor sugere que trabalho abstrato deve ser entendido como o "*puro exercício da capacidade de produzir, independentemente do seu conteúdo concreto, que ganha existência real* com a permutabilidade geral dos seus produtos" (p. 144). Esta definição teria a vantagem de ancorar mais claramente o conceito de trabalho abstrato na produção, sem desconsiderar que é na generalização das trocas que se realiza a abstração do trabalho. Para Borges Neto, o sentido geral da teoria do valor em Rubin pode ser entendido como uma teoria da distribuição do trabalho social e do equilíbrio dessa distribuição. Embora Rubin

[139] Para Saad Filho (2002, p. 53), "essa crítica [da tradição iniciada por Rubin] ajudou a mudar o foco de estudos marxistas, que se distanciou do cálculo de valores e preços e rumou para a análise das relações sociais de produção e suas formas de aparência".

[140] Isso irá ter repercussões, segundo mostra Borges Neto (2002, p. 145), na própria definição do que é a Economia Política para Rubin, na medida em que o autor delega um caráter autônomo ao nível técnico-material de uma sociedade e tende a identificar o cerne da economia como uma ciência da distribuição.

não tenha seguido nessa linha, seu trabalho possibilitou essa rota de análise, o que explica por que seus seguidores enfatizaram o valor como resultado da troca.

É este mesmo ponto o foco da crítica de Saad Filho (2002, p. 467 e seg.) para quem, também a despeito das tentativas de Rubin de contornar o problema, suas análises e a de seus seguidores apresentarão sempre a dificuldade em evitar que o prolongamento lógico da ênfase no aspecto mercantil não implique na tese de que a criação do valor se dá somente no momento da troca. Saad Filho observa que tal abordagem tende a confundir a produção capitalista com a pequena produção de mercadoria (o que é facilmente identificável em boa parte do trabalho de Rubin), na qual os produtores são autônomos e não empregam trabalho assalariado. Ocorre que o traço fundamental da produção capitalista é "criar" a mercadoria força de trabalho, e a existência de um mercado de trabalho implica, entre outros fatores, que o processo de trabalho seja socialmente determinado numa extensão muito maior do que aquela referente à pequena produção. Enquanto nesta (pequena produção) o objeto final sofre sanções sociais, naquela, todo o processo de trabalho está sujeito a determinações sociais.

Enfim, o processo de produção é completamente afetado (técnica e organizacionalmente) quando é subsumido pelo processo de valorização. Afetado a tal ponto que não já não é mais preciso eleger o caráter mercantil da sociedade como o fator determinante de sua lógica essencial. Há uma mercantilização generalizada, mas é o seu caráter *capitalista* que explica o processo[141].

Por um lado, o limite da tese de Rubin poderia ser identificado a partir da tese de Bidet: "a forma mercantil de produção não implica, por si mesma, a exposição *do conceito de capital*: não exige essa explanação da forma capital como seu complemento necessário – mesmo que o capitalismo, *a obra do capital*, seja o único a generalizá-la e promovê-la de fato como lógica universal" (p. 114, grifos do autor). Seguindo Bidet, poderíamos dizer que Rubin está mais atento

[141] "O processo de produção capitalista reproduz, portanto, mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para se enriquecer. *Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado.* É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma seu próprio produto no meio de compra do primeiro. *Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista.* Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus patrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho" (Marx, 1996a, p. 211, grifos nossos).

(e isso também é certo em linhas gerais a Marx) ao polo "mercado", não desenvolvendo a fundo o polo "organização", ou seja, a máquina produtiva necessária para essa forma social. Como vimos, a forma mercadoria deve ser uma ferramenta que o conduza ao conceito de capital. A passagem, por certo, não é simples e, na tese de Bidet, a leitura "dialetista" da passagem é um limite intransponível[142].

Por outro lado, em Fausto (1997), encontramos uma explicação que procura dar conta desse limite sem proceder à diferenciação entre produção mercantil e produção capitalista, isto é, entendendo a "circulação simples" como momento negado do capital. A discussão é apresentada pelo autor a partir de um esforço maior de identificar a proximidade e a distância (mais aquela do que esta, a nosso ver) entre a dialética marxista e a dialética hegeliana. Assim, explica que, em Hegel, encontramos três distinções: forma e essência, forma e matéria, e forma e conteúdo. A dialética final hegeliana, segundo Fausto, é aquela da forma e do conteúdo, na qual o conteúdo é visto como a unidade da matéria e da forma. Essa é a relação que se estabelece entre aquilo que é fundamento e aquilo que é fundado. Em *O Capital*, há certa dificuldade de compreensão porque Marx, a princípio, não diferencia imediatamente conteúdo de matéria – como se vê na afirmação de que "os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta".

Para explicar o que está pressuposto, Fausto sugere a seguinte diferenciação. Conteúdo é uma noção mais ampla que visa em geral a finalidade do processo. A noção de matéria, ou materialidade, por sua vez, estaria mais calcada na natureza do objeto. É possível, então, conceber um conteúdo formal e um conteúdo material. A análise de Fausto busca explicar o processo pelo qual o conteúdo formal (valor de troca, inicialmente e, depois, valor) se impõe ao conteúdo material (valor de uso), pois, na circulação simples, a forma "ainda não se apropriou do conteúdo material" (p. 36), mas, no capitalismo, o "universo posto é da forma".

A dialética da forma valor, para Fausto, diz respeito a essa passagem que corresponde à "fixação de *uma* matéria que servirá como matéria *da* forma (como encarnação material da forma)" (p. 39). Em resumo, o argumento é o de que, na passagem ao capital, o conteúdo (como finalidade do processo) é da forma, e não da matéria. Há, assim, uma materialização universal da

[142] Ver acima sobre a solução oferecida por Fausto e Bidet.

forma. O movimento final, contudo, singulariza o que foi universalizado: o capital, como "forma-processo" seleciona o valor de uso mais adequado à sua forma, isto é, a força de trabalho, por ser valor de uso (matéria) que consiste em produzir valor e mais-valor (forma). Essa matéria, como potência, é encarnação e substância da forma.

A distinção essencial entre Marx e Hegel, para Fausto, está no fato de que o movimento de apresentação do conteúdo, em Hegel, está como se agindo "sobre o fundo do nada" (nada-do-ser). Em Marx, as determinações são constituídas, mas sempre pressupondo uma matéria e conteúdo material desde o início. Trata-se de um devir dentro já de uma base material, e não simplesmente num "processo" sem matéria. Não seria à toa que Marx, consciente do problema, assim afirmou, na tradução de Fausto: "só o [conceito] hegeliano consegue se objetivar sem uma matéria (*Stoff*) externa" (Marx, *Grundrisse* apud Fausto, 1997, p. 47). Estaria aí, para Fausto, uma possível definição do materialismo de Marx[143].

Essa é, então, uma explicação dialética (pensada na sua relação com Hegel) da prioridade da forma ante o conteúdo. Na verdade, o que Fausto evidencia é que *a forma se torna sujeito*. Ela se faz conteúdo, no sentido de finalidade do processo, e se *põe em todas as matérias*.

***

Essa digressão foi necessária porque a relação forma/conteúdo, tantas vezes usada por Marx, esconde outros tantos problemas referentes à precisão do conceito de capital. Embora a "forma mercadoria" seja uma precondição, é *o conceito de capital* que está em jogo. Este depende daquela, mas isso não significa que sejam idênticos. *O fetiche da mercadoria não está somente em ocultar as relações sociais por meio das coisas, mas essencialmente em ocultar que essas relações são constituídas de exploração e, consequentemente, da luta de classes*[144].

[143] A dialética de Marx, no amplo projeto de estudo de Fausto, é uma feição da dialética em geral. Benoit (1998) apresenta uma crítica a essa posição. Para o autor, não é a inexistência de substrato material em Hegel que o diferencia de Marx, mas o que cada autor toma por *conteúdo* do substrato material. Em Hegel, esse conteúdo estaria na "superestrutura", enquanto, para Marx estaria na história das lutas de classe. Ranieri (2011), por sua vez, apresenta um Hegel bastante distinto dessa posição de Fausto, principalmente por criticar a ideia de um começo a partir do "nada" em Hegel.

[144] Nesse sentido, a expressão "sociedade produtora de mercadorias", comum em trabalhos críticos ao capitalismo (marxistas ou não), é insuficiente, no mínimo, e limitadora, em certo sentido. De fato, uma pesquisa interessante seria identificar como essa expressão é sintomática de certas críticas ao capitalismo que pretendem ir além dos

Vimos que Fausto procura dar uma resposta a esse problema no interior de uma contradição dialética da superação de um momento (circulação simples) que é e não é capitalismo. Bidet, por sua vez, ao propor que tal passagem é inviável (a dialética aqui é um "limite"), sugere conceber uma produção mercantil distinta da (ainda que incorporada pela) produção capitalista.

Embora não tenhamos condições de aprofundar o tema, nos importa colocar o problema nos termos dos conceitos que consideramos mais condizentes com a crítica de Marx[145]. E aqui, as visões que vimos (mesmo que opostas) oferecem contribuições importantes, pois, quando bem colocadas, nos permitem entender que o esforço de Marx em privilegiar a forma em detrimento do conteúdo material (mais rigorosamente, em mostrar como a forma cria o "seu" conteúdo a partir do que já existe materialmente) e em repensar a noção de materialização da mercadoria (em última instância, a materialização do valor) tem um motivo claro: é a maneira de afirmar que são *as relações de produção que moldam e determinam as forças produtivas*[146].

Não há, nesse nível de abstração, a "coisa em si", mercadoria ou maquinaria. Trata-se de uma "coisa" já formatada socialmente, isto é, trata-se de uma mercadoria subsumida a uma relação social de produção específica: aquela referente ao modo de produção capitalista. Não é somente substância, é substância criada pela relação social: *as formas determinam a riqueza material*. Mas, por não se tratar de um formalismo, e sim de uma relação materialista, a riqueza material será tanto expressão como um limite objetivo a essas formas.

---

conceitos fundamentais do marxismo. Essa posição está, por exemplo, clara em Kurz (1992), para quem o Marx "do fetichismo da mercadoria" é atual, enquanto o "Marx da luta de classes" é anacrônico. Como observa Bidet (2010, p. 86), é de se chamar a atenção o fato de não-marxistas ficarem fascinados, contudo, à parte sobre o fetichismo da mercadoria, parte essa que "costuma nutrir um tema imprecatório contra o capitalismo, suficiente para a boa consciência daqueles que lhe farão depois as mais amplas concessões" (o que não é, pensamos, o caso de Kurz, todavia).

[145] Embora consideremos bastante pertinente a hipótese de existir *um modo de produção simples de mercadoria que não é o modo capitalista de produção*. Voltaremos a esse ponto, principalmente à luz dos argumentos de Milios e Economakis (2011).

[146] Tese que vai ao encontro da posição de Bidet (2007, p. 118-120), segundo a qual Marx quer, assim, privilegiar as relações de produção e pôr em dúvida a "naturalidade" das forças produtivas. Nesse sentido, há aqui uma "razão crítica" que explica essa postura de Marx, já que assim se pode quebrar a tese (ideológica) de que o capitalismo é "produção enquanto tal" ou produção socialmente natural de valores de uso.

No sentido preciso colocado por Maria Turchetto (2005, p. 9-10), "*não há nexo de 'exterioridade' entre forças produtivas e relações de produção"*[147]. As relações de produção são constituídas pelas relações, por um lado, entre os "agentes" e, por outro, com os meios de produção. Seguindo Turchetto, são relações entre homens mediadas por coisas, "irredutíveis, portanto, a relações intersubjetivas"[148]. Essa natureza específica das relações de produção "plasmam" as estrutura das forças produtivas materiais, o que as coloca, necessariamente, numa posição não neutra. As forças produtivas sequer têm uma "história autônoma" ou "leis próprias de desenvolvimento" fora das relações de produção, "nem ao menos podem constituir-se – enquanto tais – em objeto de reflexão teórica científica para 'a crítica da economia política' ", ou seja, "não podem ser compreendidas de modo completo separadamente deste 'conteúdo concreto' e consideradas como pura 'forma social' ". O economicismo, para Turchetto, é então toda a abordagem que estabelece o "nexo de exterioridade" entre forças produtivas e relações de produção.

O que nos parece elevar a importância da tese de Bidet é o fato de que abordagens desse tipo (que pensam um nexo de exterioridade) são justamente aquelas que têm dificuldade (como, em parte, parece ser o caso de Rubin) em diferenciar a circulação mercantil da sociedade capitalista. A ideia de "relações entre homens mediadas por coisas" é somente referida:

> à mediação por parte das coisas representada pela circulação mercantil generalizada, portanto, ao 'fetichismo da mercadoria', ao invés da específica relação entre produtores e condições objetivas da produção que, na sociedade burguesa, funda o mais 'profundo' – e essencial – '*fetichismo do capital*', base real da exploração capitalista. Tudo isso significa, substancialmente, reduzir as relações de produção a relações de troca (Turchetto, 2005, p. 10).

A partir dessas considerações, evidencia-se que Marx constrói uma relação rica e complexa entre formal social e conteúdo material, o que o distancia tanto de um materialismo objetivista quanto de um idealismo formalista.

[147] Forma e conteúdo não podem ser, assim, pensados com o nexo de exterioridade

[148] O que auxilia no entendimento da diferença fundamental entre a abordagem marxista da weberiana, já que esta tem como objeto do conhecimento o campo de interações de sentido formado pelos indivíduos, isto é, a construção intersubjetiva de sentido da ação social.

2.4. Desafios teóricos: valorização e acumulação

É certo que a ênfase teórica na determinação formal do conteúdo da riqueza não resolve todos os problemas relativos ao modo capitalista de gerar valor tendo como suporte valores de uso. É grande a lista de temas e trabalhos que levantam certos desafios de interpretação, em relação à teoria em si ou ao modo de operacionalizar o conceito em análises empíricas. Ficaremos restritos a apenas alguns questionamentos importantes para a continuidade da discussão desse trabalho e da noção de classes médias.

O primeiro questionamento é, na verdade, uma precisão do raio de aplicação do conceito, ou seja, diz respeito ao grupo de agentes sociais para o qual, a rigor, os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, de acordo com a forma capitalista, não podem ser usados. Trata-se dos casos de profissões e atividades que ou estão fora das relações do modo de produção especificamente capitalista ou num processo bem inicial de transição. Nesses casos, a divisão 'produtivo ou improdutivo' simplesmente não se aplicaria, pois, como vimos, seria preciso estar em algum grau inserido no modo capitalista de produção.

Porém, Marx usa a noção de improdutividade em dois sentidos: tanto para certos assalariados quanto para algumas atividades de produção independente. No item de caráter mais conclusivo em *Teorias*, Marx desfaz essa ambiguidade: "não pertencem [artesãos e camponeses que não empregam força de trabalho] à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista" (TMV, 1980, p. 401).

Desse modo, artesãos, camponeses tradicionais e também certos "autônomos"[149] não podem ser entendidos como improdutivos, pois nas atividades em que executam ainda não se configura, em nenhum formato, a separação do produtor direto com meios de produção (pré-condição do modo de produção capitalista), o que possibilita a aparição de compradores e vendedores de força de trabalho. O que não significa que eles não produzam mercadorias e as lancem no mercado – sendo, portanto, coagidos de certa forma pela lei do valor –, mas que a

[149] O cuidado aqui é não confundir tais agentes com as formas jurídicas contemporâneas que disfarçam relações de assalariamento por meio das figuras de trabalho "autônomo" ou mesmo "informal".

produção dessas mercadorias não está subsumida às relações fundamentais da produção capitalista, sequer formalmente[150].

Mesmo com essa precisão, Marx não deixou de usar a noção de improdutividade no outro sentido, neste trabalho como em outros[151]. É possível encontrar passagens em que o cantor que vende seu próprio canto e o alfaiate que vende uma calça são chamados de improdutivos (Marx, 1980, p. 137 e Marx, 1985, p. 115). Como lembram Resnick e Wolff (1982), não só Marx, mas diversos comentadores, repetem essa ambiguidade, ao usar o termo improdutivo tanto para relações não capitalistas quanto para formas de assalariamento.

Embora possa ser legítimo pensar num conceito ampliado (o que demandaria outros desenvolvimentos), pela observação de Marx acima, é possível dizer que o conceito é mais apropriado se produtividade e improdutividade forem relacionadas somente às atividades subsumidas de alguma forma ao capital. Teríamos, assim, não somente duas, mas três situações: assalariados produtivos, assalariados improdutivos e formas de transição ao modo capitalista. Consequentemente, o grande desafio é entender aquelas atividades que, *dentro das relações capitalistas*, ou seja, integradas às formas de assalariamento, não são produtivas. Em outras palavras, trata-se da confirmação lógica de que se todo trabalhador produtivo é assalariado, nem todo assalariado é trabalhador produtivo.

Esse questionamento, em grande medida, está relacionado ao argumento de Bidet (2007) segundo o qual há em Marx certas tensões no tratamento desse conceito, pois ele precisou lidar com problemas distintos (produção em geral e produção capitalista) com a mesma terminologia. As duas definições de trabalho produtivo discutidas anteriormente – a "essencial", que produz mais-valia; e a "secundária, acessória"; que produz a "riqueza material" – são vistas por Bidet como a relação entre *estrutura* e *tendência*, que capta o movimento de articulação da mais-valia

[150] Se compro a calça de um alfaiate, diz Marx, é evidente que não se trata de relação capitalista (não é produtivo e, a rigor, nem improdutivo). E Marx argumenta: "é possível que a quantidade de trabalho que o alfaiate me fornece seja maior que a contida no preço que de mim recebe. E isso é mesmo provável, pois o preço de seu trabalho é determinado pelo preço que os alfaiates *produtivos* recebem. Mas esse assunto não interessa. Uma vez dado o preço, para mim tanto faz que o alfaiate trabalhou 8 ou 10 horas. Trata-se apenas do valor de uso, a calça (...) [meu interesse] é *pagar o preço normal dela*. (...) A mera troca *direta* de dinheiro por trabalho, portanto, não transforma o dinheiro em capital ou o trabalho em trabalho produtivo" (1980, p. 396-397, grifos do autor). Compra-se, assim, o trabalho enquanto "serviço", afirma Marx. Serviço, então, está aqui *fora do MPC*.

[151] Mas é sempre bom recordar: a forma de exposição de Marx no manuscrito nem sempre corresponde ao que seria "a sua visão final" sobre o tema.

absoluta à mais-valia relativa. Mas não é simples a relação que se estabelece entre o valor e valor de uso em termos de produtividade[152].

Do fato de as formas serem determinantes da riqueza material, decorrem alguns entendimentos importantes. A tendência do capital é aprimorar a extração relativa de mais-valia, o que significa incrementar meios técnicos capazes de expandir a produtividade do trabalho, isto é, fazer com que um menor número de trabalhadores produza cada vez quantidades maiores de mercadorias. Isso significa que a forma tende a forçar a um incremento e expansão do conteúdo material. Produzir valor, nesse sentido, é fazer crescer exponencialmente a produção de valores de uso (bom lembrar, seja para satisfazer necessidades do estômago ou da fantasia).

Mas, e é o lado necessariamente contraditório dessa produção que Marx precisou identificar e criticar, há em paralelo a esse movimento uma permanente criação de funções improdutivas, muitas delas, como veremos, advindas do caráter exploratório do trabalho. Produzir valor, nesse outro lado da moeda, é criar uma gama extensa e variada de atividades que nada contribui à "produtividade em geral". São atividades ligadas à forma mercadoria (esfera da circulação) e à exploração (vigilância e controle) e muitas outras que podem mesmo assumir um caráter destrutivo, das fontes naturais e humanas de seu valor.

Ora, falar em produtividade para uma forma social tão contraditória como essa é evidentemente um desafio enorme. Segundo Bidet (2007, p. 119), a complexidade do discurso que Marx pretende abarcar suscita uma proposição tripla: 1) sob o capitalismo, a produção é produção de mais-valia, porque esse é o objetivo do capitalista individual colocado em competição; 2) não obstante seu objetivo primário, uma estrutura como essa é genuinamente produtiva, ou seja, é de sua natureza desenvolver a riqueza social, ainda que esse crescimento seja só um meio para seu verdadeiro objetivo e 3) justamente por essa contradição entre meios e fins de sua estrutura, a produtividade passa a ser ameaçada e elevam-se as funções improdutivas.

O que é, então, a improdutividade *criada* pela forma capitalista? Isso nos remete ao lugar do conceito de trabalho produtivo na teoria do valor de Marx. Afinal, se a definição básica de trabalho produtivo pressupõe a geração de mais-valia, resta definir com clareza em que momento

[152] Bidet (2007, p. 115-116) argumenta que o tratamento do dinheiro, por Marx, no Livro II é exemplo de mistura dos conceitos de produtividade no tocante à "produção em geral" e ao capital.

esta realmente ocorre. A definição presente no *Capítulo sexto inédito* incorpora essa preocupação ao afirmar que "é produtivo aquele trabalho que (e só é trabalhador produtivo) aquele possuidor de trabalho que diretamente produza mais-valia; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital" (Marx, 1985, p. 108). É por esse mesmo sentido que o item de balanço em *Teorias* é chamado de "Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo"[153].

É o que Rubin (1990, p. 269) ressalta ao afirmar que as definições de Marx sobre trabalho produtivo devem ser sempre pensadas para a distinção do trabalho que é empregado pelo "capital produtivo, ou mais precisamente pelo capital na fase de produção" daquele trabalho que, mesmo assumindo a forma capitalista, é empregado pelo capital "na fase de circulação". Para Marx, é o capital operando na sua fase de produção que enseja a produção de mais-valia, ao passo que no momento da circulação, trata-se apenas da realização do valor. O que não quer dizer que as atividades na circulação sejam desnecessárias, mas sim que elas, por si, somente realizam algo já gerado numa etapa anterior[154]. Deste modo, não há trabalho produtivo nessa esfera, mesmo que haja assalariamento em atividades puramente de comércio, publicidade, marketing, contabilidade, bancos, companhias de seguros, etc., as quais transferem direitos de uso de mercadorias de um agente a outro ou auxiliam alguma etapa desse processo[155]. E Savran e Tonak (1999) ressaltam que, embora haja em toda forma de sociedade um trabalho necessário à circulação de valores de uso, e este também existe no capitalismo, a improdutividade dessa esfera está referida à circulação de mercadorias, dinheiro e capital. Poderíamos dizer, então, que é uma circulação exigida não pela natureza do produto, mas pela forma valor (por meio de mercadoria, dinheiro e capital).

---

[153] Ao entrar neste item, que faz parte dos Aditamentos em *Teorias*, Marx faz um balanço da discussão anterior e, importante observar, começa o texto supondo como já feita a discussão sobre "como o capital se produz e como é produzido". Isto é, as assertivas desse texto já são pensadas no interior do processo que leva à subsunção real do trabalho ao capital.

[154] Posteriormente, veremos como Marx trata a questão sobre se esses trabalhadores podem ser, mesmo assim, explorados.

[155] O cuidado aqui é não "essencializar" as atividades concretas. Cámara-Izquierdo (2006) rejeita com razão a ideia de que a esfera da circulação (improdutiva) seja *necessariamente* aquilo que chamamos de *setores* do comércio, finanças, etc., tal como os exemplos podem levar a crer. A tese de Cámara-Izquierdo, bem alinhada às preocupações de Marx nos volumes II e III de *O capital*, é de que há um processo de produção que pode bem perpassar vários setores (estocagem de produtos, por exemplo), enquanto a esfera da circulação pode estar presente no interior de fábricas. Isso é um grande desafio, como ressalta o autor, para as análises empíricas. Mais à frente, citamos um exemplo de Rubin (1990) que tenta visualizar produção/circulação numa atividade "imaterial".

Constata-se, desse modo, uma posição relativamente clara, segundo a qual trabalho produtivo só pode existir na esfera da produção que é, por sua vez, comandada por um "capital produtivo". Mas ainda persistem certos problemas por detrás dessa constatação, o que se explica, e acompanhamos aqui novamente Bidet, pelo fato de Marx ter consciência de que precisa avaliar o que acontece com a "produção em geral" quanto ela é subsumida ao capital.

Uma dificuldade no conceito de trabalho produtivo está, a nosso ver, ligada a esse dilema. Resnick e Wolff (1982) tocam no problema quando se referem ao ponto de vista que deve se tomar para a definição de trabalho produtivo: se produtividade deve ser entendida pelo prisma do capitalista empregador ou pelo prisma do uso dado pelo comprador de uma mercadoria capitalista produzida pelo trabalhador. À primeira vista, a resposta parece ser (e é) tomar o ponto de vista do capitalista empregador, mas, se analisadas com cuidado as explicações de Marx, há espaços de indefinição.

Em *Teorias*, para insistir que não se deve considerar a destinação material do trabalho na definição capitalista de produtividade, Marx afirma que cozinheiros e garçons de um hotel são produtivos para o dono, pois seu trabalho se converte em capital, enquanto no papel de criados são improdutivos, pois seus serviços não se tornam capital, mas neles se gasta uma renda. Porém, a seguir, asserta: "Mas, de fato, também essas pessoas no hotel são pra mim, na qualidade de consumidor, trabalhadores improdutivos" (Marx, 1980, p. 138). Como explicam Resnick e Wolff (1982, p. 7):

> Em nossa visão, Marx aqui estava misturando dois sentidos diferentes da palavra "produtivo" e, assim, inadvertidamente introduzindo uma confusão. Marx define trabalho produtivo do ponto de vista da produção de mais-valia para o empregador, independentemente do uso dado por aquele que compra as mercadorias que incorporam aquela mais-valia. É, então, uma questão diferente, e não imediatamente coligada, se mercadorias particulares são compradas como elementos de capital constante ou variável ou não.

Ora, há outra questão também subjacente aqui, que se vincula ao longo e complexo debate presente em análises posteriores que buscaram relacionar o conceito de trabalho produtivo com o de *consumo, produtivo ou improdutivo* – o qual, basicamente, seria a diferença entre o consumo que reinsere mercadorias na produção via capital constante ou capital variável (reprodução da força de trabalho) e o consumo que serve de obstáculo à renovação do circuito

produtivo. Não se deve perder de vista que Marx decididamente tomou a definição de trabalho produtivo como produtor de mais-valia, mesmo que as mercadorias fossem armas, joias ou iates de milionários, como diz Gough (1972, p. 66).

Aqui vemos como a posição de Bidet é procedente e equipara-se, nesse ponto, a de Gough, que também assinala o problema: para explicar a geração de mais-valia, não importa o valor de uso produzido, mas para explicar a acumulação e reprodução do capital isso pode ter um papel crítico, estando Marx claramente consciente do problema. No Livro I, ao tratar da acumulação de capital, afirma que:

> Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência (Marx, 1996b, p. 214).

No Livro II de *O Capital* há uma passagem importante de Marx que ilumina esse aspecto que, mesmo sendo longa, é necessário reproduzi-la:

> Quando examinamos, do ponto de vista individual, a produção do valor e o valor dos produtos do capital, não importava, para a análise, a forma específica do produto-mercadoria, consistisse ela em máquinas, trigo ou espelhos. Qualquer exemplo, tirado de qualquer ramo, poderia servir de ilustração. Tínhamos que nos ocupar com o próprio processo direto de produção que se apresenta sempre como processo de um capital individual. Como se tratava da reprodução do capital, bastava supor que dentro da esfera da circulação, a parte do produto-mercadoria, que representa valor-capital, encontrava oportunidade de reconverter-se em seus elementos de produção e retornar assim a sua figura de capital produtivo do mesmo modo que era suficiente supor que trabalhador e capitalista encontravam no mercado as mercadorias em que despendem salário e mais-valia. *Essa maneira puramente formal de apresentar as coisas não serve mais para o estudo da totalidade do capital social e do valor de seu produto*[156]. A reversão a capital de parte do valor dos produtos, a transferência de outra parte para o consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora constituem movimento dentro do próprio valor dos produtos em que resultou a totalidade do capital; *e esse movimento é uma reposição tanto de valor quanto de matéria*, sendo assim condicionado pelas relações recíprocas entre os componentes do valor do produto social e ainda pelo valor de uso desses componentes, por sua configuração material. *A reprodução simples, em escala imutável, patenteia-se*

[156] O que nos parece mais uma prova de que a ênfase na forma social não implica em "formalismo", mas na prevalência das relações sociais sobre o conteúdo material.

> *abstração no sentido de ser estranha ao sistema capitalista a hipótese da ausência de toda acumulação* (...). (Marx, II, 1970, 421-422, grifos nossos)

Logo na sequência, Marx então descreve que "o produto global", a produção de toda a sociedade, se divide nos citados I. Meios de produção (mercadorias que, por sua forma, devem ou pelo menos podem entrar no consumo produtivo) e II. Meios de consumo (mercadorias que, por sua forma, entram no consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora). Como alerta Gough (p. 66), dentro desse problema, a diferenciação entre bens necessários e itens de luxo, por mais que seja "difícil de traçar na prática", passa a ser importante, pois é inerente ao conceito de "valor da força de trabalho". Por essa razão, alguns autores citados por Gough, como J. Blake e J. Morris, definem o trabalho produtivo como trabalho que produz mais valia somente nos departamentos I e II.

Mas Gough ressalta que Marx não encaminhou sua discussão nesse sentido, pois, em lugar algum, associou o conceito de trabalho produtivo com a produção nos diferentes "departamentos". Porém, considera que:

> é altamente provável que, no tempo em que Marx escrevia, ele considerasse que trabalho produtivo consistia quase que inteiramente do trabalho que produz bens de salário necessários e meios de produção, enquanto artigos de luxo eram principalmente serviços ofertados por trabalhadores improdutivos custeados diretamente por renda (Gough, 1972, p. 66)

Ainda segundo Gough, os manuscritos de Marx evidenciam que ele estava consciente desse problema lógico, mas, pelas condições da produção do momento, não considerou que este também fosse um problema prático. De qualquer forma, se confrontado com o abismo hoje existente entre o que é necessário e a infinidade da produção de artigos de "luxo", Marx iria possivelmente associar toda essa produção ao conceito de trabalho produtivo.

Se voltarmos para o *Capítulo sexto inédito*, encontramos em Marx a necessidade de debater o tema no momento em que tenta dirimir as dúvidas quanto à relação do trabalho produtivo e seu conteúdo material. Assim afirma:

> Grande parte do produto anual que se consome como rendimento, e já não ingressa no processo produtivo na qualidade de meios de produção, é composto pelos produtos (valores de uso) mais nefastos que satisfazem as mais deploráveis paixões, caprichos (*fantacies*) etc. Este conteúdo é totalmente indiferente para a determinação do trabalho produtivo (embora, claro, *se*

> *aplicasse um freio ao desenvolvimento da riqueza se uma parte desproporcionada se produzisse desta forma em lugar de converter-se novamente em meios de produção e de subsistência que voltem a entrar na reprodução quer de mercadorias, quer da própria capacidade de trabalho, em poucas palavras, em lugar de se consumir produtivamente*) (Marx, 1985, p. 116, itálicos nossos).

Na sequência, Marx avalia que, pelas características acima levantadas, a economia "vulgar" é incapaz de dizer "uma só palavra sensata, do ponto de vista da economia capitalista, acerca dos limites da produção de luxo". Pois, se no processo de reprodução, ele pode criar "obstáculos", sua existência é uma "absoluta necessidade" num modo de produção que cria riquezas para os não-produtores e que, assim, precisam facilitar a apropriação "por parte da riqueza que se dedica à fruição" (1985, p. 117).

Esse aspecto apareceu em várias discussões, como aquelas entre economistas preocupados com as tendências destrutivas de crescimento do capitalismo. Foi usado por autores como P. Baran e P. Sweezy (1974) para denunciar, por exemplo, o irracionalismo da produção capitalista e assim taxar de improdutivos todas as atividades ligadas, por exemplo, à fabricação de armamentos. Contudo, fica claro que, embora a questão da forma de consumo possa incidir sobre dimensões da acumulação de capital (se pensarmos o consumo da mercadoria "força de trabalho", por exemplo), Marx se mostrou sempre resistente a torna-la critério para a produtividade do trabalho[157].

Desse modo, isso pode também ajudar a explicar que aquilo que Marx considerava ser um erro de Smith – ao confundir num mesmo texto duas concepções de trabalho produtivo – pode estar relacionado à diferença entre uma proposta de economia política clássica do crescimento (quantitativa) e uma teoria da exploração (qualitativa). Mais ainda, poderíamos encarar esta como uma questão que revela as tensões de uma leitura da teoria do valor como "trabalho incorporado" daquela que enfatiza a forma valor e "o trabalho abstrato" [158].

***

[157] Uma forte crítica a esta posição que busca atrelar o tipo de mercadoria produzida à produtividade do trabalho encontra-se em Bernardo (2009, p. 244-245).

[158] Ver os trabalhos de Santos (2012) e Borges Neto (2002). O primeiro defende a tese de que a teoria de Marx não incorpora o viés quantitativista da teoria do valor precedente, enquanto o segundo fornece um quadro extenso de interpretações da teoria do valor.

O dilema de como captar de forma unívoca o impacto da produção de valor para a continuidade da produção de valores de uso tem repercussões nas partes do Livro II e III de *O capital* relativas às atividades da esfera da circulação, como o comércio[159].

O trabalho assalariado, nessa esfera, não se confronta com o capital produtivo, mas sim com o capital comercial, que deve ser tomado de forma rigorosa por meio de sua verdadeira função: comprar para vender[160]. Os custos de circulação, segundo Marx, "decorrem apenas da mudança de forma da mercadoria [e] não acrescentam a estas valor" (II, 1970, p. 152) e seriam aqueles vinculados ao "cálculo, contabilidade, mercancia, correspondência, etc.". O capital constante dessa atividade consistiria em "escritório, papel e correio" e o capital variável seriam os assalariados contratados para exercer atividades comerciais. Todos os custos, constantes e variáveis, não são feitos para "produzir valor de uso das mercadorias, mas para realizar o valor delas" (III, p. 333).

Vemos então a seguinte situação: há assalariamento da esfera da circulação, mas o capital variável só auxilia na realização do valor, não tendo ligação com a produção em si. O valor necessário para reprodução da força de trabalho, dessa forma, não foi produzido por este trabalhador da "circulação". Seu salário é, então, uma dedução de parte da mais-valia, gerada no âmbito do capital produtivo, que o proprietário do estabelecimento comercial se apodera, em condições, por suposto, bem mais vantajosas.

Mas, de qualquer forma, trata-se da relação de um assalariado com um proprietário privado e isso, sem dúvida, inquietou Marx, o que se comprova pela existência, nesses capítulos, de certas passagens bastante significativas em que reconhece que "é mister" investigar mais a fundo a lei do valor na circulação (p. 333, 338).

[159] Basta dizer, como destaca Bidet, que, se no Livro III, encontramos a confirmação de que o trabalho no comércio é improdutivo porque "não cria valor e mais-valia" (Marx, 1974, p. 325), no Livro II há um momento em que Marx coloca a improdutividade do trabalho na circulação em razão de não criar "valor nem produto" (Marx, 1970, p. 135). Como vimos, o nó da questão está no que se chama de "produto", pois, em última instância, realmente não pode haver valor nem mais valia na inexistência de um produto.

[160] Novamente, sem esquecer que há funções ligadas ao capital comercial mas que são prolongamentos do processo de produção, como o transporte, estocagem, classificação de mercadorias, etc.

No Livro III, a solução (provisória?[161]) é a seguinte: o trabalhador comercial não produz mais-valia diretamente, mas contribui para aumentar o quinhão retido pelo capital comercial. Quanto mais eficientemente resolver suas tarefas, maior será a absorção da mais-valia gerada alhures, o que gera uma situação paradoxal de haver alguma "produtividade" para o capitalista. Afirma, então, Marx que mesmo não "gerando mais-valia diretamente[162]", o preço do trabalho comercial

> é determinado pelo valor da força de trabalho, pelo que custa para produzi-la portanto, enquanto o exercício dessa força, expresso em esforço, dispêndio de energia e em desgaste, conforme acontece com os demais assalariados, não está limitado pelo valor dela. Por conseguinte, não há relação necessária entre o salário e o montante de lucro que esse trabalhador ajuda o capitalista a realizar. São magnitudes diversas o que custa e o que proporciona ao capitalista. *É produtivo, para o capitalista*, *não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago* (III, 1974, p. 345, grifos nossos).

Levando tudo isso conta, torna-se compreensível a postura de vários comentadores em questionar até que ponto o conceito de trabalho produtivo é determinante para a análise das classes sociais. Se o trabalho "improdutivo" do trabalhador no comércio é "produtivo para o capital comercial", isso significa que esse capitalista aplicará os mesmos mecanismos de exploração: padronizar tarefas, introduzir máquinas, automatizar as atividades, enfim: tentar subsumi-los realmente.

Contudo, essa posição de Marx – que, nesse aspecto, aproxima a condição de todos os assalariados ante os proprietários de meios de produção ou de realização de mais-valia – não pode ser simplesmente entendida de forma a tornar inócua a teoria do valor. Por isso, parece-nos interessante a posição de Carchedi (1996), quando afirma que os trabalhadores produtivos são *explorados*, enquanto os improdutivos (com algum grau de "produtividade" relativo ao capital) sofrem *opressão econômica*, pois estão em posição subalterna da apropriação da massa de mais-valia.

[161] Lembrar a condição de "manuscrito" dos Livros II e III, como exposto na introdução deste trabalho.
[162] Pelas dificuldades que apresentamos, é significativo que o "diretamente" surja nesse momento da exposição.

2.5. Adequação e inadequação da forma ao conteúdo

Em todo caso, essas hesitações terminológicas de Marx nos levam considerar como cada vez mais procedente o argumento de Bidet sobre a difícil relação, dentro de uma mesma terminologia, de duas dimensões de produtividade[163]. Interessante notar que A. Villalobos (1978) também chega a uma conclusão semelhante. O autor defende que aquilo que temos chamado de "produção em geral" diz respeito à noção de "trabalho materialmente produtivo, de trabalho responsável pelo intercâmbio material entre o homem e a natureza, de trabalho envolvido na apropriação real". Pois bem, esse trabalho, ao longo das obras de Marx, "passou a ocupar *um lugar subordinado e caudatário* do conceito de trabalho produtivo de mais-valia, conceito esse que, por assim dizer, passou a determinar os horizontes e os limites dentro dos quais aquela noção continuou a ser pensada por Marx" (p. 24).

O que nos remete à observação inicial aqui levantada sobre a especificidade do método de exposição: "Marx só toma sistematicamente a apropriação industrial capitalista como objeto de análise na medida em que, enquanto processo de trabalho propriamente dito (...), *coincide*, como uma de suas faces, com o processo *imediato* de produção" (1978, p. 25, grifos do autor). Nesses termos, Villalobos parte para uma distinção interessante, mas não menos controversa, segundo a qual existiria um "trabalho produtivo *capitalista*", foco da leitura de Marx, distinto de um "trabalho produtivo *sob a produção capitalista*". Basicamente, a confusão seria dada porque não se pode tomar o primeiro, que seria como o capital percebe o processo a partir de seu ponto de vista, inteiramente pelo segundo, que é a "efetiva trama das dependências reais existentes na apropriação industrial que se faz sob a modalidade capitalista" (p. 25). Se não é possível dizer que essa diferenciação proposta por Villalobos resolve os dilemas do conceito de trabalho produtivo, ela certamente evidencia um problema muito mais complexo, que será nosso objeto de atenção no capítulo seguinte, a saber, a difícil identificação do que pode ser entendido como conteúdo passível de ser liberto da forma capitalista.

O que temos discutido até aqui nos permite assinalar que o exercício de desenvolvimento categorial de Marx precisou lidar – e nem sempre o resultado se deu sem problemas – com a adequação e inadequação da forma capitalista com o conteúdo material da riqueza. Por um lado,

[163] Esse problema, assim entendido, explica muito da solução teórica (insuficiente, a nosso ver) proposta por Lessa (2007), num esquema teórico em que mais-valia se torna equivalente a lucro. Veremos esse aspecto a seguir.

há uma produção de mais-valia que, por encontrar um conteúdo adequado à forma, permite como consequência natural o aumento da riqueza em termos gerais. Por outro, no caso de inadequação, Marx não deixa de se referir à geração de mais-valia, mas como esse valor se exprime na "produção em geral" é um tópico não resolvido. Além desses fatores, há um espaço de indefinição importante na teoria de Marx, como argumentam alguns autores (Bidet, Gough) de como relacionar o conceito de trabalho produtivo capitalista com a acumulação de capital e, por extensão, a questão das crises.

É interessante notar que, na existência dessa "tensão", cada comentador ou seguidor de Marx procurou uma saída ou solução, postura que se explica na medida em que o conceito de trabalho produtivo ocupa um papel importante na teoria de classes sociais, como desenvolveremos mais à frente. Mas, já nesse momento, podemos comentar um exemplo muito nítido desse problema, encontrado na leitura de Sergio Lessa (2007) sobre os conceitos de trabalho produtivo e proletariado em Marx[164].

A tese principal de Lessa é de que o trabalhado produtivo é um conceito mais amplo do que o trabalho proletário, isto porque não se deveria cancelar a diferença "ontológica" entre o trabalho que é "categoria fundante e condição eterna da vida social" e o trabalho abstrato, que é fruto do capitalismo.

A partir da definição de Marx – "por 'proletário' só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza 'capital'" –, diz Lessa que só os assalariados produtivos que "realizam a produção do 'conteúdo do material da riqueza social' ao converter a natureza nos meios de trabalho e nos meios de subsistência" (p. 200) podem se encaixar no conceito de trabalho proletário. Outras atividades, como o exemplo do mestre-escola dado por Marx em *O capital*, somente "valorizam" o capital, não o produziriam.

Vemos então que, por tentar dar uma solução à inadequação da forma ao conteúdo em certas atividades, Lessa é obrigado a conceber uma definição inusitada. Passam a existir, assim, trabalhadores produtivos que não "'produzem' capital" (p. 169), que ainda fazem parte, mesmo que "produtores de mais-valia", da porção "parasitária" da sociedade (p. 207). A "mais-valia"

[164] Parte desses argumentos foi desenvolvida em Cavalcante (2009).

que esses produziriam não representaria nenhuma quantia a mais de riqueza, pois se inserem em "uma autêntica troca de soma zero" (p. 167).

Essa tese é consequência necessária do objetivo de Lessa em separar em classes distintas trabalhadores "manuais" (proletários) e "intelectuais" (outros assalariados em geral), mais precisamente, os que produzem riqueza material e os que desempenham atividades não manuais sem alteração da natureza física. Nesse sentido, discorre detalhadamente sobre as diferenças da atividade de trabalho de um operário fabril e de um professor. Mas, como precisa compatibilizar sua tese com a posição de Marx de que ambos produzem mais-valia, é o conceito de mais-valia que sai esvaziado de conteúdo.

E aqui vemos como a significação dupla do termo *serviços*, que indicamos no início, repercute no tema e é interessante comparar a posição de Lessa a Poulantzas. A particularidade do conteúdo da atividade docente é que a "mercadoria" (aula que gera formação intelectual da força de trabalho) não existe sem seu produtor[165]. Lessa se prende na significação do conteúdo: "o professor atua na relação com o aluno pela prestação de um *serviço*" (p. 173, grifo nosso), mas gera mais-valia ao dono da escola, aumentando seu capital. Poulantzas, diferentemente, se prende à determinação formal: também entende que a aula é um serviço*, mas no sentido de que se compra uma atividade pelo valor de uso, trocando-a por renda (dos pais dos alunos) e não capital*. Para resolver o problema, Poulantzas, mesmo contra a definição de Marx, considera produtivo somente o trabalho que se "materializa" em mercadorias. Pelo caráter do uso da força de trabalho, como a de professores, não seria gerada mais-valia, somente participariam – de forma desfavorável – na repartição da mais-valia criada na esfera da produção[166].

Já Lessa precisa encarar outro problema. Como segue a definição de Marx de que o professor assalariado da fábrica de ensinar é produtivo, *mas ao mesmo tempo considera que a troca aí* (entre rendas dos pais, salário do professor e lucro do dono) é de "soma zero", seria necessário explicar como surge o excedente, o "aumento da grandeza inicial" de que fala Marx,

[165] Fato que começa a ser desconstruído com a introdução do ensino à distância por meio de aulas gravadas em sistemas informatizados, ou seja, como indicaremos no próximo capítulo, o processo de subsunção formal começa a dar lugar, em alguma medida à subsunção real em atividades "intelectuais".

[166] Lembramos aqui que Savran e Tonak (1999) postulam exatamente o contrário: que um serviço pode ser produtivo e que a troca é pelo capital (do proprietário da escola) e não por renda (dos pais dos alunos).

ou seja, por quais meios gera valor e não somente um "lucro" comum a qualquer atividade comercial.

Lessa, ao contrário, para tentar se encaixar na definição de Marx, baseia-se na seguinte lógica: o dono da escola compra aulas do professor, mas, quando recebe as mensalidades, retira uma parte para o salário e outra para a manutenção da escola. A diferença seria, então, a mais-valia que constituirá um aumento do "capital privado" do proprietário. Porém, "o que um lado perdeu, foi ganho pelo outro" (p. 168), pois tudo viria da riqueza produzida pelo proletário. Mas vejamos: se a relação é uma "troca de soma zero", passa a ser indiferente empregar força de trabalho por meio da venda de aulas ou qualquer outra mercadoria. Troquemos o mestre-escola por laranjas e o dono da escola por um feirante que a lógica permanece a mesma, isto é, não há geração de valor, mas sim a sagacidade de um comprador de mercadorias em vendê-las bem. Nesta "troca de soma zero", o "lucro" do proprietário, na verdade, gira em torno da sua capacidade de intermediar quem venda barato (a aula) e quem compre mais caro (os pais dos alunos)[167].

Esse exercício de aplicar a lógica da produção de valor para atividades não materiais foi realizado também por Marx e outros autores. Mas, como dissemos, se for mantido esses termos de "troca de soma zero", é o conceito de mais-valia que se esvazia. Se Lessa considera que o professor gera mais-valia, é preciso também apontar que valor, *que não existia antes*, *foi produzido*, isto é, mostrar como o professor reproduz o custo de sua força de trabalho (conservando o valor pré-existente) ao mesmo tempo em que gera valor excedente, *sob pena de tornar completamente desnecessária a teoria do valor de Marx*, pois, sem apontar o que não existia antes e passa agora a existir, sua mais-valia nada mais é do que um lucro comercial, como aquele da troca mercantil[168]. O conteúdo da riqueza capitalista é, sobretudo, uma riqueza abstrata, fundamentada no trabalho abstrato (como vimos em Rubin). *Mas não há valorização (riqueza*

[167] Para que o raciocínio fique claro: se o professor aumenta a riqueza do dono da escola, *mas somente do dono da escola*, a situação seria análoga à referência de Marx sobre os assalariados da esfera da circulação: não geram mais-valia, mas contribuem para que o proprietário enriqueça. Por isso o exemplo de comparação de venda de aulas ou laranjas. Se a questão é o proprietário enriquecer sem que nada seja acrescentado do ponto de vista do "capital total" da sociedade, então, a rigor, não há diferença entre a venda de aulas (por intermédio do professor) e a de laranjas, produzidas pelo trabalhador rural.

[168] Reafirmemos: Marx esteve plenamente consciente desse desafio. O estudo de Lessa, restrito ao Livro I, encontraria no Livro III esse preocupação em Marx: "caberia investigar (...) como se dá a acumulação do capital mercantil" (p. 333), embora, evidentemente, o ensino não esteja propriamente no âmbito do capital mercantil, mas sim relacionado aos custos de reprodução da força de trabalho.

abstrata) sem o suporte material (riqueza material). Não há valor sem valor de uso, não há valorização sem processo de trabalho – ainda que este seja o sonho dourado do capital financeiro: valorizar sem produzir (D-D')[169]. E o mais interessante é que a razão de Lessa de entrar nesse raciocínio *não é diferente, na essência*, da visão de Poulantzas, que privilegia a riqueza "material". O que os distingue é que Poulantzas, ao enfatizar a materialidade, se vê obrigado a "resistir" a Marx, enquanto Lessa busca alguma forma (ainda que insuficiente) de adequação.

É preciso mais uma vez observar que tanto Lessa quanto Poulantzas, entre outros, são exemplos de tentativas de buscar uma solução lógica a uma tensão que é do próprio Marx, ou melhor, do próprio objeto de Marx. Uma alternativa à questão seria considerar que a "riqueza material" não está, necessariamente, como vimos, referida a modificações físicas ou tangíveis em objetos. Mas, no caso de Lessa, o mestre-escola, justamente pela especificidade dessa atividade, não aumenta "o conteúdo material da riqueza", pois, para o autor, a acumulação de capital só seria possível em "carros, metais e prédios", nunca em aulas: o "capital social global da sociedade permanece rigorosamente o mesmo, ainda que o mesmo não possa ser dito da riqueza privada do dono da escola" (Lessa, 2007, p. 157) [170]. Nesses termos, não é difícil perceber que estamos diante do mesmo problema exposto acima: como é possível que um trabalho produtivo (que tem esse nome justamente *porque aumenta o capital*) não contribua para a acumulação de capital?

Assim colocado, esse problema só pode ter duas soluções:

a) diferentemente do que afirma Lessa, o professor contribuiria para o "capital social global da sociedade". Como? Contribuindo para a reprodução da mercadoria força de trabalho, que precisa de conhecimento para produzir riqueza material. Uma defesa dessa posição poderia

[169] É curioso notar que Lessa, atento ao fato "ontológico" de que sempre houve e haverá processo de trabalho, com ou sem valorização, não conclua que o inverso não é correto, pois é *impossível haver valorização sem processo de trabalho.*

[170] É interessante notar que o argumento de Lessa tem diversas semelhanças com uma abordagem de J. B. Say analisada criticamente por Marx. Say chama de trabalhadores "produtivos de produtos imateriais" (o que seriam improdutivos, lembra Marx, na segunda acepção de Smith) trabalhadores que produzem "serviços" que são consumidos no momento mesmo da sua produção. Segundo Say, o resultado da atividade desses trabalhadores: "não [serve] para aumentar o capital da nação. Uma nação, com grande número de músicos, sacerdotes, funcionários, poderá ter muitas diversões agradáveis, ser bem instruída e administrada de maneira admirável. E eis tudo. Seu capital nenhum acréscimo direto receberia dessas pessoas industriosas, pois seus produtos seriam consumidos à medida que fossem criados" (Say apud Marx, 1980, 248). O argumento de Say é de que o trabalho imaterial não pode ser produtivo para o capital porque não permite acumulação. Ver a síntese dessa questão em Santos (2012).

se dar no seguinte sentido: a ruptura teórica de Marx com a economia política burguesa só pôde ser feita porque mostrou a diferença entre trabalho e força de trabalho – o capitalista paga o valor da força de trabalho e recebe algo a mais, pois o valor de uso dessa mercadoria especial tem o poder de criar excedente. Diferentemente de outras sociedades em que também existiam mercadorias, o modo de produção capitalista baseia-se na mercantilização dessa substância social particular, a força de trabalho. Ao serem subsumidas pelo capital, as potências criadas pela força de trabalho aparecem como sendo do próprio capital. Tanto é assim que ela passa a ser designada de outra forma: capital variável. Ora, nesses termos, da mesma maneira que um trabalhador produz uma máquina que será capital constante de outra unidade produtiva, o professor produz capital variável para qualquer processo de trabalho futuro – a mercadoria produzida pelo professor não é, assim, propriamente a aula, mas um capital variável apto a agir enquanto tal. E, do ponto de vista do consumo que terá a mercadoria – constante ou variável –, ambos estão sujeitos a um consumo improdutivo ou "de luxo". A máquina pode ser usada para a fabricação de joias e perfumes, e a mente transformada do estudante, ao invés de produzir novo valor, pode tentar viver produzindo teorias de sociologia crítica.

Em suma, não é só a comida e roupa que se resumem as condições necessárias para o trabalho. Segundo Marx, um dos fatores que influem no valor da força de trabalho são "seus custos de formação"[171]. Da mesma forma, médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais – se assalariados pelo capital – também seriam produtivos e aumentariam o capital social total[172].

[171] Segundo Marx: "para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção" (1996a, p. 289).

[172] Carcanholo (s/d) também defende a inclusão de profissionais de saúde e professores (até de trabalho doméstico) na categoria de trabalhadores produtivos por meio do argumento de que todos contribuem de alguma forma para a produtividade da força de trabalho (o que geraria um valor apropriado ao fim pelo capital produtivo), mas como uma diferença essencial, pois pensa não ser preciso que o capital organize essas atividades para que haja trabalho produtivo. Médicos e professores de sistemas públicos (ou empregados domésticos) seriam trabalhadores produtivos. Savran e Tonak (1999) sugerem uma deficiência desse argumento, pensando em termos quantitativos. Para haver trabalho produtivo (produção de mais-valia) é necessário que a força de trabalho seja mercadoria paga por capital (variável), que se apropria diretamente de parte do trabalho (sobretrabalho). Se esses trabalhos indiretamente aumentam a produtividade (diminuindo o valor da força de trabalho e aumentando, assim, trabalho excedente) isso só será efetivado quando trabalhadores produtivos vendem sua força de trabalho ao capital. Ou seja, o valor irá ser "contado" como desse trabalhador e qualquer contagem a mais significaria uma dupla contagem. Por essa razão,

Nesse caso, vale a pena recordar que os fatores que entram nos custos de reprodução da força de trabalho são historicamente construídos. Há, é claro, um limite fisiológico para que o trabalhador se mantenha vivo, mas a substância do valor é social. Como lembra Marx, o homem pode viver sem fumo, mas certa quantidade de fumo é item necessário para o consumo que reproduz a força de trabalho. E o mesmo vale para um determinado nível de instrução. A materialidade pouco importa nesse sentido[173].

b) se realmente não há "aumento do capital social total", e Lessa estaria certo nesse ponto, não haveria, a rigor, trabalho produtivo. Se há valorização, deve haver necessariamente um processo de trabalho subsumido que, devidamente alterado, produziu algum suporte material para esse valor. Se não há tal suporte material e nem acúmulo do "capital social total", Lessa não poderia falar rigorosamente em valorização. O mais adequado seria proceder da maneira (provisória?) como fez Marx no Livro II em relação aos trabalhadores no comércio, isto é, reconhecer *que não seriam produtivos (não há "nova" mais-valia gerada), mas somente, e em certa medida, "produtivos para o capitalista individual" por possibilitar que ele tenha maior acesso à mais-valia gerada na esfera da produção*[174].

O dilema subjacente a essas duas alternativas (1 e 2) de solução ao problema de como entender a extensão do trabalho produtivo está, desse modo, na interpretação de qual relação Marx está privilegiando, ou seja, se a definição diz respeito ao capital social total de uma sociedade ou se pode ser vinculada à relação de assalariamento entre cada trabalhador e seu contratante. Precisamos, para tanto, voltar à definição do capítulo 14 do Livro I, que seria a forma mais "acabada", a princípio, de sua definição. No original, está assim: "*Nur der Arbeiter ist produktiv, der Mehrwert für den Kapitalisten produziert oder zur Selbstverwertung des Kapitals dient*" (Marx, 2001b, p. 532). O mais interessante é perceber que as traduções dessa frase, consciente ou inconscientemente, *reproduzem* as polêmicas sobre o conceito, o que é bem

segundo os autores, Marx em diversos momentos enfatizou que trabalhador produtivo é o que *diretamente produz mais-valia*.

[173] Para Lebowitz (2003, pp. 62, 63, 73), a questão da reprodução da força de trabalho é um aspecto decisivo da explicação do capital, mas não explorado diretamente por Marx, que acabou sempre supondo um "valor mínimo" da força de trabalho em *O capital*. Lebowitz tenta refazer o que seria o livro ausente do trabalho assalariado.

[174] Segundo Marx: "a diferença entre *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo* é importante com respeito à acumulação, já que só a troca por trabalho produtivo constitui condição da reconversão da mais-valia em capital" (185, p. 120).

indicativo, pensamos, de como há um problema real a ser compreendido nesse tema. Basicamente, há duas opções.

A primeira opção é aquela encontrada na tradução de R. Barbosa e F. Kothe (Marx, 1996b), da Nova Cultural, assim como na edição francesa[175] e em espanhol[176]. Elas são mais literais e separam "duas" características na definição de trabalho produtivo. Na tradução brasileira, assim o trecho é colocado: "Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital" (p. 138). Na francesa, "*donc, n'est censé productif que le travailleur qui rend une plus-value au capitaliste ou dont le travail féconde le capital"*. Em espanhol*, "sólo es productivo el obrero que produce plusvalía para el capitalista o que trabaja por hacer rentable el capital*".

A segunda opção é aquela feita, por exemplo, pela tradução inglesa[177] e pela tradução brasileira de Reginaldo Sant'Anna (2001), da Civilização Brasileira. Essa opção já interpreta (e, a nosso ver, de forma justificável) que as duas partes são, na verdade, uma só. Em inglês, "*labourer alone is productive who produces surplus-value for the capitalist, and thus works for the self-expansion of capital*". Em português, "Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital" (2001, p. 578).

Qual é a razão em visualizarmos essas duas opções? Porque a primeira opção, ao manter a separação entre "produzir mais-valia" (p) e "autovalorizar o capital" (v) foi entendida, por alguns autores, como uma relação de não identidade, ou seja, o trabalho produtivo pode ser *p ou v* (sendo, assim, $p \neq v$). Já na segunda opção de tradução, entende-se p *e v como sendo duas dimensões (ou momentos) do mesmo processo*. A conjunção *ou* (*oder,* em alemão) não é tomada no sentido de relação exclusiva, mas como forma de indicar as feições de um mesmo processo (trata-se de um "ou não exclusivo"). Vejamos a que chegam as duas posições.

Com relação à primeira, R. Marini (2005) e Lessa (2007), embora divirjam quanto ao desenvolvimento posterior dos conceitos, fazem esse tipo de interpretação. No caso de Lessa, o autor segue essa primeira opção para fundamentar sua distinção entre assalariados proletários e

[175] Editions Sociales, 1976. Trad. de J. Roy. Com se sabe, essa tradução francesa foi revisada pelo próprio Marx que, dadas as condições da tradução, lhe conferiu um "estatuto científico próprio".
[176] Trata-se da versão da Editora Fondo de Cultura Económica.
[177] Tradução em inglês disponível em www.marxists.org.

outros assalariados produtivos, como já citamos. Para ficar claro, voltemos à forma como o autor a coloca. A partir da definição de proletário no Livro I – "por proletário só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza o capital" (Marx, 1996b, p. 247) – Lessa contrasta esse trecho com o fato de o trabalhador produtivo ser aquele que "produz mais-valia ou serve à autovalorização do capital". Assim, para o autor, "apenas o proletário 'produz e valoriza o capital'. O professor [exemplo de trabalho produtivo, mas não proletário, para Lessa] apenas 'valoriza' o capital" (2007, p. 168). Essa é a razão para, como vimos acima, Lessa diferenciar o trabalhador produtivo que gera riqueza material (por estar em "intercâmbio orgânico com a natureza") daquele produtivo que dá lucro ao capitalista sem aumentar o capital social total. Ambos são produtivos – geram mais-valia – mas só um é proletário, pois gera riqueza material.

O problema com esse raciocínio também já indicamos extensamente. Ao dizer que um assalariado gera mais-valia, mas não contribui para acumulação de capital, é o conceito mesmo de valor que é esvaziado. A noção de "valorização do capital" assume uma feição enigmática e a riqueza material é reduzida à riqueza física, tangível.

Justamente por isso, Marini (2005), que também segue a primeira opção de tradução do conceito de trabalho produtivo – o autor utiliza a edição em espanhol em que o trecho aparece como "produz mais-valia ou trabalha para fazer rentável o capital" (ed. Fondo de Cultura) –, alega que a definição de Marx é ampla o bastante para incluir qualquer assalariado que contribua para a "rentabilidade" do capital. O argumento de Marini é que a definição do Livro I é ampla porque já tem em mente os desdobramentos conceituais dos Livros II e III, o que levaria Marx a incluir trabalhadores da esfera da circulação, onde não há produção de valor, à categoria de produtivos. Ou seja, diferentemente de Lessa, Marini reconhece que, ao fazer a afirmação que p $\neq$ v, *não pode falar, a rigor, em geração de mais-valia* no caso de *v*. Daí que sua noção de rentabilidade seja entendida como o trabalho que permite a um capitalista se apoderar de mais-valia. Ao destacar a passagem de Marx que já citamos, sobre o trabalhador do comércio ser improdutivo, mas produtivo "para o capitalista", Marini (2005, p. 199) assim conclui: "colocada a questão nesses termos, o trabalho produtivo é aquele que permite ao capital produzir ou se apropriar de mais-valia". Marini distancia-se, conscientemente, por reconhecer o problema, da noção da valorização.

Contudo, persiste ainda um problema no argumento de Marini. Sua afirmação de que a definição do Livro I "dá conta perfeitamente do conjunto do problema e contém já em forma embrionária os desdobramentos de que será objeto" só pode ser feita porque *Selbstverwertung* é entendido como "fazer rentável" e não, a rigor, como autovalorização. E, da mesma forma como apresentamos o limite do argumento de Lessa, é preciso levar em conta que *o processo de valorização é necessariamente ligado a um processo de trabalho*, isto é, à geração de valor a partir de um valor de uso ("conteúdo material da riqueza"). Como afirma Marx (1996a, p. 314):

> Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor [*Wertbildungsprozeß*[178]], o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho [*Arbeitsprozeß*] e processo de valorização [*Verwertungsprozeß*], é ele processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.

Não há sentido, de acordo com a teoria do valor, em postular uma valorização *só para o capitalista individual*. Na verdade, este é um problema que não tem propriamente lugar na dimensão abstrata da teoria do valor no Livro I, ainda que Marx a ele faça referências. Ora, o objetivo principal do Livro I é *mostrar que o capital, por si só, não se "autovaloriza", ou seja, trata-se de apontar o "segredo" por trás da suposta autovalorização do capital, isto é, que se efetiva numa "materialização de tempo de trabalho não pago":*

> Toda mais-valia, qualquer que seja a forma particular de lucro, renda etc., em que ela mais tarde se cristalize, é, segundo sua substância, materialização de tempo de trabalho não-pago. O segredo da autovalorização [*Selbstverwertung*] do capital se resolve em sua disposição sobre determinado quantum de trabalho alheio não-pago (p. 162).

Nesse sentido, pensamos que a segunda opção de tradução – que ignora a forma literal de exposição de Marx, "*p ou* v" – embora menos fiel, não é, contudo, equivocada do ponto de vista teórico, porque não há contraposição entre produzir mais-valia e servir à autovalorização do capital. Muito pelo contrário, *desvendar a produção de mais-valia (como o processo de valorização que domina o processo de trabalho) é acabar com o segredo da suposta*

[178] Assim como os demais, mantida a grafia original do documento que consultamos nesse caso (www.marxists.org).

autovalorização do capital. Por isso o equívoco em Lessa e Marini ao postularem que Marx indica duas coisas distintas, quando é o mesmo processo que o autor tem em mente[179].

Postas todas essas considerações, parece-nos que, *se a intenção é ampliar o conceito de trabalho produtivo e desvincular mais-valia da acumulação de capital,* a conclusão mais coerente não pode ser muito diferente daquela proposta por Bidet, segundo a qual, nesse caso, o correto seria "resistir a Marx". Em resumo, o argumento de Bidet é o de que Marx desenvolve, no Livro I, um esquema da produção mercantil em geral em que o processo de troca parece não exigir nenhum trabalho. Bidet sustenta que não há, nessa lógica da produção mercantil capitalista, como ignorar que as transações em geral, assim como a produção, podem ser analisadas como trabalho, o que não significa que a troca em si gere valor. O capital valoriza-se nas transações não porque a troca acrescenta valor, mas porque há um "trabalho de troca" sempre necessário. Assim, e aqui Bidet diz estar além de Marx, o trabalho produtivo seria todo trabalho necessário à produção e à venda da mercadoria (2010, p. 157)[180].

***

Quais conclusões podem ser tiradas dessas tensões?

Em primeiro lugar, é preciso diferenciar as situações de assalariamento a partir das quais são colocados os problemas. Para nossos propósitos, pensemos em três principais: a) assalariados (desempenhando trabalho manual ou intelectual/imaterial[181]) ligados diretamente à produção material (não incluem assalariados na função de capital, como veremos posteriormente), b) assalariados ligados à produção "imaterial" na "forma serviço", como professores, profissionais

[179] No caso de Lessa, essa questão parece ter repercussões maiores, pois toda a sua defesa do proletariado, em Marx, como restrito a trabalhadores manuais está fundada nesse equívoco, a nosso ver.

[180] Mas entendemos que esse passo além na teoria de Marx não necessariamente a desenvolve de maneira positiva. Por um lado, os diversos argumentos de Marx sobre o fato de o trabalho na circulação ser totalmente dependente do trabalho na produção – isto é, não cria valor, somente diminui o custo necessário de realização que, idealmente, teria que ser zero – colocam sérias dúvidas se a posição de Bidet cria um impasse maior para a teoria do valor. É possível que Bidet também esteja misturando dois sentidos de circulação, como alertado por Savran e Tonak (1999): a circulação que sempre existirá em qualquer sociedade e aquela específica da forma valor. Agora, por outro lado, quando Marx afirma que o trabalhador da circulação permite que o capitalista industrial *não perca tempo* e fique restrito a explorar, produtivamente, o trabalhador da produção, Marx reconhece que há indiretamente alguma forma de produtividade e que precisa "pesquisar" mais o problema. Mas, como vimos, é delicada a equiparação entre "indiretamente produtivo" e "produtivo". Marx, na polêmica com Rossi, afirma que o "indiretamente produtivo" é justamente o que ele designa por "improdutivo".

[181] Avançaremos nesse ponto no próximo capítulo.

de saúde, artistas, etc.) e c) assalariados da esfera da circulação de mercadorias (comerciantes, bancários, etc.). Em Marx, é possível dizer que os dois primeiros (*a* e *b*) são produtivos – na verdade, podem ser produtivos, se organizados da forma capitalista – e *c* é improdutivo, pois valor só pode surgir na produção e não na circulação. Na proposta de Bidet, *a*, *b* e *c* seriam produtivos. Entre economistas, uma leitura próxima a de Bidet é defendida, por exemplo, por D. Laibman (1999)[182].

Mesmo assim, vimos que há um grande desafio para incluir *b* na categoria de produtivo. Motivo: a difícil adequação do conteúdo deste trabalho à forma capitalista, o que significa uma difícil mensuração do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma atividade, diferentemente do que acontece quando o resultado final é um produto tangível (o que se aplica, como veremos, às etapas imateriais da produção material). Não é à toa que, devido a essa dificuldade, Marx tenha, de forma um tanto quanto sutil, tangenciado dois pontos de vista da produtividade: por um lado, a produtividade em relação ao capital social total, o que se torna mais fácil de mensurar quando a mercadoria é material. Por outro, deu ênfase ao resultado que o assalariamento pode causar para o capitalista individual, como é o caso do professor que "enriquece o dono da escola"[183]. Mas, nesse último caso, para compatibilizar trabalho produtivo com valorização (e não com lucro), a dificuldade está no fato de a "forma serviço" (mesmo que explorados de forma capitalista) terem uma relação com o "capital social total" muito particular, de quase impossível mensuração. É com razão que, nesse sentido, L. Secco (s/d, p. 11-12), afirma:

> Se excetuarmos alguns serviços que na verdade são tarefas produtivas que se prolongam na esfera da circulação (transporte de mercadorias, v.gr.) é praticamente imensurável a contribuição da maioria dos serviços para efeito da contabilidade do produto social. Sabemos o quanto (em valores monetários) o transporte de uma mercadoria a encarece. Sabemos que o profissional mais educado realiza tarefas mais difíceis, mas não é isso que faz dele

[182] Críticas a essa perspectiva foram feitas por Mohun (2002), Savran e Tonak (1999) e Cámara-Izquierdo (2006). Entre outras coisas, esses trabalhos levam a entender que a ampliação da noção de produtividade elimina a própria utilidade do conceito como ferramenta para análises marxistas a respeito da taxa de lucro, crises, etc.

[183] Importante notar: a noção de que "o trabalhador produtivo é aquele que aumenta diretamente a riqueza do seu patrão" é, originalmente, de Malthus. Nos *Grundrisse,* Marx defende que essa é uma posição "muito [acertada] (...) pelo menos sob um aspecto". Por outro lado, a expressão é "demasiado abstrata, visto que essa formulação vale igualmente para o escravo. A riqueza do patrão, em relação ao trabalhador, é a própria forma da riqueza em sua relação ao trabalho, o capital. Trabalho produtivo é aquele que aumenta diretamente o capital" (2011, p. 239).

> necessariamente mais produtivo, pois a simples introdução de maquinaria mais simplificada que pode ser manipulada por um trabalhador menos qualificado aumenta a produtividade. Por outro lado, os serviços de medicina preventiva são realmente necessários para trabalhadores qualificados a fim de impedir faltas no trabalho, por exemplo. É o caso de vacinas contra a gripe nos operário (...). A educação é parte do conhecimento necessário para certas tarefas e também integra o valor da mercadoria força de trabalho, ainda que a tendência seja a facilitação de tarefas manuais. (...) Quando se trata de um serviço como educação, arte, cultura e assemelhados há imensa dificuldade de se imaginar a contabilização da sua contribuição para o capital social, embora se possa calcular perfeitamente sua contribuição para o capital da empresa que contrata o artista, o escritor ou o professor. De novo voltamos à velha contradição inerente a certos serviços. Eles são produtivos para as empresas sob as quais se realizam, mas sua contribuição ao produto do capital combinado de toda a sociedade não pode ser mensurada[184].

Rubin, por exemplo, identifica o problema e tenta propor uma forma de pensar geração de valor em atividades imateriais. Por também enfatizar a dimensão abstrata da riqueza, o autor faz um exercício de explicação parecido ao que Lessa faz com o professor. Retoma, para tanto, o exemplo do palhaço aludido por Marx e sugere: se encarado o negócio do empresário de circo, este contrataria o palhaço para produzir bens não-materiais, como as brincadeiras. Essas brincadeiras são vendidas para valorização de seu capital e possuem valor de uso e valor de troca. O valor de uso seria a satisfação que provoca em quem assiste. Seu valor de troca é maior do que o salário do palhaço e dos gastos com capital constante do circo, o que o permite criar mais-valia. Sendo assim, é o palhaço trabalhador produtivo mesmo sem produzir bens materiais e, podemos concluir, tendo criado valor suficiente para reproduzir seu salário, ele não pode ser considerado "parasitário". Já o caixa que vende os ingressos no circo seria improdutivo, segundo Rubin, pois pertence à fase de circulação do capital, na medida em que este caixa apenas auxilia o processo de transferir o direito de uma pessoa assistir à mercadoria "brincadeira" feita pelo palhaço.

[184] Embora a passagem esteja num momento diferente da discussão de Marx, e mais centrado em exemplos de serviços públicos, em *Teorias...*, há uma interessante menção a essa questão: Dadas as condições de produção, sabe-se exatamente quantos trabalhadores são necessários para fazer uma mesa, qual deve ser a quantidade de determinada espécie de trabalho para fazer determinado produto. É o que não ocorre com muitos produtos "imateriais". A quantidade de trabalho requerida para produzir determinado resultado é tão conjetural quanto o próprio resultado. Vinte religiosos juntos obtêm talvez a conversão que um não conseguiu; uma junta de seis médicos descobre talvez o processo de cura que um sozinho não acha. Uma corte de magistrados produz talvez mais justiça que um juiz singular, controlado apenas por si mesmo. O número de soldados necessários para proteger o país, dos policiais para mantê-lo em ordem, dos funcionários para 'governá-lo' bem etc., soa coisas problemáticas e com muita frequência discutidas, por exemplo, no Parlamento britânico, embora, na Inglaterra, se saiba, com bastante exatidão, a quantidade necessário de trabalho de fiandeiro para produzir 1.000 libras de fio. (Marx, 1980, p. 250).

Mas, ao contrário de Lessa, Rubin reconhece que o conceito de trabalho produtivo em atividades imateriais não tem o mesmo estatuto em Marx do conceito aplicado à produção material. Se, no terreno lógico-abstrato, a "valorização" se realiza sem maiores obstáculos, seria bastante equivocado considerar que Marx simplesmente não visualiza nenhuma diferença entre os dois tipos de produção, material e não material. É o que comenta Rubin (1990, p. 269-270) apoiado na leitura de *Teorias*: "reconhecendo como produtivo todo trabalho empregado pelo capital produtivo, Marx aparentemente sustenta que no interior deste trabalho produtivo era necessário distinguir 'o trabalho produtivo num sentido restrito', a saber, trabalho empregado na produção material e incorporado em coisas materiais". Podemos dizer que o sentido restrito do qual fala Rubin é aquele em que a forma capitalista "acha" o seu melhor conteúdo.

Em suma, fica evidente que, implícita às controvérsias conceituais, o problema de fundo é a inadequação de certos conteúdos mercantilizáveis à forma capitalista da mercadoria. Nesse debate, ficam claras interpretações distintas da teoria do valor, uma mais voltada ao "trabalho incorporado" e outra a "trabalho abstrato" – abordagens de caráter mais quantitativo e qualitativo, respectivamente.

As mercadorias já existiam antes do capitalismo, não podem ser reduzidas a ele. Mas quando o capital precisa transformar tudo em mercadoria, em especial a força de trabalho (e essa é uma "novidade" essencial do capitalismo) não se pode esquecer que esse modo de produção não está, por completo, em todas as formas de assalariamento numa dimensão bem precisa: o capital não subsume *realmente* todas as espécies de trabalho. Daí o cuidado a ser tomado com a exposição dos conceitos em Marx. Como argumenta Fausto:

> Há primeiro uma determinação formal com a qual na maioria dos casos a coisa *já é o que é*, há depois um desenvolvimento possível, que representa a posição da forma numa matéria que lhe é adequada. Isto vale para o capitalismo em geral (subordinação formal e depois real), para o dinheiro (...) Aqui ocorre o mesmo: o trabalho que tem como resultado um produto material, e o produto material, são as formas mais adequadas para respectivamente ser explorado em forma capitalista e ser vendido como mercadoria (II, 1987, p. 255, grifos do autor).

E o mesmo é válido para a noção de *serviços,* que vimos ser usada em sentidos distintos. Na verdade, assim como o trabalho produtivo, não se trata propriamente de duas definições, mas

de *momentos* em que são considerados, em primeiro lugar, *a determinação formal* e, depois, *estipula-se o conteúdo adequado no qual essa forma pode se expressar*[185].

A determinação formal de *serviços* por Marx se coloca na medida em que um trabalho é comprado para ser consumido como valor de uso e trocado por renda, diferentemente de quando se compra trabalho para servir de fator vivo (capital variável) da produção capitalista de valor e mais-valia. Em *O capital,* quando Marx diz que serviço "é nada mais que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho" (1996a, 310) a intenção é promover o contraste como a *determinação do trabalho na formação de valor de troca (e valor)*. Como se "serviço" estivesse na seara do trabalho concreto, *não dizendo respeito a nada que se vincule ao trabalho abstrato*.

E *a ênfase na forma* tem uma razão teórica: para parte da economia política anterior, a venda de qualquer "trabalho" era vista como *uma prestação de serviços*, pelo trabalhador, *por dinheiro*[186]. A exploração permanece, assim, velada. Por esse motivo, Marx desconsidera o conteúdo, num primeiro momento, para explicitar a *diferença qualitativa* entre a venda do trabalho *dentro* e *fora* da relação capitalista. O exemplo do alfaiate, dentro *da produção material*, é emblemático.

> Compre eu umas calças feitas ou compre eu o tecido, pondo um alfaiate a trabalhar em minha casa e pagando-lhe o seu *serviço* (i.e., o feitio) – para mim, é perfeitamente indiferente. (...) Porém, em contrapartida, o serviço que o mesmo alfaiate, empregado por um *merchant tailor*, presta a este capitalista consiste em trabalhar 12 horas e só receber como pagamento 6 etc. O serviço que lhe presta consiste em trabalhar 6 horas de graça. O fato de isto ocorrer sob a forma da confecção de calçar não faz mais do que mascarar a transação real (Marx, 1985a, p. 118).

Mas o interessante é que na sequência, Marx aponta para uma definição de serviço em razão do caráter *particular do valor de uso do trabalho "*na medida em que este não é útil como coisa mas como atividade". Mas surge a pergunta: o que compro, então, é a calça para me vestir

[185] Poder-se-ia também acompanhar E. Balibar (1980[1975]) e colocar a questão em termos de "correspondência" e "não-correspondência" entre forças produtivas e relações de produção.

[186] No Livro I, Marx (1996a, p. 310) remete em nota a seu texto anterior *Para a crítica da economia política* em que afirma "Compreende-se qual 'serviço' a categoria 'serviço' (*service*) deve prestar a uma espécie de economistas como J. B. Say e F. Bastiat". E no *Cap. inédito*: "Nesta compra de serviços não está de maneira nenhuma contida a relação entre o trabalho e o capital – ou se acha inteiramente desfigurada, ou não existe mesmo – e precisamente por isso é que é natural que ela seja a forma que Say, Bastiat e consortes preferem para exprimir a relação entre o capital e o trabalho" (1985a, p. 118-119)

ou o serviço particular do alfaiate? Como argumenta Eleutério Prado (2005, p. 50) nesse caso, atividade e coisa são faces do mesmo processo. Mas a dificuldade está em perceber que essa definição *sai da determinação formal (ser ou não usado pelo capital) para entrar na determinação material (ser coisa ou atividade)*. Ora, qual a razão de movimento ambivalente? Parece-nos que a resposta a essa clara tensão só pode estar na adequação e inadequação de conteúdos específicos à forma social em questão. Vejamos o que isso significa.

No caso do alfaiate, compro um serviço que vem materializado na calça. Não é uma compra como o do capitalista que, em sua visão de mundo, contrata os "serviços" dos trabalhadores têxteis. O serviço do alfaiate a mim não aumenta meu capital. Já o "serviço" do alfaiate assalariado por um proprietário privado da produção têxtil é capital variável que produz valor e mais valia. Ou seja, não é mais serviço, a rigor. *Mas aqui estamos nos referindo a um trabalho cuja materialidade é potencialmente subsumida ao capital*. No caso do "valore de uso que é útil como atividade" (e só atividade, deveríamos acrescentar) e não "como coisa", estamos numa "materialidade" *adequada à determinação formal de serviços como fora dos marcos da relação capitalista*[187].

Ora, é isso que explica as posições de Marx, como veremos a seguir, em relação aos trabalhos da produção "não material", principalmente naqueles em que o produto do trabalho não é separável do ato da produção, que mesmo explorados na forma capitalista (por meio do assalariamento da força de trabalho) apresentam um obstáculo à subsunção completa pela forma do capital[188]. Essa foi também uma das explicações oferecidas por P. Singer (1981b) no seu estudo sobre o trabalho produtivo em Marx[189].

---

[187] Acompanhamos aqui o argumento de Fausto (1987, p. 235-236). Nesse sentido bastante preciso, poderíamos supor que a *forma mercadoria* só é aquela que tem como suporte um valor de uso material, o que faz da *forma serviços* uma não-mercadoria. Isso de certa forma explica, sem que tenha que se concordar, a posição de Poulantzas segundo a qual só é produtivo trabalho material, pois só ele produz mercadorias.

[188] E não se pode esquecer que esses "serviços", fora da relação formal capitalista, nem improdutivos são, porque não se enquadram em nenhum grau ao MPC. O alfaiate que me presta um serviço não é improdutivo, pois a relação que se estabelece se efetiva a partir de um modo de produção distinto, a rigor.

[189] Segundo Singer (1981a, p. 116-117): "É provável que Marx assim pensasse por supor que o capital não poderia revolucionar a técnica da produção imaterial e portanto realmente subordiná-la, desenvolvendo suas forças produtivas. De fato, o caráter de grande parte dos serviços – principalmente dos que têm os seres humanos como objeto, como p. ex. a educação e a medicina – enquanto atividade concreta, não se presta ao que Marx chama de 'modo especificamente capitalista de produção'. Segundo Marx, a subordinação real do trabalho ao capital implica um desenvolvimento das forças produtivas que permite a desvalorização da força de trabalho e, portanto, a produção

***

Seria interessante, nesses termos, insistirmos na questão que levantamos anteriormente: por que, então, Marx usa então o professor como exemplo de trabalho produtivo no Livro 1? Nossa hipótese foi a de que, na dimensão de análise do modo de produção capitalista do Livro I, o objetivo é identificar a lógica essencial da forma valor, independentemente do conteúdo material. Ao ter em consideração a reprodução global do capital, como expõe nos Livros II e III, o conteúdo material precisa ser considerado e daí surgem os desafios e questões que mesmo Marx considerou necessitar de "mais pesquisa". Isso, com certeza, fragiliza qualquer teoria que pretenda estabelecer um conceito de classe social a partir, somente, do nível de abstração do Livro I.

Desse ponto de vista, a posição mais clara e explícita de Marx sobre a questão da inadequação entre forma e conteúdo está no citado item de "balanço" do conceito de produtividade do trabalho em *Teorias* e no *Capítulo inédito*. Deste, ao comentar os dois casos possíveis da produção não material: a) quando o resultado do trabalho pode ser separado do ser criador (em livros, quadros, produtos artísticos) e b) quando o resultado não se dissocia do ato da produção (professores, médico e, em certa medida, advogados), em ambos a ressalva é que aqui o modo de produção capitalista só tem lugar "de maneira muito limitada", (Marx, 1985a, p. 119). Sobre o primeiro, a cantora e o professor, contratados por empresários, tornam-se trabalhadores produtivos, pois "produz[em] diretamente" e, assim, "valoriza[m]" o capital[190]. Mesmo assim, afirma Marx, "a maior parte destes trabalhadores, do ponto de vista da forma, apenas se submetem formalmente ao capital: pertencem às formas de transição" (1985a, p. 115). Sobre o segundo, a situação é a mesma, e assinala que a limitação do capital se deve "à natureza da coisa": "nas instituições de ensino, por exemplo, para o empresário da fábrica de conhecimentos os docentes podem ser meros assalariados" (p. 120).

---

de mais-valia relativa. Dada a dificuldade de padronizar o objeto de trabalho, torna-se difícil revolucionar a técnica de produção de tais serviços. Neste sentido, a subordinação deste tipo de trabalho ao capital seria meramente formal, o que impediria a sua definitiva incorporação ao modo de produção capitalista".

[190] Como indicado acima, Lessa propõe uma separação entre quem "produz" e quem "valoriza" capital, o que estaria de acordo, segundo sua leitura, com o Livro I de *O capital*. Como vemos, no *Cap. inédito*, e também em *Teorias*, essa distinção é explicitamente negada. Não pensamos que isso se altere em *O capital*, como demonstraremos a seguir. A questão é que Lessa procura resolver um problema real com uma distinção conceitual equivocada.

Em *Teorias*, comenta dessa maneira a primeira situação (mercadorias com formas autônomas aos produtores): em regra, essas atividades ficam na "forma de transição" para a produção capitalista e

> produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente. E a coisa nada se altera com o fato de a exploração do trabalho ser máxima justamente nessas formas de transição (1980, p. 404)

Sobre a segunda situação, retoma a mesma avaliação (capitalismo só existe de forma reduzida nesse âmbito, em virtude da natureza da atividade) e o exemplo dos professores, que não seriam trabalhadores produtivos perante os alunos, mas sim em relação aos empresários da escola. O empresário "permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão, etc." (p. 404)

Assim, a partir do momento em que Marx afirma que há enriquecimento do dono da escola, a questão mais importante a resolver é aquela já mencionada: enriquece o dono da escola *aumentando e propiciando* a acumulação de capital social ou *somente* enriquece o dono da escola? Pelo sentido do conceito em Marx, trabalho produtivo está, a rigor, na primeira condição. Marx argumenta que o objetivo do capitalista (como personificação do capital) é o enriquecimento que se promove pelo "*acréscimo do valor*, seu *aumento*, isto é, a conservação do valor antigo e a criação de mais-valia", o que assim consegue comprando força de trabalho produtiva (1980, p. 394-395, grifos do autor).

Por essa razão que, em relação aos trabalhadores da esfera da circulação, a saída de Marx foi propor o 'improdutivo, mas produtivo para *o* capitalista' (isto é, para o capitalista mercantil individual)[191]. Agora, não nos parece que haverá uma resposta final de Marx no caso do professor

[191] "O capitalista comercial em grande parte faz os empregados desempenharem a própria função que torna seu dinheiro capital. O trabalho não-pago desses empregados, embora não crie mais-valia, permite-lhe apropriar-se de mais valia, *o que para esse capital é a mesma coisa*; esse trabalho não-pago é portanto fonte de lucro. De outro modo, a empresa comercial nunca poderia ser explorada em grande escala, nem de maneira capitalista" (1974, p. 338, grifos nossos). "É produtivo (o trabalhador comercial), para o capitalista, não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago" (1974, p. 345).

e situações análogas[192]. E o provável motivo está na sua suposição de que "todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas" (1980, p. 404). Mesma posição presente no *Capítulo inédito*:

> Trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores – e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas – e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista. Por isso, deve-se por de lado esses trabalhos e tratá-los somente a propósito do trabalho assalariado que não é simultaneamente trabalho produtivo (Marx, 1985a, p. 116).

Ora, é justamente essa grandeza, não mais insignificante, que tanto chamou a atenção de comentadores, pesquisadores e críticos ao longo do século XX e início do XXI e fomentou parte considerável da preocupação sociológica com as "classes médias" a que nos referimos anteriormente.

Contudo, nesse aspecto, precisa ser observado que há *dois focos distintos* quando se fala em crescimento de trabalhos imateriais. Um deles diz respeito ao aumento das formas de assalariamento de antigos produtos independentes de serviços. O outro, que invoca um problema bastante diverso, são os casos de trabalhos não-manuais *vinculados ao circuito da produção*, mais especificamente, o conjunto de subfunções da capacidade de trabalho socialmente combinada a que Marx se refere e que cresce em razão do alargamento do conceito de trabalho produtivo – como vimos na definição "essencial" do capítulo 14 do Livro I. O capital não explora o trabalhador individual, mas o trabalhador coletivo, o que leva considerar a imbricação crescente dos trabalhadores com o conhecimento científico – esse é o tema central do próximo capítulo.

Por fim, a conclusão que podemos chegar de toda essa discussão é a seguinte: sobre o conceito de trabalho produtivo capitalista, vimos que ele é definido como o uso de força de trabalho que produz valor equivalente ao necessário para a sua reprodução (conservando o valor pré-existente) ao mesmo tempo em que cria valor excedente (mais-valia). Trabalho produtivo

[192] Certas passagens de seus comentários sobre Smith nos fazem pensar que um raciocínio similar é aplicado aos "serviços que não assumem uma forma objetiva". Tais serviços, "podem ser comprados pelo capital (pelo comprador *imediato* de trabalho), repor o próprio salário e dar um lucro".

capitalista, como exposto por Marx, *é trabalho explorado pelo capital produtivo,* ou seja, como vimos a respeito da diferença produção/circulação, é *trabalho utilizado na esfera da produção*. Quando se supõe que há trabalho produtivo tanto na produção material quanto na imaterial, surge o desafio de resolver o problema de como é possível gerar valor excedente e acumulá-lo quando a mercadoria – "a forma elementar" da riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista – é uma atividade que se esgota tão logo seja executado e que não se desprende da figura do produtor. Por conseguinte, mesmo vendendo-a, ele não deixa de tê-la[193]. O que está em jogo é o próprio conceito de mais-valia, pois se a "riqueza capitalista" só puder ser medida em bens materiais, não há propriamente mais-valia sendo gerada no trabalho imaterial, mas diferentes formas de contribuição ao lucro comercial de um proprietário[194], ou formas indiretamente produtivas (portanto improdutivas, a rigor) de contribuir para a formação da mercadoria "força de trabalho"[195].

Para que fique claro nosso ponto: a produção de valor na esfera imaterial apresenta suas particularidades na comparação com a esfera material. Ao descrever os componentes de todo processo de trabalho – "à parte de qualquer estrutura social" – Marx apontou três elementos: atividade orientada a um fim (o próprio trabalho); a matéria a que se aplica (o objeto de trabalho) e os meios de trabalho (instrumental). Não é difícil perceber, pelos próprios exemplos usados, que se trata de um processo de trabalho pressuposto como material. Não obstante estar consciente dessa particularidade, Marx *não parece em nenhum momento ter hesitado na sua defesa extrema de que a teoria do valor (consequentemente, do trabalho produtivo) não é abalada pela produção imaterial*. E é essa postura, mais do que sua definição, que precisa ser entendida. O esforço de Marx em pensar a valorização do capital nas formas imateriais tem um sentido claro

[193] Para dizer de outro modo, é possível haver valor de uso sem valor (produção independente, pré-capitalista), mas não é possível haver valor sem valor uso, pois este é o "suporte material" daquele, o valor de uso é o "conteúdo material da riqueza". O capital busca a valorização do valor, riqueza abstrata, mas ela só pode vir com a exploração da força de trabalho incorporada em algum valor de uso. Se a aula do professor tem valor de uso, qual é o conteúdo material da riqueza? As polêmicas derivam dessa pergunta central.

[194] Por concluírem que riqueza só pode ser entendida em bens materiais, embora Lessa se contraponha a Poulantzas, por este não considerar as "diferenças ontológicas" das formas de trabalho, ambos, ao fim, chegam ao mesmo argumento, mas com palavras diferentes.

[195] Fausto sugere que a desconsideração da determinação "secundária" (material) pode ser vista como a ilusão simétrica ao fetichismo da mercadoria, isto é, "a suposição que a indiferença da forma é absoluta e não apenas 'em si e para si' tem origem numa concepção formalista ou convencionalista das determinações do modo de produção capitalista, na sua forma clássica" (1987, p. 256-257). Mas, em nota anterior, aponta que, para o capitalismo atual, é fato que "a forma capitalista quebrou essa barreira" e "se põe na matéria material como na matéria imaterial" (p. 255).

de evitar cair no fetichismo da mercadoria (e do capital) de considerar que qualquer trabalho é produzido como mercadoria capitalista e que, assim, basta produzir algo para ser produtivo. Quer mostrar como "*as forma são determinantes da riqueza material*", mais precisamente, *como as relações de produção moldam as forças produtivas*. Nesse sentido, é preciso lembrar que o capital, *antes de significar coisas ou bens materiais, é uma relação social de produção, cuja tendência é se impor a todas as relações humanas.* Em outras palavras, como afirma Saad (2002, p. 74), capital é uma relação social entre classes que toma a forma de coisas.

Por conta desse aspecto decisivo, mesmo que abra espaços de indefinição, a teoria marxista apresenta um ganho enorme face as teorias neoclássicas. Borges Neto expressa bem essa superioridade que se mostra como uma teoria de "maior amplitude":

> Ao destacar o duplo caráter das categorias fundamentais da economia capitalista e, portanto, ao interessar-se tanto pela análise no plano material, físico, quanto em termos de valor e das relações sociais, a economia marxista vai além de outras abordagens, e torna possível incluí-las no seu arcabouço, ao incluir aspectos de suas análises. Uma abordagem feita estritamente em termos materiais, de valores de uso, por outro lado, não pode incluir no seu interior aspectos fundamentais das análises marxistas. Do mesmo modo, ao atribuir um lugar central à especificidade histórica da economia capitalista, a economia marxista vai além de outras abordagens: tanto pode estudar a lógica específica da economia capitalista, quanto ir além dela, mostrar seus limites (2002, p. 280).

Mas, fundamental notar, o espaço de indefinição é mais do processo de efetivação do capital do que do próprio conceito, ou seja, diz respeito às formas apresentarem graus variados de adequação aos seus conteúdos. Em relação à produção de bens materiais, a forma capitalista encontra um conteúdo adequado, que permite uma valorização (abstrata) que garante a acumulação de capital (em bens materiais). No caso de mercadorias não materiais, o capital busca se valorizar, mas esse conteúdo diferente cria um obstáculo que, em última instância, é de difícil adequação à forma. Por mais limitadas que possam ser (porque o capital *não precisa de materialidade para se impor*), as críticas de teóricos da sociedade "pós-industrial" e do "trabalho imaterial" (Negri e Gorz, por exemplo) estão baseadas em *efeitos reais* da inadequação.

A "forma serviço", no sentido do que é produzido simultaneamente a seu consumo, integra-se à forma capitalista, mas não significa que estejam nas mesmas condições de outras atividades. Uma aula ou uma brincadeira têm valor de uso tal como uma mesa e adquire um valor

de troca como qualquer outra coisa que seja jogada ao mercado. Quem as produzem, se assalariados, não recebem alguma parte do que transferiram a esse valor de uso. Mas quando uma mesa é vendida, seu comprador pode revendê-la ou usá-la "produtivamente". Uma aula ou brincadeira não são transferíveis nessa dimensão, embora evidentemente possa se reproduzir o conhecimento, o que é, afinal, a tentativa de informatização de vários serviços: transformá-los em mercadorias de fácil reprodução e armazenamento.[196] A condição de "serviço" (em muitos casos bens não-rivais e/ou não-exclusivos) pode repercutir nessas questões. O fato é que o modo especificamente capitalista de produção não subsume o processo de trabalho imaterial como o faz no caso do material.

É certo que o uso de vários serviços e bens só encontraria uma forma adequada de mediação social fora dos limites do capital – daí que as ideias de "sociedade da informação" nas regras do capital são mais utópicas do que qualquer projeto socialista. Disso resulta a assertiva de Marx de que "o modo de produção capitalista aí só se verifica em extensão reduzida". A solução, um tanto quanto provisória, encontrada pelo capital, é partir para cobrar pelas "licenças" de uso e criar formas jurídicas que garantam patentes e outras formas de proteção. Enfim, trata-se de um objeto que certamente coloca um grande desafio para a teoria do valor (e inquietou Marx e seus seguidores), *mas porque o verdadeiro desafio, muito maior, é do próprio capital em controlar essas atividades*[197]. Isto porque, voltando ao exposto no início deste capítulo, *o conceito de capital, que se pretende universal e autônomo, não é plenamente realizável.*

Como argumenta Amorim (2006, p. 33), a teoria do valor de Marx não pretende resolver os problemas da economia política clássica, mas evidenciar que são problemas sem solução. Inaugura-se propriamente aquilo que Althusser chamou de problemática, principalmente no sentido preciso de que se passa "a estabelecer como problema o que antes era tido como solução" (1980, p. 101).

---

[196] Vejamos outro problema no caso da educação. Como dissemos, o professor pode criar valor na medida em que a força de trabalho precisa de conhecimento para ser usada produtivamente. Mas o que o dono da escola vende são aulas aos alunos. A mercadoria é a aula, a princípio. Isto é, o dono da escola não vende "o aluno transformado" tal como um capitalista industrial venderia um carro feito pelos seus assalariados.

[197] Podemos projetar: quando um empresário da educação grava a aula de um professor em meios digitais, faz estoques materiais ou virtuais delas, tira o direito de uso dessa aula do professor e o garante juridicamente à escola, monta um curso somente com aulas gravadas e passa a vendê-las a qualquer um disposto a pagar pela informação que está em seu conteúdo, é possível dizer que o capital, aos poucos começa a achar (embora ainda muito distante de bens como mesas e carros) o conteúdo adequado à sua forma. Mais precisamente, vê-se que a forma *produziu seu conteúdo adequado.*

2.6. Superando o Marx "simplificado"

Nesse momento, podemos retomar o diálogo com as teses do primeiro capítulo. A partir do que discutimos em relação ao conceito de trabalho produtivo, é preciso reconhecer que há naquelas teses uma preocupação procedente: Marx (por razões óbvias de seu tempo) não considerou que o modo capitalista pudesse abarcar, *da forma como abarcou*, certos trabalhos "imateriais", pelo menos na medida em que houve reforço da subsunção formal no século XX. Vimos também que é possível e importante constar a *inadequação* de certos produtos do trabalho (principalmente os que têm valores de uso imateriais) à forma capitalista tradicional. Nossa posição, contudo, distinta da maioria dos autores comentados no capítulo anterior, é a de que isso, de maneira alguma, implica igualmente numa fraqueza ou perda de centralidade da forma capitalista. Em outras palavras, a teoria de Marx ainda fornece um universo categorial fundamental para entender as tendências contemporâneas. Para que isso fique claro, faremos uma breve síntese daquilo que se pode identificar como "perspectivas" de Marx.

Sobre esse aspecto, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, que previsões de Marx guardam relação, evidentemente, com sua leitura do clima político europeu de meados do século XIX, ou seja, a visualização de condições para uma revolução e a reconhecida atuação política em favor dela criam certa expectativa de que o capitalismo não teria tempo suficiente para dar *as suas soluções* para os problemas que ele próprio criou. A revolução poderia lançar vários problemas da economia política pelos ares na medida em que colocaria novos desafios para uma sociedade em transição ao comunismo.

Embora essa expectativa seja inegável, seria profundamente equivocado considerar, tal como muitos de seus críticos supõem, que Marx não vislumbrou quais seriam essas *soluções do capital*, isto é, há uma base teórica densa que se dirige a explicar a sociedade sob o ponto de vista da continuação do capitalismo e de suas leis internas[198]. Nosso foco irá se concentrar, nesse

[198] É curioso que, a despeito da visão majoritária de críticos do marxismo, que definem a teoria de Marx como essencialmente dirigida à "revolução" e carente de explicações quanto à reprodução social, há um debate dentro do próprio marxismo que destaca o contrário, isto é, de que em sua obra máxima, *O capital,* a necessidade de explicar a reprodução tenha sido tão forte que encobriu, de certa maneira, as saídas revolucionárias. Esse aspecto é tematizado no trabalho de Lebowitz (2003) e Postone (1993). Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo, mas já é oportuno observar que a controvérsia sobre o "lugar" das classes sociais em *O capital* está intimamente associada a essa questão.

momento, no que se pode verificar em Marx a respeito das tendências sobre os trabalhadores improdutivos e suas relações com o trabalho produtivo.

Aqui já iremos perceber que é preciso bastante cuidado com as afirmações sobre a tendência de "polarização" social e pauperização dos trabalhadores, por várias razões. Primeiramente, no tocante a *O capital*, como observa Althusser (1980), o objeto teórico de Marx não é a Inglaterra do século XIX, mas o modo de produção capitalista[199]. É lógico que Marx só pode falar desse modo de produção porque ele existe historicamente na Inglaterra (o que o faz diversas vezes usar seus dados e exemplos), mas isso em nada altera o fato de que é a sua lógica essencial o enigma a ser decifrado. Também para Lebowitz (2003), não era a intenção de Marx fazer uma análise completa do capitalismo, pois sua motivação maior era explicar e desmistificar a natureza do capital, no que ele tem de essencial, *para os trabalhadores*.

Desse modo, autores que argumentam que a teoria de Marx só tem validade para o século XIX, pois aquela seria uma sociedade verdadeiramente "de proletários", ignoram que Marx analisou o modo de produção capitalista numa formação nacional em que ele próprio reconheceu, como vimos anteriormente, que o número de "criados" domésticos é maior do que aqueles ocupados nas fábricas e minas. Nesse aspecto preciso, a ideia de que "Marx estava certo, agora não mais" é usada muitas vezes de forma equivocada.

Seguimos aqui a avaliação de Fausto (1987, p. 270) sobre as teses de Marx nesse aspecto: o esquema da polarização proletariado/burguesia e o crescimento de "improdutivos" (que, dentre esses, uma parcela corresponderia à classe média) não são necessariamente exclusivos[200]. Com esse argumento, o objetivo é contrastar com a tese de Bell, vista no primeiro capítulo, de acordo com a qual Marx desenvolve os dois esquemas – polarização sem "terceiras pessoas" e crescimento dos improdutivos como as "terceiras pessoas" à relação – mas, em razão de convicções políticas numa crise final, Marx só teria apostado no primeiro. Por um lado, Bell tem certamente razão em apontar que há vários aspectos na teoria de Marx que possibilitam entender o rumo do capitalismo sem a hipótese da crise ou da revolução. Por outro lado, ao colocar como

[199] Marx, no prefácio da primeira edição, 1867, afirmou: "Nesta obra, o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação" (p. 16).
[200] Para que proletários e improdutivos cresçam ao mesmo tempo, segundo Fausto, "é necessário que a massa de lucro (descontadas as novas inversões em capital constante) não aumente, a menos que haja uma redução de salário" (p. 270).

mutuamente exclusivas as tendências de polarização e de crescimento dos improdutivos, imagina que o "modo puro da produção capitalista" só pode se referir ao primeiro, não tendo nada a dizer em relação ao segundo. Ora, a mais interessante da tese de Max é justamente a contrária: o modo "puro" capitalista cria a necessidade de improdutivos.

Nesse sentido, verifica-se que mesmo a tão debatida questão do crescimento de assalariados em escritórios esteve presente nas preocupações de Marx que, guardadas as devidas proporções, apontou características não muito diferentes daquelas em torno das quais autores da segunda metade do século XX se debruçaram. A emergência do trabalho no escritório foi tratada por Marx, principalmente no Livro III, em três sentidos: o escritório "dentro" da fábrica (assalariados comerciais do capital industrial), o escritório "fora" da fábrica (assalariados do capital comercial) e nos bancos (assalariados do capital produtor de juro). O escritório do capital comercial nada mais é do que um prolongamento, que se tornou autônomo, do escritório da fábrica.

Nos três casos, Marx atesta que a tendência, certamente, é de crescimento absoluto desses assalariados. As razões são simples: quanto maior a expansão produtiva, maior será a necessidade de tarefas e atividades ligadas à circulação da mercadoria. Porém, e aqui de fato há uma posição controversa em relação às pesquisas de estrutura ocupacional contemporâneas, Marx não aceita que tal crescimento possa ser também relativo.

> Antes de mais nada, esse escritório é minúsculo comparado com a fábrica. Demais é claro que, ao crescer a escala da produção, aumentam as operações comerciais a efetuar constantemente para que circule o capital industrial, tenha-se em mira vender o produto que se representa no capital-mercadoria, ou reconverter o dinheiro recebido em meios de produção e contabilizar tudo. Cabem aí cálculo dos preços, contabilidade, serviço de caixa, correspondência. Quanto maior a escala da produção, tanto maiores, mas não na mesa proporção, as operações comerciais do capital industrial e por conseguinte o trabalho e demais custos de circulação, destinados a realizar o valor e a mais valia (Marx, Livro III, p. 343-344).

Todavia, no que se refere à atividade bancária (em sentido lato), embora Marx não tenha indicado explicitamente o que espera em relação ao assalariamento nessa área, Fausto acredita que, nesse caso, seria possível considerar que Marx supunha um aumento também relativo, em razão das suas observações sobre o caráter do crescimento dessa fração do capital.

É preciso entender o sentido dessa avaliação com cuidado. Não há dúvida que o trabalho na circulação aumentou fortemente, mas não é possível fazer análises restritas a territórios nacionais e daí tirar substrato empírico para comprovar acertos e equívocos. Ora, do ponto de vista de uma cadeia de produção, se grande corporações mantêm em suas sedes os escritórios comerciais e os centros de pesquisa e controle técnico, sabe-se fartamente que a produção em si é deslocada por meio de terceirização em outros países[201].

Vale a pena também destacar, agora, o que Marx projetou em relação a esses assalariados fora da produção no tocante ao processo de trabalho característico de suas atividades. Neste trecho, a introdução da divisão técnica do trabalho, como detalhadamente descrita um século depois por Braverman, surge em seus aspectos mais marcantes:

> O trabalhador comercial propriamente dito pertence à classe mais bem paga dos trabalhadores assalariados, aqueles cujo trabalho é trabalho qualificado, está acima do trabalho médio[202]. Entretanto, com o progresso do modo capitalista de produção seu salário tende a cair, mesmo em relação ao trabalho médio. Uma das causas é a divisão do trabalho no escritório: daí resulta um desenvolvimento apenas unilateral das aptidões de trabalho, em parte gratuito para o capitalista, pois o trabalhador torna-se competente exercendo a própria função, e tanto mais rapidamente quanto mais unilateral for a divisão do trabalho (1974, p. 345)

Nota-se, diferentemente do que supõe Bell, que o "progresso do modo capitalista de produção" não exclui o crescimento da improdutividade do trabalho. Ou seja, são ainda "terceiras pessoas" em relação à exploração pelo capital do trabalho produtivo. Ocorre que, ao ser introduzido em atividades que não geram valor, *mesmo assim* o capital busca adequar aquele processo de trabalho à sua determinação formal. Esse aspecto precisa ser claramente identificado, pois é com base nele que uma gama extensa de autores marxista – com certa razão[203] –

[201] Qual é, por exemplo, o tamanho do escritório de uma empresa de computador e de seu centro de pesquisa nos EUA comparado ao número de trabalhadores na China? A Apple, por exemplo, tem cerca de 40 mil empregados, mas quantos, dos mais de 1,2 milhão de trabalhadores da Foxconn (originalmente de Taiwan) produzem seus produtos?

[202] Para essa primeira frase usamos a tradução mais literal feita por Fausto (1987, p. 228)

[203] Esse será nosso objeto de discussão nos próximos capítulos, mas adiantemos um ponto: "com certa razão", porque decididamente a formação das classes sociais não se resume a uma determinação econômica e/ou material. Porém, não basta apelar à forma capitalista, é preciso problematizar outras determinações. Uma generalização indistinta tende a regredir "valores humanistas" e oculta diferenças de classe. Embora apresente argumentos muito interessantes, esse aspecto encontra-se, por exemplo, em D. Harvie (2005, p. 160-161, grifos do autor): "Enquanto o capital luta para subsumir toda a vida a si, reduzindo todos os trabalhos a trabalho abstrato, produtor de valor (e, portanto, produtivo), a classe trabalhadora (ou melhor, a *humanidade*) luta para ser *im*produtiva, para libertar suas atividades do valor, para ir *além* do valor".

argumentam que na *formação da classe social o aspecto formal conta muito mais do que o conteúdo da atividade* – isto é, se gera ou não valor, se está ou não ligado à produção material. Essa será a posição de Braverman, aquela que informa em certa medida as propostas de Wright que vimos anteriormente e que também está presente na maior parte dos autores que defende um conceito de classe trabalhadora ampliado.

Seguindo com suas avaliações quanto ao desenvolvimento da forma capitalista nos escritórios, Marx afirma que, para o capital mercantil, a única fábrica é o escritório, o que explica as tendências de simplificação e padronização de atividades.

> Outra causa é a circunstância de a preparação, os conhecimentos de comércio e de línguas, etc. se difundirem, com o progresso da ciência e da vulgarização científica, mais rápida, mais facilmente, de maneira geral e mais barato, quanto mais o modo capitalista de produção imprime aos métodos de ensino, etc. um sentido prático. A generalização da instrução pública permite recrutar esses assalariados de camadas sociais antes à margem dessa possibilidade, e que estavam habituadas a [um] nível de vida mais baixo. Aumenta o afluxo desses trabalhadores e em consequência a competição entre eles. Por isso, ressalvadas algumas exceções, a força de trabalho dessa gente deprecia-se com o progresso da produção capitalista; o salário cai, enquanto aumenta a capacidade de trabalho. O capitalista aumenta o número desses trabalhadores, quando se trata de realizar quantidade maior de valor e de lucro. O acréscimo desse trabalho é sempre consequência e jamais causa do aumento da mais-valia (p. 345-346)

Quando Marx chama a atenção para o fato de que o corpo administrativo das empresas recruta assalariados de "camadas sociais antes à margem" aponta para a uma questão semelhante àquela existente em relação à burocracia do Estado, o que permite traçar um paralelo. A abertura formal, a todo "cidadão", dos postos administrativos do corpo estatal foi destacada por M. Weber como característica distintiva da dominação racional-legal verificada no Estado Moderno. N. Poulantzas, por sua vez, utilizou-se dessa importante constatação para atribuir ao burocratismo um lugar na teoria de Estado marxista. Na medida em que essas ocupações estão formalmente abertas a todos e o princípio de escolha, no caso da burocracia não rotativa do Estado, fundamenta-se em alguma credencial de mérito, provoca-se, indubitavelmente, um efeito real (que compõe a ideologia do capitalismo) sobre a ação dos indivíduos o que, por conseguinte, repercute na formação das classes. Esse efeito real, ancorado no mérito, será fundamental para nossa discussão posterior.

***

Por ora, ressaltemos que a análise de Marx sobre a unidade entre produção e circulação do capital nos fornece um quadro bem mais rico do que a leitura simplificada de boa parte de seus críticos, como vimos no capítulo anterior, que parecem ficar restritos a concepções que fazem mais sentido para o *Manifesto Comunista*, mas que são profundamente distintas do conjunto de *O capital*. A leitura de *O Capital* informada pelo *Manifesto* não é propriamente simplista, mas é insuficiente.

Villalobos (1978) oferece uma explicação importante dessa insuficiência. No *Manifesto*, não há ainda a fundamental distinção operada por posteriormente Marx entre trabalho e força de trabalho. Para o autor, o "trabalho" no *Manifesto* tem um estatuto semelhante a qualquer outra mercadoria e se limita, portanto, a se apresentar na troca, na esfera da circulação. Consequentemente, a exploração capitalista aparece como "associada basicamente aos termos sempre e crescentemente desfavoráveis da troca em que, na qualidade de ofertante de trabalho, os trabalhadores estão envolvidos com aqueles que, no mercado, surgem como mandantes e adquirentes dessa mercadoria" (p. 20). A pauperização dos trabalhadores seria a consequência necessária da troca sempre e crescentemente desfavorável para os ofertantes de "trabalho", o que leva mesmo a projetar uma pauperização absoluta.

Com os fundamentos da crítica da economia política, possibilitada pela distinção entre trabalho e força de trabalho, Marx articula de forma mais abrangente a relação entre produção e circulação e questões correlatas, como a pauperização, são coladas em outros termos. Por meio dessa crítica, vimos que as perspectivas traçadas por Marx baseiam-se na tendência de aumento da produtividade do trabalho que é buscada incessantemente pelo capitalista individual na ânsia de sobreviver à competição do mercado. O uso da ciência aplicada à produção permite que um número menor de trabalhadores produza quantidades iguais ou superiores comparadas ao que somente um grande contingente de força de trabalho era capaz. Como resultado, haverá sempre um vasto número de pessoas cuja única propriedade é sua força de trabalho (sendo devidamente "livres" para vendê-la), e que não irá encontrar oportunidades para serem exploradas produtivamente.

"Acumular capital é aumentar o proletariado", segundo Marx, pois o capital só poderá se expandir na medida em que se valoriza por meio da exploração do trabalho vivo. Porém, esse mesmo processo tem como tendência alterar a composição do capital, aumentando a parte constante em relação à variável. Em que pesem as flutuações sazonais e as variações da composição produtiva, a consequência, como exposta na "lei geral da acumulação capitalista", é que a "população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua"[204].

Marx então desenvolve o conceito de exército industrial de reserva[205], que é o contingente de força de trabalho colocado à disposição do capital para suprir as irregularidades de sua expansão e reprodução e cumprir a função política de manter reduzido o padrão de remuneração da força de trabalho ativa. Como observa Souza (2010), esse exército de reserva não é sinônimo de desempregados, pois há também situações de emprego "parcial", como assinala Marx. Desse modo, o conjunto da classe trabalhadora se divide entre uma parte ativa e outra inativa. As formas regulares de existência da superpopulação relativa são: flutuante (resultado dos ciclos industriais), latente (reserva de força de trabalho a princípio localizada no campo) e estagnada (ocupações irregulares, "duração máxima de trabalho e mínimo de salário", como no trabalho em domicílio). E, no mais "profundo sedimento", está a população absolutamente pauperizada, no "inferno da indigência". Mas, no conjunto, toda a superpopulação relativa está a um pé do ou sempre ameaçada pelo pauperismo.

A conclusão, em termos tendenciais, é de que o modo capitalista de produção, ao subjugar a sociedade, acumula a riqueza, em um polo, ao mesmo tempo em que, no outro polo, cria "acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral" (Marx, 1996b, p. 275). Marx ressalta que se trata de uma lei "geral, absoluta" que, como todas as outras leis, "é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias" (p. 274). Tais circunstâncias deixariam de ser analisadas naquele momento, não porque Marx desconsidere a importância de contra-tendências – as quais, no caso do aumento ou diminuição dos salários e consequente afluência material relativa dos trabalhadores, aparecem em outros textos, como no

[204] Na tradução de Os Economistas: "produz sua redundância relativa".
[205] O conceito de superpopulação relativa já havia sido formulado décadas antes por Engels (2008 [1845])

Livro III e em *Salário, preço e lucro* – mas porque precisa identificar com clareza qual a direção que toma o capital em razão do tendencial aumento da superpopulação relativa.

Para avançarmos na contraposição à leitura "simplificada" de Marx, é preciso identificar certos problemas das ideias mais comuns sobre a questão da polarização e do empobrecimento ou pauperização. Sobre esse ponto, a posição de R. Rosdolsky (2001) é elucidativa e deve ser seguida. A observação inicial é a de que a passagem acima – que opõe um polo de riqueza a um polo de miséria – é praticamente o único momento em todo Livro I em que seria possível atribuir a Marx uma "teoria geral do empobrecimento". Contudo, esta seria uma interpretação bastante frágil, pois nesse trecho o sentido é todo construído na discussão da superpopulação relativa, que é somente uma parcela da classe trabalhadora[206]. Assim, qualquer assertiva em relação ao padrão de renda dos trabalhadores em geral exige uma análise muito mais ampla, capaz de dimensionar e fazer relações da "magnitude do preço da força de trabalho" com três fatores principais: a duração da jornada de trabalho, a intensidade normal de trabalho e a capacidade produtiva (Marx, 1996b)[207].

De acordo com esses fatores e a forma pela qual Marx tocou no problema em seus escritos, Rosdolsky chega às seguintes conclusões: em caso de magnitudes crescentes, é possível falar em várias situações concretas em que a mais-valia cresce junto com os salários. Em certos países ou contextos, isso pode ser motivado pelo aumento excessivo da jornada de trabalho. No cenário atual, o paradoxal uso constante de horas-extras provocaria o mesmo resultado. Situações semelhantes ocorrem com variações de produtividade e intensidade nas unidades produtivas. O fato é que se é possível conceber um limite mínimo ou fisiológico para os salários, Marx estava plenamente consciente que, a partir desse suposto ponto, será sempre a luta social a definir a distância ou proximidade do que é expropriado daquilo que os trabalhadores recebem. Rosdolsky desenvolve como Marx, no capítulo 23 do Livro I, não só destacou a possibilidade de aumento dos salários, como também conclui que, em certos casos de prosperidade do ciclo industrial, aumentos reais chegam a ser necessários. O limite objetivo, evidentemente, é que nunca eles

[206] A observação de Marx, no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista é importante, nesse sentido: "Os limites deste livro levam-nos a cuidar aqui, antes de tudo, da parte mais mal paga do proletariado industrial e dos trabalhadores agrícolas, isto é, da maioria da classe trabalhadora".

[207] Nesse capítulo, Marx pressupõe, por questões metodológicas, que as mercadorias são vendidas por seus valores e que o preço da força de trabalho pode variar para cima de seu valor, mas nunca abaixo.

deixarão de ser explorados, pois se não houver trabalho não-pago, deixam de existir mais-valia e capital.

Com essa precisão, Rosdolsky argumenta que Marx jamais poderia ser adepto de uma "teoria geral do empobrecimento". É verdade que, no *Manifesto comunista*, Marx (e Engels) ainda estão presos à visão de que o proletário só pode receber um "salário mínimo"[208]. E mesmo sua obra posterior certamente reverberou alguns sentimentos característicos da situação econômica e política europeia do período compreendido entre as décadas de 1840 e 1860. A efetiva miséria de parte considerável da classe trabalhadora e a avaliação de que progressos dentro da ordem eram escassos e demasiadamente lentos fizeram com que todos aqueles ligados a movimentos revolucionários se tornassem suscetíveis a uma noção de polarização mais baseada nos termos do empobrecimento.

Mas todo o desenvolvimento categorial da crítica da economia política colocou a questão em outros termos do ponto de vista teórico. A crítica feroz a Lassalle e à sua "lei de bronze dos salários", na *Crítica ao programa de Gotha* (1961 [1875]) é incompatível com uma teoria geral nesses moldes. Segundo Marx, a ideia de Lassalle desconsidera a categoria de "salário relativo" e acaba, assim, mais afeita à teoria malthusiana da população. Colocar nesses termos a questão salarial é extremamente limitador, afirma Marx, pois esteja o trabalhador "pior ou melhor remunerado", é o trabalho assalariado em si a fonte da exploração e escravização do trabalho no capitalismo[209].

Dessa maneira, vê-se que o entendimento de Marx sobre a renda dos trabalhadores é fundamentalmente baseado num quadro relativo, em que a luta cotidiana dos trabalhadores dentro de um cenário econômico particular é fator determinante do grau de desigualdade entre as classes[210]. Pela lógica essencial, salários mais altos ou mais baixos, embora condicionem a luta

[208] Porém, mesmo em *O capital*, ao fazer certos raciocínios que supõe um custo "mínimo" para a reprodução da força de trabalho, há um limite em Marx para pensar outros problemas. Esse é um dos argumentos de Lebowitz (2003) que aparece na sua tese acerca do capítulo "ausente" sobre o trabalho assalariado em *O capital*.

[209] Marx (1961 [1875], p. 221), então, acentua: "é como se, entre escravos que finalmente tivessem descoberto o segredo da escravidão e se rebelassem contra ela, viesse um escravo fanático das ideias antiquadas e escrevesse no programa da rebelião: a escravidão deve ser abolida porque a manutenção dos escravos, dentro do sistema da escravidão, não pode passar de um certo limite, extremamente baixo!".

[210] Comentando o período inglês de 1846 a 1866, Marx critica a tese da melhoria social em momentos de prosperidade, justamente pelo caráter relativo: "se a classe trabalhadora continuou "pobre", apenas proporcionalmente "menos pobre", ao produzir um "aumento embriagador de riqueza e poder" para a classe

dos trabalhadores numa determinada conjuntura, pouco revelam sobre a teoria de Marx. De qualquer modo, como argumenta Rosdolsky, não é possível ignorar o lado real da teoria do empobrecimento. Em outras palavras, é preciso entender o sentido em que a noção pode ser utilizada, já que existe, de fato, forças e situações que levam ao empobrecimento. Podemos pensar em duas dimensões. Em primeiro lugar, as crises estruturais do sistema capitalista recolocam de tempos em tempos a queda dos salários. Como sabemos, os trabalhadores são os primeiros (muitas vezes, os únicos) afetados diretamente pelas crises capitalistas[211]. As crises, portanto, fazem com que se aumente a superpopulação relativa em suas variadas formas.

Em segundo lugar, como já citamos anteriormente, qualquer avaliação da desigualdade ou empobrecimento da classe trabalhadora precisa levar em consideração as complexas configurações de um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e das consequências do imperialismo nas relações entre os países. E, nesse momento, é importante situarmos o problema sociológico subjacente a toda produção teórica vista no primeiro capítulo.

A partir do momento em que se presencia, na estrutura produtiva dos países centrais, a diminuição relativa de postos industriais frente a atividades da esfera da circulação ou de conteúdos entendidos como "serviços", torna-se um desafio, independentemente da abordagem teórica, promover análises coerentes a esse novo cenário. Os modelos de estratificação social precisam, evidentemente, captar e mensurar novos problemas, o que se constata nas metodologias de Goldthorpe, Wright, entre outros. Ocorre que o argumento seguinte – de que há uma nova sociedade e, assim, a teoria de Marx é anacrônica – mistura questões distintas e não identifica o processo global de reprodução. A ideia pode ser colocada do seguinte modo: se os países centrais só consumissem o que produzem e possuíssem uma sociedade "autônoma" (de serviços, informacional, seja o que for), desvinculada do circuito global de produção de mercadorias, teríamos um cenário logicamente distante das contradições previstas pelo marxismo. Porém, são cada vez mais consistentes as tendências de externalização da produção e boa parte da riqueza material das nações centrais tem vínculos orgânicos com a industrialização extensa e maciça de outras partes do mundo.

---

proprietária, ela continua sendo, em termos relativos, igualmente pobre. Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, pois aumentaram os extremos da riqueza" (Marx, 1996b, p. 281).

[211] Nota crise GK.

Em suma, é preciso reconhecer os limites das pesquisas de estratificação no que tange à validação ou contestação de "prognósticos", no caso, os de Marx. Certamente, elas permitem radiografias importantes da estrutura social interna dos países, mas até que ponto elas servem ao entendimento do movimento global do capital? Dito de outro modo, se o processo de produção se mundializa, não deveriam igualmente ser internacionalizadas as tendências do capital (polarização, desigualdade e graus de pauperização e empobrecimento)? Esse, com certeza, é um desafio enorme à pesquisa empírica, como reconhece Wright (2000). O que parece razoável é apontar esses limites ao assumir que certos prognósticos podem ser comprovados ou negados, nos dias atuais, apenas numa escala mundial[212].

O fato aludido sobre o crescimento dos serviços nos permite também voltar a um tópico muito importante do primeiro capítulo. Vários autores utilizaram, mesmo que com significados diversos, o termo "serviço" (como em Bell, Goldthorpe, Offe, entre outros). Ao afirmarem que a economia concentrava-se mais nos serviços do que na produção "industrial", o intuito principal era o de identificar uma mudança estrutural que inviabilizava a teoria de Marx, pois o trabalho nos serviços diria respeito a uma "racionalidade" distinta da relação tradicional entre capital e trabalho.

Esse ponto também mereceu atenção destacada na produção dos teóricos "do imaterial", como M. Hardt e A. Negri. Na definição dos autores do que é o trabalho imaterial, a noção de serviços foi vista como um de seus principais atributos e a partir dela se questionou a teoria do valor de Marx, na medida as características da esfera de serviços eliminariam a possibilidade de quantificação do valor: "Como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação" (2001, p. 331 apud Prado, 2005). Mesmo o trabalho relacionado à informação ou comunicação que está inserido na produção material é considerado imaterial, sendo mesmo visto "como serviço".

[212] Uma análise nesses moldes também terá que comparar, por exemplo, as condições de vida do proletariado chinês, vietnamita ou brasileiro e indiano não só às burguesias internas, mas também à burguesia europeia e estadunidense. O que também demonstra a necessidade de uma atualização das teorias do imperialismo e da dependência. M. Amaral (2012) sintetiza e comenta as principais correntes e argumentos da renovação dessas teorias.

É preciso, então, tecer alguns comentários. Vimos que Marx discorre sobre o significado de serviço do ponto de vista de uma "forma" de trabalho em que produção e consumo são simultâneos e do ponto de vista de uma relação não produtiva quando se compra trabalho pelo consumo de seu valor de uso, não para consumi-lo produtivamente e criar mais-valia (nesse caso, sendo uma relação, a rigor, nem improdutiva, pois está fora do MPC).

Assim, *não há como compatibilizar os sentidos usados por Marx (na sua complexa significação) da noção de serviços com aquilo que outros autores, fora dos marcos de sua teoria, pretendem defender.* Como esses autores usam a noção de serviço contraposta a de "bem", o que eles enfatizam *é conteúdo material/imaterial da mercadoria*, ou seja, colocam a ênfase nas características do valor de uso em detrimento da *forma social*. Nesses termos, torna-se muito difícil uma mediação rigorosa com a compreensão do capital. Como observa E. Prado (2005, p. 50), se admitimos que o valor de uso pode ser material (propriedade material) ou imaterial (conteúdo informacional), tanto num caso como em outro o trabalho pode ser ou não algo que se separa do ato de produzir.

> Portanto, a diferença de materialidade não tem uma correspondência precisa com a diferença feita entre bem e serviço [pelos economistas em geral]. Assim, por exemplo, corte de cabelo e música ao pino são serviços (e não bens) e programa de computador e calça são bens (e não serviços). Entretanto, corte de cabelo é um produto material do trabalho, mas música não o é; programa de computador, por outro lado, é um produto imaterial do trabalho que existe, aliás, por meio de um suporte material (um disco de plástico ou metal), enquanto calça é claramente um produto material (Prado, 2005, p. 50-51).

Para Prado, essas complicações mostram como a noção de trabalho imaterial, como a de Hardt e Negri, tem um uso um tanto quanto "suspeito". Mesmo no que tange à noção de serviços, Carchedi (1991, p.40) considera que ela mais confunde do que auxilia no entendimento; o melhor seria, segundo o autor, abandonar de vez o termo.

Independentemente dos problemas de fundo sobre os quais o debate se desenrola[213], o importante, nos limites deste trabalho, é perceber que o uso generalizado da noção de serviço e da categoria "trabalho imaterial" *responde certamente a um problema real*, que indicamos anteriormente, a saber, *a inadequação de alguns conteúdos à forma social capitalista*. As

[213] Muitos desses limites são identificados e problematizados por Prado (2005), Amorim (2009) e Santos (2012).

atividades que se consomem no ato da produção ou as que produzem valores de uso imateriais em geral são cada vez mais exploradas pelo capital. Ocorre que, e muitos desses autores têm razão quando abordam essa característica, a subsunção do trabalho nessas atividades é formal e, em vários casos, dificilmente teríamos uma subsunção real. Isso, indubitavelmente, repercute na teoria das classes. É a partir desse *problema real* que o debate precisa se estabelecer – voltaremos a ele no próximo capítulo. Por ora, o que nos parece importante é reconhecer que termos *dificultam* a análise desse problema real, isto é, que são mais obstáculos do que ferramentas úteis para compreendê-lo.

Já indicamos a primeira dificuldade. O uso do termo serviços para designar uma característica específica de certos valores de uso joga a teoria para a determinação do conteúdo e tende a ignorar a forma social. Vimos que Marx "criou" impasses e tensões em sua própria teoria justamente para evitar esse equívoco (conveniente para a economia burguesa). Em última instância, o desprezo pela forma social, expressa na confusão conceitual dos serviços (contraposto ao que seriam produção rural e produção industrial) se presta, por fim, ao revigoramento do *fetichismo* nas análise do capitalismo contemporâneo. Passa-se a impressão de que a produção imaterial é desenvolvida *em razão de seus fins sociais, de sua utilidade social*, ignorando, assim, que elas continuam sendo apenas veículos para a valorização do capital, portanto, integralmente subordinadas a essa valorização.

Segundo ponto. O problema real está evidentemente no crescimento quantitativo e qualitativo de trabalhos que resultam num produto intangível, que lidam com a informação e o conhecimento de maneira geral. Trabalhos, assim, de difícil ou impossível quantificação. Mas o "setor de serviços", como usado comumente, é um conjunto bastante heterogêneo de atividades produtivas e improdutivas. Nele, são incluídos inúmeros processos ligados à produção material propriamente dita, como estocagem, armazenamento e os transportes em geral. Além de outras infraestruturas que, em parte, podem ser entendidas como continuações da "produção" na esfera da circulação, como é a indústria das telecomunicações. De qualquer modo, o fato é que a noção de "indústria" não pode ser *reduzida* a de fábrica[214].

[214] Para um comentário crítico do uso de Marx do termo indústria, ver Santos (2012).

O terceiro ponto também já foi assinalado, mas é importante reforçá-lo. Quando se fala em trabalho imaterial como serviço junta-se duas condições distintas. Uma delas se refere ao trabalhador que produz valores de uso imateriais. Outra diz respeito ao trabalho técnico e científico que é apenas parte da produção material. Ambos podem ser associados ao "trabalho intelectual" ou "mental" ou mesmo "não manual". Mas é preciso ter clara a inserção distinta desses trabalhadores, pois uns contribuem, como o seu "trabalho imaterial", para a produção material, enquanto outros produzem valor de uso imaterial para a produção de produtos intangíveis. A ideia de que todos "prestam serviços" não identifica essa distinção e serve aos mesmos propósitos combatidos por Marx, ou seja, encobre a relação de produção capitalista que se apropria de valor e mais-valia gerada *também* por esses trabalhos. Prado (2005) assinala a consequência mais impactante, o constatar que a noção de prestação de serviços naturaliza as relações de classe a ponto de transformar os trabalhadores em donos de "seu capital" (daí a relação com as teorias do "capital humano"). O objetivo é fazer com que a compra de trabalho pelo capital *seja vista como uma transação entre capitalistas iguais*[215].

Em suma, ao repercutirem a real inadequação de certos conteúdos à forma social capitalista, acabam simplesmente por desconsiderar os limites e a força da própria forma, postulando que ela já não mais consegue *se expressar na produção. Isto é, como se as relações de produção já não mais se expressassem nas forças produtivas, o que legitimaria um nexo de exterioridade.* A hipótese desse trabalho é distinta. Primeiro, porque a produção imaterial não subjuga a lógica do capital, pelo contrário, é por ela subsumida (ainda que só formalmente). Ela é cada vez mais integrada, numa combinação complexa e diversificada, à produção material (Antunes, 2002). Segundo, e como prolongamento do que precede, *mesmo que o predomínio seja da forma, "ela é forte o suficiente para prevalecer"* (L. Paulani, 2005, p. 203). Tão forte que mesmo na impossibilidade de quantificação, o valor ainda impera, ainda que *desregrado* ou *desmedido* (Bensaïd, 1999 e Prado, 2005).

Essas questões já nos possibilitam um primeiro choque crítico com as teses principais do capítulo primeiro. Voltaremos a essa confrontação após apresentar mais elementos sobre o lugar do trabalho imaterial no trabalhador coletivo, ou melhor, o componente não-manual da produção

[215] Retomaremos essa implicação no capítulo 4. Note-se, já nesse momento, que a terceirização, uma das principais características da reorganização capitalista da esfera produtiva, explica-se pelo mesmo processo.

material (capítulo 3). Por ora, é preciso também fazer uma primeira aproximação de tudo o que discutimos com a teoria das classes sociais.

***

De acordo com nossas preocupações, importa observar o seguinte: o conjunto da classe trabalhadora produz e é produzida pela acumulação de capital. Ela é formada pela lógica de reprodução do capital. Porém, a relação entre trabalho produtivo/improdutivo o conceito de *classe social* é tudo, menos simples. As várias tensões que vimos até aqui já nos alertam de quão instável pode ser uma teoria que fundamente uma estrutura de classe unicamente nesse conceito.

O nosso estudo, focado na classe média, exige, como vimos até aqui, entender como ela se diferencia da classe trabalhadora e do proletariado, o que nos obriga a fazer algumas observações sobre esses conceitos. Embora seja esse o objetivo do próximo capítulo, temos até aqui diversos elementos que nos permitem tecer algumas considerações que serão necessárias para as questões posteriores. Cientes das inúmeras incursões existentes sobre o tema, o interesse nesse momento é apenas problematizar as definições usualmente feitas a partir do que discutimos em relação ao conceito de trabalho produtivo.

A primeira dificuldade que pode ser apontada sobre esse tema é o fato de o conceito de proletariado ter uma "história pregressa" na produção de Marx. Quando surge na *Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel*, no final de 1843, o proletariado está referenciado a uma problemática humanista e é identificado como o elemento positivo da emancipação humana. Essa emancipação tem sua raiz na "filosofia que está a serviço da história" cuja tarefa imediata é "desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não-sagradas" (2005, p. 146). O proletariado seria aquele que realiza a filosofia radical, pois, na medida em que é "a classe na sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil" e a classe sobre a qual é imposto um "sofrimento universal", ele pode objetivamente reconquistar a humanidade perdida dos homens. Diferentemente dos filósofos, mesmo os radicais, que imaginavam uma transformação pela arma da crítica, Marx mostrava o fator objetivo sem o qual a mudança não ocorreria: "a *filosofia* é a *cabeça* desta emancipação e o *proletariado* é o seu *coração*".

Um ano depois, em *A sagrada família*, junto a Engels, Marx novamente coloca o proletariado em termos de privação profunda, como "antítese da propriedade privada"[216], que vive em condições desumanas: "o homem se perdeu a si mesmo no proletariado". Justamente por essa perda, o proletariado é o único que pode reconquistar a humanidade superando a si mesmo (enquanto proletário) e a todas as demais classes sociais, pois superando a si mesmo nenhuma outra classe pode perder a humanidade[217]. Para Marx e Engels de então, "não é por acaso que ele [proletariado] passa pela escola do *trabalho*, que é dura mas forja resistência" (2003, p. 49).

Após concluírem que a saída para os problemas filosóficos de então era proceder a uma imersão crítica da base da "sociedade civil", isto é, da economia política, as questões colocadas vão se modificando, o que se percebe desde *A ideologia alemã*, conjunto esparso de manuscritos de fins de 1845 e 1846, que associa de forma mais completa o proletariado (a "massa dos homens", p. 45) à grande indústria, o que o transforma no agente real que supera as falas representações filosóficas[218]. Em 1848, no *Manifesto*, Marx recoloca a crítica à filosofia alemã (o "socialismo verdadeiro", que citamos anteriormente) que defendia não as "verdadeiras necessidades, mas a 'necessidade da verdade', não os interesses do proletário, mas os interesses do ser humano, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem à realidade alguma e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica" (1998, p. 63).

Nesse momento, o proletariado vem definido na sua *relação com o capital*: são os trabalhadores modernos (*die modernen Arbeiter/ the modern working class*) criados pelo capital,

---

[216] Importante notar que nas obras desse período é enfatizada a oposição dos trabalhadores não propriamente ao capital, mas em relação à propriedade privada, o que é uma diferença importante. Nos *Manuscritos de 1844*, mesmo que ainda baseado nesses aspectos de fundo, há uma indicação quanto ao fato de que "a oposição entre *sem propriedade* e *propriedade* é ainda mais indiferente, não tomada em sua relação ativa, em sua relação interna, nem [tomada] como contradição, enquanto ela não for concebida como a oposição entre capital e trabalho". Mas o registro é bem específico: o capital é "trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho" e trabalho é a "essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade". Capital e trabalho, assim, "são a propriedade enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que tende à solução" (2004, p. 103). Segundo Screpanti (1998), os *Manuscritos* estão fortemente orientados por uma noção de capitalismo mais próxima de Smith do que a desenvolvida posteriormente por Marx.

[217] A classe dominante também representa "a auto-alienação humana", mas ela, ao contrário do proletariado, se "sente bem e aprovada nesse auto-alienação" (2004, p. 48).

[218] Nosso objetivo é identificar diferentes significações (ainda que não todas) do termo proletariado. Não nos interessa, neste trabalho, discutir até que ponto tais diferenças constituem rupturas ou se estão ou não dentro de uma lógica de continuidade em relação ao conjunto da obra de Marx. Os estudos clássicos são bem conhecidos e não pretendemos adicionar nada de novo a eles: para uma perspectiva de mudança dentro de uma linha de continuidade de motivações e problemas, ver Mészáros (2006). Para uma visão oposta, que identifica uma ruptura teórica e a existência de problemáticas distintas em Marx, Althusser (1979).

"que só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital". As consequências para o processo de trabalho em si são também já descritas: perda de autonomia, transformação do trabalhador em apêndice da máquina, trabalho monótono, simples e de fácil aprendizagem. Como indicado anteriormente, o proletariado aqui está essencialmente ligada à pauperização, pois o custo de sua reprodução é suposto como sendo sempre o mínimo necessário, já que a "troca" de mercadorias deprime as condições de vida do trabalhador.

Após toda a pesquisa da década de 1850 e as diferentes redações dos livros de *O capital* nos anos de 1860, Marx continua na direção de identificar o proletário como aquele que aumenta o capital, mas, de forma revolucionária para a teoria, identifica a força de trabalho (distinta do "trabalho") como a mercadoria que o trabalhador vende e que, a partir do seu uso generalizado, o trabalho pode ser abstrato e fonte do valor.

A que nos levam essas considerações? Como vemos nesse processo, o conceito de proletariado (guardando em alguma medida o significado posto em períodos anteriores), ao se encontrar com a teoria do valor, é associado ao novo conceito de *força de trabalho*. Todos aqueles que não dispõem da propriedade de meios de produção são potencialmente vendedores de força de trabalho, o único fator que permite a valorização do capital. Nesses termos precisos, como se trata de um modo de produção que acentua a expropriação, a tendência é uma divisão social entre proprietários (burguesia) e vendedores de força de trabalho, os quais formariam a classe trabalhadora (*Arbeiterklasse)*.

Dessa forma, é possível levar em consideração parte do argumento de E. Balibar (1993), principalmente quando o autor chama a atenção para o fato de que o termo "proletariado" surge em *O capital* como "a ponte" que o liga a publicações anteriores, isto é, que o permite traçar um paralelo *entre a teoria da exploração de O capital e o conteúdo revolucionário* visualizado desde as obras da década de 1840 no que ficou conhecido com as bases do "materialismo histórico". Balibar vai além, e afirma que o proletariado parece estar longe de termos mais positivos, como a geração do valor – parte do argumento que consideramos frágil[219]. Contudo, é consistente sua

[219] Balibar procura fundamentar essa sua leitura a partir das diferentes edições de *O capital*. Segundo o autor, se for considerada a primeira edição, verificar-se-ia que "proletário" somente aparece na dedicatória a Wilhelm Wolff e algumas menções nos capítulos sobre a lei geral da acumulação capitalista e sobre a acumulação primitiva, o que,

leitura de que o proletariado surge muito mais vinculado a um sentido *político*. Em suma, não se trata de um "achado" *a posteriori*, que aparece como conclusão de uma teoria econômica, mas um conceito já existente, fundamentado mais nas condições de vida dos que foram "expropriados", e que então recebe outras determinações econômicas.

Com isso, podemos situar criticamente a extensa produção marxista sobre a relação (identidade/diferença) entre classe trabalhadora (nesse sentido, como classe dos trabalhadores assalariados) e proletariado. São conhecidas as posições que estabelecem uma relação de igualdade entre os termos e as que estabelecem diferenças valendo-se de critérios distintos (trabalho manual/intelectual, produtivo/improdutivo, nível salarial, etc.). O passo delicado está em discernir como Marx estabelece essa relação e como (se ela é procedente) é conduzia em cada momento da exposição. Nesse caso, é possível dizer que não há uma resposta propriamente acabada, *porque as duas posições podem remeter a dimensões distintas, mas igualmente verdadeiras, do mesmo processo.*

Por um lado, a identificação entre classe trabalhadora e proletariado é procedente na medida em que o objetivo de Marx, no Livro I, é *explicar o uso capitalista da força de trabalho*, uma forma "pura" em que a força de trabalho é vista como aquilo que produz seu oposto, o capital[220]. De forma mais precisa, o objeto do Livro I não é qualquer capital (qualquer forma de capital), mas sim o *capital produtivo*, que usa força de trabalho produtivamente. Por outro lado, como nem toda força de trabalho, numa sociedade concreta, é vendida para valorização do capital (Livros II e III[221]), há diversas atividades de "trabalhadores" que não produzem ou aumentam o capital (empregados domésticos, atividades "serviçais" em geral trocadas por renda, trabalhadores empregados pelo capital comercial ou financeiro). Nesse caso, é válido estabelecer uma desigualdade entre classe trabalhadora (conjunto dos vendedores de força de trabalho) e do proletariado (vendedores de força de trabalho que valorizam o capital), ainda que não seja essa a tendência geral de Marx.

---

para Balibar, mostra que Marx usa o termo proletariado para enfatizar o sentido de "insegurança" da condição dos trabalhadores.

[220] No Manifesto, essa associação também se estabelece: *Schafft aber die Lohnarbeit, die Arbeit des Proletariers ihm Eigentum?* (Mas o trabalho do proletário, o trabalho assalariado cria propriedade para o proletário? (p. 52).

[221] O que não exclui o fato de o Livro I considerar essa hipótese.

Talvez, dessa maneira, possa se oferecer uma explicação para o fato de que uma definição direta e explícita de proletariado irá somente aparecer em uma nota de rodapé em *O capital*. Mais uma vez, a reproduzimos: "Por 'proletário' só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza "capital" e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de 'Monsieur Capital', como Pecqueur chama a esse personagem" (p. 247). Ora, se todo o esforço do texto está em explicar como a força de trabalho valoriza o capital, trata-se de uma questão implícita o fato de que o objeto de estudo é um trabalho que é proletário. No nível de exposição de *O capital*, o capitalista não é um indivíduo particular, mas a personificação do capital. Da mesma forma, o trabalhador é a personificação da força de trabalho que é ativada pelo capital.

Não é difícil identificar passagens em que esta identidade seja estabelecida. Vejamos uma a que já nos referimos: "os limites deste livro levam-nos a cuidar aqui, antes de tudo, da parte mais mal paga do proletariado industrial e dos trabalhadores agrícolas, isto é, da maioria da classe trabalhadora" (p. 282). A maioria da classe trabalhadora é formada por proletários mal pagos. Poder-se-ia dizer que os proletários mais bem pagos são o restante e, assim, o conjunto do proletariado é igual à classe trabalhadora? [O restante dos exemplos sobre a parte mais bem paga da classe trabalhadora, "sua aristocracia", permitem uma resposta positiva]

Há outros trechos importantes que demonstram a noção de proletariado sendo diretamente pensada no bojo do processo especificamente capitalista de uso da força de trabalho. Alguns trechos do capítulo 24 sobre a acumulação primitiva são importantes nesse sentido.

> Os expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela intermitente e violenta expropriação da base fundiária, *esse proletariado livre como os pássaros* não podia ser absorvido pela manufatura nascente com a mesma velocidade com que foi posto no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. *Os ancestrais da atual classe trabalhadora* [*Die Väter der jetzigen Arbeiterklasse*] foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos "voluntários" e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (Marx, 1996b, p. 356).

Esse é o primeiro parágrafo do item relativo à "legislação sanguinária contra os expropriados", existente desde fins do século XV. Ao indicar as origens da formação da classe que é usada para a valorização do capital, Marx considera que a primeira determinação dessa classe, *antes mesmo* de ser usada pelo capital, é a violência a que foi sujeita no sentido de expropriá-la de meios de produção (terra) e de torná-la, assim, livres como pássaros. Essa primeira determinação diz respeito à quebra dos mecanismos tradicionais que asseguravam sua existência, o que a empurra para mendicância ou atividades ilícitas. *Proletariado*, nesse aspecto, é antes aquela figura, já existente em outros períodos históricos ("proletariado romano"), que se define pelas privações mais gerais que um ser humano pode sofrer. Em outras palavras, o proletariado, de certa forma já está aí antes do capital.[222]

> Depois que consideramos a violenta criação do proletariado livre como os pássaros, a disciplina sanguinária *que os transforma em trabalhadores assalariados* [*welche sie in Lohnarbeiter verwandelt*], a sórdida ação do soberano e do Estado, que eleva, com o grau de exploração do trabalho, policialmente a acumulação do capital, pergunta-se de onde se originam os capitalistas (Marx, 1996b, p. 363).

É a disciplina sanguinária, segundo Marx, que os transforma em trabalhadores assalariados. O interessante é notar que de uma classe definida pela total carência e privação, ao ser usado pelo capital, é introduzida uma determinação positiva, pois, agora, aqueles que não tinham nada e são livres como pássaro *produzem* a riqueza dessa sociedade.

Páginas depois, contrastando o modo de pequena produção ao modo de produção capitalista, Marx descreve como a pequena propriedade se converte em propriedade privada capitalista. Se na pequena propriedade, o trabalhador independente unia sua atividade às condições de trabalho, com o capital ele se converte em proletário:

> Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a antiga sociedade, *tão logo os trabalhadores tenham sido convertidos em proletários* [*die Arbeiter in Proletarier*] e suas condições de trabalho em capital, tão logo o modo de produção capitalista se sustente sobre seus próprios pés, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados, portanto, coletivos, a

[222] O que leva a considerar a força de um argumento polêmico de Thompson (1987, 2001), qual seja, de que o proletariado não é produzido pela grande indústria, pelo contrário, são suas lutas (contra a nova ordem e a disciplina do trabalho) que exigem a grande indústria.

> consequente expropriação ulterior dos proprietários privados ganha nova forma (Marx, 1996b, p. 380).

O sentido subjacente a essas passagens está claramente direcionado a identificar como o *proletariado se faz classe trabalhadora*. Mas há ainda dois outros trechos importantes para esse tema e para nossa discussão posterior. O primeiro aponta (de forma semelhante à definição de "econômica" de proletariado) que a classe trabalhadora é a produtora de riqueza. O segundo, além dessa constatação, especifica que a classe trabalhadora cria riqueza *quando exerce sua função social*. Ambos estão no capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, no item em que Marx utiliza como ilustração dessa lei os dados econômicos e sociais de duas décadas da história inglesa (1846-1866), nas quais o crescimento econômico não diminui na mesma proporção a miséria dos trabalhadores.

> Vejamos agora o que sucede com os agentes imediatos dessa indústria, com os produtores dessa riqueza, a classe trabalhadora (Marx, 2001, p. 756).

> Nas seções sobre a jornada de trabalho e a maquinaria desvendaram-se as circunstâncias sob as quais a classe trabalhadora britânica criou um "aumento embriagador de riqueza e poder" para as classes proprietárias. Naquela ocasião, no entanto, preocupava-nos sobretudo o trabalhador no exercício de sua *função social* (Marx, 1996b, p. 282).

Utilizamos, na primeira frase, a tradução da Civilização Brasileira, pois o trecho "com os produtores dessa riqueza" *não foi traduzido* na versão da Abril Cultural[223]. No original: "*Wenden wir uns jetzt zu den unmittelbaren Agenten dieser Industrie oder den Produzenten dieses Reichtums, zur Arbeiterklasse*". Aliás, note-se que mais uma vez (e novamente sem prejuízo de conteúdo) a tradução da Civilização Brasileira ignora o "ou não exclusivo" (*oder*), que some para se destacar que a classe trabalhadora é o agente imediato da indústria, a que produz, então, a riqueza. A segunda passagem deixa claro que o foco é o trabalhador em sua *função social*, ou seja, o trabalhador assalariado utilizado pelo capital para que este possa se valorizar. Já observemos (aspecto explorado no próximo capítulo) que será essa também a forma usada por Marx para identificar o seu oposto. Dentre todas as frações do capital, somente um é "capital produtivo", isto é, aquele que usa produtivamente a força de trabalho e extrai do processo mais-

[223] "Voltemo-nos agora para o agente imediato dessa indústria, para a classe operária" (p. 280).

valia. Pensamos ser possível, nessa dimensão do problema, associar esse capital ao sentido usado por Marx para descrever o "capital-função" ou capital-funcionante[224].

Em suma, nos parece bem fundamentado que, em termos metodológicos, no nível da exposição do modo de produção capitalista no Livro I de *O Capital*, classe trabalhadora e proletariado se fundem, na medida em que uma classe privada de meios necessários à existência (proletária) é integrada, por meio do assalariamento, à valorização do capital e, dessa maneira, passa a servir a seus fins[225]. O uso capitalista da força de trabalho encontra suas capacidades plenas na grande indústria, porque é ali, como nos mostra Marx, que a subsunção real se efetiva. Vimos também como um conceito que tem uma "história pregressa" (proletariado) choca-se com a crítica da economia política não só para receber novas determinações, mas para enfatizar seu sentido político. Nessa chave de análise, tornam-se compreensíveis (e justificáveis) os motivos de Engels para redigir uma nota sobre as classes, quarenta anos depois da publicação do *Manifesto*, em que não só o proletariado é "a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver, como a burguesia é a "classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado" (nota de Engels de 1888 em Marx e Engels, 1998, p. 40). A nota de Engels nada mais é do que um exemplo claro do choque entre as classes "dos anos de 1840" com as estruturas econômicas posteriores num sentido eminentemente político.

***

A partir do que apresentamos sobre a relação entre classe trabalhadora e proletariado, surge inevitavelmente o mesmo problema que identificamos nos críticos de Marx analisados no primeiro capítulo, a saber: se, na lógica essencial do modo de produção capitalista, o conjunto

[224] Marx usa a expressão *fungierenden Kapitalisten/Kapital* que V. Fontes (2010) traduz por capitalistas (ou capital) funcionantes e Fausto (1987) por capital em funcionamento. Outros comentadores costumam usar a forma "capital-função". Seria este o capital que funciona enquanto capital, valorizando extração de mais-valia produzida pela força de trabalho, diferente do "capital-propriedade", como o capital portador de juros: "o capital produtor de juros se opõe não ao trabalho assalariado, mas ao capital em função; no processo de reprodução, o capitalista emprestador como tal se confronta diretamente com o capitalista ativo e não com o trabalhador assalariado, o expropriado dos meios de produção no sistema capitalista. O capital produtor de juros é o capital-*propriedade* em face do capital-*função*" (Marx, III, 1974, p. 437).

[225] E, como vimos, método lógico não coincide com processo histórico. Marx coloca a questão dessa forma mesmo que nem todo trabalhador assalariado fosse produtivo, pelo contrário, era ainda uma parcela pequena perto dos "serviçais".

dos assalariados é entendido como força de trabalho produtiva, portanto, proletária, estariam aqueles críticos corretos ao imputarem a Marx um modelo de classe estritamente bipolar?

Nossa resposta a essa questão é negativa e, em termos ainda gerais, assinalamos nossa posição: a lógica essencial do modo de produção capitalista descrito por Marx, *antes de constatar uma estrutura de classes, permite reconhecer as funções sociais fundamentais para a reprodução das relações de produção capitalistas.* Em outras palavras, nos é possível analisar o modo de produção capitalista por meio do conceito de classe social porque previamente buscamos controlar as noções de *função do capital e função do trabalho*. Essas noções são *anteriores às relações de propriedade*, anteriores, assim, à posse de capital ou de força de trabalho. Esse é o fundamento de toda nossa discussão e aquilo que permite pensar a estrutura de classes de uma sociedade de forma mais complexa.

A rigor, sempre haverá polarização social das funções, mas não necessariamente em duas "grandes" classes[226]. Um agente que tenha a propriedade do capital não necessariamente está *funcionando como capital*[227]. Da mesma forma, todos, a princípio, têm força de trabalho como propriedade. Só uma parte das pessoas *precisa* vendê-la. E, mesmo assim, quando se vende, não necessariamente é vendida para *funcionar como trabalho efetivo*. Como vimos, o proletariado se faz classe trabalhadora (*Arbeiterklasse*) e da mesma forma um grupo histórico reconhecido como *burguesia* também se fez *classe capitalista*. E, já observemos, quando outro grupo reconhecido como burguesia funciona em outro modo de produção ("circulação simples" ou "produção mercantil"), ele é chamado de *pequena-burguesia*.

Duas observações importantes seguem dessa avaliação. Em primeiro lugar, nota-se que alguns argumentos que são direcionados a *O capital* de forma crítica – por ser muito "abstrato", por enfatizar as "estruturas", por explicar o MPC e não o capitalismo – só constatam, na verdade, que o objeto de Marx não é aquilo que os autores gostariam que fosse, mas aquilo que Marx considerou importante desmistificar: como funciona o modo de produção capitalista[228]. Uma formação social capitalista é aquela que tem o MPC como modo de produção dominante, mas

[226] No sentido de importância para o modo de produção, e não de tamanho.
[227] Daí a separação entre propriedade econômica e posse efetiva, que aparece, ainda que com termos distintos, em vários autores, como Bettelheim (1976), Poulantzas (1977, 1978), Balibar (1980).
[228] Para Poulantzas (1977), o objeto é o MPC, mas com ênfase na sua "região econômica".

não implica que existam de forma marginal outros modos de produção (pequena produção mercantil ou, até mesmo, trabalho escravo). Em segundo lugar, mesmo o MPC como objeto teórico-abstrato evidencia que o capital só pode existir expandindo-se e isso representa um necessária modificação da classe expropriadora.

Com essas assertivas, não é nossa intenção afirmar que Marx trabalhou plenamente num modelo geral para além da burguesia e proletariado (na maior parte, o procedimento foi outro), mas sim de que sua teoria mais profunda permite (em certo sentido, *exige*) estabelecer outra classe a partir dessas funções[229]. E não se trata somente de observar a contínua existência de uma classe ainda não submetida ao modo de produção especificamente capitalista, portanto, "em transição", mas uma classe que surge pelo desenvolvimento mesmo do capitalismo. Isso nos permite falar em uma classe média que existe como resultado do modo de produção capitalista, e não por sua ausência.

Mas, antes de avançarmos nessa definição, alvo do próximo capítulo, é preciso fazer algumas aproximações iniciais, no intuito de identificar os principais caminhos por meio dos quais se tentou estabelecer uma diferenciação de classe entre os assalariados. A abordagem de Fausto é importante, nesse aspecto, porque permite visualizar grande parte das possibilidades de análise de classe em Marx.

O objeto de Fausto é o último capítulo (52) do Livro III, o famoso fragmento sobre "as classes", composto de poucos parágrafos introdutórios ao tema. Para Fausto, "por fragmentário que seja, ele é essencial", pois permite situar as classes, na esteira da discussão dos capítulos anteriores sobre relações de distribuição e produção, numa "apresentação dialética". Vejamos

[229] O que não impede de se discutir se é uma classe "pura" ou classe "menor" perto das "grandes classes". É certo que se trata de tese controversa, pois majoritariamente se considera que cada modo de produção tem somente duas classes (expropriadores e expropriados), como argumenta, por exemplo, Poulantzas (1978, p. 24). Esse esquema bipolar não ignora, é claro, a existência de outras classes, mas elas somente existem porque sociedades concretas contêm outros modos de produção. O que sugerimos é algo um pouco diferente: não se anula a contradição fundamental que se dá pela expropriação dos produtores diretos, mas a forma desigual pela qual o MPC se desenvolve permite pensar em uma classe que organiza a produção (produtivamente) e ao mesmo tempo cria as condições de exploração. O que embaralha, mesmo no nível abstrato (porque o capital *é necessariamente monopolista*) uma divisão somente em duas classes. Novamente, o que o MPC indica são as relações de produção fundamentais que permitem explorar a força de trabalho. As classes, nessa nossa sugestão, são vistas como um passo adiante nesse esquema. Voltaremos a esse ponto.

somente as conclusões principais a que chega Fausto no tocante aos trabalhadores, deixando por ora de lado a classe capitalista.

Como o foco desse capítulo é o *Lohnarbeiter*, trabalhadores assalariados, Fausto reconhece que o desafio é entender a relação, dentro dos assalariados, entre produtivos e improdutivos. Para tanto, afirma ser necessário precisar o que deve ser entendido como salário. As noções de salário e, consequentemente, de assalariado deveriam ser entendidas de forma "restrita", pois elas são pensadas na oposição à posse do capital e no seu rendimento enquanto lucro. Assim, os trabalhadores que recebem "salário", mas não trabalham para o capital, receberiam, na verdade, uma parte da divisão entre os rendimentos, ou seja, trocam força de trabalho por renda. Seria o caso dos empregados domésticos e serviçais. Nessa dimensão do problema, os que não trocam força de trabalho imediatamente por capital não fariam parte da classe dos trabalhadores assalariados.

Eliminada essa condição, a questão volta-se para o entendimento do trabalhador que troca força de trabalho por capital, mas não pelo capital "industrial" (a rigor, acrescentaríamos, pelo capital produtivo). Trata-se dos assalariados pelo capital comercial e "a juro". Fausto, então, identifica a indefinição que relatamos acima, pois, para Marx, são trabalhadores, a rigor, improdutivos, mas "produtivos para o seu capital" ou "indiretamente produtivos". No seu entender, o mais apropriado é considerá-los improdutivos.

Ao fazer essa distinção, importa observar – e, pelo que discutimos anteriormente, estamos de acordo com Fausto nesse aspecto – que a noção de improdutivo tem aqui uma ambivalência. Refere-se tanto ao improdutivo *externo* à esfera do processo global de produção, como o improdutivo *interno* a essa esfera, no caso, aqueles que estão ligadas às atividades de circulação[230].

A partir dessas considerações, Fausto afirma que a "classe dos trabalhadores assalariados" é definida como aquela que engloba os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos

[230] Lembramos que, nesse momento, em uma extensa nota ao texto, Fausto propõe como se deva ler a difícil relação entre produtivo e improdutivo nos vários textos de Marx. Seu argumento é que essa relação precisa ser também avaliada nos termos do movimento dialético da pressuposição e posição e, como apontamos anteriormente, da identificação de quais conteúdos materiais são mais adequados aos conteúdos formais.

no interior do modo global de produção e, deve-se notar, essa classe "atravessa, sem esgotar, os dois círculos" (p. 277).

Colocada nesses termos, essa definição "abstrai" as diferenças de qualificação e renda e isso se explica pela ênfase de Marx em colocar a lógica do capital sempre na dimensão da subsunção real, ou seja, quando, a partir da tendência de igualização e nivelamento, a força de trabalho é considerada como "simples", praticamente sendo desprezado seu conteúdo. O que não impede, como reconhecido por Marx, grandes diferenças em termos de remuneração de salários e qualificação em razão da diversidade de condições da subsunção ao capital[231]. No Livro I, Marx separa camadas "mal pagas" e "mais bem pagas" da classe trabalhadora, chegando a usar o termo "aristocracia"[232]. No Livro III, como já citamos, o trabalhador na esfera da circulação é designado como "a classe[233] mais bem paga dos trabalhadores assalariados", por ter trabalho qualificado, acima da média.

Existem, basicamente, níveis salariais distintos, qualificações variadas e mesmo "poderes" [234] diferenciados em cada atividade. Como estabelecer, assim, uma identidade? Ou melhor, *existiria algum ponto a partir do qual a elevação em alguma dessas dimensões ou em todas (salário, qualificação e poder)* faz o assalariado perder a determinação de membro da classe? Essa é, em linhas gerais, a pergunta por trás das preocupações de vários pesquisadores no século XX e aparece diretamente, como vimos, nos esquemas de classes de E. O. Wright[235].

A resposta de Fausto a esse dilema segue a mesma lógica usada pelo autor para resolução de tantos outros impasses da obra de Marx: escudar-se na dialética hegeliana, no caso, reivindicando que o movimento precisa ser pensando por meio dos níveis da identidade, diferença e contradição (p. 229-230). O ponto a se destacar é que, ao proceder dessa maneira, Fausto está propondo uma saída ao vasto debate das "fronteiras de classe" que tanto animou as pesquisas marxistas. Saída, no caso, significa negar, de certa forma, o problema, pois, se a partir

[231] Além, é claro, dos diferentes ganhos obtidos pela variação da organização política dos trabalhadores.
[232] "Antes de passar aos trabalhadores agrícolas propriamente ditos, deve-se ainda mostrar por um exemplo como as crises afetam até mesmo a parte mais bem remunerada da classe trabalhadora, sua aristocracia" (1996b, p. 297)
[233] Convém notar que Marx usa o termo "classe" em vários contextos, até para diferenciar grupos distintos de trabalhadores manuais. Voltaremos a isso.
[234] Uma forma talvez mais adequada seria considerar não o "poder", mas a *autonomia* que se tem em cada atividade.
[235] Pela obra de Wright, embora seus termos e critérios tenham mudado ao longo do tempo, seria possível dizer que não há diferença de classe entre trabalhadores sem qualificação, sem autoridade e sem autonomia, estejam eles executando ou não trabalho produtivo (manual ou intelectual).

de certo limite, há mudanças substanciais, "não é possível determinar [esses] limites, somente a significação do movimento" (p. 229).

De forma simplificada, o movimento traçado por Fausto visa demonstrar como, em termos lógicos, a essência da classe dos trabalhadores assalariados é negada na medida em que certas condições se impõem à venda da força de trabalho. Se não é possível estabelecer o ponto de mudança (o que, em termos dessa lógica, não faz sentido) a ideia é identificar o caso limite, e esse caso se coloca na figura do *manager*. Isso porque o *manager* (e aqui temos pleno acordo com Fausto) é o assalariado que executa a *função do capital*. Assim, quando se afirma que "o trabalhador assalariado é o *manager"* chega-se a uma contradição. Para Fausto,

> quando isso ocorre, a essência não permanece igual a ela mesma: se tal fosse o caso, seria preciso afirmar que qualquer que seja o nível de poder no processo de trabalho, o nível de salário e a qualificação, um assalariado permanece membro da classe dos trabalhadores assalariados, o que, no interior do universo de Marx, e mesmo fora dele, seria um resultado estranho (p. 230).

O *manager* é, assim, o assalariado que se ocupa da função de exploração, o que mina a identidade entre todo assalariado e a classe trabalhadora. Mas, para Fausto, isso não o transforma em capitalista. A figura do *manager* (cuja *forma* é assalariada, mas o *conteúdo da função* é capitalista) cria uma nova classe[236]. Trata-se de uma classe, para Fausto, "fora" do esquema das "grandes classes", mas que se aproxima dos proprietários. Essa aproximação poderia vir mesmo a neutralizar a ação dos proprietários.

Em suma, lidamos aqui com um problema conceitual que reverbera mesmo na linguagem usada para exprimir as teses centrais da teoria de Marx. E isso não é pouco. Não seria alvo de boa reflexão o fato de que qualquer trabalho ou pesquisa que se oriente pela teoria marxista "pisa em ovos" no momento de escolher quais termos irá usar para descrever as classes sociais? Duas visões sobre o tema nos permitem identificar a natureza desse impasse.

Uma delas é a de João Bernardo (1977). Em seu estudo sobre *O capital*, uma das teses principais que o autor sustenta é a de que Marx não conseguiu resolver a posição de classe dos "gestores". Mais do que isso, haveria um vazio em Marx no qual a existência dessa classe não é

[236] Veremos que é na problematização desse aspecto, por outros caminhos, que irão se concentrar as teses de autores como Carchedi (1996), Duménil e Lévy (1994) e Bidet (2007, 2010).

explicitada, ainda que, fundamentalmente, a exploração tenha sido devidamente explicada por Marx. Para Bernardo, o uso genérico do termo "trabalhador" serve de obstáculo para que essa distinção de classe seja trazida à tona. Ao comentar uma passagem, de *O capital*, em que Marx discute o salário por peça e na qual visualiza uma exploração de um "trabalhador" (que, enquanto chefe de grupo, fecha um contrato por peça) sobre outros "trabalhadores" (comandados por esse trabalhador principal), Bernardo afirma:

> Marx, se distingue funcionalmente o gestor tecnológico [o primeiro trabalhador] do proletário [o segundo], dá-lhes o mesmo nome, o que significa que não concebeu tal distinção como objeto ideológico, reproduzindo-a portanto como indistinção quando afirma, no final do texto citado, que o "trabalhador" explora o "trabalhador". Contradiz este modelo o modelo central da sua obra, pois exploração implica uma relação de diferenciação social entre o termo explorador e o explorado. Mas Marx escamoteia, ao nível da exposição, essa contradição, quando dissolve os nomes que usualmente dá aos termos opostos da relação de exploração – capitalista, proletário – numa denominação neutra e sem conotações na sua obra – trabalhador. Pela sua própria expressão, o termo "trabalhador", em *O capital*, só poderá ser lugar de ambiguidades. Temos aqui a expressão verbal da contradição já analisada a propósito do trabalho improdutivo: Marx distingue-o do proletário quanto à produção de mais-valia, entendida como processo de produção no sentido restrito, e confunde-os quanto à origem dos rendimentos e, afinal, quanto à sua definição de classe (Bernardo, 1977, p. 135).

A outra posição é a de Lessa (2007), que rebate justamente esse comentário de Bernardo. Segundo Lessa, não haveria de forma alguma ambiguidade ou imprecisão no texto de Marx, porque o lugar do proletário, como trabalhador que produz e valoriza o capital, já estaria suficientemente demarcado a ponto de não suscitar confusão o fato de que, se todo proletário é "trabalhador", nem todo "trabalhador" é proletário. Assim:

> Ao contrário de ambiguidade temos, em Marx, uma precisão extrema. Quando Marx se refere à contradição mais geral entre capital e trabalho, utiliza o termo "trabalhadores". Quando precisa diferenciar entre os trabalhadores que desdobram relações antagônicas com o capital daqueles outros trabalhadores que não o fazem, emprega o termo proletariado ou operariado. Ou, para dizer o mesmo com outras palavras, quando quer distinguir os "trabalhadores" que convertem a natureza nos meios de produção e de subsistência e que são o fundamento material de toda a riqueza social, dos outros "trabalhadores" que, sendo ou não produtivos, não produzem este fundamento material, emprega proletários ou operários para nomear os primeiros e, "trabalhadores" (em *O capital*) ou "classes de transição" (no *18 Brumário de Luís Bonaparte*) (Lessa, 2007, p. 194).

O que podemos concluir dessas distintas visões sobre a mesma obra? Em primeiro lugar, procuramos já demonstrar que um dos argumentos de Lessa, que o faz apagar as "ambiguidades" em Marx, está calcado numa definição frágil que separa produtivos proletários de produtivos não proletários. Não que o problema indicado por Lessa não exista, mas sugerimos que a chave de explicação está muito mais no descompasso das formas de subsunção (formal e real) do trabalho ao capital do que na divisão manual/intelectual. Trabalhador produtivo em Marx é expressão do trabalho do proletariado. E as passagens que elencamos acima mostram que o conceito de classe trabalhadora também é usado para definir a classe que produz a riqueza. Em segundo lugar, embora a tese de Bernardo esteja no interior de uma crítica maior, a qual ainda não aludimos (e que apresenta certos problemas), parece correta sua preocupação em assinalar que os termos usados (trabalhador assalariado e proletário) repercutem de maneira crítica em certas questões relacionadas à organização (para usar o termo de Bidet). Em outras palavras, como a função do trabalho e a função do capital atravessam o conjunto dos trabalhadores assalariados, o termo trabalhador pode realmente se referir a dois significados.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o próprio aspecto linguístico[237]. Como se sabe, as línguas românicas tenderam a traduzir *Arbeiter* por "operário" (*obrero, ouvrier, operaio*) e *Arbeiterklasse* por classe operária. A escolha é justificável, mas oculta um problema, já que *Arbeit* e *arbeiten* é traduzido, para ficarmos no que se refere à língua portuguesa, por *trabalho e trabalhar*. No original em alemão, Marx usou *Arbeiter* e *Arbeiterklasse* e, para algumas situações, o *Fabrikarbeiter* (mas nunca, até onde pudemos pesquisar, algo como *Fabrikarbeiterklasse*). As versões inglesas, mesmo com a existência de *labourer*, consagraram *worker* e *working-class*. Por vezes, *operative* (ou *factory operative)* também foi usado como tradução para *Fabrikarbeiter*. É certo que o sentido visado por Marx e o que se perpetuou na língua fez de "classe operária" a tradução mais próxima para *Arbeiterklasse*.

Nos dicionários, e no sentido usado no cotidiano, vê-se que, por um lado, *Arbeiterklasse* e *working-class* são associados aos atributos que identificamos da organização operária: trabalhadores basicamente manuais, como pouca qualificação e em postos de baixa remuneração. Mas, por outro lado, a raiz *Arbeit* (e o uso indistinto de *labour* e *work*) passou a designar todas as

[237] Já vimos a questão levantada por Arendt e sua tese de diferenciação entre *work* e *labour*. O objetivo aqui é chamar a atenção à recepção do léxico usado por Marx.

atividades, por mais variadas que fossem, orientadas para a obtenção do sustento das pessoas. Ela passa, então, a abranger significados muito mais amplos, que vão de esforços manuais a "intelectuais" e não se resumem a *"unskilled labour"*. *Arbeit* supera o sentido de *Werke,* originalmente vinculado ao trabalho do artesão, do artífice manual [*Handwerker*] [238].

O assunto demanda outros desenvolvimentos, mas a partir do que precede, podemos nos perguntar: seria possível dizer que quando se usa *Arbeiter ou worker* o sentido seja sempre de "operário"[239], tal como tradicionalmente o entendemos? A questão, aqui, não é de forma alguma colocar em dúvida um termo com rica e histórica conotação política. Mas, até que ponto é possível dizer que Marx estava sempre se referindo a uma "classe operária" quando usou *Arbeiterklasse* e *working-class*? Em português, se cria um impasse entre "classe operária" e "classe trabalhadora", o que revela uma indecisão teórica com também consequências políticas[240]. Parece-nos que a noção de "operários" está muito mais próxima de *Fabrikarbeiter* e quando é usada para *Arbeiter*, há uma redução de sentido.

Como se sabe, o vocábulo "trabalho" origina-se de um instrumento de tortura (*tripalium*). Segundo Bernardo, no século XVI "trabalhar" passa a substituir "obrar" e "laborar", mas até o século XVIII mantém o sentido de esforço para o sustento diário, distante de algo que signifique conseguir fortuna. Somente no século XIX, "trabalhar" teria se generalizado para designar a atividade de todas as classes. Bernardo (1977, III, p. 328), inclusive, identifica um culpado: "o desenvolvimento do sindicalismo no século passado [XIX] e, com ele, a ambiguidade de um

[238] Segundo Arendt (2001), *Arbeit* referia-se originariamente ao trabalho agrícola dos servos, enquanto o trabalho do artesão era chamado de *Werk*.

[239] Para ilustrar com um exemplo que vimos, a afirmação de Lessa de que Marx usa "proletariado ou operariado" para situações de antagonismo é bastante delicada. Se não existe propriamente "operário" em alemão, *Arbeiter* irá aparecer tanto num caso quanto no outro. E se for suposto, como faz o autor, que o termo usado por Marx atesta e comprova um tipo de definição, cai-se numa tautologia, pois, sendo o mesmo termo, pode-se dar a ele o sentido que se acha correto para sua definição. No caso, dever-se-ia então restringir tal problema ao termo proletariado x trabalhador. Se compararmos as duas traduções brasileiras hoje existentes, vemos que naquela da Civilização Brasileira se opta amiúde por "trabalhador/classe trabalhadora", enquanto a da Nova Cultural dá preferência a "operário/classe operária". Porém, uma leitura conjunta rapidamente identifica vários casos em que as escolhas mudam (até se invertem) sem que nenhum critério teórico ou textual fique claro.

[240] Um sintoma de como o tema é delicado: esse aspecto foi tangenciado por A. Gorz (2007, p. 31) na sua crítica à "utopia do trabalho em Marx". Segundo o autor, não fosse o termo consagrado ("operário"), "trabalhador" é a melhor tradução *Arbeiter*. Sabe-se bem que, dentro de sua problemática, isso acarreta uma extensão do que ele chama de "racionalidade econômica", que pode ser reduzida (essa é a luta a ser combatida, para Gorz), mas nunca eliminada completamente. Também se valendo da ampliação do sentido, mas para fins opostos (aumentar o "sujeito revolucionário"), correntes teóricas e organizações políticas passam a debater a questão.

movimento revolucionário que tem confundido operários e gestores". Essa, por sinal, é sua tese da insuficiência de Marx por não identificar a "classe dos gestores".

Mas a posição de Bernardo, não obstante indique um problema real, acaba por deslocar o objeto teórico de Marx. Pensamos que, nesse caso, mais uma vez a questão possa ser entendida ao se supor que Marx analisa a força de trabalho (indistinta, por sinal, em relação ao seu valor de uso particular) que é usada produtivamente pelo capital. A exposição dos conceitos em *O capital* supõe o modo especificamente capitalista de produção, o que significa a prevalência da subsunção real do trabalho ao capital. Nesse sentido, o uso de "classe operária" tem uma clara justificação histórico-política, mas nesse aspecto teórico é somente um tipo de solução que tenta resolver com palavras um problema real do desenvolvimento do capitalismo: nem todos trabalhadores assalariados são produtivos (portanto, nesse caso, proletários). Contudo, na medida em que "operário" é somente vinculado a "trabalho manual" – mais especificamente, a um lugar no processo de trabalho – e Marx aponta para o fato de que a produtividade "se amplia" (com o trabalhador coletivo e com o assalariamento de antigos produtores independentes de produtos imateriais), "classe trabalhadora" dá um sentido bem mais preciso a esse movimento[241]. O temor de certos autores (Bernardo e Lessa seriam exemplos[242]) é o de que o uso de "classe trabalhadora" ou "trabalhadores" no lugar de "classe operária" é arma político-ideológica para apagar o "verdadeiro" sujeito revolucionário. Assim como em outros casos, essa posição atenta a um problema real e fundamental à pesquisa marxista, mas assim o faz ignorando questões igualmente importantes sobre o objeto teórico de Marx.

Mas voltemos, nesse momento, a Fausto (1987, p. 234). Se, no "topo" dos trabalhadores assalariados, foi identificado o problema do *manager*, o autor também assinala os sentidos subjacentes a "proletário/proletariado". Por um lado, tomando-o "economicamente", trata-se de trabalhador produtivo. Mas, para Fausto, seria trabalho produtivo pouco ou não qualificado, pois

[241] Uma proposta, nesse sentido, é aquela sugerida por Villalobos (1978), na qual o operariado ou a classe operária não se reduz a trabalho fabril ou trabalho manual simplesmente, mas ao que o autor chama de trabalho "operatório", isto é, as atividades de operação e execução que existem nos mais variados processos de trabalho. O que permite – sem prejuízos teóricos, nesse caso – falar em operário da construção civil, operário das linhas de montagem, operador de máquinas informatizadas e um teleoperador dos milhares de *call centers* espalhados pelo globo, entre outros.

[242] A diferença é que, para Bernardo (1977), Marx usa "trabalhadores" de forma indistinta e escamoteia o papel do proletariado. Para Lessa (2007), Marx estaria plenamente consciente de que "trabalhadores" contêm em seu interior classes sociais distintas e não foi ele, mas sim a tradição stalinista ou reformista que teria promovido a confusão nesse sentido.

este seria o "caso geral-essencial". Ainda nesse âmbito, há uma significação que "ressoa", qual seja, o fato de tradicionalmente a noção de proletário ser remetida a "pobre". Por outro lado, não é possível desprezar a "ressonância" política, pois o proletariado "faz pensar nos trabalhadores assalariados na medida em que eles seriam capazes de se constituir como classe para além do nível de inércia". De qualquer modo, Fausto concorda com a separação, nesse caso, entre classe dos trabalhadores assalariados e proletariado, pois os trabalhadores improdutivos internos ao MPC fariam parte do primeiro, mas não do segundo.

A conclusão de Fausto, supondo ser possível ficar na problemática do cap. 52 do Livro III, é a de que a estrutura de classes é composta pelas três "grandes classes" indicadas por Marx: trabalhadores assalariados, capitalistas e proprietários de terra[243]. Ao lado dessas grandes classes, há classes "menores", menos "intensivas" em que falta uma "determinação principal" – o que faz Fausto concluir, para mais uma vez buscar ser fiel à contradição do real, que "são e não são classe". Resumindo sua posição, além do lumpemproletariado (que pode "obter seus rendimentos por meios estranhos não só às relações capitalistas enquanto tais mais também à circulação simples – violência, dom"), seriam essas as classes que não são grandes classes:

a) Produtores de mercadorias que não empregam trabalho assalariado, como camponeses e artesãos. Como também vimos, esses não seriam produtivos nem improdutivos, pois não estão subsumidos ao MPC, ainda que tenham algum tipo de contato com a mais-valia produzida. São classes fora da relação essencial capitalista, não obstante se relacionem com as "grandes classes" por meio do mercado. Fausto argumenta que poderiam ser incluídos aí pequenos comerciantes que não empregam assalariados, mesmo que não sejam produtores de mercadorias. O que seguiria uma indicação de Marx segundom a qual "pequenos merceeiros" fazem parte da "baixa classe média". Seriam produtores suportes não do MPC, mas da "circulação simples".

b) Os chamados "externos no sistema", ou seja, os trabalhadores improdutivos cuja exterioridade não reside em outra relação econômica, sendo assim, "externos no interior do sistema", já que seus rendimentos provêm do produto total criado ou de impostos. Seriam os

[243] Fausto faz uma observação interessante: os proprietários de terra estão nesse esquema como "o outro que não o capital" do ponto de vista das relações de propriedade. Isso significa que Estado assume essa função com o desenvolvimento do capitalismo. Há diversas passagens, citadas por Fausto, em que Marx dá a entender essa mudança.

"improdutivos políticos", isto é, os assalariados pelo Estado e os empregados domésticos. Essa caracterização, por Fausto, está baseada centralmente em passagens de *Teorias...* em que Marx iguala a fonte de sustento do corpo burocrático do Estado (servidores públicos) e dos serviçais particulares.

c) O terceiro caso seria aquele referente aos trabalhadores que passam certo "limite" na escala de qualificação, poder e remuneração no trabalho, citados anteriormente a partir da discussão de Fausto da figura do *manager*.

d) Por fim, trata-se do caso dos produtores independentes de produtos imateriais, que os vendem como mercadorias, como profissionais liberais, advogados, médicos e artistas independentes. Esse caso é o que se apresenta como o mais difícil na exposição de Fausto, porque o conceito de "serviços", como vimos, não é unívoco em Marx. Fausto faz então uma argumentação que indica vários dos pontos aqui já citados sobre a definição de trabalho produtivo, também dando ênfase à inadequação do conteúdo à forma.

Esse balanço propiciado por Fausto é importante em dois sentidos. Por um lado, permite elucidar os principais aspectos da identificação das classes no MPC seguindo o conjunto dos trabalhos de Marx[244]. Por outro lado, ao sustentar que camadas ou classes médias são sempre "externas" ao sistema (externas ao MPC e externas "internas"), Fausto segue a linha dominante de interpretação que vê a classe média somente um resquício de modo de produção pretérito. Os trabalhadores não produtivos (como empregados domésticos e assalariados do Estado) são vistos como uma negação da classe trabalhadora, o que os faz "pertencer e não pertencer à classe dos trabalhadores assalariados". Já os que ultrapassam certo "limite" de qualificação, poder e renda não são trabalhadores assalariados, mas também não se transformam em capitalistas. Teríamos, mesmo que não enunciada dessa forma, uma "classe de *managers*".

Nosso trabalho pretende propor, a partir de situações e problemas semelhantes aos apresentados por Fausto sobre a relação dos agentes com o MPC, uma tese diferente, qual seja, a

[244] Embora esse caminho de análise tenha o problema de se colocar no mesmo patamar textos publicados pelo próprio autor e manuscritos preparatórios a essas obras (e até mesmo manuscritos *escolhidos* para não serem publicados). Consciente desse limite, Fausto tece suas explicações sempre a partir da teoria mais "essencial" de Marx. O que nem sempre é um método livre de riscos, porque aquilo que pode ser simplesmente *contradições do pensamento* (ou seja, Marx tendo duas visões diferentes sobre o mesmo assunto) pode ser visto como *contradições reais*.

de que o conceito de classe média também é útil para expressar a complexa relação entre funções inerentes ao MPC. Assim, o conjunto a que chamamos de classes médias não fica restrito à classe média tradicional (que opera ainda com determinações de um modo de produção distinto do capitalista), mas também engloba uma classe média produzida pelo MPC (chamados de "nova classe média"), que seriam os assalariados que executam as *funções do capital* e um conjunto variado de atividades (geralmente "intelectuais") que não estão subsumidas realmente ao capital, ainda que sejam "produtivas". Ou seja, seria importante, e assim irá seguir nossa exposição, designar como aspectos de classe média o que Fausto aponta como características dos *managers* (c) e de algumas situações de produção "imaterial" (d).

***

Ao longo deste capítulo, foi nosso objetivo levantar problemas na definição de trabalho produtivo. Em parte, há mudanças de sentido do conceito em razão de Marx usá-lo em *diferentes níveis de tratamento e abstração*. Em alguns casos, há mesmo certas oscilações no tocante a que processos e situações ele poderia ser aplicado. A razão de proceder a essa discussão, como indicado no início, deve-se ao fato de várias teorias sobre classe social orientadas pelo marxismo ter associado trabalho improdutivo à classe média, o que tende a remeter o conceito a uma simples renovação da pequena burguesia. Sem mesmo discutir ainda a mediação em si entre trabalho produtivo/improdutivo e classe social, vimos que mesmo a noção de produtividade nos coloca diversos desafios.

No próximo capítulo, nosso objetivo é desenvolver o que até aqui apareceu em segundo plano, isto é, as noções de *função social da produção*. Ao descrever a forma pela qual o processo de trabalho é subsumido ao processo de valorização, Marx oferece várias indicações sobre os agentes que executam as *funções do trabalho* e aquele que executam as *funções do capital*. Esses conceitos nos possibilitam complexificar ainda mais as definições de trabalho produtivo e fornecem, desse modo, um quadro mais abrangente para a compreensão do significado das classes médias no capitalismo.

Capítulo 3. Funções e classes sociais no processo de produção capitalista: a classe média como produto do modo de produção capitalista

No capítulo anterior, vimos que a noção de classes médias em Marx, como demonstram vários comentadores, está basicamente associada a classes portadoras de modos de produção pré-capitalistas ou, na sugestão de Nicolaus, a trabalhadores improdutivos que crescem em razão do próprio desenvolvimento do capital, na medida em que este precisa elevar a produtividade do trabalho.

Essa linha de entendimento é expressa desde, principalmente, o *Manifesto Comunista*, em que Marx e Engels identificam a tendencial dissolução, no proletariado, das "classes" que compõem as camadas "inferiores dos estamentos médios", usando ainda o termo *Mittelstände*. No Livro I de *O capital*, a noção aparece algumas vezes, mas todas com o termo *Mittelklasse,* ou, mais precisamente, *kleinen Mittelstände*, pequena (ou baixa) classe média, e diz respeito geralmente a artesãos, camponeses e pequenos comerciantes (1996, pp. 273; 288; 302; 375)[245].

Mesmo no capítulo 52 do Livro III, sobre o qual se fundamenta a leitura de Fausto que acompanhamos, o registro de compreensão não se altera. Ao anunciar que assalariados, capitalistas e proprietários de terra compõem as três grandes classes da sociedade moderna, Marx ressalta que mesmo na Inglaterra, país no qual o modo de produção capitalista mais avançou, não há uma "pura" divisão de classes, pois, "também lá, as camadas médias e intermediárias [*Mittel- und Übergangsstufen*] obscurecem por toda a parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas)". Porém, isso não seria um problema maior já que seu objeto teórico não era a formação social inglesa:

> Esse fato, contudo, não tem importância para nossa análise. Vimos ser tendência constante e lei do desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meio de produção em capital (Marx, 1983, p. 1012).

[245] Ao fim do capítulo 5, em nota conhecida sobre a questão do trabalho "simples" e "superior" (Marx depois se refere a *unskilled* e *skilled labour*, em inglês no original alemão), há um comentário sobre uma estimativa de S. Laing a respeito da população inglesa (inclusos os galeses) em que Marx questiona os critérios para se preencher a classe média (*Mittelklasse*) e menciona "ambiguidades" estatísticas sobre o tema.

Já a fundamentação da noção de classe média com trabalhadores improdutivos, como sugerido por Nicolaus – lembremos que se não há alguma forma de subsunção ao MPC não há, a rigor, trabalho produtivo ou improdutivo – está mais diretamente exposta na seção de *Teorias...* em que Marx discute criticamente as posições de Ricardo. Trata-se da passagem que citamos anteriormente, na qual Marx afirma que Ricardo se esquece das "classes médias" (*Mittelklassen*) que apresentam as seguintes características: estão entre os capitalista e proprietários de terra e os trabalhadores assalariados, são sustentadas por renda, sobrecarregam a base trabalhadora e elevam o poder dos de cima. Do ponto de vista dos *interesses de classe*, essa situação da parte improdutiva da classe trabalhadora é vista por Marx negativamente, não só porque preserva a condição de "criados", mas também porque politicamente causa uma *fissura* na própria classe trabalhadora. Como o aumento da riqueza, crescem igualmente as oportunidades de serviços prestados para a classe dominante, e a necessidade de subsistência por meio dessas atividades – em que as relações são *pessoais*, não propriamente mercantis – pode fazer com que os interesses de trabalhadores se aproximem da classe exploradora[246].

Esses são, em geral, os sentidos mais visados quando se discute o conceito de classe média em abordagens marxistas, vinculando-o à noção de improdutividade. Passemos, agora, a buscar como o conceito pode ser associado a trabalho produtivo.

A partir de nossos argumentos em relação ao conceito de trabalho produtivo, chegamos às seguintes conclusões: Marx reconhece a complexa mediação entre elementos materiais e imateriais do trabalho, mas, ao conceder primazia à forma social, não obstante as dificuldades de realização e acumulação do valor em certos trabalhos, afirma que é produtivo todo trabalho subsumido ao capital, ou seja, que aumenta capital ao criar valor e mais-valia. Ainda que existam diferenças entre trabalhos subsumidos formalmente (principalmente os "imateriais") daqueles subsumidos realmente (principalmente os "materiais"), Marx enfatiza o aspecto qualitativo da relação, deixando em segundo plano, ainda que não o despreze, o caráter quantitativo.

[246] "É uma bela perspectiva essa transformação progressiva em criados, de parte dos trabalhadores. E para estes como é consolador que, em virtude do crescimento do produto líquido, mais esferas se abram para o trabalho improdutivo que vive às custas de seu produto e cujo interesse em explorá-los coincide mais ou menos com o das classes diretamente exploradoras" (Marx, 1983, p. 1005).

É preciso, então, novamente observar as situações distintas do problema que levam Marx a *alargar o conceito de trabalho produtivo*. Em uma dimensão, o debate se desenrola no intuito de saber até que ponto trabalhos imateriais – que geram produtos fisicamente intangíveis – são passíveis de serem usados produtivamente pelo capital. No capítulo anterior, apresentamos vários argumentos distintos que problematizam essa situação, a partir de exemplos referidos a professores, profissionais de saúde e artistas.

Porém, nosso interesse a partir de agora reside em outra dimensão, a saber, no alargamento do conceito de trabalho produtivo em razão da crescente combinação social de trabalhos manuais e intelectuais na produção especificamente capitalista dominada pela *grande indústria*[247]. Se o conceito de trabalho produtivo se estreita, pois não basta produzir mercadoria, é preciso produzir mais-valia, ele se amplia na medida em que cresce o caráter cooperativo do processo de trabalho. O produto desse trabalho não é mais resultado da atividade de um trabalhador individual, mas do que Marx chamou de "trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho" Não seria mais preciso, então, "pôr pessoalmente a mão na obra", bastaria ser parte e executar algumas da *subfunções* desse "órgão" coletivo. Observa-se que Marx não dissocia o trabalhador coletivo da produção material, afirma que a conceituação anterior, "derivada da natureza da produção material", continua válida para o trabalhador coletivo tomado em conjunto, mesmo que não se aplique a seus membros "individualmente considerados" (1996b, p. 137).

Na maioria dos estudos marxistas, a noção do trabalhador coletivo ou global (*Gesamtarbeiter*) foi associada a uma passagem do *Cap. inédito* que diretamente explica a ampliação do trabalhador produtivo em razão da subsunção real do trabalho ao capital[248].

[247] Precisamos aqui lembrar, novamente, o motivo das confusões semânticas no debate do "imaterial": uma coisa é o trabalhador (sozinho ou em grupo) que produz, por meio de sua atividade de trabalho, um produto cujo valor de uso é imaterial, que pode ou não existir separadamente do próprio trabalhador, isto é, engloba tanto a atividade em que produção e consumo são concomitantes (show de um cantor), como aqueles em que há algum suporte material (um álbum em CD ou DVD). Outra coisa é o trabalhador intelectual da produção material, ou seja, aquele que produz valores de uso informacionais que serão incorporados na produção material (engenheiro da produção de automóveis, por exemplo).

[248] Uma das exceções a essa "ampliação" do conceito de trabalhador coletivo encontra-se em Lessa (2007 e 2011). Como Marx usa o termo *Gesamtarbeiter* em vários sentidos, o que, na verdade, o autor critica é o uso do conceito ampliado, fora do que seriam seus verdadeiros propósitos, para fundir numa mesma classe social trabalhadores

> Com o desenvolvimento da subordinação [*Subsumtion*] *real do trabalho ao capital* ou do *modo de produção especificamente capitalista* não é o operário individual [*einzelne Arbeiter*] que se converte no *agente* [*Funktionar*] *real* do processo de trabalho no seu conjunto [*Gesamtarbeitsprozesses*] mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada* e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outros mais com a cabeça, este como diretor [*manager*], engenheiro [*engineer*], técnico etc., aquele como capataz, aqueloutro como operário manual [*Handarbeiter*] ou até como simples servente – temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de trabalho produtivo, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o *trabalhador coletivo* [*Gesamtarbeiter*] constituído pela oficina, a sua *atividade combinada* realiza-se materialmente e de maneira direta num *produto total* que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (Marx, 1985a, p. 110).

Pretendemos destacar, no momento, que a noção de uma força de trabalho socialmente combinada que movimenta a máquina produtiva no modo especificamente capitalista de produção (subsunção real do trabalho ao capital) é uma característica social encontrada por Marx *que informa uma solução* para dar conta da complexidade do caráter coletivo do processo de trabalho material absorvido pela grande indústria capitalista. Para resumir nossa tese ao longo deste capítulo, afirmamos que essa solução, por mais válida que seja, oculta um problema, acentuado na atualidade: o que é exigência técnica e o que é marca da exploração no corpo coletivo ligada ao processo de trabalho que valoriza o capital[249]?

Identificado esse problema, podemos perceber que o conceito de classe social é mais complexo do que supõe o entendimento baseado em relações de propriedade. Esse problema

---

manuais e intelectuais. Sua tese é a de que, no que compete somente ao Livro I, essa associação não é possível. O trabalhador coletivo ao qual se refere Marx, na passagem que citamos do cap. 14, não englobaria o trabalho intelectual de técnicos, engenheiros e supervisores. Seria, nesse caso, somente o conjunto dos trabalhadores produtivos que, nas palavras de Marx, "se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho", os quais desempenham "operações semelhantes" e que exibem o "cunho da continuidade", portanto, para Lessa, somente "operários" ou "trabalhadores manuais". Os trabalhadores intelectuais seriam não só externos como também inimigos deste trabalhador coletivo em questão, pois o processo os separou "até se oporem como inimigos", na expressão de Marx. Como veremos, nossa posição é a de que Lessa identifica um desafio muito importante, mas não oferece uma saída compatível com a problemática de fundo em Marx.

[249] Esse problema é parte essencial daquilo que autores marxistas chamam, por exemplo, de "polo organização" (Bidet, 2010) ou o "sistema sócio metabólico do capital" (Mészáros, 2001) e que tradições teóricas distintas discutem ao desenvolver temas como racionalização e burocracia (Weber, 1999), sistema econômico (Habermas, 1987a), etc.

remete-nos às noções de *funções sociais* e, a partir delas, podemos atingir uma nova determinação do conceito de classes médias.

De início, percebe-se que a análise das funções que os agentes sociais executam no processo de produção capitalista permeia todos os trabalhos que objetivam discutir as classes sociais na tradição marxista, ainda que a ênfase costume recair em categorias ou conceitos mais bem fortes ou sistematizados teoricamente por Marx, como vimos com o conceito de trabalho produtivo[250].

O termo "função" é usado em diversas passagens de *O Capital*, mas evidentemente ligado a problemas distintos. Nossa atenção aqui está voltada aos momentos em que Marx lança mão do termo no intuito de definir a lógica essencial das relações de produção capitalistas, isto é, quando expressa as diferentes atividades que todos aqueles submetidos à produção capitalista (produtores ou apropriadores) precisam cumprir para que a relação se reproduza constantemente. Na sua dimensão "pura", a relação social do modo de produção capitalista divide-se entre a "função do capital" (apropriação com vistas à valorização) e a "função do trabalho"[251] (produção efetiva), divisão que, teoricamente, é *anterior* às relações de propriedade[252]. A identificação dessas funções no processo global de produção capitalista, no entanto, apresenta certas dificuldades.

Em *O* capital, junto à definição básica da relação social de produção capitalista, Marx descreve que certas funções precisam ser executadas para que essa relação possibilite não só a produção de valores de uso (processo de trabalho), mas aquilo que é o seu objetivo principal, isto é, geração de valor e mais-valia (processo de valorização) que, devidamente apropriada pela

[250] Dois dos estudos que mais diretamente buscaram relacionar o problema das funções a uma teoria de classes sociais foram os de Carchedi (1996 [1975]) e Duménil e Lévy (1994). Indicações importantes são também encontradas, entre outros, em Poulantzas (1978), Bidet (2007[1985], 2010[2004]), Screpanti (1998), Duménil (1975), Duménil e Lévy (2005) e Milios e Economakis (2011). No Brasil, o trabalho de Villalobos (1978) parte de um problema teórico semelhante ao que colocamos em questão. A análise de Fausto (1987) é igualmente importante nesse debate.

[251] "(...) [o que se] chama de valor do trabalho é, na realidade, o valor da força de trabalho, a qual existe na pessoa do trabalhador e difere da sua função, o trabalho, do mesmo modo que uma máquina se distingue de suas operações" (Marx, 2001, p. 618).

[252] Podemos, nesse aspecto, acompanhar a posição de Fausto (1987). Para o autor, como vimos, as classes em Marx (no caso, no texto inacabado sobre as classes do Livro III) são descritas a partir de relações de distribuição, mas pressupondo as relações de produção: "a *própria relação de produção permite distinguir funções e não imediatamente relações de posse ou de propriedade*. Das funções se pode passar evidentemente às relações de posse ou de propriedade, mas, no caso do capital, o detentor dessas últimas e portanto o 'representante' a quem caberá o rendimento pode ser um outro, se houver, como pode haver separação entre a função e a propriedade. É ao proprietário do capital não ao funcionário do capital que cabe o lucro" (p. 213-214, grifos nossos).

classe exploradora, é (em parte) reinvestida na produção para que um novo ciclo continue e o capital possa se expandir. Nesse sentido, o termo tem uma aplicabilidade maior para o entendimento da *reprodução* dessa relação. Contudo, e é isso que, entre outras coisas, diferencia a teoria de Marx das formulações neoclássicas, a questão não anula o fato de que, ao se reproduzir, a própria lógica do capital fornece as bases para a sua negação e transformação, ou seja, que um dos elementos que o reproduz também *pode* (por ter as condições materiais) vir a ser o que o transforma[253].

Para termos uma dimensão do problema, certas colocações de Marx podem servir de introdução, pois vão ao cerne da questão. Vejamos, a princípio, essa passagem no *Capítulo inédito:*

> O capitalista, como representante do capital que entra no processo de valorização, do capital produtivo, desempenha uma função produtiva que consiste precisamente em dirigir e explorar o trabalho produtivo. Contrariamente aos co-usufrutários da mais-valia que não se encontram em tal relação direta com a sua produção, a classe do capitalista é a classe produtiva *par excellence*. *Como condutor do processo de trabalho, o capitalista pode executar trabalho produtivo* no sentido em que o seu trabalho se integra no processo de trabalho coletivo objetivado no produto. *Até aqui conhecemos o capital apenas no interior do processo imediato de produção*. Só mais adiante se poderá passar à análise relativa *a outras funções do capital* e aos agentes de que se serve no quadro dessas funções. (Marx, 1985 [1863-1864], p. 120, grifos nossos).

Quase duas décadas depois, em um dos seus últimos manuscritos econômicos, Marx resume e comenta críticas à sua teoria do valor feitas por A. Wagner, em *Tratado de economia política* . Em uma dessas críticas, Wagner argumentava que, em razão de não haver produção sem a mediação do capitalista privado, Marx não teria nenhuma prova concreta para dizer que é possível produzir sem o capitalista. Como essa prova não é dada por Marx, então não haveria porque não considerar o "lucro do capital" como parte "constitutiva do valor" e não seria assim nenhuma "subtração" ou "roubo", como querem os socialistas. Em resposta a esse raciocínio[254], Marx tece dois comentários principais. Em primeiro lugar, como não se pode dar provas de coisas

[253] Com isso queremos dizer que o uso do termo "função" não implica, necessariamente, a adesão ao que tradicionalmente se constituiu como uma teoria "funcionalista", principalmente quando esta pressupõe instituições e papéis sociais naturalizados.

[254] Ainda que seja um manuscrito não preparado para a publicação, aqui deixamos de lado a forma não muito afável de Marx demonstrar discordância: "aqui se revela a o pé torto ou as orelhas de burro"...

que ainda não existem[255], seria Wagner que deveria constatar a não existência de um processo social de produção em formações antigas. Até aqui, ele só poderia aceitar que há exploração, mas que Marx se enganaria de considerar esse um modo transitório. Em segundo lugar, Marx contesta o tamanho do equívoco sobre o significado da exploração:

> Em minha apresentação, o lucro do capital não é de fato "uma simples extração ou 'roubo' sobre o trabalhador". Pelo contrário, considero o capitalista como um funcionário necessário à produção capitalista e mostro muito pormenorizadamente que ele não apenas "extrai" ou "rouba", senão que constrange [*erzwingt*] à produção do mais-valor, por conseguinte que ajuda primeiro na criação daquilo que vai extrair (Marx, 1881, trad. Lopes, 2012). E demonstro também largamente que inclusive na troca de mercadorias trocam-se tão *somente equivalentes* e que o capitalista – sempre e quando pague ao operário [*Arberiter*] o valor real de sua força de trabalho – tem pleno direito – dentro, naturalmente, do regime de direito que corresponde a este sistema de produção – a de apropriar-se da *mais-valia*. Mas, tudo isto não transforma o 'ganho do capital' em '*elemento constitutivo*' do valor, senão que demonstra simplesmente que no valor não '*constituído*' pelo trabalho do capitalista há uma parte que este pode apropriar-se 'por direito', quer dizer, sem infringir o regime de direito que corresponde à troca de mercadorias. (Marx, 1881, trad. Cólman, 2011).

Por que nos interessam essas passagens? Porque elas demonstram claramente que o lugar e o papel do capitalista (*como partícipe do processo de produção*) têm um caráter bem mais complexo e intrincado do que simplesmente um agente externo, tal como as classes dominantes em modos de produção anteriores, que se apropriam *a posteriori* da riqueza produzida. O capitalista é uma das peças do processo de trabalho, ainda que isso não anule, de forma alguma, sua condição de explorador de trabalho alheio.

Vale a pena notar que essa situação é um elemento complicador na teoria de classes sociais, o que pode ser visto nas reações que o problema suscita. Um nítido exemplo pode ser visto no trabalho que já citamos de Lessa (2007). Ao se deparar com a primeira passagem, do *Capítulo inédito*, Lessa considera que haveria uma "indisfarçável contradição" com o Livro I, pois ali o capitalista se torna não somente um trabalhador produtivo como também integrante do trabalhador coletivo. Diretamente tocando no problema das "funções sociais" – a que diversas vezes recorre em seu livro –, o autor recusa o teor da passagem e afirma que "a burguesia, em hipótese alguma, poderia ser produtora de mais-valia, já que *cabe a ela a função social* de se

[255] Essa afirmação aparentemente sem muita importância toca no problema em questão: já existe uma produção "natural" na base da exploração capitalista?

apropriar do trabalho excedente sob a forma de mais-valia" (Lessa, 2007, p. 27, grifos nossos). Assim, Lessa considera que esse seria mais um bom motivo para sempre conceder ao Livro I de *O Capital*, o único publicado pelo próprio autor, uma "prioridade exegética". No estudo que faz do Livro I, Lessa não encontra nenhuma forma de compatibilizar os dois textos de Marx nessa questão.

De fato, esse não deixa de ser um importante desafio na interpretação de conceitos fundamentais de Marx para o entendimento das classes sociais. Mas, a partir desse ponto, propomos uma saída distinta. Afinal, como um autor que dedicou sua vida e produção a desmascarar a exploração de classe pôde considerar como "produtivos" os próprios exploradores? Parece-nos correta a observação de Lessa ao argumentar que há razões teóricas que fazem um autor escolher não publicar certos manuscritos. Contudo, nesse caso, consideramos que há muito mais complementaridade do que contradição, o que se deve, como iremos explorar, a duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, o trecho do capítulo inédito tem uma nítida motivação em evidenciar as diferenças no interior das classes proprietárias. A necessidade de distinguir entre capitalistas que agem no interior do processo de produção daqueles que residem na esfera da circulação de capital é uma forma de se enfatizar a esfera na qual o valor e mais-valia são produzidos. Uma discussão que, com se sabe, percorre os três livros de *O capital*. Mesmo assim, e este é o segundo fator, resta explicar por que Marx, além de ressaltar onde se gera o valor, também inclui o capitalista em "funções produtivas" ligadas ao trabalho produtivo. A razão de afirmarmos que há uma complementaridade entre os textos está no fato de que, em vários capítulos de *O Capital,* Marx desenvolve o que entende por essas funções e mostra que a burguesia pode executar (na verdade, já executou) trabalho produtivo. Essa preocupação está explícita no Livro III, principalmente nas passagens sobre a emergência das sociedades anônimas, mas está também no Livro I.

Em suma, não parece se tratar de uma contradição das ideias de Marx, mas uma contradição real. Não é por outra razão que a dialética é tão valorizada por Marx como forma de expressar o movimento, pois, como lembra Fausto, um objeto contraditório em si só pode ser expresso, racionalmente, contraditoriamente.

3.1. O modo de produção capitalista (MPC) e as funções do trabalho e do capital

O ponto central da análise é chegar às últimas consequências do fato de a classe exploradora no capitalismo ser a primeira, em relação a outras sociedades de classe, com vinculação direta na produção. Não temos condições neste trabalho de tratar dos vários caminhos a partir dos quais se projetou uma teoria geral dos modos de produção. Algumas indicações somente são necessárias, para que identifiquemos a "originalidade" do MPC.

Na produção marxista, há certo consenso sobre o fato de que um modo de produção é a unidade entre forças produtivas e relações de produção. Porém, a partir daí o conceito é tanto usado de modo restrito (apenas como se essa relação dissesse respeito à "base econômica") ou ampliado (no qual se articula a relação entre forças produtivas e relações de produção ao o que se entende por "superestrutura"). De início, faremos apontamentos mais voltados à dimensão "restrita" da relação entre forças produtivas e relações de produção, deixando de lado as contribuições posteriores que ampliam o conceito.

Fausto (1987, p. 104-105) assinala que Marx apreende o modo de produção como uma unidade entre base material e forma social. Para nos referirmos a outra tradição no marxismo, podemos também acompanhar Althusser (1999) e destacar que as forças produtivas englobam os objetos de trabalho, os instrumentos de produção e os agentes de produção. Os dois primeiros termos constituem os meios de produção, enquanto o terceiro é aquele que se refere à força de trabalho, o agente que põe em movimento os meios de produção, ainda que não seja o seu proprietário. As relações de produção são as relações sociais entre os agentes de produção. Numa sociedade de classes, é a relação entre produtores diretos e apropriadores. Embora se refira a relações de distribuição e propriedade, as relações de produção são, antes de qualquer outra coisa, *relações de exploração*.

As concordâncias no interior do debate marxista começam a cessar a partir do momento em que se procura estabelecer as relações de correspondência entre forças produtivas e relações de produção e, dentre os dois elementos, qual seria o "motor" responsável pela mudança de um modo de produção a outro. Convém, então, expor o entendimento a que nos identificamos. O que só podemos fazer de modo sintético e sem entrar em questões relativas a uma "teoria geral da história".

Como já desenvolvemos no capítulo anterior, a ênfase de Marx em perquirir e priorizar *as formas sociais* em detrimento do conteúdo material nos faz conceder a primazia às relações de produção na determinação de um modo de produção, pois a base material é moldada e determinada por essas relações[256]. Essa postura, contudo, não ignora, também como vimos em relação à produtividade do trabalho, que a base material sempre será um limite, um condicionante objetivo, que se também se impõe perante a forma[257]. Também não se deve ignorar que as forças produtivas, em geral, apresentam um caráter cumulativo, sendo improvável uma tendência regressiva. Mas o que está em jogo é a determinação social da criação, uso e aproveitamento das forças produtivas e isso somente poderá ser compreendido por meio das relações de produção, pois são elas que, de fato, se materializam.

Convém igualmente observar que o modo de produção se constitui, a rigor, como objeto teórico e não é imediatamente traduzido nas sociedades concretas, principalmente porque uma *formação social* é um conjunto complexo de modos de produção distintos no qual um deles é o dominante. Por conseguinte, isso significa que nem todas as forças produtivas de uma sociedade capitalista, por exemplo, sejam expressões materiais das relações de produção capitalistas.

Feitas essas observações gerais, nos interessa avançar na caracterização da originalidade da exploração do modo de produção capitalista. Para tanto, Marx fornece duas características principais:

> *Primeiro:* seus produtos são mercadorias. Produzir mercadorias não o distingue de outros modos de produção, mas a circunstância de seu produto ter, de maneira dominante e determinante, o caráter de mercadoria[258]. Isto implica, de saída, que o próprio trabalhador se apresente apenas como vendedor de mercadorias e por conseguinte como assalariado livre, aparecendo o trabalho em geral como trabalho assalariado (...) Os agentes principais desse modo de produção, o capitalista e o assalariado [*Lohnarbeiter*], como tais, são meras encarnações, personificações do capital e do trabalho assalariado; caracteres sociais definidos que o processo social de produção imprime aos indivíduos; produtos dessas relações sociais definidas da produção (Marx, III, 1985b, p. 1007).

[256] Como vimos em Turchetto (2005), não há nexo de exterioridade entre forças produtivas e relações de produção.
[257] Não atentar a isso, seguindo uma pista de Fausto, seria um fetichismo invertido, que acredita expressar o movimento somente a partir de formas.
[258] Poderíamos, então, supor que a forma "serviços" incorpora o capital, mas de modo subordinado e não determinante?

Já desenvolvemos aspectos dessa primeira característica ao comentar o trabalho de I. Rubin. Trata-se de uma condição essencial do MPC que se reflete em todos os âmbitos da vida social. A fonte de coesão de uma sociedade capitalista é *necessariamente* o mercado e as demais esferas, mesmo aquelas mais distantes (das relações pessoais, por exemplo), são incorporadas pela lógica mercantil. Segundo Marx, a mercadoria "e mais ainda a mercadoria como produto do capital, já traz implícitas a reificação dos caracteres sociais da produção e a subjetivação dos fundamentos materiais da produção, o que marca por inteiro o modo capitalista de produção" (p. 1008). E, a outra característica é assim colocada:

> *Segundo:* o que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção. (...) O impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para acrescer a produtividade social do trabalho; mas, esse acréscimo toma a aparência de elevação constante da produtividade geral do capital.
>
> A autoridade que o capitalista assume, personificando o capital no processo direto de produção, e a *função social* que exerce, dirigindo e dominando a produção, diferem essencialmente da autoridade baseada na produção escravista, feudal, etc. No regime capitalista de produção, a massa dos produtores diretos enfrenta o caráter social da respectiva produção na forma de severa autoridade reguladora e de mecanismo completamente organizado segundo uma ordem hierárquica, mas, os detentores dessa autoridade não são mais, como nas formas antigas de produção, os dominadores políticos e teocráticos (Marx, III, 1985b, 1008-1009).

Vemos que o capital apresenta aspectos semelhantes a qualquer outro modo de produção baseado na exploração de classe. Há os que produzem as condições materiais de existência e aqueles que se apropriam do excedente. Mas, e essa é parte fundamental, Marx está a indicar o que difere o capital dos modos de exploração anteriores. Podemos falar que a apropriação do excedente não é efetivada após a produção por meios "extra-econômicos" (por vias de legitimação política ou religiosa), mas no próprio processo de trabalho, devidamente subsumido. Basta realizar, na circulação, a mais-valia já extraída.

Isso também significa que a propriedade privada dos meios de produção não funciona somente como forma de 'roubar' os resultados gerados coletivamente, mas opera uma transformação fundamental que é a instalação e consolidação da divisão técnica do trabalho no

seio da produção, separando os momentos de concepção e execução do trabalho e gerando a dependência estrutural dos trabalhadores a essa lógica de acumulação.

A exploração necessita de um ordenamento jurídico que estabeleça a igualdade entre "sujeitos de direito", mas é na própria esfera produtiva que essa relação é "legitimada", pois o trabalhador "aceita livremente" a condição de assalariamento como forma de garantir o necessário para sua existência. Como salienta Althusser (1999, p. 65), para simplesmente viverem, são obrigados a se empregarem na produção, o que explica o fato de se apresentarem "sozinhos" na agência de recrutamento e também "sozinhos", uma vez contratados, irem todos os dias a seu posto de trabalho. Essa é a causa determinante da exploração do trabalho, mas, certamente, não é a única. A expropriação da classe dominada não ocorre apenas no sentido de que esta não tem a propriedade dos meios de produção – a "expropriação objetiva", segundo Turchetto (2005) – mas também porque perdem gradualmente a capacidade técnica e o conhecimento para operar a totalidade do processo de trabalho. Para usar os termos de Althusser, o trabalhador pode chegar "sozinho" a seu posto, mas não pode mais *isoladamente* colocar em movimento os meios de produção[259]. Ele faz parte de um coletivo de trabalho que, com a mecanização e automatização, torna-se apêndice da maquinaria. Em outras palavras, o modo específico de produção capitalista subsume não apenas *formalmente* (por meio do assalariamento), mas *realmente* o trabalho (técnica).

Desse modo, a única forma de sobrevivência, isto é, o único modo de ter acesso aos meios de produção e tornar-se "produtivo", por parte da classe explorada no capitalismo, se efetiva pelo contrato de trabalho que supõe sujeitos iguais e livres. E, na outra ponta do contrato, a figura do proprietário surge como o agente que *permite* e *cria as condições* para a produção. Percebe-se, assim, uma mudança qualitativa operada pelo capital. A burguesia não é somente a detentora dos meios de produção, mas ainda faz crer que é ela a própria fonte da produtividade, do progresso e da viabilidade da existência humana. Não é por outra razão que, diferentemente de qualquer outro

[259] Essa colocação de Marx (III, 1985b, p. 1011) aponta para o fato: "a ideia de considerar históricas apenas as relações de distribuição e não as relações de produção foi apresentada pela crítica principiante, ainda acanhada, da economia burguesa. Ela se baseia aliás numa confusão que identifica o processo social de produção com o simples processo de trabalho, tal como o efetuaria um ser humano, anormalmente isolado, sem ajuda social alguma". Ora, o modo de produção capitalista expropria de tal modo o trabalho cooperativo que "agora, [a] força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera [*funktioniert*] dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista" (Marx, 2001, p. 416)

modo de produção, a classe exploradora *aparece* como elemento ativo da produção, sendo até mesmo revestida, ideologicamente, sob a alcunha de "produtora".

Portanto, a exploração do capital "funciona" a partir da união complexa entre uma determinação material (são despossuídos que precisam vender força de trabalho e são presos materialmente à máquina produtiva) e instrumentos ideológicos correspondentes, que fomentam e solidificam uma ideologia burguesa "do trabalho". Segundo Althusser, essa ideologia pode ser analisada em três vertentes. A primeira é a noção de que o "o trabalho é pago segundo seu valor". A segunda diz respeito a uma ideologia jurídico-moral segundo a qual os "contratos precisam ser respeitados" e, por meio desse, devem ser as regras de ordem interna das empresas. A terceira é a naturalização da divisão do trabalho, que estipula diferenças "técnicas" entre postos de trabalho e de indivíduos que os ocupam. Em razão da expropriação objetiva, técnica e pelo conteúdo ideológico, as medidas repressivas e coercitivas (de vigilância ao "sindicato-casa") funcionam de forma complementar e não em primeiro plano.

Na passagem que citamos do *Cap. inédito*, em que se refere à classe capitalista como "classe produtiva *par excellence*", Marx de modo algum utiliza a expressão pelo o que ela parece ser – um uso acrítico, por sinal, seria extremamente implausível para sua obra na década de 1860. A intenção é evidenciar o movimento que oculta a exploração, ou seja, o capitalista que "dirige e explora" o trabalho produtivo *aparece* como produtivo frente a outros capitais (cousufrutuários da mais valia). Ao se colocar dessa forma, oculta a verdadeira fonte da mais-valia e se porta como "a classe produtiva por excelência" para toda a sociedade.

Porém, como toda ideologia, não se trata simplesmente de uma falsa consciência da realidade. Há aí uma alusão às contradições reais e a dificuldade de compreensão daquela passagem está no fato de que Marx usa a noção de produtividade em dois sentidos. Num primeiro, ela se refere a uma *função produtiva* que diz respeito ao funcionamento particular do capital produtivo em contraposição ao capital-dinheiro ou capital-mercadoria (como citamos, o que poderia ser associado também à noção de "capital-função" ou capital funcionante). Não deixa de ser uma forma mistificadora, já que não faz parte do trabalho produtivo, mas mesmo assim se coloca como produtivo por empregar diretamente a força de trabalho que produz valor e mais-valia, isto é, por ser capital na produção e não na circulação. *Sua função é consumir força de*

trabalho produtivamente. Contudo, há outro sentido, que é, agora sim, aquele incluso no conceito de *trabalho produtivo*, tal como vimos. Segundo Marx, o capitalista *pode* executar trabalho produtivo em situações em que "conduz o processo de trabalho coletivo".

O que pode parecer, à primeira vista, uma contradição ou lapso de um manuscrito não publicado é só a afirmação explícita da noção de *função social* que percorre os livros de *O capital.* Nesse ponto, não há visões distintas entre o manuscrito e a obra publicada. Ambos se referem, de forma muito semelhante, ao mesmo problema. Ademais, ao colocar a questão nesses termos – nos quais o capitalista pode executar trabalho produtivo, o que, a rigor, é *função do trabalho* – Marx permite discutir a teoria de classes sociais de uma forma extremamente mais complexa do que uma versão "simplificada" supõe. Para tanto, é preciso identificar a forma como Marx lidou com as noções de função social do MPC. Desse entendimento, podemos tirar conclusões importantes sobre a teoria das classes sociais[260].

Essa problematização inicia-se com a análise de Marx da cooperação. Segundo o autor, o "ponto de partida da produção capitalista" é a atuação simultânea de um número considerável de trabalhadores, num mesmo campo da atividade, sob o "comando do mesmo capitalista". Para essa questão, esse seria o ponto de partida "tanto lógico quanto histórico". Marx tem em mente aqui um dos aspectos da lógica dialética de Hegel segundo o qual mudanças quantitativas, até certo ponto, transformam-se em mudanças qualitativas. A partir de certo momento, o artesão da corporação ou o "pequeno patrão" surgem como o capitalista, pois a sua magnitude mínima de capital possibilitou que o número de trabalhadores explorados produzisse mais valia suficiente "para liberar o próprio empregador do trabalho manual", o que estabelece formalmente o capital como relação (Marx, 1996 [1867], p. 446). Esse ponto reaparece mais à frente quando afirma que o processo de trabalho, que antes conjugava esforços de cérebro e mãos, agora os separam até os "oporem como inimigos" (Marx, 1996 [1867], p. 137).

Testemunha-se, nesse primeiro momento, o surgimento de uma força produtiva nova, a força coletiva de trabalho, que está subsumida apenas formalmente ao capital. Os métodos e equipamentos utilizados podem bem ser os mesmos da produção artesanal anterior, mas aqui a

[260] Para o desenvolvimento teórico que se segue, baseamo-nos em diversos trabalhos. Os principais são: Carchedi (1996), Poulantzas (1978), Duménil e Lévy (1994 e 2005) e Milios e Economakis (2011).

necessidade de valorizar já modifica o processo de trabalho: "*o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho*, numa verdadeira condição da produção", tão necessária "quanto as ordens do general no campo de batalha" (Marx, 1996, p. 447, grifos nossos). Isto é, a partir desse estágio, não se pode mais considerar o processo de trabalho "enquanto tal", pois ele já está subordinado a outro imperativo: produzir valor[261]. Portanto, aquele que dirige o processo de produção tem frente a si *dois "problemas" a resolver*: dirigir esse corpo coletivo de trabalho - ser a "unidade e a vontade do corpo social de trabalho" (p. 475) [262] – mas também criar as condições para que esse trabalho seja explorado. Marx não usa somente a metáfora militar, mas também uma artística: "um violonista isolado comanda a si mesmo; uma orquestra exige um maestro": o que nos faz já pensar na hipótese de não se tratar somente de controlar a atividade alheia de modo hierárquico, mas dar uma visão de conjunto que o ente individual, particularizado *em qualquer produção coletiva*, não é capaz de fornecer. Então, "essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas" (p. 447). A passagem seguinte, mesmo que longa, é essencial para a compreensão do problema.

> Em primeiro lugar, o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. Com a massa dos trabalhadores ocupados ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência. *A direção do capitalista não é só uma função específica surgida da natureza do processo social de trabalho e pertencente a ele, ela é ao mesmo tempo uma função de exploração de um processo social de trabalho e, portanto, condicionada pelo inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração*. Do mesmo modo, com o volume dos meios de produção, que se colocam em face do assalariado como propriedade alheia, cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização. Além disso, a cooperação dos assalariados é mero efeito do capital, que os utiliza simultaneamente. *A* **conexão** *de suas funções e sua* **unidade** *como corpo total*

[261] De modo que, por não ser desenvolvida pelo trabalhador antes de o trabalho pertencer ao capital, essa força produtiva aparece como se fosse do "capital por natureza, como sua força produtiva imanente" (Marx, 1996, p. 448).
[262] Nesse sentido, "todo trabalho diretamente social ou coletivo executado em maior escala requer em maior ou menor medida uma direção, que estabelece a harmonia entre as atividades individuais e executa as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total, em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos" (Marx, 1996, p. 447).

> *produtivo situa-se fora deles, no capital, que os reúne e os mantém unidos*[263]. A conexão de seus trabalhos se confronta idealmente, portanto, como **plano**, na prática como autoridade do capitalista, como poder de uma vontade alheia, que subordina sua atividade ao objetivo dela. *Se, portanto, a direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica* (Marx, 1996, p. 447, grifos e negritos nossos).

O que nos parece importante destacar é a preocupação de Marx em evidenciar que a "função específica do capital" em dirigir implica um "conteúdo dúplice", ou seja, são duas funções sociais que se atrelam ao capitalista. Uma dessas funções é uma necessidade "da natureza do processo social", ou seja, advinda de uma organização coletiva do trabalho, mas que, no capitalismo, assume uma forma despótica, já que não se trata somente de produzir valore de uso, mas valor e mais valia. Novamente temos aqui uma relação rica e materialista entre forma e conteúdo. O conteúdo é dúplice, pois valor só existe a partir de um valor de uso. E como o primeiro subjuga completamente o segundo, sua forma é despótica.

E é com o desenvolvimento da cooperação, quando esta atinge graus cada vez maiores, que Marx indica que essas funções não necessariamente ficam restritas ao capitalista, pelo contrário, a tendência é que seja transferida "a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a *uma espécie particular de assalariados*":

> Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-maîtres*) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva (Marx, 1996, p. 448).

Diferenciar essas duas funções permite não só entender o processo de produção com um todo, mas também perceber a profunda crítica que Marx opera à economia política que, por naturalizar a forma capitalista de produção, tem enorme dificuldade em perceber essa distinção. Somente nessa chave de análise compreende-se o sentido da crítica implícita em uma passagem muitas vezes lembrada de *O Capital*: "O capitalista não é capitalista porque ele é dirigente

[263] Veremos que são exatamente esses termos (em negrito) que Marx utiliza no Livro III para designar a parte produtiva do trabalho do capitalista ou dos assalariados a quem delega tal função.

industrial, ele torna-se comandante industrial porque ele é capitalista" (p. 448). A intenção de valorizar sobrepõe-se ao comando da produção.

Vale a pena voltar à questão da origem do capitalista para que a diferença dessas funções fique ainda mais clara. No capítulo 9 ("Taxa e massa de mais-valia"), Marx aborda as limitações do capitalista que, por empregar poucos trabalhadores, consegue apenas produzir para "manutenção da vida" e não para "aumento de riqueza". Isso até o obriga em determinados momentos a, tal como seu empregado, "trabalhar e participar diretamente do processo de produção". Porém, ele será apenas um "ser intermediário entre capitalista e trabalhador" e somente irá "funcionar como capital personificado" quanto tiver tempo disponível para se consagrar: a) à apropriação do trabalho alheio, b) ao controle do trabalho alheio e c) à venda dos produtos desse trabalho. Parece-nos claro que esses três elementos constituem a função essencial do capital: *exploração e apropriação* do valor gerado pela força de trabalho.

Como essa explicação, também precisamos a definição de modo de produção capitalista a que temos nos referido desde o início. Para que o proprietário dos meios de produção e os trabalhadores *relacionem-se como (sejam portadores de)* capital e trabalho é preciso que um número suficiente de trabalhadores esteja empregado pelo mesmo capitalista *para que ele se afaste completamente do trabalho efetivo*. Como resumem Milios e Economakis (2011, p. 62):

> seu ganho (lucro) depende da magnitude de seu capital total adiantado e não de seu (do/da capitalista) trabalho e, portanto, o processo de trabalho está exclusivamente sob exploração direta de agentes outros que não aqueles participantes (diretos) do processo de trabalho. Apenas sob essa ótica os capitalistas são "não trabalhadores" (...) A esse completo distanciamento dos proprietários reais da necessidade de eles mesmos trabalharem diretamente podemos chamar de precondição necessária do MPC.

Porém, esse distanciamento não significa que "capitalistas como sujeitos individuais sejam simultaneamente os proprietários legais dos meios de produção" (idem). *A função (do capital) pode se separar – na verdade, cada vez mais se separa – da propriedade jurídica/legal*[264].

[264] Como confirma Marx: "nas sociedades por ações dissociam-se a função e a propriedade do capital" (III, 1974, p. 505).

O importante, então, é notar que o termo *capitalista enquanto proprietário dos meios de produção não responde sempre às mesmas funções*. O agente que executa a função do capital é uma construção histórica, resultado de uma complexa transformação que cria o capital enquanto relação social de produção. Em suas origens, o "pequeno industrial" ou o "pequeno patrão" não tinham condições materiais para *funcionarem somente enquanto capital*, precisavam funcionar também *enquanto trabalho efetivo*[265]. Algumas dificuldades de interpretação de passagens de Marx residem nesse aspecto: ao se referir ao capitalista – ou à classe burguesa – em certas passagens, Marx não necessariamente está tratando *somente* da função do capital, mas de uma forma de *capitalista-gerente* que faz algo além da "supervisão e controle". Dai sua relação *inicial* com o trabalho produtivo. Ressalta-se que essas passagens estão no capítulo *sobre a cooperação*. A posição do capitalista irá se alterar na grande indústria, como veremos em mais detalhes à frente.

Nos termos da tendência histórica, o desenvolvimento da relação capitalista não afeta somente os trabalhadores individuais (que se transformam no *trabalhador coletivo*), mas também os capitalistas tomados como proprietários legais dos meios de produção. Num primeiro momento, ao ter as condições materiais de se afastar completamente do trabalho efetivo, o capitalista se distancia da função de coordenação e unidade (perde um dos aspectos que davam o caráter "dúplice" de seu "trabalho") e se limite ao controle e vigilância do trabalho alheio e à circulação dos produtos. Num segundo momento, no contexto principalmente do capital monopolista, com a separação da propriedade econômica da posse efetiva, o capitalista-proprietário *afasta-se até mesmo da função de capital* (que permite consumir produtivamente força de trabalho) e se restringe ao capital-dinheiro. Consequentemente, outros agentes irão substituí-lo na função do capital, quase todos assalariados. Desse ponto de vista, vale a pena seguir a pista deixada em nota por Althusser (1999, p. 55): *assim como o desenvolvimento do capitalismo impulsiona o trabalhador coletivo, ele também cria o "explorador coletivo"*, os detentores e os agentes diretos e indiretos do capital[266].

---

[265] "Por volta de 1870, o empregador imediato de muitos trabalhadores não era o grande capitalista, mas o subcontratador intermediário, ao mesmo tempo empregado e pequeno empregador de trabalho" (Dobb, 1947 apud Braverman, 1987, p. 17).

[266] Ou aquilo que Carchedi (1996) irá chamar de "função global do capital". Marx refere-se ao "capitalista combinado [*kombinierter Kapitalist*]" das sociedades anônimas em oposição ao que atua de forma isolada (Marx, 1996a, p. 450).

Essas observações são importantes, pois o método de Marx em *O Capital* é enfatizar como é o relacionamento entre as funções. Ainda que em diversas oportunidades exista uma preocupação em falar da "gênese histórica", o capitalista é, sobretudo, a "personificação do capital", enquanto o trabalhador é a "personificação da força de trabalho". Parece-nos bastante clara, nesse aspecto, a motivação de Marx em enfatizar os agentes como portadores (ou suportes), isto é, como sujeitos que encarnam as relações sociais capitalistas: "veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam" (1996, p. 210). Ou, como aponta já no prefácio da primeira edição do Livro I: "mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, *portadoras* de determinadas relações de classe e interesses" (1996a, p. 131).

Ainda que seja esse o termo usado por Marx (*Träger*), há certa resistência ao uso da ideia de portador ou suporte, pois elas indicariam uma anulação dos sujeitos (ou, para alguns, do "humano") ante as estruturas de dominação. Mas nos parece que essa visão é deslocada. O termo portador (ou suporte) está em consonância com a forma de tratamento das classes e o objeto de *O Capital*, o que, por sinal, é reconhecido por tradições bastante distintas do marxismo[267]. O que nos parece importante ressaltar é que o entendimento das funções, as quais supõem os indivíduos como suportes, explica somente isso: as forças que se impõem aos agentes. Enquanto ele exercer essas funções, por mais que subjetivamente queira ou pense agir ao contrário, há uma força objetiva (e social) que o limita. Marx faz o comentário para justificar-se pelo fato de não pintar com cores róseas as figuras do capitalista e do proprietário fundiário. Podem ser até bons pais e

[267] Exemplos vão da leitura estrutural proposta por Althusser (1980) e Poulantzas (1978) à interpretação dialética (a partir da herança hegeliana) desenvolvida por Fausto (2002). Por sinal, Fausto (p. 177) sugere que "portador" é melhor tradução que "suporte", pois a ênfase está em indivíduos e não objetos. "Portador" mantém o sentido de inércia que Fausto afirma existir no tratamento das classes em *O capital*, mas "tem a vantagem de evitar a ressonância de *pura passividade* 'morta' que o segundo termo introduz" (grifo do autor). As discussões sobre a classe em "inércia" ou "em potência" serão feitas posteriormente. Interessante notar como Engels, já em 1845, introduzia a questão da relação entre um fabricante industrial e seus operários numa contraposição aos "valores humanos": "a relação entre o industrial e o operário não é uma relação humana: é uma relação puramente econômica – o industrial é o 'capital', o operário é o 'trabalho'. E quando o operário se recusa a enquadrar-se nessa abstração, quando afirma que não é apenas 'trabalho', mas um homem que, entre outras faculdades, dispõe de capacidade de trabalhar, quando se convence que não deve ser comprado e vendido enquanto 'trabalho' como qualquer outra mercadoria no mercado, então o burguês se assombra. Ele não pode conceber uma relação com o operário que não seja a da compra-venda; não vê no operário um homem, vê *mãos* (*hands*), qualificação que lhe atribui sistematicamente" (2008, p. 308).

amigos amáveis, mas para bem cumprir suas funções, fazem o que é preciso[268]. A ideia de que a identificação das funções, que preconizam agentes como suportes, reduz a atividade humana e engessa a ação social confunde o aquilo que é provocado pelo capital com a denúncia radical de Marx[269].

Vale a pena, para prosseguirmos nesse ponto, recorrer brevemente a um capítulo de *Teorias da mais-valia* [1861-1863]. Na parte dos *Aditamentos* referente às teorias sobre o trabalho produtivo, há uma sessão específica sobre o trabalho de artesãos e camponeses que coexistem com a produção capitalista. O ponto central é que essas categorias de trabalhadores, embora produzam mercadorias, não podem ser relacionadas aos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, pois não há troca de capital por força de trabalho, ou seja, é uma forma de produção não subsumida ao modo de produção capitalista. Como indicamos, a permanência dessas situações revela a Marx que um modo de produção nem sempre domina todas as relações sociais. Porém, na medida em que um modo se constitui como dominante, ele não deixa de repercutir nas relações antigas. E aqui começam os problemas.

Essa situação levou certas teorias a conceber um indivíduo que é patrão e trabalhador ao mesmo tempo. Isso significa, no caso de produtores independentes, que eles acabariam por "reproduzir sua força de trabalho (...) e criar mais-valia". A "destinação econômico-social" desses meios de produção é condicionada pelo mercado capitalista, e esses produtores são "divididos em duas pessoas": "como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo" (Marx, 1980, p. 401).

A posição de Marx sobre o *assalariado de si mesmo* é elucidativa: "por mais irracional que seja à primeira vista, é contudo correta até certo ponto". A precisão à forma "assalariado de si mesmo" reside no fato de que ele tem acesso ao excedente que produziu não por seu "trabalho", mas por sua "propriedade". O espanto inicial com a expressão explica-se em razão da dissociação entre produtor e meios de produção ser "a relação normal nessa sociedade". Quando essas partes

[268] Num grau distinto, mas segundo a mesma lógica, vários militares nazistas cumpriam de forma eficiente suas tarefas, sem deixar de serem pais cuidadosos e carinhosos.
[269] Se considerarmos que Marx redige *O capital* para desmistificar a relação capitalista (de exploração), o que se produz, como reconhecido por ele próprio, é uma arma que, ao ser usada pelos trabalhadores, os auxilia a entender a exploração *para agir contra ela*. Essa é a polêmica tese defendida por Lebowitz (2003).

estão unidas, a situação aparece como fortuita. Ora, é isso que explica o "assalariado de si mesmo", pois é assim caracterizado justamente porque é mantida

> a dissociação como relação, mesmo quando a pessoa congrega as diferentes funções. Sobressai aí de maneira contundente a circunstância de o *capitalista como tal ser apenas função do capital, e o trabalhador, função da força de trabalho.* É pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes (...). (Marx, 1980, p. 402, grifos nossos).

Como vimos, a partir do acúmulo de recursos e ao empregar outras pessoas, a tendência, para Marx, é que o artesão (ou camponês) transforme-se em capitalista ou, se fenecer no mercado, se torne trabalhador assalariado. Esse é o mesmo processo que faz do proprietário mais próximo da função do capital do que da função da força de trabalho[270].

Porém, a discussão não cessa aí. Afinal, se seguirmos logicamente a afirmação de Marx de que o capitalista (ou seus assalariados especiais) precisa resolver tanto o problema da valorização quanto o da coordenação do processo coletivo de trabalho, *e se essa coordenação é vista como natural a qualquer processo coletivo* (nas palavras de Marx), eles desempenham, pelo menos parcialmente, um tipo especial de "função produtiva", ou seja, além de explorar, participam da produção propriamente dita do valor ao coordenar e dar unidade ao processo de trabalho[271]. Trata-se, nesse caso, de trabalho produtivo que, evidentemente, só existe porque ao caminhar para a subsunção real, o conhecimento e o controle do trabalhador sobre a produção são tolhidos. Como bem argumentam Duménil e Lévy (1994), uma atividade que só existe porque *uma parte do processo de trabalho foi violentamente apropriada pelo capital*. Ao se referir ao período manufatureiro, em que a subsunção ainda não está completa, Marx descreve:

> O camponês e o artesão independentes desenvolvem, embora modestamente, os conhecimentos, a sagacidade e a vontade, como o selvagem que exerce as artes da guerra apurando a sua astúcia pessoal. No período manufatureiro, essas faculdades passam a ser exigidas apenas pela oficina em seu conjunto. *As forças intelectuais da produção só se desenvolvem num sentido, por ficarem inibidas em relação a tudo o que não se enquadre em sua unilateralidade. O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles* (Marx, 2001, p. 416).

[270] Embora "função da força de trabalho" seja realmente uma forma mais rigorosa, usamos para efeito de contraposição mais direta, função do trabalho ou trabalho efetivo, mas sem ignorar a distinção entre trabalho e força de trabalho.

[271] Essa é também a posição de Carchedi (1996); Duménil e Lévy (1994) e Resnick e Wolff (1982) sobre a questão em Marx.

Assim, a dissociação "começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho". Na manufatura, o processo "mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial". O que se completa na grande indústria, "que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital" (Marx 1996a, p. 475). O processo de domínio do capital sobre o trabalho é essencialmente um processo de expropriação das forças coletivas do trabalho. E não deixa de ser um processo de *redução qualitativa*, já que as forças intelectuais precisam caminhar agora numa direção única, a da valorização.

Se o trabalho produtivo do capitalista está implícito (no plano lógico) no Livro I, ele se torna explícito no Livro III, destinado a explicar o processo global da produção capitalista (Marx, 1974). No capítulo 23, em que já antecipa a emergência das sociedades anônimas, o objetivo de Marx é mostrar como a função do capital transfigura-se, na aparência, em função do trabalho quando postos em contraposição o capital portador de juros e o capital industrial.

Como o capitalista industrial não possui todo o montante necessário à produção, ele precisa recorrer, desde suas origens, a outro capitalista que, embora afastado dessa esfera, pôde ter acesso à parte da mais-valia global num momento prévio e a faz agir, por empréstimo, na forma de juro[272]. Dessa situação, cria-se um acordo em que o lucro bruto originado da mais-valia na produção tenha que se dividir em juro do prestamista e lucro do empresário. Essa parte tomada pelo capitalista das finanças não é, por suposto, vista com muitos bons olhos pelo capitalista industrial. Marx, com lhe é comum, ironiza: "custa esforço a exploração do trabalho produtivo, execute-a o próprio capitalista ou outros por delegação dele" (Marx, 1974, p. 438). Ora, o engodo ideológico é aqui bem claro a Marx[273]: ao contrapor-se ao juro, o empresário quer fazer seu lucro (parte da mais-valia) ser visto como seu verdadeiro oposto, como resultado da "função de não proprietário, de... *trabalhador*" (ibidem, p. 438, grifos de Marx). A operação ideológica se completa quando "na cachola" do capitalista o lucro do empresário é visto como *salário*, pago

[272] O capital portador de juros sempre foi e ainda é elemento necessário da reprodução ampliada do capital e cria, assim, condições para acumulação. Ocorre que esse mesmo movimento enseja a proliferação de capital fictício por todo o sistema, o que se converte em obstáculo à acumulação, como se vê no período neoliberal.

[273] Engodo esse tão comum às atuais polêmicas entre representantes de frações do capital industrial e financeiro no período neoliberal. A fração industrial, por um lado, reclama dos juros, por outro, ataca os direitos dos trabalhadores. Ao fim, ambas se unem na tentativa de reduzir custos com a força de trabalho (e a terceirização é fundamental, nos dias de hoje, para esse objetivo).

por sua "direção e superintendência". E este salário só seria maior do que o de um assalariado comum, na visão do capitalista-empresário, pois seria "mais complicado" e porque ele "retribui a si mesmo". Em suma, quando o capital-função contrapõe-se ao capitalista financeiro (capital-dinheiro/capital-monetário), o "trabalho de explorar" é equiparado ao "trabalho do explorado".

A trama ideológica é evidenciada, mas, assim como no Livro I, Marx retoma o conteúdo dúplice das funções ligadas ao capitalista-gerente e suas implicações: "O trabalho de supervisão e direção surge *necessariamente todas as vezes que o processo imediato de produção se apresenta em processo socialmente combinado* e não no trabalho isolado de produtores independentes. *Possui dupla natureza*" (p. 441, grifos nossos). De um lado, como acabou de afirmar, trata-se dos esforços existentes em qualquer modo de produção baseado na oposição entre o produtor imediato, o trabalhador, e os proprietários[274]. Porém, por outro lado,

> (..) em todos os trabalhos em que muitos indivíduos cooperam, a *conexão e unidade* do processo configuram-se necessariamente numa vontade que comanda e nas funções que não concernem aos trabalhadores parciais, mas à atividade global da empresa, como é o caso do regente de uma orquestra. *É um trabalho produtivo que tem de ser executado em todo sistema combinado de produção* (Marx, 1974, p. 442, grifos nossos).

Identificada essa dupla natureza, e se ela é encarada como um fato objetivo de qualquer processo coletivo de trabalho, *o passo adiante é saber que pergunta, então, deve ser feita e como lidar com esse problema.* Nossa hipótese: Marx não avança diretamente no sentido de mostrar *como* uma produção comunista pode superar o aspecto explorador da relação e fazer com que o trabalho de conexão e unidade, do "plano" necessário à produção, não seja expressão de uma divisão hierárquica entre trabalho manual e intelectual, ou trabalho de concepção e execução. Mais do que isso, por não percorrer diretamente esse caminho, algumas das suas colocações sobre a empresa de sociedade anônima e as cooperativas abrem espaço para uma leitura economicista.

[274] Assim, quanto maior a oposição, maior seu custo. Na escravidão, este é um custo imenso. Já para um camponês independente ou um artífice autônomo, a teoria clássica irá chamar de "falsos custos da produção". Digno de nota que Marx, na sequência, leva o raciocínio para pensar o Estado: de forma análoga à organização capitalista, a "intromissão geral" e o "trabalho de superintendência do Estado capitalista" escondem "duas coisas: a execução das tarefas comuns que derivam da própria natureza de toda coletividade, e as funções que decorrem especificamente da oposição entre governo e a massa do povo" (1974, p. 442).

Mas, se Marx não seguiu diretamente na *previsão* de qual seria o funcionamento de uma produção comunista (o que, por sinal, seria estranho a seu método), argumentou de forma clara a razão pela qual a economia política *não podia identificar essa dupla natureza*, isto é, precisava igualar as duas funções como forma de naturalizar a posição dos comandantes da produção.

Tal como os escritores da Antiguidade, os economistas políticos, segundo Marx, fazem com que esses dois aspectos sejam teoricamente inseparáveis, pois assim podem atrelar a viabilidade da produção material da existência à forma pela qual a classe dominante explora o trabalho alheio[275]. Ou seja, se essa distinção não é feita, não há abertura teórica possível para se pensar um processo em que se separe o que é relativo à exploração e o que é relativo a um processo de trabalho coletivamente organizado em grande escala. Na ausência da separação, aqueles que comandam no capitalismo assim o fazem, pois se colocam no papel de únicos *naturalmente* capazes de exercer tal função. Como complemento ideológico, um elitismo teórico amalgama-se a um "darwinismo social"[276], cujo intuito é naturalizar o "dom" ou "mérito" especial de uma fração pequena da sociedade que reúne as condições necessárias para "melhorar" a produção social[277].

E a tendência histórica do capital, como vimos, deixa as coisas ainda mais tortuosas, por gradativamente eliminar a figura do capitalista que reunia em si as duas dimensões da função de "supervisão e direção": chegou-se a um ponto em que "(...) se vê o trabalho de direção por inteiro dissociado da propriedade do capital" (p. 445). Os gerentes industriais se tornam a "alma do sistema" (como Ure havia mencionado) e o capitalista em si, na produção, se torna cada vez mais

[275] Daí considerarmos insuficientes abordagens em que trabalho intelectual é exclusivamente definido como "supervisão e controle", isto é, em termos de vigilância. Essa equiparação limita teoricamente a possibilidade de se pensar o necessário trabalho intelectual de coordenação e unidade da força coletiva fora da forma capitalista e fora de qualquer forma de exploração. É compreensível que esse conteúdo dúplice passe despercebido no Livro I em razão das metáforas militares utilizadas por Marx, que acabam por enfatizar o aspecto hierárquico de controle e submissão. Porém, mesmo lá, vimos que Marx deixa claro que "ao livrar-se do trabalho manual", o capitalista assume, logicamente, tarefas intelectuais, mas para resolver "dois problemas": o da produção em si e o de garantir a exploração.

[276] Que não era, importante ressaltar, o darwinismo de Darwin, mas sim o uso liberal, enviesado e não apoiado pelo autor, de sua teoria. Ver, entre outros, P. Tort (2000).

[277] Sobre o "melhoramento" (*improvement*) como construção ideológica da relação social capitalista, ver o interessante ensaio de E. Wood (2001) sobre o papel do melhoramento em J. Locke e nas origens do capitalismo. Como exemplo de naturalização da função de direção, afirma Schumpeter (apud Galbraith, 1985): "Agir com confiança para além da faixa de luz dos faróis conhecidos e vencer essa resistência exige aptidões que estão presentes tão somente em pequena fração da população, e que definem tanto o tipo empresarial como a função empresarial".

supérfluo (o que mina até mesmo, poderíamos acrescentar, as justificativas ideológicas de sua posição social e material, o que se vê na aversão ao financista e especulador).

Ainda nessa mesma linha, Marx afirma:

> Na medida em que o trabalho do capitalista não resulta do processo de produção em seu aspecto puramente capitalista, isto é, não se extingue automaticamente com o capital; na medida em que ultrapassa a função de explorar trabalho alheio e na medida, então, em que deriva da forma social do trabalho, da combinação e da cooperação de muitos para atingir um resultado comum, é tão independente do capital quanto daquela própria forma tão logo arrebente o invólucro capitalista (1974, p. 445[278]).

Ou seja, liberto da necessidade de explorar o trabalho alheio, restaria apenas a função de combinar os trabalhos parciais para atingir um resultado comum. Essa tarefa é "independente do capital", o que irá ser comprovado quando o invólucro capitalista for arrebentado. A economia política faz crer que o desenvolvimento inaudito das forças produtivas somente foi possível e só será mantido na forma capitalista, ao que Marx responde que uma nova sociedade pode surgir se resgatar essa potencialidade social confiscada pelo capital. Estaria, então, o problema assim resolvido?

A resposta a essa pergunta é decididamente negativa, já que está longe de ser algo natural ou um imperativo histórico o "resgate" das forças produtivas do invólucro capitalista. Mas, antes de entrarmos diretamente nessa questão, é preciso voltar ao Livro I para que a visão de Marx sobre o conteúdo dúplice da função de direção na grande indústria fique mais clara.

***

Para tanto, é preciso discutir algumas questões que Marx desenvolveu no Livro I em *Maquinaria e grande indústria*. Nossa intenção é apresentar o que consideramos ser *o problema central subjacente* ao formato que Marx designa por "grande indústria", a fase histórica em que o modo de produção capitalista se põe de maneira completa ao subsumir realmente o trabalho assalariado[279]. Seguimos a linha de raciocínio até aqui debatida: ao manter a relação forma e matéria, máquina e uso capitalista, sistema autômato e autocrático, Marx se lança a entender *o*

[278] Tradução alterada a partir do cotejamento com outras versões, pois o trecho em português é um pouco confuso.
[279] O que fazemos, evidentemente, após levar em consideração os diferentes comentadores já citados nesse trabalho.

que o capital expropria da força coletiva de trabalho e, assim, o que está por trás do caráter dúplice da organização capitalista. A leitura desse capítulo, com esse problema em mente, consegue identificar pontos bastante interessantes. Isso porque só depois de se identificar o que se conserva em qualquer organização coletiva de trabalho e o que se mostra como arma capitalista para controlar essa força coletiva, é possível discutir o caráter das forças produtivas criadas pelo capitalismo.

O verdadeiro significado da grande indústria só se revela a partir da compreensão da mudança qualitativa que ocorre na transição da manufatura para o sistema de máquinas. A tese essencial de Marx é mostrar que a grande indústria *não é uma simples radicalização da divisão manufatureira do trabalho*, embora ela só possa existir sobre a base material criada pela manufatura[280]. Também nesse caso, a gênese da forma social mostra-se mais uma vez distante de uma visão teleológica baseada em determinações puramente técnicas da produção[281].

Marx assinala que a manufatura tem origem em dois processos. No primeiro, ofícios autônomos são reunidos num mesmo local, por um único capital, para que passem a exercer em conjunto as partes distintas necessárias à obtenção de um produto final. No segundo, a divisão do trabalho se impõe a um mesmo ofício, que passa a ser desmembrado em partes cada vez mais elementares as quais, por sua vez, vão sendo vinculadas a cada trabalhador. Em ambos os casos, o resultado é o esfacelamento da atividade artesanal, o que provoca, em consequência, a crescente separação do trabalho manual e do trabalho intelectual, do trabalho de concepção e do trabalho de execução. Cria-se uma hierarquia no processo de trabalho. No lugar do artífice individual, que reunia em si a decisão e o controle sobre o *fazer* das coisas, cria-se um trabalhador coletivo, em que o esforço de diferentes agentes é coordenado para a produção de um produto em comum: "a estreiteza e as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo" (Marx, 2001, p. 404).

[280] Essa transição é demonstrada de forma detalhada e pormenorizada no estudo de D. Romero (2005), no qual também nos baseamos.

[281] Importante ressaltar os estudos que buscaram evidenciar que o nascimento da grande indústria deveu-se muito mais aos conflitos sociais motivados pela aversão à disciplina no trabalho do que a um reconhecimento natural da superioridade técnica da maquinaria automatizada. Essa tese está presente, por exemplo, em Thompson (1987) e Marglin (2001).

Contudo, trata-se ainda de uma divisão ainda subjetiva, pois a habilidade, a força, o conhecimento residem nos trabalhadores individuais. Cada trabalhador domina ainda sua atividade, não obstante ter sido já expropriado em relação à propriedade dos meios de produção e de ter sofrido a especialização na medida em que o trabalho se divide. Esse é o início da superação da subsunção formal, pois o modo de trabalhar se modifica inteiramente.

É justamente o aspecto subjetivo da divisão do trabalho, que permite ainda uma maior autonomia e poder de resistência dos trabalhadores, que é modificado pela grande indústria. Nela, a máquina (máquina-ferramenta) passa a ser a expressão material da necessidade de valorização do capital e dá um caráter objetivo à divisão do trabalho. O capital torna-se, assim, o verdadeiro sujeito da produção. Não é mais o trabalhador que utiliza um instrumento de trabalho, é o meio de trabalho transformado em sistema de máquinas que se utiliza do trabalhador. Esse é agora um apêndice da máquina, um prolongamento do sistema automático de produção. A tendência é que esse ente seja cada vez mais expulso da manipulação direta do objeto de trabalho, ainda que seja ele, contraditoriamente, o responsável pela valorização do capital[282]. O trabalho morto, objetivado subjuga o trabalho vivo. O caracol, para lembrar a metáfora de Marx, separa-se da sua concha. Esse distanciamento o faz, no limite, apenas um vigilante e alimentador do sistema de máquinas. Trata-se, aqui, da subsunção real em que há, como afirma Romero (2005, p. 131), a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador. Nas palavras de Marx:

> A própria manufatura fornece ao sistema de máquinas, nos ramos em que este é introduzido primeiro, grosso modo, o fundamento naturalmente desenvolvido da divisão e portanto da organização do processo de produção. Aí se introduz, porém, imediatamente uma diferença essencial. Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupos, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adaptado antes ao trabalhador. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada. O processo global é aqui considerado objetivamente, em si e por si, analisado em suas fases constituintes, *e o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc*. (Marx, 1996b, p. 14-15, grifos nossos)

[282] "Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor de troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor de uso. O trabalhador é posto para fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação (Marx, 2001, p. 491)".

Se na manufatura o capitalista-gerente, que reivindica para si a função de conectar as partes especializadas do processo de trabalho e, por ter somente um controle subjetivo, exige disciplina absoluta, essa atividade *se deslocada para a aplicação direta da ciência* na grande indústria. É o "autômato" ao qual se refere Marx:

> Um sistema de maquinaria, quer se baseie agora na mera cooperação de máquinas de trabalho da mesma espécie, como na tecelagem, quer numa combinação de espécies diferentes, como na fiação, constitui em si e por si um grande autômato, assim que seja movido por um primeiro motor semovente (...) a partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes (Marx, 1996b, p. 16)[283].

É notável perceber que a descrição da máquina-ferramenta por Marx identificou muito mais as potencialidades que o sistema de máquinas engendrava do que propriamente a situação concreta das indústrias da Inglaterra de meados do século XIX. Dito de outro modo, Marx escreve num período em que se presenciavam os primeiros resultados da aplicação capitalista da maquinaria e seu mérito não foi ter apenas radiografado uma organização particular do processo de trabalho ainda embrionária, mas, sobretudo, foi ter percebido de que modo as inovações técnicas expressavam materializações das relações de exploração capitalista que, por sinal, só tendem a se radicalizar.

Na medida em que os trabalhadores perdem progressivamente o contato com o processamento direto das matérias-primas, eles passam a usar mais o tempo para, nos termos de Marx, "vigiar com o olho" a máquina e "corrigir com as mãos" (1996b, p. 10) os erros do sistema (que se pretende) automático. Ora, mesmo mais de 140 anos após a primeira edição dessa obra, os inúmeros estudos sobre o processo de trabalho na indústria contemporânea dificilmente poderão mostrar casos significativos em que há somente algo como uma vigilância de processos completamente automáticos ou apenas interferências ocasionais de trabalhadores. O trabalho manual, repetitivo, rotineiro, padronizado preserva-se a despeito da constante restruturação capitalista do processo de trabalho que incrementa os meios técnicos e informacionais. A permanência de situações generalizadas de trabalho análogas a contextos anteriores, não

[283] "Enquanto capital – e enquanto tal o autômato tem no capitalista consciência e vontade – está animada pelo impulso de reduzir a opositiva mas elástica limitação natural do ser humano à resistência mínima" (1996b, p. 36)

significa, evidentemente, equívoco de Marx, mas prova de que o modo de produção especificamente capitalista (seu verdadeiro objeto) é contraditório e se articula de forma complexa com técnicas que expressam mais propriamente outros modos de produção. Essa observação é importante porque, como vimos, muito se discute acerca de *previsões* de Marx, se seriam ou não confirmadas na atualidade. O problema é que a forma como o debate é proposto, muitas vezes, mais oculta do que esclarece seu objeto teórico.

Nesse sentido, um dos pontos mais interessantes assinalados por Marx sobre a utilização capitalista da maquinaria é certa *perversão* da mudança qualitativa da grande indústria em relação à manufatura:

> Embora a maquinaria, tecnicamente, lance por terra o velho sistema da divisão do trabalho, continua ele a sobreviver na fábrica como costume tradicional herdado da manufatura, até que o capital o remodela e consolida, de forma mais repugnante, como meio sistemático de explorar a força de trabalho. A especialização de manejar uma ferramenta parcial, por uma vida inteira, se transforma na especialização de servir sempre a uma máquina parcial. Utiliza-se a maquinaria para transformar o trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial (Marx, 2001, p. 482).

O aspecto principal levantado por Marx é o de que aquela divisão do trabalho manufatureira (na qual a "estreiteza" do trabalho parcial é uma "perfeição" do trabalhador coletivo) não tem mais, a rigor, uma base técnica, pois a tendência é de igualização de trabalhos auxiliares da máquina[284]. Porém, ela é absorvida e reintroduzida mesmo assim na grande indústria, pois permite tornar ainda mais *completa* a submissão do trabalhador ao capitalista[285]. Para Marx, essa maneira repugnante de explorar a força de trabalho é fruto da forma capitalista de organizar a crescente produtividade do sistema de máquinas. Novamente, observa-se aqui sua

[284] "A eficácia da ferramenta emancipa-se dos limites pessoais da força humana. Desse modo, desaparece a base técnica em que se fundamentava a divisão manufatureira do trabalho. A hierarquia dos trabalhadores especializados que a caracteriza é substituída, na fábrica automática, pela tendência de igualar ou nivelar os trabalhos que os auxiliares das máquinas têm de executar; as diferenças artificiais entre os trabalhadores parciais são predominantemente substituídas pelas diferenças naturais de idade e de sexo" (Marx, 2001, p. 480).

[285] Mesmo que não tenhamos condições de entrar no mérito da questão, vale a pena indicar que esse aspecto é pano de fundo, pensamos, da tese de Moraes Neto (2002) segundo a qual o taylorismo e o fordismo no século XX foram "desvios mediocrizantes" da grande indústria, por serem apenas desenvolvimentos da manufatura. A tese do autor levanta questões importantes (como o equívoco em se imaginar que a linha de montagem fordista foi generalizada para toda a produção), mas é preciso levar em conta o papel fundamental da manufatura mesmo *dentro* da grande indústria.

preocupação em destacar o caráter *dúplice* do processo de produção, que reúne processo de trabalho e processo de valorização[286]:

> Assim, não só se reduzem os custos necessários para reproduzi-los, mas também se torna completa sua lista. Como sempre, é mister distinguir entre a maior produtividade que se origina do desenvolvimento do processo social de produção e a que decorre da exploração capitalista do processo (Marx, 2001, p. 482).

São várias as menções de Marx ao longo de todo capítulo à dimensão dupla da produção capitalista. Como em outras vezes, ele expõe o problema por meio da identificação de como seus interlocutores mistificam a produção socializada justamente por não separarem do ponto de vista teórico as duas dimensões distintas em questão. Seu comentário sobre o "Píndaro da fábrica automática", Andrew Ure, é emblemático, pois a descreve (a fábrica automática) como

> Por um lado, "a cooperação de diferentes classes de trabalhadores, adultos e menores, que com destreza e diligência vigiam um sistema de máquinas produtivas, que é ininterruptamente posto em atividade por uma força central (o primeiro motor)", por outro lado, como "um enorme autômato, composto por inúmeros órgãos mecânicos e conscientes, agindo em concerto e sem interrupção para a produção de um mesmo objeto, de modo que todos estão subordinados a uma força motriz, que se move por si mesma".
>
> *Essas duas formulações não são, de modo algum, idênticas*. Numa, o trabalhador coletivo combinado [*kombinierte Gesamtarbeiter*] ou corpo social de trabalho aparece como sujeito transcendental [*übergreifendes Subjekt*[287]] e o autômato mecânico como objeto; na outra, o próprio autômato é o sujeito e os operários [*Arbeiter*] são apenas órgãos conscientes, coordenados com seus órgãos inconscientes e subordinados, com os mesmos, à força motriz central. *A primeira formulação vale para qualquer aplicação possível da maquinaria em grande escala, a outra caracteriza sua aplicação capitalista e, portanto, o sistema fabril moderno*. Por isso, Ure também gosta de apresentar a máquina central, da qual parte o movimento, não só como *autômato*, mas como *autocrata.* [Ure:] "Nessas grandes oficinas, a potência benigna do vapor reúne suas miríades de súditos em torno de si" (Marx, 1996b, p. 51-51, grifos nossos).

A mistificação apontada por Marx está no fato de a forma autocrata ser igualada à matéria (autômato) na qual se assenta. Desse modo, é inegável constatar em Marx uma defesa de que há um aspecto técnico na base da grande indústria que irá ser preservado mesmo numa sociedade em

[286] Vale também o registro: toda a citação a seguir simplesmente *foi cortada* na edição da Nova Cultural (Marx, 1996b).
[287] Na edição da Civ. Brasileira, traduz-se por "o sujeito que intervém". Em inglês, "*dominant subject*". Na edição em espanhol (Ed. Siglo XXI) "*sujeto dominante*".

que inexiste exploração do trabalho. Esse aspecto se define pela existência de um "trabalhador coletivo combinado" que retoma o papel de sujeito da produção, deixando de ser apenas um objeto apêndice de um sistema que não é por ele controlado. A diferença fundamental é que o trabalhador *só irá recuperar o papel de sujeito como coletivo, como corpo social de trabalho*, e não mais na condição de artífice, artesão independente. Esse aspecto permite-nos perceber o viés "romântico" e "pré-marxista" das críticas ao "capitalismo industrial" que idealizam a figura do artífice independente e se lamentam pelo "esfacelamento" de sua atividade. As forças produtivas, para Marx, não são independentes, mas não deixam de ter por isso um caráter progressivo. Se há possibilidade de reconquista do papel de sujeito pelos trabalhadores, essa mudança só poderá ser social, conjunta, universal e não um retorno à figura do artesão.

Mas, como indicamos, Marx pontua que a forma capitalista perverte a base da maquinaria ao reintroduzir a divisão do trabalho manufatureira. Ao especificar o que entende por essa divisão, Marx assim expõe a relação entre os diversos trabalhadores:

> À medida que na fábrica automática ressurge a divisão de trabalho, ela é, antes de tudo, distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas e de massas de trabalhadores, que no entanto não formam grupos articulados, entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham em máquinas-ferramentas da mesma espécie, enfileiradas umas ao lado das outras, ocorrendo, portanto, apenas cooperação simples entre eles. O grupo articulado da manufatura é substituído pela conexão do operário principal [*Hauptarbeiters*] com alguns poucos auxiliares. A distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho). Ao lado dessas classes principais [*Hauptklassen*], surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal [*Es ist eine höhere, teils wissenschaftlich gebildete, teils handwerksmäßige Arbeiterklasse*], externa ao círculo de operários de fábrica [*Fabrikarbeiter*] e só agregada a eles. Essa divisão de trabalho é puramente técnica (Marx, 1996b, p. 53-54).

Diversas são as questões que merecem ser discutidas a partir dessa passagem, o que fazemos por tópicos.

a) *divisão do trabalho, cooperação e manufatura*: como indicamos, não se trata propriamente de divisão do trabalho *da* grande indústria, mas de como a divisão manufatureira é incorporada ao sistema de máquinas. Como a máquina-ferramenta tende a substituir a habilidade e o conhecimento pessoal dos trabalhadores, estes passam à condição de apêndices. Isso significa que a divisão do processo de trabalho refere-se muito mais à divisão entre máquinas especializadas do que entre trabalhadores. O resultado é que a massa de trabalhadores passa a não mais formar um "grupo articulado", voltam, de certa maneira, à cooperação simples. É preciso destacar a dimensão dessa mudança.

Na cooperação, como vimos, inicia-se a formação da força coletiva de trabalho em prol do capital, simplesmente porque passa a atuar no mesmo local, ou no mesmo campo de atividade, um grande número de trabalhadores. Há um plano que reúne esses esforços coletivos, mas são os trabalhadores que se completam mutuamente, e não máquinas. Por diversas razões (como economia de custos, elevação da potência mecânica, aumento de trabalho em momentos críticos, cria ânimo coletivo para o trabalho, etc.) a jornada coletiva de trabalho é mais produtiva do que uma soma igual de jornadas de trabalho individual. É a essa produtividade que se atentam os primeiros capitalistas. Não há, a princípio, uma mudança significativa do processo de trabalho em relação ao que se fazia anteriormente a esse domínio formal do capitalista. A base ainda é artesanal, por mais que a valorização do valor já subjugue a produção de valores de uso.

A manufatura, por sua vez, acentua exponencialmente a repartição das tarefas, mutilando o trabalhador de feição artesanal. Por essa razão, "a maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais" (1996a, p.467). O trabalhador parcial deixa ter condições de executar todo o processo, perde mesmo o conhecimento e a habilidade necessários. Ele pode até trocar de atividade e passar a se encaixar em outra parte do processo e executar outro movimento, mas isso ocorre justamente porque a simplificação é tão grande que "qualquer ser humano é capaz" de realizá-lo. É por conta desse aspecto que Marx se refere ao "*grupo articulado da manufatura"*, ou seja, o trabalho de cada um está diretamente conectado ao do outro trabalhador parcial. "O resultado do trabalho de um constitui o ponto de partida para o trabalho do outro", cada um recebe, daquele situado num momento anterior da produção, a matéria prima necessária para executar a sua parte. "Um trabalhador ocupa, portanto, diretamente o outro".

> É claro que essa dependência direta dos trabalhos e portanto dos trabalhadores entre si obriga cada indivíduo a empregar só o tempo necessário à sua função, produzindo-se assim uma continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e nomeadamente também intensidade de trabalho totalmente diferentes das vigentes no ofício independente ou mesmo na cooperação simples (1996a, p. 461).

b) *divisão do trabalho na grande indústria*: é justamente esse "grupo articulado" que teria sido transformado com o advento da grande indústria. O sistema de máquinas exige um novo formato da cooperação simples, reorientado pela organização de máquinas em departamentos e seções. Desse reordenamento, que faz do sistema de máquina o *sujeito* do processo, Marx tira a conclusão que o grupo articulado da manufatura se modificou, sendo agora restrito ao trabalhador principal que controla a máquina-ferramenta e seus auxiliares. Entre os auxiliares, muitos deles crianças na época, eram responsáveis por alimentar as máquinas. De qualquer modo, seriam "duas classes principais", os trabalhadores que executam movimento com a máquina ferramenta ou a vigiam e os trabalhadores "auxiliares" que complementar ou subsidiam o esforço dos primeiros.

c) *como o processo se articula?* Se o sistema de máquinas torna-se sujeito do processo e o grupo articulado da manufatura é modificado, a conexão do sistema a partir de um plano é a cada vez mais a "aplicação da ciência" na produção, de acordo, evidentemente com os objetivos de valorização do capital. Retomemos uma passagem acima: "*o problema de levar a cabo cada processo parcial e de combinar os diversos processos parciais é resolvido por meio da aplicação técnica da Mecânica, Química etc*." (1996b, p. 15). É certo que se mantém o entrelaçamento entre cada parte do processo, tal como na manufatura, mas Marx enfatiza que não se trata mais de passar um produto de um grupo de trabalhadores a outro, mas "cada máquina fornece à maquina seguinte mais próxima sua matéria-prima". Ao fazer todas funcionarem simultaneamente, o objetivo é criar as condições para que o produto se encontre em todas as fases da produção. A perfeição desse sistema é definida, portanto, pela inexistência de interrupções da fase inicial à fase final, o que significa sobretudo que é o sistema mecânico que precisa conduzir esse movimento, e cada vez menos a "mão humana". "Se na manufatura o isolamento dos processos particulares é um princípio dado pela própria divisão de trabalho, na fábrica desenvolvida domina, pelo contrário, a continuidade dos processos particulares" (1996b, p. 15). Por essa razão, na manufatura, os trabalhadores são membros de um "organismo vivo", enquanto na fábrica se

"tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles" (2001, p. 482).

Com a máquina-ferramenta a serviço do capital, a separação do trabalho de concepção e execução (o que significa na maioria dos casos, separação entre trabalho manual e intelectual) está em outro patamar: está materializado na força produtiva do capital. Consequentemente, o processo de trabalho, subsumido realmente ao processo de valorização (as possibilidade de extração de mais-valia relativa aliam-se à forma absoluta) *exige* um corpo técnico-científico que conduza o sistema, pelo fato concreto de que os conjuntos de trabalhadores ocupados com a máquina ferramenta *não têm condições objetivas de fazê-lo.*

d) *o trabalhador coletivo da grande indústria*: nessas condições, surge outro grupo de trabalhadores, composto por agentes com formação científica ou de origem artesanal, que se ocupa "com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação" (p. 52). Eles precisam fazer esse tipo de atividade, pois os trabalhadores parciais não têm mais condições, como na manufatura, de coordenar tecnicamente o processo de trabalho socializado, até porque essa socialização não diz respeito mais a um "organismo vivo", mas sim a trabalhadores apêndices de um "mecanismo morto". Essa "classe mais elevada de trabalhadores", ainda que numericamente insignificante, para Marx, em comparação aos outros trabalhadores, encarna a função de dar conjunto e unidade ao processo de trabalho. Daí a afirmação de Marx de ser uma divisão "puramente técnica"[288].

Em última instância, essa relação significa, a rigor, que o trabalhador coletivo da manufatura *não é necessariamente o mesmo da grande indústria.* O processo de trabalho está, nessa condição, realmente subsumido à necessidade de valorização do capital. O valor, portanto, é o objetivo último, não o valor de uso. Mas só pode haver valor a partir de um suporte, que é o valor de uso. Na grande indústria capitalista só pode haver produção de valor de uso, de forma objetiva, se houver uma coordenação do conjunto do sistema de máquinas, o que exige a aplicação da ciência como unidade dos trabalhos manuais. Por conseguinte, o trabalhador

[288] Na verdade, é esse posicionamento quanto a técnica é o elemento com maior tensão em Marx, na medida em que nem sempre deixou claro até que ponto ela é expressão da relação capitalista. Voltaremos a esse ponto neste e no capítulo seguinte. O desafio, portanto, é não tomar essa divisão técnica como uma divisão "neutra", mas como uma base técnica que é expressão do capital.

coletivo da grande indústria (que é produtivo porque produz valor por meio da fabricação de valores de uso) inclui o pessoal técnico-científico responsável pela unidade do processo de trabalho[289].

e) *função do trabalho e função do capital*. Essa forma de entendimento do trabalhador coletivo na grande indústria capitalista coloca vários questionamentos no tocante ao conceito de classe trabalhadora. A questão principal é observar que o trabalho "intelectual" não é restrito à vigilância de trabalhos alheios, isto é, os trabalhadores com "formação científica" não são simples capatazes com a tarefa de manter a disciplina dos trabalhadores manuais e, assim, aumentar a produtividade.

Como a conexão dos processos parciais efetiva-se pela aplicação técnica das ciências, essa "classe elevada de trabalhadores" viabiliza a produção mesma dos valores de uso, está diretamente vinculada à produção material. O conhecimento desses trabalhadores é disponibilizado em forma de técnica necessária para a produção de valores de uso, por mais que esse valor de uso seja um meio de produzir valor, o que significa, logicamente, que não é qualquer valor de uso, sob qualquer condição que será produzido, mas somente aquele que é "interessante" para a lógica de valorização. Mas, de qualquer forma, há um problema técnico para a produção de valor de uso que precisa ser resolvido e a essa exigência respondem vários trabalhadores intelectuais. Assim procedendo, não irão aumentar o tempo de trabalho excedente (consequentemente, a mais valia) por estabelecer critérios de disciplina e por aumentar os meios de vigilância – o que, é fundamental já ressaltar*, também pode fazer parte de seu trabalho* – mas por desenvolver tecnicamente o processo e elevar a produtividade do trabalho em consequência de um conhecimento materializado na produção.

Em suma, o trabalho com formação científica ou com algum grau "artesanal" é transformado em "força intelectual" a serviço do capital *da mesma forma que* a atividade do trabalhador manual não é mais expressão de uma vontade coletiva orientada para fabricação de valores de uso, mas meio de valorização do valor: "A separação entre as forças intelectuais do

[289] Um estudo detalhado dessa questão em Marx encontra-se em Romero (2005). Como já nos referimos, Lessa (2007 e 2011) apresenta um entendimento distinto acerca de categoria de "trabalhador coletivo", já que para o autor ela se aplicaria somente aos trabalhadores manuais e não aos intelectuais agregados aos operários. Parece-nos que um dos motivos dessa avaliação de Lessa está em não considerar a diferença que indicamos entre o trabalhador coletivo da cooperação/manufatura e o da grande indústria.

processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada, conforma já vimos, na grande indústria fundamentada na maquinaria" (2001, p. 483).

Na medida em que executam essa função de coordenar, com a aplicação da ciência, o processo coletivo de trabalho na grande indústria, ou seja, ficar a cargo da conexão e unidade do processo em relação ao um plano posto anteriormente (pelo capitalista, por suposto), esses trabalhadores executam a *função do trabalho efetivo* e, são, portanto, produtivos.

Mas a condição que *compartilham*, por serem ambos transformados em potências do capital (intelectual ou manual), não implica que a subsunção ocorra da mesma maneira. Como vimos anteriormente, certos conteúdos oferecem dificuldades para serem padronizados e quantificados pelo capital. Há certa inadequação que propicia, como consequência, uma autonomia relativa para os trabalhadores técnico-científicos na condução de suas atividades.

f) *classe social e função*: o trecho até aqui comentado de *Maquinaria e grande indústria* corrobora o fato de que o vocábulo "classe" em Marx é usado com sentidos diversos, em muitos casos não podendo ser identificado com o conceito de classe social. O exemplo mais nítido está na referência de Marx a "duas classes principais" – trabalhadores realmente ocupados com a máquina-ferramenta e seus auxiliares – e uma "classe elevada (ou superior)" de trabalhadores com formação técnico-científica. É evidente que essas três "classes" não formam três "classes sociais".

Pela forma como expõe na versão original, pode-se dizer que o conceito de classe trabalhadora (*Arbeiterklasse*) engloba todos esses trabalhadores, *na medida em que se considera que estão executando a função de trabalho efetivo*, ou seja, viabilizando a produção de valore de uso que é meio para a valorização. Desse modo, o trabalhador (*Arbeiter*) com formação científica faz parte do trabalhador coletivo, mesmo que suas atividades difiram daquelas do operário ou trabalhador manual fabril (*Fabrikarbeiter* ou *factory operatives*, como consta nos relatórios citados por Marx). O trabalhador coletivo da grande indústria não é idêntico àquele da manufatura, pois a quebra do "grupo articulado" do organismo vivo manufatureiro exige uma coordenação dos processos distinta. Sem a aplicação técnica da ciência, não existiria produção de valores de uso na fábrica capitalista.

Com isso, podemos voltar à questão levantada no capítulo anterior sobre as diferentes traduções, algumas, com ênfase maior na ideia de classe operária e, outras, que fazem uso de classe trabalhadora. Certamente, essa questão não se resume a um problema teórico, porque faz parte da história do movimento de organização política dos trabalhadores e é por ele determinado. Nossa intenção, aqui, é problematizar os termos no bojo do problema teórico de Marx. Nesse sentido, percebe-se que o uso de "classe operária" como sinônimo de "classe trabalhadora" (*Arbeiterklasse*) cria um impasse. Os trabalhadores com formação científica são a parte mais elevada da classe trabalhadora, mas não são propriamente operários. Se essa dimensão do problema for procedente, podemos afirmar que o conceito de classe trabalhadora está vinculado à função do trabalho efetivo (produtor de valor de uso que será suporte do valor), enquanto as "classes" da fábrica vinculam-se às partes do corpo coletivo, como operários, auxiliares de operários, *feeders* e técnicos, cientistas[290]. Em outras palavras, as classes, nesse segundo sentido, estão muito mais ligadas à identificação dos postos específicos de trabalho, ou seja, a tarefa a ser executada.

Vale mais uma vez observar que o uso de classe operária (e não classe trabalhadora) responde a um problema objetivo. O primeiro, como indicamos, diz respeito ao fato de o trabalhador intelectual (membro do trabalhador coletivo) não ter sua atividade subsumida no mesmo grau do trabalhador manual, ainda que o trabalhador coletivo (tomado pelo seu conjunto) esteja realmente subsumido ao capital. Em segundo lugar, se for separado todo o conjunto de integrantes da fábrica que não estão propriamente ligados ao trabalho manual, muitos estão vinculados à *função do capital*, ou seja, criam as condições, por meio da *vigilância e controle*, que permitam a exploração do trabalho alheio. É a ideia de trabalho manual e intelectual como inimigos, como se refere Marx. Como desenvolveremos posteriormente neste capítulo, essa tensão entre classe e função alimenta boa parte das discussões que giraram em torno da "nova classe média" ou da "nova pequena-burguesia".

Ainda no capítulo sobre a grande indústria, outros trechos importantes, que invocam a relação forma e matéria, merecem ser destacados. A preocupação de Marx, desde o início, é dissociar a forma capitalista de exploração da produção socializada como tal. Por essa razão, lembra o comentário de J. Stuart Mill sobre as invenções mecânicas não terem aliviado a labuta

[290] Ressalta-se que Marx alude aqui às "ambiguidades estatísticas" dos relatórios oficiais.

diária do trabalhador. Subsumido o processo de trabalho, o objetivo é outro, isto é, produzir mais-valia. A maquinaria é usada, então, para diminuir o tempo de trabalho necessário para gerar os custos de reprodução da força de trabalho e aumentar, por conseguinte, o tempo de trabalho excedente.

> O trabalho da fábrica exaure os nervos ao extremo, suprime o jogo variado dos músculos e confisca toda a atividade livre do trabalhador, física e espiritual. Até as medidas destinadas a facilitar o trabalho se tornam meio de tortura, pois a máquina, em vez de libertar o trabalhador do trabalho, despoja o trabalho de todo o interesse. Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda a produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar o trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure (Marx, 2001, p. 483)

O autômato criado pela grande indústria capitalista agride o trabalhador ao máximo, o esgota física e mental. Assim o faz não por coerção subjetiva, a partir de métodos disciplinares (ainda que esses continuem a existir), mas pelo sistema técnico em si. Dificilmente poderíamos identificar aqui uma posição de Marx segunda a qual as forças produtivas são neutras, à simples espera de uma nova forma social. Ocorre que essa posição é muito mais implícita do que explícita (nos termos da dialética usados por Fausto, está muito mais pressuposta do que posta). A intenção explícita de Marx é outra, a saber, a defesa de que a viabilidade da produção em larga escala por meio de máquinas *não exige necessariamente* a relação de exploração capitalista.

Sem a relação de exploração capitalista, a maquinaria teria um objetivo muito mais revolucionário: *facilitar o trabalho a ponto de libertar o trabalhador do trabalho*[291]. Trata-se da possibilidade objetiva de se construir uma sociedade realmente livre, fundamentada no tempo disponível e norteada por um ideal de riqueza para além da mercadoria.

Ainda por esse aspecto, a questão disciplinar, referente ao código de conduta na fábrica, pode ser vista como a ferramenta autocrática do capital para controlar seu autômato:

[291] O que não significa, evidentemente, o fim do trabalho como relação entre homens e natureza para criação de coisas e formas úteis, mas aquele reduzido a trabalho abstrato pelo capital, como mostra Antunes (2002).

> Através do código da fábrica, o capital formula, legislando particular e arbitrariamente, sua autocracia sobre os trabalhadores, pondo de lado a divisão dos poderes tão proclamada pela burguesia e o mais proclamado ainda regime representativo. O código é apenas a deformação capitalista da regulamentação social do processo de trabalho, que se torna necessária com a cooperação em grande escala e com a aplicação de instrumental comum de trabalho, notadamente a maquinaria (Marx, 2001, p. 484).

O conteúdo dúplice da grande indústria está aí mais uma vez bem definido. Não é difícil perceber que Marx pressupõe como necessidade da própria "cooperação em grande escala" uma regulamentação social do processo de trabalho. Seja qual for a forma social, a maquinaria (que *pode* "libertar o trabalhador do trabalho") exige um regulação, um organização social. A forma capitalista se expressa no conteúdo material, mas nunca é completa. Se fosse, não precisaria da força disciplinadora de seus códigos fabris. Por isso, esse código é, para Marx, é uma *deformação*, *caricatura* da regulamentação social que precisa realmente existir.

A consideração de Marx sobre o movimento luddita está diretamente ligada a esse aspecto. Segundo o autor, alguns movimentos passaram a atacar os meios de produção porque não os distinguiam da sua aplicação capitalista, isto é, não o diferenciavam da "formal social em que são explorados" (2001, p. 489). A relação entre uso capitalista e potencialidade da maquinaria é ocultada pela "apologética econômica", pois esta imputa as contradições existentes à maquinaria em si. Numa atitude nada estranha ao fetichismo de sua teoria, portanto, consideram que o problema é da matéria somente, não da forma. Para Marx:

> considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.

Essa identificação do aspecto limitador do potencial da maquinaria permitiu a Marx tecer o que podemos designar, acompanhando Bidet (2010), uma crítica ecológica radical. Não só a força de trabalho, mas também o solo, apropriado pela valorização do capital, só pode tender ao esgotamento se amparado nessa lógica. A produção capitalista exaure, portanto, suas fontes originais de riqueza: a terra e o trabalhador (Marx, 2001, p. 571). O comentário de Bidet enfatiza como essa crítica radical *só pode se constituir* no interior do entendimento da produção como produção de valor e mais-valia:

> Somente os ingênuos, que confundem as "opiniões" de Marx (homem de uma época na qual não se sabe que a produção humana ameaça o planeta) e seus conceitos, podem tachá-lo de "produtivista" e se acharem melhores ambientalistas que ele. Quando Marx censura o capitalismo por ser um entrave ao "desenvolvimento das forças produtivas", ele tem em vista a produção de valores de uso, cuja condição é a preservação da natureza, princípio de todo valor de uso e que ameaça a produção como produção de mais-valia. A designação do capitalismo como "produção com o intuito de mais-valia", "riqueza abstrata" etc. é, portanto, mais pertinente e mais radicalmente crítica que a de "produção pela produção", a qual, à maneira de Heidegger, só parece colocar em questão a técnica, a pura positividade do acontecimento técnico, negligenciando o fato de que este só se produz no interior das relações sociais de propriedade e de poder que o determinam, e que aparecem como ordem de direito e de natureza. É precisamente isso que a teoria marxiana da produção capitalista como produção de mais-valia desmonta (Bidet, 2010, p. 131).

As colocações de Bidet são muito precisas porque articulam os principais eixos teóricos até aqui apresentados naquilo que eles têm de mais radical do ponto de vista de uma crítica social. Crítica no sentido mais profundo, já que não toma a técnica como determinada por si própria, mas pelas relações sociais que permitem que elas sejam projetadas. A partir do momento que a valorização do valor é o objetivo essencial da produção, a forças produtivas do capital são simultaneamente forças destrutivas[292]. Ao separar a organização social que combina esforços coletivos de trabalho da forma capitalista que até então se desenvolve, o esforço de Marx explica-se pela necessidade de apontar para uma força produtiva nova, baseada na lógica do valor de uso e que possibilite "libertar o trabalhador do trabalho".

Desse modo, pelos aspectos que discutimos até aqui, é possível afirmar que, ao longo de sua descrição da grande indústria capitalista, há implícita na exposição de Marx uma organização social também baseada em sistemas de máquinas que *pode ser diferente da forma social capitalista,* distinta, na verdade, de qualquer forma social baseada na exploração de classes.

Por estar pressuposta, Marx pouco se referiu a essa organização social cujas bases estariam para além do modo de produção capitalista. Em *O capital* e outros textos, diretrizes fundamentais foram lançadas: centralidade do tempo livre, autonomia na produção, livre associação dos produtores, a relação entre capacidade e necessidade de cada produtor, a identificação entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento de todos, etc.

[292] Tese que ocupa um lugar importante na obra de Mészáros (2001).

Mas, é preciso reconhecer, não passaram de diretrizes. O fato histórico de que grande parte da produção marxista (além de experiências concretas de revolução) tenha identificado o socialismo como o simples oposto do mercado é um indicador importante dessa "lacuna" (Bidet, 2010).

Assim, identificados os termos da relação entre a forma capitalista e a matéria/conteúdo da fábrica automática em Marx, podemos voltar à pergunta levantada a partir do comentário do Livro III: é possível libertar a base material (o núcleo racional) do invólucro capitalista? Ocorre que, a rigor, o problema de fundo *não é* esse, mas sim *que base material está em jogo*. Em termos de transição, esse é o aspecto real a ser debatido e contribuições importantes foram fornecidas por correntes diversas do marxismo[293]. De maneira geral, colocam-se duas direções principais de análise.

A primeira faz uma leitura que foi tradicionalmente vista como economicista. De início, procede como fizemos, pois também identifica em Marx uma preocupação de separar o que é a forma capitalista e o que é uma organização coletiva de trabalho em geral. Porém, ao constatar essa dimensão dúplice, considera que a relação de produção entrará a tal ponto em contradição com a força produtiva que basta que essas forças se desenvolvam em ritmos elevados para que novas formas de comandá-las também surjam. Em alguns casos, mas não em todos, a consequência é uma defesa da necessidade "natural" e "técnica" de grupos de comando e direção destacados. Naturaliza-se, portanto, a divisão entre trabalhos de concepção e execução e do trabalho manual e intelectual.

Essa posição, contudo, *ignora* o corolário lógico da noção de Marx de subsunção real, ou seja, o fato de que a partir de certo momento não se trata de qualquer base técnica, mas da *técnica capitalista*. Por conceder prioridade a esse aspecto, vemos, então, uma segunda direção que pode ser oferecida a partir do problema, cujo objetivo é mostrar que desenvolver as formas produtivas ao máximo é desenvolver, igualmente ao máximo, o capital. A forma autocrata produz *o seu*

[293] Para citar alguns desses estudos: Bettelheim (1976), Turchetto (2005), Mészáros (2001).

autômato[294]. O fato é que o "em si" da máquina não pode ser entendido como a "maquinaria capitalista"[295].

Não é nossa pretensão oferecer soluções a esse problema (que, por sinal, decisivamente não são apenas soluções "teóricas"). Ele só nos interessa na medida em que *informa* a análise das classes sociais e, como se pode já perceber, está diretamente ligado ao tema das classes médias. Mas vale ressaltar um ponto.

A segunda posição, a nosso ver, caracteriza corretamente a deficiência da primeira posição, pois mostra, com o próprio conceitual de Marx, como não se trata apenas do "uso" capitalista, mas da maquinaria em si mesma. Porém, se considerarmos que a subsunção é "completa" ou *integral*, cria-se uma situação de certo imobilismo, como se a contradição entre capital e trabalho fosse resolvida pelo próprio capital. Para usarmos os termos já aqui mencionados, como se o conceito de capital pudesse ser plenamente realizável. Se a subsunção real fosse "completa" nesse sentido, não seriam necessários meios disciplinadores e códigos de conduta com penas e multas[296].

No que tange à organização política, essa postura alimenta a ideia de que somente "de fora" da massa dos trabalhadores poderá haver uma saída. No que tange às forças produtivas existentes, se é certo, por um lado, que são expressões da relação capitalista, por outro, é essa a base material existente e necessariamente dela, e não de outra qualquer, que uma forma social em

[294] E, segundo a tese de Turchetto (2005), há uma especificidade da transição ao comunismo na medida em que o capital, diferentemente de outras transições (como do feudalismo para o capitalismo), não permite, pela sua essência, uma produção social paralela, orientada por relações de produção comunistas.

[295] Mészáros (2001), especificamente no capítulo "O sistema comunal e a lei do valor", apresenta outras críticas fundamentais à suposta neutralidade da técnica. Como ponto de partida, indica o limite profundo da tese de G. Lukács, de 1968 (no Brasil, publicado como o capítulo "O processo de democratização" em Lukács, 2008), segundo a qual o capitalismo altera estruturalmente a base técnica dos modos de produção anteriores, mas o socialismo não procede da mesma forma já que "uma fábrica construída no capitalismo pode operar sem grandes alterações também no socialismo e vice-versa" (p. 181-182, Lukács, 2008). Para Mészáros, "todo capitalista que se preze rejeitará o *vice-versa* dessa relação", que fetichiza a técnica (p. 863). O autor, então, faz uma analogia muito interessante da questão com a relação entre *hardware* e *software*. A posição de Lukács, vista em outras correntes do marxismo, toma a fábrica como um *hardware* neutro, basta que se aplique um *software* (capitalista, socialista). Ora, o postulado de que há uma "neutralidade material/instrumental" da fábrica "é tão sensato quando a ideia de que o *hardware* de um computador pode funcionar sem o *software*". E nenhum *software* é neutro em relação aos propósitos para os quais foi inventado (p. 865).

[296] Essa postura leva também à equação "trabalho assalariado = capital", levantada, entre outros, por R. Kurz, que passa, assim desconsiderar a potencialidade revolucionária dos trabalhadores, os quais estariam tão integrados ao capital que sua luta resumir-se-ia a uma melhor colocação no mercado de trabalho. Daí a defesa de Kurz, e outros, do "fim do trabalho" – diferente do "fim do trabalho abstrato" que citamos acima.

transição irá partir. Acrescenta-se a essa condição objetiva, o fato de que diversos instrumentos tecnológicos, *a despeito do capital*, podem ser usados efetivamente para poupar trabalho maçante e permitir a conexão entre as pessoas em todo o mundo, algo próximo da expectativa de Marx acerca da "universalidade" que a acumulação capitalista engendra. O desafio está em discernir até que ponto a técnica existente permite e dá condições para que se construa *outro autômato*. Não é difícil perceber que as teorias do "imaterial", por mais limitadas que algumas possam ser, pretendem dar uma resposta a esse desafio.

Mais interessante do que restringir esse debate a "descobrir" a posição final de Marx sobre o problema é perceber que o autor propiciou uma base categorial indispensável para se entender a complexidade do seu objeto, criticá-lo e ir além, quando preciso[297]. Boa parte dos argumentos vistos no primeiro capítulo aponta para limites importantes, mas, ao descartarem conjuntamente essa base categorial, acabam por enfrentar limites ainda maiores.

Por fim, para concluirmos a apresentação das noções de função do trabalho e de função do capital em Marx, resta entender o lugar que essas noções ocupam com o advento das sociedades anônimas e das cooperativas.

3.2. A sociedade por ações e a cooperativa: superação/conservação do capital

Aquilo que cientistas sociais e economistas destacaram com grande ostentação nos anos de 1930[298], isto é, a separação da propriedade legal (jurídica) da posse efetiva das empresas, já havia sido tematizado por Marx na sua abordagem das companhias que passavam a funcionar como sociedades anônimas (ou por ações).

Já no Livro I, Marx assinala que o capitalista pode atuar tanto isoladamente quanto como "capitalista coletivo, em associações como a sociedade anônima" (2001, p. 387). O tema é desenvolvido em mais detalhes no Livro III, pois a sociedade por ações surge atrelada ao desenvolvimento do sistema de crédito na produção global capitalista. Esse desenvolvimento também explica a tendência ao nivelamento da taxa de lucro e à redução de custos de circulação (cap. 27, III, 1985b).

[297] Não seria essa sua recomendação contida no prefácio da primeira edição? "Pressuponho, naturalmente, leitores que queiram aprender algo de novo e queiram, portanto, também pensar por conta própria" (Marx, 1996a, p. 130).
[298] Grande marco é a obra citada de Berle e Means (1988 [1932]).

O modo de produção capitalista, desde suas origens, supõe a circulação das mercadorias e do dinheiro. Com a sua consolidação e crescimento, o capital isolado torna-se incompatível com a inevitável expansão da escala de produção e das empresas. Como afirma John Weeks (2010, p. 122), o capitalista industrial como proprietário legal personifica a relação de capital na sua fase inicial, de juventude. A partir de certo momento, ele se torna um obstáculo ao próprio desenvolvimento do capital porque limita sua mobilidade. A mudança da propriedade individual ao que Marx chamou de "capital coletivo" ou "social" é uma exigência da acumulação capitalista permitida pelo incremento do sistema de crédito. Esse também é o início do predomínio formal do capital financeiro sobre o capital industrial. A rigor, trata-se da submissão do capital-função (produtivo) ao capital fictício nas suas mais variadas formas, o que fundamentou análises como as de Hilferding e Lênin em relação ao capital financeiro e a imperialismo atrelado a essa nova condição

As principais constatações de Marx sobre a emergência da sociedade por ações revelam aspectos importantes sobre a função do capital e a função do trabalho. Assim como no caso da grande indústria – em que há uma exposição complexa entre a base material técnica e a forma social exploradora – as controvérsias surgidas nesse ponto devem-se às considerações de Marx segundo as quais a sociedade por ações (assim com as cooperativas) eram negações do capitalismo dentro dele próprio, o que criava a base para uma organização de "produtores associados", ou seja, a sociedade por ações e as cooperativas eram provas de que o capitalismo passava por uma fase "de transição". Vejamos esse problema em detalhes. Segundo Marx, nas sociedades por ações origina-se

> a transformação do capitalista realmente ativo [*wirklich fungierenden Kapitalisten*[299]] em mero dirigente, administrador do capital alheio, e dos proprietários de capital em puros proprietários, simples capitalistas financeiros [*Geldkapitalisten*[300]]. Mesmo quando os dividendos que recebem englobam o juro e o lucro do empresário, isto é, o lucro total (pois a remuneração do dirigente é ou deveria ser mero salário para certa espécie de trabalho qualificado, com preço regulado pelo mercado como qualquer outro trabalho), esse lucro total é percebido tão-só na forma de juro, isto é, como recompensa à propriedade do capital, a qual por completo se separa da função no processo real de produção do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, se dissocia da propriedade do capital. O lucro se revela (e não mais apenas parte

[299] Ou "capitalista em funcionamento".
[300] Também é traduzido por "capitalista monetário".

> dele, o juro, que procura sua legitimidade no lucro do prestatário) pura [apropriação] de trabalho excedente alheio, originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados (III, 1974 p. 505).

A sociedade por ações faz com que o proprietário não seja mais o agente que executa a função de capital, ou seja, não funciona como capital produtivo. Consequentemente, o "capitalista" migra para a esfera da circulação e passa a operar na forma fictícia D - D'. Isso significa que a forma de apropriação da mais-valia será distinta, não virá mais na forma de "lucro do empresário" (que era confundido, como vimos, com o "salário de direção"), mas sim na forma de juro.

Nesses termos, o ponto mais delicado é a consequência desse movimento no tocante à remuneração do dirigente, o "administrador do capital alheio". Se o juro e o lucro do empresário (isto é, o lucro total) estão ambos reunidos na forma de juro recebido pelo prestamista que agora também é o proprietário legal, o que o dirigente receberia é um *salário*, referente a um "trabalho qualificado", mas, mesmo assim, um salário necessário para a produção. Marx aqui assinala apenas *uma* das dimensões do movimento no que se refere à organização, qual seja, se o lucro total (expressão da mais-valia gerada na produção) é todo ele apropriado pela forma de juro, consequentemente todos aqueles que permanecem na organização estão executando um trabalho produtivo, gerador de mais-valia.

Daí Marx considerar que haveria, nas sociedades por ações, algo como uma desmistificação da origem do lucro. Antes, quando se relacionavam o capitalista-gerente (produtivo) e o capitalista financeiro (prestamista), o lucro do empresário era de certa maneira legitimado, pois era igualado aos salários dos trabalhadores na medida em que ambos eram vistos como oposição ao juro. Quando o capitalista se transforma em capitalista financeiro e deixa a direção para um gerente-dirigente (*manager*) o lucro se mostra pelo o que ele realmente é, a saber, apropriação de trabalho excedente alheio: "o lucro se revelou na prática, o que é inegavelmente, na teoria, mera mais-valia, valor por que não se paga equivalente algum, trabalho realizado não pago" (p. 448). E esse trabalho excedente produtor de mais-valia viria, nos termos de Marx, de todos ocupados na produção, do "dirigente ao último dos assalariados".

Este é ponto delicado: ao proceder desse modo, Marx não explicita *a outra dimensão do trabalho do dirigente* (ou de qualquer outro agente que execute a função do capital na produção) *que ele mesmo havia apontado anteriormente* – o que indicamos acima em relação ao "conteúdo dúplice" do trabalho de "direção e supervisão". Lembremos que ao contrapor o capitalista-ativo ao prestamista, a tentativa era mistificar o lucro do empresário sob a alegação de que se trataria apenas de um "salário de direção e supervisão". Vimos que com o advento da sociedade anônima e das cooperativas, o lucro do empresário (que virá na forma de juro) e o salário de direção e supervisão *realmente* se separam. *Mas isso não significa que o trabalho de direção e supervisão perca seu conteúdo dúplice.*

É preciso retomar que Marx explicou sobre o conteúdo dúplice desse trabalho. Por um lado, em todo trabalho em que muitos cooperam, há um trabalho produtivo de "conexão e unidade" (p. 442) – e lembremos que na grande indústria isso significa aplicação da ciência no processo produtivo. Por outro, é trabalho de exploração, existente em todo modo de produção em que há oposição entre trabalhadores e proprietários, ou seja, trabalho de controle, disciplina e vigilância. Para os capitalistas, segundo Marx, essas coisas se misturam e esses veem o assalariado da mesma forma que os senhores de terra viam seus escravos, ou seja, consideram que "o assalariado precisa ter um senhor para fazê-lo trabalhar, para dirigi-lo". Estabelecida a relação de domínio de uma classe sobre outra, é até "normal" que o assalariado produza seu próprio salário e também a remuneração da direção e, parafraseando um advogado da escravidão estadunidense num relato de 1859, isso é feito para "indenizar o senhor dos trabalhos e talentos que emprega para dirigi-lo e torná-lo um ser útil a si mesmo e à sociedade" (III, p. 444).

Esse caráter antinômico é inegável, mas nem por isso o capitalismo prescinde daquela atividade necessária a todo "trabalho social combinado". *Por isso que há um "mercado" de profissionais gerentes*, cujos salários encontram "nível e preço de mercado". Trata-se, assim, "de uma numerosa classe de dirigentes industriais e comerciais" que via seu salário também ser diminuído "como todo salário por trabalho qualificado" que, "com o desenvolvimento geral, reduz os custos de produção da força de trabalho especializada" (p. 447-448). Ainda acrescenta Marx que após cada crise "podem ser vistos nas zonas industriais inglesas um bom número de ex-fabricantes que superintendem por salário modesto – como dirigentes contratados pelos novos proprietários, muitas vezes, seus credores – as fábricas que antes lhes pertenciam" (p. 446).

Desse modo, a questão mais importante para *ler* o problema é a seguinte: por que Marx desconsidera o lado "explorador" do trabalho de direção e supervisão ao ver com bons olhos o fato de que o lucro do empresário (apropriação de mais-valia) dissocia-se do trabalho do gerente? Em outras palavras, por que Marx considera que, nesses novos formatos, o gerente *pode* agora somente executar o lado "produtivo" do trabalho de direção?

A resposta está no fato de que esse processo é visto *na condição de ser* forma de transição para uma produção organizada pelos produtores associados. Produção, portanto, que não seria mais baseada no processo de valorização do valor e na qual, finalmente, o trabalho de "direção e supervisão" possa ser somente aquilo que exige uma produção coordenada em larga escala, isto é, a "conexão e unidade" das atividades parciais – o que, já acrescentaríamos segundo nossa posição, significa uma politização das escolhas e diretrizes do plano e da "conexão e unidade" do processo pelos trabalhadores, ou seja, a democracia de base para organização do trabalho.

Assim, uma leitura equivocada seria aquela que considerasse a possibilidade de o trabalho de direção numa forma capitalista *ser restrito ao conteúdo inerente à produção em larga escala,* ou seja, como se fosse possível ao gerente, numa produção capitalista, que passa a executar a antiga função desempenhada pelo capitalista, não usar sua prerrogativa de direção *para controlar, disciplinar, vigiar em busca de criar as condições para a apropriação do trabalho excedente.* Enquanto a forma for capitalista, fundada na exploração, seja qual for a forma de propriedade jurídica, continua a existir a *função do trabalho e a função do capital*, e o gerente irá executá-las de modo combinado. É esse o limite teórico da forma pela qual Bell e Dahrendorf interpretam a obra de Marx, vistas no primeiro capítulo. [301]

Se essa é a proposta de leitura mais adequada a ser feita, segundo nossa tese, podemos, é claro, apontar mesmo assim em que pontos as observações de Marx avançam e em que pontos persistem limites relacionados à "lacuna" do polo organização.

[301] Essa leitura "unidimensional" é análoga aos "teóricos do imaterial" que leem a tese sobre a superação da lei do valor, presente nos *Grundrisse*, como se ela já fosse efetivada *no capitalismo* e não como base futura de uma sociedade transformada. Como argumenta Nelson Prado (1997, p. 23, grifos do autor), "enquanto tal reconversão não ocorre, o empreendimento por ações deve ser visto como um mecanismo acelerador do processo de acumulação privado de capital *dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista*".

Quanto aos avanços, eles são evidentes na medida em que, a despeito de traçar as consequências comuns do advento das sociedades por ações e das cooperativas, Marx as insere em direções *totalmente opostas*. A princípio, ambas são vistas como *Aufhebung*, o que, nesse caso, nos parece lícito entendê-las como superação/conservação e não exclusivamente como simples abolição do capital[302]. O sentido rigoroso do surgimento de ambas diz respeito à capacidade que apresentam em superar (sempre nos limites do próprio MPC) contradições do capital em seus estágios iniciais, como, por exemplo, a incompatibilidade do capital individual com a produção em larga escala e a necessidade de centralização do controle sobre recursos produtivos.[303] Porém, a sociedade por ações é o capitalismo *superado negativamente* (*negativ aufgehoben*), enquanto, por meio da cooperativa, é *superado positivamente* (*positiv aufgehoben*) (p. 509). O primeiro caso seria um desenvolvimento pelo "lado da burguesia", o segundo, "pelo lado dos trabalhadores" (p. 448).

Como projeto burguês, a sociedade por ações é uma forma de *continuar* a exploração capitalista em bases novas, fazendo com que o capitalista anteriormente ativo desloque-se para esfera financeira e deixe em seu lugar um dirigente assalariado. Marx tece uma analogia interessante ao argumentar que esse processo pode ser comparado à dissociação das funções judiciárias e administrativas da propriedade fundiária quando do desenvolvimento da sociedade burguesa. Por ser um modo de produção baseado na extração prioritariamente econômica do excedente, formas extra-econômicas de coerção podem ser deslocadas para aparatos não pessoalmente comandados pela classe exploradora no capitalismo. O político pode se "separar" do econômico. *A não monopolização do aparato do Estado pela classe exploradora* é característica fundamental do Estado burguês, o que fornece as bases para aquilo que Poulantzas (1977[1968]) denominou de *burocratismo*. Isso significa que a classe exploradora não proíbe o acesso à estrutura do Estado para membros da classe explorada. E, na medida em que se inserem nessas funções, esses agentes entram numa hierarquia que exige competências e qualificações. O burocratismo permite a reprodução ideológica das relações de produção capitalista por conferir um conjunto de normas à organização do Estado[304].

[302] Sobre os sentidos de *Aufhebung/aufheben* ver nota relativa ao termo no item 1 do cap. 2. Trata-se aqui de uma superação que conserva a ordem capitalista e a eleva a nível superior de funcionamento.
[303] Ver Fausto (1987) e E. Prado (2005).
[304] Ver D. Saes (1998, p. 40).

Assim como na formação do aparelho de Estado burguês, em que funções coercitivas podem se dissociar da classe dominante, Marx chama atenção para o fato de que *mesmo a função do capital de explorar a força de trabalho pode se dissociar dos membros efetivos da classe proprietária legal dos meios de produção.* Eles não precisam *pessoalmente* exercer a função de exploração na medida em que a propriedade de capital (garantida pelo grande volume de capital-dinheiro) assegura a apropriação de mais valia por meio do mercado de ações, *da mesma forma, podemos dizer, que o capitalista não precisa comandar pessoalmente a aparelho de Estado* na medida em que o direito burguês[305] e o burocratismo garantem a reprodução ideológica das relações de produção capitalista.

Desse modo, a sociedade por ações é o mecanismo que permite a exploração capitalista colocar-se em um patamar superior, pois a partir dela se constitui uma organização impessoal que mantém as condições necessárias à continuidade do processo de valorização. A organização capitalista responderá, assim, aos acionistas e proprietários legais e garantirá transferência do excedente produzido. Trata-se, portanto, de um patamar superior de exploração porque a lógica de movimentação do capital (investimentos, alocação de recursos, etc.) fica cada vez menos dependente de agentes individuais, posições subjetivas, que podem obstruir a acumulação de capital. *A função do capital, portanto, é transferida a assalariados sem prejuízos à exploração*.

Dessa maneira, ainda que Marx aponte para uma possível forma de transição na medida em que o proprietário legal se afasta da produção efetiva[306], o sentido por ele visado é o de que a sociedade por ações *só pode* reproduzir as relações de exploração capitalistas. Todas as "funções reais que cabem ao capitalista continuam existindo":

> O capitalista ativo [*fungierende Kapitalist*] contrapõe-se ao mero proprietário do capital, o capitalista financeiro [*Geldkapitalisten*], e com o desenvolvimento do crédito o próprio capital-dinheiro [*Geldkapital*] assume caráter social, concentra-se em bancos que o emprestam, substituindo os proprietários imediatos dele; além disso, o simples dirigente que não possui o capital a título algum, nem por empréstimo nem por qualquer outro motivo, exerce todas as *funções reais que cabem ao capitalista ativo* como tal. Nessas

[305] O direito burguês, ao tratar igualmente os desiguais, permite que proprietários e vendedores de força de trabalho celebrem contratos que supõe vontade livres e iguais entre as partes (Poulantzas, 1977 e Saes, 1998).
[306] "A expropriação agora vai além dos produtores diretos, estendendo-se aos próprios capitalistas pequenos e médios. Ela é o ponto de partida do modo capitalista de produção, que tem por objetivo efetuá-la e, em última instância, expropriar todos os indivíduos dos meios de produção" (Marx, 1974, p. 508).

> condições, fica existindo apenas o funcionário e o capitalista desaparece do processo de produção como figura supérflua (Marx, III, p. 446).

Essa característica da organização comandada pela sociedade de ações leva a outros "embustes", segundo Marx. Cria-se, "ao lado e acima do verdadeiro dirigente, conselheiros de administração e supervisão aos quais o título serve de pretexto para espoliarem os acionistas e enriquecerem" (p. 448). É a reprodução de uma "nova aristocracia financeira [*Finanzaristokratie*], nova espécie de parasitas" que constroem um sistema de "especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamento e comércio de ações", de modo que haveria "propriedade privada, sem o controle da propriedade privada" (p. 507).

Assim, se a expropriação do capitalista individual é uma condição para que os produtores associados tomem controle da produção social, no sistema capitalista, segundo Marx, "essa expropriação se apresenta de maneira antinômica, a saber, poucos se apropriando da propriedade social; e o crédito dá cada vez mais a esses poucos o caráter de meros cavalheiros da indústria". Por essa razão, a forma de ações "não se liberta das barreiras capitalistas, e *em vez de superar* [*überwinden*] a contradição entre o caráter social e o caráter privado da riqueza, limita-se a desenvolvê-la em nova configuração" (p. 509, grifos nossos).

Se a expropriação do capitalista individual pela sociedade por ações tão somente recoloca, num patamar superior, a dominação do capital, uma direção oposta, que abriria realmente um possibilidade de superação completa, estaria, para Marx, no movimento cooperativo. Ao comentar o caráter libertador das cooperativas de trabalhadores *dentro* da sociedade capitalista, as teses de Marx ressaltam uma limitação importante. Mesmo assim, o que Marx aponta como limite ainda é algo incompleto, pois pressupõe uma continuação técnica da organização pré-existente no capitalismo – não obstante, convém novamente assinalar, seus próprios conceitos permitam reconhecer essa incompletude.

O aspecto libertador das cooperativas é indicado, no Livro III, pelo fato dessas organizações mostrarem na prática que o capitalista como "funcionário da produção" é supérfluo e que os trabalhadores associados podem tocar a produção sem o açoite do capital, ou seja, eles têm a capacidade de se auto-organizarem. Não seriam dependentes de seus "senhores" para produzir os meios de existência. E, se não degenerassem ao formato das sociedade de ações,

poderiam evitar a série de embuste e novos entes parasitários criados por esta última. A direção do trabalho reduzir-se-ia ao aspecto inerente a qualquer cooperação em grande escala. Daí segue o trecho que já comentamos sobre o fato, segundo Marx, de que "a combinação e cooperação de muitos para atingir um resultado comum" não cessa ou se extingue com o capital, essa função irá se reproduzir mesmo que o "invólucro capitalista" seja arrebentado (1974, p. 445). O salário de direção numa cooperativa verdadeira limitar-se-ia à compra de trabalho qualificado condizente a essa função.

As limitações das cooperativas apontadas por Marx são, em geral, de duas ordens. A primeira refere-se ao aspecto político da tomada do poder e foi tratada, na verdade, em outros textos como *Miséria da filosofia* (1847) e em contextos de intervenção política direta como na *Mensagem inaugural da Associação Internacional de Trabalhadores* (1864), *Instruções para os delegados do conselho geral provisório. As diferentes questões* (1866) e em *Crítica ao programa de Gotha* (1875). Nesses textos, a tese central de Marx é a de que as cooperativas comandadas e sustentadas baseadas pelos próprios trabalhadores em regime de igual e livre associação (um regime "republicano") são ferramentas de suma importância de organização dos trabalhadores, por promoverem coesão entre eles e mostrarem na prática o caráter supérfluo dos patrões. Porém, e esse é o lado que sempre enfatiza em suas polêmicas, o sistema de cooperativas nunca poderá transformar a sociedade capitalista por dentro, isto é, não tem condições de promover uma modificação geral das instâncias políticas, jurídicas e ideológicas, o que somente seria obtido com a conquista do poder político pelos trabalhadores, ou seja, pela tomada do Estado das amarras capitalistas.

No Livro III, Marx desenvolve um aspecto limitador distinto. Argumenta que as cooperativas, a despeito da expulsão dos patrões, mesmo assim reproduzem "todos os defeitos do sistema capitalista" e os trabalhadores passam a ser *capitalistas si mesmos*:

> As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista. Mas, dentro delas suprimiu-se [*aufgehoben*] a oposição entre capital e trabalho, embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação em capitalista deles mesmos, sito é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho (Marx, III, p. 509).

A forma pela qual Marx aponta a limitação das cooperativas nesse trecho é significativa. Em primeiro lugar, a oposição entre capital e trabalho é suprimida (superada), mas, como o próprio termo *aufgehoben* também permite, conserva-se algo, mesmo que num patamar distinto, acrescido. Ora, a própria continuação apresenta o que se preserva: os trabalhadores se tornam proprietários, mas, *por estarem no interior do regime capitalista*, são apenas capitalistas de si mesmos, exploram o próprio trabalho. Nos termos das funções sociais referentes ao modo de produção capitalista, cria-se, dessa maneira, uma situação semelhante ao artesão ou produtor independente que, citamos anteriormente, foram vistos como "assalariados de si mesmo", isto é, aquilo que costuma vir separado em agentes distintos – a função do trabalho e a função do capital – unem-se num mesmo agente. No caso do produtor independente, trata-se de uma situação, a rigor, pré-capitalista, na qual o desenvolvimento do capital ainda não havia permitido com que o proprietário *se libertasse* do trabalho efetivo e de dedicasse somente à função do capital. Porém, como *Aufhebung*, as cooperativas eliminam a figura do proprietário privado, mas *nem por isso eliminam a função do capital*, que passa a ser exercida pelos próprios trabalhadores *na medida em que eles continuam a produzir dentro de uma sociedade capitalista,* o que significa a permanência da regras do mercado, da competição entre empresas, da lei do valor como um todo.

Se levarmos em consideração a complexa permanência das funções sociais do modo de produção capitalista nas cooperativas de trabalhadores, mesmo a afirmação a seguir, que aparece na sequência da passagem transcrita acima, dificilmente poderia ser lida de modo simplificado, como se defendesse uma transição socialista sem profundas e radicais modificações do todo social:

> Elas [as cooperativas] mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo (III, 1974, p. 509)

Não só nesse exemplo, como em outros momentos dos livros de *O capital*, Marx se vale da ideia de que um modo de produção novo surge a partir da base material capitalista. Como já nos referimos, essa posição, por um lado, além de ser um fato histórico objetivo – só pode haver qualquer projeto socialista a partir de uma produção que se pretenda universal e que se

fundamente, ainda que só pela forma ideológico-jurídica, na noção de sujeitos iguais[307] – significa que na produção capitalista criam-se condições que podem ser usadas para *libertar* os trabalhadores de atividades maçantes, rotineiras, que os expõe a riscos, etc. Por outro lado, a técnica, como vimos, nunca deixa de ser expressão de uma relação social e, nesse sentido, projetar uma *transição natural, que não transforme também radicalmente as forças produtivas* se coloca como uma limitação para um projeto socialista. Dito de outro modo, por um lado, as forças produtivas nunca estarão "maduras", à espera de sua utilização socialista, por outro, não podem ser simplesmente descartadas numa espécie de romantismo pré-capitalista saudoso da produção artesanal. Marx nunca deixou de reconhecer o lado positivo desse desenvolvimento, ainda que denunciasse a irracionalidade do modo como é guiado.

Temos, a partir das considerações de Marx, um quadro conceitual necessário para o entendimento dos diversos formatos por meios dos quais as funções que constituem o modo de produção capitalista podem se desenvolver. Boa parte dos críticos de Marx se atém a uma dessas configurações (o capitalista industrial/gerente x trabalhadores manuais, por exemplo) e acabam por sustentar que, passado o contexto histórico em que tal configuração não é mais hegemônica, a teoria como um todo também se esvairia[308].

Contudo, se é um quadro conceitual necessário, pode não ser sempre suficiente, ou melhor, nem sempre foi levado até as últimas consequências. Em primeiro lugar, a mudança da configuração social das funções *repercute* na formação das classes sociais, o que exige pensar a complexidade das relações de classe em cada momento histórico. Em segundo lugar, também é preciso reconhecer que as marcas que o capital lega à organização nem sempre são levadas em consideração por Marx, que, por vezes, se aproxima de uma posição segundo a qual, retirado o

[307] Pensamos aqui, de certa forma, no argumento de Bidet (2010) sobre a "metaestrutura".

[308] Para que isso se exemplifique, destaquemos, tal como faz Fausto (1987), três das principais características do capitalismo contemporâneo: A) aumento progressivo da produção capitalista (concentração e centralização) com diminuição dos pequenos produtores, B) aumento dos improdutivos (dentro e fora da produção) e C) separação da função e propriedade das empresas. A e B foram vistos como morte do capitalismo. B, como fim da classe trabalhadora (entendida como sinônimo de proletariado). C representou o fim "do capitalista". Contudo, esses três movimentos, segundo Fausto, seguem a lógica do capital, de forma que o capitalismo contemporâneo não "anula" o capital, mas o "nega", no sentido de *Aufhebung*: "O conjunto da apresentação de *O capital* permanece sobre o fundo da realidade contemporânea, como uma primeira camada de sentido, que é precisamente negada, um pouco como a circulação simples é negada no capitalismo clássico. Nos dois casos, há uma primeira camada de sentido que é suprimida pela chamada logicamente posterior" (p. 285-286).

"mercado" da estrutura social, restaria a organização tocar um *plano* pré-estabelecido[309]. Nosso foco, neste trabalho, está na primeira questão, sobre as relações de classe. Contudo, levantamos a seguir breves indagações sobre o segundo tema, que não deixam de ter relações com a primeira. A hipótese é a seguinte: *da mesma forma que Marx precisou retificar o Manifesto no que tange à noção de Estado* – pois, não bastaria simplesmente "tomá-lo", já que a Comuna de Paris mostrou na prática que sua estrutura reproduz as relações capitalistas – *também não bastaria "tomar" a fábrica capitalista*, que supõe as relações de exploração de uma classe sobre outra[310].

A partir do que desenvolvemos acima, Marx separa o trabalho de supervisão e controle (função especificamente capitalista para explorar, baseado na disciplina e coerção) do trabalho de conexão e unidade (função executada a princípio pelo próprio capitalista, mas que existira a qualquer produção coletiva e considerada parte do trabalho produtivo) – e, mais uma vez, vejamos que ambos entrariam no que usualmente se define como "trabalho intelectual". A ênfase de Marx em apontar esse conteúdo dúplice ao mesmo tempo em que *reforça o caráter capitalista dessa união* das funções é mais do que significativa. Ou seja, o maior desafio está em conceber em que medida o "trabalho de conexão e unidade" já não se encontra completamente comprometido pela forma capitalista, dada a subsunção real[311]. Mais ainda, se considerarmos o trabalhador coletivo e o trabalho produtivo como expressões históricas da dominação do capital que precisam ser superados/abolidos, a autogestão ou a associação livre de trabalhadores deverão organizar a força coletiva de trabalho de forma distinta.

Tomemos a questão pelo prisma do processo de trabalho. Porque precisa desenvolver as forças produtivas, o capital dividiu o trabalho manual do intelectual, especializou tarefas e deslocou conhecimento para gerências que o "materializou" em sistemas de informação e máquinas. Resultado: explorou e degradou o trabalhador ao transformar a força de trabalho em mercadoria e apêndice da maquinaria, mas criou uma enorme riqueza material (ainda que

[309] Ver Bidet (2010).
[310] Ver Márcio Naves (2000).
[311] Porém, é necessário atentarmos que esse argumento também deve ser levado para a situação do trabalhador manual produtivo. Isto é, o trabalho manual é igualmente executado na forma capitalista, assim como a concepção e "conexão e unidade". Não é possível supor um trabalho intelectual "capitalista" e um trabalho manual "natural". Com a subsunção real, ambos se integram na mesma lógica. Parece-nos que a tese de Villalobos (1978), já citada, tem origem no mesmo problema, pois o autor considera que é necessária uma distinção, por certo controversa, segundo a qual existiria um "trabalho produtivo capitalista", foco da leitura de Marx, distinto de um "trabalho produtivo sob a produção capitalista".

obstruída pela "riqueza abstrata"). Esse desenvolvimento só foi possível porque sustentado numa força coletiva de trabalho, o trabalhador coletivo na forma capitalista.

A questão é que mesmo num relação social que se pretenda comunista, para que milhares de pessoas produzam ou construam as condições materiais de vida, dificilmente tal relação se manteria também sem alguma espécie de plano, isto é, um trabalho de coordenação e unidade do nível geral da sociedade[312]. Ora, *esse é o maior problema* e aqui temos pleno acordo, por exemplo, com a preocupação de Lessa (2007) na crítica a J. Nagel: tal "função" pode muito bem servir à justificação de uma necessidade eterna de dirigentes e quadros, como se esses agentes fossem inerentes ao aspecto técnico da produção, o que, por fim, justifica também as experiências "socialistas" soviéticas e, em última instância, o stalinismo[313].

É o que, embora com diferenças, também preocupa Bernardo (1977), que levanta a tese de que Marx, ainda que tenha propiciado a base do entendimento da "classe dos gestores", não ofereceu soluções explícitas para a sua superação. Lessa, diferentemente, indica que a solução está nas categorias marxianas de "livre organização dos trabalhadores" e centralidade econômica do "tempo disponível". Por certo, tais aspectos são necessários a qualquer experiência além do capitalismo, mas insuficientes para saber o que irá ser objetivamente colocado no lugar da organização capitalista. Uma prova bem clara da complexidade da questão é o texto de Engels "Sobre a autoridade". Escrito em 1873, ou seja, seis anos após a publicação do Livro I de *O Capital* e, principalmente, após a Comuna de Paris, o maior colaborador de Marx defende que a "autoridade" e o "despotismo" na produção são inerentes à técnica e "independente[s] de qualquer organização social"[314].

---

[312] Para usar as metáforas de Marx, não existem exércitos sem generais e orquestras sem maestros. É certo que um exército não tem sentido numa sociedade sem guerras nem que o seu modelo de hierarquia seja universal, mas é difícil supor uma tarefa em que milhares participem e que cada um tenha a mesma visão do todo simultaneamente. Não se trata de afirmar uma "lei de bronze" da organização tal como na teoria das elites, mas deixar claro o desafio a ser enfrentado em qualquer experiência de autogestão.

[313] Preocupação semelhante, mas com uma divergência em relação aos argumentos de Lessa: a inclusão de trabalhadores "intelectuais" ao trabalhador coletivo (o que achamos coerente com o conceito em Marx e o que Lessa discorda) não implica em uma necessidade eterna de quadros e camadas dirigentes. Isto é, se o trabalhador coletivo é uma categoria histórica formada pela abstração do trabalho criada pelo capital, uma sociedade comunista necessita transformar essa categoria, recriando-a num formato que não signifique a opressão e exploração de uma parte desses trabalhadores.

[314] "Se, pela ciência e pelo seu gênio inventivo, o homem submeteu as forças da natureza, estas se vingam submetendo-o, já que delas se usa, a um verdadeiro despotismo independente de qualquer organização social. Querer

Como se sabe, foram poucas as menções de Marx sobre a produção comunista e, quando se referiu ao tema, enfatizou apenas o que seriam elementos norteadores de uma relação sem exploração de classe. As dificuldades são de várias ordens e, no limite, a "verdadeira" liberdade pode ser encontrada somente para além do "trabalho", o que não significa que ela seja compatível com a exploração *do* trabalho[315]. Este nos parece a interpretação mais plausível do comentário de Marx sobre os reinos da necessidade e liberdade, uma das poucas vezes em que se referiu explicitamente a relações de produção comunistas. Antes, vejamos o que está por trás do dilema.

Ainda que decidido democraticamente e de forma autogestionária, é possível conceber qualquer produção em grande escala e com especialização técnica em que não existam, em algum grau, momentos mais voltados a atividades manuais e outras intelectuais? Mais ainda, é possível executar um plano complexo sem que antes tenha havido uma concepção detalhada de etapas e tarefas? Se algum grau de divisão do trabalho permanecer, não restam muitas alternativas. Pode-se estabelecer uma rotatividade que impeça a fixação de um indivíduo na mesma tarefa (e se isso é ou não compatível com a "eficiência" econômica é outra questão). Essa rotatividade e plano só poderiam ser estabelecidos com base na efetiva participação, livre e igual, de todos os produtores. Mas é preciso também se atentar ao fato de que a rotatividade, em última instância, significa somente o aumento da mobilidade entre "funções" (no sentido de atividades/tarefas), que no capitalismo é muito baixo ou mesmo nulo. Ou seja, a rotatividade de tarefas não elimina a existência mesma de momentos distintos do processo produtivo[316]. Essa nos parece a razão dos elogios de Marx ao caráter "civilizador" do capital:

> o capital, e este é um de seus aspectos civilizadores, extorque esse trabalho excedente de maneira e em condições que – para o desenvolvimento

abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria, é destruir a fiação a vapor para voltar à roca de fiar" (Engels, 1873).

[315] Ou seja, não se trata de aderir à visão, vinda de tradições variadas (de Hegel, passando por Hayek a Arendt, Habermas e Gorz) de uma "condição humana" necessariamente racionalizada de forma instrumental (não-livre) do trabalho em "sociedades complexas".

[316] Isso sem falar na dificuldade em separar que especialização é, a princípio, inerente a certa atividade (uma neurocirurgia) e que especialização é resultado de uma forma de opressão (o operário da linha de montagem). Braverman (1987) discute esse tema tentando diferenciar uma divisão do trabalho que existe numa sociedade daquele que existe na fábrica. Mészáros (2001, p. 861-862), na sua avaliação crítica de Lukács, chama a atenção para o fato de que um alto grau de especialização pode ser compatível com a "imagem adequada do todo, desde que o praticante das habilidades em questão não seja violentamente separado do poder de tomada de decisão, sem o qual é inconcebível a participação significativa dos indivíduos sociais na constituição da totalidade". Ou seja, o problema não é o da "especialização em si", "mas a rigidez e o desumanizante confinamento das funções dos especialistas em tarefas de execução inquestionável".

> das forças produtivas, das relações sociais e para a criação dos elementos de nova estrutura superior – são mais vantajosas que as vigentes nas formas anteriores como a escravatura e a servidão. Assim atingir-se-á o estádio em que não haverá coação para o progresso social nem o monopólio dele (abrangendo as vantagens materiais e intelectuais), coação e monopólio que um segmento da sociedade exerce às custas do outro. Ademais, o trabalho excedente cria os meios materiais e o germe de uma situação que, em forma superior da sociedade, *possibilitam a esse trabalho excedente situar-se dentro de tempo mais limitado do trabalho material* (Marx, III, p. 941, grifos nossos).

Novamente enfatizamos que uma solução economicista (e que gera nova forma de exploração) pode ser dada ao que é designado aqui como imposições da "necessidade de trabalho material". Porém, se entendermos (e se, necessário, para além de Marx) que o "desenvolvimento das forças produtivas" não pode ser entendido como forças produtivas capitalistas, expressões das relações de produção vigentes, o que se projeta é uma técnica transformadora que liberaria os produtores para atividades outras que não a da esfera da necessidade. Pensamos ser possível, desse modo, entender o sentido da afirmação de Marx segundo a qual a produção material propriamente dita sempre será um limite à liberdade: "de fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta[317]; *por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita*" (III, p. 942, grifos nossos). Independentemente da formação social e do modo de produção, todos devem lutar com a natureza para satisfazer carências [*Bedürfnisse*] para manter e reproduzir a vida. Porém, ao se desenvolver, a esfera das necessidades naturais [*Naturnotwendigkeit*] se expande, porque aumentam as carências [*Bedürfnisse*][318], mas, ao mesmo tempo também se ampliam as forças produtivas para se satisfazê-las.

> A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. *Mas, esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade* [*Reich der Notwendigkeit*]. Além

[317] Na versão em inglês: "considerações mundanas".
[318] "*Mit seiner Entwicklung erweitert sich dies Reich der Naturnotwendigkeit, weil die Bedürfnisse*". Seguimos, aqui, a indicação de Ranieri (prefácio em Marx, 2004), sobre a distinção entre carências e necessidades. Segundo Ranieri, *Bedürfnisse*, em vários casos, tem um sentido de carência posta mais na condição biológica humana ligada a uma falta, mas também a um desejo. *Notwendigkeit* tem um sentido oposto à simples contingência e aparece como "possibilidade efetiva de realização a partir da satisfação histórica de carências". Essas recomendações do autor dizem respeito à tradução dos *Manuscritos de 1844*, mas consideramos que podem ser importantes para o entendimento da questão exposta em *O capital*, já que Marx usa os dois termos. A versão inglesa traduz nessa frase *Bedürfnisse* por "*wants*", diferenciando de "*necessity*".

> dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (1985b, p. 942, grifos nossos).

A menção à "natureza humana" e a noção de que certos valores são mais "adequados" a ela do que outros retoma, de algum modo, uma problemática desenvolvida por Marx em trabalhos anteriores. Uma discussão sobre a relação dessa problemática anterior com o objeto de *O capital* está muito além das intenções deste trabalho. Com ele, se pretende somente registrar que se Marx projeta uma transformação radical do processo de trabalho numa sociedade sem exploração, ele não deixa de observar que mesmo essa "libertação" tem um limite. Uma hipótese a se considerar seria a de que, da mesma forma que há um romantismo nas propostas de volta à produção artesanal, haveria também um idealismo dos que imaginam poder ser o trabalho (aquele ligado à esfera da necessidade) um "jogo" ou pura positividade[319]. Talvez, esteja aqui a preocupação mais contundente de Marx em se contrapor ao "sujeito-objeto idêntico" hegeliano.

3.3. Função do capital e função do trabalho: quais são as polêmicas subjacentes à noção de "nova classe média"?

A partir do que foi até aqui discutido, podemos indicar de forma mais direta o que temos chamado de função do trabalho e função do capital do modo de produção capitalista. Primeiramente, exporemos uma definição básica para, então, problematizá-la a partir das diversas intervenções de teóricos marxistas que consideramos importantes para um aprofundamento do tema.

Cumprir a *função do trabalho* significa fazer parte dos processos de trabalho que cada vez mais interagem de forma complexa com o conhecimento científico para produzir valores de uso, os quais serão o suporte do valor na medida em que esse trabalho coletivo é subsumido pelo capital. Ao *funcionar* como trabalho produtivo para o capital, a função do trabalho é executada por um conjunto de assalariados que cria valor de uso e valor. São categorias diversas de assalariados, manuais ou intelectuais (quando se pensa a proximidade com a manipulação dos meios e objetos de trabalho) e de qualificações distintas. Dessa maneira, algumas abordagens, como a de Carchedi (1996[1975]) a chamam de *função do trabalho coletivo*. Tradicionalmente, a

[319] Fausto (2002) e Ranieri (2011) discutem aspectos fundamentais do problema.

acumulação capitalista baseou-se em valores de uso tangíveis, o que não significa a impossibilidade da produção capitalista de valor a partir de valor de uso não tangíveis.

Seu oposto é a *função do capital*, que é realizada essencialmente para exploração do trabalho, isto é, organizar a produção com vistas à apropriação do excedente pela classe dominante. O ponto mais difícil, como apresentado longamente acima, diz respeito ao fato de essa função ser automaticamente associada à "direção e supervisão" do trabalho. Embora não exista uma sistematização clara dessas noções, tentamos mostrar que Marx dissocia a parte desse trabalho de direção que é inerente a qualquer produção coletiva e a parte que é específica de uma relação de exploração de classe. A parte inerente ao processo de trabalho coletivo, e que, assim, é também produtiva, Marx chamou de "conexão e unidade". A parte especificamente capitalista foi relacionada às tarefas de "supervisão e controle", isto é, basicamente voltadas para o aspecto *disciplinar* necessário para fazer com que um processo baseado na *extração privada do excedente* seja pacificado e ocorra com o mínimo de intervenções possíveis.

A formação das gerências no capitalismo (gestores, quadros [*cadres*], *managers*) está diretamente vinculada a essa condição dúplice. Não é à toa que Marx considera ser a direção capitalista uma *caricatura, deformação* da verdadeira necessidade de coordenar um processo de trabalho coletivizado e complexo. Não obstante na condição de deformação e não obstante ter violentamente expropriado as tarefas de concepção e coordenação do processo de trabalho, o capitalista (e, depois, seus agentes assalariados) não deixam de executar também parte ligada à função do trabalho. Mas o ponto essencial destacado por Marx é que essa participação capitalista no processo produtivo é *ideologicamente revestida* pela ideia de que a direção *só poderia existir na forma capitalista*, isto é, como se a viabilidade da existência estivesse atrelada à relação social capitalista. O resultado, como se reconhece na experiência prática, é que todos se tornam "trabalhadores"[320].

[320] Vale a pena citar somente um exemplo dessa ideologia, expresso no contexto de comemoração do primeiro de maio de 2012. Segundo Josué Gomes da Silva (controlador da Coteminas e filho do vice-presidente do governo Lula, José Alencar), "a despeito de ideologias, foram se estabelecendo paulatinamente novos parâmetros para a relação entre empregadores e empregados. Hoje, vivemos uma revolucionária e saudável realidade nesse processo. Capital e trabalho constituem uma força sinérgica na afirmação dos valores do chamado capitalismo democrático – o modelo que o laboratório da história determinou como o mais viável para o ser humano concretizar o conceito filosófico de felicidade. Empresas e seus colaboradores - dentre eles, os sócios e os executivos - atuam de modo coeso em todos os setores de atividades, buscando construir riquezas, multiplicar empregos, promover o crescimento sustentado da

Assim, *a ação do capitalista (ou seus agentes assalariados) pode ser mais extensa do que a função do capital propriamente dita*. Quando tomamos apenas a esfera da produção, esta, a função do capital, é restrita à exploração e apropriação do excedente e, por essa razão, limita-se aos esforços disciplinares, de controle e supervisão do trabalho alheio. Como argumenta Carchedi (1996), quando controla e vigia, o capital impõe uma disciplina ao trabalhador, que é assim obrigado a exercer suas atividades de maneira regular, adequada e contínua. O objetivo, quando se executa a função do capital, é garantir com que o trabalhador não use de maneira errada as máquinas ou mesmo a danifiquem; não desperdice matérias-primas; que faça com que ele não somente reproduza sua própria força de trabalho, mas produza também mais-valia ao trabalhar por um período maior do que aquele referente a seu salário. Em suma, como o que é produzido deve-se diretamente à duração do trabalho e à sua intensidade, o trabalhador é forçado a se adequar a um grau médio de intensidade. O capitalista, por meio de seu trabalho de controle e vigilância, irá observar se isso ocorre ou, se possível, "irá forçar o trabalhador a trabalhar a um grau de intensidade maior do que a média, porque essa intensidade extra irá trazer a ele uma mais valia extra" (p. 281).

A função do capital está também diretamente vinculada ao processo de circulação. No segundo capítulo, vimos que a separação entre produção e circulação não é tão simples quanto parece à primeira vista. Em primeiro lugar, há várias atividades produtivas que se prolongam na esfera da circulação (transporte, armazenamento, estocagem). Em segundo lugar, a complexificação das trocas na forma mercantil-capitalista passa a exigir um conjunto extenso e variado de atividades de circulação, o que cria algo análogo ao processo de trabalho da produção *na* circulação. O assalariamento em atividades de circulação levou Marx a identificar nesses trabalhadores um trabalho improdutivo, ainda que "produtivo para o seu proprietário".

A circulação deve ser entendida de forma precisa a partir do processo de metamorfose do capital entre suas formas de existência social: como dinheiro, mercadoria e capital produtivo. Duménil e Lévy (1994, p. 6) destacam três aspectos da função do capital na esfera da circulação: *comércio* (compra e venda de mercadorias, a avaliação do "mercado"), *operações monetárias*

economia e conquistar o desenvolvimento. *Afinal, todos somos trabalhadores*" (in "O trabalho de todos nós", *Folha de São Paulo,* 29/04/2012). Não se deve desprezar, igualmente, o uso da ideia de "humanidade" como legitimador do discurso.

(praticamente concentrada em bancos) e *contabilidade*. Quando essas atividades passam a ser transferidas para assalariados, elas não perdem seu caráter improdutivo.

Na abordagem de Duménil e Lévy (2005), a identificação das "funções capitalistas" na produção de valor e na circulação e o fato de elas serem transferidas a assalariados os levam a sugerir que o grupo assalariado gerencial que responde pelas funções do capital tem como objetivo *maximizar a taxa de lucro*, o que faz tanto na produção (vigilância e disciplina) quanto na circulação. Embora alguns de seus membros possam exercer trabalho produtivo, por coordenar o processo de trabalho, é um grupo mais diretamente vinculado à função do capital e que, portanto, não cria valor, apenas tenta maximizar a taxa de lucro a partir do valor potencial que é criado pelos trabalhadores. O gerenciamento (*management*) é entendido, pelos autores, num acepção ampla, que engloba todas as tarefas que o capitalista delega ao pessoal assalariado. Evidentemente, não se trata de um grupo homogêneo, já que, nessa suposição, incluem-se tanto as "altas frações da gerência assalariada" – o *manager* no sentido mais tradicional e estrito – quanto o pessoal necessário para tarefas improdutivas rotineiras de administração, tanto na produção quanto na circulação – que seria mais próximo à figura do "trabalhador de escritório" sem autonomia ou os agentes da circulação pouco qualificados (*clerical personnel*).

Nesse aspecto, percebe-se uma primeira polêmica no debate, que se refere à consequência da transferência de atividades antes executadas pelos capitalistas para grupos assalariados. Por um lado, Duménil e Lévy (1994, 2005) enfatizam que a transferência da função do capital na circulação a assalariados não altera o fato de que é um trabalho improdutivo e condizente ainda com a função do capital. Por outro, Carchedi (1996) considera que todo processo de trabalho que é *divido* (mesmo na circulação, que cria um valor de uso não material) provoca, necessariamente, a existência de um "trabalhador coletivo". Assim, mesmo que o comércio seja uma atividade improdutiva, seria possível identificar no conjunto dessa esfera quem executa a função do capital (vigilância e controle para aumentar tempo de trabalho excedente) e quem executa a função do trabalho, criador do valor de uso específico dessa atividade. Para Carchedi, a diferença do trabalhador coletivo da produção para o trabalhador coletivo da circulação está no fato de o primeiro, por gerar valor, ser explorado, enquanto o segundo, por não gerar valor, apenas por permitir que o proprietário garanta uma maior parcela da massa de mais-valia já existente, sofre uma opressão econômica.

Por sinal, esta será a mesma lógica usada por Carchedi para avaliar a condição de assalariados no que o autor chama de "trabalho mental", ou seja, daqueles que produzem valores de uso como o conhecimento, que irão se relacionar, no âmbito geral do processo, com os valores de uso materiais. A consequência é uma ampliação do conceito de trabalhador coletivo e de classe trabalhadora, já que engloba todo o assalariado vinculado à "função do trabalho" em atividades produtivas ou improdutivas, materiais ou mentais.

Na verdade, é possível entender e problematizar boa parte da produção teórica marxista, das décadas de 1960 e 1970, como *respostas* à difícil relação entre *funções e classes sociais*, ainda que nem todos os autores usem exatamente esses termos.

Vejamos, em primeiro lugar, Poulantzas (1978[1974]), que propõe uma análise de classes diretamente ligada ao problema do conteúdo dúplice do trabalho de direção e superintendência[321]. Em síntese, o esquema de classes de Poulantzas é composto pelas duas classes principais do modo de produção capitalista, burguesia e classe operária (proletariado), mas, na classe dominante, o autor diferencia duas frações pequeno-burguesas: a pequena burguesia tradicional (pequena produção e propriedade, artesãos e comerciantes) e a nova pequena burguesia (assalariados não operários). É essa nova pequena burguesia que, segundo Poulantzas, cresceu com a grande indústria capitalista nos países centrais e é composta, principalmente, por trabalhadores assalariados improdutivos.

Dessa forma, o fator delimitador da inserção dos agentes na classe operária, em relação à esfera "econômica", seria executar trabalho produtivo. Assim como visto no capítulo anterior, como a definição de trabalho produtivo em Marx não se resume à produção material, Poulantzas reconhece que precisa fazer um complemento a Marx (e, em sua opinião, esse complemento não violaria o sentido do conceito) para que só trabalhadores ligados à produção material sejam considerados parte da classe operária. Assim, postula que trabalho produtivo é aquele que produz diretamente mais-valia – o que deixa já de lado os integrantes da esfera da circulação, como comércio, publicidade, marketing, contabilidade, bancos, etc. – ao mesmo tempo em que produz os fatores materiais do processo, isto é, os que intervêm diretamente na produção material de mercadorias.

[321] Voltaremos a discutir o trabalho de Poulantzas no capítulo posterior.

Dentre os que estão ligados à produção material, Poulantzas faz a seguinte distinção: por um lado, há os portadores da ciência (pesquisa, produção e difusão de informação) e, de outro, seus agentes (engenheiros, técnicos, supervisores) e o trabalhador coletivo. Os primeiros estariam fora do trabalho produtivo, pois não intervêm diretamente no processo de produção material e isto porque "a ciência no capitalismo permanece separada do trabalhador direto". Pesquisa e informação, não obstante assumirem a forma-mercadoria (patentes, licenças), não produziriam mais-valia, somente teriam participação do processo de transferência de mais-valia entre os capitais (p.241).

Mas, no caso dos agentes do conhecimento científico, a tendência histórica é a de que eles intervenham cada vez mais diretamente no "processo de trabalho material, por meio indireto, do trabalhador coletivo produtivo". O corolário dessa tendência seria a insuficiência do critério "econômico" da definição de "classe operária". Assim, a determinação de classe de técnicos e engenheiros só poderia ser dada pelos componentes políticos e ideológicos, o que significa estabelecer como a divisão entre o trabalho manual e intelectual é realizada. Dentro desses critérios, os supervisores e gerência são excluídos do proletariado, pois, mesmo que potencialmente produtivos, representam a dominação política do capital e reproduzem as condições de exploração. Os engenheiros e técnicos, por sua vez, também não fazem parte por serem os detentores dos "conhecimentos secretos" ou do "monopólio do saber" do processo de produção, e se colocam de forma antagônica com a classe operária ao reproduzirem e preservarem a divisão técnica do trabalho.

Em suma, a nova pequena burguesia não é composta somente de trabalhadores improdutivos, mas de trabalhadores potencialmente produtivos que, mesmo ligados à produção material, estão nos domínios do "trabalho intelectual", o que perpetua a forma capitalista de exploração. A classe operária, por sua vez, seria formada pelo conjunto dos trabalhadores manuais produtivos[322].

[322] Lessa (2007) apresenta diversas críticas à leitura de Poulantzas sobre os conceitos de Marx, principalmente sobre os conceitos de trabalho produtivo e trabalhador coletivo. Mas, ao fim, o conceito de proletariado de Lessa é praticamente o mesmo de Poulantzas: trabalhadores manuais produtivos. É por essa razão que o conceito de "classe operária" aparece com mais força nesses autores (em detrimento de "classe trabalhadora"), assim como em todos que enfatizam a divisão do trabalho manual e intelectual na distinção de classe.

Uma das críticas mais comuns a Poulantzas foi a de que, a partir de suas concepções, a "ideologia" passava a definir as classes sociais[323]. A questão, contudo, nos parece mais complexa, o que não exclui possíveis insuficiências da parte de Poulantzas. Em primeiro lugar, o importante a se destacar é que, subjacente ao seu modelo, a relevância da divisão manual e intelectual é a forma encontrada por Poulantzas para atacar o caráter dúplice do trabalho de "direção e controle", tal como vimos em Marx: gerentes, engenheiros e técnicos participam da exploração do trabalho alheio, mas precisam também criar as condições para que a produção material se efetive, já que os trabalhadores manuais perdem o conhecimento sobre a produção. Ora, é isso que obriga Poulantzas a usar critérios que estejam além da dimensão especificamente econômica, que seria aquela do trabalho produtivo. Nesse ponto, parece-nos pertinente a constatação de Poulantzas: o trabalho produtivo *não é característica suficiente* para definição do proletariado.

Em segundo lugar, o recurso ao critério ideológico-político não encerra necessariamente uma abordagem subjetivista. Poulantzas deixa claro que não é sua intenção afirmar que a determinação de classe está centrada na posição que os agentes tomam em circunstâncias específicas: "isso seria recolocar em questão a determinação objetiva das classes sociais" (1978, p. 225). Parece-nos que se trata mais da forma como Poulantzas organiza as relações entre o econômico e o político-ideológico que faz com que certas dificuldades apareçam. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

Poulantzas, na verdade, faz referência a "lugares político-ideológicos objetivos", ou seja, é a forma pela qual as forças produtivas capitalistas se desenvolvem que faz com que, "economicamente", os trabalhadores sejam expulsos das funções científicas e de coordenação e unidade, ações que passam a ser desempenhadas, então, por "trabalhadores intelectuais". A divisão entre o trabalho manual e o intelectual e a consequente defesa dessa divisão pelos "trabalhadores intelectuais" devem ser vistas mais propriamente como o "efeito ideológico" correspondente à especificidade econômica do processo de produção capitalista.

O nó da polêmica explica-se pelo fato de aqueles que desempenham atividades intelectuais produtivas integradas ao trabalhador coletivo *também estarem associados* ao controle

[323] Ver, por exemplo, Wright (1981), Wood (1998) e Lessa (2007). As críticas vão desde aquelas que consideram o critério ideológico como "arbitrário" (Wright) ou que esse seria parte de uma proposta culturalista ou idealista para a análise das classes (Wood e Lessa).

e supervisão do trabalho: "engenheiros e técnicos, inserindo-se, pelas aplicações tecnológicas da ciência, no processo de produção capitalista, estão, por isso mesmo, implicados, ao menos na sua grande maioria, nas relações políticas de direção e de supervisão do processo de trabalho" (1978, p. 259). Para Poulantzas, como as classes definem-se pelos lugares objetivos (econômicos, político e ideológicos) no conjunto da divisão social do trabalho, os agentes intelectuais, responsáveis pelo "monopólio do saber" no capitalismo tendem a ocupar posições pequeno-burguesas na luta de classes.

Esse problema não é tão diferente daquele encarado por Braverman (1987[1974]), embora sua tese divirja fortemente de Poulantzas, já que, para Braverman, o proletariado é entendido de forma ampliada e abarca diversos setores assalariados. O motivo da discordância de Braverman, que o faz não restringir o proletariado aos trabalhadores manuais, deve-se à imbricação crescente, segundo analisa o autor em relação à produção capitalista contemporânea, entre o trabalho produtivo e improdutivo. Imbricação que inviabilizaria a distinção de classe com base nesse critério[324]. Para Braverman, boa parte dos que são considerados trabalhadores intelectuais ou que estão fora da produção material vivem, tal como os operários, as características da condição proletária: falta de autonomia e aumento da desqualificação em razão da "racionalização" de suas atividades e constante ameaça do desemprego devido à formação de mercado de trabalho concorrencial com essas características[325].

Por conseguinte, Braverman dialoga, a seu modo, com as funções sociais. Sua tese é que o capitalista, ao se afastar cada vez mais da produção, acaba por criar uma espécie de processo de trabalho para executar a função do capital, assim como também vimos em Carchedi: "o desenvolvimento do capital transforma a função operante do capitalista de uma atividade pessoal a um trabalho de uma multidão de pessoas". A função do capitalista é "representar e ampliar o capital", o que ele faz "controlando a produção do valor excedente nas indústrias" ou se apropriando do valor na circulação. Isso ocorre de tal forma que:

[324] "Elas [as massas de trabalhos produtivo e improdutivo] constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum" (Braverman, 1987, p. 357).

[325] Na verdade, esse não é um aspecto ignorado por Poulantzas, que analisa a questão sob o prisma de que há um processo análogo à divisão do trabalho manual/intelectual no interior mesmo do trabalho intelectual. Braverman, numa linha semelhante, indica que, tal como o trabalho manual, o trabalho intelectual pode também sofrer a divisão entre as tarefas de concepção e execução.

> Essas funções gerenciais de controle e apropriação tornaram-se por si mesmas processos de trabalho. São controladas pelo capital do mesmo modo como ele executa os processos de trabalho da produção: com trabalho assalariado comprado em larga escala no mercado de trabalho e organizado em imensas máquinas 'de produção' de acordo com os mesmo princípios que governam a organização do trabalho na fábrica (Braverman, 1987, p. 255-256).

Assim, quando discute o que seriam os "agrupamentos intermediários", Braverman critica as teses sobre a nova classe média. Os empregos nos escritórios não perfazem uma "ampla classe média", mas sim "um proletariado sobre forma nova" (p. 299). Na verdade, se necessário, o conceito de "nova classe média" deve ser usado com "certas reservas". Isso porque, se a velha classe média, em sua visão, ocupa uma posição fora da "estrutura polar" e do processo de acumulação – "ela possuía atributos de ser nem capitalista nem trabalhadora" –, a chamada nova classe média "assume características de *ambos os lados*. Não apenas ela recebe suas parcelas de prerrogativas e recompensas do capital como também carrega as marcas da condição proletária" (p. 344, grifos do autor).

Vemos, então, que as "funções sociais" informam a análise de Braverman e suas formulações sobre as classes no capital monopolista, tal como exposto em Poulantzas. A discussão, a princípio, pauta-se mais pelas características do trabalho assalariado em geral do que pela inserção ou não no trabalho produtivo, mas a ideia de que há grupos de assalariados que apresentam características ambíguas ocupa um lugar fundamental quando toma por objeto a classe média.

Se voltarmos ao trabalho de Carchedi (1996 [1975]), veremos, então, que sua proposta é uma tentativa de solucionar limitações que percebia em Poulantzas e Braverman. O objetivo central de Carchedi foi construir um modelo geral de análise diretamente baseado na questão das funções sociais[326]. Ao descrever detalhadamente o que aqui expomos como o conteúdo dúplice da função do capitalista-gerente, Carchedi propõe a seguinte divisão das funções básicas no capitalismo: uma é a função global do capital e outra a função do trabalhador coletivo. A primeira função diz respeito às tarefas de supervisão e controle e circulação do capital, ou seja, vinculadas diretamente à exploração e apropriação do trabalho alheio. A segunda inclui, além da produção

[326] Há semelhanças entre a proposta de Carchedi e a tese das "posições objetivamente contraditórias dentro das relações de classe" de E. O. Wright (1981). Wright, contudo, seguiu um caminho distinto depois desse trabalho, como vimos, influenciado pelo "marxismo analítico" (ver Wright, 1989a, 1989b e 2009).

propriamente dita das mercadorias, o trabalho de "coordenação e unidade", que anteriormente ficava a cargo do próprio proprietário e gradualmente transferiu-se para grupos diversos de assalariados.

Nessa perspectiva, *as funções se polarizam, mas elas não criam necessariamente duas classes* – o que, em certo sentido, é uma resposta às teses weberianas sobre o "equívoco" do prognóstico de Marx. A separação entre a propriedade econômica e a gestão das empresas cria, a partir da polarização básica das funções, três classes: a burguesia, restrita atualmente à propriedade econômica; o proletariado, que somente executa a função de trabalhador coletivo; e a *nova classe média*, que é assim designada não por estar entre as duas primeiras (como num modelo vertical), mas por personificar conjuntamente *as duas funções*, ainda que não de maneira simultânea, em suas atividades de trabalho. São grupos assalariados (isto é, não proprietários) para os quais uma parte de suas tarefas é basicamente propiciar a exploração, criando mecanismos de supervisão e controle, enquanto, na outra parte, desempenha tarefas de coordenação e unidade, o que a integra ao trabalhador coletivo.

E, seguindo Carchedi, é preciso aqui constatar um equívoco de Braverman: como vimos na passagem sobre o "assalariado de si mesmo" em Marx, não é possível afirma que a antiga classe média seja completamente diferente da nova por não apresentar características do capital e trabalho, por ser um ente "fora da estrutura". Por um lado, ela não está, de fato, diretamente ligada à produção de valor. Mas, por outro, na medida em que ela é considerada na sua interação com o mercado capitalista, *ela também carrega em si as duas funções.* A diferença fundamental da antiga classe média é evidentemente o fato de, além de ter a posse efetiva, ela ser a proprietária legal do meio de produção, o que reforça sua "função do capital" e, política e ideologicamente, seu viés conservador.

A formulação de Carchedi tem um aspecto importante e inovador na medida em que analisa o tão debatido processo de proletarização não somente em relação às consequências do assalariamento – como a deterioração de condições de trabalho –, mas a partir de suas causas mais fundamentais, relacionadas à distribuição desigual das funções do processo de produção. Isso significa que é preciso diferenciar a proletarização característica dos primórdios do capitalismo da proletarização das camadas médias assalariadas das sociedades contemporâneas.

Ambas, evidentemente, são processos que se explicam pela subsunção do capital ao trabalho. Mas a ênfase do primeiro está na expropriação que sofrem os produtores diretos dos seus meios de produção e que os lança ao assalariamento. O segundo, por sua vez, está associado a um processo já constituído de assalariamento, em que certos agentes, que desempenham funções duplas, passam a se ocupar mais da função de coordenação e unidade e se distanciam da função de supervisão e controle, ou seja, executam mais a função de trabalhador coletivo do que a função global do capital.

A originalidade está em enfatizar a mudança do "elemento funcional", nas palavras do autor, e não somente as consequências advindas do fato de se executar a função do trabalhador coletivo, tal como aquelas indicadas por Braverman, como a perda de autonomia, desqualificação e ameaça constante do desemprego. Ademais, propicia um tratamento da questão sem supor um conjunto indiferenciado de trabalho produtivo/improdutivo, como Braverman. E, de certa forma, deixa muito mais claro o viés objetivo (integrado ao processo de produção capitalista) daquilo que em Poulantzas está focado por meio do componente "ideológico-político". Para Carchedi, a ideia é a de que quanto mais for executada a função atrelada ao trabalhador coletivo (isto é, trabalho produtivo), mais os trabalhadores intelectuais irão estar sujeitos à desvalorização da sua força de trabalho, que é "a redução de sua força de trabalho a um nível médio, sem qualificação". A proletarização é, assim, o limite do processo de desvalorização da força de trabalho (Carchedi, 1996, p. 322).

Mas, do ponto de vista de definição do proletariado, Carchedi está mais próximo de Braverman do que Poulantzas, por consentir com a afirmação de que o proletariado não é restrito a trabalhadores manuais[327]. Como o autor defende que é possível analisar a função global do capital e a função do trabalhador coletivo em processos de trabalho não materiais (inclusive na esfera da circulação), as contradições da produção capitalista, tal como também defende Braverman, seriam levadas a outros domínios e o contingente proletário tenderia a crescer proporcionalmente[328].

[327] Ver também Carchedi (1975).

328 Como vimos, a ideia é de que qualquer atividade sujeita ao assalariamento e à divisão técnica do trabalho "cria" um trabalhador coletivo. A diferença é que, ao contrário do trabalhador da esfera produtiva, que é explorado, o assalariado na esfera da circulação pode sofrer uma "opressão econômica", pois, ainda que não haja produção de

Contudo, a despeito do rigor teórico da proposta de Carchedi, nos parece muito frágil seu entendimento sobre uma característica do trabalho da nova classe média. Para o autor, mesmo que desempenhem as duas funções (do capital e do trabalho), esses assalariados nunca o fazem *simultaneamente* (1996, p. 277-278). Seria como se uma parte de suas tarefas ou atividades do dia fosse dedicada exclusivamente a explorar trabalho enquanto a outra parte se une integralmente ao trabalhador coletivo.

Ora, é justamente essa a preocupação de Poulantzas[329]. Na medida em que o processo de trabalho está subsumido realmente pelo processo de valorização do capital, a execução da "coordenação e unidade" do processo de trabalho nunca é neutra: é feita da forma capitalista. Como o Gorz de *Crítica à divisão do trabalho* (1996 [1973]) afirmava, muita da técnica existente só é "produtiva" porque está avaliada pelos parâmetros da acumulação capitalista em sua fase monopolista, sem mencionar a aplicação da ciência em forças destrutivas. De acordo com esse aspecto, boa parte das atividades e pesquisas do pessoal técnico e científico capitalista não teria qualquer utilidade em outra sociedade na qual as "necessidades" fossem diferentemente construídas[330].

---

valor propriamente dita, seu salário é regulado pela venda da força de trabalho no mercado e tende a sofrer desvalorização na medida em que sua atividade permite ao capitalista comercial, por exemplo, se apropriar de um monte maior da mais-valia gerada na produção.

[329] Assim com as de Duménil e Lévy (2005), que apontam a dificuldade de se constatar, na concretude das experiências, como podem estar separadas as funções de coordenação e unidade daquela de disciplina e controle. Para os autores, Marx está bastante consciente de quão heterogêneo pode ser o resultado da delegação de tarefas do capitalista a assalariados, já que nesse movimento estão incluídos desde empregados de escritório sem nenhuma autonomia a grandes gerentes assalariados e com participação em ações das empresas. Porém, Marx não teria seguido o caminho para decifrar esse movimento em seus detalhes. As teses de Duménil e Lévy sobre as *cadres* ou a *managerial class* pretendem suprir essa lacuna.

[330] Nesse texto, Gorz levanta questões interessantes ao problematizar os pontos de aproximação e distanciamento entre trabalhadores técnico-científicos e operários. Por exemplo, se trabalhadores técnico-científicos igualam-se aos operários na relação que ambos têm com o capital (que busca a "proletarização" dos dois grupos), eles "não estão situados do mesmo modo uns em relação ao outros", pois esses trabalhadores técnicos reproduzem a exploração na medida em que parte de sua função é ser "agente do capital" (p. 225, grifo do autor). Porém, a partir de *Adeus ao proletariado*, os que eram "agentes do capital" são depois encarados como executores de um "poder funcional", sem sujeito, inerente à burocracia moderna. Interessante notar que Gorz, a princípio, coloca o problema em termos de relações de classe, mas o abandona posteriormente, pois o considera de impossível resolução. Desse modo, Gorz abandona o desafio de pensar a superação das relações de produção e forças produtivas capitalistas e se apega à tese de racionalização instrumental (irreversível) das organizações modernas de Weber. Segundo Amorim (2009) há mais continuidade teórica do que ruptura dessa mudança, porque o papel das forças produtivas, embora invertido o sentido, continua a informar o núcleo de sua abordagem. Voltamos a esse ponto no próximo capítulo.

No manuscrito conhecido como *Sobre a reprodução* (1999)[331], Althusser ataca o problema ao fazer uma também distinção funcional das categorias de agentes sociais existentes numa organização capitalista. Seriam três grandes categorias: a) os que garantem unicamente *funções de produção* ("operários, peões, operários sem qualificação e operários qualificados, técnicos (se for o caso): os proletários no sentido estrito; b) os que garantem as *funções de exploração, mas que "são sempre ao mesmo tempo funções de produção*" (engenheiros, técnicos superiores, diretores de produção, etc) e c) a categoria responsável pelas *funções de repressão*, que podem ser confundidas com funções de exploração (quadros, contramestre a certos engenheiros) ou não (vigias e assalariados recrutados para a luta anti-sindical).

As três funções destacadas por Althusser poderiam ser reduzidas às duas fundamentais que temos ressaltado: a função do trabalho como função da produção e a função do capital como a junção da exploração e da repressão. A diferença ressaltada por Althusser é o fato de a exploração não poder ser dissociada da produção em si. Desse modo, não seria possível projetar, tal como faz Carchedi, um "tempo" dentro do qual se excuta trabalho produtivo e outro no qual se pensa e se executa como explorá-lo. Isto é, não se trata apenas de dimensões abstratas que seriam difíceis de serem identificadas na prática social, mas o fato mesmo de a valorização subsumir a produção de valores de uso.

Assim, voltamos aos dilemas da transição: até que ponto se trata de uma classe média (ou nova pequena burguesia) que ocuparia um lugar, ainda que diminuto, em qualquer processo de trabalho coletivo? Até que ponto é uma classe que necessariamente luta para manter a forma capitalista de divisão técnica do trabalho? Percebe-se, dessa maneira, como estão entrelaçados os problemas relativos às classes sociais e à transição socialista.

***

Assim colocado o problema, ou seja, identificadas as funções necessárias à reprodução do modo de produção capitalista, duas questões principais surgem na discussão. A primeira refere-se à relação entre função do capital e seus agentes: o fato de executar a função do capital faz do agente um membro da classe dominante? Trata-se de uma fração burguesa? A segunda relaciona-

[331] Organizado por J. Bidet, em 1991, trata-se do manuscrito do qual Althusser retirou o texto, publicado em 1971, sobre a "ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado".

se à tendência do processo histórico: quais situações permitem projetar um ponto de transformação revolucionária do modo de produção capitalista, isto é, quais agentes, e em que condições, podem deixar de fazer *funcionar* o modo de produção capitalista e fomentar a base para uma transformação radical do *status quo*? Fiquemos, por ora, restritos à primeira.

A primeira questão movimenta-se num terreno bastante polêmico, pois, no limite, a tendência de delegação das tarefas do capitalista para assalariados parece fundamentar, de início, uma visão de "capitalismo sem capitalistas". Esse, de fato, é um elemento importante das teorias do "gerencialismo" ou da sociedade "tecnocrática", que supõem como possível e efetiva a separação da lógica capitalista de uma lógica técnica, encabeçada por gerentes com qualificação científicas. Pensamos ser correto afirmar que uma acentuação unilateral desse aspecto atingiu igualmente análises críticas orientadas pelo marxismo, como a de A. Gorz. Diferentemente do "otimismo" do gerencialismo, o mesmo processo foi visto como a *impossibilidade* da organização produtiva se desprender da forma "heterônoma" da "sociedade industrial". Ou seja, ambas correntes compartilham a ideia de existência de um poder funcional técnico, impessoal e irredutível à relação de exploração de uma classe sobre outra. Porém, para uns, trata-se de um processo positivo, pois seria a vitória da racionalidade técnica sobre a limitação estreita de objetivos "menores" do capitalista. Para outros, trata-se de um processo negativo, já que *impede objetivamente* uma revolução social *no* trabalho. Consequentemente, a utopia "possível" resumir-se-ia a um projeto social de diminuição das horas de trabalho, mesmo que dentro da sociedade capitalista.

As interpretações marxistas sobre o tema divergiram entre si. Um grupo de autores considera que a gerência (administrativa ou técnica) que assume integral ou parcialmente a função do capital (principalmente suas frações superiores, como os *top managers* ou executivos) se torna uma fração especial da classe capitalista e a igualam à burguesia (o conceito de "nova pequena-burguesia" é informado por essa posição). Outro grupo considera que a execução da função de capital *sem* a propriedade legal dos ativos faz desse conjunto, ainda que bastante heterogêneo, uma classe distinta, que estabelece uma relação de não identidade tanto com a burguesia quanto com o proletariado. Nesse caso, o conceito de classe média ganha uma ênfase maior.

Mas, de fundo, há um problema anterior a essa aparente divergência. Assim como discutimos no capítulo anterior sobre a relação entre proletariado e classe trabalhadora (entendida como a *força de trabalho* usada produtivamente), a mesma lógica pode (e deve) ser levada para pensar a relação entre *burguesia* e *classe capitalista*. Algumas posições precisam ser apresentadas antes de atacarmos esse problema.

Duménil e Lévy (1994) aproximam-se do segundo grupo ao entender que o quadro gerencial e de funcionários está mais próximo de uma nova classe (média) do que da reafirmação das classes tradicionais, burguesia e proletariado. Para os autores, uma análise dicotômica não dá conta da realidade do capitalismo contemporâneo e tem um efeito político questionável ao isolar todo esse conjunto do salariado a posições burguesas ou pequeno-burguesas. Contudo, mesmo a análise da nova classe é limitadora se não leva em consideração, de modo similar, a polarização entre as frações superiores e inferiores do pessoal empregado na função do capital. Nesse sentido, os autores tentam identificar os diferentes cenários possíveis que surgem do debate das correntes teóricas e políticas, o que pode ser feito se separados em quatro conjuntos os grupos citados: C – capitalistas; M – frações superiores da gerência; m – frações inferiores da gerência e pessoal de escritório e P – trabalhadores produtivos:

Cenário 1: C + M + m ↔ P. Nesse cenário, as duas frações da classe média dão apoio aos interesses burgueses e formam um bloco oposto aos trabalhadores produtivos. Nessa situação, os trabalhadores são vistos como "classe baixa" e repercutiu bastante em teorias sociológicas contemporâneas.

Cenário 2: C ↔ M + m + P. Esse é o cenário em completa oposição ao primeiro. Trata-se da tentativa, principalmente de parte da esquerda, de separar os proprietários, vistos como "parasitas", do conjunto dos assalariados e de construir uma "solidariedade contra o capital".

Cenário 3: C ↔ M+ m ↔ P. Nessa situação, isolam-se os grupos intermediários identificando-os como uma classe média de não proprietários. Foi usado principalmente pelas análises nos locais de trabalho que chamavam a atenção, desde W. Mills, para o trabalhador de colarinho-branco.

Cenário 4: C + M ↔ m + P. Nesse último cenário, ainda que não se eliminem as diferenças internas entre os dois grupos, prevalece a distinção entre, de um lado, proprietários e alta gerência (posse efetiva) e, de outro, trabalhadores subordinados, produtivos ou pessoal de escritório, na medida em que há uma condição socioeconômica similar entre esses assalariados.

Duménil e Lévy aproximam-se das teses que enfatizam os elementos comuns a todo o corpo gerencial (M + m), uma vez que não consideram viável encaixar essa nova classe simplesmente na burguesia ou no proletariado. No artigo de 2005, no qual argumentam que essa classe executa "trabalho" para "maximizar a taxa de lucro", reconhecem que a ela pode ser aplicado o conceito de "nova pequena-burguesia". Contudo, deixam claro que não se pode ignorar a polarização social na medida em que as frações inferiores do pessoal de gerência se coloca em oposição à união de proprietários e alta gerência. Veremos, no próximo capítulo, que essa proposta está vinculada a uma explicação mais geral das relações de classe no capitalismo contemporâneo, cujo objetivo é propiciar o entendimento da unidade e dissolução de compromissos que fundamentaram a ascensão neoliberal.

Uma interpretação que também se destaca nesse aspecto é a tese da "classe dos gestores", desenvolvida, por exemplo, no estudo crítico de João Bernardo (1977) sobre *O capital*. A tese central de Bernardo é a de que Marx tem como "ideologia" a defesa da revolução proletária como alternativa à produção capitalista, mas, quando procede à exposição das categorias fundamentais em sua obra máxima, acaba por naturalizar aspectos das relações capitalistas de produção e, teoricamente, a eternizar a posição dominante dos gestores (no Estado e nas empresas) numa produção que se pretende posterior ao capitalismo. Ou seja, aquilo que vimos, em Marx, como uma "função inerente" a qualquer processo de trabalho em grande escala e, nesse sentido, todos agentes da produção são "trabalhadores", é para Bernardo um sintoma da continuação de princípios capitalistas de organização do trabalho no plano revolucionário de Marx. Ainda que sua obra crie as condições para visualizar o papel dos gestores, Marx teria "escondido" essa classe na medida em que foca um modelo "a uma só empresa" e não enfrenta os problemas da organização do conjunto de unidades produtivas.

Também para Bernardo não se trata de uma classe burguesa, mas de "gestores" que dominam tanto o capitalismo atual (nas empresas, sindicatos e Estado) quanto dominaram nas

nações do bloco "comunista". O uso da "categoria sociológica" das "classes médias" também é evitado em razão do termo ter um papel central nas "ideologias que concebem a conciliação e dissolução das classes". O argumento do autor é o de que a noção de classes médias estaria necessariamente vinculada a um montante (quantitativo) coberto pela categoria jurídica do salário, o que se mede com o intuito de o "radical antagonismo de funções que diferencia as remunerações recebidas" (Bernardo, 2009, p. 104). A classe dos gestores seria distinta da classe burguesa (funções, origens e desenvolvimentos históricos distintos), mas *ambas seriam classes capitalistas.*

De forma não muito distinta, Carchedi e Bidet também associam as frações superiores da gerência à classe capitalista. Para Carchedi (1991), a classe capitalista não é composta apenas pelos proprietários legais, mas também por aqueles que detêm a posse efetiva. Isso significa que juntos, proprietários e possuidores "têm o poder de decidir o que produzir, como e para quem produzir". O fato de receberem salários, e não dividendos ou juros, não anula a condição de apropriadores de mais-valia, ou seja, e seu salário não teria nenhuma relação com o valor de sua força de trabalho. No caso de Bidet, há certa concordância com a análise do quadro gerencial exposto por Duménil e Lévy, mas o autor interioriza o problema da "nova classe" no sistema bipolar. E assim o faz por levar adiante a tese de que a estrutura de classe capitalista é dividida em dois polos: mercado e organização.

O capital, para Bidet, é mercado e organização e a exploração assenta-se nesses dois polos, por meio da "propriedade privada" e da "competência" em organizar o trabalho produtivo. O capitalista não é somente proprietário que mira a valorização do valor, mas também um organizador do processo de trabalho que interioriza a necessidade de produzir valor a partir de valor de uso em tempos determinados. A classe dominante seria, desse modo, bipolar: patrões e acionistas localizam no polo mercado enquanto gerentes e altos executivos situam-se no polo dominante da organização capitalista.

A tese de Bidet é distinta da ideia de fração ou mesmo "duas classes", pois, consoante à sua lógica de "reconstrução" do capital, o proprietário e o organizador são vistos como "os dois 'polos' em interação de uma só entidade" (p. 274). O objetivo é identificar os pontos de conflito dessa interação social:

> O poder proprietário não poderia absorver o poder do organizador. É realmente o proprietário (a assembleia dos acionistas) que designa o administrador. Mas a propriedade nunca designou a organização. Ela não tem escolha: não exerce seu próprio poder senão através dessa última, que ela se esforça de mil maneiras para colonizar, mas com a qual deve sempre contar e compor. A competência possui seus próprios recursos, que são de outra ordem. E os dois polos tampouco poderiam convergir totalmente, mesmo que, em certos momentos, pareçam muito fazê-lo. Isso porque suas referências são propriamente antagônicas (Bidet, 2010, p. 274).

A ideia levantada por Bidet, por sinal bastante controversa, é a de que existem normas de justificação distintas para cada polo do capital. Essa não equivalência das referências últimas de cada polo não deve ser encarada de forma indiferente pelos explorados, pelo contrário, deve ser usada politicamente.

> De fato, a competência, na qualidade de capacidade de aplicação organizada de meios e fins, não dá testemunho fiável de si própria senão no discurso público da *explicação*, o das finalidade legitimáveis e dos meios socialmente aceitáveis. E ainda que esteja inclinada a libertar-se de todos esses constrangimentos, ela é, por sua própria forma, um objeto de contestação. Só pode justificar suas decisões em referência a interesses racionais e universais, ao passo que a propriedade capitalista espera sua legitimação de seu sucesso no mercado, na corrida pela acumulação, e não está nem um pouco preocupada como os "outros" em seu negócio (p. 274, grifo do autor).

A assimetria das referências à legitimação via mercado e via organização repercutem, para Bidet, na luta pelo socialismo, entendido como "a luta de classes por uma sociedade sem classe". Essa luta, portanto, norteia-se pela atribuição coletiva a si mesmos (dos explorados) da competência, que os permita a libertação do mercado e uma nova organização "submetida à deliberação comum"[332]. Nesses termos, na estrutura de classe da sociedade capitalista, haveria um "arco da classe explorada", composto por agricultores e artesãos (autônomos); operários e funcionários (explorados nas empresas) e servidores públicos (explorados na administração estatal). Aqui seriam três "frações" de uma classe explorada, que formariam uma só classe na medida em que há uma "comunidade de destino".

***

[332] Segundo Bidet (p. 275), "essa luta teve por meta, durante muito tempo, uma "organização" democrática universal, e justificadamente conserva em sua agenda a organização comum de tudo que pode ser negado à ordem mercantil e conquistado dela. De fato, é realmente pela forma organizada que os de baixo podem atribuir coletivamente a si mesmos competência para libertarem-se do mercado e se reapropriarem do mundo social. Para isso, porém, é preciso que essa organização seja ela mesma submetida constantemente à deliberação comum – mas essa é uma outra história.

Os argumentos e posições acima apresentados levam-nos a observar a mesma tensão existente na relação entre os conceitos de proletariado e classe trabalhadora. Assim como o proletariado, o conceito de burguesia tem uma *história pregressa* na análise de Marx, que é, na verdade, uma existência anterior ao modo especificamente capitalista de produção. Na dimensão do objeto teórico de *O capital*, a burguês é capitalista na medida em que personifica o capital e não porque é proprietário. Em síntese, assim como o proletariado choca-se com o conceito de força de trabalho (que, usado pelo capital, produz valor e mais-valia) a burguesia choca-se com o conceito de capital.

Vimos que o modo de produção capitalista só ganha seu caráter específico quando o proprietário dos meios de produção pode começar a se distanciar do trabalho efetivo. A consequência foi o surgimento de grupos assalariados que passaram a se ocupar do conteúdo dúplice das tarefas do capitalista primevo. Ao longo do século XX, principalmente na segunda metade do século, aumenta o contingente desses grupos de assalariados, o que, junto a uma parcela também cada vez mais centrada na esfera da circulação, dá origem ao problema sociológico das classes médias, que não são mais resquícios de modos de produção pretéritos, mas resultado da "superação/conservação" do capitalismo.

O argumento central aqui levantado é o de que a noção de classes médias não é estranha à obra de Marx. Pelo contrário, seu núcleo explicativo já está no processo de união/dissociação da função do capital e da função do trabalho, que, por sua vez, está na origem mesma da explicação marxista do modo de produção capitalista. A identificação complexa das classes por meio dessas duas funções faz com que seja possível estipular uma estrutura com mais de duas classes sem que as determinações fundamentais bipolares do capital sejam negadas. A existência de uma classe intermediária não é contraditória com a relação tendencialmente polarizada e antagônica entre as funções de capital e de trabalho.

Contudo, sempre existiu uma resistência em incorporar o vocábulo "classe média" por parte da tradição marxista. Poulantzas explicitou essa posição de forma clara, com base, principalmente, em dois argumentos: o conceito de classe média estaria comprometido com análises burguesas e não há possibilidade de se pensar em uma classe (ou camadas e frações) que

se constitua à parte das classes fundamentais do capitalismo (burguesia e proletariado). Daí optar pelo conceito de "pequena burguesia".

Em relação ao último argumento, a proposta que aqui seguimos foi justamente evidenciar que aquilo que se entende por classes médias integra-se à lógica do capital e, novamente, a existência de uma terceira classe não nega as determinações essenciais dessa lógica. Por meio da análise das funções sociais, o conceito de classes é entendido num registro mais amplo.

Sobre o primeiro argumento, é certo que o termo teve uma inserção maior em análises não marxistas, como vimos no primeiro capítulo. Nessa linha, o raciocínio era o seguinte: se Marx asseverou que o pequeno proprietário ou produtor independente transformar-se-ia tendencialmente em burguês ou proletário, que formariam então as duas únicas classes, a nova classe média contradizia o prognóstico. Mas é preciso problematizar essa avaliação.

Marx, assim como Engels (1845) e vários outros no XIX, usou por vezes o termo classe média como um sinônimo de burguesia, ou seja, a classe proprietária que é distinta, por um lado, da aristocracia e dos laços feudais e, por outro, dos servos sem propriedade. Porém, com o desenvolvimento da grande indústria, a tendência foi a consolidação da burguesia propriamente dita, proprietária das grandes empresas e distante do trabalho efetivo. A outra consequência desse desenvolvimento, como se referem no *Manifesto comunista* (1998 [1848]), diz respeito às "camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes, os que vivem de rendas, artesãos e camponeses", que caem nas fileiras do proletariado.

Como vimos, essa "camada inferior da classe média" são variações mais ou menos puras do "assalariado de si mesmo", aquele que não tem recursos para se livrar da função do trabalho mesmo sendo proprietário, o que o obriga a executar as duas funções praticamente sozinho, isto é, portador de um modo de produção não especificamente capitalista. Nesse sentido, há uma linha de continuidade com a nova classe média, que tem por responsabilidade executar atividades referentes às duas funções, mas com a diferença fundamental de que assumem essas funções mesmo não tendo a propriedade legal dos meios de produção – o que contrasta, de certa maneira, com o conceito de pequena burguesia.

Dito de outra forma, *a burguesia deixa de ser classe média na medida em que incorpora exclusivamente a função do capital*. A antiga classe média, embora esteja longe de desaparecer, fica à margem da produção capitalista[333]. Nessas duas questões, as teses de Marx foram, no geral, corroboradas. O que Marx indicou (principalmente no Livro III), mas não desenvolveu, foi a situação em que as funções de capital e trabalho se reúnem novamente, mas, dessa vez, em assalariados.

No capitalismo contemporâneo, esse mesmo movimento afastou a burguesia propriamente dita até mesmo da função do capital e a "empurrou" para a forma mais reificada de sua existência, D-D'. Como o valor precisa continuar se valorizando, o que somente se faz pelo uso produtivo da força de trabalho, a organização capitalista em nada altera a divisão técnica do trabalho, não deixa de ser uma empresa capitalista baseada na exploração do trabalho, o que significa a permanência de agentes que criam as condições da exploração ao mesmo tempo em que valores de uso são produzidos.

Em suma, no capitalismo contemporâneo, grupos assalariados assumem funções duplas, o que permite considerar o conceito de classe média como pertinente para a análise desse movimento. Independentemente do termo usado, o fato é que há um grupo social criado pelo próprio modo de produção capitalista – não é resquício de formas pretéritas – que tende a agir como classe social de forma distinta do proletariado e da burguesia.

A posição que aqui seguimos é semelhante aos autores que identificam uma divisão fundamental entre esses grupos assalariados gerenciais. Os *top managers*, *CEO*, diretores executivos, etc., ou seja, as frações superiores do quadro gerencial que têm poder de decisão sobre a produção, estabelecendo as regras e diretrizes de como conduzi-la não seriam, nesse sentido, classe média, pois estão totalmente atrelados à função do capital. Não é à toa que atualmente são executivos que perambulam pelos mais diversos setores produtivos ou comerciais, pois não cabe a eles qualquer conhecimento técnico sobre a mercadoria produzida. Trata-se, a nosso ver, de uma fração plenamente capitalista, cujos ganhos já estão distantes da forma salário, já que são remunerados por comissões e bônus atrelados à "valorização" dos papéis das

[333] Retomaremos esse aspecto posteriormente, pois, em condições particulares, não á contraditório à acumulação de capital que a pequena propriedade não somente se preserve, como também cresça.

empresas. São executivos que "rodam" por companhias as mais diversas, em um ano dirigindo a produção de alimentos, em outro controlando uma companhia de aviação ou um laboratório farmacêutico. O "negócio" deles é outro, isto é, é "trabalhar" para que as taxas de lucro das empresas que gerenciam sejam as máximas possíveis de acordo com o valor que criam – para Duménil e Lévy (2005) o gerencialismo foi a principal contratendência à queda da taxa de lucro no século XX. Não nos parece algo relacionado ao aspecto "técnico" – sempre bom lembrar, técnica capitalista – de "coordenação e unidade" do processo de trabalho, isto é, não apresentam de forma imbricada qualquer coisa próxima à "função do trabalho".

Com isso, queremos afirmar que são os quadros técnico-administrativos que portam de maneira simultânea as funções do capital e do trabalho e que, assim, podem ser associados à noção de nova classe média. Esses quadros são os que efetivamente precisam unir as formas de exploração à produção propriamente dita. Para tanto, recebem um salário elevado em relação ao trabalhador em geral, pois precisam objetivamente de qualificações e credenciais para executar essas funções. Da mesma forma, o pessoal administrativo incorporado às funções do capital para circulação e realização do valor são assim empregados em grande parte numa condição subalterna, sem autonomia, que introduz a especialização técnica nos "serviços" com surgimento de algo análogo ao "trabalhador coletivo" produtivo e tende a desqualificar o trabalho exigido individualmente. Essa situação concreta em que executam suas atividades, ainda que não seja propriamente a "função do trabalho" enquanto uso da força de trabalho produtivamente, é totalmente distinta da forma pela qual as frações superiores da gerência executam a função do capital, com autonomia, controlando toda uma hierarquia abaixo dela e ditando as regras da atividade alheia.

Nesse plano de análise, teríamos, assim, uma primeira aproximação das classes a partir das funções:

Classe capitalista: união da burguesia financeira, da burguesia industrial (ou agrária) que ainda congrega propriedade e posse efetiva com os executivos e gestores que formam a fração superior das gerências.

Classe média: quadros técnico-científicos que organizam a produção pela aplicação técnica da ciência (conjugam função do capital e função do trabalho) e pessoal administrativo

(*clerical personnel*), isto é, as frações inferiores do gerenciamento de serviços necessários à realização do valor (comércio e bancos, por ex.).

Classe trabalhadora: força de trabalho proletária usada produtivamente pelo capital (que pode estar ativa ou em reserva), ou seja, trabalhadores que têm como núcleo de sua atuação a "função do trabalho": produzem valores de uso que são ao mesmo tempo suportes para a produção de valor. Nessa dimensão, classe trabalhadora é o equivalente teórico do proletariado.

Nesse primeiro esboço, é preciso notar que estamos numa dimensão limitada que procura dar conta do desenvolvimento do modo de produção capitalista supondo certas condições "essenciais", ou seja, supõe-se que toda força de trabalho produtiva é subsumida realmente pelo capital.

Porém, qualquer análise concreta observa que esse primeiro plano de análise diz pouco sobre as relações sociais existentes por uma condição a que já fizemos referências diversas vezes nesse trabalho: embora se pretenda universal, o capital não incorpora a si todas as relações sociais e mesmo quando as incorpora não faz na mesma intensidade, no mesmo grau. Uma sociedade capitalista é uma formação social complexa, que engloba modos de produção distintos (são descobertas rotineiramente, por exemplo, focos de trabalho escravo em economias mais ou menos "desenvolvidas") e, ainda que dominada pelo MPC, seus membros não são *passivos* frente a tentativas indiscriminadas de mercantilização social.

Assim, se um plano essencial pode auxiliar na identificação do modo especificamente capitalista de produção, ele precisa ser complementado pelo fato de que atividades não consideradas como "significativas" por Marx foram interiorizadas de modo cada vez mais amplo pelo sistema capitalista, a despeito das resistências a esse processo. Referimo-nos às atividades que produzem valores de uso intangíveis (chamada de "produção imaterial") ou atividades (serviços) em que a produção é simultânea ao consumo, mas que, mesmo assim, são formalmente subsumidas ao capital. Essa ampliação da produção capitalista (da "indústria" capitalista) para setores e atividades que ainda ofereciam obstáculos passa a ser o grande tema dos estudos críticos contemporâneos. Para contribuir a esse debate, pensamos ser interessante separar duas situações distintas.

A primeira diz respeito ao que tem se chamado de "trabalhadores informacionais" ou "trabalho imaterial", como desenvolvedores de *software* e operadores de sistemas informatizados. A explosão de ferramentas tecnológicas integradas à produção material e imaterial criou uma rede complexa de produção de conhecimento e informação que é materializada em mercadorias diversas. São muitas as pesquisas sobre esses grupos que apontam para a reprodução das contradições capitalistas na esfera informacional o que tende a reproduzir, assim, a "função do capital" e "função do trabalho" nesses empreendimentos, e que promove a associação de grupos assalariados nesse setor tanto à classe média quanto à classe trabalhadora/proletariado. Respostas que só virão de pesquisas em larga escala sobre o tema, mas que, pelos indícios já existentes, tornam bastante implausível a ideia de sociedade da informação como formulada por autores como D. Bell – como argumenta Ruy Braga (2009), há muito mais uma "vingança" de Braverman.

A segunda situação refere-se ao que tradicionalmente se chamou de "profissões liberais" (*professionals*), especialmente médicos, dentistas, demais profissionais de saúde, advogados, engenheiros autônomos, etc. Numa situação próxima, também poderiam ser incluídos professores, artistas, músicos, escritores, jornalistas, etc.

Certamente, a relação de cada uma dessas categorias com a produção capitalista é particular e diversificada. Porém, não é exagero reconhecer que todas elas passaram por um processo de *transição* gradual ao modo de produção capitalista, o que se inicia com a expansão do assalariamento desses profissionais, tanto pelo Estado quanto em empresas privadas.

Com o crescimento da subsunção formal dessas atividades ao capital, a tendência das análises marxistas foi esperar a *proletarização* de novas camadas assalariadas, isto é, o aumento da classe trabalhadora. As referências de Marx ao trabalho produtivo de professores, artistas e escritores foram amplamente usadas para sustentar essa proletarização.

Porém, como vimos no capítulo anterior, a adequação do capital, enquanto *forma*, em trabalhos de *conteúdo* imaterial não se apresenta nas mesmas condições da forma capitalista aplicada à produção material. Nesse sentido preciso, a subsunção formal do trabalho dessas atividades ao capital coloca certos obstáculos à proletarização tomada por seu sentido rigoroso de trabalho realmente subsumido ao capital. Por conseguinte, a posição objetiva desses agentes

apresenta características da classe média, sem que isso signifique, é certo, uma determinação mecânica, mas validada socialmente.

Pela ausência do "modo especificamente capitalista de produção" nessas atividades, isto é, da subsunção real em boa parte das atividades consideradas "intelectuais", essa força de trabalho *mantém um papel de "sujeito" do processo do trabalho* que o capital, como descreve Marx, tomou dos trabalhadores manuais vinculados à produção de valor. O conhecimento e controle do próprio trabalho – mesmo que assalariado e diariamente cobrado e vigiado pelos seus patrões – é ainda essencialmente desses trabalhadores, que, assim, desfrutam de uma autonomia que, mesmo sendo relativa, é vista como sinal de distinção em relação a outros assalariados, no caso, os assalariados ligados diretamente à produção material. Por conseguinte, como o conhecimento técnico e capacidades intelectuais são necessários a esses trabalhadores *quando ocupam essas posições* – em muitos casos, passam por concursos e exames para aceder a seus cargos, do contrário não teriam condições de se manter "sujeitos" do processo – seu lugar na estrutura social passa a ser visto como uma consequência natural dessas capacidades intelectuais[334].

Como desenvolveremos no próximo capítulo, consideramos ser essa a base objetiva essencial da ideologia meritocrática, que surge quando a divisão técnica do trabalho é naturalizada por meio da ideia de que uma "escala de dons e méritos" explica e justifica a desigualdade entre atividades manuais e intelectuais, como aponta Décio Saes (1977) a partir de Bourdieu e Passeron. A esse *mérito* individual que irão se apegar assalariados intelectuais para se diferenciarem dos demais trabalhadores. Esse processo ocorre tanto nas "profissões liberais" que sofrem o assalariamento quanto nos quadros técnico-administrativos que executam simultaneamente a função do trabalho e a função do capital nas empresas capitalistas de produção material[335]. Diferentemente da classe média tradicional que, para manter sua condição de classe,

[334] Note-se, dessa maneira, que D. Lockwood, por exemplo, visto no primeiro capítulo, identifica corretamente a condição distinta de trabalho desses assalariados. O que estamos aqui propondo é que essa característica *não modifica* o essencial da explicação de Marx, pelo contrário, até a reforça.

[335] Poulantzas (1978), com sua definição da nova pequena burguesia, designa esse processo como a monopolização do "segredo da produção" pelos "trabalhadores intelectuais".

defende a propriedade privada, a nova classe média procura resguardar, em última instância, a monopolização do saber técnico e profissional[336].

Essa proposta de identificar a nova classe média em potencial não despreza a forma (trabalho assalariado capitalista), mas busca enfatizar a diferença do conteúdo material do processo de trabalho. A razão básica é que o trabalhador intelectual formalmente subsumido, em razão da ausência de subsunção real, não se insere na atividade produtiva *na mesma condição* do trabalhador manual produtivo[337]. Há sinais objetivos dessa diferença. Um deles é o fato de não haver, em muitas dessas atividades (mas não em todas), um "trabalhador coletivo" propriamente dito. Na existência do trabalhador coletivo, analisado por Marx como consequência do desenvolvimento da cooperação na grande indústria capitalista, há um entrelaçamento das tarefas executadas por cada trabalhador. *Ele não tem, isoladamente, capacidade objetiva de manter a produção* mesmo no caso de não concordar com um movimento grevista, por exemplo. Da mesma forma, mesmo querendo se destacar individualmente no seu trabalho, o limite para que isso se efetive é bem reduzido face as possibilidade de um assalariado intelectual, que pode trabalhar de forma mais intensa ou prolongada tanto dentro quanto fora do seu ambiente de trabalho. E, do ponto de vista da organização do trabalho, o despotismo vivenciado pelos trabalhadores manuais (o despotismo fabril, por exemplo) não é equivalente às formas de controle do trabalhador intelectual (embora seja cada vez mais evidente que nova ordem tecnológica está se aperfeiçoando nessa direção).

No caso de trabalhadores da esfera da circulação, ainda que se visualize uma divisão do trabalho que busca limitar a autonomia dos trabalhadores individuais de "execução" e manter a "concepção" nas gerências, condições similares de não identificação com o trabalho manual se impõem. As relações de trabalho estão muito mais inseridas *em relações pessoais* de serviços, que exigem, assim, um código de conduta e valores particulares[338].

---

[336] O cuidado aqui é perceber que a nova classe média não é sinônimo de trabalhadores em "serviços". Há um rol de serviços pessoais que estão muito mais ligados à reprodução de relações servis do que as categorias intelectuais acima mencionadas, como garçons, empregados domésticos, cabeleireiro, babás, cozinheiros, serviços de limpeza, etc.

[337] Fundamental observar que isso não implica casos excepcionais em que trabalhadores manuais, pela especificidade de sua atividade útil, terem condições superiores de trabalho e remunerações relativamente altas.

[338] P. Trópia (1994) discute a organização sindical nos comerciários e, mais importante do que traços de meritocratismo, o que se mostrar é um individualismo pequeno-burguês.

É evidente essas são apenas considerações abstratas, que só fazem sentido numa dimensão mais geral (e limitada) do problema. Não temos a pretensão de "mapear" as classes, até porque o máximo que conseguiríamos é um "mapa profissional"[339]. Fazemos referências a categorias profissionais como forma de iluminar aspectos importantes das *diferentes relações que podem existir entre o capital e a força de trabalho*, na medida em que "o modo especificamente capitalista de produção" não é introduzido em todas as atividades que são assalariadas. As próprias noções de manual/intelectual são ainda bastante precárias e precisam ganhar outras determinações para afugentar qualquer pendor físico-biológico. Tão somente pretendemos chamar a atenção para o fato de que se mantém a lógica observada no capítulo anterior, ou seja, é a forma social que molda o conteúdo material, mas *a adequação da matéria à forma apresente níveis notadamente distintos.*

Importante também notar que o entendimento dessas categorias como expressões de classe média tem um viés potencialmente mais crítico do que a tese que os associa, sem mais, ao proletariado. Afinal, o proletariado apresentou um auge revolucionário histórico exatamente nos momentos em que sofreu uma desestruturação dos laços comunitários tradicionais e foi sugado pela força da subsunção capitalista. A classe média que teme a proletarização não é só força conservadora, pode ser aliada de lutas sociais importantes, pois esse é um movimento eivado de contradições (como sugerido por Marx), que acende antigos e novos focos de resistência e formas de luta. Tendo essa dimensão em destaque, não nos parece contraditório afirmar que, *na luta e nos embates políticos, a classe trabalhadora se transforme numa categoria mais ampla – classes trabalhadoras* – deixe de ser sinônimo de proletariado e passe a incluir a classe média assalariada – trabalhadores "intelectuais" da produção, que executam simultaneamente a função do trabalho e a função do capital, e trabalhadores intelectuais de produtos imateriais, "serviços" que objetivam a saúde, educação, etc., apenas formalmente subsumidos ao capital. Isto é, *na dimensão referente à luta cotidiana*, trata-se de unir enquanto "trabalhadores" não só os explorados, mas também os que sofrem diversos graus de "opressão econômica".

Para que esse ponto fique mais claro: no objeto teórico de Marx, a classe trabalhadora é o proletariado, pois a análise das funções sociais *supõe* o modo especificamente capitalista de produção e a subsunção real, que cria um trabalhador coletivo, responsável, apenas enquanto

[339] Crítica várias vezes endereçada a E. O. Wright, por exemplo.

coletivo, pela produção de mercadorias. Nas formações sociais capitalistas, o assalariamento se espalha e a classe que reúne os trabalhadores (vendedores de força de trabalho) não é exatamente o proletariado. Daí ser possível, principalmente em razão de necessidades políticas concretas, fazer das "classes trabalhadoras" um segmento mais amplo que engloba classes sociais distintas, o proletariado e as classes médias.

Em suma, essa tentativa de sistematização de classes (muito baseada ainda em categorias profissionais) é certamente limitada, pois supõe a noção de classe como uma construção essencialmente teórica, sem a riqueza das complexas determinações (sociais, políticas, ideológicas) presentes nas relações efetivas de uma sociedade capitalista concreta. Se, mesmo sabendo desses limites, procedemos a uma tentativa de sistematização é porque consideramos que ela é importante para superar *outro problema* das análises marxistas sobre classes sociais, talvez ainda mais limitador: *a noção de que não há diferenças objetivas entre os assalariados e de que se alguns grupos e categorias se apegam a interesses "burgueses" e agem de forma contrária ao proletariado isso seria apenas resultado do fato de não terem "consciência de classe"*. Esse argumento, usado pelos críticos de Marx para "superá-lo" deve ser visto como seu contrário, ou seja, o reforço da teoria marxista. Evidentemente, nem mesmo para o caso do proletariado poder-se-ia estabelecer uma relação mecânica entre posição econômica e ação política. Há várias "consciências de classe" possíveis para o proletariado e a "consciência socialista" é apenas uma entre elas (ver adiante). Mas a relação complexa entre a posição objetiva do proletariado e suas formas de organização política não é a mesma que se faz valer quando assalariados de classe média se organizam. Trata-se, então, de diferenças objetivas que são provocadas por graus *desiguais* de subsunção ao capital e por execução de funções sociais *distintas*.

Assim, a relação específica desses grupos assalariados com o capital fez com que o problema fosse também colocado como indicador dos diferentes valores e ideologias *funcionais* a cada classe. O próximo capítulo tem por objetivo discutir essa difícil mediação.

Capítulo 4. Classes médias, consciência de classe e a divisão capitalista do trabalho

No capítulo anterior, tocamos em uma questão importante para entender o problema das classes médias, qual seja, a relação entre classe e fatores potenciais que condicionam as consciências de classe possíveis. Nesse momento, passamos a identificar, brevemente, alguns dos principais eixos dessa relação na teoria marxista. A intenção, desse modo, é ter elementos adicionais para problematizar o conceito de classe social em uma dimensão mais complexa e abrangente, isto é, para além de um atributo "objetivo" ou "econômico", ainda que pouco possamos nos referir a casos concretos.

Temos privilegiado até aqui a análise do processo *tal qual o capital o "enxerga"*, seu autodesenvolvimento, que busca trazer para sua órbita toda relação social existente e converter em formas de capital a incontável variedade que é a produção humana. É evidente que se trata de uma acentuação unilateral de um processo histórico complexo, em que os atingidos pelo seu surgimento não internalizam *passivamente* as "funções" que lhes são atribuídas para a reprodução "normal" da economia capitalista. Edward P. Thompson (1998) evidenciou o caráter lento, conflituoso e repleto de resistências, individuais e coletivas, daquilo tão essencial ao capital: o controle do tempo com vistas à disciplina do trabalho.

Não há capitalismo possível sem que indivíduos e classes internalizem certas disposições, a partir de valores, princípios e éticas que se expressam em ações, hábitos e nos próprios corpos[340]. Se deixamos de lado, em certos momentos, o processo tão ou mais importante por meio do qual homens e mulheres agem e reagem às relações capitalistas é porque há um ganho, numa dimensão específica dos problemas teóricos, em destacar a lógica de dominação do capital que visa justamente *anular outros sujeitos*. A "lógica do capital" é um recurso de abstração que tem por objetivo analisar um movimento histórico complexo em que o capital busca expressar, a partir de sua própria linguagem, as lutas de classe que objetivamente o formam. Dito de outro modo, a lógica do capital só existe em razão das lutas de classes e seu conteúdo mistificador é exatamente ocultar essa relação social de exploração.

[340] As contribuições, nesse sentido, desde Weber (2001) a Bourdieu (2008) delineiam a miríade de processos socioculturais que levam ou levaram à internalização de normas que se mostram como "naturais".

É interessante observar como autores que relegam a teoria marxista a um passado 'que não volta mais' se surpreendem ao notarem que o capital tem a capacidade de absorver, até certo ponto, as lutas e resistências mais radicais à sua dominação. Mais do que isso, essas lutas são motivadas por contradições que são, a rigor, o motor dinâmico do próprio capital. Em suma, é importante reconhecer que as razões dessa plasticidade do capital e a sua exposição enquanto forma social, isto é, *enquanto relação*, foi o resultado da busca de Marx no sentido de identificar seus fundamentos últimos.

Nesse sentido, a relação entre classe, consciência, valores e ideologias é certamente um tema difícil e com um claro limite para o tipo de trabalho teórico que aqui fazemos. Em que pesem as limitações, é possível desenvolver alguns pontos atinentes ao nosso objeto.

Trata-se, ademais, de um aspecto importante porque é preciso evitar que, em razão da contraposição entre classes médias e proletariado, se pressuponha uma ação política "natural" deste último, ou seja, ao se postular uma forma de ação coletiva específica da classe média – diferente, portanto, da organização coletiva do proletariado – corre-se o risco de se naturalizar, unilateralmente, o que seria a "consciência de classe" proletária. No primeiro capítulo, foi possível indicar que grande parte dos críticos de Marx, implícita ou explicitamente, não consideravam que sua teoria fosse capaz, sem se desestruturar completamente, de explicar a *reprodução* do capitalismo. O avanço da classe média teria inviabilizado a teoria marxista porque ela não teria interesse na revolução socialista, tal como o proletariado, *"naturalmente"*, teria.

Essa avaliação oculta alguns limites. Por um lado, toca numa tese fundamental de Marx, a de que o proletariado, por sofrer a exploração mesmo sendo responsável pela criação objetiva da vida social, é a classe que *pode* (por ter as condições materiais necessárias e estar imerso na socialização da produção) vir a lutar pelo socialismo e, portanto, lutar por uma sociedade sem exploração de classe[341]. Por outro, simplifica a teoria ao considerar que, em Marx, o proletariado sempre será revolucionário. Se não o é, tratar-se-ia apenas de ausência de "consciência de classe" ou "falsa consciência", ou seja, não haveria como compatibilizar o marxismo com a reprodução do capital. Ademais, essa versão "empurra" as outras classes para uma posição necessariamente

[341] O que não elimina, de modo algum, a nosso ver, outros conflitos, como de gênero, étnicos, etc.

distante da luta socialista. Daí a necessidade de percorrer esse tema para uma posterior compreensão da ação de classe média.

4.1. Classe e consciência

Para nos contrapormos a essa leitura, duas questões são fundamentais: o que significa uma definição "econômica" das classes? Ou seja, é possível chamar de classe social qualquer grupo de agentes independentemente da forma que atuam social e politicamente? A segunda questão, relacionada à primeira, refere-se ao método de investigação: de que forma as classes devem ser tratadas? Como *coisas* (*substâncias*) relativamente independentes, nas quais se podem incluir indivíduos entre determinadas fronteiras e assim usá-las de acordo com os propósitos de pesquisa ou, numa postura alternativa, entendê-las como *relações*, definidas e construídas, necessariamente, entre si mesmas a partir de uma objetividade material cujo sujeito é o capital?

As duas questões, na verdade, expressam um conjunto de problemas já clássico para o marxismo, pois indicam a variedade de teses levantadas no intuito de explicar a relação que existe entre o fato objetivo da exploração do trabalho e a organização e luta dos trabalhadores explorados e a relações deles com o socialismo.

O problema de fundo desse debate diz respeito a "defasagens" existentes entre a teoria "econômica" sobre a acumulação capitalista (que supõe a exploração do trabalho e tendências de crise regulares) e a teoria da história (que se baseia no fato de que a contradição entre dominantes e dominados – as lutas de classes – conduz a uma nova relação social de produção não mais pautada pela exploração do trabalho). Boito Jr. (2003, p. 239) elenca algumas questões que retratam esse problema:

> Por que existem épocas e países em que a classe operária mantém-se politicamente desorganizada, sem partido próprio e atuando apenas no terreno da luta reivindicativa sindical? Por que em outros lugares e épocas a classe operária organiza-se em partidos pró-capitalistas reformistas? Por que a organização do operariado em um movimento socialista revolucionário é um acontecimento relativamente excepcional?

Como notado pelos críticos no capítulo primeiro, a tendência tradicional do marxismo buscou relacionar essa defasagem com a ausência de "consciência de classe". Ausência que poderia ser suprimida pelo desenvolvimento natural das forças produtivas ou por organizações

políticas que trouxessem "de fora" tal consciência. Um dos referenciais dessa posição foi buscado em *A miséria da filosofia*, de Marx, em que o autor diferencia, a partir de uma linguagem hegeliana[342], a "classe em-si" e a "classe para-si":

> As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, de que só assinalamos algumas fases, essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (Marx, 2001b [1847], p.151).

Por certo, não é simples definir que condições diferenciam uma "luta econômica" de uma "luta política". São termos não estanques e historicamente construídos. Como argumenta Galvão (2011), nos termos de *A Miséria da Filosofia*, "o fato da *classe em si* não estar organizada em *classe para si* não significa que as resistências das classes dominadas não afetem as instituições e o processo político". Ou, como lembra Machado (2010, p. 11), há política e ideologia em qualquer "chão de fábrica". Mas a questão, para Marx, era mostrar as diferentes formas pelas quais os trabalhadores se relacionam com o capital e, assim, a limitação de reivindicações que preservam as bases da "velha sociedade".

Não é por outra razão que, menos de um ano depois, no *Manifesto*, Marx e Engels tenham enfatizado que o objetivo dos comunistas "é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado" (Marx e Engels, 1998 [1848], p. 51). Enfatiza-se, assim, a necessidade de uma ação consciente por parte daquele que tem "uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário", isto é, do partido comunista, que por sua atuação *organiza em classe* um proletariado que só existe potencialmente. Portanto, é no plano político, no sentido preciso da luta organizada contra o Estado, que o proletariado atua enquanto classe.

[342] Iasi (2002, p. 131) aborda a "inegável" influência de Hegel no desenvolvimento dessas noções de classe em Marx, dado o uso de *an sich* (em si) e *für sich* (para si), que denota que uma coisa "em si" tem um caráter potencial que "só se concretiza na relação com as outras coisas, enquanto a existência para si pressupõe autoconsciência". Ainda lembra que, tal como vários termos hegelianos, essas noções (em si e para si) podem assumir significados diferentes, representando também condições "potenciais" e "reais". Para Pereira (2003, p. 229), a linguagem tem ressonância em Hegel, mas o conteúdo seria distinto.

A questão de "ser" e "não-ser" classe de acordo com as dimensões analisadas reaparece na também famosa passagem da análise de Marx em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, em que discute a forma pela qual o campesinato serviu de base social para o bonapartismo.

> Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, este milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe (Marx, 1978 [1852], p. 397).

A incapacidade dos camponeses em não construir uma representação política autônoma os fez refém de uma autoridade alheia. Nas palavras de Marx, já que "não podem representar-se, têm que ser representados". Assim, não há propriamente "classe social" em qualquer situação, ainda que existam condições econômicas para esse desenvolvimento.

Para resumir num raciocínio comum a análises marxistas sobre a transição, as determinações econômicas (posição em relação às funções sociais) constituem-se enquanto condições materiais necessárias para a constituição das classes, mas não são suficientes para formá-las, pois somente há organização enquanto classe num complexo determinado também política e ideologicamente[343].

***

No plano de interpretação de *O capital*, deu-se também um rico debate intimamente ligado à preocupação sobre o papel das classes como agentes de reprodução e transformação do sistema. Isso significou, também, a necessidade de compreender a noção de ciência em Marx, ou seja, a relação entre a exposição científica e a "consciência".

Uma leitura que buscou articular o lugar da consciência com a exposição do conceito de capital por Marx foi a de Ruy Fausto. A intenção principal do autor foi promover uma contraposição a leituras historicistas da consciência de maneira alternativa à crítica althusseriana. A tese central de Fausto é a de que *O capital* trata das classes *em inércia*, não em luta. Não

[343] No caso da classe capitalista, ela está organizada política e ideologicamente por meio do Estado (Poulantzas, 1977).

significa que a luta de classes esteja ausente, mas que ela está sempre sobre "o fundo de processos inertes". A noção de inércia pode ser entendida como um ente que não se modifica por si próprio e se mantém em repouso ou num movimento não comandado de forma autônoma. A luta de classes surge apenas em momentos que exigem uma solução para as antinomias do sistema, o que faz do capítulo sobre a luta pela diminuição da jornada de trabalho uma exceção, no plano de exposição do livro, em que as classes aparecem em luta, não inertes. Para o autor, "o objeto geral de *O capital* são assim as relações de produção e também as relações de classe – mas na medida em que essas não lutam" (p. 122).

Nesse âmbito, Fausto irá recolocar a questão da "consciência", buscando se diferenciar tanto do historicismo – que não percebe que o discurso de Marx (*O capital e Grundrisse*) não é da ordem da consciência – quanto do anti-historicismo (althusserianos) que, "alérgico à noção de consciência", não conseguiria captar a dialética em Marx[344]. Segundo Fausto, a corrente althusseriana se perde nesse movimento porque não trabalha com as formas do juízo da lógica dialética. A chave explicativa da passagem da classe em inércia para a luta de classes – que, em Fausto, é associada à classe em si da classe para si – é mostrar como um juízo de reflexão passa a juízo de inerência:

> A passagem da classe em si à classe para si deve ser pensada com uma sequência de juízos de reflexão que termina com um juízo de inerência: "a classe é... a relação de produção", "a classe é... a totalização dos suportes", " a classe é... o grupo dos suportes" – até aqui juízos de reflexão – "a classe é o grupo dos agentes que lutam" (juízo de inerência) (Fausto, 1987, p. 121).

Quais seriam, desse modo, os limites do historicismo[345] e do anti-historicismo para Fausto (2002)? O historicismo supõe uma consciência já posta desde o início, porque privilegia o estágio final do processo, isto é, coloca-se na posição de sujeito. O anti-historicismo corretamente identifica o limite da posição anterior, mas acaba por expulsar toda a noção de consciência e fica preso ao estágio inicial do processo, ou seja, à noção de "suporte" (*Träger*). O que a dialética, segundo o autor, evoca é uma consciência que é negada pela ciência, ou seja, a apresentação

[344] Seria também uma forma de se contrapor a críticos de Marx, como C. Castoriadis, para quem a "inércia" do proletariado em *O capital* é uma dificuldade no discurso de Marx, não coerente com o seu projeto político. Por extensão, essa contraposição poderia ser feita também a Bernardo (1977), cujo estudo defende uma "contradição" entre a "ideologia" de Marx (proletária) e seu discurso científico (que naturaliza a posição dos gestores, por exemplo).

[345] Fausto faz referências a Gramsci e Lukács, mas aponta suas especificidades.

científica do capital se põe como elemento de negação da consciência: não há o homem, a consciência, o "sujeito", mas sim suportes, portadores de relações de produção. Essa consciência só é posta no momento em que, ao incorporar o discurso histórico, se estabelece um "discurso político" no qual o sujeito, "o nós, está posto enquanto tal" (p. 249).

Isso significa que a consciência está na teoria, mas como algo pressuposto, e só é posta no movimento político de negação do capitalismo. A linguagem do capital seria a linguagem do sujeito que domina a relação social: "quando Marx diz que o capital é uma coisa, ele deixa o capital falar sua própria linguagem". Discutir o capital cientificamente é assumir a posição do outro, o que não significa que uma "consciência revolucionária" não seja pressuposta para que o movimento aconteça. Essa consciência não irá intervir ao modo como pensam os historicistas (um "vivido afetado de historicidade", exterior à obra enquanto tal), mas pode se manifestar no texto porque foi "suprimida", o que ocorreria em partes de *O capital* como a seção sétima sobre as relações de apropriação e a tematização do comunismo. Esse seria o ponto em que a ciência alcançaria os limites da consciência, ou seja, quanto tocada a essência profunda do sistema, somos projetados para fora do objeto teórico e o discurso deixa de coincidir com o conceito objetivo e exige a consciência crítica, que se articula com a "experiência vivida" da exploração do trabalho (p. 250).

Em suma, para Fausto, "a teoria marxista é da ordem da consciência 'negada', consciência 'negada' em conceito". Nos limites do entendimento, trata-se de uma oposição (consciência e ciência) antinômica, que "se resolve rigorosamente pela *Aufhebung*" (p. 251). Consideramos necessário, a partir da explicação de Fausto – aqui bastante resumida – apontar para duas questões.

A primeira é que a *forma de leitura* de *O capital* sugerida pelo autor é, de fato, uma das mais abrangentes tentativas de expor o sentido da dialética em Marx. A solução proposta à relação consciência/ciência é uma rica intervenção no debate por vezes polarizado entre a inevitabilidade de direcionamento a duas posições opostas. Para o positivismo tradicional, a ciência irrompe a partir de uma negação absoluta da interferência do sujeito cognoscente. Valores, interesses, paixões deveriam ser colocados fora dos limites da ciência para que esta seja reconhecida enquanto tal. O problema dessa posição é que o critério da objetividade passa a ter

como única garantia a disposição pessoal do sujeito em proceder de maneira científica[346]. No lado oposto, o historicismo (de raiz kantiana e desenvolvido por Weber nas ciências sociais) denuncia a impossibilidade da cisão entre sujeito e objeto do conhecimento, o que faz reduzindo o mundo objetivo a uma criação do sujeito cognoscente, ou melhor, reduzindo-o a uma relação intersubjetiva[347].

Ora, o que Fausto indica em Marx é a dialética como uma alternativa a essa contraposição, na medida em que a exposição científica de um objeto (o capital) não exclui uma consciência (crítica, revolucionária). O que significa que para produzir ciência é preciso uma tomada de posição a respeito de interesses contraditórios objetivamente fundamentados nas relações sociais[348]. Em outras palavras, *é impossível tratar cientificamente do capital sem pressupor certas noções*, como a de consciência revolucionária e de produção comunista. Marx pôde tratar das relações entre compradores e vendedores de força de trabalho daquele modo porque tem consciência, adquirida *post festum* a partir da tomada de posição dos interesses dos explorados, de que algo se oculta e que a troca de equivalente é, na verdade, a forma necessária para que a exploração da mais-valia possa acontecer de maneira *funcional* ao sistema. E, evidentemente, a reprodução do sistema *somente* se explica por meio desse mecanismo objetivo.

No que interessa à nossa discussão, isso parece ser bastante pertinente nas referências às funções sociais. Ao desenvolver em várias dimensões e em casos variados o que é próprio da exploração de classe e o que é relativo a qualquer "produção social combinada", Marx está necessariamente pressupondo uma produção comunista, do contrário, não teria condições lógicas de proceder a tal separação e identificar, em certos casos, que a regra capitalista é pura "deformação", "caricatura" da produção em larga escala, já que está tem a *possibilidade* de existir sem o molde capitalista.

---

[346] E aqui não teríamos condições de discutir a crítica de Fausto que tende a igualar Althusser ao positivismo, equação, a nosso ver, limitada.

[347] Fazia-se eco, de tal maneira, à necessidade de "revolução copernicana" do problema do conhecimento, tal como sintetizada na célebre expressão de Kant. Se antes o conhecimento tentava se conformar aos objetos, seria a nova tarefa da metafísica admitir, pelo contrário, que os objetos devem ser conformados ao pensamento. Seria este, como mostrou Lukács (1989, p. 127), o problema legado pela filosofia moderna: "não mais aceitar o mundo como algo que surgiu independentemente do sujeito cognoscente (...) mas antes concebê-lo como o *próprio produto* do sujeito".

[348] Uma proposta também levantada por Löwy (2007).

Mas, como indicamos, isso nos leva a uma segunda questão. Trata-se de um problema que não é propriamente da leitura de Fausto, mas, em certo sentido, do próprio Marx. Se a consciência (aqui pensamos ser lícito associar à consciência socialista) está "sempre lá", com diz Fausto, e o comunismo, por extensão, também está "sempre lá", ainda que pressupostos e não postos, haveria uma limitação, talvez da própria dialética, em fazer a mediação das consciências surgidas no processo com determinados "fins" desejados? Até que ponto a consciência que nega o capital e o comunismo *realmente estão "sempre lá"*? Por exemplo, como mesmo sugerido por Fausto, a luta pela redução da jornada, uma exceção ao tratamento à classe em inércia, é uma luta ainda plenamente funcional ao modo de produção capitalista. É até mesmo um dos principais elementos propulsores do capital, pois força o desenvolvimento técnico e a descoberta de meios de extração de mais-valia relativa. A classe em luta, a luta de classes para negar o capital, ainda que pressuposta, seria um "fim necessário"? Como fazer as mediações entre a classe em inércia e a luta de classes sem considerar que a luta revolucionária é um movimento *natural, necessário, do próprio devir do objeto*? Por extensão, *a transição ao comunismo é uma necessidade imposta pelo objeto*? Tentemos abordar alguns pontos importantes sobre esse aspecto.

Até aqui, buscamos discutir como grupos e agentes portam funções sociais necessárias para a reprodução do modo de produção capitalista. O termo classe foi diversas vezes usado na tentativa de diferenciar posições objetivas distintas em relação a essas funções e ao grau de subsunção de categorias profissionais ao capital. Estaríamos no registro, segundo a explicação de Fausto, da classe em inércia. Ou, o que poderíamos chamar, do conceito de classe social num sentido limitado ou "fraco" – que não é, por certo, o equivalente dos termos dialéticos discutidos por Fausto.

De fato, o grande desafio das tradições marxistas foi construir as pontes e os elos necessários entre essas condições: embora não sejam instâncias isoladas na prática, como passar das determinações objetivas do campo da produção e da economia para as diversas formas de organização social e política? Quais seriam as relações entre esses momentos? As pistas deixadas por Marx foram importantes, como vistas em seus estudos como *Dezoito Brumário e Guerra civil em França,* o que não significa que exista uma teoria geral acabada das classes sociais no sentido "forte".

Na verdade, a forma como essas questões são levantadas já está sujeita a questionamentos variados, isto porque, como bem indicado por Wood (1998), essas indagações podem levar a um dilema infrutífero: ou as classes já estão dadas nas relações econômicas ("em si") e a política e a ideologia são simples desdobramentos e reflexos do dado objetivo ("para si") ou, na ausência dessa determinação, estabelece-se que não há qualquer relação ou grau de determinação entre as esferas, ou seja, para exemplificar em termos atuais, não haveria relação entre ação coletiva e classes sociais.

Parecia restar, assim, uma difícil escolha: ou cair num economicismo reducionista ou proclamar a indeterminação da política. Foi justamente nessa difícil e complexa mediação que críticas importantes surgiram, desde a resistência de Thompson ao que seria um teoricismo abstrato do marxismo tradicional (principalmente o da escola althusseriana) ao ambicioso projeto de Bourdieu sobre a distinção social, que recusava pressupor uma "classe no papel"[349].

Uma forma possível de superar esse dilema consiste, segundo nossa hipótese, numa tentativa de entendimento mais complexa entre as classes como coisas e como relação, ou seja, no qual as relações sociais que moldam as classes supõem as posições objetivas referentes ao modo de produção específico da vida social. Um raciocínio que guarda uma afinidade com o tratamento dado à relação entre formal social e conteúdo material, tal como vimos anteriormente. As formas sociais determinam a qualidade das coisas, mas isso não implica que a vida material não imponha limites ao modo pelo qual essa forma irá se desenvolver. Do mesmo modo, as classes formam-se de maneira integral na relação com as demais, o que se efetiva sempre a partir de determinações políticas e ideológicas particulares. Esse aspecto não anula o fato de que as funções sociais dos agentes na produção seja um condicionante quando são analisadas as formas de organização coletiva.

Nisso reside uma das particularidades do marxismo frente a abordagens calcadas no individualismo metodológico, que é compartilhada, até certo grau, com o pressuposto sociológico, também presente em outras teorias, de que o todo é maior (e, assim, tem características diferentes) do que a simples soma das partes. O que Durkheim, por exemplo, concebeu como especificidade do social valeria, *mutatis mutandis*, para a compreensão das

[349] Não só as classes, mas o próprio "real", como argumenta Bourdieu (1989), é relacional.

classes. Elas não seriam, portanto, a simples soma das vontades, valores e interesses materiais dos indivíduos que as compõem, mas, por estarem associadas a funções sociais específicas no modo de produção capitalista, seus agentes tendem a agir *enquanto classe* em situações bastante particulares[350]. Esse "agir enquanto classe" tem características, dimensões, especificidades que não se resumem aos interesses individuais dos seus próprios integrantes. Para usar um exemplo próximo aos autores em estudo, o "capitalista" individual F. Engels pôde financiar Marx e o movimento comunista, mas, enquanto "capital personificado", não eliminaria a extração de mais-valia em suas fábricas ou faria com que algum órgão associativo das indústrias de Manchester aderisse à luta pelo fim do capitalismo. O mesmo vale para Marx e sua "posição de classe" objetiva.

Nesse sentido, é preciso reconhecer os limites impostos pela posição objetiva de classe, por mais que, nessa dimensão, estejamos num terreno da classe no sentido "fraco", incompleto. Essa abordagem permite identificar o equívoco de se estabelecer uma consciência de classe "verdadeira" oposta à "falsa" consciência[351].

A explicação de Marx a respeito da subsunção real do trabalho ao capital é fundamental nesse aspecto. Como já observamos, a tendência do capital é integrar a tal ponto o trabalhador à sua lógica que este seja entendido apenas como "capital variável". Quando diz capital variável, o que Marx faz, para lembrar Fausto, é *deixar que o capital fale sua própria língua*. A subsunção formal já faz com que a atividade laborativa seja realizada somente por meio da venda de força de trabalho. Para Porcaro (2001), esse fato contribui para o interesse dos trabalhadores na reprodução das relações capitalistas. Não é à toa que, em momentos de crise, é comum que a reivindicação imediata de um movimento operário seja a de desenvolver mais rapidamente o capital. A segunda dimensão refere-se ao processo de subsunção real:

> a classe operária[352] depende do capital porque as "potências intelectuais da produção" estão concentradas na direção capitalista. O proletariado está, portanto, *realmente* separado da ciência e isto (sem que se considere, também, a

[350] Ver, adiante, que esse aspecto está presente na crítica de Carchedi (1989) a E. Olin Wright.
[351] Como argumenta Galvão (2011), a oposição entre falsa e verdadeira consciência "supõe um agente externo para determinar, atribuir ou medir o grau de consciência alcançado", de tal modo que seria mais conveniente se referir a "dimensões ou níveis da luta política".
[352] Como observamos anteriormente, classe operária é o conceito mais usado para definir a classe trabalhadora realmente subsumida ao capital.

> fragmentação e a estratificação da força de trabalho) torna de fato impossível o seu imediato domínio subjetivo sobre o processo produtivo social. Mesmo a luta mais aguda contra os efeitos desta *submissão* real não permite – em sua imediatez – superar a sua densa materialidade. Sem dúvida, esse é só *um aspecto* das condições de existência da classe operária, mas é o aspecto dominante. De qualquer modo, a sua simples presença impede de pensar a classe operária como um sujeito univocamente revolucionário, condicionado *apenas exteriormente* pela relação de produção capitalista. (Porcaro, 2001, p. 65).

O entendimento dessas questões incide, necessariamente, naquilo que Marx chamou da "organização do proletariado enquanto classe", isto é, na ação "do partido" e sua relação com o proletariado. Esses temas fogem, evidentemente, do nosso escopo. Mas é preciso considerar, junto a Porcaro, que o reconhecimento dos limites estruturais das ações políticas do proletariado não significa que caberia ao partido, mecanicamente, a responsabilidade final pelas ações de classe. Pelo contrário, essas questões impedem tanto a exaltação do "papel objetivo do proletariado", quanto a ideia de que o partido é o lugar da "elaboração da verdade científica" e de que "representa *ipso facto* os interesses gerais da classe"[353].

A noção de "classe em si", se baseada na desconsideração da determinação da subsunção real, é equivocadamente utilizada como se na objetividade do processo de produção a classe já estivesse "formada", restando despertar, por parte de organizações externas, a "consciência de classe" reprimida. O problema é justamente reconhecer que várias "consciências" podem ser ativadas, desde aquela voltada à reprodução das relações capitalistas até a que se coloca desafios para além dessas relações, como a "consciência socialista". De qualquer forma, não é possível falar, em nenhum dos casos, em "falsa consciência" ou "consciência autêntica", já que ambas são possibilidades históricas concretas, condizentes com a relação social existente e que podem ser acionada *coletivamente*. E, como os processos históricos demonstraram, a consciência de classe orientada pelo corporativismo ou pela reprodução da ordem capitalista prevalece na maior parte

[353] Para Porcaro (2001, p. 66), é preciso acrescentar duas consequências sobre o que se afirmou: "Antes de tudo, essa 'fundação' da teoria do partido implica que nem a classe, nem o partido, sejam o 'sujeito' da revolução: o sujeito revolucionário é, antes de mais nada, a relação que se estabelece entre os dois termos, sem que em nenhum deles resida a garantia metafísica da 'justeza' desta relação, na medida em que todos eles estão submetidos intimamente à dinâmica capitalista. Em segundo lugar, deve-se dizer que o partido representa para o proletariado a solução de um problema e a colocação de um problema posterior. Mesmo tornando possível a autonomia histórica do proletariado, a existência do partido exige a condução de uma batalha não mais contra apenas a tendência capitalista da classe operária, mas também contra aquela que é (...) a tendência necessária de o partido integrar-se nos aparelhos do Estado burguês". Acrescentaríamos a observação de Boito Jr. (2003, p. 240), de que o economicismo impele a uma visão de que a classe se organiza como consequência necessária do processo produtivo por meio da ação "do partido". É sintomático, então, que "o marxismo do século XX sempre [tenha usado] essa expressão no singular".

das situações, mesmo em momentos de crise e refluxo do capital. Nada disso exclui a possibilidade objetiva do fortalecimento da consciência socialista justamente nesses momentos de maior contradição, como as crises. Apenas expõe o que a condiciona.

Há, de fato, condições históricas que contribuem para a organização do proletariado em torno do programa socialista. No tocante ao período em que Marx produziu seus principais estudos, é preciso ponderar em que medida as lutas sociais do século XIX na Europa ocidental baseavam-se em condições políticas distintas e animaram-se por certos valores e conjunturas diferentes daqueles reproduzidos em boa parte do século XX. O capitalismo foi, gradualmente, absorvendo reivindicações e incorporando, dentro de seus limites, o raio de ação das lutas dos trabalhadores. Sobre esse processo, dois fatores precisam ser destacados.

O primeiro refere-se ao impacto inicial causado pela acumulação primitiva de capital, ou seja, o processo de expropriação dos produtores diretos. As mudanças operadas no campo, com os cercamentos e o abalo no modo de vida camponês, e a introdução da manufatura e, posteriormente, da grande indústria, que quebraram a produção artesanal e local, levam a uma desestruturação acentuada de um modo de vida tradicional arraigado durante séculos. Como consequência, as resistências populares (camponeses e as primeiras gerações de operários) desse momento de transição para a dominância completa do modo de produção especificamente capitalista foram marcadas por radicalizações e forte presença de sentimento coletivistas[354]. Ainda que muitos desses movimentos fossem marcados pela tentativa de preservação das relações pré-capitalista, eles ajudaram a fomentar protesto, revoltas e revoluções contra a nova classe dominante.

O segundo fator é o próprio processo de consolidação do Estado capitalista. A partir do momento em que suas burocracias "racionais" vão sendo formadas e o reconhecimento jurídico se estende, isso decididamente impacta na ação das classes, o que não significa, de modo algum, admitir, tal como a teoria liberal, uma "pacificação" dos conflitos de classe. Seguindo as pistas já indicadas por Marx ao analisar a questão do bonapartismo, autores marxistas buscaram, ao longo do século XX, evidenciar que a autonomia relativa desse Estado é fator fundamental para a

[354] Interessante, nesse sentido, os estudos como o de C. Hill (1987), bem como os próprios escritos de Marx (2008) e Engels (2008b) sobre revoltas camponesas, situações revolucionárias e a Comuna de Paris.

moderação das relações antagônicas entre as classes no capitalismo. Esta foi umas das preocupações de N. Poulantzas (1977 [1968]), ao conceber a função do Estado capitalista por meio de sua capacidade em organizar interesses comuns das frações das classes dominantes ao mesmo tempo em que desorganiza a classe dominada. A estrutura jurídico-política do Estado capitalista causa um duplo efeito sobre os agentes da produção. Por um lado, o efeito de isolamento faz com que todos os agentes, que são distribuídos em classes pelas relações econômicas, se tornem sujeitos de direito. Portanto, cria um efeito real de dissolução de coletivos. Por outro, como forma de se contrapor às consequências do primeiro, o efeito de representação da unidade oferece uma coletividade alternativa à de classe, a saber, o Povo-nação[355]. Em suma, ambos tendem a neutralizar a tendência do proletariado enquanto classe no capitalismo.

Essas condições concedem uma maior "flexibilidade" ao capitalismo como modo de produção dominante e o auxiliaram a acomodar as reivindicações das classes dominadas sem colocar em risco a preservação das relações de produção que fundamentam a exploração. Da mesma forma, permite que a luta "dos de cima" não provoque abalos capaz de arruinar aquilo que garante a dominação do conjunto dessa classe. Esta foi, sem dúvida, um dos maiores avanços teóricos propiciados pelas análises de Marx sobre a França de Luís Bonaparte. Trata-se, assim, de um entendimento mais ampliado (e mais complexo) do conceito de modo de produção, não restrito à base econômica, como até aqui o tínhamos tomado.

Todavia, também decorre dessas lições de Marx que tal "flexibilidade" das relações capitalista não é absoluta ou eterna, mas sempre relativa. Porém, como vimos no início desse trabalho, a simples menção dessas características já fez com que o potencial analítico do marxismo fosse, de qualquer modo, colocado à prova. A identificação de que o modo de produção capitalista é contraditório e, portanto, não é eterno, fez parecer que sua abordagem não poderia ser utilizada para explicar a sociedade quando esta *não se modifica estruturalmente*, ou seja, que seria insuficiente para dar conta da reprodução das relações existentes.

A relação entre reprodução e transformação em Marx não pode ser analisada como se dissessem respeito a compartimentos estanques. Trata-se, sobretudo, de um *movimento*, que interioriza a reprodução simultaneamente à transformação. As passagens que analisamos sobre a

[355] Ver o estudo de Saes (1998) que incorpora e estende alguns dos apontamentos de Poulantzas.

sociedade por ações e as cooperativas são exemplos claros da complexidade desse processo. Ocorre que a associação desse movimento com a dialética, de origem hegeliana, originou uma das mais fortes críticas ao marxismo segundo a qual este supõe uma teleologia na história, sendo o comunismo o ponto final dessa evolução. Essa avaliação ganhou força pelo uso indiscriminado e sem mediações, nos debates marxistas, da ideia de sentido da história ou mesmo do idealismo subjacente à noção de "destino" ou "missão" histórica do proletariado. Não é à toa que muitos críticos apontavam esse fator como o aspecto teleológico de Marx, aludindo, assim, ao que seria certa esperança religiosa em uma redenção terrena dos trabalhadores[356]. Essa é certamente uma crítica empobrecedora da obra de Marx, mas isso não eximiu a teoria marxista em explicar a preservação, ainda que muitas vezes precária, do capitalismo. Mais do que isso, é necessário discernir qual é a "finalidade" a qual Marx realmente se refere.

Em Hegel, a dialética é possível não só porque o seu objeto é contraditório, mas porque o autor está numa posição histórica de suposto reencontro do sujeito com o objeto, a partir da qual é possível fazer (enquanto "o nós") o "caminho de volta" dessa separação (exteriorização/alienação) e assim expor, dialeticamente, a gênese, desenvolvimento e, por fim, o reencontro em outro patamar enquanto sujeito/objeto idêntico. Hegel pôde se referir ao saber absoluto porque ele o identifica, de algum modo, nas instituições políticas modernas racionais[357].

Ainda que num registro distinto, o uso da dialética para expor o movimento do capital explica-se por razões correlatas. Para Marx, foi possível expor dialeticamente o capital porque este é um objeto contraditório em si mesmo e o autor se encontrava numa posição em que esse objeto já tinha desenvolvido suas determinações mais essenciais, o que permite acompanhar seu "autodesenvolvimento"[358]. A anatomia do homem, para voltarmos à metáfora, é a chave para a anatomia do macaco. Somente com a constituição do capitalismo, pode-se reconhecer nas formas

[356] Gorz (1982) e Schumpeter (1961 [1942]).
[357] Por extensão, quando se fala em essência humana perdida, fragmentada, alienada, supõe-se necessariamente que se conheça algo do "homem verdadeiro".
[358] Segundo Ranieri (2011, p. 154): "a dialética [em Marx] resume-se então na 'demonstração' metódica do movimento da matéria, cujo conteúdo somente pode estar em condições de ser compreendido se sua maturidade o permitir: para ser adequadamente exposto, não somente o pensamento, mas também o objeto precisam estar em conformidade com a cientificidade do método (que é o seu próprio *ir-sendo*), ou seja, o objeto só pode ser exposto se, por um lado, sua apropriação analítica for possível (ele tem de estar em um estágio de desenvolvimento no qual os desdobramentos de sua centralidade ressoem como concentração de características imanentes ao seu lugar na sociabilidade em questão) e, por outro, se suas articulações interiores estiverem em condições de ser desvendadas pela análise crítica daquele mesmo conteúdo".

pretéritas os atributos necessários para a sua existência. Mas a relação entre conceito (capital) e sua realidade efetiva denota a diferença do sistema hegeliano em oposição a Marx. O capital, como já indicamos a partir de Muller e Ranieri, é um "sujeito cego" que, na verdade, depende do trabalho, não pode suprimi-lo, não há como identifica-lo ao "demiurgo hegeliano da realidade, sujeito criador que se harmoniza no final do processo como ideia absoluta" (Ranieri, 2011, p. 161).

Se o que precede é correto, é preciso concordar com Bidet quando afirma que há *um fim* na teoria de Marx, mas não uma teleologia da "História", ou seja, Marx não é uma simples inversão da filosofia da história liberal, a qual evoca uma noção de progresso acrítica em razão das consequências do desenvolvimento econômico capitalista:

> Sua novidade consiste, em vez disso, na aplicação de um esquema de *ciências social* proveniente do materialismo histórico, que tem por objeto um fenômeno histórico "total", apreendido, porém, fora de toda e qualquer teleologia: o que Marx busca reconhecer não é o fim da história, nem seu suposto sentido, mas o *fim de uma época*, e a possível passagem a uma outra (Bidet, 2010, p. 138).

Essa nos parece a forma mais interessante de se explorar a obra marxiana, isto é, compreendê-la como um modelo "manifestamente aberto a uma investigação crítica". A recusa da teleologia não implica na recusa completa da ideia de fim, ou seja, não se trata, em Marx, do "fim da história", mas do fim de uma "forma histórica determinada de sociedade", o que se explica pelas contradições e tendências da estrutura social capitalista (Bidet, p. 175). A originalidade da teoria marxista foi evidenciar *materialmente* o caráter finito de uma relação que se pretende universal, infinita.

O problema não é, a rigor, aquele explorado pelos seus críticos, sobre o "sentido" da história, mas algo ainda anterior. E, aqui, podemos voltar ao problema identificado a partir do trabalho de Fausto. Se o movimento dialético, que necessariamente carrega um "fim", é usado para indicar um futuro que traga o modo de produção comunista, logo se põe a questão de saber se, então, o comunismo já existe no movimento exposto por Marx. Em outras palavras, se o que é posto é o capital, estaria o comunismo sempre pressuposto?

Aqui, pensamos, pode ser o limite da dialética entendida apenas como recurso lógico ou especulativo ante uma dialética materialista e comunista. Se a produção comunista já existe, basta que se retirem as amarras capitalistas – a "propriedade privada", "o Estado", por exemplo, pois ela já está lá, escondida, ainda que deformada pela dominação capitalista. Como vimos, esse é o "nó" do problema, pois algumas sentenças do próprio Marx só fazem sentido quando se supõe uma base material neutra a ser usada por qualquer forma social, como se as forças produtivas não fossem expressões materiais das relações de classe. Para fugir da teleologia, dever-se-ia supor que, se há comunismo nesse movimento, ele só pode ser enquanto potencialidade, e não como fim necessário ou uma inevitável "negação da negação"[359], que faz surgir algo que *já existe*. Consequentemente, a dialética precisa se afastar do esquema hegeliano, pois a solução da contradição *não é da ordem lógica*, somente histórico-social, construída, portanto, pela vontade consciente de classes dispostas a superar (abolir) o modo de produção que as subjugam[360]. O momento particular em que essas classes decidem tomar este rumo não pode ser captado por uma lógica que supõe um movimento natural, de contínuo desenvolvimento até sua resolução inevitável. Implica, contudo, na destruição do existente e a substituição por algo efetivamente novo (Naves, 2000, p. 99).

***

Se essas são as dificuldades do fim "pressuposto", o outro esforço significa compreender o capitalismo, ainda que contraditório, na sua lógica interna de reprodução (superação/conservação).

No Brasil, uma das posições que mais diretamente incorporou a necessidade de problematizar o movimento de reprodução e transformação do capitalismo foi a proposta por Décio Saes (2003), que discute a necessidade de o marxismo diferenciar "conflitos funcionais" da "luta de classes". Em seu artigo, Saes constrói sua crítica ao que denomina de "marxismo evolucionista-identitário", que seriam as correntes baseadas na tese de que "as relações de

[359] Críticas à noção de "negação da negação" encontram-se em Bidet (2007) e Naves (2000).
[360] M. Turchetto (2005, p. 9) vai além: como Marx frisou, o capital carrega em si tendências contraditórias, "mas os termos dessa contradição são efeitos contraditórios de uma mesma causa, de um mesmo movimento: o movimento da valorização e da 'auto-reprodução' do capital, que representa a 'essência' mesma do capital. (...) Tudo isso significa que somente o resultado intrínseco de tal contradição – inteiramente imanente ao processo da reprodução da relação capitalista – não tende de modo algum a superar a contradição mesma, mas a perpetuar as suas condições, e portanto, repô-la em um nível mais elevado".

produção corresponderiam às condições de existência de certos grupos sociais; e, a partir dessas condições, tais grupos evoluiriam de uma existência abstrata (a existência econômica) para uma existência concreta (a existência política)". Para o autor, essa constatação de base, muito vinculada à ideia de "classe em-si", faz com que, no plano teórico, seja inevitável que o processo de produção engendre um único sistema de agregação social, aquele caracterizado pelo antagonismo entre as classes. Assim, para Saes, a consequência dessa visão evolucionista-identitária, no terreno da "sociologia dos grupos sociais correspondentes às chamadas 'sociedades de classe'", seja o:

> desconhecimento teórico da possibilidade de os lugares diferenciados do processo de produção engendrarem um sistema articulado de práticas simultâneas de dominação/submissão, funcional para a reprodução das relações de produção e radicalmente distinto do antagonismo entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores expropriados (Saes, 2003, p.250).

O principal argumento de Saes é, portanto, a dissociação teórica da compreensão dos momentos em que grupos sociais agem, isto é, se contribuem para a preservação do sistema – sendo, então, funcionais – ou se esses se enveredam por práticas revolucionárias. Para o autor, esse argumento não exclui a existência de relação entre os sistemas "funcional e o antagonístico". Mas a questão é que existem profundas diferenças entre os grupos sociais quando eles são relacionados a cada "sistema". Os objetivos e os fatores de agregação dos grupos sociais que operam dentro do sistema funcional não são os mesmo objetivos e fatores de agregação do grupo social correspondente no momento de antagonismo. Para tentar um exemplo, a ideia é de que existe uma ruptura, teórica e ideológico-política, entre aquilo que move e une certo conjunto de trabalhadores de determinada profissão em prol da melhoria de salários daquilo que move e une trabalhadores lutando pela tomada do Estado. Saes vai além e afirma que nem mesmo pode ser alegado que existe uma base física similar ("os homens que fornecem suporte físico à existência dos grupos sociais"), pois a ruptura indicada tende a "provocar uma cisão no contingente físico dos ocupantes de um mesmo lugar no processo de produção", o que se ligaria às observações de Marx de que as classes populares tendem a se dividir, em certas conjunturas, entre "classe revolucionária" e "classe contra-revolucionária".

Por meio dessa argumentação, Saes diferencia conflitos sociais da luta de classes. Os conflitos são caracterizados pelas ações de grupos sociais que se revelam objetivamente

funcionais não só à preservação do sistema, mas também se constituem em elementos dinâmicos para sua evolução interna[361]. São os grupos funcionais[362]. Já a luta de classes seria "exclusivamente a forma de conflito entre grupos sociais própria dos processos de transição de uma forma particular de totalidade social para outra".

No tocante a essas preocupações, a obra de N. Poulantzas foi bastante tematizada. Nos comentários de A. Gutierrez (2007) a *Poder político e classes sociais*, observa-se o mesmo problema na discussão sobre como as "práticas sociais – depois de uma mediação teórica específica – chega[m] às classes sociais" (p. 105). Essa postura só se torna compreensível quando se toma a preocupação de Poulantzas em diferenciar estruturas e práticas sociais, fazendo com que se torne central o conceito de "defasagem" (*décalage*)[363]. O argumento é de que a existência de relações de defasagem entre as estruturas levam a defasagens também nas práticas das classes. Assim, presume-se a existência de conflitos em qualquer sociedade de classes, já que essas estão baseadas em relações de exploração, mas, devido à ação dos efeitos das estruturas política e ideológica, as relações de produção não engendrariam, por si só, "práticas contraditórias". De modo que

> o surgimento das classes *sociais enquanto conjunto social com uma prática política homogênea* (isto é, sem defasagens) ocorrerá numa formação social somente em um momento de iminência revolucionária, ou seja, num momento em que os elementos que garantem a coesão da unidade social se encontrarem ameaçados. Fora dessa condição, as classes só podem ser *localizadas* por mediações teóricas específicas cujas referências são as estruturas que determinam a dupla combinação dominante de uma formação social (Gutierrez, 2007, p. 105, itálicos do autor).

[361] No capitalismo, mesmo as lutas salariais e a concorrência entre capitalistas são responsáveis, até certo ponto, pelo caráter desenvolvimentista da economia. Um exemplo interessante, entre tantos possíveis, que devo à experiência relatada por um trabalhador bancário, é o aproveitamento, pelas gerências, do período de greve: um dos poucos momentos em que os bancos podem ter a real dimensão do uso dos sistemas informacionais pelos clientes é justamente nos períodos em que o trabalhador exige aumento de salários e melhores condições de trabalho por meio da greve. Na greve, o banco quantifica exatamente a relativa prescindibilidade dos trabalhadores, aperfeiçoa os sistemas de autoatendimento e terá maiores garantias, nas próximas negociações, de quanto precisa ceder. Como analisada em vários estudos, os conflitos e lutas de classes são o motor do desenvolvimento técnico do capital.

[362] Saes afirma que a noção de grupos funcionais está presente em Gramsci e Althusser. Em Gramsci, destaca a seguinte passagem de *Maquiavel, a política e o Estado*: "À base do grau de desenvolvimento das forças materiais da produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção" (Gramsci, 1968, p. 59 apud Saes, 1994).

[363] Segundo Gutierrez (2007, p. 104), a ideia é de que "entre estruturas dominantes de uma formação social pode existir uma situação de defasagem das estruturas políticas e/ou ideológicas dominantes com relação à estrutura econômica dominante, o que pode significar uma situação de transição".

Decorrem desses enunciados algumas importantes considerações. Por um lado, o fato de que, como também indicado por Saes, é possível pensar a ação de grupos sociais de forma distinta à ação de classes torna as análises sobre as formações sociais concretas abertas a explicações variadas sobre como as ações coletivas são determinadas, ou seja, permite com que se considerem as ordens cultural e simbólica para o entendimento das práticas sociais. Segundo Gutierrez, se for mantida a centralidade da teoria das classes sociais, essa postura permite uma aproximação do marxismo com as análises da sociologia da estratificação. Caminho, como vimos, que foi seguido, de modo particular, por E. O. Wright.

Por outro lado, e esse ponto se torna a questão mais *decisiva* para esse tipo de análise, é necessário precisar como a ação das classes sociais emerge em situações específicas. Em outras palavras, já que a ênfase é colocada no sentido do reconhecer a força da reprodução das relações sociais de dominação existentes, o momento em que se dá a "ativação" das ações de classe precisa ser explicado.

Em Gutierrez (2007), o encaminhamento dessa questão – isto é, o problema da transição - aponta para a posição de Poulantzas, na qual a história deixa de ser um processo linear e passa "a ser uma 'evolução' de 'possibilidades estruturais' – marcada pela *indeterminação da conjuntura*". O ganho teórico, aqui, é importante, pois tal posição se afasta das concepções teleológicas que trabalham no registro de um "destino" incorporado à "essência" do proletariado. Novamente, assim como o capitalismo foi um dos resultados possíveis das crises do modo feudal e não sua saída natural[364], o socialismo também seria uma "possibilidade estrutural" e não uma inevitabilidade histórica.

Contudo, a enunciação da ideia de "possibilidades estruturais" não esgota o tema da transição, pois exige uma análise dos fatores que desencadeiam os momentos em que as ações das classes só fazem sentido pelo seu caráter transformador das relações capitalistas. Para Boito Jr. (2003), é necessário retomar as intenções de Lênin ao descrever os momentos de "situação revolucionária", em que se rompe a unidade entre "os de cima", se agravam as condições de vida da população e se desenvolvem ações históricas independentes dos trabalhadores. Para o autor, esta é a situação típica de constituição do proletariado em classe.

[364] Argumento de E. Wood (2001).

Já Saes (1994 e 2003) recoloca a questão a partir do diálogo com a abordagem de E. Balibar sobre os processos gerais de transição de um modo de transição a outro. Após apresentar o problema levantado por Balibar, Saes aponta que a luta de classe emerge no momento de "crise do Estado", isto é, em que seus aparelhos não mais estão em condições de garantir a preservação da dominação dos proprietários dos meios de produção. Mas, para que as classes sejam, então, "ativadas" é preciso indicar o desencadeador dessa dinâmica. A resposta de Saes vai ao encontro da expressão de Engels "movimento da economia", mas que deveria ser compreendida numa acepção abrangente, que englobasse o desenvolvimento das forças produtivas e os processos de mercantilização de economias naturais.

> Transformações econômicas de um desses dois tipos, por repercutirem em cadeia e influenciarem os diversos elementos componentes do sistema econômico, permitem que os grupos em situação subalterna no processo de produção visualizem finalmente a relação entre a sua situação a as características gerais do sistema econômico, rompendo-se assim o círculo vicioso da submissão ideológica (Saes, 2003, p. 254).

Contudo, a solução de Saes para a dinâmica da "ativação" das classes cria certo paradoxo: a intenção de superar o "economicismo" da definição das classes, que não é capaz de diferenciar teoricamente conflitos funcionais da luta de classes, traz consigo a necessidade de precisar as condições em que se efetiva *o salto* de um momento a outro, o que, para o autor, dever ser buscado no desenvolvimento das forças produtivas. De alguma forma, ao tentar escapar do economicismo da definição das classes, a explicação exigiria uma visão da teoria da história fundamentada no primado das forças produtivas. Poderia ser objetado que esse desenvolvimento das forças produtivas não pode ser entendido de forma mecânica, desatrelado das determinações sociais. Na verdade, o argumento de Saes (1994) é o de que o processo de funcionamento reprodutivo de uma sociedade não pode ser explicado com base nas mesmas características que determinam períodos de transição em que há mudanças qualitativas. O desenvolvimento das forças produtivas é o "fator econômico" da mudança na medida em que é somente o "ponto inicial" de

> uma cadeia causal que se encerra com o estabelecimento da dominância, numa formação social qualquer, de um novo modo de produção (o desenvolvimento das forças produtivas fornece a base material tanto para o desenvolvimento da luta - política - de classes quanto para a implantação, após a transformação da estrutura jurídico-política, de novas relações de produção) (Saes, 1994, p. 56).

Porém, Saes aproxima-se dos trabalhos de Lojkine, sobre a "revolução informacional", para defender que é esta tecnologia que tem deflagrado contradições sociais e tem levado "ao ápice as forças produtivas capitalistas" (p.255). Na visão de H. Amorim (2007), essa postura equipara-se a uma tradição já extensa do marxismo que vincula a formação do proletariado em classe ao grau de desenvolvimento das forças produtivas[365], as quais passam a ser, dessa forma, uma "racionalidade supra-histórica no processo de efetivação das condições objetivas da revolução socialista considerada" (p. 128). O problema teórico apontado por Amorim é que tal proposição se converte, no esquema de Saes, num elemento externo em relação aos sistemas "funcionais" ou reprodutivos. Nesse ponto, as forças produtivas ganhariam um caráter autônomo e dissociado das relações de produção.

Em seu texto, Saes argumenta que não se pode supor que tal desenvolvimento crie condições para um resultado final e definitivo e que não é "uma tarefa fácil" definir com precisão quando as transformações promovem um efeito desestabilizador da ordem. O desenvolvimento das forças produtivas, como fator econômico que é o *ponto inicial* de um movimento de transição, não implicaria, desse modo, numa visão necessariamente economicista, pois, apenas enquanto *ponto de partida*, é o aspecto material que desencadeia novas formas de contradição.

***

A direção tomada pelas indicações de Saes guarda relação, desse modo, com a preocupação de certos autores em identificar, nas novas tecnologias, uma contradição distinta, que criaria as bases para uma fissura na reprodução do sistema. Nesse aspecto, embora em registros distintos, há certa proximidade com a discussão apresentada por Fausto (2002[366]) acerca da *pós-grande indústria.* Esse tema nos remete à inadequação entre forma e conteúdo material das relações capitalistas.

O ponto central discutido por Fausto é a necessidade de se explicar certas transformações materiais do capitalismo cujas consequências para a reprodução do sistema teriam sido desconsideradas por Marx. Ou melhor, seriam transformações mais prováveis e adequadas, na visão de Marx, à forma social comunista, mas que, não obstante, já estariam apontando no

[365] Os trabalhos de S. Mallet e M. Lazzaratto, discutidos em Amorim (2009), servem de exemplo a essa posição.
[366] Uma versão primeira do item sobre a pós-grade indústria foi publicada por Fausto em 1989 na revista Lua Nova.

capitalismo, em especial no período contemporâneo. A proposta de Fausto foi então estabelecer uma terceira forma do sistema capitalista, um novo momento de negação diferente da manufatura e da grande indústria. É essa terceira forma que o autor chama de pós-grande indústria.

Para desenvolver essa tese, Fausto diferencia a posição de fundo sobre o tema em *O Capital* e nos *Grundrisse*. No primeiro, haveria uma visão menos otimista em relação à libertação "no" trabalho, ou seja, a base material que pode ser recoberta pela forma comunista já existe no capitalismo. Justamente por desprezar, na visão de Fausto, viabilidade de *outra* base material, Marx teria sido mais "realista" e assim postulado, como vimos anteriormente, que a o reino da "necessidade" irá ser preservado e, ali, não se trata a rigor da liberdade efetiva[367]. Nos *Grundrisse*, pelo contrário, Marx teria levado em consideração uma mudança qualitativa da base material, que teria ido além mesmo das mudanças técnicas provocadas pela subsunção real.

Em linhas gerais, a pós-grande indústria seria um terceiro momento do modo de produção capitalista, marcado por uma segunda negação do processo de trabalho. Na primeira negação, a grande indústria, o trabalhador torna-se portador-apêndice da maquinaria. Aqui haveria nova negação, que o expulsa do processo de produção – o qual já não mais seria, a rigor, processo de trabalho, pois o agente é agora "vigia", "regulador", "guardião" do processo, isto é, não intervém mais diretamente na produção. Como se a volta à condição de sujeito se desse justamente pela sua expulsão do processo.

Os sinais da pós-grande indústria seriam aqueles exaustivamente invocados, desde Negri, pelos teóricos do "imaterial", isto é, a suposição de que a riqueza efetiva não teria mais relação com o tempo de trabalho; o fim, portanto, da lei do valor. Marx refere-se a esse processo como o momento em que o "roubo de tempo alheio", que até então sustentara a riqueza, seria agora apenas um "fundamento miserável" (2011, p. 588). A riqueza que, num primeiro momento, vinha da mais-valia absoluta e depois passou a vir da junção desta com a mais-valia relativa, agora negaria o próprio valor, pois os meios técnicos fazem com que o trabalho até então conhecido não tenha mais peso significativo em sua composição. Haveria, contudo, a preservação da

[367] Como afirmamos, essa leitura de *O capital* praticamente empurra Marx ao economicismo. Se é verdade que o autor tangencia com a visão de "base material" neutra, por outro, disponibiliza todo o universo categorial necessária para superar essa leitura.

participação humana, mas na condição de formação artística e científica adquirida no *tempo livre*, o que denotaria o controle do processo pelo "intelecto geral" [*general intellect*].

Para Fausto, trata-se de um movimento hegeliano: o autômato "vivo" da grande indústria sofre uma mutação qualitativa que o eleva a autômato "espiritual" – em Hegel, passa-se da vida como conceito ao conceito de espírito. Mas, por se tratar do capital, essa passagem não é completa; dá-se um desencontro, como se algo 'escapasse' do plano normal. Esse algo é a *inadequação* da forma capital à forma material da pós-grande indústria. Indiretamente, a força produtiva desenvolveria o "indivíduo social", que está "ao lado do processo de produção" (Marx, G, p. 588). O intelecto geral teria agora condições materiais de dominar seu antigo explorador, ou seja, findaria a subordinação do trabalho ao capital, pelo menos, materialmente. O capital até pode continuar a comandar, mas esta seria apenas uma retomada da subordinação formal.

Para expressar a manutenção do capital, Fausto propõe conceitos novos relativos aos momentos da subordinação[368]: há, primeiramente, uma subordinação formal, depois uma subordinação formal-material e, então, a subordinação formal-intelectual (espiritual). A nosso ver, se tomarmos como válida essa *inadequação* causada pelo desenvolvimento das forças produtivas, o que importa é notar que ele pode servir para fundamentar *duas direções teórico-políticas* para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Identificá-las criticamente parece-nos o centro da questão.

Um dessas direções diz respeito ao uso da noção de fim do valor dos *Grundrisse* por teóricos como Negri e Gorz, que resultou num movimento de distanciamento da teoria das classes sociais, pois, segundo esses autores, a negação do valor desmorona todo o edifício conceitual atrelado à fase anterior do capitalismo. Tal como indicado por Amorim, esse uso dos *Grundrisse* só pode ser feito a partir de uma interpretação presa a uma lógica formalista que desconsidera o mais fundamental: o fato de Marx supor tal situação num movimento *efetiva de transição ao comunismo*.

Desconsiderada essa condição histórica e, portanto, supondo que o fim do valor é de algum modo *compatível* com a reprodução do capitalismo, a consequência teórica é deslocar

[368] O que indicamos ao longo deste trabalho por *subsunção*, seguindo o termo exposto por Marx em *O capital* e outros textos.

automaticamente as forças de resistência ao capital *a todos aqueles imersos nessa relação*. Como corolário, as classes sociais "antigas" perderiam operacionalidade e são vistas como modelos anacrônicos de explicação. Em seu lugar, coloca-se a multiplicidade de *produtores-consumidores* de informação e conhecimento, sendo que todos, de forma indistinta, são dominados e explorados tão somente por viverem nesse tipo de relação. Já que a produção da riqueza obedece, segundo essa visão, critérios completamente dissociados da produção material, toda produção-troca-circulação de informação, conhecimento, baseados na comunicação social, passa a determinar a nova riqueza. Em suma, não há como se falar mais de classes a rigor, já que *todos são produtores dessa riqueza.*

Esse aspecto é o elemento explicativo de fundo da maioria dos "teóricos do imaterial" e pode ser diretamente observado em Negri[369]:

> O trabalho imaterial – aquele que produz os bens imateriais como a informação, os saberes, as ideias, as imagens, as relações e os afetos – tende a tornar-se hegemônico. (...) o trabalho imaterial só pode ser realizado coletivamente, trocando informações, conhecimentos. Por sua vez, estas formas de comunicar, de colaborar e de cooperar produzem o 'comum', que se trate de linguagens, de métodos, de visões, de novos conhecimentos comuns… Toda pessoa que trabalha com a informação ou com o saber – do agricultor que desenvolve as propriedades específicas das sementes ao programador de softwares – utiliza o saber comum transmitido por outros e contribui para produzi-lo (Negri, 2004, trad. H. Amorim (2009, p. 124)[370].

O agente político dessa nova fase, a *multidão*, ainda que seja concebido por Negri em termos de "classes social", não se refere ao mesmo conceito de classe de Marx. Trata-se mais propriamente de um indivíduo (trabalhador-consumidor) que, na sua desvinculação ao trabalho tradicional, tem condições de integrar uma coletividade genérica:

---

[369] Ao explicar o que entende por "capital-informação", Marcos Dantas (2003, p. 40-41) segue uma direção similar: "Sendo o trabalho de natureza informacional; sendo o valor do trabalho fornecido pelo valor da informação gerada e comunicada; sendo este valor, ainda por cima, trabalho concreto não redutível a trabalho abstrato, o trabalhador contemporâneo é todo aquele que produz e consome diretamente capital, embora, nesta produção e neste consumo possa ocupar degraus muito diferenciados na escada social (...) O agente da transformação é o sujeito social que está à frente do progresso material e cultural (...) Marx viu este agente no trabalhador assalariado 'adulto' semi-artesão do seu tempo. Kautski, Lenin e seus contemporâneos não perceberam que o deslocamento do conhecimento produtivo para uma esfera de trabalho externa à fábrica não negava, pelo contrário, a teoria de Marx, mas lhe cobrava outros desdobramentos. (...) Hoje em dia, precisamos reconhecer que os agentes da transformação são todos aqueles que, trabalhando com o conhecimento obtido do processamento técnico-científico da informação, põem em questão, um tanto conscientemente, um tanto espontaneamente, os arranjos capitalistas de apropriação privada dessa nova e extraordinária forma de riqueza".

[370] Trata-se da entrevista de Negri à revista *Alternatives internationalles*.

> A multidão é um novo sujeito social emergente que é, na era da mundialização, o que era a classe operária na era industrial. Trata-se da classe social no centro da produção de riqueza no capitalismo globalizado (...) Diferentemente da classe operária, a multidão (*multitude*) não é excludente, uma vez que todas as formas de trabalho podem participar da produção imaterial: assalariado e não-assalariado, formal e informal, estável e precário, agrícola e industrial... O caráter ao mesmo tempo plural e cooperativo do trabalho imaterial traz em si um potencial de transformação social positiva, pois ele nos permite sair do impasse da soberania (Negri, 2004, trad. H. Amorim, 2009, p. 126).

Ao colocar as teses de Negri nesse âmbito, não se quer afirmar que elas não tenham uma proposta crítica, mas apontar a insuficiência de seu pressuposto segundo o qual a teoria de Marx não teria como compreender a inadequação entre forma e conteúdo, como se o próprio Marx não tivesse já esboçado o movimento do capital que busca o desregramento do valor. Compartilhamos o argumento de Prado sobre o trabalho de Hardt e Negri (2000): a incorporação das noções foucaultianas de biopoder, sociedade disciplinar e sociedade de controle, conquanto críticas e importante em certa dimensão, são feitas de modo *externo* à esfera da produção, como se realmente o capital perdesse a sua força objetiva. Não é à toa que Negri e Hardt aderem ao argumento já disseminado (como em Gorz, de *Adeus...*) de que o comunismo da produção já existe. Em outras palavras, quando dissemos que esses autores usam a ideia de fim do valor do Marx dos *Grundrisse* de maneira equivocada, pois esta tese só faz sentido para uma sociedade em transição, assim o fazem *porque imaginam a existência praticamente completa do comunismo na produção*, ou seja, mais do que o uso dos *Grundrisse*, é a ideia de comunismo e subsunção que são questionáveis.

A outra direção que o problema da *inadequação* pode nos levar é sugerida, de certo modo, já em Fausto, ainda que daí tiremos implicações distintas. Trata-se de sua sugestão segundo a qual a subordinação intelectual contemporânea *ainda é real*, e não apenas formal. Fausto coloca a questão como se essa posição fosse diferente daquela de Marx, pois este consideraria apenas como "formal" o terceiro momento de subsunção. Contudo, não pensamos que seja possível, nessa dimensão, *criticar ou corrigir* Marx já que a noção de pós-grande indústria é uma sugestão do próprio Fausto para explicar a continuidade do capitalismo, quando o foco de Marx nesse momento estava totalmente voltado para *um momento de transição comunista*, o que significava projetar *a superação da subsunção real*. Em outras palavras, a preocupação de Marx em teorizar

sobre o fim do valor é necessariamente a preocupação revolucionária de por fim ao capital, o que significa, então, que a força produtiva não seja mais expressão da forma capitalista.

Podemos afirmar, mais uma vez, que é bastante plausível supor que Marx não tenha levado às últimas consequências a necessidade de transformação da base material e, desse modo, tenha flertado com posições que pressupunham uma "organização" neutra até certo ponto[371]. Mas não nos parece, de forma alguma, que isso autoriza pensar num "comunismo" já existente sob as vestes do capital. Com isso, podemos problematizar as "diferenças" entre os *Grundrisse* e *O Capital,* estabelecendo, assim, uma relação.

Em *O capital*, Marx seria mais "realista" (termo usado por Fausto), porque projetou, a partir das cooperativas, por exemplo, a possibilidade de verdadeira autogestão democrática dos trabalhadores, mas considerou que todo esforço na "produção material" será sempre uma liberdade limitada, pois se mantém no reino da necessidade. O comunismo passa a ser, dessa forma, a diminuição progressiva da necessidade de esforços para o trabalho "material"; por isso, uma sociedade comunista deveria reduzir ao máximo a jornada de trabalho[372]. Isso também significa que, no tempo livre, dificilmente as atividades nesse âmbito realizadas poderiam ser chamadas também trabalho.

Dessa forma, a "saída" visualizada nos *Grundrisse* não é, a rigor, oposta. Se entendido que a colocação de Marx dirige-se a uma sociedade comunista, o que o autor projeta é uma força produtiva *nova* que seja capaz de tornar *materialmente* possível aquilo que, anos depois, afirmou ser desejável no *Capital,* a expulsão do trabalhador do processo de produção, situação que o coloca "ao lado do processo", como regulador (externo). E certamente, quando Marx se refere a esse movimento, o foco é o que consideraríamos de "trabalho material".

Com isso, queremos chegar ao seguinte ponto: se a "pós-grande indústria" existe no capitalismo, o efeito só pode ser o inverso da libertação que Marx projeta, isto é, *ao invés de libertar os trabalhadores das restrições do trabalho material, ela subsume realmente o*

[371] Como nos *Grundrisse*: "A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixasse de ser capital. Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria" (2011, p. 583).
[372] O que não seria possível no capitalismo, como pretendem certas correntes.

"trabalho imaterial", nesse caso, todos os esforços intelectuais necessários para a produção material. Por um lado, a tecnologia informática, que potencialmente poderia diminuir a jornada de trabalho da produção material, será usada para controlar ainda mais o trabalhador. Por outro, ela já será criada como uma intenção que reproduz a divisão do trabalho e torna diversos trabalhadores intelectuais *materialmente* presos à técnica. Não estaria um trabalhador, em sua longa jornada frente a um computador ou sistema informatizado subsumido *materialmente* ao meio de trabalho, sendo que, por vezes, a jornada pode se estender tanto quanto se estenda estado de "vigília"?[373] Voltamos a esse ponto no fim deste capítulo.

***

Para resumir o que discutimos até aqui e desenvolvermos a noção de classes médias de modo mais abrangente, tomemos a posição de D. Bensaïd (1999, p.153) segundo a qual "as classes revelam-se no e pelo movimento do *Capital*", este entendido como uma relação social de produção:

> Enquanto a sociologia pretende "tratar os fatos sociais como coisas", Marx os trata sempre como relações. Não define de uma vez por todas seus critérios ou atributos. Antes segue a lógica de suas múltiplas determinações. Não "define" *uma* classe. Antes apreende relações de conflito entre classes. Não fotografa um fato social rotulado como classe. Antes visa à relação de classe em sua dinâmica cultural. *Uma* classe isolada não é um objeto teórico, mas um não-senso (p. 163).

O comentário de Bensaïd enfatiza a preocupação de Marx em superar um materialismo reducionista, preso a supostas "objetividades" desprovidas de determinações sociais. Contudo, esse aspecto não implica numa desconsideração da *substância* dessas relações. O capital apresenta as "suas" soluções formais para as "imposições" da produção material. A análise de Marx é inovadora porque une de maneira complexa as relações e a substância.

Nesse sentido, poderíamos afirmar que a base objetiva da formação das classes reside na intensidade do processo de subsunção real do trabalho ao capital. Por um lado, esse processo implica na proletarização de diversos grupos de trabalhadores assalariados. Por outro, determina a posição de agentes vinculados ao "não-trabalho". A proletarização, resultado da subsunção real

[373] Para Fausto, o trabalhador, nesse caso, não seria *apêndice*, mas *servidor* do novo autômato "espiritual".

no tocante ao elemento subsumido, é o processo que permite compreender a formação da classe trabalhadora. Desde a época de Marx, os trabalhadores mais subsumidos – portanto, o proletariado em potência – são os operários fabris e os assalariados completamente despossuídos do campo. Ocorre que a mesma tendência de desenvolvimento do capital também gera diversos outros trabalhadores improdutivos e tende a aumentar a subsunção de atividades intelectuais que estão fortemente vinculadas ao trabalho produtivo.

Quais efeitos, portanto, a lógica do capital produz quando se pensa as ações das classes médias?

4.2. Classes médias e trabalho intelectual: base material, política e ideologia.

Para desenvolver essa questão, partimos do tratamento de alguns autores, principalmente a partir de Nicos Poulantzas, a respeito dos efeitos político-ideológicos pertinentes das posições que consideramos potencialmente como de classe média. Novamente, é importante destacar que esse procedimento, como problematizamos acima, não implica em uma determinação mecânica entre o "econômico" e o "político-ideológico", mas pretende discutir *os condicionantes materiais e objetivos* da formação das classes, no caso, das classes médias e de que modo elas se *relacionam* com as demais.

No capítulo anterior, sugerimos duas situações objetivas principais referentes à classe média, no tocante somente ao modo de produção capitalista: quadros técnico-científicos que organizam a produção pela aplicação técnica da ciência (conjugam função do capital e função do trabalho) e pessoal administrativo (*clerical personnel*), isto é, as frações inferiores do gerenciamento e dos serviços necessários à realização do valor (comércio e bancos, por ex.). A essas duas situações, juntam-se atividades em que a inserção do MPC é limitada, como boa parte da produção "imaterial" (produção de valores de uso intangíveis) e de parte também dos "serviços" (educação, saúde, etc.).

O desafio, agora, é articular essa condição atrelada às necessidades objetivas de reprodução do MPC com aquilo que alguns autores consideram o aspecto decisivo para a definição da "nova pequena burguesia" (Poulantzas) ou da nova classe média (Saes): a oposição entre trabalho manual e intelectual.

Para entendermos como esse aspecto aparece em Poulantzas é preciso retroceder ao problema das funções sociais. Segundo o autor, como vimos, o capitalismo é diferente de outros modos de produção pelo fato de a propriedade econômica e a posse dos meios de produção estarem (ambos) inteiramente separados dos produtores diretos. Isso faz com que a "direção" do processo de trabalho se torne "função do capital" e as atividades condizentes a essa função são tão "técnicas" quanto a divisão social do trabalho existente nas atividades dos produtores (1978, p. 246).

Para Poulantzas, esse é um tema delicado em Marx, porque este teria tratado de forma um tanto quanto "separada" os aspectos técnicos e da divisão social do trabalho, Consequentemente, surgem certas "ambiguidades", algumas delas explicadas pela existência de elementos "economicistas-teoricistas". Essa dificuldade estaria presente em formulações de Marx, usadas largamente no capítulo anterior, que amiúde recorrem ao mecanismo de separar, "de um lado", o que seria inerente à produção coletiva em larga escala e, "de outro lado", ao que seria condizente ao despotismo capitalista. A proposta de Poulantzas é mostrar a necessidade de avançar nessas questões, já que o marxismo não seria um "dogma estereotipado" (p. 245).

Para tanto, problematiza a questão em três casos relacionados à empresa capitalista: contramestres e demais "suboficiais da produção"; executivos; e engenheiros e técnicos. Sobre a figura de contramestres, Poulantzas a associa à função do capital no sentido de "coletar" (extrair) a mais-valia. Os empresários, resultado do desenvolvimento do capitalismo monopolista, têm uma relação diferente, pois podem tanto exercer o domínio do capital em razão da propriedade (representam, portanto, o proprietário legal), quanto ser "executantes subalternos" da direção das empresas, o que, em face do capital, os colocaria também como parte "explorada" (p. 248). Sobre técnicos e engenheiros (o que poderíamos chamar dos quadros técnico-científicos) a situação seria aquele a que nos referimos anteriormente: boa parte é efetivamente incluída ao "trabalhador coletivo produtivo" (devido a sua ligação direta com a "produção material"), contudo, como a divisão capitalista do trabalho exige um "monopólio do saber" resguardado por certos agentes, eles não poderiam ser associados ao proletariado (classe operária, para Poulantzas). Eles portam, assim, a "reprodução das relações ideológicas no próprio seio do processo de produção material" (p. 256).

Desse modo, são fundamentais para essa interpretação de Poulantzas os seguintes pontos: o assalariamento engloba funções e classes sociais distintas, o trabalho produtivo não é realizado somente por proletários e a processo de produção capitalista não é a junção de um processo de trabalho neutro a uma expropriação externa. Em suma, "a empresa capitalista nada mais é que a articulação das relações de produção, das relações políticas e das relações ideológicas no seio de uma unidade de produção como centro de apropriação da natureza e de exploração" (p. 249).

Com essa avaliação, Poulantzas estabelece, assim consideramos, uma diferenciação entre *funções* e *classes sociais* que permite identificar as funções sem cair numa problemática distinta, como a corrente estrutural-funcionalista, baseada nos conceitos de poder e autoridade[374]. Isso significa que é necessário entender o capitalismo como um modo de produção (no sentido amplo) no qual o processo de trabalho (subsumido pela valorização do valor) determina e é determinado pela divisão social do trabalho que, por sua vez, remete "diretamente às condições políticas e ideológicas de determinação das classes sociais e de sua reprodução" (p. 244).

Especificamente nesse ponto reside parte importante das polêmicas sobre a interpretação de Marx. Na exposição do objeto em *O capital*, a abstração que permite separar o processo de trabalho e o processo de valorização é fundamental para entender o modo específico pelo qual os ditames do capital subsumem o trabalho, mas não há, na realidade concreta, *dois estágios ou partes separadas*, mas sim o processo de *produção* capitalista como um todo.

Assim, quando Marx se refere à socialização do processo de trabalho, a ideia subjacente é o avanço da cooperação ampliada que faz surgir o trabalhador coletivo (produtivo). Contudo, essa socialização é, simultaneamente, aprofundamento da divisão do trabalho (no caso, manual/intelectual), ou seja, é uma *socialização capitalista do trabalho*. Esse aspecto é sintomático no capítulo 14, de *O capital*, na referência (já citada em parte) ao trabalhador coletivo e trabalho produtivo:

> Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar

[374] O que está, de certo modo, presente também na "tipologia de classes" de E. O. Wright, o que expressa, como argumentamos, sua declarada incorporação de referenciais weberianos.

> sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. *Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos* [*Später scheiden sie sich bis zum feindlichen Gegensatz*][375]. O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo (Marx, 1996b, p.137, grifos nossos).

Para Poulantzas, essa passagem é essencial porque indica a tendência de incorporação do trabalho intelectual ao trabalhador coletivo, mas sempre *atrelada* à separação antagônica entre trabalho manual e intelectual. Justamente por isso, não há a rigor a divisão do trabalho por questões "técnicas", mas uma divisão que é expressão das relações de produção capitalistas.

Até aqui, procuramos em vários momentos discutir que a posição de Marx quanto à técnica (e à "organização") no capitalismo não é simples ou "fechada": embora tenha possibilitado todo o universo categorial necessário para superar a visão economicista, suas conclusões e explicações do desenvolvimento da grande indústria tangenciaram, por vezes, a suposição de uma base material "neutra"[376]. No capítulo anterior, por exemplo, exploramos em detalhes a passagem que analisa a divisão do trabalho na grande indústria. Nesse momento, Marx refere-se a trabalhadores técnico-científicos como "uma classe elevada de trabalhadores", externa aos operários e agregada a eles por uma divisão do trabalho "puramente técnica". Não se trata, contudo, de algo tão "puro" assim.

Um dado "editorial" concede mais um elemento para essa tensão. Como Poulantzas alerta, a frase *"Später scheiden sie sich bis zum feindlichen Gegensatz"*, que permite precisamente o sentido de intensificação das relações capitalista no processo de trabalho (por meio da divisão manual/intelectual) foi simplesmente pulada na tradução francesa de J. Roy que, como se sabe, foi pessoalmente revista por Marx. Embora Marx tenha se referido a ela como possuidora de um

[375] Na tradução da Civ. Bras.: "Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários" (Marx, 2001, p. 577). Poulantzas também usa "contradição antagônica" para *feindlichen Gegensatz*.

[376] Embora seja possível, como já indicamos, entender que essa aproximação de Marx com uma base material "neutra" é, na verdade, decorrente de sua visão dos reinos da necessidade e liberdade, ou seja, como toda liberdade no reino da necessidade (produção material) é limitada, a liberdade efetiva estaria além do trabalho.

caráter científico à parte, Poulantzas se pergunta "incompetência de J. Roy ou sinal das ambiguidades do próprio texto de Marx" (p. 253)?

E como isso repercute na questão das classes? Para Poulantzas, trata-se de negar a solução que aposta num "duplo pertencimento de classe": como se a dupla natureza do trabalho de um agente o fizesse, de um lado, proletário ("classe operária") e, de outro, capitalista. A saída será, para Poulantzas, identificar esses agentes como pertencentes a uma fração da pequena-burguesia, no caso, a nova pequena-burguesia. É a relação entre trabalho manual e intelectual que irá possibilitar a identificação dessa fração e quais as razões, para o autor, que a associam ao conjunto pequeno-burguês, isto é, por que se unem à pequena-burguesia tradicional e não formariam, como neste trabalho supomos, uma classe média.

De início, a primeira observação importante a ser feita sobre a divisão manual/intelectual refere-se à necessidade de evitar um corte naturalista que se baseia em distinções de caráter físico-biológico. Em outras palavras, é preciso considerar que não há propriamente critérios naturais que possam aferir quando um é trabalho manual e quando é intelectual, pelo contrário, essa distinção *só faz sentido* a partir de relações sociais que produzem – *socialmente*, enfatiza-se – o que se entende por conteúdo manual ou intelectual. Do ponto de vista fisiológico, é impossível uma divisão entre o trabalho das "mãos" e o da "mente". O que fazemos, socialmente, é estabelecer graus de autorreflexão de cada atividade a partir dos quais se procura analisar como se efetivam os esforços para determinada tarefa.

Poulantzas (1977, p. 95) atribui a Gramsci a identificação precisa do problema: "Esta distinção (entre trabalho 'manual' e 'intelectual'), com efeito, e Gramsci notou-o bem, não vale como tal. A não ser que se perca em argúcias fisiológico-biológicas duvidosas, está claro que todo trabalho manual comporta componentes 'intelectuais' e vice-versa". De forma que, "em contraposição, a distinção 'trabalho manual'/'trabalho intelectual' é uma categoria surgida da vivência operária, que leva a distinções reais, mas que não são distinções físico-biológicas: leva a distinções políticas e ideológicas no seio das empresas".

A referência ao pensamento gramsciano é importante, pois, ao se questionar se existe algum critério "unitário" para caracterizar as diversas atividades intelectuais, Gramsci descarta descobri-lo em algo "intrínseco" a estas, mas sim "no conjunto do sistema de relações no qual

estas atividades (e, portanto, os grupos que a personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais". E prossegue:

> Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais (sem falar no fato de que não existe trabalho puramente físico, e de que mesmo a expressão de Taylor, 'gorila amestrado', é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora). (...) Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer, mas nem todos os homens desempenham na sociedade *a função de intelectuais* (Gramsci, 1978, p. 7, grifos nossos).

Gramsci caracteriza quadros técnico-científicos como "intelectuais modernos" e os associa ao exercício de funções subalternas da hegemonia social e do governo. Ainda que restrinja a noção de intelectuais para designar uma categoria social (diferentemente, portanto, do conceito de nova pequena burguesia), Poulantzas usa o sentido subjacente à ideia de que todos são intelectuais, mas nem todos exercem a função de intelectuais, para afirmar que "todos os trabalhos comportam 'atividades intelectuais', mas nem todos os trabalhos se situam, na divisão político-ideológica trabalho manual/trabalho intelectual, do lado do trabalho intelectual" (1978, p. 276). Desse modo, estaria do "lado do trabalho intelectual", para Poulantzas,

> todo trabalho que toma a forma de um saber cujos trabalhadores diretos estão excluídos, seja porque saibam fazê-lo mas não o fazem de fato ([de novo, o que não é] por acaso), seja porque não saibam efetivamente fazê-lo (pois são mantidos sistematicamente a distância), seja porque não haja aí simplesmente nada para saber fazer (1978, p. 258).

Essa situação caracteriza aquilo que Poulantzas chama de "monopólio do saber", isto é, a contínua expulsão de trabalhadores diretos dos conhecimentos científicos, os quais são apropriados pelo capitalismo de modo a reproduzir as relações de dominação e subordinação. Ideologicamente, engenheiros e técnicos reproduzem a divisão manual/intelectual. E, de um ponto de vista político (dominação), ainda que não a maioria, grande parte desses agentes estão implicados na "direção e supervisão" do processo de trabalho. Em suma, o conjunto das relações político-ideológicas, a despeito da possível vinculação ao trabalhador coletivo produtivo, não faz dos quadros técnico-científicos proletários "em pequeno grau". A especificidade de suas funções na reprodução das relações capitalistas os faria agentes da "nova pequena burguesia".

As posições de Poulantzas sempre causaram controvérsias e foram recebidas com fortes críticas, principalmente por questionar o pertencimento ao proletariado de grupos assalariados anteriormente apenas considerados como "de maior qualificação". A nova pequena burguesia contrastava igualmente com programas políticos fundamentos na não distinção de classe entre assalariados em geral. Do ponto de vista teórico, suas teses também guardavam semelhanças com pesquisas, que vimos no primeiro capítulo, como as de Lockwood e Goldthorpe. O próprio Poulantzas teceu comentários sobre esses estudos.

Segundo o autor, tais estudos tinham o mérito de negar tanto a tese do aburguesamento do proletariado quando da proletarização de todo o conjunto assalariado. E, além dessa postura, encontravam na divisão do trabalho manual/intelectual o fio condutor para analisar a "situação de trabalho" dos agentes. Porém, para Poulantzas, tratavam-se ainda de análises limitadas. Primeiro, porque não lidavam com o problema do trabalho produtivo. Segundo, e mais importante, a divisão manual/intelectual cai num empirismo quando evoca uma pretensa separação entre "mãos sujas" e "mãos limpas", como se a divisão fosse entre aqueles diretamente vinculados às maquinas opostos a "todos os outros". Esses dois aspectos dificultam, ou mesmo impedem, que estudos sociológicos como de Lockwood e Goldthorpe tratem a divisão do trabalho manual/intelectual como *tendência* e não como *classificação tipológica*, o que os faz tirar da "classe operária" vários assalariados proletários.

Esse é um traço por vezes ignorado na proposta de Poulantzas. Ao usar como critério de distinção de classe a divisão manual/intelectual, algumas críticas tendem a não perceber que esta é uma divisão que deve ser encarada como movimento, que tendencialmente repercute em atividades variadas. Isso significa que não é possível uma classificação a priori e rígida do que seria ou não trabalho intelectual. Mais do que essa precisão metodológica, e esse é o traço decisivo do ponto de vista de uma análise das relações de classe, deve-se supor que, nesse formato tendencial, o trabalho intelectual não afeta da mesma maneira o que Poulantzas designa como nova pequena-burguesia. Ou seja, a divisão manual/intelectual operaria também no interior

do trabalho intelectual. Essa reprodução interna cria frações que tendem igualmente a uma polarização, isto é, mais ou menos próxima do proletariado[377].

Contudo, é pertinente objetar que os termos em que Poulantzas coloca a questão – "a divisão manual/intelectual opera no interior do trabalho intelectual" – não é a forma mais precisa de expressar o que realmente ocorre "no interior do trabalho intelectual". Há, na verdade, uma dimensão anterior para dar conta desse movimento, dimensão essa caracterizada na tradição marxista como a separação dos momentos de *concepção* e *execução*. Ainda que Poulantzas se refira a esses termos, sua posição seria mais precisa se sugerisse que é a divisão entre concepção e execução que opera também no interior do trabalho intelectual.

Essa característica foi enfatizada por H. Braverman (1987, p. 53) quando se propôs a analisar a divisão do trabalho. Para Braverman, as colocações de Marx sempre interessadas no caráter específico do "trabalho humano" importam na medida em que evidenciam que, diferentemente dos outros animais, nos seres humanos "não é inviolável a unidade entre a força motivadora do trabalho e o trabalho em si mesmo. A unidade de concepção e execução pode ser dissolvida". Poderíamos, então, afirmar que a divisão concepção/execução é anterior e mais profunda do que a divisão manual/intelectual, ou melhor, a divisão manual/intelectual *é uma das* expressões da divisão concepção/execução.

Como indicamos, Poulantzas não deixa de fazer referências à divisão concepção/execução. Há, de fato, um conjunto de motivos que o leva, mesmo assim, a enfatizar a divisão manual/intelectual. Além dos que já citamos, resta indicar aquilo que o autor considera fundamental do ponto de vista do efeito social de um trabalho intelectual, ou seja, os elementos "culturais" que o cercam. Ao tocar nesse ponto, o objetivo de Poulantzas é traçar as diferenças não entre os quadros técnico-científicos e os operários, mas entre o trabalhador manual produtivo (para o autor, necessariamente um trabalho material) e os assalariados "improdutivos" da

[377] Preocupação também já presente em Gramsci (1978, p. 11): "(...) a própria função organizativa de hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais não mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa: no aparato da direção estatal e social existe toda uma série de empregos de caráter manual e instrumental (de ordem e não de conceito, de agente e não de oficial ou funcionário, etc.); mas, evidentemente, é preciso fazer esta distinção, como é preciso fazer também qualquer outra. De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus, inclusive do ponto de vista intrínseco; estes graus, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa (...)".

circulação – os empregados na contabilidade, publicidade, marketing, comércio, bancos, seguros, diversos serviços de escritório e grande maioria dos funcionários do Estado.

O argumento de Poulantzas é o de que existem "símbolos ideológicos" que, a despeito de terem pouca base real na sua relação com a ciência, se legitimam como se realmente tivessem essa base. Seriam os traços principais dessa simbologia cultural: a valorização clássica do "trabalho de escrita", dos "funcionários de escritório em geral" e do bom ou correto uso da "palavra", o "saber falar bem". O ponto enfatizado por Poulantzas é que tais valores são decorrentes de uma aprendizagem correta que só faz sentido na medida em que se constrói *como o oposto de outra forma social*, ou seja, se revela quando se opõe ao que é próprio da classe operária. Daí resulta o "monopólio" pelos trabalhos intelectuais que irão tendencialmente expor sua diferença com o trabalha manual não porque este seja mais penoso, mas por se tratar de trabalhos que exigem pouco "conhecimento" ou "aptidões".

Poulantzas percorre esse e outros aspectos em várias direções[378]. Em relação a nossos propósitos, nos limitaremos a apresentar, de forma sintética, quais são, ao fim, os traços ideológicos principais da nova pequena-burguesia para o autor (p. 317-319).

a. *presença potencial de anticapitalismo reformista*: como são assalariados, há uma inclinação para a redistribuição de renda por meio de "justiça social". A luta anticapitalista seria marcada, portanto, por ilusões reformistas. O medo permanente da proletarização aguça esse sentimento, mas as críticas reproduzem a forma "racional" de hierarquias salariais. Diferentemente dos operários (cuja solidariedade de classe seria expressão da socialização do processo de trabalho), esses assalariados estão mais isolados entre si (na luta no mercado ou mesmo no próprio trabalho), o que seria uma forma de individualismo pequeno-burguês.

b. *luta antiautocrática distinta da luta anti-hierárquica*. Como consequências dos traços anteriores, a ideia aqui é a de que a nova pequena burguesia pode defender uma "autogestão" e contestar o "irracionalismo" do capitalista, mas essa postura não é levada até o fim para o questionamento da divisão do trabalho manual/intelectual. Forma-se, assim, um "tecnocratismo

[378] Exemplo: o quê as análises institucionalistas tomam como referência, poder/autoridade/prestígio, são aspectos que explicam diferenças no interior das classes e não entre as classes.

de esquerda", crítico da "burocratização" e em defesa de uma produção que não oprima o "trabalho intelectual".

c. *mito da passarela*: seria o aspecto ideológico que distancia a nova pequena burguesia de mudanças revolucionárias e, em razão do temor ante a queda à condição proletária, ela é seduzida pela possibilidade de ascensão social, o que se efetivaria por meio de "promoções" e formação de "carreira". Seria o desejo de se tornar burguesia por meio de uma passagem individual, rumo ao alto, dos "melhores" e "mais capazes". O aparelho escolar é aqui fundamental, pois, sendo visto de forma neutra, será identificado como o meio de promoção social que escolhe os "melhores". Isso significa uma tendência à defesa da "igualdade de oportunidades" e democratização do aparelho escolar, mas sem questionamentos mais amplos à estrutura do poder político. Nesse ponto, Poulantzas toca na questão da *meritocracia*, pois esta seria então a forma pequeno-burguesa de se buscar efetivamente justiça social. Para o autor, essa posição ideológica pode assim ser resumida: para essa classe "*não se quebram as 'escadas' pelas quais ela imagina poder elevar-se"* (p. 319, grifos do autor).

d. *fetichismo do poder*: referindo-se a Lênin, Poulantzas cita aqui a tendência de considerar o Estado como uma força neutra e de função de arbitragem entre as classes sociais. Frequentemente, ela passa a encarar o Estado como "seu", concedendo-o uma papel de organizador político legítimo. As formas de reivindicação podem ser expressas por projetos de Estados do bem-estar social ou até mesmo versões bonapartistas e fascistas de Estado "forte".

e. *ultraesquerdismo*: seriam as formas particulares de revolta da nova pequena burguesia caracterizadas pelo culto da violência, desprezo da questão da organização e posições radicalizadas provenientes do individualismo pequeno-burguês.

Na sequência, Poulantzas percorre os mesmos aspectos, mas agora os relacionando à pequena-burguesia tradicional. Em resumo, sua conclusão é a de que o lugar distinto da pequena-burguesia tradicional no tocante às relações de produção (pequena produção, na qual o proprietário é ao mesmo tempo produtor direto, e pequeno comércio) *não leva* a conteúdos ideológicos *essencialmente distintos* daqueles considerados em relação à nova pequena-burguesia. Ou seja, ainda que por caminhos diferentes, os *efeitos pertinentes* seriam semelhantes: "anticapitalismo do status quo", isto é, versões reformistas em razão do apego à propriedade;

reprodução do mito da passarela e da "ascensão individual dos melhores"; fetichismo do poder, que também supõe um Estado neutro e protetor, e propensão a radicalismos individualistas. A diferença mais expressiva ressaltada por Poulantzas é o fato de a pequena-burguesia tradicional está mais associada à reprodução ideológica pelo meio familiar, e não tanto, como para a nova pequena-burguesia, no aparelho escolar.

Com base nesses argumentos, Poulantzas considera que os *traços ideológicos análogos* compensam a diferença em relação à propriedade e à produção capitalista e as tornam, portanto, "conjuntos que dependem" da mesma classe, a pequena-burguesia. Tese, porém, que vem com uma ressalva: essa não seria uma classe no mesmo sentido das classes fundamentais – burguesia e proletariado, pois faltaria a unidade que só a posição econômica traria. Ocorre que, em consonância ao caráter análogo das ideologias, as *posições de classe*, no plano político, também se aproximam. Esse aspecto evidencia-se, para o autor, na ausência de posição política autônoma, pelo menos no longo prazo e desconsideradas algumas situações excepcionais, e no fato de que elas atuam a partir da polarização entre burguesia e proletariado. Esse é, na verdade, seu argumento de fundo da recusa ao termo "classe média". Para Poulantzas, somente haveria dois "caminhos" a serem tomados no longo prazo: o caminho burguês e o proletário. A ideia de "terceiro caminho", subjacente às concepções por ele criticadas de classe média, simplesmente não existiria. A pequena-burguesia nunca seria, segundo essa leitura, a classe dominante. Em conjunturas determinadas, poderia agir como classe reinante. Em caso de dominância política, tratar-se-ia, na verdade, da formação objetiva de uma burguesia de Estado (p. 321-325).

Esse quadro geral estipulado por Poulantzas rendeu comentários, desenvolvimentos e críticas em direções bastante variadas. Como entendemos, neste trabalho, que o problema teórico mais profundo tratado pelo autor é o que apresentamos longamente a partir das "tensões" em Marx, é pertinente discutir as propostas próximas à direção das teses de Poulantzas, ainda que críticas à forma com que o autor as encaminhou. Destacamos, nesse sentido, os trabalhos de J. Milios e G. Economakis (2011), D. Saes (1977 e 1985) e Boito Jr (2004).

A contribuição de Milios e Economakis é mais recente e objetiva proceder a uma "correção" da noção de efeitos pertinentes de Poulantzas, noção que, segundo os autores, seria ainda o mecanismo teórico mais interessante para análises de posições potenciais de classe. A

crítica que levantam dirige-se ao que consideram a insuficiência do esforço de Poulantzas em unir, numa mesma classe, a nova e a tradicional pequena burguesia. Ao forçar tal junção, Poulantzas teria criado um descompasso entre as relações econômicas e ideológicas[379]. Sugerem, portanto, que é possível pensar teoricamente as classes médias num registro particular: "uma totalidade não homogênea de classe das chamadas pequena burguesia tradicional e nova pequena burguesia e da classe que definimos como média burguesia" (2011, p. 58).

Para entender a proposta de Milios e Economakis, é necessário resgatar a discussão sobre os modos de produção. Tal como expomos, a ideia é a de que o modo de produção capitalista (MPC), embora dominante, não é exclusivo em formações sociais capitalistas. A precondição de existência do MPC é o afastamento completo do proprietário legal do trabalho efetivo. Com o seu desenvolvimento, mesmo a função do capital é transferida a assalariados e o proprietário legal se desloca à esfera financeira. O resultado é um quadro de pessoal que *exerce as funções sociais do capital* e está envolvido no exercício do poder capitalista, seja econômico, político ou ideológico. Três funções do capital são, assim, assumidas por assalariados e formam a nova pequena burguesia: a. *extração de mais-valia* por meio da supervisão, comando e controle do processo de produção (técnicos e engenheiros); b. *coesão do poder político* (burocracia estatal, aparato jurídico, militar) e c. *sistematização e disseminação da ideologia* dominante (principalmente, educação).

Mas vários agentes econômicos de formações capitalistas portam relações distintas do MPC, com traços pré-capitalistas. Esse é caso da "produção simples de mercadorias" (PSM), na qual operam artesões e camponeses independentes. É a situação, como nos referimos, em que a função do capital e a função do trabalho ainda não estão dissociadas[380].

Mas, segundo os autores, é preciso pensar teoricamente mais um modo de produção, distinto tanto do MPC quanto da PSM. É o que chamam de "modo de produção híbrido" (MPH). Essa relação social caracterizar-se-ia pelo relativo afastamento do proprietário legal do trabalho

[379] Cabe observar que esse descompasso, ou "contraste", como dizem os autores, pode até ter semelhanças, mas não é a rigor o mesmo argumento das críticas que citamos (como Wood e Lessa), as quais veem em Poulantzas uma definição das classes "pela ideologia". Isto porque Milios e Ecomomakis concordam com aspectos fundamentais da ideia de Poulantzas, por exemplo, o de que quadros técnico-científicos são produtivos, mas ideologicamente distantes do proletariado por também executarem simultaneamente a função do capital.

[380] Esse aspecto retoma a difícil relação entre a produção e circulação simples de mercadorias e o modo de produção capitalista. Ver as referências que fizemos nos capítulos anteriores.

efetivo, mas ainda num grau que não o liberta completamente do trabalho. Ou seja, o volume de capital empregado é maior do que na produção simples de mercadoria, o que o faz contratar permanentemente trabalho alheio, mas num movimento que ainda o mantém parcialmente integrado ao "uso" dos meios de produção. O resultado seria a formação, no MPH, de uma classe assalariado explorada, mas os exploradores, na condição de *pequenos empregadores*, têm relação parcial com o processo de trabalho. É a "média burguesia", segundo Milios e Economakis, a qual se sustenta em parte na estrutura familiar (emprega a própria família), em parte no trabalho assalariado.

A tentativa de traçar teoricamente esses distintos modos de produção explica-se pela necessidade de reconhecer diferenças objetivas de classes e frações que, no caso de Poulantzas, são vistas conjuntamente como "pequeno-burguesas". Na proposta dos autores, são identificadas *três classes intermediárias* em sociedades dominadas pelo MPC: a pequena-burguesia tradicional (PSM), a média burguesia (MPH) e a nova pequena burguesia (MPC). Desse modo, os "efeitos política e ideologicamente pertinentes" são específicos para cada classe. Daí o uso do termo *classes médias*, no plural, para designar um bloco heterogêneo de distintas classes intermediárias. As modificações ao esquema de Poulantzas propostas por Milios e Economakis seguem em três dimensões principais.

Com relação às posições político-ideológicas, os autores consideram as noções de "anticapitalismo do status quo", "aspiração de ascensão social", "fetichismo do poder", etc., como genéricas demais para servirem de elementos agregadores, até porque todos derivadas da ideologia burguesa. Para eliminar esse lado genérico, sugerem que o foco deva ser lançado na forma particular pela qual cada classe relaciona-se com a ideologia burguesa. Destaquemos apenas os pontos mais importantes.

A média burguesia pode apresentar uma posição anticapitalista de aversão às grandes companhias, mas tem um compromisso de classe burguês com o *status quo* na medida em que se opõe aos aumentos dos custos do trabalho, já que parte de sua produção vincula-se à contratação de trabalhadores. O "anticapitalismo" da pequena burguesia tradicional compartilha a aversão ao grande capital monopolista, ou seja, tal como a média burguesia, quer manter sua condição de proprietária de meios de produção, mas, por não contratar força de trabalho, ela tem muito mais

proximidade, em comparação à média burguesia, com lutas sociais em favor da "distribuição de riqueza". O sentimento de "autoexploração" da pequena burguesia tradicional, o fato de serem coagidos indiretamente pelo capital, é um ponto de aproximação importante com o proletariado.

Já no tocante à nova pequena burguesia, sua posição nos quadros técnicos e administrativos das empresas a coloca como defensora do "desenvolvimento da economia", que é, sobretudo, a expansão dessas empresas. Seu "anticapitalismo" também pode gerar uma adesão à "redistribuição de renda", em razão de sua condição assalariada. E, de forma específica se comparada a outras classes intermediárias, a sua existência nos aparelhos de Estado também evoca o aumento de reconhecimento social desses funcionários.

O fundamental, portanto, é que a nova pequena burguesia tem uma relação de *interioridade* com as grandes corporações e os aparelhos estatais, enquanto a média burguesia e a pequena burguesia tradicional têm uma relação de *exterioridade*. Isso repercute na ideologia da ascensão individual para cada classe e mesmo em relação ao fetichismo de Estado. Enquanto a nova pequena burguesia apresente tendências de "democratização" do Estado que possam elevar o reconhecimento de competências e habilidades individuais, as outras duas classes apresentam um apego mais forte a valores tradicionais, especialmente os vinculados à "família".

As outras duas dimensões discutidas por Milios e Economakis referem-se à polarização das classes médias em contextos de crises políticas e à avaliação de Poulantzas de que nenhuma tem projeto político autônomo. Os autores lançam o mesmo raciocínio: a tendência de se aproximar de movimentos proletários ou a adesão a linhas fascistas é distinta em cada grupo e dificilmente poderia ser tomada como uma única classe. Do ponto de vista de projetos políticos estratégicos, a particularidade seria reconhecer que a defesa da propriedade privada por parte da média burguesia e pequena burguesia tradicional, enquanto a nova pequena burguesia tendencialmente se articulou em prol de "capitalismos de Estado".

Enfim, a proposta de Milios e Economakis (2011) é importante, pois desmembra questões que, em Poulantzas, apareciam de forma conjunta. Ao trabalhar com a tese das funções sociais da produção (e a possibilidade de agentes executarem de forma simultânea funções diferentes) e da

existência de outros modos de produção distintos das características essenciais do MPC[381], os autores redefinem as posições político-ideológicas de frações distintas das classes médias, o que permite uma análise concreta mais complexa das relações entre as classes sociais e da proximidade e distanciamento das classes médias em relação ao proletariado. No entanto, percebe-se que o esforço dos autores para a "correção" das teses de Poulantzas é mais precisamente uma defesa da "definição econômica" das classes, ou seja, é uma crítica ao que consideram concepções subjetivistas. Por isso que, para os autores, "*não se pode conceber qualquer definição de classe no nível político e ideológico em contraste com sua definição estrutural no nível econômico"* (p. 73). Embora apesentem uma discussão complexa da relação entre ideologias e posições políticas com as relações econômicas, há ainda uma separação um tanto quanto rígida entre uma classe já existente economicamente e sua "consciência" e organização política[382].

Problematizar essa difícil relação foi um dos objetivos de Saes, cujos trabalhos, desde a década de 1970 até os dias de hoje, tocam em questões centrais para a análise histórica e sociológica das classes médias. Assim como indicamos em outros momentos, Saes enfatizou a particularidade do debate dos anos de 1960 e 1970, marcado pela dificuldade das organizações políticas de esquerda de "decifrar a incógnita" que é a "posição da classe média nas lutas políticas" de então (1977, p. 97) – algo que reaparecerá na situação brasileira contemporânea, como iremos explorar. A esperança de posições progressistas por parte da classe média[383] foi frustrada, em algumas experiências europeias e latino-americanas, pela adesão da classe a movimentos conservadores e antipopulares. Enfim, como temos destacado ao longo deste trabalho, o problema das classes médias sempre esteve intimamente ligado às perspectivas políticas que, em boa parte da literatura, tendeu a afastar essa classe da relação de contradição entre capital e trabalho.

[381] Vela a pena observar novamente que considerar a lógica "essencial" do capital *não implica de modo algum pressupor a viabilidade concreta dessa lógica*, pelo contrário, a análise do objeto indica a impossibilidade de realização do capital enquanto sujeito universal.

[382] Os autores, por exemplo, concordam com a posição por eles citada de Ste. Croix segunda a qual "consciência de classe" e "atividade política comum" não são elementos "necessários" para definição das classes.

[383] O uso de Saes pelo singular "classe média" explica-se por fazer referência somente aos grupos assalariados intelectuais e não à pequena ou à média propriedade, como veremos.

Em "*Classe média e política de classe*" (1977), Saes dialoga com as teses de A. Mayer e, indiretamente, apresenta um contraponto a Poulantzas. O esforço principal de Saes era o de mostrar a insuficiência das teses que uniam ideologicamente numa mesma classe a pequena burguesia tradicional e a classe média assalariada, ou seja, já antecipava o argumento de fundo de Milios e Economakis, mas com uma ênfase especial na ideologia própria da nova classe média, que é, para Saes, formada pelos grupos assalariados intelectuais.

A base objetiva da distinção entre essas classes era igualmente tomada pela relação desigual com a empresa capitalista. Usando os termos de Mayer, Saes indica que a independência da pequena burguesia tradicional (como camponeses, artesãos e pequenos comerciantes) evoca uma *subordinação indireta e externa* desses agentes ao capital comercial e bancário, os quais não controlam o processo de produção, ainda exerçam coerção em "condições externas". A nova classe média, pelo contrário, tem *uma relação de dependência* ao capital, já que a subordinação é *direta* por meio do trabalho assalariado[384].

A tradição marxista tendeu a designar por "classes em transição" o pequeno proprietário, que se vê ameaçado ante o avanço da propriedade capitalista. A reação é, assim, regida por um "apego à propriedade", ou seja, a tentativa de manutenção dessa relação de independência relativa. Na nova classe média a reação é essencialmente distinta, pois não se trata de uma rejeição do trabalho assalariado, mas, no interior do assalariamento, a *rejeição do trabalho manual*. O apego da nova classe média não é, portanto, à propriedade, mas à *ideologia meritocrática.* Nesses termos, para Saes, as noções de trabalho produtivo e improdutivo não são equivalentes da separação entre classe média e classe operária. Seria, então, necessário fazer certa concessão a teorias da estratificação social e resgatar uma ideologia analisada por Bourdieu e Passeron em "*A reprodução*" (1975):

> Na verdade, é preciso conceder algo à sociologia funcionalista norte-americana: o fenômeno da "classe média" é uma questão de estratificação social, mas (e aqui termina a concessão) *a estratificação social sendo aqui entendida como o aspecto da ideologia dominante que reduz a divisão capitalista de trabalho a uma hierarquia do trabalho, correspondente, para empregar a expressão de Bourdieu e Passeron, a uma "escala de dons e méritos"*. Mais claramente: a ideologia dominante apaga da consciência de

[384] Importante observar que os termos são próximos, mas não equivalem em significado ao processo de subsunção formal e real.

> certos trabalhadores improdutivos – aqueles menos diretamente "ligados ao mundo da fábrica" e às tarefas mais claramente manuais – a contradição entre capital e trabalho assalariado, substituindo-a aí pelo sentimento da superioridade do trabalho não-manual com relação ao trabalho manual. Numa perspectiva, a "classe média" *se define como o conjunto dos efeitos políticos reais produzidos sobre certos setores do trabalho assalariado pela ideologia dominante, que apresenta a hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos* (Saes, 1977, p. 99, grifos do autor).

A ideologia meritocrática serviria, principalmente, para evidenciar que o medo da proletarização, embora compartilhado com a pequena burguesia tradicional, é fundamentado, na nova classe média, numa consciência que naturaliza a hierarquia no trabalho por encarar a divisão entre manual e intelectual como resultado legítimo dos esforços, competências e habilidades de cada indivíduo. Os assalariados intelectuais tenderiam a valorizar essa hierarquia, pois ela é a garantia de preservação de uma posição privilegiada a despeito da perda de autonomia e controle decorrente do assalariamento. A pequena burguesia tradicional, ainda que compartilhe uma ideologia derivada do individualismo burguês – a "valorização da mobilidade individual ascendente" – teria sérios obstáculos à valorização meritocrática do trabalho intelectual, já que muitos de seus agentes estão ligados ao trabalho manual. Na verdade, a valorização da mobilidade individual é um traço da ideologia burguesa que pode penetrar em todas as classes e sua eficácia depende justamente da capacidade de o capitalismo promover maiores possibilidades de ascensão. Como afirma Saes, basta que essas possibilidades estejam, em determinada conjuntura, concretamente bloqueadas "para que o individualismo veja reduzido o seu poder de desagregação da solidariedade interna" (p. 100).

Do ponto de vista metodológico, essa posição específica ante o capital e o proletariado faz de classe média "uma noção prática", o que significa, para Saes, a inviabilidade de determinação, "num plano puramente teórico, [de] *quem é* a 'classe média' ". Como se fosse possível, assim, "proceder desde logo a uma descrição exaustiva de todas as categorias profissionais que a compõem, para *depois* se passar ao estudo da prática políticas dessas categorias" (p. 99). Para o autor, é o inverso que permite a caracterização da classe média, ou seja, a partir da análise da prática política de grupos assalariados é que se entende quais estão submetidos à ideologia da hierarquização do trabalho. Foi a partir desse preceito metodológico que seu estudo "*Classe média e sistema político no Brasil*" (1984[1974]) evidenciou que a participação da classe média na cena política, ao longo de diferentes regimes e conjunturas, não é unitária, isto é, não se trata

de um bloco monolítico necessariamente alinhado à classe dominante, mas um agregado de frações politicamente divididas entre classes dominantes distintas e mesmo entre o bloco das classes dominantes e o bloco das classes populares.

A pergunta muitas vezes sugerida – "do lado de quem estão a classe média?" – é uma indagação insuficiente, na leitura de Saes, pois a complexidade das relações entre as classes e o desenvolvimento do capitalismo impede uma resposta a priori da tomada de posição conjunta dessa classe, ainda que se conheçam as características particulares de suas diferentes partes constitutivas[385]. O perigo das leituras que tomam a classe média como bloco homogêneo é, para o autor, condenar "a classe operária ao isolamento político".

Em trabalhos mais recentes, sobre a relação entre classe média e o campo escolar-pedagógico, Saes desenvolve o papel da ideologia meritocrática nas atividades dos docentes e como ela se diferencia de outras ideologias vinculadas à classe dominante. A tese é a de que a análise das práticas políticas e ideológicas dessa categoria profissional a marcam como representantes de classe média.

Vale a pena destacar alguns pontos para enfatizar o conteúdo meritocrático dessa ideologia. Num comentário ao estudo *A reprodução*, Saes (2007) discorre como Bourdieu e Passeron expõem duas ideologias – ideologia da competência adquirida (mérito pessoal) e a ideologia do dom – que operam na atividade docente, mas somente uma, segundo Saes, é específica da classe média, enquanto a outra é um traço característico da classe dominante[386].

Como categoria assalariada não-manual, os professores pertenceriam à classe média, ainda que as situações de trabalho sejam distintas para os cargos caracterizados por um trabalho mais mecânico e competitivo ("professor-repetidor") e para aqueles que têm uma posição mais autônoma, de criação (o "intelectual"). De forma mais ou menos autônoma, o professor reproduz a ideologia de classe média na medida em que é obrigado, para cumprir sua função, a encetar

[385] Há ainda um ponto importante destacado pelo autor em relação ao limite dos textos de Marx que analisam as relações de classe nas conjunturas francesas de 1848 e 1871. Muitos pretenderam tirar daí uma análise geral sobre as "classes intermediárias", mas ao ignorar que o contexto retrata um momento "inicial do processo de expropriação da pequena burguesia tradicional e de novo aparelho urbano de serviços", deixam de analisar as especificidades de grupos assalariados em momentos totalmente distintos do desenvolvimento do capitalismo.

[386] Trata-se, é certo, da leitura de Saes sobre *A reprodução*, que não necessariamente incorpora os conceitos específicos desenvolvidos pelos autores.

práticas pedagógicas que valorizam o trabalho intelectual em detrimento do manual. Ocorre que essas práticas são encobertas pelo discurso do mérito, para o qual a escola é um espaço de reconhecimento dos esforços pessoais. Por conseguinte, "impregnado dessa ideologia, o professor se vê, ele próprio, como detentor de um elevado mérito pessoal, que o credencia para o exercício da profissão docente e como agente de reconhecimento dos méritos pessoais dos alunos" (2007, p. 112).

Mas Bourdieu e Passeron aludem a outra ideologia presente na prática do professor, qual seja, a "ideologia do dom". O traço particular dessa ideologia é explicar a capacidade intelectual de determinado indivíduo como derivada de um atributo natural, intransferível, existente desde seu nascimento. A ideologia do dom acabaria por se associar a certo carisma de professores, que entendem essa qualidade a partir de uma origem "algo obscura", isto é, que não é passível de obtenção a qualquer um.

Ambas as ideologias, segundo Saes, são verificáveis na atividade docente. O professor tende a usar mais a ideologia do mérito pessoal nas suas relações verticais, isto é, com a burocracia educacional e com os alunos, pois assim valoriza (social e financeiramente) sua atividade e pode cobrar o esforço dos estudantes. Nas suas relações horizontais, ou seja, com outros professores e comunidade externa, pode dar maior peso à ideologia do dom, o que aparece como maneira de manter o status profissional – quando, por exemplo, a despeito de eventualmente ser mal pago, justifica sua permanência na profissão por estar naturalmente propenso àquela atividade (uma vocação ou missão).

Contudo – e é esse o ponto que nos interessa – a ideologia meritocrática seria a única propriamente de classe média. Ao apresentar a divisão entre trabalhos manuais e intelectuais a partir dos graus distintos de esforços que cada um dispõe (o que, na teoria do capital humano, poderia ser associado ao "gasto de tempo e recursos" que cada um "investe" em si mesmo[387]), a classe média justifica sua posição na hierarquia do trabalho, já que, como os lugares estariam abertos a todos, somente esse esforço individual explicaria a desigualdade[388] – daí ser o acesso universal à educação uma pré-condição da ideologia meritocrática. A ideologia do dom,

[387] Ver Lopez Ruiz (2004).
[388] Segundo T. H. Marshall (1967, p. 78): "quanto mais se encara a riqueza como prova conclusiva de mérito, mais se inclina a considerar a pobreza como prova de fracasso".

diferentemente, ao enaltecer certas características inatas, tenta justificar a desigualdade social como algo natural, inevitável, independentemente do esforço. Ou melhor, no tocante a certos cargos e posições sociais, o esforço poderia ser até necessário, mas nunca suficiente. Saes recorre aqui à noção de Alain Badiou de "invariante ideológico": a ideologia do dom aparece em classes dominantes de diferentes sociedades e modos de produção, pois busca taxar como fenômeno natural a desigualdade social. O "invariante ideológico" das classes dominadas ao longo da história estaria, por oposição, nas tendências igualitaristas.

Os apontamentos de Saes acerca da relação entre classes e posições ideológicas expõem a fragilidade de concepções que enxergam a classe média como um todo homogêneo – lembrando, mais uma vez, que, para Saes, o conceito de classe média se aplica somente a trabalhadores intelectuais e não é usado no sentido de pequena propriedade. Ainda que existam proximidades (os "efeitos pertinentes" análogos de Poulantzas), a ideologia meritocrática não é sinônimo de ideologia burguesa que valoriza a mobilidade individual ascendente. Porém, algumas questões "de fundo" ainda deixam o debate incompleto, principalmente no tocante à relação desses desenvolvimentos com os críticos de Marx apresentados no primeiro capítulo. Uma síntese, nesse sentido, é feita por Boito Jr. (2004), que elenca três questões polêmicas principais sobre essa forma de lidar com o conceito de classe média, aspectos que já tangenciamos em alguns momentos deste texto. Podemos, aqui, dar a esse problema um tratamento mais sistemático. A essas questões iremos acrescentar alguns comentários e desenvolvimentos próprios e, posteriormente, uma sugestão no sentido de aprimorar a relação entre as situações objetivas de classe e as posições ideológicas.

As três questões levantadas por Boito Jr. podem assim ser resumidas. *A*: se a ideologia meritocrática distingue a classe média do proletariado, não seria essa uma afirmação similar a críticos como Mills e Lockwood, que utilizam o referencial weberiano de status/prestígio, estando, assim, em um problema distinto daquele existente para o marxismo? *B*: a valorização do trabalho intelectual em detrimento do manual não seria apenas uma ideologia burguesa? *C*: tratar-se-ia de uma definição de classe apenas no terreno da ideologia?

A. Sobre a primeira questão, o argumento principal de Boito Jr. é enfatizar que há uma diferença qualitativa quando se explica o processo por meio do conceito de ideologia ao invés do

mecanismo usado pela linhagem weberiana calcado no conceito de prestígio, isto é, na noção de "distribuição desigual de prestígio". Dito de outro modo, o conceito de ideologia meritocrática faz referência ao mesmo fato real identificado pelas teorias de estratificação social, mas num problema teórico distinto. Quando se usa ideologia, supõe-se que a verdadeira origem da desigualdade está oculta, não transparece imediatamente nos valores que os indivíduos podem aceitar e encarar como naturais. Não se trata, portanto, de "falsa consciência", porque a ideologia meritocrática faz alusão a um dado concreto da desigualdade social, mas essa referência é *simultaneamente* mistificadora. Em decorrência, se há, em parte, mistificação é porque essa ideologia colabora para legitimar a posição superior de uma parte dos assalariados, no caso, os trabalhadores intelectuais. Por essa lógica, há obrigatoriamente uma estigmatização e segregação do trabalho manual: "aos méritos dos vencedores correspondem os deméritos dos perdedores" (p. 12).

Uma observação adicional sobre esse primeiro ponto é o fato de que, como outras ideologias, seus valores são sempre afirmados na luta e podem atingir outras classes, mas ela é funcional para a classe média. Individualmente, um trabalhador manual pode agir norteado pelo meritocratismo, mas enquanto ação coletiva, se assim o fizer, estará se resignando à hierarquia social e reproduzindo a naturalização da desigualdade que é do interesse, afinal, daqueles que se beneficiam dessa desigualdade.

Esse aspecto é importante e merece outro comentário, pois é um fator que leva a certos desencontros entre a teoria marxista e abordagens da estratificação social. Desencontro causado por pressupostos metodológicos distintos. Em primeiro lugar, como nos referimos em outro momento, um assalariado ou um proprietário, considerados individualmente, podem interiorizar e defender, a princípio, qualquer ideologia. Quando se passa para a dimensão coletiva, duas mudanças surgem. Quando "somadas" simplesmente essas individualidades, grupos distintos provavelmente irão apresentar tendências diferentes em relação ao predomínio de cada ideologia. E considerado como corpo coletivo que expressa as necessidades de uma categoria específica, e não como simples soma de consciências individuais, algumas ideologias se tornam contraditórias ou disfuncionais e serão, portanto, objetivamente barradas na ação coletiva.

Nesse sentido, é interessante recorrermos a alguns dos argumentos levantados por G. Carchedi (1989) à proposta de pesquisa empírica de Eric Olin Wright já nos fins dos anos de 1980. Wright, que não considerou a teoria marxista incompatível com a lógica científica de outras teorias, buscou fundamentar a análise das classes e da "consciência" em pesquisas empíricas baseadas em questionários. A partir das respostas, era avaliado se a "consciência" do entrevistado estava mais voltada a visões pró-trabalhadores ou pró-capitalistas. É certo que uma pesquisa nesses moldes rende um material valioso para análise, que responde a diversos dilemas teóricos. O que Carchedi questiona é se o método subjacente está realmente na mesma ordem de problema teórico da questão da consciência tal como vista por Marx.

Ao adicionar percepções individuais para se chegar numa consciência de classe padrão, o método que informa a pesquisa é notadamente distinto da abordagem marxista que, embora inevitavelmente também comece pelas partes, só obtém a explicação que considera como válida quando faz justamente o caminho de volta, ou seja, quando toma o todo como princípio explicativo das partes. A análise da consciência ou ideologia, na lógica dialética de Marx, não é uma simples somatória de crenças e valores individuais, mas uma tentativa de compreender formas dominantes, compartilhadas por indivíduos, que, em *situações específicas*, têm o poder de se transformar em *forças sociais*. Isso implica que consciência e ideologia são pensadas *necessariamente* como *processo*. A partir dessa condição específica, como afirma Carchedi, há um limite que impede a análise do processo ser tomada por medidas quantitativas orientadas por noções estáticas ou de uma lógica "micro". Do mesmo modo, do ponto de vista dialético, seria incoerente separar fenômenos sociais por variáveis "dependentes" e "independentes", pois a relação entre esses fenômenos está muito mais na ordem de determinantes e determinados e de como cada fator age sobre os outros.

Na ideia de processo está também contido o caráter contraditório das relações. Uma ideologia é necessariamente um foco de conflito, de tensão e, portanto, precisa ser considerada de forma dinâmica, como um resultado contraditório de determinados processos de desenvolvimento. Um exemplo: um trabalhador pode responder de maneira bastante distinta quando entrevistado isoladamente e em determinada conjuntura política. Do contrário, se responde num ambiente coletivo e em outro contexto político, seria bastante frágil supor que suas respostas serão as mesmas. O que não significa que uma forma seja mais correta que outra, mas

simplesmente que cada uma fornece uma dimensão do processo. Uma ideologia racista, por exemplo, pode ser percebida numa esfera, mas negada e impedida de atuar em outra.

Outro aspecto bastante presente nos impasses do diálogo entre as teorias marxista e da estratificação social é o fato concreto de que um tipo de hierarquia se impõe também em trabalhos manuais, operatórios ou de execução. Wright Mills (1996[1963]), por exemplo, critica análises marxistas que só consideram o "prestígio e a ideologia" quando operam fora do proletariado, o que, para o autor, somente poderia se explicar por uma crença metafísica de que o proletariado é destinado a prevalecer por meio de certa consciência. Contudo, o que aqui se coloca é que a existência dessa divisão "interna" não significa que seu efeito seja o mesmo da divisão concepção/execução ou manual/intelectual. Mais precisamente, não significa que será percebido coletiva e politicamente de forma tão contraditória como outras desigualdades. O que significa que não se trata de crença, mas da identificação objetiva de uma potencialidade que existe em razão do caráter socializado da produção.

B. A segunda questão indaga se a ideologia meritocrática é, apenas, uma ideologia burguesa incorporada pela classe média. A contraposição oferecida por Boito Jr. é a de que embora a ideologia meritocrática parta de uma ideologia burguesa – a que "exalta o trabalho" – ela chega a um resultado específico e particular. A diferença pode ser resumida da seguinte maneira. Há uma ideologia burguesa que mistifica o trabalho em geral, cuja função é justificar a riqueza de uns e a pobreza de outros pela alegação de que os primeiros trabalharam muito mais do que os segundos[389]. Aqui, poderíamos acrescentar, a constituição de um "ascetismo laico" no trabalho, ao qual se refere Weber, explica parte desse conteúdo ideológico. A ideologia

[389] Entre tantos exemplos, vejamos um caso emblemático da ideologia da exaltação do trabalho que funciona como meio de justificar a desigualdade socioeconômica: "Sempre quando vejo alguém marchar contra o "capitalismo", pergunto honestamente se os manifestantes conhecem um "capitalista" de verdade. A pergunta pode parecer ingênua. Não é, leitores. Marx escreveu abundantemente sobre a situação do proletariado no século 19 e, no entanto, o conhecimento real de Marx sobre as classes trabalhadoras era mínimo, para não dizer nulo. O mesmo no século 21. Os manifestantes marcham contra o "capitalismo" e acreditam na imagem caricatural do capitalista, sentado sobre as costas do trabalhador e bebendo o suor deste com maléfico prazer. Eis o clichê das passeatas primitivas: as massas trabalham; o capitalista vive do trabalho alheio, de preferência brandindo o chicote. Nada mais longe da verdade. Conheço vários capitalistas com certo grau de intimidade. E em nenhum momento invejo ou critico a vida dessa gente. Acordam a horas impróprias. Deitam-se a horas obscenas. São os primeiros a chegar à empresa e, normalmente, os últimos a partir. Envelhecem prematuramente. E, envelhecidos, lamentam o tempo que perderam em reuniões inúteis, viagens inúteis e contatos com inúteis. O coração começa a ceder a partir dos 40. O primeiro infarto vem aos 45. A vida familiar é uma piada (de mau gosto). (...) O ódio a [um capitalista bem-sucedido, como] Bill Gates se explica com uma palavra bem arcaica e bem humana: inveja" (João Pereira Coutinho, "Capitalista sofre, camaradas", *Folha de São Paulo*, 01/07/2008).

meritocrática evidentemente parte dessa moralização do trabalho e é uma forma de individualismo, mas para produzir uma variante que não valoriza *qualquer* tipo trabalho, mas aquele de tipo intelectual. Algo análogo ao que ocorre com a pequena burguesia tradicional, que também parte da ideologia burguesa para justificar a propriedade, mas não acha legítimo que a propriedade seja grande a ponto de ameaçá-la.

É certo que a ideologia burguesa da exaltação do trabalho, que valoriza de forma genérica o "esforço" de qualquer um que trabalha "duro", também faz uso da noção de mérito individual, mas para propagar a ideia geral de possibilidade de ascensão social justamente em razão de esforço. A ideologia meritocrática em questão desenvolve a pretensão de ascensão na escala social *naturalizando* a divisão do trabalho e *valorizando* o trabalho intelectual. Daí ser comum à classe média *poder* encarar com naturalidade um tempo de estudo prolongado preparatório para o trabalho intelectual[390].

Vale a pena notar, nesse momento, que a questão de fundo, anterior à diferenciação entre uma ideologia burguesa e uma ideologia de classe média, é o caráter da vinculação da classe média com o modo de produção capitalista, ou seja, é necessário visualizar a participação específica da classe média nas relações de produção capitalistas. Para que esse aspecto fique claro, um bom exercício é retomar alguns elementos da teoria das classes de E. Olin Wright.

Vimos que a teoria de Wright, após a assimilação da noção de exploração de Roemer, identifica a nova classe média nos grupos assalariados que se encontram numa "situação privilegiada" ante outros assalariados. Situação que é caracterizada pela autoridade que possuem nas decisões organizacionais e pelo fato de também possuírem credencias de qualificação e especialização escassas. Em síntese, poder-se-ia afirmar que embora sejam, de algum modo, explorados no capitalismo (por não terem propriedade), seriam exploradores no tocante à organização do trabalho, o que os colocaria como classe dominante se uma formação social eliminasse a propriedade privada e a acumulação de capital via mercado.

[390] Poulantzas (1978, p. 319) destaca que, nesse sentido, há uma forte relação entre a meritocracia e a luta de classe média por "justiça social", ou seja, quando lutam pela "democratização" da educação, assim o fazem a partir do entendimento de que, com "igualdade de oportunidades", os melhores se irão se destacar de forma justa. Saes (2007) evidencia como a instituição educacional pública – que tem uma ação diferenciadora de indivíduos simultaneamente à ideologia igualitária – contempla os interesses da classe média. E novamente tocamos no ponto desenvolvido Bourdieu e Passeron (1975) que detalha o mecanismo da naturalização da desigualdade por meio do aparelho educacional, na medida em que este oculta o "capital cultural" anterior das classes "superiores e médias".

Consequentemente, a proposta de Wright, no plano da análise político-ideológica, possui um ponto em comum com o núcleo das abordagens comentadas até aqui, que relacionam a classe média à ideologia meritocrática. Porém, esse ponto de encontro não anula o fato de que a compreensão de *capital e capitalismo*, por Wright, é notadamente distinta daquela que informa as outras análises. Vejamos o que isso significa.

Para Wright (1989a.), num contexto hipotético de estagnação duradoura e crise da hegemonia capitalista, seria possível pensar numa aliança de boa parte dos grupos assalariados em prol de um projeto socialista. Contudo, diferentemente do que consideram alguns autores – nesse momento, seu diálogo crítico é com Peter Meiksins, (1989) – esse projeto socialista comum não elimina o fato de que os agentes irão manter visões profundamente conflitantes de sociedade. Para a classe média, uma luta socialista seria baseada, essencialmente, ainda em termos burgueses (liberdades civis, eleições, etc) e num provável apoio à substituição do capital privado pelo controle estatal dos meios de produção, mas que não atingisse as hierarquias e meritocracias na produção. A classe trabalhadora (*working class*), pelo contrário, seria aquela que pode entrar numa luta socialista que seja ao mesmo profundamente antimeritocrática e anti-hierárquica. Uma visão de sociedade, portanto, em favor da radical participação democrática *na* produção, e a ordem meritocrática seria combatida em nome de um controle popular sobre os recursos de treinamento e certificação das qualificações especializadas. As lutas de uma sociedade desprovida de propriedade privada, mas com controle estatal, girariam em torno das hierarquias e meritocracias[391].

Vemos, então, que por mecanismos distintos – autoridade, qualificação e especialização – Wright apresenta um efeito político-ideológico semelhante ao que os autores até aqui, mais concentrados na divisão manual/intelectual, apontam como característica da classe média assalariada, a saber, a defesa dessa classe de uma organização que mantenha as hierarquias na produção. Mas, e esse é o ponto que os distanciam, a problema teórico de Wright baseia-se em *tipos de exploração* que são *externos ou independentes*, até certo ponto, aos modos de produção. Isso não significa, como o próprio Wright observa, que uma sociedade capitalista não use *a seu modo* uma exploração baseada em qualificações escassas (p. 195). Mas os tipos de exploração

[391] Importante observar que a noção de meritocracia não é exatamente a mesma dos autores aqui citados, os quais a colocam muito mais em termos de ideologia referenciada à divisão entre trabalho manual e intelectual. No entanto, as conclusões, nesse ponto, são próximas.

(pelo controle da propriedade, da organização/autoridade da produção e das qualificações/credenciais escassas) teriam validade própria antes ou depois do "capitalismo".

Qual é o conceito, portanto, de exploração capitalista de Wright? A exploração capitalista, nesses termos, passa a ser apenas *uma das formas possíveis* pelas quais os tipos de exploração acima mencionados podem se concretizar. Assim, a "exploração capitalista" cessaria na medida em que o controle privado dos meios de produção fosse eliminado, ou seja, uma sociedade em que "os meios de produção não possam ser vendidos no mercado e que indivíduos não possam acumular capital" (p. 200). Para Wright, se essas condições não estão presentes, a forma de exploração não pode ser reduzida à exploração capitalista, que necessariamente viria na forma de pagamentos de lucros ao capitalista.

Aqui chegamos à razão de fazermos essas referências a Wright: há uma importante diferença entre, de um lado, supor uma ideologia meritocrática *autônoma*, própria de uma classe independente e que subsistirá à derrocada do "capitalismo" e, de outro, mostrar que se trata de uma ideologia particular mas que é derivada da produção capitalista e que, se ela permanecer, significa que também permanecerá uma relação capitalista de exploração.

Neste trabalho, usamos diversas vezes a noção de organização, mas de forma distinta, voltada ao sentido que a ela concede J. Bidet, por não considerarmos ser possível, a partir da ênfase nas especificidades da exploração interna à organização do trabalho, estipular que a relação capitalista se limita à forma "privada" e com mercados formalmente livres. Voltamos, na verdade, à relação entre a forma mercadoria e o capital, a qual nos referimos em diferente momentos anteriormente. A partir dela, passamos a indagar em que condições se relacionam a exploração capitalista e a forma mercantil. E, ao mesmo tempo, chegamos aqui num problema que evidentemente ultrapassa os limites deste trabalho, até porque resvala no difícil debate em torno do caráter das sociedades que, no século XX, vivenciaram revoluções socialistas. Iremos, portanto, apenas indicar alguns aspectos desse problema na medida em que se relacionam diretamente com nossa discussão.

Nas diversas tradições do marxismo, é notório que esse foi um dos principais aspectos de disputa política e teórica, já que implicava na definição do caráter do Estado e do modo de produção de sociedades que passaram por revoluções socialistas, especialmente a respeito do

Estado e da sociedade soviéticos. De forma muito sintética e sem a pretensão de enquadrar rigidamente autores em cada uma[392], as explicações apresentaram uma tendência mais visível entre aquelas que priorizavam o fim jurídico da propriedade privada e a substituição do mercado pelo plano como organizador das relações econômicas – e, portanto, a noção de capital/capitalismo era mais "restrita" – e aquelas que enfatizavam a permanência das relações de produção capitalistas independentemente da forma jurídica ou de distribuição da produção social – portanto, que entendiam o capital/capitalismo de maneira mais ampla, como uma relação social de produção que se exterioriza em diversos formatos[393].

Importantes argumentos foram levantados pela primeira interpretação. Um deles é a de que a nacionalização e a estatização dos meios de produção de fato *suspendem* (para usar uma das possíveis traduções da noção de *Aufhebung*) a validade jurídica da propriedade privada. Ainda que durante certo período se trate de uma suspensão unicamente jurídica, essa mudança das "relações de propriedade" repercute no modo de produção, pois deixa de haver, por exemplo, transferência familiar/hereditária entre proprietários e regulação de preços via mercado. A ideia de fundo é de que o capitalismo é uma unidade entre o *conteúdo* (relações de exploração) e uma *forma* (forma valor), ou seja, uma exploração do "sobretrabalho" que se efetiva necessariamente na forma mercantil, por meio da mais-valia. E vimos claramente (início capítulo 3) que Marx indica o imperativo de "produção para o mercado" como um dos pilares do modo de produção capitalista.

Assim, enfatiza-se o fato de que a apropriação do excedente obedece a mecanismos (com fortes repercussões políticas) bastante distintos em relação à forma de "livre mercado" no capitalismo. A própria "liberdade" em vender força de trabalho, em caso de controle dos empregos pelo Estado, é diferente daquela limitação imposta pelo mercado. Seria uma modificação suficiente para alterar a forma de extração do excedente que, no capitalismo, é "puramente" econômica. As formas de extração em sociedades, como a soviética, dependeriam de métodos "extra-econômicos", como em modos de produção pré-capitalistas[394]. Daí que boa

[392] Um panorama das diversas interpretações sobre o caso soviético pode ser visto em Haddad (1992).
[393] Usamos capital/capitalismo, pois nem sempre os termos são entendidos como correspondentes. Para Mészáros (2001), por exemplo, pode haver capital sem capitalismo, que seria o caso da URSS, em que o capitalismo foi derrubado, mas não o "sistema metabólico do capital", caracterizado pelo tripé "capital, trabalho e Estado".
[394] A interpretação de Haddad (1992) é a de que, no caso do sistema soviético, tratar-se-ia de uma forma específica de acumulação primitiva de capital em sociedades asiáticas que transitavam de um modo de produção que lhes seria

parte desses argumentos se direcione ao problema do corpo burocrático e de como instituições políticas deformadas barram o desenvolvimento das relações socialistas ou comunistas.

A segunda interpretação, por sua vez, enfatizou o conteúdo em detrimento da forma, isto é, buscou explicar as mudanças de propriedade e distribuição ainda sob o comando do modo de produção capitalista. Consequentemente, foi suposto que a lei do valor preserva-se sob outras bases e que, a despeito da planificação, houve permanência de elementos mercantis. A avaliação de Turchetto (2006 [1978]) chegou até a minimizar a forma mercantil. Para a autora, o equívoco das abordagens acima seria o de reduzir a relação de produção capitalista a relações de troca. A troca mercantil, de fato, oculta a relação de exploração do capital ao apresentar relações sociais por meio de coisas. Mas essa troca seria apenas uma manifestação (fenomênica) da subsunção do trabalho ao capital. No modo de produção capitalista, os produtores diretos são tendencialmente expropriados objetiva e subjetivamente. Objetivamente, porque a ausência de propriedade os força a vender força de trabalho no mercado. Daí a imbricação entre as relações de produção e o as formas de circulação, no caso, o mercado. Mas existe, em paralelo, uma expropriação "subjetiva" que retira gradualmente dos produtores o controle e conhecimento sobre a produção, que se tornam potências do capital. Consequentemente, as forças produtivas materializam as relações de produção capitalistas e preservam a divisão técnica do trabalho.

Dessa maneira, ainda que exista uma substituição do mercado pela planificação como mecanismo "oficial" de circulação e distribuição social, a *valorização* do capital, por meio de seu aparato técnico, permanece ditando a produção mesmo em sociedades que tenham eliminado juridicamente a propriedade privada dos meios de produção. E essas abordagens não deixaram de apontar a permanência de relações mercantis (por meio do salário, moeda, e do próprio valor), mas, mais importante, indicavam o aprofundamento da divisão técnica do trabalho – introdução do taylorismo, a obediência completa ao "diretor da fábrica", a intensificação do trabalho, etc. – como forma de identificar o caráter capitalista dessas sociedades. A "competição" desses países com o bloco capitalista ocidental, no intuito de provar que uma sociedade socialista é tecnicamente superior e desenvolve mais intensamente as forças produtivas, foi feita pelo aprofundamento de técnicas capitalistas ao processo de trabalho. O conceito de "capitalismo de

próprio ao modo de produção capitalista. A diferença entre esse caso e a acumulação primitiva "tradicional" é que, no caso soviético, o processo foi anti-imperialista e "anticapitalista".

Estado" foi usado por autores que se identificavam com essa posição, como C. Bettelheim (1976).

Está muito distante de nossos objetivos discutir aqui os limites e avanços de cada interpretação, ainda que tenhamos mais proximidade com a segunda linha de interpretação. Fazemos essa referência unicamente porque ela contribui para o entendimento da relação das classes médias, e suas ideologias potenciais, com o capital. Mas que tipo de contribuição?

Vimos que Wright expõe a nova classe média como uma classe assentada numa exploração específica de ativos que, embora possa (e é) utilizada pelos capitalistas, se trata de uma exploração particular, não redutível à exploração capitalista. E essa escolha explica-se, no esquema de Wright, principalmente em razão de sua recusa da teoria do valor. A ideia de que há geração de valor a partir do uso da força de trabalho, por uns, e apropriação, por outros, é vista, por Wright, como *desnecessária* – nem tanto quanto Roemer, que a considera profundamente equivocada. Ou seja, há exploração de ativos e recursos por meios totalmente alheios à valorização do capital.

Ora, as análises que apontam a planificação e a estatização da economia como superações do capitalismo e que simultaneamente identificam elementos de "produção socialista" acabam por também reduzir teoricamente o significado das relações capitalistas de produção. Por conseguinte, a permanência das classes também acaba por ser, nessas avaliações, explicada por motivos outros que *não pela preservação* da dominância de relações de produção capitalistas[395].

Seguimos uma direção distinta. A continuidade da exploração em economias estatizadas é sinal da reprodução contínua de relações de produção capitalistas. A existência potencial de ideologias que visam a justificação da meritocracia e das hierarquias no trabalho depende do movimento de valorização do capital, que só se efetiva (isto é, se valoriza) quando cria as

[395] No caso da URSS, o argumento segundo o qual a existência de classes se explica por se tratar de um modo de produção híbrido, em transição ou porque a produção socialista é feita em junção à capitalista não nos parece forte o suficiente por dois motivos. Em primeiro lugar, como relatado em diversas pesquisas, é muito difícil mostrar em que situação houve o surgimento de relações "socialistas" de produção, isto é, relações nas quais os produtores tivessem efetivamente controle do processo. Em segundo lugar, a transição capitalismo/comunismo tem características específicas em relação à transição feudalismo/capitalismo, na medida em que a produção capitalista não pode simplesmente coexistir com relações de produção igualitárias sem que as transforme. Este último argumento encontra-se desenvolvido em Turchetto (2005).

hierarquias e enaltece o mérito de certos grupos de trabalhadores superiores. O imperativo da valorização do valor permanece válido a despeito da diminuição de importância das trocas mercantis e da acumulação privada. Não só válido, como expresso materialmente nas forças produtivas que reproduzem a divisão técnica do trabalho (concepção/execução; manual/intelectual). Nos termos que temos usado, as funções sociais do capital e do trabalho efetivo permanecem como os elementos dinâmicos e, ao mesmo tempo, contraditórios da produção social.

Essa posição igualmente reforça nosso argumento segundo o qual a relação entre as classes sociais e as funções que sustentam o capital é complexa e tende a modificações profundas em razão do próprio desenvolvimento capitalista. No caso da burguesia, como vimos, ela já executou trabalho produtivo; com o aumento da produção, dirigiu-se unicamente à função do capital e, posteriormente, tende cada vez mais a se concentrar na esfera financeira. Por certo, uma revolução que destrone e desorganize os proprietários privados dos meios de produção repercutirá fortemente nessa noção tradicional de burguesia, sem que, de maneira alguma, isso significa a inexistência do capital enquanto relação social.

Estando os trabalhadores diretos separados dos meios de produção e a acumulação e a organização das unidades produtivas estando a cargo de indivíduos específicos em instituições estatais, torne-se possível, para alguns autores, se referir, nesses casos, a uma burguesia de Estado[396]. Outros optam pela noção de "gestores", como Bernardo (1977), ou fazem menção a uma nova burocracia. Independentemente da opção terminológica, o que importa é notar que essa classe dominante existe em razão da reprodução do capital, ou seja, ainda que possa estar inserida no corpo burocrático estatal, ela tem vinculação direta com o processo produtivo, por meio do controle dos recursos necessários à produção e da reprodução da divisão técnica do trabalho. Enfim, assim como o próprio capitalismo nas regras do "mercado" já apresenta uma modificação substancial interna à burguesia, a variação estatizada provocaria uma transformação adicional aos

[396] Ou, segundo Bettelheim (1976, p. 49), burguesia burocrática de Estado. Para Márcio Naves, cujo comentário é relativo à União Soviética: "para que se forme essa nova burguesia [de Estado], é indiferente a sua origem. De fato, parte dela é composta por antigos membros da burguesia 'privada' e de engenheiros, técnicos e administradores que são chamados para dirigir as empresas 'nacionalizadas', mas ela é igualmente composta por antigos operários e quadros do partido. *O que importa, evidentemente, é a função que eles exercem nos aparelhos e diretamente no processo produtivo*. Assim, compõem essa burguesia todos os agentes que participam do processo de valorização do valor, exercendo a sua ditadura de classe sobre o proletariado e as massas camponesas" (2005, p. 62).

agentes do capital (o que inclui, é certo, a classe média assalariada) sem afetar as relações de produção capitalista[397].

Em suma, a relação entre a ideologia burguesa em geral e a ideologia meritocrática da classe média aponta para vários outras questões que, aqui, só nos foi possível tangenciar. Se mesmo assim abrimos essas questões, sem ter a pretensão de fechá-las, é porque elas revelam a importância em identificar uma ideologia meritocrática que, ao buscar naturalizar a divisão técnica do trabalho, *pode* aderir a posições críticas a *certo capitalismo,* mas *não pode*, enquanto classe, aderir a um igualitarismo que revolucione as relações de produção capitalistas.

C. A terceira questão, que indaga se a relação entre classe média e meritocracia acaba por constituir uma definição de classe no terreno da ideologia, retoma vários aspectos que já discutimos ao longo deste capítulo e, principalmente, na questão acima. Apresentamos a resposta encaminhada por Boito Jr. para, depois, sugerir um desenvolvimento possível.

Para o autor, as classes sociais se formam, enquanto forças coletivas e ativas na luta social, a partir de uma combinação da economia, política e ideologia, sendo equivocado, portanto, reduzi-las a um desses fatores. O fato é que a situação de trabalho daqueles considerados como classe média varia amplamente. A socialização do trabalho, as qualificações, a autonomia, etc. são díspares, por exemplo, para um empregado de comércio varejista, um professor universitário e um trabalhador de escritório. Muitos podem estar imersos num emprego de baixa remuneração e que exige apenas tarefas simplificadas e repetitivas. Porém, essas atividades são percebidas socialmente por meio de símbolos e contextos típicos de trabalho intelectual, percepção que é construída sempre em oposição ao trabalho manual (das fábricas, agricultura, construção civil e serviços). A consequência é que, embora fragilizada, a adesão à ideologia meritocrática, em determinadas conjunturas, é uma opção em potencial ao trabalho intelectual, que pode lutar por melhorias no trabalho justamente por não querer *cair ou se equiparar* à condição de proletário, usando a condição proletária de forma a justificar a

[397] Mesmo certos usos do conceito de burocracia podem ocultar esse problema: a noção de uma burocracia parasitária que tira proveito da "produção socialista" ignora que a produção e a técnica usada não são neutras e se existem classes é porque as relações de produção permitem sua reprodução. Em outras palavras, a burocracia pode até lançar mão de meios de coerção extra-econômicos, mas em uma economia estatizada a coerção *não deixa de ser econômica, isto é, enraizada no próprio processo de trabalho.*

necessidade de valorização de sua posição, portanto, aceitando essa condição proletária como natural a certo trabalho[398].

A atração ou repulsão entre as classes não eliminaria a existência potencial do meritocratismo como forma de divisão entre trabalhadores. Por essa razão que, para Boito Jr., trata-se de pensar a classe como algo que parte da esfera econômica, mas que, ao transcendê-la, realiza e transforma potencialidades dessa esfera. Algumas situações de trabalho apresentam condições muito mais amplas para uma luta em união com o proletariado, enquanto outras afastam essa possibilidade. O fato é que "não há um limite objetivo, rigoroso e fixo que separaria, no nível do processo e da situação de trabalho, a situação de classe média da situação operária" (p. 17).

Essa ausência de fronteiras fixas parece-nos ser a questão mais importante para pensar a configuração contemporânea das relações de classe e impõe um limite também às pretensões quantitativistas de *mensurar* a nova classe média (e, consequentemente, o proletariado).

4.3. Trabalho intelectual, classes médias e a reorganização capitalista da produção

Os debates contemporâneos sobre as classes médias ainda respondem essencialmente às consequências da reorganização capitalista que adveio como resposta à crise dos anos de 1970, que abalou a economia e modelos político-sociais dos principais países capitalistas e, consequentemente, de outros países periféricos.

Nossa intenção, nesse momento, longe de ser uma explanação dos seus motivos e causas mais profundas, está concentrada em consequências do ponto de vista político-social, isto é, pretendemos tão somente apontar como algumas características dos projetos hegemônicos, aplicados no sentido de contornar os problemas da crise, repercutiram nas classes médias.

A crise dos anos de 1970 foi expressa num conjunto de manifestações: no decréscimo acentuado, em países centrais, das taxas de crescimento com alta da inflação (estagflação), nas

[398] Por exemplo, movimentos grevistas de classe média costumam usar como argumento o fato de que seus salários são tão desvalorizados que se comparam a categorias de trabalhadores manuais (Boito Jr, 2004). Mas cabe uma observação importante: em movimentos docentes, em particular, há comparações entre os professores e os trabalhadores "técnicos", o que deixa claro que a divisão aqui não é apenas entre manual/intelectual, mas também entre execução/concepção.

altas dos preços do petróleo que ameaçaram o padrão energético da indústria mundial, na queda da lucratividade de grandes empresas e na quebra do padrão estabelecido pelos acordos de *Bretton Woods* sobre as trocas financeiras internacionais. Esta quebra deveu-se ao cancelamento unilateral dos EUA da conversibilidade direta do dólar em ouro, em 1971, e na brutal elevação da taxa de juros estadunidense, em 1979, que deu fim a um padrão de financiamento externo e levou à crise fiscal diversas economias, como a dos países latino-americanos. O período também foi marcado por lutas sociais importantes que tocavam em diversas questões relacionadas à dominação econômica e cultural do capitalismo e do imperialismo.

Duménil e Lévy (2004) indicam que esse momento foi também o de inversão da tendência de diminuição da desigualdade entre estratos de renda que era verificada, nos países centrais, desde o fim da II Guerra Mundial. Nos EUA, o período entre a crise de 29 até meados dos anos de 1940, o estrato referente ao 1% mais rico das famílias detinha 16% do total da renda. Finda a guerra, com as políticas de reconstrução e crescimento ordenadas pelos que ficou conhecido como "compromisso keynesiano"[399], até o começo da década de 1980, esse índice decresceu para 8%. Seria possível, para os autores, associar esse quadro de diminuição da desigualdade ao modelo de produção no qual os quadros administrativos (nas empresas e no Estado) eram mais autônomos (podiam reinvestir porcentagens maiores dos lucros, por exemplo) em relação à necessidade de remuneração dos setores financeiros que eram os proprietários do capital.

Qual foi, portanto, o significado político-econômico do neoliberalismo? Em razão da crise de lucratividade, da diminuição da desigualdade de renda (mas com simultânea ampliação de protestos sociais em razão da polarizada conjuntura internacional) e dos obstáculos à maior participação das finanças, o neoliberalismo foi, sobretudo, um projeto *político* que carregava um objetivo *econômico* bem determinado: restabelecimento do poder e da renda das classes proprietárias dos meios de produção. Os dados relativos aos EUA fornecem algumas pistas que

[399] Bihr (1999) usa a expressão "compromisso fordista", para fazer referência a um modelo social em que importantes reivindicações dos trabalhadores eram garantidas pelo Estado que, num contexto geopolítico favorável aos trabalhos, eram admitidas pelos capitais (como a diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, seguro desemprego, sistemas públicos de saúde, educação, aposentadoria etc.) em contrapartida da aceitação, pelos trabalhadores, da disciplina fabril taylorista da produção e da preservação da propriedade privada. Porém, dificilmente poder-se-ia supor uma classe trabalhadora homogênea. As diferenças internas sempre persistiram, principalmente pela reprodução das desigualdades étnicas, de gênero e entre trabalhadores nativos e imigrantes.

comprovam seu êxito, na medida em que, por exemplo, o 1% mais rico retomou os níveis pré-guerra na participação da renda total.

O neoliberalismo foi, então, a resposta política do capital para recompor o poder econômico das classes dominantes. As principais políticas econômicas adotadas levaram principalmente a: ajustes fiscais que diminuíram a inflação e aumentaram as taxas reais de juros, programas de abertura comercial e financeira, redefinição da atividade reguladora do Estado na economia e nas relações de trabalho (políticas que visaram a "flexibilização"); programas de privatização de empresas públicas de produção ou de serviços públicos.

O que gostaríamos aqui de focar é como esse processo se aliou a outra dimensão da resposta do capital à crise: a reestruturação produtiva nas empresas. Basicamente, segundo Antunes (2006), essa reestruturação foi marcada pela gradual introdução de técnicas de produção e organização do trabalho de origem japonesa (toyotismo) nas plantas produtivas de diversos setores. Isso não significou o simples fim do aparato taylor-fordista, mas representou um modificação importante, pois o ideário da "flexibilidade" e da "qualidade total" com baixos estoques e diminuição de custos começou a quebrar o formato tradicional de empresa verticalizada. O objetivo foi o de construir uma "empresa enxuta" que pudesse, a partir das crescentes inovações tecnológicas, principalmente de base microeletrônica, produzir o máximo possível, na maior variedade possível, com o menor número de trabalhadores. Tratou-se, portanto, de um processo ambicioso de intensificação do trabalho com vistas à recuperação das taxas de lucro[400].

Do ponto de vista das funções, é interessante notar que uma das características mais importantes da reestruturação produtiva é promover mudanças nas atividades de trabalhadores por supostamente conceder-lhes mais "responsabilidade" e "autonomia". O que se busca, contudo, é a *diminuição dos custos com o trabalho improdutivo de supervisão e controle*, que se trata, como vimos, da *função do capital*[401]. A tentativa é a de dissolver categorias especiais de trabalhadores que apenas eram atrelados ao controle e vigilância do trabalho alheio e fazer com

[400] Fazemos aqui um resumo muito grande de um tema extenso e repleto de conflitos. Para um aprofundamento das principais características, consequências e resistências à reestruturação produtiva, consultar Gounet (1999), Birh (1999), Antunes (2006), etc.

[401] É evidente que, ao ser forçado a cumprir "autonomamente" algumas funções do capital quando executa a função do trabalho, um trabalhador do chão de fábrica não se torna, por essa razão, de "classe média"!

que a vigilância seja interiorizada pelos próprios trabalhadores produtivos. Daí que a divisão em células de produção ou "times" e "equipes" seja feita de modo a incentivar a cobrança mútua entre trabalhadores. As recompensas materiais ou simbólicas também passam a ser atreladas ao sucesso ou fracasso das equipes[402].

Manuais de criadores e desenvolvedores de técnicas de gestão "toyotistas" deixam claro que o elemento diferenciador desses modelos não foi a introdução de novas tecnologias, mas sim a eliminação a todo custo de qualquer atividade "improdutiva" que aumenta os custos em geral[403].

A tentativa, ainda que incompleta e em diversos graus, de eliminação dos "suboficiais que comandam em nome do capital" (Marx) responde a um projeto mais ambicioso, qual seja, fazer com o trabalhador produtivo crie a maior quantidade de valor num contexto de aparente autonomia e harmonia, em que se economizem os gastos improdutivos com vigilância e controle externo. Contudo, o desenvolvimento cada vez mais intenso e sofisticado de sistemas de controle mostra o caráter utópico desse projeto.

A reorganização produtiva cumpriu o papel de conteúdo material das modificações necessárias à busca de hegemonia pelas finanças no capitalismo mundializado. Como apontam Duménil e Lévy (2004), tratou-se de novas formas de gestão orientadas principalmente pelo aumento da distribuição de dividendos para os acionistas. Num contexto de aumento da concorrência internacional e necessidade de diminuição de custos, isso significou uma perda de

[402] Outra forma de aumentar o comprometimento do trabalhador com a empresa é potencializar uma estratégia tradicional: a contratação de novos trabalhadores a partir de indicações feitas pelos já contratados. O objetivo é tornar o trabalhador não apenas submetido aos valores e regras da empresa, mas também às relações pessoais e de favor que foram necessárias para sua contratação. Cobra-se responsabilidade não apenas pelo emprego em si, mas por ele ter sido oferecido por um familiar ou amigo próximo. O comportamento do novo contratado passa a afetar, assim, aquele que o indicou, criando um controle explícito ou tácito entre os trabalhadores.

[403] Ver S. Shingo (1989). Para o autor, desenvolvedor e divulgador de técnicas "toyotistas" e seguidor de T. Ohno, a maioria das pessoas imagina que o sistema Toyota de produção se resume ao sistema *kanban* ou a um sistema específico de "produção". Segundo Shingo, poucos entendem a seu verdadeira essência: "um sistema para a eliminação absoluta de desperdício" (p. 67). Ainda para o autor, o sucesso de empresas japoneses se deve, sobretudo, à "lealdade do empregado japonês à sua empresa" e à relação não conflitiva entre "trabalho e gerenciamento", o que se cria com emprego vitalício e sindicato único atrelado à empresa. Mas, como mostrou Chesnais, mesmo no Japão a terceirização foi aplicada fortemente para reduzir o número de empregados vitalícios, criando zonas precárias para amortecer impactos das crises. E foi essa diferenciação entre condições de trabalho (sem a garantia, contudo, de emprego vitalício no núcleo) é o que despertou o interesse das empresas ocidentais, que passaram a copiar tal modelo sob o lema de "flexibilizar" a produção.

autonomia dos quadros gerenciais em relação aos acionistas, o que comprimiu e repercutiu em todos os setores das empresas, tanto na parte produtiva quanto na parte administrativa.

É a esse ponto, portanto, que queríamos chegar: a busca de recomposição das taxas de lucro e de poder dos proprietários concentrados nas finanças levou a uma reorganização do trabalho produtivo e administrativo que *acentuou a divisão entre concepção e execução e entre o trabalho manual e intelectual, a despeito das promessas de maior autonomia e participação dos trabalhadores.*

O modelo de empresas atual é notadamente distinto da tradicional empresa verticalizada fordista. Valendo-se das tecnologias da informação, os núcleos gerenciais, de concepção e direção, se dissociam fisicamente de áreas operacionais *sem, contudo, perder a capacidade de controle*. Pelo contrário, têm a capacidade de até mesmo aumentar e intensificar esse controle[404].

Originalmente, desde as experiências japonesas ainda na década de 1950, isso levou a constituição de redes extensas de subcontratação e terceirização, que criavam situações distintas em relação às condições de trabalho, remuneração e ação sindical entre os trabalhadores. Com a introdução desses formatos em escala mundial, presenciou-se um movimento em que núcleos de grandes empresas transnacionais eram mantidos nos países de origem e toda a produção física era externalizada para outras regiões nas quais era possível encontrar menores custos com força de trabalho e uma menor resistência sindical. Mas a terceirização não ficou restrita à produção física[405]. Diversas outras áreas administrativas são passíveis de transferência a terceirizadas, o que significou também uma mudança substancial nos "trabalhos de escritório". A automação que atingiu o trabalho manual na produção também se espalhou por outras áreas. As tecnologias da informação e o desenvolvimento de softwares também são aplicados à "gestão de processos e pessoas", o que provoca modificações em atividades de trabalho muito distintas entre si.

Nesse processo, outro importante aspecto foi que a desmembração das unidades de produção em certos setores, aliada ao reformas neoliberais que incentivam relações de trabalho e

[404] É certo que há diferenças importantes desse formato quando se compara a produção material clássica e a produção "imaterial". Poderíamos levar em consideração aqui a hipótese de nova subsunção real aos meios técnicos na medida em que trabalhadores se toram servidores (na expressão de Fausto) dos sistemas de computadores.
[405] Fizemos uma discussão mais detalhada do significado político e econômico da terceirização em Marcelino e Cavalcante (s/d).

de prestação de serviços “flexíveis”, favoreceu a manutenção ou mesmo o aumento da produção em unidades produtivas de pequena escala ou mesmo familiar, além de fazer surgir diversas novas formas de “trabalho autônomo”, como entidades jurídicas constituídas por apenas um trabalhador.

O conjunto desse processo repercutiu de forma intensa na discussão sobre as classes e a divisão técnica do trabalho.

Para os autores que utilizam as noções de trabalho manual e trabalho intelectual como critérios importantes para a diferenciação de classes, há sempre a preocupação em evitar cair no sentido naturalista dos termos. As transformações contemporâneas fizeram redobrar a atenção a esse problema. Mas não se trata somente da impossibilidade de distinção, em termos físico-naturais, de separar quem trabalha com as mãos daqueles que trabalham com a mente. Na medida em que o processo de produção capitalista subordina o processo de trabalho ao de valorização e, consequentemente, seu objetivo é produção de riqueza abstrata (que pode ou não se materializar), todo critério que esteja referenciado à forma de trabalhar e ao conteúdo do trabalho (se material, imaterial, informacional, etc.) nunca poderá ser autônomo, independente, ou melhor, nunca poderá *fazer sentido por si só.* Toda produção material ou imaterial passa necessariamente por um processo de validação social determinado pela valorização do capital.

A “ciência econômica” se constrói sob bases fetichistas, denunciadas por Marx, ao justamente tentar *inverter* a relação de determinação na produção. Pretende fazer crer que as leis que regulam a produção se explicam pela propriedade natural de objetos e de esforços necessários à sua obtenção. A forma, isto é, a *relação entre classes*, oculta-se numa suposta exigência do conteúdo particular da cada dado.

Mas o fato de uma relação (forma) moldar e condicionar seus conteúdos não implica supô-la como forma “universal”, que tudo pode incorporar ou, mais precisamente, que pode incorporar tudo da mesma maneira. Seria um fetichismo às avessas imaginar, no caso da produção capitalista, que os processos de trabalho simplesmente se anulam e são indistintamente subsumidos pelos ditames da valorização. Essa nos parece ser a grande dificuldade em estipular como o tipo de trabalho ou o seu conteúdo também influenciam aquela relação, a qual se legitima justamente pela tentativa de se passar por universal.

Desse modo, é preciso "ler" a divisão manual/intelectual como traço específico que só terá sentido num processo em que, caso a caso, a insira no movimento de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Fora desses limites, o caráter social da divisão se esvai: "trabalhos manuais" podem ser fortemente valorizados como distrações e terapia de trabalhadores intelectuais, de um artesanato ao cultivo de um jardim. Isto é, somente na reprodução da vida social e nos lugares ocupados por uns (o que necessariamente exclui a ocupação por outros) que a divisão é utilizada pelo capital e na qual há valorização de certas atividades em detrimento de outras.

Como procuramos mostrar, a inserção de trabalhos intelectuais na produção e realização do valor e na reprodução da força de trabalho é bastante *heterogênea*. Em um cenário diversificado de situações, há trabalhos intelectuais mais associados à "concepção" e outros à "execução". O empregador e a forma de remuneração também variam. Enquanto prestadores de serviço autônomos, alguns são mesmo externos ao modo de produção capitalista, no sentido restrito. O fato é que um trabalho intelectual *não é necessariamente de concepção, autônomo e voltado à criação*. Pode ser tão ou mais monótono, repetitivo e desgastante que um trabalho manual. Ambos, aliás, têm as suas maneiras específicas de deteriorar a saúde física e mental dos trabalhadores.

Se é assim, porque ainda levar em consideração esse critério para o conceito de classe? No capítulo anterior, buscamos mostrar que a resposta que nos parece mais interessante precisa levar em consideração a função social e a especificidade das diferentes situações entre a forma valor e o conteúdo material. Podemos, portanto, fazer o seguinte exercício de distinção, apenas para facilitar nossa discussão e não para enquadrar a variedade de situações:

a. o trabalho intelectual produtivo ligado à produção material;

b. o trabalho intelectual produtivo ligado à produção imaterial;

c. o trabalho intelectual improdutivo ligado à produção material ou imaterial;

d. o trabalho intelectual não assalariado ligado à produção material ou imaterial.

Vejamos alguns dos pontos principais que temos discutido ao longo de todo este trabalho em relação a cada uma dessas situações. A eles iremos associar alguns impactos causados pelas novas tecnologias e pelo contexto de hegemonia neoliberal do capitalismo contemporâneo.

a. O *trabalho intelectual produtivo ligado à produção material* é basicamente constituído pelos quadros técnico-científicos que coordenam, desenvolvem e modificam o processo de trabalho que origina mercadorias tangíveis, o que fazem por meio da aplicação da ciência de acordo com os princípios de valorização do capital, ou seja, nunca de forma neutra. Foi especialmente focado nesses agentes da produção que discorremos longamente, no capítulo anterior, acerca das *tensões* em Marx no tocante ao grau e importância de participação desse grupo no trabalhador coletivo.

Elegemos como ferramenta primordial para entender essa tensão as noções de função do capital e função do trabalho. Ao ler os capítulos que descrevem o processo de subsunção do trabalho ao capital, da cooperação à grande indústria, tentamos mostrar que a capacidade de organização técnica do processo de trabalho material é subtraída gradualmente do proletariado em direção ao capital e às maquinas (que são, afinal, a materialização do capital). Contudo, Marx observa inúmeras vezes que qualquer produção em larga escala exige uma divisão do trabalho. Nem sempre todos podem ao mesmo tempo participar da concepção e da execução. Mas a *deformidade* provocada pelo "invólucro capitalista" faz dessa necessidade de organização coletiva uma caricatura grotesca, marcada pelo chicote e pela mão pesada dos supervisores e capatazes do capital para controle dos trabalhadores. Consideramos que, em certos momentos, é necessário ir além de Marx para realmente segui-lo, isto é, se a técnica é a técnica *do* capital, em razão da subsunção real, o processo de trabalho de uma sociedade comunista não pode ser o mesmo daquele existente no capitalismo. A coordenação produtiva do processo de trabalho é função do trabalho *subordinada* ao capital, transformada por ela, portanto. E, assim, a posição destacada e privilegiada dos quadros técnico-científicos não é natural, determinada pelo "conteúdo material", mas histórica, que reproduz o capital. O controle e a vigilância *também* fazem parte do trabalho desses agentes.

Desse modo, a razão pela qual *ideologias individualistas*, em especial a ideologia meritocrática discutida acima, é funcional para a justificação da divisão técnica do trabalho, pois

ela busca naturalizar, em razão de capacidades e esforços individuais desiguais, uma relação social de produção que objetivamente se reproduz de forma exploratória e desigual. O diploma que credencia os quadros técnico-científicos não tem sentido *per si*, mas apenas quando é validado pela relação social específica que exclui a participação efetiva de todos da concepção do trabalho.

Se, por um lado, essas razões os distanciam dos trabalhadores de execução (manuais) da produção material, por outro, não podem também eliminar os laços que os unem *à produção em si*. Daí haver tendências objetivas de valorização do "trabalho produtivo" (em contraposição à especulação financeira) e do "desenvolvimento do país", etc., o que indica as diversas possibilidades de união em torno de reivindicações de uma "classe trabalhadora ampliada".

E, fundamental observar, a informatização do trabalho *também opera nesse trabalho intelectual*, o que causa a ameaça de padronização de tarefas, perda de autonomia e, no limite, a possibilidade de perda de emprego.

b. Sobre o *trabalho intelectual produtivo ligado à produção imaterial*[406]. Como procuramos mostrar, esse *é o lado menos desenvolvido* dos trabalhos de Marx por dois motivos principais. Um deles é evidentemente o próprio padrão tecnológico do período. O outro é avaliação, por Marx, de que haveria um limite para a inserção do "modo especificamente capitalista de produção" em certas atividades e serviços. Atualmente, teríamos nessa situação condições bastante distintas: dos assalariados responsáveis pela *reprodução da força de trabalho* (profissionais da saúde e docentes, por ex.) aos trabalhadores que produzem valores de uso intangíveis (informação, conhecimento, lazer e produtos culturais e artísticos). Na condição de assalariados, todos esses agentes apresentam algum grau de relação com a produção material, mas o caráter útil do que produzem é intangível.

Como entender, do ponto de vista dessa relação com o capital, aproximação desses grupos com a ideologia meritocrática?

[406] Aqui recorremos a toda a discussão feita no segundo capítulo, que permite visualizar um possível "produtivo" da produção imaterial diferente do improdutivo da esfera da circulação (ainda que "produtivo para o *seu* capital"). Mas convém mais uma vez notar que o problema do produtivo/improdutivo em Marx não é, a rigor, "*fechado*", pois é um conceito muito mais voltado para expressar a essência do movimento em relação à teoria do valor do que para classificar tipos de emprego.

O capitalismo contemporâneo generalizou o assalariamento nesses casos, o que já era esperado por Marx desde o *Manifesto*: "a burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas como dignas e encaradas com piedoso respeito. Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados" (1998, p. 42).

Mesmo assim, a sua posição acerca da *inadequação* entre forma e conteúdo permanece. Há obstáculos maiores nessas atividades ao predomínio da subsunção real do capital. Mesmo sendo formalmente subsumidos ao capital, a materialização dessa relação social na técnica necessária a cada atividade apresenta graus diversos de inadequação – o que não significa, por oposição, que atividades manuais sejam *automaticamente* incorporadas pelo capital. A constituição de um ente coletivo de trabalho sempre é um desafio para a organização capitalista, mas, nesses casos de trabalho intelectual, há certas barreiras que, por sinal, *têm sido o alvo do capital nas últimas décadas no sentido de destruí-las*[407].

As formas de controle, vigilância, padronização exigidas pelo domínio do capital estarão presentes nessas atividades intelectuais, mas a ausência (ou um grau menor de inserção) de um aparato técnico que *elimine* a necessidade de conhecimento, abstração e habilidade do trabalho vivo preserva, ainda que em condições variadas, o "elemento subjetivo" do processo de trabalho, o papel de sujeito, portanto, desses trabalhadores.

Nesse aspecto que pensamos estar a *imbricação* mais profunda entre a adesão potencial à ideologia meritocrática e a condição objetiva desses grupos assalariados. A ideologia individualista do mérito como elemento justificador da divisão técnica do trabalho *encontra* nesse tipo de trabalho intelectual, pelo menos em parte significativa dele, um fundamento prático. Em outras palavras, é uma ideologia que encontra no cotidiano de certos grupos de trabalhadores uma indicação mais plausível (ou menos inconsistente) de que realmente a promessa da ascensão social é concedida aos que se esforçam e obtêm as qualificações e credenciais requeridas.

[407] Um exemplo mais claro é o ensino a distância com digitalização de aulas, que passam a ser de propriedade exclusiva da empresa de educação e sem mais vínculo jurídico com o professor. Para um estudo de caso detalhado de como as novas tecnologias desestruturam as atividades tradicionais de quadros técnicos-científicos da produção imaterial (telecomunicações), ver o trabalho de Wolff (2004). Muitos deles, devido à crescente prescindibilidade do conhecimento técnico tradicional, passaram a áreas comerciais.

c. Sobre os *trabalhos intelectuais improdutivos ligados tanto à produção material quanto à produção imaterial*, também é preciso separar duas situações bastante distintas, até mesmo com polos de oposição. A primeira diz respeito aos quadros assalariados superiores que executam exclusivamente a função do capital na burocracia privada de organizações capitalistas de todos os setores e os quadros superiores da burocracia estatal. A segunda situação refere-se aos quadros intermediários e inferiores das burocracia privadas e do Estado, o que ficou mais conhecido sociologicamente como os "trabalhadores de escritório". Outra forma de encarar essa segunda situação seria considerar o "trabalho de execução" intelectual exercido por diversos assalariados pelo capital no *momento da circulação e realização do valor*, como em atividades bancárias e financeiras em geral, e no comércio, ainda que, como já exposto, a divisão em "setores" não seja coincidente com os conceito de trabalho produtivo e improdutivo.

A *primeira situação* refere-se àqueles que comandam para o capital em razão do afastamento do proprietário legal dos meios de produção, o que Marx descreveu, principalmente, por meio da sociedade por ações.

Os quadros gerenciais da administração superior na produção industrial (material ou imaterial), financeira e comercial são aqueles mais próximos da burguesia tradicional e, atualmente, são os propagadores ativos dos valores e princípios do capitalismo neoliberal de *hegemonia financeira*, que é dominante desde a crise dos anos de 1970. Uma ideologia que visa a maior intensificação possível da *mercantilização* de todas as relações sociais e almeja fazer com que cada indivíduo percebe que há dentro dele a sua própria empresa, um "capital humano" que requer investimento. Parece-nos ser esta uma espécie de renovação da ideologia meritocrática que vem a reboque do avanço neoliberal.

Como toda ideologia de raiz burguesa, a ideologia do capital humano repercute por todas as classes, mas tem forte interiorização em camadas gerenciais superiores, como executivos. As formas atuais de se "fazer carreira" não são mais buscadas, em geral, no interior de uma mesma empresa, mas no deslocamento contínuo entre empregos de áreas diversas. O comprometimento com planos de longo prazo dá lugar à fixação irregular, flexível, temporária em "projetos" de

curto prazo[408]. O individualismo exigido pelas relações mercantis condiciona as estratégias desses trabalhadores para sobreviver ao mercado.

Os quadros superiores da burocracia de Estado (estável, não-rotativa, admitida por mérito em concursos "universais", etc.) não apresentam, é certo, posicionamentos idênticos ao gerenciamento das empresas privadas, mas têm um comprometimento igualmente forte com as bases legais que garantem uma "ordem" pública necessária à acumulação do capital.

Na segunda situação, referente aos quadros "subalternos" (como se refere Poulantzas) das burocracias privada e estatal, retoma-se o já extenso debate, popularizado em maior escala a partir de Wright Mills, dos trabalhadores de escritório. Da discussão que apresentamos a partir dos trabalhos de Marx, vimos que em mais de uma ocasião sua preocupação foi em enfatizar a ausência de novo valor gerado nos momentos de circulação e realização do valor (portanto, constituindo um trabalho improdutivo), mas, de certo modo, "produtivos para o seu capitalista".

Para Marx, como ressaltamos no segundo capítulo, trabalhadores como os do comércio seriam, na época, a parte mais bem paga e qualificada do conjunto dos trabalhadores assalariados, mas a divisão do trabalho também a eles iria ser aplicada, o que resultaria em diminuição de salários, perda de aptidões e intensificação do trabalho. Essa desqualificação do trabalho de escritório apontada por Marx levou Engels, posteriormente, em nota, a indicar que a crescente constituição de um "proletariado comercial" corroborava a percepção de Marx.

Vimos que a produção crítica ao marxismo, principalmente a partir da década de 1950, tentou mostrar que era equivocado esperar que as classes médias engrossassem as fileiras do proletariado, isso porque a expansão do assalariamento no século XX não criava uma classe trabalhadora unificada, mas uma nova classe média assalariada.

Após o clássico estudo de Braverman, uma corrente comum de contraposição a essas críticas foi feita de modo a enfatizar *a pista deixada já por Marx*, qual seja, que a automação e divisão técnica do trabalhado atingiriam as atividades vistas como de classe média e, tendencialmente, surgiria um novo proletariado na medida em que a desqualificação do trabalho

[408] Para R. Sennett (2004), esta seria a raiz da "corrosão do caráter" contemporânea, na medida em que o caráter, algo rígido o bastante para durar no longo prazo, não é encontra validade na era do flexível e dos compromissos de curto prazo.

atingisse outros setores produtivos e improdutivos. Por mecanismos distintos, Carchedi também apontou para um aumento do proletariado na medida em que aumentava o número do que executam exclusivamente a função do trabalho, o que fazia sentido em sua teoria em razão de considerar que a função do capital e a função do trabalho podem ser pensadas, sem grandes diferenças de fundo, para a esfera produtiva e a esfera improdutiva[409].

Para a produção crítica ao marxismo, uma reação comum ao trabalho de Braverman foi criticar a generalização feita pelo autor do processo de desqualificação em atividades econômicas diversas. Os principais argumentos diziam respeito à desconsideração do processo inverso, ou seja, o de que, em paralelo à desqualificação de certos postos, abriam-se continuamente oportunidades em novos setores. Braverman teria confundido desqualificação do trabalho e desqualificação do trabalhador, isto é, a introdução de máquinas e sistemas informatizados pode modificar uma tarefa e até eliminar o trabalho humano, mas o conhecimento e a habilidade do trabalhador seriam usados em outras partes. Mesmo profissionais que atuam tradicionalmente por conta própria, ao sofrerem maiores índices de assalariamento, não perderiam autonomia no grau que era suposto[410].

Neste capítulo, vimos que um conjunto de autores no interior do marxismo retomou o problema reconhecendo traços que seriam apontados por Braverman, mas concedendo maior ênfase à divisão entre o trabalho manual e intelectual.

Mesmo Poulantzas (1978, p. 352), criticado por defender uma classe operária reduzida face o conjunto do salariado, afirmava que setores significativos de trabalhadores do comércio são estritamente proletários no sentido de produtores diretos de valor. Sua atenção estava concentrada em atividades tipicamente industrializadas no setor de serviços, como os grandes super e hipermercados. “Com o sistema de “auto-serviço”, a maior parte desses empregados foi levada a realizar a simples tarefa de manutenção, de embalagem, de armazenamento das mercadorias (‘a distribuição de uma certa tonelagem de artigos num mínimo de tempo”, que substituem aqui a “arte da venda’)”. Mesma dentro da definição de trabalho produtivo de

[409] Mesmo incorporando as noções de função do trabalho e função do capital apresentadas por Carchedi, neste trabalho apresentamos o argumento de que, no tocante à constituição das classes, faz sim diferença a divisão das funções em atividades que apresentem uma maior ou menor adequação do conteúdo material à forma capitalista.
[410] Esses argumentos e as críticas a Braverman são resumidos por Diniz (1998).

Poulantzas, que o reduz à produção material, esses trabalhadores em especial do comércio pertenceriam "ao trabalho produtivo de mais valia no sentido estrito" o que faria desses agentes, para o autor, parte da classe operária: "a desqualificação das tarefas que aí se manifestam maciçamente dá uma conotação de pertencimento desses agentes ao trabalho manual".

Por não ter o contato direto com os consumidores, haveria um enfraquecimento do "mimetismo burguês", ou seja, é alterada a "arte" tradicional da venda, o que significa o distanciamento de atributos socialmente encarados como trabalho intelectual, como a necessidade de "se vestir" ou de "falar bem". Da forma semelhante, o "trabalho repetitivo e parcelizado" de caixas, também aproximam esses trabalhadores de lutas comuns com o proletariado. Seria, portanto, um parcela de trabalhadores do comércio e de serviços que prolongam a produção do valor na esfera da circulação e a conotação manual de seu trabalho diverge de outros assalariados das vendas.

Isso não significa que a tendência seja de "proletarização". Poulantzas já ressaltava que mudanças na estrutura de emprego em comércio poderiam diminuir o efetivo proletarizado e aumentar a parte administrativa. Trópia (1994), por exemplo, a partir de pesquisa sobre o sindicalismo no comércio brasileiro, mostrou que a predominância de relações pessoais de prestação de serviços em suas atividades de trabalho também potencializa o "mimetismo burguês", que os envolta em códigos e valores da classe dominante. Não se trata, a rigor, de uma meritocracia, mas de um individualismo pequeno burguês mais tradicional.

As tendências de simplificação e desqualificação do trabalho intelectual também foram indicadas no caso dos quadros intermediários e inferiores da burocracia estatal. Ainda que comprometidos com a reprodução da própria burocracia enquanto corpo "separado" da sociedade (e, consequentemente, com a reprodução do capital), apresentam uma maior potencialidade de contestar, com métodos que podem mesmo atrapalhar a "ordem" pública (portanto, a circulação do capital), as consequências da divisão do trabalho no interior do trabalho intelectual, que levam a uma desvalorização de salários e condições de trabalho muitas vezes semelhante a trabalhadores produtivos. Processos de conflito que podem ocorrer nas forças "coletoras" do Estado, mas têm ocorrência significativa nos serviços públicos (funcionários, professores, técnicos, médicos, etc.).

Para Poulantzas, as divisões e conflitos no interior das burocracias estatais e privadas (administração de base) são processos que se efetivam no interior da "nova pequena-burguesia", porém há uma polarização de frações na direção da classe operária. Os fatores para essa polarização são igualmente causados pela intensificação da divisão do trabalho no interior do trabalho intelectual dos escritórios: parcelização e padronização das tarefas dos agentes subalternos, dissimulação e monopolização do saber na hierarquia, tarefas repetitivas, etc. Duas consequências importantes citadas por Poulantzas ainda se mostram importantes nos debates atuais. A primeira é que as possibilidades de "carreira" e "promoção" podem ser limitadas e tornarem-se menos palpáveis para a base do trabalho de escritório. A segunda é que, em decorrência de possíveis barreiras à ascensão de agentes subalternos que continuam se "qualificando", passa a existir um descompasso significativo entre os postos de trabalho e o *diploma* dos agentes que os ocupam.

Descrevendo um problema de meados da década de 1970 que *ressurge com vigor* em movimentos de protesto europeus na década de 2010, afirma o autor:

> É aqui, enfim, onde mais se encontra a desvalorização atual dos diplomas e graus escolares, dada a importância que desempenham no mercado de trabalho e na promoção dos agentes dessa fração: o que se manifesta pela ocupação, maciça atualmente, dos postos subalternos por agentes cuja qualificação escolar lhes permitiria outras esperanças. De fato, é para essa fração que se dirigem maciçamente os jovens titulares de diplomas superiores desvalorizados. O que se traduz pelas formas de desemprego camuflado que grassam nessa fração: diversas formas de trabalho clandestino, trabalho eventual, interino e auxiliar, que atingem o conjunto das frações de polarização objetiva proletária, mas que são aqui particularmente pronunciadas (Poulantzas, 1978, p. 355)[411].

Trata-se, então, de um "credencialismo" que, segundo Kumar (1997, p. 37), "é a exigência de credenciais (qualificações) mais altas para os mesmos empregos", e também do já tradicional

[411] Na sequência, Poulantzas chama a atenção para crescente *feminização* dessa fração de trabalhadores, que se concentrava em "escalões subalternos" das hierarquias. Kumar (1997) também destacava um "abismo imenso" entre uma força de trabalho burocrática, sem qualificações e principalmente feminina e uma "elite de administradores e profissionais de nível superior que operam computadores, a maioria deles homens". De fato, há um vasto material de pesquisa e debate relacionado à desqualificação do "*clerical work*". Para dar um exemplo, Crompton e Reid (1983 apud Kumar, 1997, p. 33) expunham o sentido da desqualificação do "trabalho burocrático": "o escriturário não pode mais pensar na possibilidade de ter uma 'visão geral' do processo de trabalho nem exercer responsabilidade ou iniciativa baseadas em experiência ou delegadas diretamente pela administração ou pelo empregador (...) As funções do capital foram realocadas em estratos supervisórios e administrativos mais altos ou, cada vez mais, no trabalho dos que planejam, controlam e coordenam o uso do computador".

processo de inflação de rótulos de emprego e autopromoção que podem criar uma noção bastante equivocada de uma sociedade mais "culta". Ora, esse descompasso entre as qualificações exigidas e aquilo que efetivamente o emprego demanda demonstra a fragilidade das concepções apologéticas da "sociedade da informação".

A reestruturação produtiva no contexto de hegemonia neoliberal *acentuou* boa parte das tendências apontadas pelos autores ainda na década de 1970. Em todas essas situações em que o trabalho intelectual se impõem, há inúmeras e significativas transformações tecnológicas que promovem, entre outras mudanças, a informatização e a automação de procedimentos e atividades. Como apontaram os críticos de Braverman, não há evidentemente uma desqualificação generalizada, pois novas qualificações realmente são criadas. Contudo, isso só aumenta o caráter contraditório do processo, o que ironicamente é potencializado pela *mesma flexibilidade* enaltecida pelas ideologias individualistas e pela concorrência no mercado. Ursula Huws (2009, p. 50) faz referências a aspectos importantes desse processo:

> Em geral, pode-se afirmar que o número de tarefas envolvendo habilidades padrões genéricas relacionadas a computadores está crescendo rapidamente. (...) O fenômeno tem consequências curiosas e contraditórias. O fato de essas tarefas serem hoje genéricas fez com que elas deslizassem de emprego para emprego, empresa para empresa e indústria para indústria. Porém, pela mesma razão, cada trabalhador tornou-se mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível; portanto, as novas oportunidades também constituem novas ameaças.

O processo de qualificação-desqualificação é uma constante, desse modo, nas áreas do "trabalho de escritório". Para Huws, há indícios, contudo, que em termos numéricos há um peso maior de atividades redundantes e rotineiras do que o trabalho criativo que exige múltiplas habilidades.

Isso também significa que o peso e a eficácia da ideologia meritocrática *é inversamente proporcional ao aumento da subordinação real do trabalho ao capital e à constituição de formas de trabalhador coletivo*. Ora, não seriam os *trabalhadores de centrais de atendimento* (*teleoperador)* o trabalho imaterial (ou mesmo, em geral) mais "proletarizado" atualmente[412]? Não seria também por essa razão que, a despeito de ser para alguns um tipo de "trabalho de

[412] Ver, em Antunes e Braga (2009), os capítulos de Braga (2009), Wolff (2009), Oliveira (2009).

escritório", não se trata de um trabalho que tem sido validado socialmente como uma variação de *trabalho manual*, que provoca sérios danos à saúde do trabalhador?

Isso nos mostra o desafio que é identificar, na atualidade, como atividades intangíveis ou virtuais *podem sofrer um processo real de subsunção capital.* Os teleoperadores são atualmente vistos como proletários justamente pela sua sujeição completa ao sistema de máquinas informacionais e por possivelmente estarem também criando valor na esfera imaterial [413].

É digno de nota que Huws, com base em amplas pesquisas feitas em diversos países, principalmente europeus, conclua um artigo sobre a possível constituição de um *cibertariado* com a descrição de possibilidade de polarização social semelhantes àquelas apontadas por Poulantzas nos anos de 1970, não obstante diferenças suas teóricas. Afirma a autora que a mobilização de trabalhadores de escritório, ou atualmente o que se poderia chamar de *e-trabalhadores*, em torno de ações militantes e organizações coletivas depende de um conjunto de variáveis, que podem passar pela relação desses trabalhadores com a produção, com o capital, com a divisão do trabalho, até a renda e status. E, objetivamente, duas hipóteses podem ser consideradas:

> Se, por um lado, o trabalho desqualificado do escritório for encarado como o primeiro degrau de uma escada que pode ser escalada com êxito ao se manter ao lado direito do chefe, então, o trabalho duro, a docilidade e o sicofantismo oferecerão a melhor via para o avanço [em relação a interesses econômicos]. Se, por outro lado, nenhuma perspectiva de promoção se apresentar – por exemplo, caso os altos níveis estiverem localizados a meio caminho do resto do globo ou porque somente homens, ou somente brancos, ou somente pessoas com certa nacionalidade ou casta puderem ser promovidos – então a melhor forma de melhorar a renda das pessoas será fazer causa comum com os outros colegas. Mais uma vez, vemos que gênero e classe desempenham um papel crucial na determinação da identidade de classe (Huws, 2009, p. 58).

d. O *trabalho intelectual não assalariado da produção material/imaterial* é aquele da pequena burguesia tradicional, isto é, a produção da pequena propriedade, urbana ou rural, ou do

[413] Sugerimos o teleoperador, a princípio, como improdutivo não pelo caráter imaterial do seu trabalho, nem pelo fato de estar numa empresa de serviços de telecomunicações, como longamente desenvolvemos no capítulo 2, mas porque é uma atividade que em sua maioria se refere *à circulação ou realização de um valor imaterial ou material* já criado na esfera da produção material/imaterial. E, novamente ressaltamos, isso não o deixa de fazê-lo "produtivo para o *seu* capital", como indicou Marx. Mas não excluímos a possibilidade de pensar a produção de valores imateriais por meio dessas atividades de teleatendimento, quando os teleoperadores passam a realmente entrar na cadeia de produção de valores de uso imateriais, executando tarefas para além da venda de produtos ou serviços de recebimento de reclamações.

profissional "autônomo", como os advogados, médicos e outras tantas especialidades técnicas passíveis de reconhecimento social e atuação profissional por conta própria.

O que une essas atividades é o fato de a relação com o capital se dar somente por intermédio do mercado, isto é, de forma *externa* à própria atividade, o que denota a ausência do modo especificamente de capitalista de produção no processo de trabalho ou da atividade prestada. Isso significa que também podem sofrer algo como uma "opressão econômica" em razão da vigência das leis da valorização do capital, que se efetivam a despeito de certos setores não serem, a rigor, "capitalistas"[414]. Porém, tal como nos demais casos, há aqui condições bastante distintas.

Nos casos de trabalho imaterial, a tendência é a preservação do caráter iminentemente "intelectual" dos agentes. Não seria difícil pensar, nesses casos, tanto no apego à defesa da propriedade quanto ao meritocratismo, na medida em que seus agentes procuram defender, para retomar novamente as palavras de Marx no *Manifesto,* as atividades reputadas como "dignas" e encaradas com "piedoso respeito". Trata-se, como vimos, de recolocar a ideia de "prestígio" como expressão de uma ideologia de valorização do trabalho intelectual que se baseia em uma não submissão direta de certas atividades ao modo de produção capitalista, embora estejam tão "mercantilizadas" como qualquer outra atividade executa em formações capitalistas.

Porém, no caso da produção autônoma material, há contradições mais fortes. Trata-se de uma produção em menor escala que se reproduz numa condição particular: precisa sobreviver ao mercado, que é dominado pela grande produção capitalista, mas assim o faz fundamentada numa relação social que ainda "une", como vimos, a função do capital e a função do trabalho num mesmo agente individual, tornando-o proprietário/trabalhador em capitalista/assalariado de si mesmo. Essa condição é geralmente marcada por uma relação direta entre produção e a estrutura *familiar,* o que fundamenta um código social que vincula os laços familiares com as relações de produção.

Por conta dessa condição particular, uma ideologia como a meritocrática, que é construída *em oposição* ao trabalho manual, não terá um fundamento sólido na pequena burguesia atrelada à

[414] Fazemos referência aqui ao difícil debate de como o capital também pode se valorizar aproveitando-se de áreas e setores não completamente capitalistas.

produção material. Assim, a proximidade ideológica reside mais na exaltação burguesa do trabalho condicionada à luta pela permanência da pequena propriedade.

Tradicionalmente, artesãos, camponeses e pequenos proprietários foram entendidos como forças propensas à preservação do *status quo ante*, no qual a vigência da propriedade particular não era ameaçada pela grande propriedade capitalista. Suas possíveis críticas ao capital teriam, dessa forma, um caráter mais reacionário do que revolucionário. Essa característica ambígua da pequena burguesia foi desenvolvida por Marx nos textos referentes às lutas sociais francesas do século XIX, nos quais foi ressaltado que o potencial contestatório da pequena-burguesia era inseparável do "comprometimento", em última instância, com a ordem burguesa. Mas, afirmou Marx em *Crítica ao programa de Gotha*, "é um absurdo fazer das classes médias, juntamente com a burguesia e, ainda por cima, com os senhores feudais, 'uma mesma massa reacionária' face à classe operária".

Porém, é preciso reconhecer que a tese segundo a qual o desenvolvimento da acumulação de capital levaria à eliminação da pequena burguesia não pode *desconsiderar* contra-tendências que não só a preservam como podem mesmo ampliar sua extensão em razão de formações político-econômicas específicas do capitalismo, principalmente nas economias "periféricas". É certo que, principalmente no tocante à produção material, a produção familiar em pequena escala é marginal à grande indústria capitalista, mas a reorganização da produção das últimas décadas levou a uma onda de descentralização da produção em certos setores (o que não significa menor concentração de capital). Esse processo, aliado a políticas neoliberais que reorientaram a regulamentação jurídica das relações de trabalho, renovou até certo ponto a pequena produção e, importante observar, num movimento que *estreitou* ainda mais os laços dessa pequena produção com o capital. Isso significou uma mudança importante e significativa na condição "independente" e "externa" ao capital da pequena burguesia tradicional.

Para que possamos ter uma ideia, é interessante uma breve menção ao caso brasileiro. P. Singer (1981) já mostrava que a acumulação de capital desenvolvia não apenas a burguesia e o proletariado, mas também a pequena-burguesia, na medida em que a industrialização no país fomentava a "produção simples de mercadoria" e o pequeno comércio. Em momentos de crise, a tendência seria a diminuição do proletariado e da pequena-burguesia tradicional e o aumento do

subproletariado. De qualquer forma, haveria uma linha tênue entre um vendedor informal e um proprietário de pequeno ponto comercial. Números atuais mostram o crescimento elevado de trabalho por conta própria, o que é decorrente da flexibilização das relações de emprego no contexto neoliberal, em que as empresas forçam mesmo os trabalhadores qualificados a continuarem em suas funções, mas na condição de "prestadores de serviço". Isso os leva a abrir empresas e virarem "autônomos"[415]. O que queremos chamar atenção é que esse trabalho por conta própria dificilmente pode ser entendido como "externo" à produção capitalista. Mais ainda, trata-se de um trabalho intelectual por conta própria bem distante do autônomo precarizado do comércio, potencial formador do exército industrial de reserva.

Jessé Souza (2010) também chamou a atenção para as consequências da descentralização produtiva vindas com as novas técnicas de organização do trabalho. Um rearranjo que possibilitou o crescimento da pequena produção, muitas vezes de "fundo de quintal" e que seguia a lógica familiar. Sua tese vai ainda além: essa pequena burguesia tradicional não teria muitas diferenças significativas com a classe trabalhadora, já que compartilham a precariedade no trabalho e uma origem de classe comum, de modo que esse "empreendedor" tem vínculos comunitários fortes e não se torna, por conta do seu negócio, distante dos valores tradicionais da classe trabalhadora.

Trata-se, evidentemente, de um aspecto a ser profundamente pesquisado[416]. Gostaríamos apenas de concluir ressaltando o cuidado necessário quando se analisa o trabalho "autônomo" ou por conta própria, que não pode ser associado diretamente à pequena-burguesia. Em Marx, vimos que, ao lado da força de trabalho empregada produtivamente pelo capital, deve haver necessariamente outro contingente *em potencial*. O capital condena uma parte da "classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte"[417].

---

[415] Dados do Sebrae mostram que o crescimento do "empreendedor qualificado" que busca "oportunidades" tem superado os negócios que são abertos por "necessidade", o que indicaria trabalhadores com pouca qualificação e no limite da informalidade.

[416] Assim como diversas publicações recentes sobre "nova classe média brasileira", deixamos para outro trabalho (específico sobre o Brasil) comentários sobre o estudo de J. Souza (2010), o qual, aliás, toca em inúmeros e importantes pontos discutidos neste trabalho.

[417] Supõe Marx que se houvesse uma redução da jornada e distribuição do trabalho de forma "racional" (o que é impossível no capitalismo) faltaria força de trabalho na Inglaterra de então para manter a mesma escala produtiva. "A grande maioria dos atuais trabalhadores "improdutivos" (empregados domésticos, etc.) teriam de tornar-se trabalhadores "produtivos"" (2001, p. 740).

Ou seja, a classe trabalhadora é composta de trabalhadores improdutivos que assim se encontram pois estão *na condição de reserva*. Não necessariamente são desempregados, pois podem estar temporariamente vivendo de serviços irregulares e parciais. Há um caráter provisório e irregular em suas condições de existência e, como aponta Marx, o fato de estarem geralmente próximos ou em situação de pauperismo acentua a gravidade dessa condição. Tão logo a máquina produtiva e suas ramificações se expandam, são recrutados aos seus domínios, o que gera um grande abalo em certos hábitos e costumes sociais.

Nesse sentido, o caso do emprego doméstico no capitalismo é emblemático. Embora uma parcela possa ser considera empregada com certa estabilidade, muitos (provavelmente a maioria) dos que desempenham serviços domésticos estão em situações precárias e instáveis, o que os coloca no exército industrial de reserva. Essa situação foi vista, por exemplo, com o "problema dos criados domésticos", ou seja, a falta de empregados dispostos e disciplinados para o trabalho servil, que foi um grande tópico de discussão da Inglaterra de 1880 e tem surgido, recentemente, no Brasil. Nesse ponto em especial, a ideia de que "o país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido" foi a conclusão implícita de uma reportagem sobre o tema na revista inglesa *The Economist*[418].

***

Enfim, ao distinguir diferentes condições de articulação do trabalho intelectual com o modo de produção capitalista e indicar alguns dos traços da reestruturação produtiva no contexto neoliberal, nossa intenção é apontar para possíveis continuidades deste estudo, ou seja, a necessidade de se analisar a ação de classe média no capitalismo contemporâneo, em especial, no caso brasileiro.

Após um debate crítico com trabalhos distintos sobre as classes médias, pudemos perceber que o problema teórico e político subjacente às preocupações de autores marxistas entre

[418] Na Inglaterra de 1881, havia cerca de 1,250 milhão de mulheres trabalhando em serviços domésticos, "de longe a maior categoria de trabalho feminino", segundo o artigo *The servant problem* da revista *The Economist*, de dezembro de 2011, cuja matéria tenta explicar a "espantosa similaridade" do Brasil atual com a Inglaterra de fins do século XIX. Não está fácil para famílias da "classe média" do sudeste brasileiro encontrar "boas empregadas", assim como a "classe média" inglesa daquele tempo reclamava da falta de disposição e qualificação dos criados. Mas a revista tranquiliza-nos: a Inglaterra de hoje talvez tenha o mesmo número absoluto de empregados domésticos, mas eles agora seriam "autônomos, especialistas e qualificados".

1950 e 1970, embora seja reorientado no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, ainda *informa* boa parte das polêmicas contemporâneas.

Desse modo, foi comum à volta a perguntas antigas: trabalhadores improdutivos, intelectuais "de execução", desqualificados, sem autonomia pertencem à mesma classe de trabalhadores produtivos manuais, também desqualificados e sem autonomia? Seriam todos proletários? Aceitar um contingente assalariado de classe média numericamente significativo seria negar a possibilidade de superação do capitalismo?

Ainda que muito tenhamos discutido sobre características e fatores particulares de cada situação, nossa tese é a de que essas perguntas, a rigor, não aceitam respostas *a priori*. Foi por esse motivo que, no primeiro item deste capítulo, desenvolvemos a noção de que o conceito de classe social, ainda que tenha um conteúdo objetivo, só tem efetividade histórica numa relação complexa que envolve aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

É possível – além de necessário para certos objetivos – que estudos usem a estrutura de empregos e critérios socioeconômicos para que um primeiro passo ao conceito de classe seja dado. Contudo, as respostas às perguntas acima não podem ser oferecidas como se "fronteiras" de classe fossem um dado objetivo pronto a ser identificado nas estatísticas oficiais, como se fossem passíveis de mensuração. Do mesmo modo, as indefinições que alimentam os debates não se explicam por consciências falsas ou verdadeiras, mas pela imbricação das determinações econômicas, políticas e ideológicas em conjunturas determinadas, as quais podem fazer surgir movimentos proletários ou movimentos populares em geral, com boa adesão das classes médias. No caso da classe média assalariada que sofre a desvalorização do seu trabalho, o perigo da mensuração é perder de vista o movimento no qual as promessas que acompanham a ideologia (como a meritocrática) dão lugar ao sentimento de revolta.

Os trabalhos de mensuração são importantes porque conseguem apontar uma zona relativamente grande na qual se encontram tanto trabalhadores intelectuais desqualificados e que sofrem o impacto da automação e informatização quanto trabalhadores manuais produtivos e improdutivos. Porém, saber a qual classe pertencem é uma questão que se dirige a outra dimensão de análise, relativa a ações coletivas em contextos determinados e em oposição a outros interesses. As classes, em suma, só se revelam nas lutas de classes.

Conclusão

Sob a forma de tópicos, expomos as notas conclusivas deste trabalho:

I. O crescimento do assalariamento sem a contrapartida do fortalecimento da consciência de classe socialista ou de organizações políticas proletárias fez com que um conjunto heterogêneo de trabalhos considerasse como equivocada, falha ou anacrônica a teoria social de Marx. A classe média assalariada seria a prova desse equívoco. Nossa intenção foi mostrar que, a partir de um problema concreto importante e de difícil compreensão do seu movimento interno, esses autores expuseram diversas críticas que, a despeito de caminharem em direções distintas, tinham como alvo um Marx simplificado e pouco dialético, cujo materialismo objetivista e mecânico era incapaz de compreender a complexidade das sociedades contemporâneas.

II. A esse Marx simplificado, contrapusemos um autor cujo materialismo não elimina a importância das formas e das relações sociais, pelo contrário, seus esforços foram justamente no sentido de comprovar as condições objetivas que fazem com que coisas e produtos do trabalho humano tenham necessariamente que ser considerados no interior de relações de produção específicas. As polêmicas já históricas em relação aos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo foram por nós usadas como meio para perceber a proeminência da forma social ante o conteúdo material.

O conceito de trabalho produtivo, portanto, não é um problema "fechado" por Marx, no sentido de que é mobilizado não para taxar ou classificar tipos de emprego, mas para visualizar, a partir dele, como opera a lógica do capital em atividades e processos de trabalho muito distintos entre si e quais são as tendências dominantes presentes nessa lógica. Daí que o conceito ganhe diferentes tratamentos ao longo de sua obra. Embora a forma molde o conteúdo, o que Marx também nos indica é que há conteúdos com graus maiores ou menores de adequação à forma capitalista, mas que, a despeito de possíveis inadequações, tem essa forma um caráter expansivo que a leva a dominar (ainda que somente pela forma) qualquer atividade humana produtiva (no sentido geral de produção de valores de uso, materiais ou imateriais).

III. As críticas a Marx e ao marxismo tinham, a despeito das simplificações, um caráter procedente importante. Não se tratava de uma leitura simplesmente errônea, ainda que uma má

leitura pudesse explicar algumas críticas. Há, em Marx, uma tensão relativa à neutralidade da base técnica existente no capitalismo, que o leva, consequentemente, a uma tensão no entendimento dos agentes da classe trabalhadora (no sentido de proletariado). Até que ponto a base produtiva do capitalismo e a divisão do trabalho nele existente serão a base técnica de uma produção socializada foi uma questão tratada por Marx na maior parte das vezes por meios indiretos e com diversas tensões. E é justamente nesse ponto que o conceito de classe média tem uma relação incômoda com o marxismo. E não nos parece que a razão do incômodo seja apenas a propriedade ou não da palavra usada para o conceito (classe "média"), mas o *problema teórico a ela subjacente*.

IV. Uma posição tradicional do marxismo foi associar a existência de uma classe ou camadas intermediárias em razão da ausência de desenvolvimento capitalista. Seria, assim, uma classe fadada à extinção em razão da acumulação de capital, o que foi também chamado de "classe em transição". Outra vertente foi aquela que associou a preservação da classe média com a existência de trabalho assalariado improdutivo necessário ao capital. A primeira posição é explícita em Marx. A segunda é apenas sugerida (como defende Nicolaus), pois a tendência mais explícita de Marx foi incluir os improdutivos como parte da classe dos trabalhadores assalariados.

Qual é, segundo nossa visão, o limite dessas posições? Ao colocar o problema da classe média (ou da "pequena-burguesia") como agentes não inseridos no modo de produção capitalista ou como trabalhadores improdutivos, formava-se, por oposição, a ideia de que o trabalho produtivo para o capital criava uma classe relativamente homogênea de trabalhadores explorados. Se criavam valor, eram explorados e, portanto, faziam objetivamente parte do proletariado (ou da classe operária ou da classe trabalhadora no sentido restrito), enquanto os demais, burguesia e pequena-burguesia se resumem às classes parasitárias.

V. Dois problemas surgem dessa equação. Primeiro: a não adesão de trabalhadores produtivos a organizações proletárias passa a ser explicada pela ausência de "consciência de classe", como se fossem proletários, mas não se reconhecessem como tal por puro mimetismo burguês ou "falsa consciência". Segundo: o problema da exploração fica restrito à existência de classes "parasitárias", como se a anulação dessas classes libertasse o trabalhador produtivo para, como base na produção socializada, criar uma sociedade socialista e, então, comunista.

VI. Para superar essa equação, identificamos tensões e, em alguns casos, mesmo oscilações de conceitos em Marx, para, assim, sustentar alguns argumentos. Em primeiro lugar, como exposto acima, o conceito de trabalho produtivo foi ampliado por Marx no intuito de apontar o movimento tendencial do capital, mas o próprio autor alertou sobre possíveis inadequações da forma capitalista ao conteúdo, isto é, a existência de trabalho produtivo em situações que não operavam a partir do "modo especificamente capitalista de produção". É preciso, portanto, compreender as especificidades da produção material e da produção imaterial, *não porque o capital deixe de dominar a produção como um todo, mas porque a dominação, em cada caso, tem uma determinação particular.* Nem todo processo de trabalho está realmente subsumido pelo capital e essa situação repercute fortemente na constituição das classes. Em segundo lugar, a ampliação do trabalho produtivo era pensada, especialmente na produção material, pela ampliação do trabalhador coletivo, o que coloca em questão o papel da divisão técnica do trabalho – entre trabalhos manuais e intelectuais, e de concepção e execução – na própria noção do que é ser produtivo para o capital.

VII. O eixo de análise que utilizamos para entender a produção capitalista em Marx se deu a partir das noções de função do trabalho (produção de valor e mais-valia) e função do capital (controle, vigilância e supervisão do trabalho alheio aliados às tarefas necessárias para realização do valor). Essas noções foram essenciais porque permitiram ler a explicação do desenvolvimento do modo de produção capitalista por meio de um processo no qual proprietários e trabalhadores assumem essas funções, mas *não necessariamente* se limitam a apenas uma delas, ou melhor, no qual cada momento histórico é marcado pela ligação específica dos agentes da produção com essas funções.

Assim, a burguesia, proprietária dos meios de produção, executou em seus primórdios não apenas a função do capital, mas também a função do trabalho – não somente vigiava trabalho alheio, mas coordenava e conectava produtivamente o trabalho parcial de muitos. Para Marx, o modo de produção capitalista só tem efetivamente seu início quando ela *abandona* a função de trabalho e pode se dedicar exclusivamente à função do capital. Por conseguinte, será uma parte dos assalariados que irá responder pela função do capital, mesmo que, concomitantemente, executem também alguma função do trabalho. Essa foi a razão para, seguindo algumas interpretações, identificarmos uma grupo de classe média em potencial no conjunto dos

trabalhadores assalariados que executam simultaneamente as funções de trabalho e do capital. E, como consequência do avanço do capitalismo, algo também já delineado por Marx se intensifica nas últimas décadas, a saber, a expulsão da burguesia da própria esfera produtiva, o que a levou a se concentrar na circulação de capital e nas finanças. Enfim, é possível pensar em termos de polarização (entre capital e trabalho) e não reduzir a estrutura social a duas classes. Com isso não foi nossa pretensão afirmar que este foi a maneira de Marx lidar com o problema, mas que seus próprios conceitos permitem pensar o processo desse modo.

VIII. Se as noções de função do trabalho e função do capital foram fundamentais para entender o sentido da forma de exposição de Marx, elas têm, contudo, um limite importante[419]. Elas não podem ser usadas de modo a *naturalizar a função do trabalho*, assim como o enaltecimento da produtividade capitalista por Marx não pode ser usado como defesa da técnica existente ou como sinal de sua neutralidade. Ou seja, o capital não se valoriza simplesmente porque faz com que um conjunto de agentes trabalhe além do tempo em que reproduziram o valor de sua força de trabalho, mas porque *modificou realmente* a maneira e os meios técnicos com que trabalham. Quando Marx afirma que a produção capitalista é a soma de processo de trabalho mais o processo de valorização, isso não significa que o trabalho já não esteja subsumido pela forma capitalista. Dito de outro modo, não bastaria parar de trabalhar até certo ponto ou se apropriar coletivamente do sobretrabalho: o processo de trabalho em si é expressão do capital e reproduz, por si só, as classes. Daí que uma transição socialista seja iniciada com a apropriação coletiva do valor excedente (com o fim jurídico da propriedade privada), mas somente se realize se o processo de trabalho também for alterado.

IX. O ponto acima nos leva, então, a um dos temas mais difíceis relacionados à viabilidade de uma produção da vida social efetivamente livre e autônoma. Segundo buscamos apresentar, em *O capital*, Marx não só lidou com esse problema como se viu um tanto quanto forçado a diferenciar *dois sentidos de liberdade*[420]. O fim da exploração capitalista do trabalho por meio da autogestão dos trabalhadores seria um passo fundamental para tornar a produção

[419] E, nesse aspecto, nos diferenciamos da abordagem de Carchedi (1996), de quem absorvemos até certo ponto as noções de função do trabalho e função do capital.

[420] Para Fausto (2002), essa seria apenas uma das (no mínimo) quatro soluções de Marx a esse problema ao longo de suas obras. As outras três respostas distintas (algumas mais, outras menos "realistas", segundo Fausto) estariam nos *Manuscritos de 1844,* na *Ideologia alemã* e nos *Grundrisse*.

material uma atividade *menos* degradante, mais autônoma e livre. Porém, haveria um limite da libertação *no reino da necessidade*, o que faria com que a verdadeira liberdade fosse somente conquistada para além da esfera da produção material da vida, para além daquela até então associada ao "trabalho"[421].

X. A questão relativa à neutralidade ou não da base técnica dos processos socializados de trabalho nos levou a discutir as implicações da divisão técnica do trabalho para as definições de classe social, o que nos fez indagar como a divisão entre trabalhos manual/intelectual e de execução/concepção é usada e produzida de acordo com as exigências do modo de produção capitalista. A associação de classe média a "trabalho intelectual" exige muitos cuidados, pelo fato de não se tratar de uma divisão em bases naturais e pelo fato de o capital, enquanto sujeito da produção, ter a capacidade de reduzir qualquer forma concreta de trabalho a trabalho abstrato. Por essa razão, autores como D. Saes sugerem o uso do conceito de classe média como uma "noção prática", que se constrói na luta social e política na medida em que grupos sociais se apegam à ideologia meritocrática como forma de justificar e naturalizar sua posição social. Daí também observa-se a diferença ideológica principal entre a antiga e a nova classe média. Enquanto a primeira ideologicamente se prende à defesa da propriedade, a segunda se prende à defesa do meritocratismo.

XI. Como forma de contribuir para o entendimento das bases objetivas da identificação da classe média por meio do trabalho intelectual, procedemos a uma análise que buscou separar distintas situações do trabalho intelectual e sua relação específica com o modo de produção capitalista. Sugerimos, então, que a ideologia meritocrática se fortalece principalmente nas situações em que há trabalho intelectual assalariado cumprindo a função de capital (executando ou não simultaneamente a função do trabalho) e em certas situações de trabalho intelectual da produção imaterial em que a subsunção ao capital não é real. A inexistência de uma base técnica *que materializa o capital* e de um trabalhador propriamente coletivo cria um ambiente mais propício à reprodução da ideologia meritocrática que, como afirmou Poulantzas, faz com que os agentes não queiram derrubar as "escadas" com as quais eles pretendem se elevar.

[421] Também indicamos que esse aspecto ressurgiu desvirtuado em análises como as dos teóricos do "fim do trabalho" ou do "trabalho imaterial", na medida em que a projetaram uma libertação do trabalho *dissociada* da libertação do capital.

Imprescindível observar que, ao levantar esses aspectos, não pretendemos de modo algum afirmar de maneira apriorística que certas atividades *não se adequam ao capital*, ou, tal como seus críticos alegam, que a teoria marxista é incapaz de explicar a produção contemporânea. Pelo contrário, *o que sugerimos é justamente a tendência do capital em subsumir tais atividades, o que denota a necessidade de se pesquisar e analisar como a subsunção real se efetiva em novas esferas,* principalmente nas atividades criadoras de produtos intangíveis. Exemplos importantes já têm sido observados pela sociologia do trabalho, como é o caso de teleoperadores. Nesse sentido, reiteremos que situações e atividades que aqui associamos à classe média assalariada são constantemente sujeitas a processos de proletarização.

XII. Qualquer trabalhador, por mais explorado e proletarizado, está sujeito a interiorizar ideologias burguesas e de classe média. Contudo, na ação coletiva, as ideologias se mostram mais funcionais a uma classe do que a outra. Isso nos fez tocar no problema da "consciência de classe", no último capítulo, para evitar certas posições. A compreensão das especificidades da subsunção de trabalhos intelectuais ao capital, as quais os distanciam do proletariado, não pode ser feita como se, na situação de trabalho proletária, houvesse naturalmente uma tendência de organização classista homogênea e, mais ainda, com viés socialista. Iasi (2007, p. 119) tem razão ao lembrar que não é preciso recorrer aos assalariados intelectuais para descobrir posições pequeno-burguesas do proletariado, o que se demonstra, por exemplo, pelo já tradicional estudo da "aristocracia operária". Contudo, o que aqui pretendemos mostrar é que a não adesão a projetos populares ou socialistas tem *explicações, condicionantes e motivos diferentes* para a classe média e para o proletariado.

O reconhecimento dessas especificidades se torna ainda mais importante para justamente identificar os possíveis pontos de aproximação entre o proletariado e a classe média em vias de proletarização, a partir dos quais é possível apontar quais são os tipos de luta mais ampla que os unem contra os efeitos da dominação capitalista e, em determinados contextos, contra a dominação capitalista em si.

XIII. Esse é o limite, portanto, de abordagens quantitativistas que objetivam mensurar quem é a classe média e quem é o proletariado a partir das informações como tipo de emprego e renda. Dados e informações que são, evidentemente, fundamentais para as análises, mas

desconsideram que a crescente zona de indefinição entre situações de trabalho exige um esforço maior para o estudo das organizações coletivas e suas ações em momentos de embate de interesses. São inúmeras as consequências advindas com as transformações gerenciais e tecnológicas no bojo da reestruturação produtiva neoliberal e é cada vez mais necessário o estudo detalhado do que ocorre atualmente nos processos de trabalho e nos movimentos políticos sociais em geral.

Um tipo de revolta contemporânea expressa pelos movimentos "*Occupy"* carrega traços emblemáticos, a começar pelo lema de que é um protesto de 99% da população explorada contra o 1% que domina o controle das riquezas mundiais. Assim como outros movimentos com forte adesão das classes médias (o que leva a padrões de organização e métodos específicos, como mostram Ribeiro, 2011 e Corrêa, 2012), há outras importantes mobilizações que se explicam pelo fato de a burguesia tradicional refugiar-se nas aplicações financeiras e passar explorar a produção industrial (material e industrial) a partir da posição de capitalistas das finanças. Se a luta contra as finanças neoliberais podem aproximar os "99%" da população, é certo que contradições profundas permanecem, já que vários contingentes assalariados se tornam responsáveis pela função do capital e se encontram em situações de assalariamento também distintas[422].

Também a título de ilustração, essas considerações nos fazem pensar no atual debate brasileiro em torno da "nova classe média".

Nos últimos anos, em decorrência do crescimento econômico em níveis incomuns na época recente, algo como uma febre de publicações sobre o crescimento de um estrato de renda da população – a chamada classe C, cuja renda familiar varia entre R$ 1.200 a R$ 5.100[423] – irrompeu no Brasil. Enquanto os governos de Lula e de Dilma se vangloriam de ter tirado 40 milhões de pessoas da pobreza e transformado o Brasil num "país de classe média", análises em ritmo quase diário tentam explicar o que é a "nova classe média" brasileira.

Se não fosse o caráter precário da suposta ascensão social e, principalmente, de certas análises, poder-se-ia dizer que assistimos a uma versão brasileira da tese do *affluent worker*, que

[422] Convém ressaltar que esse argumento não implica na noção de que a sociedade é regida por um poder sem sujeito, de impossível transformação, como se a técnica existente simplesmente anulasse a capacidade de transformação daqueles que a criam e a utilizam.
[423] Critério usado nas pesquisas da Fundação Getúlio Vargas.

apareceu no cenário inglês em fins dos anos de 1960 e na década de 1970. Estariam os trabalhadores se "aburguesando" em decorrência das melhorias das condições de vida e aumento da renda? Estariam integrados à sociedade pelo aumento do poder de compra? Incorporariam valores tipicamente burgueses?

Ocorre que mesmo a pergunta colocada nesses termos é negada por certas correntes. Para Amaury Souza, os termos classe trabalhadora ou classe operária não teriam mais sentido no século XXI:

> No século 19, quando Marx falava de classe trabalhadora, referia-se àqueles que apenas tinham sua força de trabalho para vender. E esse força era muscular. Isso tudo mudou. Nem no agronegócio a força muscular é mais importante. A questão é o cérebro, a qualificação (...) A discussão relevante é sobre a permanência dessas pessoas que ascenderam à classe média. Temos que analisar qual o risco de elas voltarem a ser pobres. Isso vale para o Brasil e para o mundo, porque o crescimento da classe média é mundial e é um efeito da globalização[424].

Mesmo se ignorarmos a versão rósea sobre os frutos da "globalização", o fato é que a reorganização da divisão da renda nacional entre estratos brasileiros na década de 2000 explica-se por um processo com pouquíssima relação com a suposta necessidade, pela estrutura produtiva nacional, de "cérebro e qualificação". Análises, com as de Pochmann (2012), mostram que a grande maioria dos empregos criados na última década respondia por postos de trabalhos com salários inferiores a 1,5 salário mínimo, principalmente na área de serviços, que exigiam pouca qualificação. O aumento das credenciais e títulos simplesmente não importava, no geral, para os tipos de empregos que eram abertos em massa.

Outras observações sobre o caso brasileiro, ainda que introdutórias, estariam fora do escopo deste trabalho. De qualquer forma, esperamos que esta tese possa contribuir ao mostrar que, uma posição como a de A. Souza quanto ao problema das classes médias e do marxismo, nos mostra a capacidade de certo debate brasileiro em não apenas resgatar problemas "fora do lugar", mas fazê-lo a partir de versões superficiais.

[424] Entrevista em *Folha de São Paulo*, 15/07/2012. Em parceria com B. Lamounier, publicou estudo sobre a classe média brasileira (Souza e Lamounier, 2010).

Referências Bibliográficas

ABERCROMBIE, Nicholas *et al. Contemporary British society*. Cambridge: Polity Press, 1988.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, 2009, pp. 49-86.

ALTHUSSER, Louis. *A favor de Marx*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
_____. Sobre a relação de Marx com Hegel. In: *Hegel e o pensamento moderno*. Porto: Rés, 1979
_____ O objeto de *O* Capital. In: *Ler O capital*, vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
_____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis, Vozes, 1999.

ALVES, Antônio José Lopes. Crítica Marxiana da Especulação Filosófica nas Randglossen zu Adolph Wagners "Lehrbuch der politischen Ökonomie". *Intuitio*. Porto Alegre, vol. 5, n. 1, 2012.

AMARAL, Marisa Silva. A financeirização como traço distintivo da nova fase do capitalismo e do imperialismo. Paper do *VII Colóquio Internacional Marx e Engels*, 2012.

AMORIM, Henrique. *Teoria social e reducionismo analítico*. Caixas do Sul: EDUCS, 2006.
_____. Continuidades e rupturas teóricas em André Gorz: classe social, trabalho e qualificação profissional. In: SILVA, Josué Pereira e RODRIGUES, Iram Jácome. *André Gorz e seus críticos*. São Paulo, Annablume, 2006.
_____. Para uma crítica do primado da forças produtivas na análise das formações do operariado em classe. *Revista Mediações*, Vol. 12. N.2, 2007.
_____. *Trabalho Imaterial*: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2009.
_____. O "fim das classes sociais" na teoria social brasileira. No prelo.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo oriental*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo, 2002.
_____ (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Orgs.). *Infoproletários*: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARTHUR, Christopher. *The dialectics of labour*: Marx and his relation to Hegel. Oxford: Blackwell, 1986.

ATLAS DA NOVA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. Vol. 1. Classe Média: desenvolvimento e crise. GUERRA, A.; POCHMANN, M.; AMORIM, R., SILVA, R. (Organizadores). São Paulo, Cortez, 2006.

BALIBAR, Etienne. Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico. In: *Ler O capital*, vol. II. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
_____. *Masses, classes and ideas*. Studies on Politics and Philosophy before and after Marx. London/New York: Routledge, 1993.

BARAN, Paul e SWEEZY, Paul. *Capitalismo monopolista:* ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BELL, Daniel. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de o capital. *Crítica Marxista,* São Paulo, n. 3, 1996.
_____. Resenha de Ruy Fausto, *Dialética marxista e dialética hegeliana*. *Crítica Marxista*, n. 7, 1998.

BENSAÏD, Daniel. *Marx, o intempestivo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BERGER, Johannes e OFFE, Claus. A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços. In: OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade*. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

BERLE, Adolf e MEANS, Gardiner. *A moderna sociedade anônima e a propriedade privada*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BERNARDO, João. *Marx crítica de Marx*. 3 vols. Porto: Afrontamento, 1977.
_____. *A economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*, primeiro período (1917-1923), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BIDET, Jacques. *Exploring Marx's Capital*: philosophical, economic, and political dimensions. *HM* Book Series, Lienden/Boston: Brill Academic Press, 2007.
_____. *Explicação e reconstrução do Capital*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa*: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO JR., Armando. A constituição do proletariado em classe: a propósito dos 150 anos do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. *Crítica Marxista,* n. 6, 1998.
_____. A (difícil) formação da classe operária. In *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo, Xamã, 2003.
_____. *Classe média e sindicalismo*. Col. Primeira Versão, n. 123. Campinas: IFCH, 2004.

BORGES NETO, João Machado. *Duplo caráter do trabalho, valor e economia capitalista.* Tese de Doutorado em Economia. São Paulo: FEA/USP, 2002.

BOTTOMORE, T. *As elites e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

BOUFFARTIGUE, Paul. Classes sociais em metamorfose. O caso francês. [versão ligeiramente alterada de artigo em *La Pensée*, n. 341, 2005]

BOURDIEU, Pierre. What makes a social class? On the theoretical and practical existence of groups. *Berkeley Journal of Sociology,* vol. 32, 1987.
_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989
_____. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo, EDUSP; Porto Alegre, Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRAGA, Ruy. "A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo". In ANTUNES & BRAGA (Org.), *Infoproletários:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo, Boitempo, 2009.
_____. O pêndulo de Marx: Sociologias públicas e engajamento social. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, vol. 16, n. 52, 2011. Disponível em http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=27918415005.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista:* a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

BURRIS, Val. Capital accumulation and the rise of the new middle class. *The review of radical political economics*, vol. 12, n. 1, 1980.
_____. New directions in class analysis. In: Wright, Eric Olin (Org.), *op. cit.,* 1989.

CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. A atividade humana do trabalho [*Labor*] em Hannah Arendt. [primeira versão, revista *Ensaio,* n. 14, 1985]; Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/03/9_1_theresa.pdf

CÁMARA-IZQUIERDO, Sergio. A value-oriented distinction between productive and unproductive labour. *Capital and Class*, n. 90, 2006.

CARCANHOLO, Reinaldo. A categoria marxista de trabalho produtivo. s/d. Disponível em:http://www.fag.edu.br/professores/rkrupiniski/PDF%20A%20categoria%20marxista%20de%20trabalho%20produtivo.pdf

CARCHEDI, Guglielmo. Reproduction of social classes at the level of production relations. *Economy and Society,* vol. 4, n. 4, 1975.
_____. On the economics identification of the new middle class. In: SCOTT, J. (Org.), *Class:* critical concepts. Vol. 4. London /New York, Routledge, 1996.
_____. Class and Class Analisys. In: Wright, E. O. (Org.) *The debate on classes*. London/New York: Verso, 1989.
_____. *Frontiers of political economy*. London/New York: Verso, 1991.

CARTER, Bob. A growing divide: marxist class analysis and the labour process. *Capital and Class*, n. 55, 1995.

CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, n. 15, 2002.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

COHEN, Gerald. A. *Karl Marx's theory of history*: a defense. Princeton University Press/ Oxford University Press, 1978.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz. O Fórum Social Mundial e as classes médias brasileiras: política de reformas e conciliação de classes. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.

COTRIM, Vera Aguiar. *Trabalho produtivo em Karl Marx*. Novas e velhas questões. Dissertação de Mestrado em História Econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

DANTAS, Marcos. Informação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo. *Lua Nova*, nº 60, 2003.

DAHRENDORF, Ralf. *As classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: UNB, 1982.

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba. *Trabalho produtivo e trabalho improdutivo:* de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). Tese de Doutorado em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

DIAS JR., Antônio C. *O liberalismo de Ralf Dahrendorf*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: IFCH, 2007.

DINIZ, Marli. Repensando a teoria da proletarização dos profissionais. *Tempo Social*: Revista Sociologia da USP, n. 10 (1), 1998.

DUMÉNIL, Gérard. *La position de classe des cadres et employés*: la fonction capitaliste parcellaire. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1975.
_____."Neoliberalismo e dominação de classe: uma análise marxista do capitalismo contemporâneo", entrevista a P. Marcelino e H. Amorim, *Lutas Sociais,* São Paulo, NEILS, nº 16/17, 2007.

DUMÉNIL. Gérard e LÉVY, Dominique. The emergence and functions of managerial and clerical personnel in Marx's Capital. In: GARSTON, Neil (Org.) *Bureaucracy*: Three Paradigms, Boston: Kluwer Academic Publishing, 1994. Disponível em: www.jourdan.ens.fr/levy
_____. Finance and management in the dynamics of social change (contrasting two trajectories: United States and France). *Paper* em http://www.jourdan.ens.fr/levy/. Versão de 2006.
_____. Production and management: Marx's dual theory of labor. Disponível em: www.jourdan.ens.fr/levy/. Versão de maio, 2005.

DUSSEL, Enrique. As quatro redações de *O capital* (1857-1880). Para uma interpretação do pensamento dialético de Marx. *Ensaios Ad Hominem,* São Paulo, n. 1, tomo I, 1999.

EDER, Klaus. *A nova política de classes*. Bauru: EDUSC, 2002.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
_____. "As guerras camponesas na Alemanha"; "Revolução e contra-revolução na Alemanha". In *A revolução antes da revolução*, vol. I, São Paulo, Expressão Popular, 2008b.
_____. *Sobre a autoridade*, março de 1873. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: jan/2010.

ERIKSON, Robert and GOLDTHORPE, John H. *The Constant Flux*. A Study of Class Mobility in Industrial Societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *Changing classes*. Stratification and mobility in post-industrial societies. London: SAGE/ISA, 1993.

ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel. *Classes e desigualdades em Portugal*: um estudo comparativo. Porto: Afrontamento, 1997.

FAUSTO, Ruy. *Marx*: lógica e política. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. *Marx*: lógica e política. Tomo II. São Paulo: Brasiliense, 1987.
_____. *Marx*: lógica e política. Tomo III. São Paulo: ed. 34, 2002.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. *Estrutura de posições de classe no Brasil*: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.
_____. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 20, n. 58, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo*: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/ Ed. UFRJ, 2010.

FRATESCHI, Yara. *H. Arendt: Nem com nem contra Marx*. s/d. Disponível em http://unicamp.academia.edu/UnicampUnicamp/Papers/375193/H._Arendt_Nem_com_nem_contra_Marx

GALBRAITH, John K. *O novo Estado industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GALVÃO. Andréia. Marxismo e movimentos sociais. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 32, 2011.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOLDTHORPE, John. Class, status and party in modern Britain: some recente interpretations, marxista and marxisant. In: SCOTT, J. (Org.), *Class:* critical concepts. London – New York, Routledge, 1996, vol. 4.
____. *On sociology*. Numbers, narratives, and the integration of research and theory. Oxford/New York: Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, John et al. *The affluent worker in the class structure*. Cambridge University Press, 1969.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

GORZ, André. Técnica, técnicos e luta de classes. In: GORZ, A. (Org.) *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
____. *Adeus ao proletariado*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
____. *Metamorfoses do trabalho*. Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2007.
____. *O imaterial*. São Paulo: Annablume, 2005.

GOUGH, Ian. Marx's theory of productive and unproductive labor. *New Left Review*, 76, 1972.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel.* São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da* cultura, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUTIERREZ, Andriei. Fim da luta de classes? A teoria das classes em *Poder político e classes sociais* a partir de maio de 1968 e sua peculiaridade em relação à corrente althusseriana. *Revista Mediações*, Vol. 12. N.2, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987a.
_____. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, São Paulo, 1987b.

HADDAD, Fernando. *O sistema soviético*: relato de uma polêmica. São Paulo: Scritta, 1992.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge (US)/London: Harvard University Press, 2000.

HARVIE, David. All labour produces value for capital and we all struggle against value. *The commoner*, n. 10, 2005.

HILFERDING, Rudolf. *El capital financeiro*. Havana: Instituto Cubano Del Libro, 1971.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo: Companhias das Letras, 2001.

HOUSTON, David. Productive-unproductive labour: rest in peace. *The review of radical political economics*, vol. 29, n. 1, 1997.

HUBAMANN, Gerald. Da política à filologia: a Marx-Engels Gesamtausgabe. *Crítica marxista*, São Paulo, n. 34, 2012.

HUWS, Ursula. A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real. In: ANTUES, R. e BRAGA, R. (Orgs.), *op. cit*, 2009.

IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet*: os ser e o não-ser da classe. São Paulo: Viramundo, 2002.
____. *Ensaios sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAIBMAN, David. The falling rate of profit: a new empirical study. *Science and Society*, 57 (2), 1993.
_____. Productive and Unproductive labor: a comment. *Review of radical political economics*, 31 (2), 1999.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony and socialist strategy*. London/New York, 2001.

LEBOWITZ, Michael. *Beyond Capital*. Marx's political economy of the working class. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.* São Paulo, Cortez, 2007.
_____. Trabalhador coletivo no Livro I de *O capital*. *Crítica Marxista*, São Paulo,n. 32, 2011.

LOCKWOOD, David. *El trabajador de la clase media*. Madrid: Aguilar, 1962.

LOPEZ RUIZ, Osvaldo. *O ethos dos executivos das transnacionais e o espirito do capitalismo*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

LOSURDO, Domenico. *Hegel, Marx e a tradição liberal.* Liberdade, igualdade e Estado. São Paulo: ed. Unesp, 1998.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo, Cortez, 2007.

LUKÁCS, György. *The ontology of social being*. London: Merlin Press, 1980.
_____. *História de consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos/Porto: Escorpião, 1989.

____. *Socialismo e democratização*. Escritos políticos de 1956 -1971. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MACHADO, Eliel. Proletariado e luta de classes em Marx e Engels. 2010.

MACHEREY, Pierre. A propósito do processo de exposição de *O capital* (O trabalho dos conceitos). In: *Ler O capital*, vol I. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MANDEL, Ernest. *El Capital. Cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx*. México D.F: Siglo XXI, 1985

MARCELINO, Paula e CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. s/d. No prelo.

MARGLIN, Stephen. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os patrões?). In: GORZ, André (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARINI, Ruy Mauro. O conceito de trabalho produtivo. Nota metodológica (1992-1997). In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (Orgs.) *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINS, Maurício Vieira. "O marxismo não é um historicismo": acertos e limites de uma tese althusseriana. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 34, 2012.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução*. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.
_____. *Miséria da Filosofia*: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo, Centauro, 2001b.
_____. "As lutas de classes na França"; "Guerra civil em França"; "O dezoito brumário de Luís Bonaparte". In: *A revolução antes da revolução*, vol. II, São Paulo, Expressão Popular, 2008.
_____. *Capítulo sexto inédito de O Capital.* São Paulo: Moraes, 1985a.
_____. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro I. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
_____. *Das Kapital*: Kritik der politischen Ökonomie. Erster Band. Berlin: Dietz, 36. Aufl, 2001b.

_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996a [versão digital].
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro I. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996b [versão digital].
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro II. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro III. Vol. 4. São Paulo: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro III. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
_____. *O capital:* crítica da economia política, Livro III. Vol. 6. São Paulo: DIFEL, 1985b.
_____. *Teorias da mais-valia*. História Crítica do pensamento econômico. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
_____. *Teorias da mais-valia*. História Crítica do pensamento econômico. Volume 2. São Paulo: DIFEL, 1983.
_____. *Marx.* Col. *Os pensadores*. Abril Cultural, 1978.
_____. Glosas marginais ao "Tratado de Economia Política" de Adolf Wagner. (Trad. CÓLMAN, Evaristo). *Serviço Social Rev*., Londrina, v. 13, n. 2, 2011.
_____."Crítica ao programa de Gotha". In: *Obras escolhidas*, volume 2. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
_____. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
_____. *A ideologia Alemã e Teses sobre Feuerbach*. São Paulo, Boitempo, 2007.

MEIKSINS, Peter. Productive and unproductive labour and Marx's theory of class. *The review of radical political economics*, vol. 13, n. 3, 1981.
_____. Beyond the boundary question. *New Left Review,* n. 150, 1985.
_____. A critique of Wright's theory of contradictory class locations. In: WRIGHT, Eric Olin (Org.), *op. cit.*, 1989.

MELUCCI, Alberto. "The new social movements: a theoretical approach". *Social science information*, vol. 19, n. 2, 1980.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp, 2002.
____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MILIOS, John e ECONOMAKIS, George. Classe operária e classes médias: situação de classe e posição de classe. *Crítica Marxista*, n. 32, 2011.

MILLS, Charles Wright. *A nova classe média (white collar),* Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

MOHUN, Simon. Productive and unproductive labor in the labor theory of value. *Review of radical political economics*. n. 28 (4), 1996.
_____. Productive and unproductive labor: a reply to Houston an Laibman. *Review of radical political economics*, n. 34, 2002.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. O século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 15, 2002.

MORFINO, Vittorio. O primado do encontro sobre a forma. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 23, 2006.

MOSELEY, Fred. The decline of the rate of profit in the post-war United States economy: due to increased competition or increased unproductive labour? *Historical Materialism*, vol. 4, n. 1, 1999.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em "O capital". *Boletim SEAF*, Belo Horizonte, n. 2, 1982.

NAVES, Márcio. *Marx*: ciência e revolução. São Paulo: Moderna. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
_____. Stalinismo e capitalismo. In: NAVES, M. *Análise marxista e sociedade da transição*, Coleção Idéias, n. 5, Campinas, IFCH, Unicamp, 2005.

NEGRI, Antonio. *Marx beyond Marx*. Lessons on the *Grundrisse*. New York: Autonomedia/ London: Pluto, 1991.

NEILSON, David. Formal and real subordination and the contemporary proletariat: Re-coupling Marxist class theory and labour-process analysis. *Capital & Class*, vol. 31, n. 1, 2007.

NICOLAUS, Martin. Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and capitalist dialectic. In SCOTT, J. (Org.) *Class:* critical concepts. London/New York, Routledge, 1996. 4 vols.

NISBET, Robert. The decline and fall of social class. In: SCOTT, J. (org.), *op. cit*., 1996, vol. 1.

OFFE, Claus. "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?" in *Trabalho e sociedade*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. I, 1989.

OLIVEIRA, Hélia Ázara de. *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*. Dissertação de Mestrado em Filosofia: IFCH/ Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, Sirlei. Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUES, R. e BRAGA, R. (Orgs.), *op. cit*, 2009.

OSSOWSKI, Stanislaw. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

PANNEKEOK, Anton. The new middle class. *International socialist review*, 1909.

PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PEREIRA, Duarte. Das classes à luta de classes. In *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo, Xamã, 2003.

PIORE, Michael J. e SABEL, Charles F. *The Second Industrial Divide*: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORCARO, Mimmo. Charles Bettelheim: um longo adeus. *Revista Outubro,* n. 5, 2001.

POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination*. A reinterpretation of Marx's critical theory. Cambridge University Press, 1993.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais. In ZENTENO, R. (Org.), *As classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
_____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
_____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor*. Crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

PRADO, Nelson. O capitalismo financeiro. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 5, 1997.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and social democracy*. Cambridge University Press, 1985.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética*. Hegel, Marx e a teoria social do devir. São Paulo: Boitempo, 2011.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

REICHELT, Helmut. Que método Marx ocultou? *Crítica Marxista,* São Paulo, n. 33, 2011.

RESNICK, Stephen e WOLFF, Richard D. Classes in marxian theory. *The review of radical political economics*, vol. 13, n. 4, 1982.

RIBEIRO, Santiane Arias. O perfil de classe média do movimiento altermundialista: o caso da ATTAC. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas: IFCH/Unicamp, 2011.

ROBERTS, K.; COOK, F. G.; CLARK, S.C.; SEMEONOFF, E. *The fragmentary class structure*. London: Heinemann, 1977

ROEMER, John. Nuevas direcciones en la teoría marxista de las clases sociales. In: ROMER, J. (Org.) *El marxismo: una perspectiva analítica*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1989 (a).
_____. Deberían interesarse los marxistas por la explotación? In: ROMER (Org.), *op. cit.*, 1989 (b).

ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica*. Um estudo sobre os manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital*. Rio de Janeiro: Contraponto; EDUERJ, 2001.

RUBIN, Isaack I. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980 (edição inglesa, 1990, Black Rose Books).

RUDÉ, Georges. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SAAD FILHO, Alfredo. Concrete and abstract labour in Marx's theory of value. *Review of political economy*, vol. 9, n. 4, 1997.
_____. *The value of Marx*: political economy for contemporary capitalism. London: Routledge, 2002.

SAES, Décio. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). *Contraponto*, n. 2, 1977.
_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
_____. Marxismo e história. *Crítica marxista*. São Paulo, n. 1, 1994.
_____. *Estado e democracia*: ensaios teóricos. Col. Trajetória 1. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

_____. Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo, Xamã, 2003.
_____. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. *Crítica Marxista*, n. 16, 2003.
_____. A ideologia docente em *A reprodução*, de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron. *Educação & lingagem*. ano 10, n. 16, 2007.

SALLUM JR., Brasílio. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, n. 65, 2005.

SANTOS, Vinícius Oliveira. *Categorias marxianas fundamentais para o estudo do trabalho imaterial*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012.

SAVRAN, Sungur e TONAK, E. Ahmet. Productive and unproductive labour: an attempt at clarification and classification. *Capital and class*, n. 68, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SCREPANTI, Ernesto. Towards a General Theory of Capitalism: Suggestions from Chapters 23 and 27. In: BELLOFIORE, Riccardo (Org.). *Marxian economics*: a reappraisal. New York: Macmillan, 1998. pp. 109-123.

SECCO, Lincoln. Trabalho produtivo e serviços em Marx. s/d.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SHAIK, Anwar e TONAK, Ahmet. *Measuring the wealth of nations: the political economy of national accoutns*. Cambridge University Press, 1994.

SHINGO, Shingeo. *A study of the Toyota production system.* Cambridge/ Norwalk (US): Productivity Press, 1989.

SILVA, Josué. *André Gorz*: trabalho e política. São Paulo: Annablume e Fapesp, 2002.

SILVA, Lígia Osório. O imperialismo na época da globalização. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

SINGER, Paul. Trabalho produtivo e excedente. *Revista de Economia Política*, vol. 1, n° 1, 1981a.

_____. *Dominação e desigualdade*. Estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

SOUZA, Amaury e LAMOUNIER, Bolívar. *A classe média brasileira*: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

SOUZA, Davisson Charles Cangussu. *Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002*. Unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.

TAMBOSI, Orlando. Marxismo e dialética: uma herança fatal. In: *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
_____. *The poverty of theory*. London: Merlin, 1995.
_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TORT, Patrick. Darwin: lido e aprovado. *Crítica Marxista*. São Paulo, nº 11, 2000.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, n. 17, 1989.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Classe media, situação de trabalho e comportamento sindical:* o caso dos comerciários de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH, Unicamp , 1994.

TROTSKY, Leon. *Whither France?* 1934. Disponível em www.marxists.org. [Original francês: *Où va la France?*]

TURCHETTO, Maria. As características específicas da transição ao comunismo, In: NAVES, M. *Análise marxista e sociedade da transição*, Coleção Idéias, nº 5, Campinas, IFCH, Unicamp, 2005.

VILLALOBOS, André. Nota sobre "trabalho produtivo/trabalho improdutivo" e classes sociais. In: VILLALOBOS, André *et al. Classes sociais e trabalho produtivo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: CEDEC, 1978.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* . São Paulo, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2001.
_____. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UNB, 1999.

WEEKS, John. *Capital, exploitation and crises*. 2010.

WOLFF, Simone. *O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações*: o processo de trabalho sob novos parâmetros gerenciais e tecnológicos. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: IFCH, Unicamp, 2004.
_____. O "trabalho informacional" e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. In: ANTUES, R. e BRAGA, R. (Orgs.), *op. cit*, 2009.

WOOD, Ellen. Rational choice Marxism: is the game worth the candle? *New Left Review*, n. I/177. 1989.
_____. *The retreat from class:* a new true socialism. London/New York: Verso, 1998.
_____. *As origens do capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar: 2001.
_____. *Democracia contra capitalismo*, São Paulo, Boitempo: 2003.

WRIGHT, Eric Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
____. *The debate on classes*. London – New York, Verso, 1989a.
____. "Que tiene de media la clase media? In: ROEMER, John (Org.), *op. cit.*, 1989b.
____. The Continuing Relevance of Class Analysis – Comments. *Theory and Society*, vol. 25, n. 5, 1996.
____. *Class counts* (Student Edition). Cambridge University Press, 2000.
____. The Shadow of Exploitation in Weber's Class Analysis. *American Sociological Review*, vol. 67, n. 6, 2002.
____. Foundations of a neo-marxist class analysis, 2004. Disponível em: http://www.ssc.wisc.edu/~wright/.
____. Understanding class: Towards an Integrated Analytical Approach. *New Left Review*, n. 60, 2009.
____. *Envisioning real utopias.* London: Verso, 2010.

WRIGHT, Eric Olin; LEVINE, Andrew e SOBER, Elliot. *Reconstruindo o marxismo.* Petrópolis: Vozes, 1993.